



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

A Educação Física no Sistema Educativo Português

António José Domingues Faustino

Tese para obtenção do Grau de Doutor em
Ciências do Desporto
(3º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor António Santos Pereira

Covilhã, Junho de 2019

DEDICATÓRIAS

Ao meu avô Joaquim Faustino, nascido em 9 de abril de 1894 em Vila Real de Santo António, e falecido em 1 de fevereiro de 1972. Foi chamado para cumprir o serviço militar em 25 de agosto de 1914 e foi dado como pronto da instrução de recruta em 30 de abril de 1915, após o que em 16 de junho passou à 11.^a Companhia. Mobilizado para a frente com os seus camaradas, embarcou para França em 25 de julho de 1917. Participou na batalha de *La Lys*, tendo sido feito prisioneiro em 9 de abril de 1918. Libertado, foi presente ao C.E.P. em 21 de novembro de 1918. Regressou de França, desembarcando em Lisboa em 25 de janeiro de 1919, e foi licenciado em 7 de setembro. Um exemplo da educação patriótica.

À minha avó Lucrecia dos Reis Faustino, nascida em 17 de fevereiro de 1903, em Vila Real de Santo António, mas só registada a 10 de maio, e falecida em 3 de maio de 1991. Foi operária fabril, com a categoria profissional de «manipuladora de peixe» («emboîteuse de thon») e enquanto especialista em atum teve oportunidade de percorrer parte do Mediterrâneo (Casablanca, Génova, Palermo, Tunes) colaborando na formação de outros operários no âmbito do seu *métier*.

Ao meu avô António Domingues Junior, nascido em 8 de agosto de 1908, em Vila Real de Santo António, mas só registado em 5 de setembro, e falecido em 2 de novembro de 1984. Após ter sido aprovado no exame de condutor de motores de explosão ou de combustão interna de embarcações de tráfego local e pesca, em 4 de dezembro de 1940, foi motorista de 3.^a classe da Marinha Mercante.

À minha avó Felicidade Pires Parra, nascida em 7 de agosto de 1911, em Castro Marim, e falecida em 28 de fevereiro de 1996. Foi operária fabril, com a categoria profissional de «manipuladora de peixe».

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação, embora seja fruto de esforço individual, não teria sido possível sem múltiplos contributos, com quem partilhámos dúvidas e convicções e de quem recebemos diferentes perspetivas, orientações, apoios e incentivos. O meu País e a minha instituição não me concederam apoio para começar este processo, mas para terminá-lo. O caminho que levou à construção e conclusão deste trabalho foi longo, demorado e sofreu bastantes contratempos. Tornou-se, por vezes, penosa e árdua tarefa nalguns dos seus passos, mas a vontade foi persistindo com o apoio e impulso daqueles que ao longo dos anos me incentivaram e motivaram a nunca desistir, partilhando comigo angústias e alegrias.

Agradeço em primeiro lugar à minha família. Ao meu pai, Natércio dos Reis Faustino, nascido em 16 de fevereiro de 1932 em Vila Real de Santo António, e à minha mãe, Maria do Carmo Pires Domingues, nascida em 21 de maio de 1935 em Vila Real de Santo António, pelo exemplo de perseverança, alegria, apoio e amor que a sua educação e os valores transmitidos, que me fizeram ser quem sou e anseio continuar a ser. Aos meus filhos, Pedro de Mesquita Faustino e Diogo Vicente Faustino, faço a maior homenagem pelas provas de carinho e compreensão, nem sempre fáceis, nas numerosas horas de trabalho solitário em que faltei ao convívio familiar. Este agradecimento formal não poderá exprimir a minha gratidão.

Mas também devemos uma palavra pública de gratidão às seguintes pessoas e instituições: ao Professor Doutor António dos Santos Pereira, manifesto a admiração pelo seu trabalho e saber científico, bem como por me ter acolhido e impulsionado neste trajeto, agradeço ainda a disponibilidade sempre manifestada, bem como a cordialidade e elegância no trato, bem como o reconhecimento pela forma como desde o primeiro momento soube orientar e transmitir os conhecimentos necessários à consecução do estudo, demonstrando credibilidade e autonomia depositadas no candidato; ao Professor Doutor José Maria Hernández Diaz, com quem iniciei esta investigação no Programa de Doctorado *La Renovación Pedagógica en la Historia de la Educación* (biénio 1996-98), com quem aprofundei conhecimentos no domínio da História da Educação; ao Presidente do I.P.C.B., Professor Doutor Carlos Manuel Leitão Maia pela autorização concedida da licença sabática, num momento difícil da instituição, que me permitiu dispor de tempo para finalizar uma investigação iniciada há alguns anos; ao Diretor da E.S.E., Professor Doutor João Júlio de Matos Serrano, pela troca de experiências e conhecimentos, pelo convívio, amizade e espírito de solidariedade desenvolvido, e pela insistência na atribuição da licença sabática que me foi concedida; aos Colegas da Área Científica de Desporto e Bem-estar da E.S.E., em especial, ao João Petrica, ao António Camilo, ao Rui Paulo, ao Pedro Mendes, pelo espírito de colaboração, amizade e acolhimento na troca de opiniões ocorrida; à Professora-Adjunta Maria Sofia Pissarra e ao Professor Doutor José Vítor Ferreira pela cedência de material bibliográfico fundamental para a investigação; a todos aqueles que comigo conviveram como Estudantes na E.S.E. - I.P.C.B., em especial aos do Curso de Professores do Ensino Básico - Variante de Educação Física, que estiveram na origem deste

A Educação Física no Sistema Educativo Português

estudo, e aos do Curso de Desporto e Atividade Física, por me terem criado a necessidade de procurar respostas; a todos os professores que ao longo da minha vida académica me ensinaram como podiam e sabiam, apesar de nem sempre corresponder às suas expetativas; aos funcionários da Biblioteca Nacional, da Área de Informação e Documentação do Instituto Politécnico do Porto, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ao técnico (Dr. Joaquim Gomes) e à diretora (Dra. Ana Semblano) da Biblioteca do Museu do Desporto pelo apoio e disponibilidade manifestados.

Em sùmula, a todos aqueles que de algum modo contribuíram para este momento, bem hajam.

PREFÁCIO

Aprofundamos aqui a Educação Física no Sistema Educativo português, propondo-nos dar contributos essenciais para a compreensão do seu enquadramento normativo legal entre 1772 e 1974, mas sobretudo tentando percebê-la nas suas dimensões significativas plurais depois que Kant e Durkheim, lhe deram, aquele um cunho individual de perfeição humana e este um paradigma de integração do homem no todo social também perfeito e aperfeiçoador. A Educação Física suportada em filósofos de tal dimensão foi sendo interpretada nos últimos dois séculos remetendo, tanto à percepção que Bouchard consagrou em 1974, o movimento é a vida, como às exigências a colocar aos respetivos docentes, como nos ensinou Piéron dez anos depois. Seguimos aqui a bibliografia portuguesa que foi saindo desde que o Professor Jorge Crespo realçou a importância da História no entendimento de algumas opções educativas que, afinal, não são apenas do âmbito da Educação Física e realçou os eventos decisivos da Revolução Liberal, valorizando o indivíduo no seguimento das achegas tanto de Locke quanto de Kant, a Revolução Republicana com o acento na dimensão cidadania e virtudes cívicas e a revolução de Abril de 1974, nas suas perspetivas de responsabilidade sociais assumidas em termos coletivos. A evolução da representação do corpo que Manuela Hasse trouxe à colação colaborou no mesmo sentido de exigência ao indivíduo que se quer cada vez mais participativo no espaço público. Deixamos um sem número de nomes que tem feito desta disciplina uma das mais pertinentes no Sistema Educativo Português e queremos dar as nossas contribuições, corroborando as conclusões de Pereira da Silva que consideramos o nosso ponto de partida. Com este trabalho, em simultâneo bibliográfico e documental, e histórico, económico, social, doutrinário e cultural, podemos, pois, contribuir, para uma periodização da Educação Física em Portugal em particular nos últimos dois séculos, conferindo as medidas da esfera governativa e sua aceitação pela sociedade em geral. Aqui fica, pois, uma análise com uma perspetiva sincrónica no que toca à legislação sobre a formação de professores do Ensino Primário e os respetivos programas e diacrónica conferindo as sucessivas influências da produção teórica nos responsáveis nacionais pelo seu lançamento e reformas, com uma óbvia maior atenção à Educação Física e como o corpo humano foi sendo visto ao longo do período, não nos sendo estranha a inspiração colhida no Professor Jorge Crespo.

RESUMO

O trabalho pretende, com base numa revisão documental e bibliográfica, proceder a uma análise histórica sobre a inserção/evolução da disciplina/matéria de Educação Física no quadro da instituição escolar portuguesa. Com ele, pretendemos o estabelecimento de relações de causa-efeito, quer sejam pedagógicas, antropológicas, sociais ou culturais, no âmbito do papel da Educação Física na formação humana, de onde decorrem os seguintes objetivos específicos: sinalizar aspetos relativos à presença da Educação Física no Ensino Primário entre 1772 e 1974; interpretar diferentes modos de ação decorrentes da presença da Educação Física no Ensino Primário entre 1772 e 1974; relacionar a presença da Educação Física no Ensino Primário entre 1772 e 1974 com a formação do Cidadão, do Militar e do Homem; identificar contributos para a formação em Educação Física do Professor Primário na atualidade.

Os procedimentos utilizados na investigação incluem a recolha de dados em fontes primárias, particularmente a legislação pertinente, mas também as Histórias de Portugal, do Ensino e da Educação Física, entre outros. Na organização dos dados, utilizou-se uma combinação cronológico-temática, a precedência, justificando o uso da seriação cronológica. As afirmações por tópicos foram desenvolvidas a partir duma revisão da literatura da área do conhecimento relativa à Educação Física.

O desenvolvimento da investigação orientou-se em quatro fases distintas de identificação com as seguintes tarefas: observação da evolução temporal dos programas escolares de Educação Física, particularmente do Ensino Primário; análise dos programas de formação inicial de professores do Ensino Primário; perceção de correntes ou perspetivas de influência; conferência de políticas sociais associadas à Educação Física.

Como pontos de análise prévia, destacámos dois aspetos: as alterações organizacionais de serviços ministeriais e a construção da Ciência da Educação Física. Iniciando-se a análise com a oficialização do Ensino Primário (1772) as questões do ensino estiveram ligadas a ministérios com designações bem diversas, verificando-se que até à atualidade, a Educação Física e o Desporto, apesar de uma crescente importância em termos sociais, ainda não mereceram a distinção de um ministério próprio. No séc. XIX, apesar das correntes e sistemas que o percorreram, não se pode considerar que já existisse uma Ciência da Educação Física, só depois dos anos cinquenta do séc. XX, a Educação Física e o Desporto avançam para a comparação dos diversos métodos e teorias existentes, podendo considerar-se que com este esforço comparativo se atingiu a segunda fase da construção de uma ciência.

Relativamente à análise realizada em quatro frentes diferenciadas: a evolução terminológica; a sobreposição no contexto escolar e nos planos de estudo; a relação com acontecimentos da História portuguesa; e as relações de desenvolvimento com tendências internacionais de desenvolvimento da Educação Física, podemos reunir as principais conclusões.

Ao longo do período analisado (1772-1974), considera-se o atraso da influência das tendências internacionais em Portugal que atribuímos a diferentes causas: à situação periférica de Portugal

A Educação Física no Sistema Educativo Português

na Europa; às contingências políticas da situação portuguesa; ao recurso a fontes indiretas para fundamentar as opções metodológicas desenvolvidas, o que acaba por atrasar a sua adequada implementação. Confirma-se ainda que existe uma relação entre os conteúdos dos programas de Educação Física e os acontecimentos mais marcantes da História de Portugal: a revolução liberal crente nas virtudes do homem em geral e em particular na sua vontade, a republicana, afirmando a sua cidadania e a participação no espaço público, ainda elitistas uma e outra, e a generalizadora do acesso a todos dos bens sociais valorizando cada um e promovendo a tolerância e a aceitação da diferença.

Palavras-chave

Educação Física; Ensino Primário; Programas Escolares; Formação de Professores; Homem; Cidadão.

ABSTRACT

The work intends, based on a documentary and bibliographical revision, to make a historical analysis on the insertion / evolution of the discipline / subject of Physical Education within the framework of the Portuguese school institution. With it, we intend to establish cause-effect relationships, whether pedagogical, anthropological, social or cultural, within the scope of the role of Physical Education in human formation, from which the following specific objectives derive: signaling aspects related to the presence of Physical Education in Primary Education between 1772 and 1974; to interpret different modes of action resulting from the presence of Physical Education in Primary Education between 1772 and 1974; to relate the presence of Physical Education in Primary Education between 1772 and 1974 with the formation of the Citizen, the Military and the Man; to identify contributions to the Physical Education formation of the Primary Teacher in the present time.

The procedures used in the investigation include the collection of data from primary sources, particularly relevant legislation, as well as Stories of Portugal, Teaching and Physical Education, among others. In the organization of the data, a chronological-thematic combination was used, the precedence, justifying the use of chronological serialization. The affirmations by topics were developed from a review of the literature on the area of knowledge related to Physical Education.

The development of research was guided by four distinct phases of identification with the following tasks: observation of the temporal evolution of the Physical Education school programs, particularly in Primary Education; analysis of initial teacher education programs in Primary Education; perception of currents or perspectives of influence; social policies associated with Physical Education.

As points of previous analysis, we highlighted two aspects: the organizational changes of ministerial services and the construction of the Science of Physical Education. Beginning the analysis with the officialisation of Primary Education (1772), the issues of teaching were linked to ministries with very diverse designations, and it is verified that up to now, Physical Education and Sports, despite a growing social importance, have not yet deserved the distinction of a ministry of their own. In the century in spite of the currents and systems that have traveled through it, it can not be considered that there was already a Physical Education Science, only after the fifties of the 20th century, is that Physical Education and Sport advance to the comparison of the various methods and theories, and it may be considered that with this comparative effort the second phase of the construction of a science has been reached.

Regarding the analysis carried out on four distinct fronts: the terminological evolution; the overlap in the school context and study plans; the relationship with events in Portuguese history; and developmental relations with international trends of physical education development, we can gather the main conclusions.

During the analyzed period (1772-1974), we consider the delay in the influence of the international trends felt in Portugal that could be attribute to different causes: the peripheral situation of Portugal in Europe; political contingencies of the Portuguese situation; the use of indirect sources to support the methodological options developed, which eventually delay their adequate implementation. It is also confirmed that there is a relationship between the contents of Physical Education programs and the most striking events in the History of Portugal: the liberal revolution believing in the virtues of man in general and in particular in his will, the Republican, affirming his citizenship and participation in the public space, still elitist over and over, and the generalizer of access to all social goods valuing each one and promoting tolerance and acceptance of difference.

Keywords

Physical Education; Primary Teaching; School programs; Teacher training; Men; Citizen.

Índice

DEDICATÓRIAS	III
AGRADECIMENTOS	V
PREFÁCIO	VII
RESUMO	IX
ABSTRACT	XI
Índice	XIII
Lista de Quadros	XXI
Lista de Siglas e Acrónimos	XXIII
INTRODUÇÃO	1
1. EDUCAÇÃO FÍSICA: DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL	5
1.1. Educação entre o Individual e o Coletivo	9
1.2. Física: a questão da Natureza estática ou dinâmica	10
1.3. Educação Física	11
2. METODOLOGIA	15
2.1. Delimitação do Tema	16
2.2. Análise das Fontes	16
2.3. Hipóteses	17
3. A INVESTIGAÇÃO DE ORIGEM PORTUGUESA	21
4. PERÍODOS DE EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA	47
4.1. A Formação de Professores de Educação Física	50
4.2. Panorama Internacional	50
4.3. Panorama Nacional	51
4.4. PERÍODO PRECURSOR (Até 1835)	53
4.4.1. Relações com Acontecimentos da História Portuguesa e com Tendências Internacionais de Desenvolvimento da Educação Física	53
4.4.2. Situação Socioeducativa	57
4.4.3. Panorama Nacional da Educação Física	58
4.4.3.1. Obras publicadas	58
4.4.3.2. Iniciativas institucionais: o Colégio Real dos Nobres e a Casa Pia de Lisboa	59
4.4.4. Reformas Legais do Ensino e Programas de Educação Física	61
Reformas do Ensino Primário e Programas Escolares	61
Reformas e Programas de Formação de Professores do Ensino Primário	62
4.5. PERÍODO DA OFICIALIZAÇÃO (de 1835 a 1904)	64
4.5.1. Relações com Acontecimentos da História Portuguesa e com Tendências Internacionais de Desenvolvimento da Educação Física	64
4.5.2. Panorama Nacional da Educação Física	67
4.5.3. Situação Socioeducativa	74
Ministério	77
Serviços do Ministério relacionados com a Instrução Pública e com a Sanidade Escolar	78

A Instrução Pública	78
A Sanidade Escolar	80
4.5.4. Reformas Legais do Ensino e Programas de Educação Física	81
Reformas do Ensino Primário e Programas Escolares	81
Programas de Educação Física do Ensino Primário	85
Reformas e Programas de Formação de Professores do Ensino Primário	89
Programas de Educação Física na Formação de Professores do Ensino Primário	94
Programas escolares <i>versus</i> Programas de Formação de Professores do Ensino Primário	96
4.6. PERÍODO DA ESTANDARDIZAÇÃO (de 1904 a 1953)	103
4.6.1. Relações com Acontecimentos da História Portuguesa e com Tendências Internacionais de Desenvolvimento da Educação Física	103
4.6.1.1. A Ginástica da Mulher	104
4.6.1.2. A Ginástica Escolar Austríaca ou Ginástica Natural	106
4.6.1.3. Ginástica Médica ou «Ginástica Neo-Sueca»	107
4.6.1.4. A Sociomotricidade	108
4.6.1.5. Movimento do Oeste	109
4.6.1.6. Organismos internacionais	109
4.6.2. Panorama Nacional da Educação Física	111
4.6.2.1. Obras publicadas	112
4.6.2.2. Iniciativas oficiais	113
Festa Nacional de Educação Física	113
4.6.2.3. Iniciativas pela formação especializada	113
4.6.2.4. Iniciativas militares	114
4.6.2.5. Escolas de formação	115
4.6.2.6. Organismos de intervenção estatal	116
Federação Nacional da Alegria no Trabalho	117
Mocidade Portuguesa	117
Obra das Mães pela Educação Nacional	119
Mocidade Portuguesa Feminina	119
4.6.2.7. Iniciativas desportivas	120
4.6.2.8. Personagens	121
4.6.3. Situação Socioeducativa	121
Ministério	123
Serviços do Ministério relacionados com a Instrução Pública, com o Ensino Primário, ou com a Sanidade Escolar e Educação Física	124
A Instrução Pública	124
O Ensino Primário	126
A Sanidade Escolar e a Educação Física	130
4.6.4. Reformas Legais do Ensino e Programas de Educação Física	137
Reformas do Ensino Primário e Programas Escolares	137
Programas de Educação Física do Ensino Primário	149
Reformas e Programas de Formação de Professores do Ensino Primário	158

Programas de Educação Física na Formação de Professores do Ensino Primário	168
Programas escolares <i>versus</i> Programas de Formação de Professores do Ensino Primário	180
4.7. PERÍODO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVA (de 1953 a 1974)	201
4.7.1. Relações com Acontecimentos da História Portuguesa e com Tendências Internacionais de Desenvolvimento da Educação Física	201
4.7.1.1. A tendência psicomotora	201
4.7.1.2. A tendência pedagógica	203
4.7.1.3. A tendência desportiva	204
4.7.1.4. A tendência saúde integral	204
4.7.1.5. Organismos Internacionais	205
4.7.2. Panorama Nacional da Educação Física	205
4.7.2.1. Obras publicadas	206
4.7.2.2. Iniciativas de escolas de formação	206
4.7.2.3. Iniciativas de organismos de intervenção estatal	207
Fundo de Fomento do Desporto	207
Corporação da Educação Física e Desportos	207
Mocidade Portuguesa	208
4.7.3. Situação Socioeducativa	208
Ministério	210
Serviços do Ministério relacionados com a Educação Nacional, com o Ensino Primário ou com a Educação Física	210
A Educação Nacional	210
O Ensino Primário	211
A Educação Física	211
4.7.4. Reformas Legais do Ensino e Programas de Educação Física	213
Reformas do Ensino Primário e Programas Escolares	213
Programas de Educação Física do Ensino Primário	217
Reformas e Programas de Formação de Professores do Ensino Primário	220
Programas de Educação Física na Formação de Professores do Ensino Primário	221
Programas escolares <i>versus</i> Programas de Formação de Professores do Ensino Primário	222
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
Instrução Pública	228
Ensino Primário	229
Sanidade Escolar e Educação Física	230
5.1. A Construção da Ciência da Educação Física	231
5.2. Evolução Terminológica	232
5.3. Sobreposição no Contexto Escolar e nos Planos de Estudo	234
5.4. Relações com Acontecimentos da História Portuguesa e com Tendências Internacionais de Desenvolvimento da Educação Física	236
6. RECOMENDAÇÕES	247
FONTES PRIMÁRIAS	249

Legislação	249
FONTES SECUNDÁRIAS	275
1) Bibliografia.....	275
2) Revistas Especializadas.....	287
3) Revistas Não Especializadas	289
APÊNDICE A.....	299
Serição cronológica da bibliografia de origem portuguesa.....	301
ANEXOS.....	317
A.1 Extractos de Obras	319
ANEXO A.1 - I.....	319
Luís António Verney (1872-1883). <i>Verdadeiro Método de Estudar</i> . Volume V - Estudos Canónicos Regulamentação - Sinopse. Edição organizada pelo Prof. António Salgado Júnior. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.	319
ANEXO A.1 - II.....	323
Ramalho Ortigão (1872-1883).	323
Ramalho Ortigão (1943). <i>As Farpas. O País e a Sociedade Portuguesa</i> . (Edição integral). Tomo IV. Lisboa, Livraria Clássica Editora.	323
ANEXO A.1 - III.....	327
Ramalho Ortigão (1877).	327
Ramalho Ortigão (1944). <i>As Farpas. O País e a Sociedade Portuguesa</i> . (Edição integral). Tomo VIII. Lisboa, Livraria Clássica Editora.	327
ANEXO A.1 - IV.....	333
Eça de Queirós (1888). <i>Os Maias. Episódios da Vida Romântica</i> . Lisboa, Edição Livros do Brasil	333
A.2 Documentos	339
ANEXO A.2 - I.....	339
Alfredo Dias (1887). <i>Apointamentos para a Reforma e Historia da Educação Physica em Portugal. Seguidos de um programma de gymnastica sem aparelhos para uso das escolas municipais de Lisboa</i> . Lisboa, Tipographia Lisbonense.	339
ANEXO A.2 - II.....	343
Requerimento dos directores de collegios de Lisboa e do director	343
fundador da Academia d'Armas de Lisboa a Sua Magestade	343
A.3 Organismos Estatais de Sanidade Escolar	345
ANEXO A.3 - I.....	345
Costa Sacadura (1916). Esbôço de reforma dos serviços de Sanidade Escolar.	345
<i>Boletim Oficial Ministério de Instrução Pública</i> , N.º 5: 408-414.	345
ANEXO A.3 - II.....	350
Costa Sacadura (1916). Esbôço de reforma dos serviços de Sanidade Escolar (<i>Continuação</i>).....	350
<i>Boletim Oficial Ministério de Instrução Pública</i> , N.º 6 a 12: 583-592.	350
A.4 Textos Relativos a Programas de Educação Física.....	357
ANEXO A.4 - I.....	357
Relatório da Administração da Real Casa Pia de Lisboa.....	357
de 30 de Abril de 1881	357

ANEXO A.4 - II	365
(Regulamento para a instrução militar preparatória de 26 de Maio de 1911)	365
ANEXO A.4 - III	367
(Directivas para o Ensino da Educação Física)	367
(Anexo à O.S. n.º 9—1942-43—de 1-2-1943).....	367
A.5 Notícias relativas a Conferências	373
ANEXO A.5 - I.....	373
(O <i>Diário</i> , 5 de Outubro de 1903)	373
ANEXO A.5 - II	374
(In: <i>O Tiro Civil</i> , 15 de Outubro de 1903 (269): 15).....	374
ANEXO A.5 - III	375
(In: <i>Tiro E Sport</i> , 29 de Fevereiro de 1904 (277): 2)	375
ANEXO A.5 - IV	375
(In: <i>Tiro E Sport</i> , 15 de Março de 1904 (278): 2-4).....	375
ANEXO A.5 - V	380
(In: <i>O Tiro Civil</i> , 1 de Fevereiro de 1902 (228): 3)	380
ANEXO A.5 - VI	381
(In: <i>O Tiro Civil</i> , 15 de Fevereiro de 1902 (229): 3-4)	381
ANEXO A.5 - VII	384
(In: <i>O Tiro Civil</i> , 1 de Março de 1902 (230): 3-4).....	384
ANEXO A.5 - VIII	388
(In: <i>O Tiro Civil</i> , 15 de Dezembro de 1902 (249): 5).....	388
ANEXO A.5 - IX	389
(In: <i>Revista de Sport</i> , 20 de Julho de 1903 (2): 18-19)	389
ANEXO A.5 - X.....	391
(In: <i>Revista de Sport</i> , 20 de Outubro de 1903 (8): 114-115).....	391
ANEXO A.5 - XI	393
(In: <i>Revista de Sport</i> , 30 de Novembro de 1903 (10): 146)	393
A.6 Notícias relativas a: - Luiz Furtado Coelho e ao curso de: - Boo Kuhlberg; - José Pontes	397
ANEXO A.6 - I.....	397
(O <i>Jornal da Noite</i> , 14 de Outubro de 1904)	397
ANEXO A.6 - II	398
(O <i>Jornal da Manhã</i> , Sábado 29 de Outubro de 1904)	398
ANEXO A.6 - III	399
(O <i>Jornal da Manhã</i> , Domingo 30 de Outubro de 1904).....	399
ANEXO A.6 - IV	402
(<i>Diário de Notícias</i> , 31 de Outubro de 1904)	402
ANEXO A.6 - V	405
(O <i>Jornal da Noite</i> , 31 de Outubro de 1904)	405
ANEXO A.6 - VI	406
(O <i>Jornal da Noite</i> , 2 de Novembro de 1904)	406

A Educação Física no Sistema Educativo Português

ANEXO A.6 - VII	409
(O Jornal da Noite, 3 de Novembro de 1904)	409
ANEXO A.6 - VIII	414
(Diário de Notícias, 4 de Novembro de 1904)	414
ANEXO A.6 - IX	419
(O Jornal da Noite, 5 de Novembro de 1904)	419
ANEXO A.6 - X	421
(O Jornal da Noite, 7 de Novembro de 1904)	421
ANEXO A.6 - XI	423
(O Jornal da Noite, 8 de Novembro de 1904)	423
ANEXO A.6- XII	424
(O Jornal da Noite, 9 de Novembro de 1904)	424
ANEXO A.6 - XIII	424
(Diário de Notícias, Quarta-feira 18 de Fevereiro de 1914)	424
ANEXO A.6 - XIV	425
(Diário de Notícias, Sexta-feira 27 de Fevereiro de 1914)	425
ANEXO A.6 - XV	425
(Diário de Notícias, Sexta-feira 6 de Março de 1914)	425
ANEXO A.6 - XVI	425
(Diário de Notícias, Quinta-feira 16 de Abril de 1914)	425
ANEXO A.6 - XVII	426
(Diário de Notícias, 21 de Janeiro de 1925)	426
ANEXO A.6 - XVIII	426
(Correio da Manhã, 22 de Janeiro de 1925)	426
ANEXO A.6 - XIX	427
(Comercio das Colónias, 21 de Janeiro de 1925)	427
ANEXO A.6 - XX	427
(Mundo, 21 de Janeiro de 1925)	427
ANEXO A.6 - XXI	428
(Comercio das Colónias, 24 de Janeiro de 1925)	428
A.7	429
- Estatutos da Sociedade Promotora da Educação Física Nacional	429
- Fins da Liga de Estudo e Propaganda de Educação Física	429
ANEXO A.7 - I	429
ESTATUTOS	429
da	429
SOCIEDADE PROMOTORA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NACIONAL	429
ANEXO A.7 - II	431
Liga de Estudo e Propaganda de Educação Física	431
A.8 Notícias relativas a Sociedade Promotora da Educação Física Nacional	433
ANEXO A.8 - I	433
(O Século, 2 de Abril de 1910)	433

ANEXO A.8 - II	433
(O Século, 12 de Maio de 1910)	433
ANEXO A.8 - III	434
(O Século, 20 de Junho de 1910)	434
ANEXO A.8 - IV	435
(Diário de Notícias, Sexta-feira 6 de Março de 1914)	435
A.9 Notícias relativas a Associação de Professores de Educação Física (Caso Kohlberg) ..	437
ANEXO A.9 - I	437
(Diário de Notícias, Domingo 10 de Maio de 1914)	437
ANEXO A.9 - II	437
(Diário de Notícias, Domingo 31 de Maio de 1914)	437
ANEXO A.9 - III	438
(O Século, 5 de Junho de 1914)	438
ANEXO A.9 - IV	438
(Diário de Notícias, Terça-feira 9 de Junho de 1914)	438
ANEXO A.9 - V	438
(O Século, 9 de Junho de 1914)	438
ANEXO A.9 - VI	438
(O Século, 15 de Junho de 1914)	438
ANEXO A.9 - VII	438
(O Século, Quinta-feira 25 de Junho de 1914)	438
ANEXO A.9 - VIII	439
(Diário de Notícias, Sexta-feira 26 de Junho de 1914)	439
ANEXO A.9 - IX	439
(O Século, 31 de Junho de 1914)	439
ANEXO A.9 - X	439
(Diário de Notícias, Sábado 4 de Julho de 1914)	439
ANEXO A.9 - XI	440
(O Século, Sábado 4 de Julho de 1914)	440
ANEXO A.9 - XII	440
(Diário de Notícias, Terça-feira 7 de Julho de 1914)	440

Lista de Quadros

Quadro 1.- Comparação entre os Programas Escolares de Educação Física e os Programas de Formação de Professores do Primário - Educação Física no Período da Oficialização.	96
Quadro 2.- Comparação entre os Programas Escolares de Educação Física e os Programas de Formação de Professores do Primário - Educação Física no Período da Estandarização. . .	181
Quadro 3.- Comparação entre os Programas Escolares de Educação Física e os Programas de Formação de Professores do Primário - Educação Física no Período da Educação Física e Desportiva.	223
Quadro 4.- Resenha histórica da dualidade educação física/ginástica.	233
Quadro 5.- Resenha histórica da evolução do número de aulas da matéria nos planos de estudo.	235

Lista de Siglas e Acrónimos

AIESEP	Association Internationale des Écoles Supérieures d'Éducation Physique
Art.	Artigo
CIO	Comité International Olimpique
Dec.	Decreto
Dez	Dezembro
DGEP	Direcção Geral do Ensino Primário e Normal
EF	Educação Física
E.F.T.A.	European Free Trade Association (Associação Europeia do Comércio Livre)
EP	Ensino Primário
E.S.E.	Escola Superior de Educação
E.S.E.F. - S.G.L.	Escola Superior de Educação Física da Sociedade de Geografia de Lisboa
Fev	Fevereiro
FIGL	Federação Internacional de Ginástica Ling
FNAT	Federação
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IGEP	Inspecção Geral do Ensino Primário e Normal
INEF	Instituto Nacional de Educação Física
IPCB	Instituto Politécnico de Castelo Branco
ISE	Inspecção de Sanidade Escolar e Educação Física
Jan	Janeiro
JNE	Junta Nacional da Educação
Mar	Março
MFS	Meio Físico e Social
MP	Mocidade Portuguesa
MPF	Mocidade Portuguesa Feminina
Nov	Novembro
O.M.E.N.	Obra das Mães pela Educação Nacional
O.N.M.P.	Organização Nacional Mocidade Portuguesa
Out	Outubro
Séc.	Século
Set	Setembro
SPEF	Sociedade Portuguesa de Educação Física
UBI	Universidade da Beira Interior

INTRODUÇÃO

A razão fundamental para a realização de um trabalho desta natureza surge, de algum modo, da motivação que nos ficou dos tempos da frequência universitária no Instituto Superior de Educação Física de Lisboa, resultante do confronto com uma perspetiva de estudo do Ser Humano ao longo dos tempos, desenvolvida na unidade curricular de História da Educação Física. Lembramos o Professor Jorge Crespo que nos dizia que para construir o futuro, é preciso iluminar o presente com as luzes da história do passado, de onde se infere que cada um de nós acaba por ser herdeiro do seu tempo. Posteriormente, as lógicas relativas ao estudo do Ser Humano na sua relação com a Educação Física tornaram-se para nós um imperativo, reforçado durante a frequência do Doctorado *La Renovación Pedagógica en la Historia de la Educación* (biénio 1996-98), período do qual realçamos duas afirmações de Hernández Diaz (1993)¹: «Quien desconoce el pasado difícilmente sabe donde va» e «aquél que quiera construir el futuro debe mirar continuamente hacia atrás, con el riesgo de tropezarse, pero con la garantía de caminar con mayor prudencia».

A cosmovisão imanente da célebre expressão *Mens sana in corpore sano*, que sempre fez parte do imaginário individual e coletivo, sublima o argumento defendido por Gougeon (1994, p. 4)²: «L'état de santé des habitants d'un pays dépend de multiples facteurs parmi lesquels l'Éducation Physique tient une place non négligeable, si non on ne comprendrait pas pourquoi une partie du budget de l'État est consacrée à l'Éducation Physique et Sportive scolaire».

Perante tais afirmações, propomo-nos enfrentar um processo complexo, que, no seu interior, é composto por alguns polos antinómicos, como, a singularidade e a universalidade, os condicionamentos e a procura de autonomia, num corpo e num espírito que se pretendem cada vez mais «sãos» como avança Gilles Lipovetsky, em *A era do vazio* (2016), fazendo uma interpretação do mundo contemporâneo onde o culto do corpo ultrapassa todas as expetativas.

Como pontos de partida para a necessária fundamentação teórica, sustentamo-nos em alguns autores considerados de referência. Marcel Mauss ecoa a concetualização de «técnicas corporais»: «as maneiras como os homens, sociedade por sociedade e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos» (1974, p. 211). Para o autor, os fenómenos corporais devem ser considerados em termos fisiológicos, psicológicos e sociológicos, «o tríplice ponto de vista, o do “homem total”, que é necessário» (1974, p. 215). Igualmente, George Vigarello, em *Le corps redressé. Histoire d'un pouvoir pédagogique*³, trata do que denomina «corpo corrigido»,

¹ «Quem desconhece o passado difícilmente sabe para onde vai» e «Quem quiser construir o futuro deve olhar para trás continuamente, com o risco de tropeçar, mas com a garantia de caminhar com mais prudência». Tradução livre do autor.

² «O estado de saúde dos habitantes de um país depende de muitos fatores entre os quais a Educação Física ocupa um lugar não insignificante, senão não se entenderia por que uma parte do orçamento do Estado é dedicada à Educação Física e Desportiva Escolar». Tradução livre do autor.

³ Lido a partir da tradução em castelhano: Vigarello, G. (2005). *Corregir el cuerpo. Historia de un poder pedagógico*. Buenos Aires, Nueva Visión.

como sendo aquele que deriva das prescrições da higiene e da ginástica. Nas palavras do autor, nas salas de aula do séc. XIX, procurou-se uniformizar as silhuetas, ao reunir os indivíduos segundo ordenamentos geométricos, cujas posturas tendiam a cimentar as organizações, a facilitar o manuseio dos grupos, a assegurar as exigências do trabalho, tudo para mostrar uma ordem (2005, p. 11). A análise que pretendemos desenvolver passa pelo que Michel Foucault (1996, 1997) denomina de *governamentalidade*, a qual integra o conceito de “bio-poder”, mais precisamente o tipo de poder que se exerce sobre o corpo, entendendo-se que o conceito:

«Refere-se a todo o conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas, que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.

- A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, a preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros - soberania, disciplina, etc. - e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos do governo e de um conjunto de saberes;

- O resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado». (1996, pp. 291-292)

Em Portugal, a disciplina de Educação Física tornou-se obrigatória nos liceus em 1905, pela Reforma de Eduardo José Coelho (Decreto de 30 de agosto), se bem que já antecedida pelos *Exercícios Gymnásticos acomodados à idade*, introduzidos na Instrução Primária pela Reforma de Passos Manuel (Decreto de 15 de novembro de 1836), e ainda pela *Educação Physica e Gymnastica e preceitos hygienicos*, respetivamente no 1.º grau ou elementar e no 2.º grau ou complementar da mesma Instrução Primária pela Reforma de D. Antonio da Costa (Decreto de 16 de agosto de 1870). Pese embora a formação de professores de Educação Física remontar a 1911, a primeira iniciativa estatal de formação de professorado, com carácter formal, apenas se iniciou em 1942, com a criação do Instituto Nacional de Educação Física (INEF). Entretanto, em 1975, com a integração do INEF na Universidade, abriu-se um novo caminho na formação académica dos profissionais de Educação Física integrados em geral na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas como é o caso da Universidade da Beira Interior, de Motricidade Humana como na Universidade de Lisboa, de Ciências do Desporto (e de Educação Física) como nas Universidades do Porto e de Coimbra ou, ainda, na Escola de Ciências e Tecnologia como consta na Universidade de Évora.

Assim sendo, neste trabalho, com base numa revisão documental e bibliográfica, propomo-nos proceder a uma análise histórica sobre a inserção/evolução da disciplina/matéria de Educação Física no quadro da instituição escolar portuguesa. A denominação quer seja disciplina ou matéria remete para alguma controvérsia. Utilizámos a designação disciplina/matéria porque enquanto disciplina a Educação Física existe no Ensino Secundário, enquanto que no Ensino Primário tem mais sentido falar-se de matéria. Adiante utilizaremos a designação matéria. A temática objeto de análise remete para os programas escolares de Educação Física para o Ensino Primário, sem deixar de se considerar, ainda que tangencialmente, a influência de tendências internacionais. Em simultâneo, e com base nos princípios regentes do aparecimento da Educação física e da sua “utilidade”, tentamos explorar algumas linhas consideradas marcantes na formação do Cidadão, do Militar e do Homem, onde

se cruzam componentes de ordem pedagógica, antropológica e sociológica, numa dialética que se pretende humanista, de onde emergem o Saber, a Cultura e os Valores⁴.

Deste modo, o objetivo geral do trabalho aponta para o estabelecimento de relações de causa-efeito, quer sejam pedagógicas, antropológicas, sociais ou culturais, no âmbito do papel da Educação Física na formação humana, de onde decorrem os objetivos específicos que a seguir se apresentam: sinalizar aspetos relativos à presença da Educação Física na Instrução Primária entre 1772 e 1974; interpretar diferentes modos de ação decorrentes da presença da Educação Física no Ensino Primário entre 1772 e 1974; relacionar a presença da Educação Física no Ensino Primário entre 1772 e 1974 com a formação do Cidadão, do Militar e do Homem; identificar contributos para a formação em Educação Física do Professor do Ensino Primário⁵ na atualidade.

A análise recua a 1537, ao papel do Real Colégio das Artes, onde se assinala o começo dos estudos secundários em Portugal, e particularmente a 1772, visto ser a data em que é publicada a Carta de Lei, que vem instituir e oficializar os estudos menores no país, que abrangiam os posteriormente ditos Ensino Primário e Secundário. Os procedimentos utilizados nesta investigação incluem a recolha de dados em fontes primárias, particularmente a legislação pertinente, mas também as Histórias de Portugal, do Ensino e da Educação Física, entre outros. Na organização dos dados, utilizou-se uma combinação cronológico-temática, a precedência justificando o uso da seriação cronológica. As afirmações por tópicos foram desenvolvidas a partir duma revisão da literatura da área do conhecimento relativa à Educação Física. O desenvolvimento da investigação orienta-se em quatro fases distintas de identificação com as seguintes tarefas:

1. Observação da evolução temporal dos programas escolares de Educação Física, particularmente do Ensino Primário;
2. Análise dos programas de formação inicial de Professores do Ensino Primário;
3. Perceção de correntes ou perspetivas de influência.
4. Conferência de políticas sociais associadas à Educação Física.

⁴ Savater, F. (1997). *El Valor de Educar*. Barcelona, Editorial Ariel, S.A.. 2ª ed. e Branco, M.L. (2007). *A Escola - Comunidade Educativa e a Formação dos Novos Cidadãos*. Lisboa, Instituto Piaget.

⁵ Com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) a designação passou a Ensino Básico e em consequência a designação dos docentes passou a Professor do Ensino Básico.

1. EDUCAÇÃO FÍSICA: DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL

Nada melhor do que uma dúvida para iniciar um processo de investigação. No nosso caso particular, enquanto docentes do Ensino Superior, temos acompanhado com alguma preocupação e procurado aprofundar conhecimentos sobre a dita “crise da Educação Física”. A este respeito, Sobral (1976: 11) afirmava:

«a precária situação da Educação Física no quadro geral da educação resulta de uma justificação pouco convincente da sua validade pedagógica e da importância dos objetivos que persegue, a que não será alheia uma atitude generalizada que se satisfaz com a resposta aos problemas concretos, remetendo para instâncias remotas a urgente tarefa de teorização.

- O que é, afinal, a Educação Física?

- Para que serve?».

O autor supracitado dizia:

«Muitas das críticas desvalorizadoras da Educação Física assentam na ideia de que os seus conteúdos não possuem uma importância comparável à dos conteúdos das outras disciplinas educativas. Partindo do princípio segundo o qual a educação é o conjunto das tarefas que preparam o jovem para a vida séria, para a vida do trabalho, muitas pessoas, e entre elas algumas das mais responsáveis na ciência e na política educacionais, subestimam o valor da educação física porque não vêem, segundo afirmam, qualquer relação de utilidade entre os seus conteúdos e os efeitos que provocam e as exigências da vida prática do adulto.» (pp. 16-17).

Para o autor, a Educação Física assumia uma importância menor, quando comparada com a necessidade de aprender outras áreas do conhecimento, como a Matemática, a Leitura e a Escrita e até a Língua estrangeira. Acrescentava: «Ninguém duvida que o cálculo, mesmo as operações elementares da aritmética, possui uma relação directa e imediatamente demonstrável com os problemas da vida prática. Da leitura e da escrita o mesmo se afirmará sem hesitação» (p. 18).

Uma «*consciência vigilante*», como lhe chamava Sérgio (S.D.), afirmava alguns anos depois:

«A educação física experimenta, neste momento, um difícil período de transição, caracterizado pela progressiva desactualização das antigas práticas e teorias e, ao mesmo tempo, pela inexistência de novas soluções. As recentes transformações do mundo levaram a que a educação física perdesse as suas funções tradicionais, deixando em aberto um vazio que é indispensável preencher» (Crespo, 1984: Nota prévia).

Em 1986, Sánchez Bañuelos afirmava:

«La Educación Física, como es sabido, ha estado y aún hoy en día continúa siendo vista como una disciplina poco definida y falta de consistencia a nivel académico. Esto es, según mi criterio, fundamentalmente a causa de que tradicionalmente los aspectos cognitivos de carácter intelectual de la educación han prevalecido en exceso, en menoscabo de aquellos aspectos del entorno humano que atienden a “lo físico”, a “lo corporal” en contraposición a lo espiritual, intelectual o moral»⁶ (p. 10).

Ainda nesse ano, num artigo intitulado «*Is There a Discipline of Physical Education?*», Rose afirmava a este respeito:

⁶ «A Educação Física, como se sabe, tem sido e ainda hoje continua sendo vista como uma disciplina mal definida e falha de consistência a nível académico. Isto é, na minha opinião, fundamentalmente porque tradicionalmente os aspetos cognitivos de carácter intelectual da educação têm prevalecido excessivamente, em detrimento daqueles aspetos do ambiente humano que atendem ao “físico”, ao “corporal” em oposição ao espiritual, intelectual ou moral». Tradução livre do autor.

«From its inception, the field currently known as physical education has been plagued by an identity crisis, a crisis over its legitimacy in higher education. (...) This conception of the field legitimated its place in academia by arguing that physical activity, notably sport, was a setting in which learning, especially of personal and social values, takes place»⁷ (pp. 15-16).

Em 1988, Pastor Pradillo em artigo intitulado «*La crisis conceptual de la Educación Psicomotriz*» identificava os sintomas dessa crise: crise terminológica; crise conceptual; crise metodológica; crise de objetivos. Recuando a 1993, no II Fórum Europeu dos Institutos de Ciências do Desporto⁸, Hardman defendia que, ao longo da história da Humanidade, a Educação Física foi considerada uma componente importante quer da educação quer do processo educativo. Acrescentando que:

«The continuing presence of physical education in curricula, grounded, since Antiquity, in the Aristotelian concept of “harmonious balance” and variously linked with preparation for the rigours of life, healthy well-being, enhancement of quality of life, socialisation, politics, militarism, nationalism, conformity, social control through promotion of obedience to authority etc., character building and other instrumental outcomes, implies that it has passed the “test” of time»⁹.

Mas Kirk (1990, p. 58)¹⁰ lembrava que, apesar de a Educação Física estar presente na maioria dos programas escolares ao largo da história, nem sempre a sua finalidade coincidiu com razões puramente educativas, já que esteve vinculada: à preparação militar para a guerra; à transmissão de valores «*burgueses*», como, a conformidade, o auto-sacrifício, a gratificação respeitosa, o caráter e a masculinidade; ao serviço do nacionalismo e ao controlo social através do respeito à autoridade.

Ainda no contexto do II Fórum Europeu dos Institutos de Ciências do Desporto, Crum apresentou uma comunicação intitulada *A Critical Review of Competing PE Concepts*¹¹, para dois meses depois, no IV Congresso da Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF)¹², apresentar outra intitulada *The identity crisis of Physical Education - To teach or not to be, that is the question*¹³. Em ambas, dissertava acerca da insatisfação geral existente em muitos países em relação aos resultados da escolaridade. Mais acrescentava que, quando a qualidade

⁷ «Desde a sua criação, o campo atualmente conhecido como educação física tem sido atormentado por uma crise de identidade, uma crise sobre a sua legitimidade no ensino superior. (...) Esta concepção do campo legitimou o seu lugar na academia ao argumentar que a atividade física, nomeadamente o desporto, era um cenário no qual a aprendizagem, especialmente dos valores pessoais e sociais, se dava». Tradução livre do autor.

⁸ II Forum Europeu dos Institutos de Ciências do Desporto, realizado em setembro de 1993 em Colónia.

⁹ «A contínua presença da educação física nos currículos, ancorada desde a antiguidade, no conceito aristotélico de “equilíbrio harmonioso” e variadamente ligada à preparação para os rigores da vida, bem-estar saudável, melhoria da qualidade de vida, socialização, política, militarismo, nacionalismo, conformidade, controlo social através da promoção da obediência à autoridade etc., construção do caráter e outros resultados instrumentais, implica que passou o “teste” do tempo». Tradução livre do autor.

¹⁰ Kirk, D. (1990). *Educación Física y curriculum*. Valencia, Universidad de Valencia, citado por Fraile Aranda (1995, p. 20).

¹¹ Crum, B. (1994). A critical review of competing PE concepts. In J. Mester (Ed.), *Sport Sciences in Europe 1993. Current and future perspectives*. Aachen: Meyer & Meyer Verlag: pp. 516 -533.

¹² IV Congresso da Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF), realizado em dezembro em Lisboa.

¹³ Entretanto publicada nas actas deste Congresso:- Crum, B. (1993). A Crise de Identidade da Educação Física - Ensinar ou não Ser, eis a Questão. *Boletim SPEF* (7/8): 133-148.

do ensino é posta em questão, é inevitável que o alvo das críticas se centre nos professores e na qualidade da sua formação. Assim, se estes problemas afetam todas as disciplinas escolares, incidem mais particularmente na Educação Física. Mas Crum não se fica por estas afirmações. Na linha do anteriormente defendido por Sobral (1976), levava mais longe as suas análises ao afirmar que, nos nossos dias, a Educação Física tem também de enfrentar um sério ceticismo quanto à sua relevância social. Várias razões subjazem a este ceticismo: desde logo, a própria erosão da base de apoio social, outrora presente na opinião pública, e a diminuição do seu poder de persuasão, presente na antiga retórica de legitimação «A Educação Física é indispensável para a saúde e o desenvolvimento do carácter»; depois, as novas disciplinas que reclamam espaço nos horários escolares; e, ainda, o slogan cada vez mais ouvido do «regresso às coisas básicas».

Também Hardman (1994) afirmava que os argumentos utilizados pelos educadores físicos para justificar a inclusão da Educação Física como parte do *curriculum* escolar tiveram um êxito limitado «since in many countries physical education is not accepted on par with seemingly superior academic subjects concerned with developing a child's intellect. Whatever pupils views of physical education, many School Directors place it "near the bottom", being seen less "...as a substantial part of general education" and "...more like an annex"¹⁴ (Naul, 1992, p.13)¹⁵. 'Academic' subjects are highly rated in schools, whereas 'practical' subjects like physical education are placed conventionally towards the bottom of a hierarchical order of knowledge. Fasting (1992)¹⁶ has indicated that as competition increases between school subjects "...physical education seems to be one of those subjects that is falling behind" and "...If administrators need to reduce the number of classes in a subject, physical education is often chosen"¹⁷ (p. 46).»

Na mesma linha, Fisher (1998, p. 9) acrescentava:

«Whilst it is true that in some countries there are some encouraging developments for the profession, in rather too many countries there is evidence that PE is in decline. (...) In some it is a question of official reductions in the time allocated to the subject, whilst in others there have been moves to make provision for sport and physical activity outside the school on the assumption that this would constitute a legitimate programme of PE. (...) PE frequently has to give way to the

¹⁴ «ja que em muitos países a educação física não é aceite a par com assuntos académicos aparentemente superiores relacionados com o desenvolvimento do intelecto de uma criança. Quaisquer que sejam os pontos de vista dos alunos sobre a educação física, muitos Diretores Escolares colocam-na "próximo do fundo", sendo vista menos "... como uma parte substancial da educação geral" e "mais como um anexo"». Tradução livre do autor.

¹⁵ Naul, R. (1992). *The Training of Physical Education Teachers in Germany*. Paper SCOPE Conference «The Training of Physical Education Teachers - The European Dimension». University of Warwick 27-29 November, citado por Hardman (1994, p. 544).

¹⁶ Fasting, K. (1992). The Prince Phillip Fellows Lecture - The European Tradition and Current Practice in Physical Education. *British Journal of Physical Education*, 23 (4): 44-48, citado por Hardman (1994, p. 46).

¹⁷ «As disciplinas académicas são altamente classificadas nas escolas, enquanto as disciplinas "práticas" como a educação física, são colocadas convencionalmente na parte inferior de uma ordem hierárquica de conhecimento. Fasting (1992) indicou que à medida que a competição aumenta entre as disciplinas escolares "... a educação física parece ser um daqueles assuntos que está a ficar para trás" e "... se os administradores precisam de reduzir o número de aulas numa disciplina, a educação física é frequentemente escolhida». Tradução livre do autor.

demands of the supposedly more important subjects such as mathematics, science and languages»¹⁸.

Por conseguinte, quando abordamos a discussão dos problemas teóricos da Educação Física, a primeira questão que se nos depara está implícita na própria designação do objeto, pleonasticamente a expressão “educação física”.

Face ao exposto, fácil se torna de perceber que o problema existe e que as linhas de força foram identificadas durante os últimos 40 anos. Assim sendo, é bem provável que Oyama (1995) tenha razão, quando afirma «A crise ou o caos da Educação Física foram gestados e emergem, grosso modo, quando da mudança de uma Educação Física vinculada à Pedagogia, ou à formação de professores do 1º e 2º Graus, para uma ciência e uma profissão» (pp. 75-76). Com efeito, para Sobral (1987, p. 7):

«Se analisarmos (...) numa perspectiva (...) que se oriente para uma apreensão de conjunto, para a identificação das grandes linhas que conferem um significado teórico, apercebemo-nos de duas tendências aparentemente contraditórias (...): Uma tendência centrípeta, confluindo num corpo de conhecimentos, numa área a que se convencionou chamar Ciência da Motricidade Humana, depois de ensaios terminológicos falhados, um pouco por toda a parte, como Antropocinética, Biocinética, Ciências da Actividade Física, etc (...); Um movimento centrífugo, em que, da nova área assim constituída, o conhecimento retorna aos espaços próprios dos diversos conteúdos da Educação Física, enfrenta provas de adequação empírica e conceptual, e colide com problemas geradores de novas aproximações cognitivas».

Vários autores (Bouchard, 1974; Renson, 1989) são coincidentes em reconhecer a existência de diferentes propostas para a resolução da propalada crise: umas defendendo uma distinção entre uma orientação profissional oposta a uma disciplinar, que ora mantêm a designação “Educação Física” como elemento aglutinador, ora recorrem a novas designações como Antropocinética, Antropocineticologia, Ciências da Atividade, Ciências da Atividade Física, Ciência ou Ciências da Educação Física, Ciência ou Ciências do Desporto, Ciência ou Ciências do Exercício, Ciências do Movimento Humano, Cinantropologia, Cinesiologia, Estudo da Performance, Gimnologia; Homocinética, Psico-cinética ou Ciência do Homem em Movimento ou ainda Motricidade Humana; outras referindo a proliferação de novas (sub)disciplinas sem qualquer coesão mútua.

Como afirma Bouchard (1974: 118), uma das razões para os problemas existentes resulta do facto «que notre domaine est enchaîné à un héritage beaucoup trop contraignant ... L'histoire de l'éducation physique est bien sûr extrêmement riche pour celui qui veut l'interroger et en dégager des conclusions pertinentes à une remise en cause disciplinaire et professionnelle»¹⁹.

¹⁸ «Embora seja verdade que nalguns países existem alguns desenvolvimentos encorajadores para a profissão, em muitos países há evidências de que a EF está em declínio. (...) Nalguns é uma questão de reduções oficiais no tempo atribuído à disciplina, enquanto noutros houve movimentos para providenciar desporto e atividade física fora da escola, na suposição de que isso constituiria um programa legítimo de EF. (...) A EF frequentemente tem que dar lugar às demandas das disciplinas supostamente mais importantes como a matemática, as ciências e as línguas». Tradução livre do autor.

¹⁹ «que o nosso domínio está acorrentado a uma herança muito constrangedora ... A história da educação física é, naturalmente, extremamente rica para quem quer questioná-la e chegar a conclusões relevantes para um questionamento disciplinar e profissional.» Tradução livre do autor.

Mas retomemos o problema levantado pela denominação da disciplina. Na aceção de vários autores (Sobral, 1976; Bravo Berrocal, 1995), o termo **Educação Física** é formado semanticamente por dois vocábulos que nos evocam um conteúdo, mas suscitam dificuldades de precisão. Segundo Sobral (1976, p. 11), «a tendência imediata, aquela que corresponde ao senso comum, é a de passar rapidamente sobre o termo educação e deter-se no termo física, donde resulta a ideia generalizada de educação física como educação do físico, do corpo, da substância material do homem». Na linha de pensamento destes autores, será talvez conveniente: estabelecer claramente o que se entende por educação; averiguar se o conceito de físico, tal como o entende o senso comum, é compatível com o conceito teórico; concluir da compatibilidade entre o conceito de físico, teoricamente estabelecido, e o conceito de educação, conforme o resultado do primeiro passo do raciocínio.

Procuremos então esclarecer o que se entende por educação.

1.1. Educação entre o Individual e o Coletivo

Sobral (1976, p. 12) apresenta-nos diversas definições de “educação”, a que acrescentámos outras de fontes distintas: «A finalidade da educação é desenvolver no indivíduo toda a perfeição de que ele é susceptível» (Kant); «Educação é a acção exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que não estão ainda preparadas para a vida social. Tem como objectivo suscitar na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio social ao qual a criança particularmente se destina» (Durkheim); «Educação, vem de educar e, educar consiste no emprego dum certo número de processos que tem por fim facilitar o desenvolvimento da geração vindoura de acordo com os ideais que temos da vida. (...) A educação está inteiramente dependente da maneira porque encaramos a vida, ela varia conforme o modo de ser de um povo, o seu estado de civilização e, sobretudo, conforme a ideia que ele faz de si próprio, da sociedade que o rodeia e do papel, que ele pode desempenhar nessa sociedade, num futuro mais ou menos próximo» (Lacerda, S.D.); «aquella actividad (práctica, arte, ciencia, método...) que el hombre ha organizado para ayudar a sus semejantes al mejor desarrollo de sus capacidades personales y sociales»²⁰ (Cagigal, 1979, p. 53).

Resguardando definições etimológicas, e em função de diferentes teorias acerca do termo, o autor (1976, p. 13) refere-se a um conceito geral de educação, entendida como «é uma acção dirigida sobre um indivíduo, visa promover um certo número de transformações a nível dos diversos territórios da natureza individual (intelectual, moral e físico), garantindo deste modo a maior autonomia do indivíduo em relação ao meio envolvente». Mas Bravo Berrocal (1995, p. 14) defende que educar é também, e de maneira especial, ajudar o ser humano a um contínuo sair para horizontes mais amplos.

²⁰ «aquella atividade (prática, arte, ciência, método...) que o homem organizou para ajudar os seus semelhantes a desenvolver melhor as suas capacidades pessoais e sociais». Tradução livre do autor.

O problema colocado pela expressão Educação Física não fica, ainda assim, completamente equacionado. Se, a partir destas primeiras considerações sobre o termo educação, ficou estabelecida a primeira incógnita, importa agora que nos debrucemos sobre o termo física, o qual precisa a especificidade desta disciplina educativa.

1.2. Física: a questão da Natureza estática ou dinâmica

Para Bravo Berrocal (1995, p. 15), a evocação semântica do termo grego *fysis* situa-nos no significado da sua tradução por natureza. Este conceito recordava algo profundo, constitutivo da Natureza:

«entendido después de Aristóteles como verdadero "principio y causa del movimiento y del reposo, intrínseco al ser en el que reside". Los estoicos llegaron a identificar la fysis con Zeus, siendo la naturaleza o fysis de los hombres parte, solamente, de esta fysis universal, Platón manifiesta que "según los antiguos, la fysis es la génesis de lo primitivo"»²¹.

Atualmente, segundo o mesmo autor, “físico”, na sua mais ampla aceção, é o pertencente à constituição e natureza da matéria. Referido ao ser humano, físico, há-de interpretar-se, não só como aquilo que forma a sua constituição e natureza, mas também como o aspeto externo de uma pessoa. Entretanto, Sobral (1976: 13) refere a existência de duas hipóteses de definição do termo *físico*: na primeira, fala da substância material do homem, do corpo, do *soma*, pelo que, neste sentido, a educação física consistiria então na educação corporal, entendida como um processo de transformações relativas ao corpo; na segunda, refere-se à natureza dos meios utilizados e, então, a educação física passará a ser entendida como a disciplina educativa que utiliza meios de natureza física para promover as transformações implícitas no conceito de educação.

Na dupla aplicação utilizada por Bravo Berrocal (1995), deve entender-se o adjetivo que completa a expressão «**educação física**», tal como o defendeu Cagigal em 1968²²: «el arte, ciencia, sistema o técnica que ayuda al individuo al desarrollo de sus facultades para el diálogo con la vida y consiguiente cumplimiento con su propio fin, con especial atención a su naturaleza y facultades físicas»²³.

²¹ «Entendido desde Aristóteles como o verdadeiro “princípio e causa do movimento e do repouso, intrínseco ao ser em que ele reside”. Os estoicos chegaram a identificar a fysis com Zeus, sendo a natureza ou fysis dos homens parte, apenas, dessa fysis universal, Platão afirma que “Segundo os antigos, a fysis é a génese do primitivo.» Tradução livre do autor.

²² Cagigal, J.M. (1968). La Educación Física. ¿Ciencia?. *Revista Española de Educación Física, Pedagogía y Medicina del Deporte*, 219: 6, citado por Bravo Berrocal (1995, p. 15).

²³ «a arte, ciência, sistema ou técnica que ajuda o indivíduo no desenvolvimento das suas faculdades para o diálogo com a vida e consequente cumprimento com o seu próprio fim, com especial atenção à sua natureza e faculdades físicas». Tradução livre do autor.

1.3. Educação Física

Segundo Marinho (1984)²⁴ é a John Locke (1632-1704), que devemos a utilização/sedimentação do termo **Educação Física**, num capítulo duma obra²⁵ publicada em 1693. A expressão foi introduzida na língua francesa em 1762, no título de uma obra de Jacques Ballexserd, *Dissertation sur l'Éducation Physique des Enfants, depuis leur naissance jusqu'à l'âge de puberté*. Já na língua portuguesa, a primeira publicação com a expressão no título, *Tratado da educação fysica e moral dos meninos de ambos os sexos*, da autoria²⁶, de Luiz Carlos Moniz Barreto, surge em 1787. Vejamos alguns contributos para a definição do conceito. Começamos por recordar as palavras de Cagigal (1979): «Si consideramos que toda educación se basa en un determinado concepto de hombre, de igual manera la concepción de Educación Física variará según el concepto y la idea que sobre el cuerpo se posea²⁷».

A Educação Física, pressuposta como disciplina educativa, tem por força de responder a duas exigências. A primeira consistirá em promover, pelos meios que selecionou, as transformações individuais inerentes ao conceito de educação; a segunda, em consequência, garantir que tais transformações concorrem para ampliar a autonomia do indivíduo relativamente ao meio social e material.

«... la Educación Física no es educación de lo físico, como lo saben todos los que se dedican a ella. Es un aspecto de la educación total y, como tal, siempre tiene que ver con el ser humano integral. (...) ... Por mi parte, prefiero caracterizar al hombre como HOMO SE MOVENS, persona que se mueve por sí misma... por tanto, la Educación Física es la base de toda Educación, ya que no procede de ejercicios canonizados, sino del movimiento humano; no busca rendimientos objetivos, sino un ser creador y con autocontrol.»²⁸ (Rijsdorp, 1967: 297, 300 e 303)²⁹

«A expressão “Educação Física” designa, em Pedagogia Geral, o processo unitário, planificado e sistemático da educação e formação desportivo-corporal da juventude (em sentido amplo). (...) Isto significa que “Educação Física” representa um processo, para a solução de determinadas tarefas de educação e formação, com características gerais idênticas à de todo o processo pedagógico (papel dirigente do pedagogo, organização da actividade de acordo com

²⁴ Marinho, I.P. (1984). *Introdução ao estudo da filosofia da Educação Física e dos Desportos*. Brasília, Horizonte, citado por Bracht (1989, p. 18).

²⁵ John Locke (1693). *Some Thoughts Concerning Education*.

²⁶ São de Serrado (2014: 6) as seguintes palavras, a propósito desta publicação «De autor que não conseguimos apurar, o *Tratado da Educação Física e Moral das Crianças de Ambos os Sexos*», traduzido para português por Luís Carlos Moniz Barreto, em 1787.

Ribeiro (2002, p. 48) esclarece «Luís Carlos Moniz Barreto, tradutor de um *Tratado de Educação Física e Moral dos meninos de ambos os sexos* (1787), anonimamente publicado, mas de autoria de Joly de St. Valier, coronel de Infantaria...».

²⁷ «Se considerarmos que toda a educação é baseada num determinado conceito de homem, da mesma forma o conceito de Educação Física variará de acordo com o conceito e a ideia que sobre o corpo se possui». Tradução livre do autor.

²⁸ «... A Educação Física não é a educação do físico, como todos aqueles que a ela se dedicam sabem. É um aspeto da educação total e, como tal, sempre tem a ver com o ser humano integral. (...) ... Da minha parte, prefiro caraterizar o homem como HOMO SE MOVENS, uma pessoa que se move por si mesma... portanto, a Educação Física é a base de toda a Educação, já que não vem de exercícios canonizados, mas do movimento humano; não procura rendimentos objetivos, mas um ser criador e com autocontrolo». Tradução livre do autor.

²⁹ Rijsdorp, K. (1967). El significado de la educación física. *Citius, Altius, Fortius*, Tomo IX: 293-306, citado por Río Mateos & Rosa Sánchez (1989: 36).

os princípios pedagógico-didáticos, etc.) e que se realiza sob as mesmas formas e características de sistema como a educação no sentido lato.» (Bento, 1986: 133)

«Educação Física é o processo racional, sistematizado e intencional de tornar acessível, a todos os jovens que frequentam a instituição escolar, o conjunto transitório de conhecimentos, hábitos, valores, atitudes e capacidades que constituem o património da Cultura Física.» (Carreiro da Costa et al., 1988: 16)

«La expresión educación física ha venido a significar, en el momento actual, un estado de la cuestión social y cultural de los pueblos. No solo expresa en si misma, una serie de técnicas pedagógicas, métodos de formación o maneras de entender la educación para la salud y el desarrollo armónico del soporte humano. Desde un punto de vista político, la presencia de estas técnicas o métodos educativos, tanto a niveles escolares como populares, es uno de los parámetros considerado socialmente válido y significativo tanto de los niveles de desarrollo, como de los niveles de calidad de vida y de progreso social»³⁰ (Vizuite Carrizosa, 1996: 14)

Não poderíamos terminar este ponto sem fazer referência ao aprovado Manifesto Mundial da Educação Física - FIEP 2000³¹, que defende taxativamente:

«Art. 2 - A EDUCAÇÃO FÍSICA, como direito de todas as pessoas, é um processo de Educação, seja por vias formais ou não-formais, [...] CONSTITUI-SE num meio efetivo para a conquista de um estilo de vida ativo dos seres humanos».

Passámos em revista contributos para a definição do constructo Educação Física. Não tivémos qualquer pretensão de participar na discussão prevalecente, antes procurámos situar a questão central da nossa investigação. Lembremos uma citação quase nostálgica de Newell (1990, p. 227), que parafraseando Williams³² afirmava:

«There was a time when physical education was physical education. That is, physical education was recognized within higher education, school systems, and society at large as the education of and through the physical activity that individuals receive in their formative years of education, primarily in institutional settings»³³.

Nestes tempos, como afirmava Sage (1984, p. 117)³⁴ «(...) não havia crise de identidade da Educação Física», ao que Oyama (1995, p. 77) acrescentava, «pois, a Educação Física tinha claramente definidos seus aspectos de preparação (Academias Militares) e atuação profissional (processo de escolarização), além de suas relações com a sociedade. Os problemas aparecem

³⁰ «A expressão educação física passou a significar, na atualidade, um estado da questão social e cultural dos povos. Não apenas expressa em si uma série de técnicas pedagógicas, métodos de treino ou formas de entender a educação para a saúde e o desenvolvimento harmonioso do suporte humano. Do ponto de vista político, a presença dessas técnicas ou métodos educativos, tanto a níveis escolares como populares, é um dos parâmetros considerado socialmente válido e significativo tanto dos níveis de desenvolvimento, como dos níveis de qualidade de vida e de progresso social». Tradução livre do autor.

³¹ Tubino, M. (2000). *Manifesto Mundial da Educação Física - FIEP 2000*. www.foznet.com.br/emp/fiep/default-sec.htm

³² Williams, J.F. (1927). *The principles of physical education*. Philadelphia, Saunders, citado por Newell (1990: 227).

³³ «Houve uma época em que a educação física era educação física. Ou seja, a educação física era reconhecida no ensino superior, nos sistemas escolares e na sociedade como a educação da e através da atividade física que os indivíduos recebiam nos seus anos de formação, principalmente em ambientes institucionais». Tradução livre do autor.

³⁴ Sage, G.H. (1984). The quest for identity in college physical education. *Quest*, 36, citado por Oyama (1995, p. 77).

quando começa a haver indefinições entre os aspectos académico e profissional, além das múltiplas interferências entre estes e o fenómeno Esporte».

Após termos percorrido aspetos da «crise da Educação Física», terminemos com palavras de esperança escritas por Crespo (1992, p. 217) quando afirma que «A crise de identidade que, no momento actual, se torna motivo de análise e de preocupação entre os profissionais de Educação Física é um fenómeno esperado e que pode suscitar reflexões de grande utilidade para o futuro. Trata-se de um indicador precioso, porque nos revela o encontro da disciplina com uma realidade nova, surgida em circunstâncias de ruptura de equilíbrios antigos e insinuando a necessidade de reestruturações urgentes».

2. METODOLOGIA

Tratando-se de um estudo de revisão de documentos e seus fundamentos, a presente investigação inscreve-se num modelo que a literatura convencionou por incluir nos paradigmas de investigação qualitativa, também designado por histórico por alguns autores (Salomon, 1979; Lakatos, 1981³⁵; Quivy & Campenhoudt, 1992).

Salomon (1979) considera diversos tipos e modalidades de investigação pedagógica, entre as quais a investigação histórica que:

«descreve o que era. O processo compreende: investigação - registro - análise - interpretação dos acontecimentos do passado com o propósito de descobrir generalizações que possam ser úteis para a investigação do presente e a predição do futuro. O enfoque se faz sobre a mudança, o desenvolvimento de indivíduos, grupos, práticas, instituições ou idéias. Remonta às fontes de informação primárias, originais ou de primeira mão. Seu segredo é a escolha de um problema bastante limitado. Suas técnicas se reduzem a:

- a) - coleta de dados históricos ou coleta "documental": primários e secundários
- b) - crítica histórica: interna e externa
- c) - síntese.

Uma das modalidades da história é a investigação sobre legislação escolar: lei promulgada e jurisprudência.»

A esta conceção, Lakatos & Marconi (1991a: 107; 1991b: 82) acrescentam:

«colocando-se os fenômenos, como, por exemplo, as instituições, no ambiente social em que nasceram, entre as suas "concomitantes", torna-se mais fácil a sua análise e compreensão, no que diz respeito à gênese e ao desenvolvimento, assim como às sucessivas alterações, permitindo a comparação de sociedades diferentes: o método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos».

O presente estudo inscreve-se na corrente de investigação relacionada com a inserção de disciplinas no quadro da instituição escolar e, particularmente, com os valores veiculados pela disciplina de Educação Física (Tiana Ferrer, 1988; Cuesta Fernández, 1993-94; Goodson, 1995; Corts Giner et al., 1996). Tratando-se de uma pesquisa realizada a partir da análise documental, tentámos garantir a aplicação de formas diversificadas, optando-se pela conjugação de algumas das orientações sugeridas pela literatura especializada: Bardin (1979), Fox (1981), Lakatos & Marconi (1991a, 1991b).

Se se pretende fazer um estudo do que representou a Educação Física desde a sua implantação enquanto disciplina escolar até ao 25 de abril de 1974, deve-se procurar todas e cada uma das fontes que possam fornecer dados concretos e precisos desta evolução temporal, pouco estudada até agora e por isso pouco conhecida. Ao pretender-se realizar uma aproximação ao tema do ponto de vista do referencial legislativo, conscientes que estamos da amplitude e complexidade que representa o estudo na sua globalidade, pretendemos fornecer uma visão particular com base na análise dos textos legais que foram aparecendo ao longo dos anos, mas que serve como elemento introdutório a um estudo com maior profundidade visto por outras perspetivas.

³⁵ Lakatos (1981), citado por Lakatos & Marconi (1991a, pp. 106-107; 1991b, pp. 81-82).

2.1. Delimitação do Tema

A delimitação do tema de estudo situa-se a três níveis:

GEOGRÁFICO - Analisar a realidade portuguesa, já que se centra na inserção da disciplina de Educação Física no quadro da instituição escolar primária portuguesa.

CRONOLÓGICO - Entre a data de publicação dos primeiros textos oficiais referentes à Instrução Primária e o ano de 1974.

As datas escolhidas obedeceram ao seguinte critério: necessidade de o estudo evolutivo se processar desde os primeiros documentos sobre o assunto (data inicial); necessidade de garantir um relativo distanciamento temporal quanto aos dados em estudo e simultaneamente fixar um marco de referência para todo o conjunto de alterações que a Revolução de 1974 acarretou na sociedade portuguesa, em geral, e nos programas da disciplina, em particular (data final).

TIPOLÓGICO - recolha de dados referentes a textos legais (diplomas legais, programas e diretivas oficiais) e obras doutrinárias (impressas sob a forma de livros, artigos, discursos).

Para a consecução das hipóteses de investigação, a documentação utilizada compreende: fontes impressas; bibliografia. As fontes impressas incluem, não só a legislação publicada, mas também as obras de análise crítica e de teoria sobre os assuntos tratados, divulgados por educadores, médicos e moralistas da época e apresentam os aspetos relevantes dos fenómenos considerados. Para completar a pesquisa, será consultada a bibliografia especializada, respeitante a instrumentos de trabalho, métodos, história geral, história da educação, história da educação física e teoria e história do jogo.

2.2. Análise das Fontes

Na organização dos dados, utilizámos uma combinação cronológica - temática por tópicos. Nas transcrições, respeitámos a ortografia da época. Tomámos a mesma atitude relativamente aos nomes próprios. A análise começa em 1772, por ser a data em que é publicada a Carta de Lei, que vem instituir e oficializar os Estudos Menores no país. No entanto, o ponto de partida para a inserção da Educação Física na instituição Escolar Primária Portuguesa data de 1836, quando, pelo Decreto de 15 de novembro, era aprovado o plano da «Instrução primaria» e estabelecido o plano de estudos, que contemplava «Exercícios Gymnasticos accommodados à idade». O estudo finaliza em 1974, momento em que se rompe com o modelo do Estado Novo e se abre um novo ciclo histórico.

Um conjunto de fontes recolhidas é apresentado, em apêndice e em anexo, assim:

- No Apêndice A, uma seriação cronológica da bibliografia de origem portuguesa, publicada desde os primórdios;
- No Anexo A.1, extratos de obras de escritores, jornalistas e políticos que sustentaram um movimento de opinião que favoreceu o eclodir e o desenvolvimento da ginástica portuguesa;
- No Anexo A.2, alguns documentos;
- No Anexo A.3, extratos de textos relativos a Organismos Estatais de Sanidade Escolar;

- No Anexo A.4, extractos de textos relativos a Programas de Educação Física;
- no Anexo A.5, notícias publicadas em órgãos de comunicação social relativas a Conferências
- no Anexo A.6, notícias publicadas em órgãos de comunicação social relativas a Luiz Furtado Coelho e ao curso de Boo Kuhlberg, José Pontes;
- no Anexo A.7, Estatutos da Sociedade Promotora de Educação Física Nacional e Fins da Liga de Estudo e Propaganda de Educação Física;
- no Anexo A.8, notícias publicadas em órgãos de comunicação social relativas a - Sociedade Promotora de Educação Física Nacional;
- no Anexo A.9, notícias publicadas em órgãos de comunicação social relativas à Associação de Professores de Educação Física (Caso Kohlberg).

2.3. Hipóteses

De acordo com os conhecimentos fornecidos a partir da análise da literatura, do problema e dos objetivos explicitados para esta investigação, formularemos de seguida um conjunto de hipóteses, que se pretende virem a ser confirmadas ou infirmadas no decorrer da pesquisa.

H1- Existe uma evolução terminológica da designação da matéria de Educação Física.

Apesar de o tema central deste trabalho se referir ao sintagma Educação Física, por ser o mais usado, não foi o único a aparecer nas normativas legais, já que se foi combinando principalmente com Ginástica e, em períodos muito concretos e definidos, com Exercícios militares. Algumas das razões para este facto podemos encontrá-las em Bouchard (1974) e Piéron (1984), para os quais os objetivos da Educação Física foram, durante muito tempo, expressos em termos muito gerais e vagos, caracterizando-se, em termos de necessidades, objetivos, correntes ou sistemas desenvolvidos ao longo dos tempos, mais por opiniões subjetivas, pontos de vista pessoais e atitudes ecléticas, do que pela lógica e rigor científico. Ora, cabe-nos ainda salientar que a própria denominação pode ter influência no modo como é interpretada ou valorizada pelos agentes. Além disso, a evolução histórica apresentada por Ulmann (1965)³⁶ mostra que a Educação Física se desenvolveu sob o impulso dos militares, sendo, de seguida, apoiada pelos higienistas e médicos, e só mais tarde pelos educadores, que exerceram influência notória sobre os fins e as práticas. Esta evolução, clara na Antiguidade, vem a repetir-se nos finais do século XIX e no século XX, tendo uma repercussão deveras importante nos objetivos atribuídos às atividades físicas. Para se sublinhar tal perspetiva, apresentamos a cronologia dos objetivos estabelecida por Hess (1959) e Price (1948) para os Estados Unidos: Objetivos baseados na saúde e na higiene (1900-1919); Objetivos de carácter sócio-educativo, incluindo a utilização do tempo livre (1920-1928); Objetivos centrados na saúde e na aptidão física (1939-1945); Objetivos amplos para abarcar as relações humanas

³⁶ Ulmann, J. (1965). *De la gymnastique aux sports modernes*. Paris, Presses Universitaires de France, citado por Piéron, 1984, p. 17.

(1945-1960); Objetivos de caráter sócio-educativo, incluindo ainda os aspetos mental, social, higiénico, emocional e físico da aptidão física total (1950-1957).

H2- Existe uma imbricação³⁷ no contexto escolar e nos planos de estudo da matéria/disciplina de Educação Física.

Outro campo de análise remete para a configuração dos planos de estudo. Trata-se de ir analisando a estruturação da Educação Física, pelo seu progressivo e alternante aparecimento e desaparecimento, no quadro da instituição escolar primária portuguesa.

H3- Existe uma relação entre os conteúdos dos programas de Educação Física e determinados acontecimentos da História de Portugal.

A evolução dos conteúdos dos programas de Educação Física não pode, por outro lado, ser dissociada de mudanças políticas e ideológicas ocorridas na sociedade portuguesa. Como contributo teórico neste ponto, será de recordar a sistematização histórica considerada por Estrela (1973), que estabelece os seguintes períodos: Monarquia de Antigo Regime - até 1820; Monarquia Liberal (de base parlamentar) - de 1820 a 1910; República Democrática e Parlamentar - de 1910 a 1926.; Ditadura Nacional - de 1926 a 1933; República Corporativa - de 1933 a 1974. Em termos genéricos, poderíamos então situar como marcos políticos e/ou ideológicos: o absolutismo; o liberalismo; o republicanismo e a implantação da República; a revolução militar de 28 de maio de 1926; a Constituição da República aprovada em plebiscito nacional em 19 de março de 1933 (que estabeleceu os fundamentos do Estado Novo sob a fórmula de República Unitária e Corporativa).

H4- Existe uma relação entre os conteúdos dos programas de Educação Física e tendências internacionais de desenvolvimento da Educação Física.

Langlade & Langlade (1970) dividem a evolução da Educação Física contemporânea em três grandes momentos: 1800-1900, caracterizado pela formação das grandes escolas - alemã, nórdica, francesa e inglesa; 1900-1939, quando surgem os grandes movimentos - do centro europeu (escola alemã), do norte europeu (escola nórdica) e do oeste europeu (escola francesa); de 1939 em diante, com o aparecimento das influências recíprocas e da universalização de conceitos. Por seu lado, Dufour (1981, 1992) discrimina as tendências modernas da Educação Física na Europa, com o suporte metodológico do conflito entre a natureza e a cultura. À medida que vislumbra a possibilidade de observar a Educação Física sob dois ângulos antagónicos, o autor constata a existência de conflitos, tanto externos, como internos. No âmbito interno, Dufour (1981, pp. XIV-XVI; 1992, pp. 85-97) apresenta os conflitos mais específicos da Educação Física, aqueles, de ordem didática e metodológica, e divide a história da Educação Física em três períodos: antes do séc. XIX, em que, o conflito natureza *versus* cultura aparece pelas posições contrastantes dos seus dois maiores nomes: Guts Muths e Pestalozzi; durante o séc. XIX, em que se deparam três modelos bem definidos: a ginástica médica (Ling), o turnen (Jahn) e o desporto; a partir do séc. XX, em que identifica seis

³⁷ Utilizamos o termo *Imbricação*, em tradução livre do termo de origem espanhola [Díaz, M.M. (2004). *Adaptación de los planes de estudio al proceso de convergencia europea*. Oviedo, Universidad de Oviedo].

orientações fundamentais: a ginástica natural (Hébert e Gaulhofer); a ginástica médica (Bukh, Falk e Bjorksten, e Lindhard e Thulin); a tendência musical (ginástica moderna - Bode, Medau..., e a dança moderna - Laban, Wigmann,...); a tendência psicomotora (Le Boulch, Cratty, Ungerer); a tendência pedagógica; e a tendência desportiva. A organização do estudo que a seguir se apresenta, permite uma visão global da investigação. A presente investigação centrar-se-á nas problemáticas enunciadas, estando dividido em oito partes, correspondentes às fases habitualmente consideradas na metodologia de investigação.

O Ponto 2 consta da metodologia, incluindo a delimitação do tema, a análise das fontes e a formulação das hipóteses.

O Ponto 3 consta duma análise à investigação de origem portuguesa sobre história da Educação Física.

O Ponto 4, é dividido em quatro pontos correspondentes aos ciclos do percurso da Educação Física como matéria escolar na instituição primária em Portugal: **1)** Período Precursor (até 1835); **2)** Período da Oficialização (de 1835 a 1904); **3)** Período da Estandardização (de 1904 a 1953); **4)** Período da Educação Física e Desportiva (de 1953 a 1974). Em cada ciclo essa análise para além de procurar identificar os traços caraterísticos do período em questão, pretende apresentar as sucessivas reformas e as consequentes reestruturações curriculares, pretenderá ainda verificar a correspondência entre os programas curriculares da Escola Primária e os programas de formação de professores primários, particularizando a formação em Educação Física.

O Ponto 5 apresenta as conclusões do estudo, dividida em três pontos: **1)** alterações organizacionais de serviços ministeriais relacionados com Instrução Pública, com Ensino Primário e com Sanidade Escolar e Educação Física; **2)** a construção da Ciência da Educação Física, com a evolução terminológica, a sobreposição no contexto escolar e nos planos de estudo; **3)** as relações com acontecimentos da história portuguesa e com tendências internacionais de desenvolvimento da Educação Física.

O Ponto 6 apresenta as Recomendações para futuras investigações.

O Ponto 7 apresenta as Fontes utilizadas: fontes primárias e bibliografia. As fontes primárias referem-se à legislação educativa a consultar. Quanto à bibliografia são apresentadas as obras consultadas, divididas em três grupos: bibliografia, revistas especializadas e revistas não especializadas.

O Ponto 8 apresenta os Apêndices: Apêndice A - Seariação cronológica da bibliografia de origem portuguesa, publicada desde os primórdios.

O Ponto 9 apresenta os Anexos, dividida em tópicos: **1)** Extratos de obras de escritores, jornalistas e políticos que sustentaram um movimento de opinião que favoreceu o eclodir e o desenvolvimento da ginástica portuguesa; **2)** Alguns documentos; **3)** Extratos de textos relativos a Organismos Estatais de Sanidade Escolar; **4)** Extratos de textos relativos a Programas de

A Educação Física no Sistema Educativo Português

Educação Física; 5) Notícias publicadas em órgãos de comunicação social relativas a Conferências; 6) Notícias publicadas em órgãos de comunicação social relativas a Luiz Furtado Coelho e ao curso de Boo Kuhlberg, e a José Pontes; 7) Estatutos da Sociedade Promotora de Educação Física Nacional e Fins da Liga de Estudo e Propaganda de Educação Física; 8) Notícias publicadas em órgãos de comunicação social relativas a Sociedade Promotora de Educação Física Nacional; 9) Notícias publicadas em órgãos de comunicação social relativas à Associação de Professores de Educação Física (Caso Kuhlberg).

3. A INVESTIGAÇÃO DE ORIGEM PORTUGUESA

Foi na leitura de Correia (2010, p. 3)³⁸ que colhemos a ideia para estruturar o desenvolvimento deste ponto. No referido texto o autor afirma «A construção curricular da Escola de Massas em Portugal faz-se em torno dos conceitos de classe, disciplina, lição e programa. Currículo é um termo que esteve até um passado recente ausente dos enunciados educacionais ou, quando muito, ocorrendo de modo pontual e residual referindo-se ao conjunto das disciplinas.»

A história dos currículos e das disciplinas escolares tem sido objeto de pesquisa nas últimas décadas e o interesse historiográfico sobre esta temática articula-se com as indagações sobre as redefinições de políticas educativas e problemáticas epistemológicas oriundas da denominada “crise paradigmática” dos anos 70. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por políticas educativas que, entre outras ações, cuidaram das reformulações curriculares em muitos países do mundo ocidental. Nesse processo de reformulações, a escola e o conhecimento por ela produzido tornaram-se objeto de interesse em vários países. O quotidiano escolar, as práticas de ensino de professores e alunos e os materiais escolares começaram a ser considerados relevantes no processo educativo e, nesta perspetiva, as disciplinas escolares tornaram-se objeto de investigação, procurando-se justificar ou compreender o papel e o significado de cada uma delas na definição dos novos currículos, e preocupando-se, entre outras dimensões, em identificar e apreender o conhecimento escolar por elas produzido.

As pesquisas da história dos currículos e das disciplinas escolares articulam-se, assim, ao processo de transformações educativas das últimas décadas do século XX, momento em que se pensava o papel da escola nas suas especificidades e como espaço de produção de saber e não mero lugar de reprodução de conhecimentos impostos externamente. Nos anos 80, em especial, várias reflexões sobre práticas educativas, contribuíram para a revisão de posições que concebiam a escola apenas como um dos principais aparelhos ideológicos do Estado e das classes dominantes, sem atentar para os aspetos contraditórios existentes no quotidiano da vida escolar. Verificaram-se, então, as ações dos diferentes sujeitos envolvidos, no processo escolar, assim como os conhecimentos que produzem nas suas dimensões mais amplas.

Segundo Foucault (1987, p. 127) «O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tam-pouco aprofundar a sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tão mais obediente quanto mais é útil; e inversamente».

Segundo Goodson (2001, p. 87) «Com o crescimento dos sistemas estatais de educação, a disciplina escolar tornou-se no principal ponto de focagem da escolaridade para um número crescente de alunos. Como resultado disso, os estudos académicos começaram a procurar as origens dessas disciplinas».

³⁸ Correia, A.C.L. (2010). A lição e o programa: Ideias em torno da representação dos saberes escolares em Portugal (séculos XIX e XX). In: Pintassilgo, J., Teixeira, A., Beato, C. & Dias, I.C. *A História das Disciplinas Escolares de Matemática e de Ciências*. Lisboa, Escolar Editora: 3-16.

Pintassilgo (2007, p. 121-124), num texto em que pretende fazer um balanço da produção portuguesa no âmbito da história das disciplinas escolares, tomando como fontes dissertações de mestrado e doutoramento, considera os trabalhos pioneiros, publicados no final dos anos 80, da autoria de Sérgio Campos Matos (1988)³⁹ e de Luís Reis Torgal (1989)⁴⁰, dedicados à história do ensino da história. Incluindo ainda nesta fase as teses de Laurel (1989), dedicada à história do ensino da literatura francesa, e de Almeida (1989), dedicada à história da matemática. Aqueles trabalhos foram inspiradores de um conjunto de investigações dedicadas à história de diversas disciplinas do currículo escolar que foram desenvolvidas já na década de noventa do século XX, mantendo-se pelos primeiros anos do presente século.

Anos mais tarde, Pintassilgo & Beato (2014)⁴¹ procederam a um balanço da produção no campo da História da Educação, tomando como referência as teses de doutoramento elaboradas no período de dez anos situado entre 2005 e 2014.

Do levantamento efetuado (sessenta e oito teses), Pintassilgo (op.cit., pp. 122-123) e Pintassilgo & Beato (2014, pp. 228-229) afirmam que as disciplinas mais representadas são: a Educação Cívica, com seis teses (Pintassilgo, 1996⁴²; Rodrigues, 1998⁴³; Oliveira, 2000⁴⁴; Terra, 2000⁴⁵; Bento, 2000⁴⁶; Gonçalves, 2002⁴⁷); a Matemática, com onze teses (Almeida, 1989⁴⁸;

³⁹ Matos, Sérgio Campos (1988). *História, mitologia e imaginário nacional. Uma prospecção nos manuais dos liceus (1895-1939)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁴⁰ Torgal, Luís Reis (1989). *História e ideologia*. Coimbra, Livraria Minerva.

⁴¹ Pintassilgo, J. & Beato, C. (2014). Balanço da produção portuguesa recente: O exemplo das Teses de Doutoramento (2005-2014). In: Alves, L.A.M. & Pintassilgo, J. (Coord.). *História da Educação: Fundamentos teóricos e metodologias de pesquisa: Balanço da investigação portuguesa (2005-2014)*. Porto, CITCEM - HISTEDUP - IEULisboa: pp. 215-240.

⁴² Pintassilgo, Joaquim (1996). *A educação cívica nas escolas primárias da 1.ª República portuguesa (1910-1926)*. Salamanca, Universidade de Salamanca.

⁴³ Rodrigues, Arlindo (1998). *Educação cívica e instrução pública: do Ultimatum aos primórdios do Estado Novo*. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.

⁴⁴ Oliveira, Maria Luísa (2000). *O serviço cívico estudantil (1974-1977): estudantes e povo numa conjuntura revolucionária*. Lisboa, I.S.C.T.E.

⁴⁵ Terra, Ana Lúcia (2000). *Cortesia e mundanidade. Manuais de civildade em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁴⁶ Bento, Paulo (2000). *Curriculo e educação para a cidadania: reflexões a partir do processo de desenvolvimento curricular na área de formação pessoal e social no âmbito da reforma educativa portuguesa dos anos 80-90*. Braga, Universidade do Minho.

⁴⁷ Gonçalves, Maria Neves (2002). *Os primórdios da educação cívica em Portugal. O percurso da institucionalização curricular da educação cívica nos planos de estudo das reformas do ensino primário (1835-1910)*. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

⁴⁸ Almeida, António Marques (1989). *Os livros de aritmética (1519-1679). Subsídios para a história da mentalidade moderna em Portugal*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Nogueira, 1995⁴⁹; Costa, 1995⁵⁰; Rosendo, 1996⁵¹; Grosso, 2002⁵²; Dias, 2002⁵³; Aires, 2006⁵⁴; Fernandes, 2009⁵⁵; Figueiredo, 2011⁵⁶; Pinto, 2012⁵⁷; Almeida, 2013⁵⁸); a História, com nove teses (Matos, 1988⁵⁹; Vila Maior, 1993⁶⁰; Silva, 1993⁶¹; Bastos, 1998⁶²; Carvalho, 2000⁶³; Henriques, 2007⁶⁴; Pinto, 2013⁶⁵; Vieira, 2013⁶⁶; André, 2014⁶⁷); a Educação Artística, com sete

⁴⁹ Nogueira, Maria Guilhermina (1995). *A matemática nos estudos secundários desde a época pombalina ao fim da monarquia*. Braga, Universidade do Minho.

⁵⁰ Costa, Maria José (1995). *A trigonometria plana do Almagesto: da história da pedagogia*. Braga, Universidade do Minho.

⁵¹ Rosendo, Ana Isabel (1996). *Inácio Monteiro e o ensino da matemática em Portugal no século XVIII*. Braga, Universidade do Minho.

⁵² Grosso, Carlos (2002). *A inefável rainha: a matemática no ensino liceal até meados do século XX*. Braga, Universidade do Minho.

⁵³ Dias, Isabel Cristina (2002). *A história da matemática no ensino da matemática. Contributo da história da educação para a análise da situação actual*. Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

⁵⁴ Aires, Ana Paula Florêncio (2006). *O conceito de derivada no ensino secundário em Portugal ao longo do século XX: Uma abordagem histórica através dos planos curriculares e manuais escolares*. Salamanca, Facultad de Educación de la Universidad de Salamanca. Tese de Doutoramento.

⁵⁵ Fernandes, Susana Cristina de Melo (2009). *Formação dos professores de Matemática no sistema educativo português contemporâneo*. Salamanca, Facultad de Educación de la Universidad de Salamanca. Tese de Doutoramento.

⁵⁶ Figueiredo, Fernando José Bandeira (2011). *José Monteiro da Rocha e a atividade científica da "Faculdade de Matemática" e do "Real Observatório da Universidade de Coimbra": 1772-1820*. Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento.

⁵⁷ Pinto, Helder Bruno Miranda (2012). *A matemática na Academia politécnica do Porto*. Lisboa, Faculdade de Ciências da universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

⁵⁸ Almeida, Maria Cristina Ribeiro Correia (2013). *Um olhar sobre o ensino da Matemática guiado por António Augusto Lopes*. Caparica, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento.

⁵⁹ Matos, Sérgio Campos (1988). *História, mitologia e imaginário nacional. Uma prospecção nos manuais dos liceus (1895-1939)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁶⁰ Vila Maior, Alexina (1993). *O ensino da história nos liceus (1836-1888)*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁶¹ Silva, Maria de Jesus (1993). *A história e o liceu no Estado Novo*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁶² Bastos, Maria Cristina (1998). *O ensino de história no Portugal de Salazar*. Braga, Universidade do Minho.

⁶³ Carvalho, Maria Manuela (2000). *O ensino da história no Estado Novo (1926-1940). O processo de construção e inculcação de um paradigma de sociedade*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁶⁴ Henriques, Raquel Pereira (2007). *Discursos legais e práticas educativas. Ser professor e ensinar história (1947-1974)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.

⁶⁵ Pinto, Olga Maria Pereira Ribeiro Martins (2013) *Educação e ideologia: Portugal, pátria de heróis: a figura histórica em contexto educativo (1926-1974)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento.

⁶⁶ Vieira, Helena Isabel Almeida (2013). *A disciplina de História no Ensino técnico (1926-1973): Percurso entre a teoria e a prática*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.

⁶⁷ André, Rebeca Helena (2014). *O ensino da História em Angola entre 1960-2012: evolução, formação de professores e cooperação internacional*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.

teses (Fróis, 2005⁶⁸; Dias, 2009⁶⁹; Cabeleira, 2013⁷⁰; Brito, 2014⁷¹) das quais três dedicadas ao ensino da música (Costa, 2010⁷²; Neves, 2012⁷³; Paz, 2014⁷⁴); as Ciências Físicas e Naturais, com seis teses (Correia, 2005⁷⁵; Gomes, 2007⁷⁶; Cavadas, 2008⁷⁷; Guimarães, 2007⁷⁸; Beato, 2011⁷⁹; Romeiras, 2014⁸⁰); as Línguas e Literaturas Estrangeiras, com cinco teses, sendo quatro

⁶⁸ Fróis, João Pedro de Oliveira Ferreira (2005). *As artes visuais na educação: perspectiva histórica*. Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

⁶⁹ Dias, Maria dos Anjos Flôr (2009). *Para uma genealogia da educação artística: história das disciplinas de Desenho, Trabalhos Manuais, Canto Coral e educação pelo Teatro a escola primária portuguesa, do primeiro quartel do século XIX a meados do século XX*. Braga, Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho. Tese de Doutoramento.

⁷⁰ Cabeleira, Helena da Silva (2013). *O Artista enquanto Aluno: Ensino Artístico, Práticas Culturais e Conceções de Si na Imprensa Académica da Universidade de Lisboa (1878-2007)*. Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

⁷¹ Brito, Maria Clara Rodrigues Silva de (2014). *As disciplinas de desenho e de educação visual no sistema público de ensino em Portugal, entre 1836 e 1986: da alienação à imersão no real*. Lisboa, Faculdade de Belas artes da universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

⁷² Costa, Fernando José Monteiro da (2010). *Da Capo al Coda: manualística de Educação Musical em Portugal (1967-2004): configurações, funções, organização*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.

⁷³ Neves, José António de Matos Esteves das (2012). *O ensino artístico e a sua didática como fatores determinantes da educação. O Conservatório Regional de Música de Vila Real*. Vila Real, Universidade de Trás os Montes e alto Douro. Tese de Doutoramento.

⁷⁴ Paz, Ana Luísa Fernandes (2014). *Ensino da música em Portugal (1868-1930): uma história de pedagogia e do imaginário musical*. Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

⁷⁵ Correia, António Carlos da Luz (2005). *Na bancada do alquimista: as transformações curriculares dos ensinos primário e liceal em Portugal (1860-1960)*. Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

⁷⁶ Gomes, Maria Emília Jacinto Vaz (2007). *Desenvolvimento do Ensino da Física Experimental em Portugal 1780-1870*. Aveiro, Universidade de Aveiro. Tese de Doutoramento.

⁷⁷ Cavadas, Bento Filipe Barreiras (2008). *A evolução dos manuais escolares de Ciências Naturais do ensino secundário em Portugal (1836-2005)*. Salamanca, Facultad de Educación de la Universidad de Salamanca. Tese de Doutoramento.

⁷⁸ Guimarães, Fernando Manuel Seixas (2007). *A Botânica nos manuais escolares dos Ensinos Primário e Básico (1.º Ciclo) no século XX em Portugal*. Braga, Instituto de Estudos da Criança da universidade do Minho. Tese de Doutoramento.

⁷⁹ Beato, Carlos Alberto da Silva (2011). *Os liceus e as ciências (1836-1860): Um estudo sobre o processo de criação das disciplinas de ciências físicas e naturais nos liceus portugueses*. Lisboa, Instituto de Educação da universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

⁸⁰ Romeiras, Francisco Maria de Sousa de Macedo Malta (2014). *Das ciências naturais à genética: a divulgação científica na revista Brotéria (1902-2002) e o ensino científico da companhia de Jesus nos séculos XIX e XX em Portugal*. Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Tese de Doutoramento.

dedicadas ao *ensino do francês* (Laurel, 1989⁸¹; Salema, 1993⁸²; Oliveira, 1998⁸³; Afonso, 2001⁸⁴) e apenas uma ao *ensino do alemão* (Menezes, 1999⁸⁵); a Educação Física, ainda com cinco teses (Oliveira, 2001⁸⁶; Ferreira, 2002⁸⁷; Silva, 2003⁸⁸; Brás, 2006⁸⁹; Oliveira, 2011)⁹⁰; a Língua e Literatura Portuguesa, com quatro teses (Campos, 1990⁹¹; Dinis, 1992⁹²; Castro, 1995⁹³; Branco, 2001⁹⁴).

As restantes disciplinas, embora menos representadas, não deixam de estar presentes, existindo:- três teses a Filosofia (Ferreira, 2000⁹⁵; Nogueira, 2010⁹⁶; Ferreira, 2014⁹⁷), duas

⁸¹ Laurel, Maria Hermínia (1989). *A história literária e o ensino da literatura francesa (1957-1974)*. Aveiro, Universidade de Aveiro.

⁸² Salema, Maria José (1993). *A didáctica das línguas vivas e o ensino do francês nos liceus portugueses na viragem do século: o período de 1894 a 1910*. Braga, Universidade do Minho.

⁸³ Oliveira, Elisabeth (1998). *O ensino do francês língua estrangeira na década 1926-1936: a aplicação do método directo*. Faro, Universidade do Algarve.

⁸⁴ Afonso, Octávio (2001). *A emergência da língua francesa no ensino técnico-profissional português. Etapas e características do seu ensino-aprendizagem no ensino elementar desde 1888 a 1916*. Braga, Universidade do Minho.

⁸⁵ Menezes, Elisabete (1999). *O ensino da língua alemã em Portugal de 1791 a 1910*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁸⁶ Oliveira, Jorge (2001). *Contributo para a caracterização da educação física no ensino primário: Estado Novo (1926-1974)*. Coimbra, Universidade de Coimbra.

⁸⁷ Ferreira, Elvira (2002). *A disciplina de educação física ao longo das reformas educativas. Oferta e procura de licenciados em educação física*. Coimbra, Universidade de Coimbra.

⁸⁸ Silva, António (2003). *Os programas de educação física do ensino primário em Portugal, nas décadas de 60, 70 e 80 do século XX: contextos, conteúdos e modelos de implementação*. Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

⁸⁹ Brás, José Gregório Viegas (2006). *A fabricação curricular da educação física: história de uma disciplina desde o antigo regime até à I República*. Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

⁹⁰ Oliveira, Jorge Rodrigues Castanheira de (2011). *O Ensino da Educação Física em Portugal - Difusão e implementação da ginástica Sueca em Portugal na primeira metade do século XX*. Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento.

⁹¹ Campos, Maria Joana (1990). *L'enseignement de la littérature dans l'enseignement secondaire au Portugal (1960-1970): l'idéologie des manuels scolaires*. Paris, Université Paris IV.

⁹² Dinis, Maria Augusta Seabra (1992). *As fadas não foram à escola. A literatura de expressão oral em manuais escolares do ensino primário (1904-1975)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁹³ Castro, Rui Vieira (1995). *Para a análise do discurso pedagógico. Constituição e transmissão da gramática escolar*. Braga, Universidade do Minho.

⁹⁴ Branco, Maria Luísa (2001). *Literatura portuguesa: a fundação de uma disciplina*. Braga, Universidade do Minho.

⁹⁵ Ferreira, Manuel (2000). *Filosofia e ensino da filosofia no limiar da década de 40 do século XIX. O caso exemplar de Domingos Pinto Ribeiro*. Braga, Universidade do Minho.

⁹⁶ Nogueira, Luísa Margarida de Mendonça Freire (2010). *A Filosofia no espaço escolar*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

⁹⁷ Ferreira, Margarida Sofia Panarra Inácio Borges (2014). *História da Filosofia da educação em Portugal: dos programas de ensino ao campo disciplinar (1976-2006)*. Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

teses sobre as Ciências Físico-Químicas (Pereira, 1998⁹⁸; Beato, 2003⁹⁹); duas teses sobre a Geografia (Almeida, 1997¹⁰⁰; Teles, 2000¹⁰¹); e duas teses sobre o Latim (Lemos, 1998¹⁰²; Domingues, 2002¹⁰³). Finalmente, com uma tese cada, a Biologia (Costa, 1992¹⁰⁴), a Geologia (Mota, 2001¹⁰⁵), o Desenho e os Trabalhos Manuais (Penim, 2000¹⁰⁶), o Canto Coral (Barreiros, 1999¹⁰⁷), o Português e Desenho (Marques, 2008¹⁰⁸) a denominada Área-Escola (Rodrigues, 1994¹⁰⁹).

Numa primeira aproximação ao estado da questão, fizemos um levantamento da bibliografia de origem portuguesa, publicada desde os primórdios. A seriação cronológica que se apresenta no Apêndice A é fruto desse levantamento.

A amostra apresentada é mais rigorosa no que se refere ao intervalo que vai da Idade Média até ao séc. XIX, enquanto que, no que se refere ao séc. XX, apenas pretende retratar obras cujo interesse resulta de critérios de ordem pessoal, associados à sua relevância pontual ou à sua relevância para os estudos que pretendemos desenvolver.

É difícil encontrar dados específicos sobre tudo quanto trate da História da Educação Física em Portugal, pois os investigadores não se têm centrado neste aspeto. Para conhecer concretamente os estudos realizados sobre a História da Educação Física em Portugal,

⁹⁸ Pereira, Maria Luísa (1998). *A investigação em física nuclear e o ensino das ciências físico-químicas em Portugal no século XIX. Um contributo do estudo da ciência para a formação pessoal e social dos jovens*. Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

⁹⁹ Beato, Carlos (2003). *A disciplina de ciências físico-químicas na reforma liceal de 1947*. Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

¹⁰⁰ Almeida, Marina (1997). *A geografia no Estado Novo: 1926-1967. Uma análise da planificação curricular*. Porto, Universidade Portucalense.

¹⁰¹ Teles, Pedro (2000). *A geopolítica na história e no ensino da geografia portuguesa: 1910-1960*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹⁰² Lemos, Fernando (1998). *A reforma pombalina da escola secundária e o ensino do latim. Política educativa, enquadramento curricular, métodos, agentes e instrumentos de ensino*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹⁰³ Domingues, Agostinho (2002). *Os clássicos latinos nas antologias escolares dos jesuítas nos primeiros ciclos de estudos pós-elementares no século XVI em Portugal*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹⁰⁴ Costa, Maria Alice Fontes (1992). *Poder e educação. Um estudo sobre a evolução do ensino da biologia na sua relação com factores sócio-políticos*. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

¹⁰⁵ Mota, Teresa (2001). *História do ensino da geologia em Portugal. Análise dos manuais do ensino liceal no Estado Novo (1947-1974)*. Braga, Universidade do Minho.

¹⁰⁶ Penim, Lígia (2000). *Da disciplina do traço à irreverência do borrão. O currículo de desenho e de trabalhos manuais no ensino liceal - os discursos, as identidades e os sujeitos entre 1936 e 1972*. Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

¹⁰⁷ Barreiros, Maria José (1999). *A disciplina de canto coral no período do Estado Novo. Contributo para a história de ensino da educação musical em Portugal*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹⁰⁸ Marques, Lígia Paula Santa Maria Penim (2008). *A alma e o engenho do currículo. História das disciplinas de Português e de Desenho o ensino secundário do último quartel do século XIX a meados do século XX*. Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da

¹⁰⁹ Rodrigues, Carlos (1994). *Sócio-história e reformas educativas em Portugal (1936-1986). A emergência da Área-Escola em contexto curricular*. Braga, Universidade do Minho.

recorremos aos trabalhos académicos de provas de capacidade científica e teses de doutoramento inéditas, de que se salientam as de Crespo (1984, 1989), Nunes (1985), Hasse (1986; 1993), Castanheira de Oliveira (2002, 2011), Pereira da Silva (2003), Brás (2006), Duarte (2015) e Ventura (2016), incidindo a análise: nas condições em que os corpos se submeteram às limitações infligidas pelo Estado; na presença da Educação Física nos programas do Ensino Primário; na formação de professores de Educação Física.

Crespo, na sua tese de doutoramento intitulada *A Economia do Corpo em Portugal, nos finais do Antigo Regime* (1984), posteriormente publicada com o título *História do Corpo*, (1989), realizou um estudo, cujo objetivo principal era examinar as condições em que, num determinado período da vida portuguesa, na transição do séc. XVIII para o séc. XIX, os corpos se submeteram às limitações infligidas pelo Estado, dando-se a conhecer as operações desenvolvidas para esse efeito e as repercussões dessa intervenção. Equacionando a problemática surgida aos responsáveis pelo projeto de transformação de Portugal, nos finais do Antigo Regime, tendo como assunto as estratégias seguidas no processo de economia do corpo, aspeto político fundamental num momento em que se privilegiava o investimento total dos homens nas tarefas do futuro, Crespo (1984, 1990) pretendia analisar a situação nas suas implicações com um certo número de objetivos que apareciam claros naquela época: em primeiro lugar, a decisão tomada no sentido de conhecer a realidade, identificar, nomear e classificar aos seus diversos aspetos (tratava-se de avaliar, neste caso particular, a condição física da população, assumindo frontalmente a existência e o destino dos homens); em segundo lugar, a implantação de um dispositivo de contenção dos gestos e de repressão dos excessos, promovendo o controlo das várias formas de desperdício de energia, reduzindo-a à despesa mínima (neste âmbito, definiam-se os meios suscetíveis de prever a usura das forças, preservando as energias disponíveis e evitando a desestabilização dos corpos); finalmente, a formulação de um quadro de pensamento baseado na austeridade e na moral dos comportamentos, englobando a proposta de um novo conjunto de técnicas do corpo, de atitudes e de movimentos inscritos com rigor e disciplina num determinado quadro espaço-temporal, propício ao desencadeamento do gesto mais eficaz. Numa perspetiva em que, com assinalável subtilidade, não se separava de valores tradicionais a preservar, o plano integrava meios de libertação de novas energias e de reciclagem de certos fluxos, com a finalidade de manter todas as potencialidades humanas. Deste modo, definia-se uma autêntica política de educação, centralizadora das ações de controlo, de normalização e de racionalização do corpo, pelo que Crespo (1984, 1990) pretendia conhecer como os homens atuaram, nos finais do Antigo Regime e perante condições diferentes, para resolver problemas análogos aos que na atualidade se colocam, no momento de assinaláveis mudanças da sociedade.

Por seu turno, Nunes, na sua tese de doutoramento intitulada *Contributo para o Estudo da Evolução da Formação de Professores de Educação Física em Portugal* (1985), realizou um estudo sobre a formação de professores de Educação Física em Portugal, consistindo numa tentativa de clarificação dos seus objetivos e de superação de contradições existentes nos modelos e estruturas curriculares que vigoraram. Com este estudo, pretendia analisar: a

evolução da formação dos professores de Educação Física, suas políticas e sistemas; a fundamentação teórica da integração da Educação Física no conceito moderno da Educação; as particularidades que aconselham a formação específica de professores de Educação Física; a formulação da formação de professores de Educação Física em Portugal, no reconhecimento das tarefas que modernamente lhes são exigidas pela Educação. Por serem as mais pertinentes para o nosso estudo, refiram-se as conclusões da análise da evolução histórica e o estudo comparativo, que segundo o autor tornam evidente que a formação de professores de Educação Física, em Portugal, ao longo da sua existência histórica:

- a) De um ponto de vista institucional, na prática, essa formação nunca se inseriu no contexto da formação dos restantes professores; ela foi sempre discriminada, realizando-se em instituições específicas para esse efeito e, inclusivamente, sem qualquer relação com os departamentos mais diretamente responsáveis pelo ensino, nomeadamente, as Direções Gerais pedagógicas.
- b) em Portugal a formação de professores de Educação Física é segregada da formação dos outros professores (circunstâncias parecidas são encontradas em outros países da Europa Ocidental como França e Inglaterra).
- c) De um ponto de vista estrutural, a evolução da formação de professores de Educação Física em Portugal caracteriza-se pela incoerência, com alternância entre situações de progresso e de retrocesso ao longo das experiências que, efetivamente, se concretizaram.

Quanto a Hasse, em *A Disciplina do Corpo - Contribuição para o Estudo da Educação Física em Portugal no Séc. XIX* (1986), no cumprimento das provas de capacidade científica, realizou um estudo em que pretendia detetar nos manuais de civildade publicados durante o séc. XIX, indícios das atitudes mentais que condicionassem a fisionomia da educação física num período importante da vida portuguesa. Para o efeito, as pesquisas foram orientadas para factos menos considerados na explicação do desenvolvimento da educação física, na convicção de que estes são, muitas vezes, os grandes responsáveis pelas mudanças mais significativas de comportamento.

A autora considerou que na sequência do aparecimento em Portugal, na transição do séc. XVIII para o séc. XIX, de um conjunto de escritos tendo em vista a implantação de mecanismos mais eficazes à reclamada educação corporal, e antes da tentativa de racionalização da educação física dinamizada no limiar do séc. XX, algumas tentativas se realizaram no sentido da disciplina dos corpos, tendo como objetivo primordial a integração da população portuguesa no processo de civilização que por toda a Europa se desenvolvia. Com base neste quadro, foi possível a Hasse (1986) verificar, nas páginas dos vários manuais de civildade publicados no séc. XIX, a importância dada às informações sobre as condutas corporais mais convenientes ao progresso dos homens, e ainda a clara ambição de propiciar a disciplina dos corpos. Este aspeto, na opinião da autora, representava um fenómeno fundamental no processo de civilização.

A mesma autora, na sua tese de doutoramento *O Divertimento do Corpo. Corpo, Lazer e Desporto, na transição do séc. XIX para o séc. XX, em Portugal*, (Hasse, 1993), partindo do estudo de Crespo (1984), pretendeu conhecer a situação dos homens e do país cerca de cem anos depois, e de que maneira se forjaram ou contrariaram as transformações essenciais que permitiriam até ao limite do séc. XX. Pretendia verificar como se processaram a transformação dos corpos e dos comportamentos por forma a assegurar a vida, a garantir a continuidade, a promover a «civilização dos costumes». Insistia sobretudo nos sinais que constituíam os termos

do desagrado, do indesejável, as deformações, onde mais se acentuavam os desvios aos limites procurados, as deficiências que, para além de apontarem incapacidades desajustadas a uma sociedade confrontada com as pressões da “rendibilidade” e do “progresso”, revelavam, pela sua afirmação, os desacertos das condutas de muitos dos seus membros, das dificuldades insustentáveis a um grande número, das fraquezas próprias das debilidades conhecidas por gerações negligenciadas, mas, ainda, das faltas de carácter inerentes ao pouco significado atribuído ao valor do exemplo, à educação e à formação essenciais, ao consolidar de uma verdadeira identidade, de uma experiência atenta do social. No compulsar da documentação foram privilegiadas as coleções existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa e no Arquivo Municipal do Porto. Nestes locais, procedeu ao levantamento de diversas fontes e de publicações periódicas, que, a par de uma extensa bibliografia, permitiram ilustrar as condições e contextos em curso que determinavam a inscrição dos factos, de gestos e de ideias que não deixavam de preservar a sensibilidade própria de um tempo único, de sentimentos, de temores, de práticas e de representações das mesmas. As ideias de Locke foram divulgadas em português por Martinho de Mendonça e é provável que este nobre tenha influenciado algumas famílias mais progressistas da sociedade da segunda metade de setecentos e que esteja na origem da adoção de medidas favoráveis à educação física em estabelecimentos educativos criados nessa época. Em face do incipiente conhecimento médico, mas perante a cada vez maior valorização da capacidade física dos indivíduos, a elite dos educadores desenvolveu um discurso pedagógico que se revelou fundamental para a dignificação da educação física. Foi preciso que se articulassem as ideias pedagógicas desenvolvidas a partir de Locke com as derivadas das novas conceções da medicina científica introduzidas pela reforma pombalina da Universidade, para que estivessem reunidas as condições necessárias a uma dinâmica preventiva que assentasse no desenvolvimento físico dos indivíduos. Condicionismos de natureza sócio-política e científico cultural impediram que antes de finais da segunda metade de setecentos, se pudesse intervir com maior eficácia ao nível da prevenção da saúde. Tornava-se imperioso, por razões de saúde pública, que os poderes públicos, os médicos e os pedagogos conjugassem esforços com o objetivo de conseguirem corpos robustos, contexto em que a educação física haveria de assumir um papel de relevo no conjunto das políticas contemporâneas de saúde e educação.

Neves Ferreira, em *Olhares sobre o Corpo no séc. XVIII - Saúde, Práticas Físicas e Bem-Estar* (1999), título da sua tese de doutoramento, realizou um estudo que pretendia indagar quais as atitudes para com o bem-estar físico ao longo do século XVIII, buscando informação que traduzisse a actuação das diferentes autoridades e agentes na definição e controlo da qualidade sanitária do povo português, mas face à impossibilidade de abarcar o todo nacional, com a profundidade e a segurança que um estudo desta natureza exigiria, privilegiou as práticas a partir da cidade do Porto. Este estudo foge à temática central da tese, apesar de antes da revolução terem existido manifestações de prontidão militar de defesa do espaço comunitário, o que a tese trata é tão só a defesa da saúde face à ameaça permanente das epidemias ao tempo.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

Castanheira de Oliveira, na sua tese de mestrado intitulada *Contributos para a caracterização da educação física no ensino primário: Estado Novo (1926-1974)* (2001), posteriormente publicada com o título *A Educação Física na Escola Primária do Estado Novo* (2002), realizou um estudo que pretendia caracterizar a Educação Física no ensino primário, durante o Estado Novo, para o que optou por analisar quatro pontos:

- a organização do ensino primário, em que procurava abordar as alterações verificadas, durante o regime, ao nível da definição das categorias de ensino e da escolaridade obrigatória e ainda, as opções tomadas entre a coeducação e a separação de sexos, para a definição do regime de organização das classes;
- a Educação Física no ensino primário, em que a intenção seria apresentar e analisar os programas que estiveram em vigor durante o Estado Novo, fazendo referência a discursos proferidos por diversas individualidades e pelo Governo sobre a situação da Educação Física, tanto ao nível dos programas, como da integração da disciplina no ensino primário;
- a formação inicial dos professores primários, que se centraria na forma como foram organizados os cursos de formação de professores primários, durante o tempo em que vigorou o regime, na análise da formação específica em Educação Física, com relevo especial para os programas e discursos sobre a organização da disciplina;
- as organizações do Estado Novo, com a intenção de abordar a intervenção, no ensino primário, da Mocidade Portuguesa, da Mocidade Portuguesa Feminina e da Obra das Mães pela Educação Nacional, na área da Educação Física.

Para a sua concretização, utilizou como técnica a análise de conteúdo, tendo seguido a metodologia de pesquisa centrada nos seguintes pontos: organização do ensino primário; Educação Física no ensino primário; formação inicial dos professores primários; organizações do Estado Novo. Em muitas situações utilizou o método comparativo, sobretudo quando procurou relacionar na organização do ensino primário e na formação inicial dos professores primários, factos que determinaram as políticas para a Educação Física. As fontes utilizadas foram:

- os diplomas legislativos, tendo sido consultados todos os Diários do Governo, I série, publicados entre 28 de maio de 1926 e 25 de abril de 1974, com o objetivo de recolher os que estavam relacionados com o ensino primário. No entanto, houve necessidade de recorrer a diplomas legislativos publicados antes da data inicial, de maneira a compreender a organização do ensino primário, da disciplina de Educação Física e dos cursos de formação de professores primários, vigentes na I República e que transitaram para o Estado Novo, bem como a outros que, apesar de não serem específicos do ensino primário, apresentavam conteúdos úteis para a elaboração de determinadas secções;
- as monografias, como resultado de pesquisas efetuadas em ficheiros de diversas bibliotecas, bem como da análise efetuada à bibliografia utilizada em trabalhos com temáticas semelhantes às abordadas e ainda das citadas em diplomas legislativos, referentes aos programas do ensino primário e aos regulamentos das organizações do Estado Novo;
- os documentos oficiais utilizados, sendo salientada a dificuldade da sua obtenção, quer porque em muitas escolas primárias já não existiam os livros de registo da inspeção, bem como os livros de sumários, quer porque muitos professores primários que lecionavam durante aquele período não possuem documentos e apontamentos sobre as aulas de Educação Física das Escolas do Magistério Primário, quer ainda pelos obstáculos à procura dos sumários das aulas de Educação Física, das Escolas do Magistério Primário;
- os artigos publicados em periódicos resultaram da pesquisa efetuada à bibliografia de trabalhos com temáticas semelhantes, de que são exemplo: o Boletim do INEF, o Boletim para Dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina, o Boletim da Mocidade Portuguesa, o Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina e a Escola Portuguesa (também foram também consultados alguns artigos de forma avulsa);
- a bibliografia, em que dada a inexistência de trabalhos com uma temática totalmente idêntica à do estudo, o autor optou pela utilização de bibliografia específica para cada ponto e secção de análise.

Por serem as mais pertinentes para o nosso estudo refiram-se as conclusões da análise realizada:

a) Durante o Estado Novo, a organização do ensino primário sofreu várias alterações, muitas delas associadas à necessidade de acabar com os ideais republicanos, que nos primeiros tempos do novo regime ainda subsistiam. Das alterações mais significativas salientam-se:

- a definição de novas categorias de ensino, salientando-se o encerramento das Escolas Primárias Superiores, logo no início do regime, e o aparecimento do ensino primário elementar, substituindo o ensino primário geral, e o aparecimento do ensino primário complementar, que se juntavam ao ensino primário infantil (herança da I República). Por nunca ter sido devidamente organizado, o ensino primário infantil viria a ser extinto em 1938. De referir ainda que o ensino primário elementar esteve diretamente relacionado com a escolaridade obrigatória, pois, na maioria dos casos, o número de classes desta categoria coincidiu com o número de anos de escolaridade obrigatória.

- A diminuição da escolaridade obrigatória constituiu um dos aspetos mais relevantes da atuação do regime, ao diminuir de cinco para três anos. Como afirma o autor «*a ideologia, segundo a qual bastava à criança saber ler, escrever e contar, demonstrava uma perspectiva reducionista para a evolução social das crianças*». Esta situação apenas seria alterada a partir dos anos sessenta, quando passou de quatro para seis anos.

- A cessação do regime de coeducação, com a consequente adoção do regime de separação de sexos no ensino primário, foi uma decisão tomada praticamente no início do Estado Novo.

b) Na organização da Educação Física no ensino primário, o autor conclui que apesar de ter sempre existido no currículo nunca foi considerada como generalizada nas escolas portuguesas e aponta como fatores determinantes desta situação: os programas, os apoios ao professor, as instalações, a formação inicial do professor primário e a intervenção das organizações do Estado Novo.

Durante o período analisado, foram apenas produzidos três programas de Educação Física, para além de ter sido aproveitado um programa elaborado na I República. Da análise realizada constatou-se que «todos os programas apresentaram lacunas que dificultaram a sua aplicação por parte dos professores, contribuindo, deste modo, para que a Educação Física no ensino primário não fosse generalizada», e como principais lacunas são apontadas: a deficiente especificação dos objetivos, a utilização de uma terminologia ambígua, a constante indicação de bibliografia de apoio para consultar, os erros estruturais e a definição de matérias específicas para cada género.

Como corolário da situação programática da disciplina várias individualidades ligadas à área e algumas entidades governamentais debateram-na por distintas formas, sobretudo expressando a preocupação em generalizar a Educação Física no país. Da parte das individualidades, salientava-se a fraca qualidade dos programas, bem como outros fatores que se consideravam ter influência direta na situação da disciplina, como sejam: a política desportiva do Governo, a deficiente formação do professor primário, a ausência de apoio ao professor, as deficientes instalações e a escassez de materiais específicos para as aulas. Por parte do Governo, a preocupação prioritária de baixar as elevadas taxas de analfabetismo existentes no país, fez com que apenas no final dos anos cinquenta se comesasse a assumir a responsabilidade sobre a situação da Educação Física. Nesta altura, o Governo assumia a responsabilidade de patrocinar programas de formação e de apoio aos professores primários. Porque os programas de formação nunca foram suficientes por forma a abranger todos os

professores, muitos alunos nunca tiveram oportunidade de usufruir de aulas de Educação Física. A necessidade de apoio ao professor primário para a realização das aulas de Educação Física já vinha de um documento publicado em 1920 - o Regulamento Oficial de Educação Física -, que foi o ponto de partida para a oficialização de uma metodologia para a disciplina e, por esse motivo, a sua utilização foi aconselhada nos primeiros programas. Este regulamento permaneceu em vigor durante muitos anos, pois apesar de ter existido um momento em que deixou de ser oficial - com a entrada em vigor da “Técnica Portuguesa de Ginástica” pelo Regulamento da Educação Física dos Liceus publicado em 1932 -, a instituição militar manteve-o em vigor. Ora a reestruturação política do Estado Novo verificada nesta década, que conduziu a um ganho de poderes pelo Exército, bem como a criação da Mocidade Portuguesa e do Instituto Nacional de Educação Física voltaram a relançar o regulamento, com a consideração de que necessariamente se deveria atualizar, o que veio a suceder em 1947, com a publicação por Leal de Oliveira do *Manual de Ginástica*.

Alberto Feliciano Marques Pereira é um autor de referência neste período, pelo apoio prestado aos professores primários, tendo-se destacado pela diversidade de conceitos e propostas de trabalho que apresentou nos seus manuais de Educação Física para o ensino primário. De entre estes, salienta-se o manual *A Lição de Ginástica na Própria Aula*, pela caracterização das condições das escolas primárias para a prática das aulas de Educação Física e pela sua proposta de realização das aulas dentro das salas, quando as condições atmosféricas não permitissem a lecionação no exterior. O autor do estudo faz referência ao facto de, na época da publicação deste manual, estar em vigor um programa de construção de escolas primárias, denominado de Plano dos Centenários, que tinha por objetivo principal aumentar o número de salas e de escolas do país, como forma de combater as elevadas taxas de analfabetismo existentes. Esta preocupação poderá ter feito descurar a construção de ginásios, mas a tipologia das escolas deste plano apresentava pátios e telheiros que permitiam a realização das aulas de Educação Física.

c) A formação inicial dos professores primários em Educação Física baseou-se na utilização de dois programas. O primeiro elaborado em 1919, portanto ainda na I República, permaneceu em vigor até 1943, altura em que foi substituído pelo outro que se manteve oficial até ao final do Estado Novo. Esta situação tornou os programas desatualizados em relação aos restantes programas disciplinares do ensino primário e foi motivo de crítica por parte de Leal de Oliveira logo em 1931 e a partir desta data em sucessivos discursos que comentavam a situação.

No que respeita à docência da disciplina de Educação Física nas escolas de formação de professores primários, verificou-se que ela foi variada ao longo do Estado Novo. Assim: (1) a transição inicial de regime manteve a organização das Escolas Normais Primárias da I República, onde a regência da disciplina esteve a cargo de professores diplomados pelas Escolas Normais Superiores, onde o Curso Normal de Educação Física estava integrado desde 1923; (2) a criação das Escolas do Magistério Primário, em 1942, determinou a regência da disciplina por

professores diplomados pelo INEF, cuja formação incluía diversas disciplinas semelhantes às que iriam lecionar.

d) As organizações criadas pelo Estado Novo - Mocidade Portuguesa (MP), Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) e Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) - apresentaram finalidades diretamente relacionadas com a Educação Física. Mas puderam verificar-se duas situações distintas: a OMEN nunca conseguiu concretizar no ensino primário as iniciativas que se propunha; a MP e a MPF caracterizaram-se por apresentar programas-tipo de atividades físicas «sobretudo na época em que a situação curricular da Educação Física era bastante confusa, sempre relacionados com os seus ideais, respectivamente, paramilitares e de criação da “nova” mulher portuguesa». Pressupunha-se que o rigor das suas atividades contribuía para a disciplina corporal das crianças, no entanto, dado que a instrução era da competência dos professores primários, depreende-se que, ao não lecionarem a disciplina de Educação Física, também não a orientariam na instrução. Mas a concretização das atividades das organizações também evidenciaram outros problemas, a saber: (1) a sobreposição, que se refletia na lecionação das atividades no tempo da Educação Física curricular; (2) a duplicação, pois verificava-se uma repetição de atividades que existiam na disciplina curricular e nas atividades das organizações.

Pereira da Silva, em *Os Programas de Educação Física do Ensino Primário em Portugal nas décadas de 60, 70 e 80 do século XX: Contextos, Conteúdos e Modelos de Implementação* (2003), desenvolveu, em tese de doutoramento, um estudo dos programas de Educação Física do ensino primário em vigor entre 1960 e 1990. Para o efeito, definida a problemática geral do estudo, foi o mesmo estruturado em três partes. A primeira é preenchida com a preparação do estudo dos programas em três capítulos. Começa num primeiro capítulo por levantar alguns conjuntos de reflexões e de interrogações para polemizar e amplificar o leque da análise. Em seguida, no segundo capítulo, descreve a metodologia de organização do trabalho sobre os programas e os suportes teóricos em que se apoia. Encerra num terceiro capítulo com a descrição sumária do percurso histórico da presença da Educação Física nos programas do Ensino Primário e nos planos de formação dos seus professores, entre 1836 e 1960, o ano de entrada em vigor do programa com que inicia o seu estudo. A segunda parte é preenchida pela análise dos programas de Educação Física no Ensino Primário, dedicando um capítulo para cada um deles com uma análise centrada em três pontos: a sua contextualização político-educativa, a análise do seu conteúdo, de acordo com as opções metodológicas tomadas, e finalmente a implementação institucional da Educação Física no Ensino Primário durante a vigência de cada um deles. A terceira e última parte compreende um epítome final de síntese do conteúdo exposto. Para a sua concretização, a orientação geral do trabalho seguiu a metodologia qualitativa, na perspetiva histórico-hermenêutica e crítica de Habermas. Assim, o trabalho desenvolveu-se a partir de três tipos de fontes documentais: (1) as legislativas, consideradas como toda a produção legal com carácter normativo geral; (2) as oficiosas, que correspondem às publicações em diversos formatos produzidas por instâncias administrativas (e.g., DGD) e organismos institucionais oficiais (e.g., INEF) cujos conteúdos se impõem também como normas comuns, em aspetos parcelares de áreas específicas, particularmente no Ensino Primário e na

Educação Física; (3) as representativas, aquelas publicações periódicas e específicas da educação e da Educação Física, ou as emanadas de organismos representativos de classe (e.g., SPEF), contendo matéria que, por si ou pelos respetivos autores, eram influentes nos pensamentos e condutas mais generalizados e cujos conteúdos eram de interesse para o trabalho. Por serem as mais pertinentes para o nosso estudo refiram-se as conclusões da análise realizada:

a) Os pressupostos curriculares que motivaram a construção dos três programas analisados são de natureza diferente em cada um deles:

(1) Nos de 1960, prevaleceram as causas político-ideológicas, pois extravasa-se para a educação duas épocas do regime do Estado Novo: o salazarismo e o marcelismo que chancelam a elaboração (1960) e, posteriormente, a sua reestruturação (1968). Sendo que no primeiro destes períodos, «a Educação Física era especialmente marcada pelo culto dos valores dominantes, particularmente o nacionalismo imperialista que melhor se expressa nas marchas, nas formaturas, nas atitudes marciais e na ginástica higiénico-militar, num revivalismo da “escola do soldado sem arma”, recuperado no nosso país pela MP, sob a forma de preparação pré-militar, onde o “posto” mais raso é o do “lusito”, apelido dado ao aluno do EP, naquela organização estatal de natureza política, militar e educativa, de inscrição obrigatória. Deseja-se que EF, neste ambiente, contribua para o “revigoração da raça” e para a criação de hábitos de “disciplina”, ou seja, de obediência compulsiva, já que a escola deve, acima de tudo, “ensinar ao aluno o mais arreigado amor à Pátria” e, consequentemente, de devoção aos seus governantes» (pp. 617-618). Ao passo que no segundo momento, o regime a contas com a sua própria crise e pressionado pelo poder económico mundial, assume um movimento reformista que se estendeu à educação, donde resultou a revisão dos programas do EP realizada em 1968. Nesta revisão programática «retoma-se integralmente o anterior texto sobre a EF, no entanto, os respetivos serviços de inspeção declaram tais *programas* desactualizados e “desinseridos da realidade doutrinária e metodológica que justifica o interesse fundamental da Motricidade na 3.^a infância”, desenvolvendo mesmo, junto dos professores, outra conceção, próxima da “*psicomotricidade*”. Mas, em oposição a esta orientação e pouco depois, é adotada e lançada em certas escolas do EP a conceção baseada na “*iniciação desportiva*”, pelo organismo de cúpula do desporto nacional que, entretanto, tutela esta área curricular» (p. 618).

(2) Nos de 1975, salientam-se as razões pedagógico-políticas, pois estes surgem no contexto de um novo regime político, em clima de turbulência social, pretendendo orientar-se para a «construção de uma futura sociedade democrática de que a Educação não pode, evidentemente alhear-se» (p. 619). Mas isto não passa das intenções, pois em parte alguma se mostra a relação entre o regime político e o novo programa. Para o autor, este é o programa onde se fazem as maiores inovações, respeitantes ao Ensino Primário, como sejam: «a substituição do tradicional regime das quatro classes pelo das duas fases de escolaridade, nos mesmo quatro anos; a criação de duas novas áreas curriculares, sendo uma delas propedéutica das aprendizagens fundamentais; a colocação de uma área, praticamente nova, do MFS¹¹⁰, como eixo programático de ligação entre as outras áreas e entre a escola e o seu meio circundante. Com a psicopedagogia a servir de leme programático pretende-se valorizar as aprendizagens contextualizadas e personalizadas, assumidas como pressupostos pedagógicos incontornáveis» (p. 619).

(3) Nos de 1978 sobressai o carácter tecnocrático, pois foi elaborado segundo a tecnocracia vigente nessa altura no país - a “pedagogia por objectivos” -, cujos conteúdos de matéria não atendiam a fases ou classes, podendo os alunos a eles aceder em qualquer momento da sua escolaridade.

b) No que se refere à análise axiológica o autor verificou que:

(1) A Educação Física apresenta-se nos programas de 1960 como um dos meios de formação ideológica dos portugueses escolarizados, sobressaindo a marginalização da área, apesar da afirmação do contrário.

¹¹⁰ MFS = Meio Físico e Social.

(2) No programa de 1975, embora sejam propostas a formação do aluno como pessoa humana e a sua aprendizagem «em permanente contacto com a vida», a leitura analítica revela que a aquisição dos saberes domina vastamente sobre a formação pessoal e social «e, ainda, que são raras as ocasiões possíveis para o «*contacto com a vida*» e até para a valorização da anterior experiência própria do aluno» (p. 620).

(3) O programa de 1978 apresenta a inovação dos objetivos serem comuns a todas as áreas, sem separação dos conteúdos por classes ou fases, o que «promove a globalização pedagógica, com igual importância das áreas programáticas, enaltece o regime de monodocência e favorece a individualização das aprendizagens. Porém, mais uma vez, vemos propostas irrealizáveis no contexto real do EP, porque a escola continua a ser de massas, o professor não tem hábitos de trabalho interdisciplinar e o rendimento escolar domina os outros interesses sociais. Por isso, em contradição com a nova estrutura programática, observamos que a larga maioria dos objetivos gerais e metodológicos se dirigem à aquisição dos saberes, com privilégio das áreas cognitivas e em detrimento das motoras, nomeadamente da EF» (pp. 620-621).

c) Em termos de integração curricular, o autor constata que em todas as versões programáticas estudadas, a Educação Física ocupa o último lugar, posição que comporta significados de tipo marginal, em relação ao Ensino primário, quer por ser a derradeira preocupação do professor, quer por ser uma área à parte, que até pode ser dada por outrém. A Educação Física vê mesmo alguns dos seus tradicionais conteúdos de matéria «darem substância a duas novas áreas, em 1975, e a um dos módulos de uma nova e vasta área, em 1978¹¹¹» (p. 621)

d) Sobre a natureza e estrutura destacam-se:

(1) em primeiro lugar, o número e a variedade de conteúdos de matéria da Educação Física, como os de maior pobreza em todas as áreas estudadas, quer em termos de número de itens de matéria quer de rubricas em que se organizam os conteúdos de matéria;

(2) em segundo lugar, o carácter genérico dos conteúdos de matéria em Educação Física que se destinam aos alunos, independentemente das suas idades e das classes/fases/anos de frequência, facto que resulta da referida pobreza das matérias, nos dois primeiros casos, e da estrutura geral de todo o programa de 1978, à qual a Educação Física tem de se subordinar. «Apesar de tudo, notamos uma evolução positiva da natureza dos *itens*: de centrados no professor, passam a neutros e a centrados nos alunos, respetivamente do primeiro para o último dos três *programas*. Pode dizer-se que refletem a evolução pedagógica que se deu no país...» (p. 623).

(3) a forma de apresentação que, na Educação Física, com a exceção do último programa, se mostra diferente das restantes áreas, chegando a haver duas versões formais do mesmo programa, uma na 1.^a e outra na 2.^a fase.

(4) quanto aos objetivos específicos, verificam-se três situações: no programa de 1978, os objetivos, comuns a todas as áreas, representam uma das inovações programáticas, justificando de igual maneira os meios formativos perante as finalidades em vista e permitindo a interdisciplinaridade; no programa de 1960 os objetivos são em número um pouco mais elevado do que no de 1975, existindo um relativo equilíbrio na distribuição entre áreas, em ambos os textos programáticos. No entanto, tendo presente as categorias e dimensões das análises, os quatro objetivos de Educação Física em 1960, «vão desde a recolha de informação, às atitudes e valores individuais e sociais, passando pela comunicação específica ou técnica», enquanto em 1975, os três objetivos registados, «além das duas dimensões individuais e sociais, apenas alcançam a comunicação específica» (p. 624). O autor constata «distâncias entre o que se afirma, num lado, quanto às finalidades e o que se descreve, noutro, sobre os objetivos e também sobre as peculiaridades acentuadas relativamente às formas diferentes e à insistência nas matérias técnicas, ... - tudo isto parecendo dar à EF em estatuto especial no EP e transmitindo aos docentes uma imagem

¹¹¹ «São elas, as Actividades Iniciais (a sucessora dos Trabalhos Preparatórios Gerais, do programa parcial de 1974-75), de natureza propedêutica das aprendizagens escolares do LEC, e o Movimento, Música e Drama (MMD), o qual volta a surgir no programa de 1978 com a designação de Actividade Dramática (AD), constituindo um dos três módulos da área de Expressão e Intervenção Artística e mantendo, da anterior versão, quase toda a componente de movimento» transcrição da nota de rodapé do autor (pág. 621).

de área realmente à parte das outras: pobre mas muito rigorosa nos conteúdos; inconsistente na estrutura formal; sem coesão educativa e sem convergência com o todo pedagógico; com as suas matérias quase só de execução e, portanto, desligadas da relação pensamento-ação, impedindo a integração curricular ou interdisciplinaridade» (pp. 624-625).

e) Relativamente à articulação vertical e horizontal, o programa de 1978 é a exceção, dado que a própria estrutura facilita a constante progressão lógica dos conteúdos de matéria, enquanto nos programas de 1960 e de 1975, a progressão técnica das matérias manifesta-se de modo muito parcial e, em certos casos, revela-se mesmo sem qualquer lógica na sua distribuição sincrónica. Esta situação significaria segundo o autor «que os conteúdos de matéria de EF, apesar de serem tradicionalmente considerados como muitos tecnicistas, não terão nos programas estudados, afinal, conteúdos técnicos suficientes para os graduar convenientemente, segundo uma progressão intrínseca e uma distribuição didáctica» (p. 625).

f) A nota mais saliente da sistemática das matérias, para todas as áreas e para todos os programas, é a maior importância dada à demonstração dos conhecimentos adquiridos pelos alunos, o que faz a apologia da escola transmissiva.

g) Quanto ao grau de explicitação das instruções, três situações distintas em cada um deles:

(1) No caso do programa de 1960, «o professor deve seguir os manuais onde a *“orientação pedagógica, metodológica e técnica deste ensino está suficientemente explanada”* mas, para a sua simples leitura os docentes não estão preparados, dada a sua complexidade técnica» (p. 629).

(2) No programa de 1975, «procura-se ultrapassar esta barreira, ilustrando os itens de matéria com exemplos de exercícios fluindo de imagens previamente dadas, mas mantendo os conteúdos técnicos» (p. 630), o que segundo o autor se tornaria numa situação dúbia, pois se por um lado se tornavam os exercícios mais atrativos para professores e alunos, por outro amarrava os docentes às imagens dadas e, conseqüentemente, por falta de conhecimentos próprios poder-se-ia subvalorizar os conteúdos específicos de Educação Física, anular a capacidade crítica e a criatividade para modificar as propostas programáticas valorizando-as.

(3) Finalmente, o programa de 1978 é semelhante para todas as áreas, além de que os objetivos são os mesmos e os itens programáticos, baseados na pedagogia por objetivos, consideram-se suficientemente claros por si mesmos. A estas considerações acresce a impreparação dos professores no âmbito da corrente que vigorava - a psicomotricidade.

h) No que respeita à relevância e exequibilidade dos programas, também se podem retratar três situações numa progressão que vai do complexo e abstrato ao simples e concreto:

(1) Nos programas de 1960 o tecnicismo veiculado acarreta a sua quase total inaplicabilidade, em virtude das condições gerais do contexto social escolar então existente.

(2) No programa de 1975, apesar da inexistência nas escolas de alguns dos materiais indicados, as matérias curriculares de Educação Física já não encontram obstáculos de aplicação, tanto mais que eles podem ser substituídos por outros improvisados.

(3) O aspeto mais positivo do programa de 1978 é a sua exequibilidade em todas as áreas, «não requerendo condições de execução inexistentes» (p. 631).

Pereira da Silva (2003: 649 e seguintes) termina a sua dissertação com uma análise à marginalização da Educação Física no Ensino Primário. Começa por retomar uma questão inicial, a da «inexistência de prática regular da EF no EP, apesar da sua presença constante nos respectivos programas», para concluir com um exame a quatro blocos temáticos, a saber:

1) A organização curricular, em que, a partir das análises efetuadas, confirmou a hipótese de serem os programas, pela sua organização curricular, um dos reflexos ou uma das causas de marginalização da Educação Física no Ensino Primário: (i) os objetivos são descritos de forma muito generalista, faltando-lhes alguma especificidade, apresentando frequentes faltas de correspondência com as matérias, o que acarretaria dúvidas nos docentes sobre a utilidade dos mesmos; (ii) o tipo de conteúdos das matérias de Educação Física, que incluem «a complexidade dos “esquemas-tipo”, do “Método de Ginástica de Ling” e que «às matérias de natureza *gímnica* juntam as *lúdicas*, as *recreativas*, as *marciais*, as *rítmicas*, as *desportivas*, as *naturalistas* e as *psicomotoras*», acabam por criar uma ideia de que esta área curricular só pode ser lecionada por quem receba apoio formativo regular ou por especialistas; (iii) acompanhando a evolução dos conceitos pedagógicos gerais, os programas apresentam grupos de matérias muito diferentes, mas a que paradoxalmente não corresponde uma grande variedade de conteúdos programáticos, pois os distintos programas analisados apresentam um reduzido número de itens de matéria; (iv) no elenco programático, esta área curricular figura sempre em último lugar, o que poderá ser um sinal manifesto da reduzida importância que lhe é atribuída pelos serviços oficiais. Como corolário desta situação, «os docentes, constatarem esta menor importância curricular e menosprezam a EF em favor de outras áreas tidas como mais prioritárias para o sucesso imediato dos alunos e para a melhor avaliação do seu desempenho profissional».

2) A pedagogia oficial, o autor, defendendo a abordagem integrada do conhecimento, como um dos mais importantes definidores de especificidade do 1.º ciclo (o que é favorecido pelo regime de monodocência e considerando que a integração do saber conduz à compreensão global dos fenómenos e ao acesso aos saberes especializados), acaba por afirmar que a «escolaridade obrigatória é, especialmente, caracterizada por tradição e por consagração legal, como integradora e monodocente», pelo que considera que «a leccionação de uma área como a EF por outro agente de ensino diferente do titular, ofende a natureza e a organização escolar do EP/1.º ciclo». No entanto, verifica que, enquanto alguns dos modelos humanos de implementação da Educação Física no Ensino Primário são concebidos para apoiar a própria leccionação do professor, quer através de meios documentais, quer com recurso a demonstrações, pelo contrário, a maior parte dos modelos visa o trabalho direto com crianças, substituindo o docente titular. Nesta lógica,

«os agentes de tais modelos, quais corpos estranhos no EP, longe de ajudar, ou coadjuvar, o professor, utilizam os alunos para, quase sempre na ausência daqueles, desenvolverem actividades de âmbito desportivo, de que estão incumbidos por entidades também elas estranhas ao ensino, provocando com isso, negativas quebras das rotinas pedagógicas e prejuízos de aproveitamento escolar. Afinal, de coadjuvação passa-se à substituição com atropelo de funções.»

3) A ideologia política tem mostrado uma estreita ligação com a Educação Física no Ensino Primário, pois, independentemente dos regimes políticos, quase todos os governos têm desenvolvido uma constante e ostensiva manipulação política da escola do Ensino Primário, em especial, através das práticas desenvolvidas. Com efeito, um dos instrumentos de politização da Educação Física no Ensino Primário é o das episódicas concentrações de alunos, realizando atividades, primeiramente gímnicas e depois desportivas, «sempre com a finalidade imediata

de serem bem noticiadas pelos órgãos de informação e por eles muito documentadas com imagens e entrevistas convenientes. São os festivais da raça, as movimentações de massas, as concentrações desportivas, as movimentações nacionais, os jogos da primavera, o encontro nacional de desporto para a infância, a campanha de alfabetização desportiva, a campanha nacional do jogo infantil». Para além disso, na concretização das grandes opções de ideologia política dos governos, registam-se vários organismos tutelares da Educação Física escolar a impor a sua separação das restantes áreas curriculares. Constata o autor que não há outra área curricular com investimentos tão ricos, de que sobressaem os seguintes:

- «a) a EF e o EP têm a maior história de formação inicial de professores do país (Escolas Normais/EMP e INEF/ISEF);
- b) a EF no EP protagoniza, em Portugal, a primeira e mais ampla acção de formação contínua dos docentes, de entre outras realizadas;
- c) a EF no EP é a área onde se conta o maior número de experiências pedagógicas;
- d) apesar das lacunas técnicas verificadas, os diversos programas de EF no EP manifestam, no seu conjunto, grande variedade de conceitos e várias inovações pedagógicas;
- e) a EF no EP é a primeira área para a qual o ME organiza vários simpósios de âmbito nacional;
- f) a EF no EP é também a primeira área curricular a ser beneficiada, por diversas vezes, com verbas extraordinárias, algumas vultuosas, para equipamentos, espaços e documentações de apoio;
- g) a EF no EP é a área curricular a dispor de maior variedade de modelos humanos de apoio ao professor, com ou sem intervenção directa junto dos alunos;
- h) a EF no EP é a única área curricular a incluir-se simultaneamente, e por mais de uma vez, em duas estruturas orgânicas nacionais;
- i) as diferentes acções de implementação da EF no EP alcançam todos os concelhos (com excepção dos Açores) e atingem, no total, a elevada expressão de 51% dos alunos».

4) A cultura dominante, que, para o autor, se reflete nos atuais sistemas de ensino fundados no racionalismo dualista e mecanicista representado pelo método científico moderno, segundo o qual os saberes são alcançados, exclusivamente, através de procedimentos mentais rigorosos e instituídos. Como consequência deste modelo cultural, a marginalização da Educação Física no Ensino Primário reflete-se nos programas e nas práticas docentes, e em coerência com o modelo cultural que a acolhe temos:

«uma Educação Física com conteúdos de matéria: sob a forma de exercícios simples e sucessivos (natureza analítica); descritos com rigor (tecnicismo), do simples para o complexo (progressão); comandados e exemplificados pelo professor, com precisão (instrução); correctamente executados pelos alunos, por imitação (aprendizagem por “drill”), revelando uma área pedagogicamente tradicionalista».

Brás, em *A fabricação curricular da educação física: história de uma disciplina desde o antigo regime até à I República* (2006), como tese de doutoramento, realizou um estudo em torno da construção social do currículo de Educação Física no liceu, abrangendo um período temporal que vai dos finais do Antigo Regime até finais da I República. Para a sua concretização, a orientação geral do trabalho seguiu uma análise histórica que Michel Foucault designa como arqueologia e genealogia. Assim, o trabalho desenvolveu-se numa dupla abordagem que se complementa, feita com recurso a uma diversidade de fontes que fazem a cobertura do período em estudo (congressos, debates, legislação, imprensa pedagógica e jornalística, obras científicas, relatórios). Com a primeira - arqueologia -, o autor procurou identificar o processo

de sedimentação do saber constitutivo da Educação Física. «A palavra saber é utilizada para designar os diferentes tipos de discursos. O saber está, na prática discursiva, situado historicamente» (2006: resumo). A análise desta dimensão permitiu compreender como a educação física foi pensável, expressando-se a sua especificação numa pluralidade de discursos que se interligam e reforçam. Com a segunda - genealogia -, pretendeu explicar a transformação dos saberes a partir das relações de poder. A integração da educação física no currículo foi explicada a partir do dispositivo que se foi instalando no decurso do tempo. A construção social do currículo da educação física no liceu foi assim analisada a partir de uma multiplicidade de relações de força, que funcionaram em rede e em diferentes níveis, não se restringindo à ação unilateral do Estado.

Nas palavras iniciais, o autor afirma:

«O currículo de educação física foi uma obra colectiva que resultou da acção de um conjunto significativo de homens. Neste empreendimento, o que há de imperioso a assinalar é o facto de o objecto produzido se sobrepor à acção de cada um dos participantes. Por muito importantes que tenham sido os contributos parcelares, a obra só resultou devido a uma mestria colectiva» (2006: 1).

Por serem as mais pertinentes para o nosso estudo refiram-se as conclusões da análise realizada. Segundo Brás a narrativa desenvolvida «tentou acompanhar o processo de sedimentação do diálogo constitutivo da educação física nas suas linhas genealógicas» (p. 621). Num primeiro momento, tentou identificar a formação do saber e o campo do qual ele emergiu, identificando que esse saber se definiu pelos sete discursos que foram produzidos: o disciplinar, o naturalista, o higienista, o anti-dualismo de género, o mimético, o da salvação e o do campo das práticas do saber; com os seguintes traços diferenciadores:

1) O discurso disciplinar, que introduziu a necessidade da vida ser guiada, de não ficar entregue ao caos, a comportamentos de autodestruição. «Para contornar os diferentes tipos de perigo que podiam levar à degradação do corpo (ociosidade, costumes, doenças) e, ao mesmo tempo, fazer face às necessidades da boa criação, foi necessário levar cada um a aprender a problematizar a sua existência para poder disciplinar-se» (p. 622). Podendo afirmar-se que a dimensão disciplinar encerrava uma manifestação do saber e da inteligência. «Do ponto de vista do valor educativo, é falacioso reduzir o alcance da disciplina a um conjunto de normas e procedimentos arbitrários, que funcionam por imposição a partir de fora, tendo por objetivo moldar cada um segundo interesses alheios.» (op.cit., loc.cit.)

2) O discurso naturalista, que introduziu a ideia de se respeitarem as necessidades de desenvolvimento que a natureza reclama. Desde o século XVIII, com a publicação de distintas obras (Luiz Barreto, Francisco de Mello Franco, Francisco José de Almeida, ...) que se denunciavam os malefícios dos constrangimentos impostos aos corpos devido a falsas ideias de proporção e de elegância. «A inacção forçada, tal como a vida mole, sedentária, as más posturas do corpo, o afastamento da vida do campo e a concentração nas cidades, a substituição da força muscular pela força das máquinas, são apontados como os procedimentos que têm levado a resultados desastrosos, pois eram contrários à economia animal» (op. cit., loc.cit.). Assim, recomendava-se não só os banhos de mar e de luz, para o robustecimento do organismo,

mas também a própria exercitação do corpo (através de atividades como correr, saltar, nadar, lutar, dançar, etc.), porque também estes correspondiam a um apelo da natureza que não deveria ser frenado.

3) O discurso higienista, que aportava uma nova racionalidade, que servia para fazer a fundamentação à proteção coletiva e individual, surgindo o exercício físico legitimado pelo saber científico. Desde o século XVII que distintos autores (Fernão Solis da Fonseca, João Curvo Semedo, Manuel Paiva...) relacionavam a importância do exercício com a conservação da saúde). Com a legitimação pela ciência a ginástica surgia como a melhor maneira de atacar os problemas que afligiam a civilização. Neste enquadramento, a escola poderia servir como o instrumento de mudança, de que resultava o apelo da higiene para se construírem ginásios e dar-se mais atenção à educação física. Um tema recorrente na época, eram os efeitos da “surmenage” e Mosso, pelos trabalhos desenvolvidos, veio colocar a necessidade de as reformas cuidarem da saúde dos jovens. Com este quadro, a educação física ganhou reconhecimento no combate às doenças escolares, mas tornou necessário que as reformas fossem guiadas pela medicina, daí que a avaliação antropométrica dos alunos tivesse ganho tão elevado interesse.

4) O discurso anti-dualismo de género, que fundamentalmente veio combater os falsos preconceitos sobre o efeito salutar do exercício físico nas mulheres. Neste esforço, a partir do século XVIII, distinguiu-se Luís António Verney ao iniciar a campanha contra a marginalização das mulheres, pois era entendimento que o exercício físico devia ser interdito à mulher porque ser considerado contrário à sua natureza frágil.

5) O discurso mimético, que ao estabelecer o contraste entre a realidade portuguesa e os países civilizados, procurava ridicularizar e fazer-nos sentir que o país estava completamente desfasado em relação aos imperativos da civilização. Sendo inquestionável a necessidade de mudança nas nossas escolas, onde não se praticava ginástica, defendia-se que cabia ao Estado reagir energicamente, pela responsabilidade de administrar a “máquina social” com um sentido higienista, mas também, pedagógico, enquanto a sociedade tinha o dever de exigir esta obrigação.

6) O discurso da salvação, que ao exacerbar a necessidade de se lutar contra os perigos da degradação, estando em causa a nossa própria sobrevivência, apresentava a ginástica como a solução do problema e, como tal, uma necessidade patriótica que não podia ser rejeitada. Vinham desde o século XVII os escritos que falavam do perigo evidente da decadência da espécie, o que era entendido como uma atitude anti-racional, pelo que não se considerava aceitável e incúria e a imprudência com que o assunto era tratado pelos governantes. Considerava-se que a educação portuguesa comprometia o futuro com a preparação que se estava a dar aos homens de amanhã.

7) O discurso do campo das práticas do saber, que veio delimitar e especificar a área de intervenção. A ginástica continha a ideia de fazer exercício, considerado fundamental para a saúde e prolongamento da vida, mas também a adequação às particularidades de cada um, o que requeria um saber e uma arte de conservar a harmonia salutar.

Do ponto de vista genealógico, Brás (op.cit., p. 627) afirma que a educação física foi integrada no currículo devido ao dispositivo que se instalou no decurso do tempo, e a sua estrutura foi-se fortificando segundo as condições que marcaram o seu logo processo de formação desenvolvido em torno de duas grandes unidades constituintes, que por sua vez se desdobram em conjuntos multilineares.

- 1) Uma das linhas, designada como interna, porque se consideram as relações a partir de “dentro do sistema educativo”. Esta linha de força dos constituintes internos desenvolveu-se segundo duas orientações: uma formação aristocrática, correspondente à abertura do *Real Collégio dos Nobres*, que introduzia as atividades físicas na formação dos jovens nobres; uma formação dos alunos mais desprotegidos, desenvolvida na Casa Pia.

Os valores do movimento liberal, traduzidos em dois projetos apresentados após a revolução de 1820, um da autoria de Luís da Silva Mousinho de Albuquerque (1823) que pretendia levar a educação física a toda a população, o outro de Passos Manuel (1836), que na impossibilidade de montar tudo de uma só vez, optava pelo ensino primário, por abranger um maior número de alunos. A reforma de 1844 anulou do ensino primário os “*exercícios gymnástico*” introduzidos anteriormente. De 1844 até 1870, 26 anos de silêncio curricular, nas palavras de Brás (p. 629), a ginástica não faz parte dos currículos. Em 1870, com D. António da Costa a educação física era reintroduzida na escola primária. Com D. António Alves Martins os decretos que tinham sido promulgados foram anulados, excluindo-se a educação física do currículo. A chegada ao governo de António Rodrigues Sampaio (1871 a 1877) nada aportou em relação à educação física, mas quando regressa ao governo, em 1878, ao promulgar a reforma do ensino primário, reintroduziu a educação física no currículo, mas apenas no 2.º grau (ou complementar).

- 2) A outra, designada por externa, por se considerarem as relações a partir do movimento social de problematização da educação física. Na linha de força dos constituintes externos, registre-se o clima cultural de descontentamento generalizado que se fazia sentir.

A educação era entendida como uma possibilidade de inverter a agonizante marcha de degradação de Portugal. Dado o precário desenvolvimento económico do país, a opção foi dar prioridade ao ensino liceal. «A opção tomada foi ter-se considerado que a salvação do país se fazia de cima para baixo, quer dizer, a partir da qualidade dos governantes» (op.cit., p. 631). Foi entendimento, que a regeneração do país devia centrar-se na educação da classe dirigente porque a salvação não passava pela educação das massas. Desta forma, a educação física foi considerada no quadro dos saberes a serem incluídos na educação.

Com José Eduardo, em 1905, a educação física era instituída no currículo, mas havia necessidade de dar uma orientação às atividades a realizar com os alunos, criar condições para que as práticas se pudessem concretizar e formar professores para realizarem a prática pedagógica. Os professores começavam a reclamar junto da Direcção de Instrução Pública e do Governo pela nomeação de uma comissão para elaborar um manual de ginástica, segundo a orientação científica moderna. As primeiras disposições (portaria de 5 de novembro de 1909) foram no sentido de que se devia seguir o manual de ginástica de António Martins.

Com a publicação do *Regulamento da Instrução Militar Preparatória* (1912) prescrevia-se a procura da unidade no ensino. Mas apenas em 1920, com a publicação do *Regulamento Oficial de Educação Física*, se dava unidade a todo o ensino, ao integrar as diferentes formas de exercitação (ginástica educativa como formação e desenvolvimento de aptidões, jogos, como aplicação da atividade educativa e desportos, como seguimento dos jogos) apresentava ao público a noção de segurança nas opções técnicas do ensino.

Castanheira de Oliveira, na sua tese de doutoramento intitulada *O Ensino da Educação Física em Portugal - Difusão e implementação da ginástica sueca em Portugal na primeira metade do século XX* (2011), realizou um estudo que pretendia analisar a utilização da ginástica sueca na educação física portuguesa, durante a primeira metade do século XX, desde a sua oficialização no liceu até ao período que coincide com a criação do Instituto Nacional de Educação Física e com o aparecimento de diversos manuais de ginástica. Procurando resgatar informação «pouco ou nada conhecida» tinha como objetivos: a intervenção dos diversos Governos na resolução de matérias relativas à formação inicial e orientação dos professores, às instalações específicas para as aulas de ginástica e à organização escolar no que diz respeito à educação física; a organização dos militares na formação dos seus instrutores e monitores e a

intervenção destes nas escolas públicas e nos colégios privados; o envolvimento de personalidades e instituições privadas na divulgação da ginástica sueca e na formação de professores; as interpretações do método sueco e a sua repercussão na escola. Adicionalmente, procurava descrever a origem e a evolução do método sueco, bem como descortinar a forma como ele entrou em Portugal e como foi cativando as pessoas, instituições e entidades governamentais até ser oficializado no liceu, bem como a forma como foi realizado o processo de difusão e implementação da ginástica sueca em Coimbra, numa época em que a cidade tinha grande importância cultural e política no nosso país. Castanheira de Oliveira (2011, pp. 425-440) concluiu que a difusão e implementação da ginástica sueca em Portugal foi um processo complexo envolvendo três grupos sociais: os médicos, os pedagogos e os militares. O percurso da sua oficialização na escola portuguesa, ocorrido em 1905, foi moroso pelo protagonismo que na educação física nacional tinham as metodologias alemã e francesa. Mas no início da sua implantação também escasseava informação sobre a metodologia da ginástica sueca, que teve um desenvolvimento posterior com o aparecimento de manuais estrangeiros e com a deslocação de individualidades à Suécia. Sobre a introdução do método em Portugal, afirma que primeiramente entrou o ramo médico, com a utilização de alguns aparelhos dessa metodologia nos ginásios e institutos que se dedicavam à recuperação física, em seguida o ramo pedagógico pela ação do Ginásio Clube Português. Com o desenvolvimento ocorrido, que acompanhava o que acontecia noutros países europeus, o Governo acabou por adotar este método de ginástica escolar, pois as características da ginástica sueca eram as ideais para o revigoramento da população escolar, pois não precisava de muitos aparelhos e permitia a realização de sessões com muitos alunos. A oficialização da ginástica sueca, motivou a necessidade do Governo resolver problemas inerentes a esta decisão, como eram os casos da formação de professores e a produção de um manual de apoio à docência. Iniciava-se um processo moroso. A formação de professores de educação física pôs em evidência a incapacidade de sucessivos governos de conseguirem criar uma instituição credível, mas também trouxe para este desiderato os militares e a iniciativa particular que responderam com projetos de reconhecido valor. O processo viria a culminar em 1940 com a criação do Instituto Nacional de Educação Física, resultante do consenso entre os três grupos sociais que tinham influência no panorama da educação física nacional. Relativamente ao manual de apoio à docência, a situação resolveu-se em 1920, com a publicação do *Regulamento Oficial de Educação Física* por Manuel José Pedro Tavares Júnior. Estavam passados quinze anos, desde a introdução da disciplina nos currículos escolares, em que os professores não tiveram o apoio oficial do Estado, valendo-lhes as poucas publicações que existiam de autores portugueses e a literatura estrangeira que aparecia no país. No entanto, este regulamento, que alguns consideraram desatualizado e desadequado, foi posto de lado nos liceus e na formação oficial de professores quando, em 1932, surgiu o *Regulamento de Educação Física dos Liceus*, baseado na técnica portuguesa de ginástica da autoria do doutor Weiss de Oliveira. A introdução de uma nova metodologia, fortemente criticada por diversas personalidades, alterou a educação física escolar. Esta situação fez com que o *Regulamento Oficial de Educação Física* se mantivesse apenas na instituição militar e

junto da iniciativa privada. Com a criação pelo Governo de organizações para a juventude, entretanto surgidas na escola, apoiadas pelos militares, que revitalizaram o regulamento, contribuindo para o esquecimento de uma metodologia que não servia os interesses do país. Passados alguns anos, Leal de Oliveira publicava em 1947 o *Manual de Ginástica* que, na prática, substituiu o regulamento de 1920. Igualmente Alberto Marques Pereira publicou diversos manuais de ginástica infantil que serviram de apoio aos professores primários. A afirmação da ginástica sueca em Portugal aconteceu na década de quarenta quando os três grupos sociais conciliaram as suas posições. No entanto, mantiveram-se diversos problemas, como a falta de professores, escolas com instalações desadequadas e ausência de aparelhos específicos para as lições. Tudo isto iria ao encontro de um problema com muitos anos - a degeneração da raça portuguesa.

Duarte, na sua tese de doutoramento intitulada *A História da Educação Física em Portugal: Da implantação da República (1910) à aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986)* (2015) realizou um estudo que pretendia fazer a história da Educação Física, em Portugal, entre 1910 e 1986, verificando as suas várias etapas. Para o efeito, estabeleceu como questões centrais da investigação: proceder ao levantamento histórico do período em estudo (1910 a 1986) de modo a conseguir uma panorâmica geral do país, dela destacando os factos mais relevantes que seriam alvo de investigação mais aprofundada; tentar “encontrar” no contexto histórico, abrangido pelo espaço cronológico em análise, os factos mais significativos do processo educativo e as etapas mais expressivas da história da Educação Física, contextualizando-os politicamente; referenciar e descrever os principais modelos de formação de professores de Educação Física. Duarte (2015, pp. 169-191) concluiu que:

- Durante a Primeira República, de 1910 até à revolução de 28 de maio de 1926, o Estado teve uma intervenção diminuta na matéria, cabendo aos particulares um papel relevante, com a criação de ginásios e clubes, a promoção da difusão através de publicações especializadas e a abertura de cursos de ginástica. A partir de 1905, com a obrigatoriedade da disciplina nos liceus, nas diferentes reformas educativas, recomendava-se a criação de espaços para a sua prática. Com o Governo Provisório da República, em 1911, a reforma do ensino primário legislava-se no sentido de existir ginástica em todos os graus deste nível de ensino, ao mesmo tempo que se defendia, pelo amor à Pátria e à República, que a instrução militar estivesse presente na escola primária, com exercícios de acordo com as respetivas faixas etárias. Uma das maiores dificuldades residia na falta de professores especializados, pelo que foram criadas duas Escolas Normais Primárias, sem programas específicos para a disciplina e, ainda, duas Escolas Normais Superiores de Educação Física, que não chegaram a entrar em funcionamento. Em 1921, era criado o Curso Normal de Educação Física, que em 1923 seria integrado na Escola Normal Superior de Lisboa. De referir ainda em 1920 a elaboração e publicação do Regulamento Oficial de Educação Física, um documento que se baseava no método de Ling;

- Da Revolução de 28 de maio de 1926, que pôs fim à 1.ª República até à criação do Instituto Nacional de Educação Física (INEF) em 1940, a Educação Física manteve características do período anterior, como sejam a adopção do método de Ling e a colagem à Medicina e ao Exército, situação que terminaria com a criação do INEF, a primeira Escola Pública Superior para a formação de docentes de Educação Física;

- Da criação do INEF à Revolução dos Cravos (1974), destaca-se a uniformidade na formação dos docentes, que iria potenciar uma tomada de consciência profissional. Mantinham-se a colagem à Medicina e ao Exército, e a fidelidade ao método de Ling, agora adaptado às condições do país. Em 1942, era criado um organismo estatal a Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, através da qual se pretendia orientar, fora da Mocidade Portuguesa e da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, a educação física e desportos. Ainda na década de quarenta, digno de destaque a publicação do *Manual de ginástica* e de *Programas de Educação Física para a Juventude em Idade Escolar*. Os sinais de mudança manifestavam-se pelas novas propostas para a Educação

A Educação Física no Sistema Educativo Português

Física, algumas das quais importadas. Na década de cinquenta o INEF sofre profundas alterações, como sejam a renovação do corpo docente, o alargamento para três anos da duração do curso para professores e a introdução de novos planos curriculares. Na tentativa de minimizar o problema da falta de docentes, o Estado opta por uma formação em dois anos, criando duas Escolas de Instrutores de Educação Física. Num movimento que se prolongará pelos anos setenta são introduzidas alterações curriculares, que evidenciavam uma rotura com o modelo de formação mecanicista;

- Do «25 de Abril» à aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), a Educação Física contribui, na sua especificidade, para um projeto educativo plural, percorrendo os mesmos caminhos que a educação no seu todo, sucedendo-se as reformas, muitas das vezes sem sequer ter havido tempo para serem testadas. Um dos marcos essenciais foi a integração da Educação Física no Ensino Superior Universitário em 1975, com a criação dos Institutos Superiores de Educação Física de Lisboa e do Porto, a que se seguiu a criação do Ensino Superior de curta duração, resultante no Ensino Superior Politécnico, onde a formação passou a ser assegurada pelas Escolas Superiores de Educação (ESE's). Desta forma, potenciadas pela Lei de Bases, além das ESE's com a variante de Educação Física, iriam ser criadas novas licenciaturas integradas no Ensino Universitário Público e o Ensino Superior Privado teria um aumento significativo.

Ventura, na sua tese de mestrado intitulada *A Educação Física no Ensino Primário pela voz da imprensa durante o Estado Novo* (2016), realizou um estudo que pretendia apresentar uma análise normativa e didática à abordagem e efetivação da Educação Física durante o período do Estado Novo (1933-1974), segundo a revista *Educação Nacional*, existente no arquivo de microfilmes da Biblioteca Nacional de Portugal. O autor (2016, pp. 120-122) concluiu por um contributo da revista maioritariamente positivo para a implementação da disciplina de Educação Física no Ensino Primário, através dos artigos e opiniões publicados. Já os constrangimentos na demora da implementação são devidos à influência limitadora do Estado na importância atribuída à Educação Física, bem como às carências na formação dos professores primários, resultantes duma mentalidade conservadora e controladora existente na época. Relativamente às categorias e conteúdos desenvolvidos sobre a temática, destacaram-se considerações sobre a disciplina na saúde e educação, o seu desenvolvimento e implementação no Ensino Primário, a Educação Física na formação de professores, o enquadramento normativo da disciplina e as publicações psicopedagógicas associadas ao nível de ensino. Ao comparar a evolução da formação de professores primários e a implementação da disciplina de Educação Física, verificou-se que a partir de 1964 começavam a surgir algumas iniciativas formativas, sendo que a implementação gradual da disciplina na escola primária aparentava estar diretamente relacionada com as referidas iniciativas. A extinção da Direção-Geral da Saúde Escolar e a criação da Direção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, acabou por ser marcante para que as iniciativas formativas e a efetivação da Educação Física na escola primária comesçassem a ser uma realidade evidente. Nas publicações psicopedagógicas, apesar de muitas vezes não serem especificamente sobre Educação Física no Ensino Primário, o seu conteúdo adaptava-se à prática dos professores deste nível de ensino, em particular nos conteúdos da importância do jogo na aprendizagem, na diferenciação do ensino e flexibilidade dos programas, bem como na apresentação de linhas de pensamento relativas às fases de desenvolvimento e conceitos psicopedagógicos adequados a uma boa prática.

Em resumo, existem teses de doutoramento e de mestrado, além de provas de capacidade científica, publicam-se livros e revistas e realizam-se congressos mas, até ao momento a investigação sobre as estratégias metodológicas desenvolvidas nos programas de

formação de professores dos Ensinos Primário, Secundário, Técnico-Profissional e Ciclo Preparatório e os conteúdos a desenvolver com os alunos dos respetivos níveis de ensino está pouco desenvolvida como demonstraremos adiante em contributo que consideramos a nossa tese aporta.

4. PERÍODOS DE EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

São três os autores que procuraram sistematizar a evolução histórica da formação do pessoal docente de Educação Física em Portugal: Albano Estrela; Jorge Crespo e José Brás. A primeira tentativa foi realizada por Estrela (1972) que, considerando a evolução mais geral da Educação Física, estabelece os seguintes períodos:

- «a) Até 1834 - período de formação, sem linhas de força bem definidas, mas no qual se encontram implicitamente elementos a detectar em períodos subsequentes;
- b) De 1834 a 1910 - primeiro período da Educação Física moderna, caracterizado principalmente pela «descoberta» da necessidade da Educação Física verificada em três sectores: militar, médico e escolar;
- c) De 1910 a 1940 - segundo período, predominantemente caracterizado pela prospecção dos meios de acção que possibilitem a concretização dessa necessidade;
- d) De 1940 aos nossos dias - terceiro período, no qual se tenta sistematizar os diversos modos de agir em relação às necessidades verificadas em determinados sectores (escolar, militar, médico), de preenchimento de tempos livres; no sector do trabalho profissional. Fundamentalmente, procura-se estruturar gradativa e metodicamente a prática e o ensino da Educação Física nos vários sectores em que se verifica a sua carência».

A segunda, elaborada por Crespo (1976), considera cinco períodos distintos:

- Período até 1940 - o qual «é atravessado por dois acontecimentos: (a) - A instauração da Primeira República, dominada, no caso geral do Ensino, por consideráveis progressos e, na Educação Física em particular, por algumas tentativas de enaltecimento, mas sem resultados práticos consequentes; (b) - A Revolução de 1926 que leva ao poder um regime de cariz fascista, cujas repercussões mais salientes, no campo da formação dos professores de Educação Física, só se fazem sentir, no entanto, e de maneira negativa, no período seguinte.»
- Período de 1940 a 1958 - marcado pela criação do I.N.E.F., instituição que de forma marcante e durante quase 40 anos manteria o exclusivo da formação de docentes.
- Período de 1958 a 1970 - «dominado por uma concepção mais aberta de actividade física, com amplo contributo do desporto, particularmente com base na utilização dos seus elementos mais simples (a denominada iniciação desportiva) e primeiro apelo aos problemas do treino desportivo».
- Período de 1970 a 1974 - «coincidente com algumas metamorfoses e ramificações da orientação educativa dos últimos anos do regime fascista».
- Período de 1974 em diante - dominado inicialmente por um conjunto de ações simultaneamente de estudo e de luta por um diploma coincidente com os desejos de escolas de formação perfeitamente integradas na Universidade e por uma organização de estudos adequada às finalidades projetadas.

A terceira, da autoria de Brás (1996), considera três ciclos distintos:

- 1.º Ciclo - Constitucionalismo (1911-1974) - «por corresponder ao momento em que se dá a génese da institucionalização da formação de professores de Educação Física em Portugal, representa a fundação, o momento em que Portugal acordou e arrancou definitivamente à procura de uma solução para um problema social que já tinha sido declarado. No entanto, distingue neste ciclo três fases:

1.ª fase - Abrange o período que vai da instauração da 1.ª República até à criação do INEF... Nesta primeira fase, a formação de professores baseia-se no sistema E, que significa: E de ENSAIO - Porque se trata ainda de experimentar, apreciar e verificar o que melhor se ajusta à formação de professores de Educação Física em Portugal.

2.ª fase - ... iniciando-se com a criação do INEF (1940) e prolongando-se até finais da década de 50 (1957). É um mesclado da patente militar, médica e reveste-se inicialmente numa concepção anti-desporto... consolidação efectiva da formação de professores com a criação do INEF. Nesta fase, a formação de professores assenta numa matriz única (Educação Física), embora bifurcada e hierarquizada (Professores e Instrutores), hermética e doutrinária (Ling), evoluindo pouco ao longo do tempo.... nesta fase a formação de professores baseia-se no sistema M, que significa principalmente duas coisas: M de MONOLÍTICO - Porque se fundamenta no valor supremo da doutrina, seguindo-se, por

consequência, a uniformidade, hierarquia, rigidez e obediência. M de MONÁSTICO - Porque é tratada marginalmente pela política educativa; porque se baseia num esquema doutrinário, ao qual se pede convicção e fidelidade absoluta e também porque projecta a ideia que a formação de professores de Educação Física é um problema a resolver num local isolado de tudo e de todos, à imagem do criado retiro esotérico da Cruz Quebrada.

3.ª fase - Coincide com os finais dos anos 50 (1957) e estende-se até ao 25 de Abril de 1974. É sobretudo de assinalar que durante os anos sessenta se desenvolve um movimento que se projecta pelos anos setenta, e que é marcado pela acesa e apaixonada discussão dos ISMOS da Educação Física - Psicologismo, Pedagogismo, Desportivismo, Expressionismo..., tendo culminado numa mudança curricular já nos princípios dos anos 70.... diremos que a formação de professores nesta fase se baseia no sistema I, que significa: I de ISMO - Porque representa o momento alto da discussão e confronto entre os Ismos da Educação Física. I de INEF e de INSTRUTOR - Porque corresponde a um momento muito particular que se viveu entre os profissionais, tendo correspondido a um distanciamento social provocado pela divisão e hierarquia verificada entre os diplomados pelos INEF's e os pelas Escolas de Instrutores de Educação Física.»

- 2.º Ciclo - Renascimento (1974-1986) - «no sentido de movimento de potencialização» ... este ciclo a formação de professores baseia-se no sistema R, que significa principalmente duas coisas:

R de REVALORIZAÇÃO - Porque se verifica a renovação, o renascer, o relançamento e a reafirmação da ideia de Educação Física; R de RECONCILIAÇÃO - Porque se extingue a diferenciação de estatutos entre os professores de Educação Física.»

- 3.º Ciclo - revisionismo (1986...) - «porque os princípios organizativos que regulavam a formação de professores de Educação Física foram totalmente revistos. (...) Neste ciclo, a formação de professores baseia-se no sistema P, que significa principalmente duas coisas: P de PULVERIZOMANIA - Porque a arquitectura do sistema de formação se fundamenta na ideia maníaca de criar tantos cursos quantos os apetites e interesses particulares; P de PARALISIA - Porque este processo institucionalizou os 3 D's, que podem servir de catalisadores mortais da Educação Física. Temos assim: D de DIVERSIDADE - Porque alicerçada na incoerência, na contradição de princípios, promove a difusão de uma onda de confusão e consequente processo de decomposição; D de DISCRIMINAÇÃO - Porque recupera a ideia de má memória, dos estatutos diferenciados entre os professores; D de DESAGREGAÇÃO - Porque não existe um pensar, um sentir, um agir que sirva de referência e de força aglutinadora, geram-se discursos contraditórios que só servem para alimentar o desentendimento e o afastamento entre os professores.»

Utilizaremos uma mescla de todas elas, pois entendemos que apresentam aspetos complementares. Como afirmámos, podemos distinguir na evolução da Educação Física como matéria escolar na instituição escolar em Portugal quatro ciclos distintos, de algum modo bem caracterizados:

1) **Período Precursor (até 1835)** - espaço de tempo em que foram estabelecidos os alicerces da criação dos Ensinos Secundário e Primário e da introdução da Educação Física na instituição escolar primária portuguesa.

2) **Período da Oficialização (de 1835 a 1904)** - corresponde ao momento em que se dá a génese da institucionalização da Educação Física «*Exercícios gymnásticos*» como matéria escolar. Representa a integração, o momento em que Portugal acordou e arrancou ainda que provisoriamente à procura de uma solução para um problema social que já tinha sido declarado - a necessidade da educação física. A partir deste momento despontam duas fases, a saber: a primeira, que denominamos de “indefinição”, pois a situação da “Gimnástica”, como matéria escolar, sofrerá avanços e recuos até estabilizar apenas a partir de 1878; a segunda, que denominamos de “estabilização”, inicia-se a partir de 1880 com a obrigatoriedade da Educação Física na escola primária, para os dois sexos, e a possibilidade da sua existência no secundário a partir de 1886. A esta fase vai corresponder uma linha de cunho militar, identificada pelas designações de «*Exercícios militares*» (primário) e «*Exercícios de gymnastica e jogo de armas*» (secundário). É um ciclo ainda rudimentar, mas extremamente interessante pela riqueza das ideias que na altura já se defendiam. No entanto, este ciclo é um pouco conturbado e instável.

3) **Período da Standardização (de 1904 a 1953)** - corresponde a um espaço de tempo que foi percorrido pela influência da Ginástica Sueca. Introduzida oficialmente em 1904, a partir deste momento despontam três linhas concetuais, a saber: a primeira, uma linha de cunho militar, identificada pela designação de «*Exercícios militares*»; a segunda, influenciada pelas obras de

Lefébure¹¹² e de Lagrange¹¹³, seguiu a via da Ginástica de Ling, particularmente da sua vertente militar e pedagógica; a terceira, ainda que respeitante ao ensino secundário, acabou por ser sentida por um determinado grupo de médicos, o qual, não tendo uma formação específica no campo da Educação Física, conhecia os fundamentos do pensamento de Ling e as expressões que o seu método vinha assumindo. Os seus escritos e a sua ação irão ter expressão no que chamaram a «técnica portuguesa de ginástica do método sueco», orientação que continuava a ser a de Ling, embora fosse tentada uma fusão de princípios católicos, vigentes em certos meios da Igreja da época, com o idealismo lingiano. Com a imposição de um regime autoritário, mas sobretudo a partir de 1936, a ginástica sueca torna-se progressivamente o método oficial, adoptado pela Mocidade Portuguesa. O trabalho deste ciclo foi meticoloso e bem fundamentado.

4) Período da Educação Física e Desportiva (de 1953 a 1974) - resultante da alteração dos planos curriculares, trouxe uma mudança significativa com a abertura a outros meios/conteúdos da Educação Física (Desporto, Dança, ...). Tal processo de abertura corresponde a um período de grande dinamismo, com a afirmação do Desporto, constatável na própria criação do Fundo de Fomento do Desporto. Inicia-se com a publicação da *Lei sobre a reorganização da Educação Física Nacional* e termina em 1974, com as consequências resultantes do golpe militar de 25 de abril.

Passemos então a analisar a evolução da Educação Física, na sua relação quer com acontecimentos da história portuguesa quer com tendências internacionais de desenvolvimento da Educação Física. Para o efeito, em cada ciclo consideraremos um conjunto de tópicos de análise, a saber:

- a) Panorama internacional da Educação Física, em que procuraremos proceder à identificação de acontecimentos, à clarificação das correntes (inter)nacionais, identificando os autores que lhes estão associados e enquadrando-as nos respetivos países de origem;
- b) Panorama nacional da Educação Física, em que procuraremos proceder a um bosquejo, a partir de obras publicadas, de iniciativas várias (institucionais; militares; de escolas particulares; de particulares; clubísticas e de ginásios) e dos personagens que lhes deram corpo;
- c) Situação sócio-educativa, enquadrada por factos e acontecimentos da história portuguesa, que procuraremos associar a mudanças políticas e ideológicas, pretende-se retratar a situação educativa a partir das alterações organizacionais do Ministério, das alterações organizacionais de serviços dependentes do Ministério diretamente relacionados com o Ensino Primário ou com a Educação Física, das sucessivas reformas e das consequentes reestruturações curriculares com os respetivos programas.

Procurando sistematizar factos ocorridos no Mundo, e em particular em Portugal, que foram importantes para o desenvolvimento da Educação Física, recorreremos a distintas fontes, mas em particular a obras de vários autores dedicadas: à História da Educação Física¹¹⁴; à História da Ginástica¹¹⁵; à Pedagogia¹¹⁶ mas também de artigos, quer em revistas

¹¹² Lefébure (1905). *Une Méthode de Gymnastique Educative*. Bruxelles.

¹¹³ Lagrange (1890). *Physiologie des exercices du corps*. Paris, Alcan e Lagrange (S.D.). *L'exercice chez les enfants et les jeunes gens*. Paris, Alcan.

¹¹⁴ Le Floc'hmoan, S.D.; Marinho, S.D.; Marques Pereira, 1951; Pontes, 1934; Quintino da Costa, 1944; De Genst, 1947, 1949; Gillet, 1961; Salazar Carreira, 1962a, 1962b; Legrand & Ladegaillerie, 1970a, 1970b; Ulmann, 1971; Cabral, 1973a; Marques, 1980; Rocha & Sequeira, 1980; McIntosh, Dixon, Munrow & Willetts, 1981; Paula Brito, 1983; Marinho de Oliveira, 1985; Crespo, 1987; Rocha & Barreto, 1987; Vicente Pedraz, 1988; During, 1990; Thibault, 1992; Fernando Nares, 1993; Naul, 1993; Lumpkin, 1994; Betancor León & Vilanou Torrado, 1995; Bravo Berrocal, 1995; Swanson & Spears, 1995.

¹¹⁵ Brikin, 1969; Langlade & Langlade, 1970; Borrmann, 1980.

¹¹⁶ Avanzini, 1978.

especializadas¹¹⁷ quer não especializadas¹¹⁸; bem como a informações em revistas especializadas em Educação Física¹¹⁹ e a prospectos das entidades responsáveis pela realização de diversos eventos, Congressos, Conferências, Colóquios, Seminários, Cursos, etc.

4.1. A Formação de Professores de Educação Física

A progressiva importância da Educação Física, enquanto matéria educativa, repercutir-se-ia na formação de Professores do Ensino Secundário. O sistema de formação inicial de Professores do Ensino Secundário em Portugal tem uma antiguidade de mais de cem anos. Ao longo deste tempo, os planos correspondentes foram submetidos a múltiplas mudanças: a instituição encarregue de ministrar essa formação experimentou múltiplas modificações; modificou-se o tipo de formação ministrada o que se repercutiu nas matérias do plano de formação e no peso relativo de cada uma delas.

Dentro da formação inicial, destaca-se a formação dos futuros Professores de Educação Física, cujo início se reporta à segunda década do século XX, sempre orientada para o domínio exclusivo da disciplina e, a partir de determinado momento, complementada pela orientação didática e profissional. No entanto, apesar das diversas iniciativas implementadas ao longo do tempo, durante largos períodos, os mecanismos da formação não funcionavam, pelo que a admissão à carreira passava pela prestação de provas no âmbito de concursos para provimento de vagas.

4.2. Panorama Internacional

Segundo Crespo (1976: 29), o início do século XIX assinala no mundo a emergência do problema da formação de pessoal habilitado para o desempenho de funções docentes no domínio da Educação Física, como consequência de um conjunto de circunstâncias de que assinala:

- «- uma organização social cada vez mais complexa, dominada pela revolução industrial, com tudo o que arrastava de degeneração do homem no seio de uma sociedade capitalista;
- um extraordinário desenvolvimento das ciências biológicas e do reconhecimento do importante papel do exercício físico nesse âmbito;
- o movimento pedagógico que teve uma expressiva dinâmica nos finais do século XVIII, com a sua denunciada preocupação pela formação do homem entendido como uma totalidade;
- a importância dada à preparação física no campo militar, sobretudo após as inovações entretanto surgidas na técnica e na táctica da guerra;
- as propostas apresentadas ao mundo pelos grandes teóricos do socialismo, atribuindo papel fundamental à educação física no quadro geral do progresso dos povos;
- os avanços verificados nas próprias concepções de educação física e do estudo e acção dos seus teóricos e metodólogos mais proeminente».

¹¹⁷ Estrela, 1972; Cabral, 1973b.

¹¹⁸ Vianna, 1887; Sluys, 1906a, 1906b, 1906c; Leal d'Oliveira, 1962, 1968; Magalhães Adão, 1947; Salazar Carreira, 1947; Quintino da Costa, 1955; Estrela, 1973; Crespo, 1978, 1981; Martinez Navarro, 1983, 1995-96; Gomes, 1991, 1992; Ulmann, 1992; Pérez Ramírez, 1993; Faustino, 1995.

¹¹⁹ Revista Educação Física; Boletim INEF; Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar; Educação Física. Desportos. Saúde Escolar; Boletim SPEF; Horizonte, Ludens.

O mesmo autor afirma que a generalizada aceitação da Educação Física como matéria importante nos programas escolares, no quadro da formação de militares e, também, como aspeto saliente da atividade desenvolvida por associações particulares, ainda que nos primórdios com uma dimensão reduzida, não foi indiferente a este conjunto de circunstâncias.

A vincada necessidade de preparar o pessoal docente surge, pois, como resposta a exigências sociais concretas. Além disso, Crespo (op.cit., p. 33) refere que *«ao pretender traçar-se o panorama da formação dos professores de educação física no mundo e no período compreendido entre o final do século XIX e os inícios do século XX concluiu-se que, exceptuando os casos da Suécia e da Alemanha, praticamente todos os países recorriam a curiosos ou autodidactas para o cumprimento da função.»*

Naul (1993, p. 600-602) considera que o desenvolvimento de sistemas básicos de formação de professores de Educação Física seguiu os seguintes passos:

- primeiro - estabelecimento de escolas militares e navais com departamentos para estudantes civis;
- segundo - os cursos e programas de formação foram incluídos nas escolas para formação de professores gerais;
- terceiro - a criação de escolas independentes de formação de professores de educação física, que não foram estabelecidas com o nível académico de universidades;
- quarto - a partir de 1920 e 1930, começou a incorporação da educação física nos estudos de professores regulares académicos universitários, acompanhando o desenvolvimento de departamentos e faculdades universitárias de educação física;
- quinto - nalguns países europeus, a partir de 1950 e 1960, departamentos universitários e faculdades de Educação Física transformaram-se e expandiram-se para Universidades independentes de Educação Física e de Ciências do Desporto, que oferecem todos os graus académicos.

4.3. Panorama Nacional

Sobre a evolução histórica da formação do pessoal docente de Educação Física, lembremos as palavras de Noronha Feio (1981), o qual afirmava que se processou *«mercê de alguns esforços individuais e do apoio de meia dúzia de instituições educativas e clubistas, ou da nem sempre bem conseguida intervenção estatal»*.

O trabalho iniciado em clubes e ginásios particulares, em instituições militares e em colégios particulares constituíram motivos para que surgissem reclamações e propostas em obras, jornais e revistas, intervenções de carácter individual sem eficácia perante um Estado que teimava em não reconhecer as aspirações de um grupo profissional que, progressivamente, adquiria uma consciência. Assim, a consciência profissional dos professores de educação física foi-se consubstanciando por realizações várias, incluindo as tomadas de posição, a realização de congressos nacionais da especialidade e a constituição de associações de propaganda da educação física.

Dentre as iniciativas individuais destaquem-se as de:

- *Paulo Lauret* que em 1881 ao publicar *«Estudos sobre Educação Physica»* desencadeava uma campanha em favor da formação de professores de gymnastica, em virtude do país não possuir ao tempo escola para o efeito. No prosseguimento das suas ideias, em 1887, com a publicação de *«Cinésiologia ou Sciencia do Movimento e suas relações com a Educação, a Hygiene e a*

A Educação Física no Sistema Educativo Português

Therapeutica - Período desde o XVI século até ao presente» apresentava nas páginas 71 a 73 «Ideias geraes sobre um projecto para a formação de uma escola normal de gymnastica».

- Alfredo Dias, também em 1887, publicava «Apontamentos para a Reforma e História da Educação Physica em Portugal seguidos de um programma de gymnastica sem aparelhos, para uso das Escolas Municipaes de Lisboa».

Quando acontece a reforma da instrução secundária (1905) um médico, de seu nome Costa Sacadura¹²⁰, chamava a atenção, sem qualquer êxito¹²¹, para a necessidade de preparação urgente de docentes especializados. Nos anos que se seguiram, muitas vozes clamaram pela defesa de que a formação não podia limitar-se à experiência prática e ao estudo de livros didáticos e manuais mas, antes, devia subordinar-se a ações convenientemente dirigidas e através das quais se tornasse possível adquirir «uma cultura e uma competência especiais».

A primeira tomada de atitude coletiva é desencadeada em 1907, quando um grupo de «professores de gymnastica» (António Pinto Martins, Pedro José Ferreira, Óscar de Mello, Carlos d'Almeida Gonçalves, José Tavares Portugal e João Roubaud) faziam publicar no n.º 361 do jornal *Tiro e Sport* um memorial, dirigido ao governo, através do qual se realizava uma crítica à situação da especialidade nos estabelecimentos de ensino e se propunham medidas sobre a organização dos ensinos primário e secundário, a formação de professores e a valorização do seu estatuto profissional.

Conforme referimos anteriormente apesar de a disciplina de Educação Física se ter tornado obrigatória nos liceus em 1905, apenas em 1918 foi criada nos liceus a classe dos professores de Educação Física e só em 1932 este grupo se constituiu em grupo autónomo de pessoal docente - o 11.º grupo.

¹²⁰ Costa Sacadura (1905). *Boletim da Direcção Geral de Instrucção Publica*, fasc. VII-XII. In: Costa Sacadura (1920). O Professor de Educação Física. *Revista de Educação Física*, 1: 2.

¹²¹ «As minhas considerações não foram ouvidas nem atendidos os meus alvitres.»

4.4. PERÍODO PRECURSOR (ATÉ 1835)

Recorremos a Crespo (1982) para seguir a percepção do corpo ao longo dos tempos. Segundo o Professor, no início da história da humanidade, a imagem do corpo era dada pela religião e pela magia, pelo que todo o comportamento corporal dos homens era controlado pelos deuses. Nesta altura, as concepções que os homens traduziam nos atos concretos das suas vidas fundamentavam-se na intervenção dos deuses. A passagem desta fase para a seguinte, que, segundo Crespo (1981, 1982), é a dos “polícias”, não é automática, isto é, há momentos em que, na mesma região, coexistem intervenções sobre o corpo por parte dos deuses e por parte dos polícias. Finalmente, essa intervenção sobre o corpo passa a ser realizada pelos médicos, a que se associam depois os professores de Educação Física. Diz-nos ainda aquele que a história do corpo é uma história da conjuração de um mal qualquer. No princípio, o mal era o pecado que os agentes de Deus na Terra, os sacerdotes, tentavam separar. Posteriormente, as epidemias surgidas, particularmente na Idade Média, mas ainda no séc. XIX, levam a que os deuses já não sejam suficientes para explicar determinados fenómenos e seja necessária a existência de alguém para explicar o que ocorre. Nesse momento, as pessoas começam a desviar a sua atenção para outros meios que lhes possibilitem a explicação e a conjuração dos males que as assaltavam. Aparece então a polícia. A colocação dos corpos em hospitais, em lazaretos, etc., era uma forma de separação para esconder esses corpos do resto da sociedade. Numa fase seguinte, o médico começa a ter a possibilidade de substituir o polícia. Se até esta altura era o corpo total que era colocado ou escondido à parte, a partir de então, o médico consegue aceder ao mesmo e separar e retirar o mal de dentro dele, deixando o resto do corpo em liberdade. Este é o momento em que surge a Educação Física, inicialmente nas Forças Armadas para ajudar o médico na conjuração do mal e só depois o professor de Educação Física.

Centrando-se o nosso estudo no ordenamento jurídico da Educação Física, passemos então a analisar a sua evolução, na relação, quer com acontecimentos da história portuguesa, quer com tendências internacionais de desenvolvimento da Educação Física, para o que recorreremos à combinação da periodização que estabelecemos com a sistematização histórica considerada por Estrela (1973). A designação de precursor, deve-se a que foi neste ciclo que se estabeleceram os alicerces da criação dos Ensinos Primário e Secundário e da introdução da Educação Física na Escola Primária Portuguesa. Passemos um breve relance pela história portuguesa.

4.4.1. Relações com Acontecimentos da História Portuguesa e com Tendências Internacionais de Desenvolvimento da Educação Física

A partir do séc. XV-XVI na maior parte do mundo ocidental começou uma mudança histórica identificada como Antigo Regime que durará até aos finais do século XVIII. No entanto, a transição deste Antigo Regime para a Contemporaneidade não ocorre simultaneamente em

todos os locais. Em França, por exemplo, esse momento foi por volta de 1770; Portugal manteve-se a um ritmo lento e esta rutura apenas ocorre por volta de 1830, com a Revolução Liberal, mas, no campo da Educação Física, manteve-se até perto do final do séc. XIX.

Foi ainda durante o dito Antigo Regime que em Portugal foram criados o Ensino Secundário (1537/1759) e o Primário (1772). Esta situação não pode ser dissociada da Companhia de Jesus, num primeiro momento, e da sua expulsão de Portugal, num segundo, dado que era nas mãos desta Companhia que estava grande parte do ensino. Com a expulsão da Companhia de Jesus, o Marquês de Pombal precisou de remediar a situação. Assim, ao retirar ao clero um monopólio e um serviço que detinha desde a Idade Média, o Estado chamou a si os encargos daí decorrentes. Em simultâneo a esta substituição dos agentes de ensino, deu-se uma transformação na utilização da língua instrumental. A Língua Portuguesa substituiu o Latim como tal. O Latim perdurava, não só porque o essencial do ensino estava nas mãos da Companhia de Jesus, mas também porque só na instrução o povo poderia encontrar meio de subir socialmente, e particularmente, dentro da carreira eclesiástica é que se podia, pela instrução, ser poderoso. Deste modo, só com o maior desenvolvimento da cultura literária se deu o desenvolvimento do ensino, e a invenção da imprensa permitiu alargá-la a muitos outros.

Uma referência inicial para D. João III, que reinou de 1521 a 1557 e empreendeu uma notável reforma da instrução, em 1537, com a transferência da Universidade para Coimbra e organizando a Instrução Secundária, pela fundação do Colégio das Artes. Foi ainda D. João III quem admitiu em Portugal a Companhia de Jesus. De acordo com Busquets de Aguilar (1935, p. 2), é a fundação do Colégio das Artes, em 1537, que assinala o início dos estudos secundários em Portugal. No entanto, foi apenas em 21 de fevereiro de 1548 que começou a funcionar em Coimbra. Apesar da fama dos seus professores e dos privilégios e regalias concedidos, não tardaram graves desinteligências entre os professores, que deram lugar a uma imposição, por Carta régia de 10 de setembro de 1556, pela qual o Colégio das Artes era entregue ao Padre Diogo Mirão, provincial da Companhia de Jesus: deste modo, a congregação ficou senhora do ensino secundário em Portugal (Busquets de Aguilar, op.cit.), chegando a sustentar vinte e quatro colégios.

Foi preciso esperar mais de dois séculos para se sentirem mexidas no campo educativo, implicando estas com a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal. Com efeito após a expulsão dos Jesuítas, é publicado, em 28 de junho de 1759, um alvará que os priva da faculdade de exercerem o ensino, considerando «extintas» todas as classes e escolas que lhe haviam estado confiadas, e simultaneamente ordenando «uma geral reforma» do ensino. Segundo Ferreira Gomes (1982, p. 6), «essa “geral reforma” consistiu fundamentalmente na criação do lugar de *Director dos Estudos* e na criação de vários lugares de professores de Gramática Latina, de Grego e de Retórica e ainda na indicação da “metodologia” a seguir no ensino dessas disciplinas». À semelhança do existente noutros países, era instituída a Directoria-Geral dos Estudos, constituída por um Director dos Estudos, para superintender as leis referentes à educação, mas o Marquês de Pombal viria a reconhecer a dificuldade das tarefas atribuídas em exclusivo a uma pessoa e decide atribuí-las a uma corporação. Assim, a

direção dos estudos passava a pertencer à Real Mesa Censória, criada em 5 de abril de 1768. Extinta a Direcção Geral dos Estudos, por alvará de 4 de junho de 1771, para aquela transitou toda a direcção dos estudos menores, que organizava as inspeções escolares, mediante a nomeação de funcionários próprios que percorriam as «Aulas e Escolas», de «quatro em quatro meses hem determinados dias» e aprovava, por júri, os candidatos ao magistério. Ao novel organismo ficou a dever-se a criação do ensino primário oficial (Ferreira Gomes, 1984, p. 10).

A Carta de Lei de 21 de junho de 1787, mandada publicar por D. Maria II, extinguiu a Real Mesa Censória, criando em sua substituição o Tribunal da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, cuja responsabilidade ia do exame e censura dos livros à administração e direcção dos estudos das escolas menores do reino e seus domínios e do Collegio Real dos Nobres de Lisboa. Por sua vez, por Carta Régia de 17 de dezembro de 1794, era extinto o Tribunal da Real Mesa da Comissão Censória Geral sobre o Exame e Censura dos Livros e os seus poderes transferidos por várias entidades. Assim, de interesse para a nossa investigação: a Universidade de Coimbra ocupar-se-ia da direcção das escolas menores do Reino, enquanto os Governadores e os Bispos o fariam nos Domínios Ultramarinos; o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino ocupar-se-ia do Collegio Real dos Nobres de Lisboa. No mesmo dia, por Carta Régia, era comunicado ao Reitor a transferência para a Universidade da «inspecção, governo e direcção» dos estudos públicos das primeiras letras e, em ordem a facilitar «o útil exercício dos amplos poderes e jurisdição» concedida à Universidade, era criada a Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino.

A Junta que deveria elaborar, sem demora, «um regulamento completo para os estudos das referidas escolas, que abranja, com sólidas e amplas providências, os diferentes ramos do ensino público que constituem o grande objecto da sua importante comissão», só viria a ser constituída em outubro de 1799. Ainda assim, apenas em 1800 a Junta tomaria conta da instrução popular, ao publicar em 31 de janeiro um Edital de convocação a concurso geral para provimento das cadeiras e escolas dos estudos do Reino que se acharem vagas e de aviso a todos os professores que actualmente estiverem em exercício de quaisquer das mesmas cadeiras e, ainda nesse ano, uma Instrução sobre a forma dos exames dos mestres das primeiras letras.

Durante o governo absolutista de D. Miguel, a direcção das escolas foi atribuída ao Reformador Geral dos Estudos do Reino e seus Domínios, para cujo cargo, por Carta régia de 2 de agosto de 1828, foi nomeado o Bispo de Viseu. Cinco anos depois, em julho de 1833, foi confiada a um Comissário dos Estudos.

Das alterações estruturais a que fizemos referência, ressaltam dois aspetos: não foi criado qualquer serviço destinado exclusivamente ao Ensino Primário, nem a Educação Física merece qualquer atenção dos responsáveis governamentais. Em ambos os casos, revelavam os responsáveis políticos a situação do nosso ensino, que, como afirma Sérgio (1978, p. 4), «vivía entalado entre o trono e o altar, isto é, entre a metafísica e a repetição».

Quando em 1750 D. José iniciou o seu reinado, constituiu um Gabinete composto por três Secretários de Estado: Negócios do Reino; Negócios do Ultramar e Marinha; Negócios Estrangeiros e Guerra. Do conjunto, só nos importa dar vulto à personalidade que o rei escolheu

para a última pasta citada, embora as questões do ensino, que são as que nos interessam, estivessem ligadas aos Negócios do Reino. A personalidade escolhida chamava-se Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e, mais tarde, Marquês de Pombal. A D. José, sucedeu sua filha D. Maria I (governou de 1777 a 1816). Contando com a cooperação do Duque de Lafões, seu tio, e do abade José Correia da Serra, realizou algumas obras no campo da Instrução, de que se destacam: a fundação da Academia Real das Ciências; a fundação da Biblioteca Nacional; a fundação da Casa Pia de Lisboa; a criação de escolas primárias e de outros graus de ensino. Falecida a rainha, sucedeu-lhe o príncipe regente, com o nome de D. João VI, que governou de 1816 a 1826. Decorridos dois anos do falecimento da mãe, o príncipe, que continuava no Rio de Janeiro, elevou o Brasil à categoria de reino e fez-se aclamar rei com o título de Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. A ausência tão prolongada de D. João VI, que se mantinha no Brasil, e a preponderância exercida junto do Governo da Regência pelo inglês Beresford, marechal instrutor do exército português, fizeram crescer a lista dos desgostosos com a situação política. Este estado de coisas foi então aproveitado pelos portadores das ideias liberais para, em 1817, promoverem uma conspiração contra a influência inglesa, mas que tinha por fim, principalmente, substituir o regime tradicionalista - a monarquia absoluta - por outro governo orientado pelos princípios da Revolução Francesa. A violenta repressão desta conspiração liderada por Gomes Freire de Andrade, serviu de estímulo para um grupo de civis, à cabeça dos quais estava o desembargador Manuel Fernandes Tomás, constituir uma organização destinada a preparar o movimento revolucionário. Face a uma conjuntura favorável, tanto do ponto de vista interno, a ausência de Beresford, como externo, a revolução de janeiro de 1820 em Espanha, em 24 de agosto de 1820, estalava no Porto um pronunciamento militar, seguido de idêntico movimento em Lisboa, em 15 de setembro seguinte.

No entanto, a ambiguidade da revolução, pois enquanto alguns dos que nela participaram apenas pretendiam o regresso do Rei, o fim da influência inglesa, a recondução do Brasil à sua antiga condição de colônia e o retorno à prosperidade perdida, outros queriam mais, pretendendo implantar um regime liberal. Depois dos primeiros sucessos dos ideais liberais mais lídimos manifestos na Constituição de 1822, acontecerá a Independência do Brasil e a reação de vastas camadas conservadoras que quiseram fazer retroceder o país à situação anterior. O país será sujeito a uma guerra civil devastadora como nunca outra o fora entre defensores do liberalismo e do absolutismo, encabeçados estes pelo infante D. Miguel, que viria a assumir a regência e a restaurar o regime absolutista. Este período de Guerra Civil apenas terminaria em 1834, quando em 26 de maio D. Miguel reconhecendo-se vencido assinava a Convenção de Évora-Monte, pela qual era obrigado a depor as armas e a retirar-se para fora de Portugal e seus domínios. Uma vez firmada a paz, restabeleceu-se a Carta Constitucional, que D. Pedro IV tinha concedido em 1826, para substituir a constituição de 1822 e foi proclamada rainha D. Maria da Glória, com o nome de D. Maria II. Alguns dias antes de seu pai falecer, em 24 de setembro de 1834, D. Maria II foi considerada maior pelas Cortes, principiando a governar segundo o regime constitucional. Aquela havia de reinar de 1834 a 1853.

4.4.2. Situação Socioeducativa

As transformações em Portugal com a afirmação de um Estado e uma sociedade e particularmente uma cultura liberal e romântica permitiram a penetração de ideários a que se tinha chegado em Inglaterra e em França e outros países do Noroeste Europeu, onde mais cedo se tinham implantado governos com base no Parlamento ou em Assembleias e se tinha aprofundado a valorização de tudo quanto ao homem concernia com autores da dimensão de Rabelais, Montaigne, Locke e Rousseau. Segundo Marinho (1984), é ao inglês *John Locke* (1632-1704), a quem, devemos a utilização/sedimentação do sintagma Educação Física. Aquele publicava em 1693 na Inglaterra o seu tratado *Some Thoughts Concerning Education*, acerca da educação das crianças, em que desenvolve a sua ligação à natureza, a necessidade de a seguir, respeitando as suas leis, mas também de «endurecer muito cedo a criança a todos os sofrimentos, mesmo os do corpo». A publicação deste tratado é considerada por Filipe Simões (1879, p. 5) e Deusdado (1995, p. 422) um marco importante para a Educação Física, ainda que antecedido cem anos pela obra de Montaigne, que, na opinião de Deusdado, já proclamara alguns dos princípios fundamentais do sistema do filósofo inglês.

A expulsão da Companhia de Jesus em 1759, tornou necessária a criação de um ensino oficial, o que foi expresso na reforma dos estudos de 28 de junho de 1759. O Marquês de Pombal desencadeou algumas mudanças profundas, de que se salientam, no campo da Instrução: a reforma da Universidade de Coimbra, criando-se as faculdades de Filosofia e de Matemática; a fundação do Colégio dos Nobres; a criação de escolas primárias e secundárias. Este ciclo inicia-se com a publicação da Carta de Lei, de 6 de novembro de 1772, que criou e organizou a **Instrução Primária Oficial** em Portugal, e decorreu até 1836.

Segundo Fernandes (1998, p. 25), o sistema escolar português constituiu-se no quadro do Pombalismo, com iniciativas escalonadas entre 1759 e 1772-73. Com efeito, após a exclusão de Portugal da Companhia de Jesus, o Ministro do Reino Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, através de alvará datado de 28 de junho de 1759, retirava ao clero um monopólio e um serviço que detinha desde a Idade Média, porém precisava de remediar a situação. Para tal, a publicação da carta de Lei de 6 de novembro de 1772 oficializava os estudos menores, atribuindo ao estado a obrigação de ensinar, sobretudo as primeiras letras, e os encargos daí decorrentes. Esta Carta de Lei criou a Instrução Primária Oficial, através da criação de escolas públicas e da nomeação dos respetivos mestres, segundo o plano que lhe apresentara a Real Mesa Censória, plano que fazia parte integrante dessa lei. No entanto, das preocupações subjacentes a esta medida ainda não fazia parte qualquer matéria relacionada com a Educação Física.

Depois das reformas pombalinas, assiste-se a uma certa estagnação no setor do ensino, fruto de variadas circunstâncias políticas da História portuguesa, entre outras: a Campanha do Rossilhão, as invasões francesas, a retirada da família real para o Brasil e a Guerra Peninsular. Mas o advento do séc. XIX, altura em que se assiste ao aparecimento de uma nova filosofia de

sociedade, uma filosofia política mas também social - o Liberalismo¹²² -, veio provocar ruturas em muitas dimensões sociais.

«A derrota definitiva do miguelismo permitiu as sucessivas reformas liberais do ensino. Logo em finais de 1833, mal chegados à capital do Reino, os líderes liberais criaram uma comissão a fim de implementar um plano geral de estudos convictos do papel primordial do ensino público na consagração dos novos ideais e na aproximação à Europa mais culta e desenvolvida. Nessa primeira comissão de elaboração de um Plano Geral de Estudos, Educação e Ensino Público, e criação de Estabelecimentos Literários havia de participar Almeida Garrett¹²³. Em 1834, é criada a Sociedade da Instrução Primária e publicado o seu regulamento com o essencial da sua atividade na promoção do ensino de ler, escrever, gramática portuguesa, aritmética, desenho-linear e trabalhos manuais do sexo feminino, mas também a educação moral e a educação física de todos os cidadãos» (Pereira, 2008, vol II, p. 70)¹²⁴

Podemos então verificar que o estabelecimento da Sociedade da Instrução Primária (1834), tendo como fontes o seu Regulamento, publicado na Imprensa Nacional em 1835 com o título *Regulamento da Sociedade da Instrução Primária* e os seus Estatutos, publicados em 1837, vem a ser coincidente com a implantação da Sociedade Liberal e Romântica, a formação do Cidadão, do Militar e do Homem e a importância da Educação Física para tais fins.

4.4.3. Panorama Nacional da Educação Física

Durante o espaço de tempo correspondente ao ciclo Precursor, podemos distinguir dois tipos de iniciativas que induziram o desenvolvimento da Educação Física:

1. a publicação de obras sobre diferentes perspetivas da temática;
2. iniciativas institucionais: a criação de duas instituições, o Colégio Real dos Nobres e a Casa Pia de Lisboa.

4.4.3.1. Obras publicadas

O pensamento deste ciclo é marcado pelos trabalhos de distintas figuras do pensamento europeu de que destacamos: Rabelais (1494-1553), Montaigne (1533-1529), Locke (1623-1704), Rousseau (1712-1778), Basedow (1723-1790), Salzmann (1744-1811), Pestalozzi (1746-1827), Guts Muths (1759-1839), Amorós (1770-1848), Ling (1776-1839), Nachtgall (1777-1847), Jahn (1778-1852) e Elias (1782-1854). Depois destes contributos iniciais, o estudo da educação física é identificado pelo contributo de grupos de eruditos portugueses identificados em três fases:

¹²² Sá, V. (1969). *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*. Lisboa, Seara Nova e Ramos, R. (2013). *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais. 2.ª edição.

¹²³ Cf. Decreto de 2 de Novembro de 1833, in *Crónica Constitucional de Lisboa*, n.º 87 de 4 de Novembro de 1833, In António Delgado da Silva, volume 8, p. 181.

A Comissão seria constituída por: «Francisco Manuel Trigoso d'Aragão Morato, Conselheiro d'Estado, Joaquim António de Magalhães e Alexandre Thomás de Moraes Sarmiento, Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, Francisco Soares Franco, Lente jubilado da Faculdade de Medicina, José de Sá Ferreira dos Santos Valle, Lente da Faculdade de Filosofia na dita Universidade, Mattheus Valente do Couto, Lente jubilado, Director do Observatório de Marinha, e do Bacharel João Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garrett, Official da Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino».

¹²⁴ Pereira, António dos Santos (2008). *Portugal Descoberto. Vol. II, Cultura Contemporânea e Pós-Moderna*, Covilhã: UBI.

uma primeira, associada à questão da Higiene, desenvolvida por Francisco da Fonseca Henriques, 1721; João Lopes Correa, 1727; Joseph Francisco Ferreyra de Sá, 1727; Manoel da Sylva Leitaõ, 1738; Francisco de Mello Franco, 1813; Jerónimo José de Mello, 1822; uma segunda, em que os autores ainda não se haviam libertado da proeminência do corpo nobre em que devemos citar Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, 1734; Luís António Verney, 1746; António Nunes Ribeiro Sanches, 1755; e finalmente, uma terceira em que os escritos se libertam desta proeminência, mas procuravam responder a um problema social que se tornava manifesto, a degeneração dos povos, sendo exemplo Manuel Joaquim Henriques de Paiva, 1787; Luiz Carlos Moniz Barreto, 1787; Francisco de Mello Franco, 1790; Francisco José de Almeida, 1791. Em particular, as obras desta última fase mantiveram-se em vigor até cerca da década de 50 do séc. XIX, o que poderá querer dizer que estiveram durante todo esse tempo de acordo com a mentalidade da época, mas também confirmar a asserção que produzimos no início deste ponto, de que a ruptura do Antigo Regime no campo da Educação Física em Portugal apenas ocorreu já próximo do término do séc. XIX. Pelas suas características únicas, não podemos deixar de referenciar uma obra da autoria de *Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque, Ideas sobre o estabelecimento da Instrução Publica*, publicada em 1823, que apresentava uma proposta «*de uma educação física à escala nacional*», onde, atendendo às características das atividades propostas e ao facto de ter sido publicada em Paris, nos parece óbvia a identificação com a ginástica amorosiana.

4.4.3.2. Iniciativas institucionais: o Colégio Real dos Nobres e a Casa Pia de Lisboa

No que concerne a iniciativas institucionais, no período, devemos realçar o Colégio Real dos Nobres e a Casa Pia de Lisboa.

O Colégio Real dos Nobres de Lisboa foi instituído por alvará real em 7 de março de 1761 e correspondia ao restabelecimento do antigo Colégio das Artes citado acima, tal como havia sido idealizado por D. João III, mas com a diferença de agora ser este ensino exclusivamente para a nobreza. Segundo Hasse (1981, p. 27) e Rómulo de Carvalho (1986, p. 451), o seu funcionamento apenas começou, de facto, com a abertura solene, no dia 19 de março de 1766. No campo das práticas físicas, é de realçar que esta instituição estabelecia o ensino da dança, da esgrima e da cavalaria de acordo ao título XII dos seus estatutos, mas, segundo Hasse, o seu ensino:

«constituía então um aspecto imprescindível da educação do verdadeiro nobre, todavia, o objectivo perseguido não se encontrava já numa adequada unidade entre as virtudes morais e o corpo, tal como no período medieval, mas, servia profundamente a necessidade de vincar um estatuto social (...) de destaque e supremacia social, uma vez que os meninos do Colégio dos Nobres só pelo facto de disporem destas actividades, se distinguiam do resto da população portuguesa que a elas, ou a formas equivalentes não tinha absolutamente acesso» (op. cit., pp. 23-27).

Acerca de cada uma destas atividades, refira-se ainda que as aulas de dança, que consistiam no minuete afandangado e cortesias de salão, eram destinadas aos alunos a partir dos nove anos de idade; as sessões de equitação eram destinadas aos alunos de treze anos; as

sessões de esgrima, ou florete, apenas estavam autorizadas para os alunos maiores de quatorze anos. O Colégio Real dos Nobres foi, nas palavras de Busquets de Aguilar (1935, p. 171), «a melhor escola secundária de Portugal no seu tempo e antecessora dos liceus, que haviam de ser criados por Passos Manuel em 1836». O Colegio seria oficialmente abolido em 1837 (Dec. 4 de janeiro), por se considerar «a imoralidade que constituíam as actividades de disciplinas exclusivas, como a Cavalaria, a Esgrima e a Dança, de um grupo particular e restrito» (Hasse, 1981, p. 27).

No que concerne à outra grande instituição de ensino de finais do Antigo Regime em Portugal, Fernandes (1935, p. 28)¹²⁵ e Quintino da Costa (1955, p. 14) são unânimes em afirmar que o estabelecimento pioneiro no ensino da Ginástica nas suas classes é a Casa Pia de Lisboa, fundada segundo ordem régia de 20 de maio de 1780. De início, a Casa Pia servia para recolher crianças abandonadas na cidade, ou aquelas cujos pais não podiam sustentá-las ou olhar por elas convenientemente, entregando-se também à organização de casas correcionais para ambos os sexos, para o que se foram instituindo aulas de primeiras letras e oficinas de trabalho de natureza vária. A 9 de abril de 1782, Pina Manique solicitava a Aires de Sá Melo, Secretário de Estado, que autorizasse o oficial do Exército Francisco Ferrer a ministrar aulas de Fortificações Militares e Artilharia aos alunos da Casa Pia (Rocha & Barreto, 1987, p. 17). Ora, segundo Rocha & Sequeira (1980, p. 22), quando se começa a ensinar esta matéria, iniciam-se também as primeiras aulas de ginástica. Rocha & Barreto (op. cit., pp. 17-18) acrescentam que, dos escassos documentos existentes referentes a este período, se pode concluir ser a preparação física dada aos alunos influenciada pelas metodologias da época, desenvolvidas na Alemanha por Guts Muths e Jahn, na Suíça por Pestalozzi, na França por Clais e na Espanha por Amorós, baseadas no robustecimento físico, tendo sempre em vista uma finalidade militar. Este teria sido o tipo de preparação ministrado aos alunos da Casa Pia até 1807. Nesse ano (1807), Portugal foi invadido pela primeira vez pelo exército francês às ordens de Junot e a Casa Pia, sem ser extinta, deixou de existir, pois Junot nomeou para o cargo de Intendente da Polícia o general Lagard, o qual tomou posse das instalações para nelas recolher as suas tropas. Em 10 de agosto de 1811, Francisco Amorós y Ondeano foi nomeado comissário régio para o Exército português (X, 1888, p. 197) e o seu contributo seria prestado algum tempo depois, como veremos. A reabertura da Casa Pia de Lisboa ocorreu em 31 de agosto de 1811, ainda que a abertura oficial apenas fosse comemorada em 13 de maio de 1812.

Em 1820, a Academia Real das Ciências foi encarregue de fazer uma inspeção à Casa Pia e, do respetivo relatório, consta uma sugestão final de se ensaiar uma Escola Nacional de Educação Física. A tentativa de concretização da sugestão da Academia pode ter-se concretizado com o Curso de Instrução Militar iniciado em 1828. Entretanto, segundo Fernandes (1935, p. 28), Rocha & Sequeira (1980, p. 25) e Rocha & Barreto (1987, p. 31), corria o ano de 1834 quando o Rei D. Pedro IV, após visita à Casa Pia, tendo notado o fraco aspeto físico e a

¹²⁵ Fernandes, C. (1935). *A Ginástica em Portugal. Actos Precursores*. (citado por Marques, 1980, pp. 28-29).

pouca higiene dos seus alunos, resolveu tomar a iniciativa de estabelecer na Casa Pia uma Escola Nacional de Ginástica. Mas, como referem Rocha & Sequeira (1980, p. 26), tempos depois, o conselheiro A.M. Couceiro funda, num quadrado da cerca dos Jerónimos, o primeiro ginásio de que há conhecimento em Portugal. No entanto, em 1835, a Casa Pia contrata para mestre de ginástica um antigo ginasta profissional e artista de circo, de nome Darras. Esse ensino terminou ao ver-se confrontado com uma campanha de incompreensão. Um jornal da época, *O Director*, (citado por Pontes, 1934, pp. 16-17; por Rocha & Sequeira, 1980, p. 27; e por Rocha & Barreto, 1987, p. 33), noticiava em agosto de 1836:

«... na Exposição Publica, com a presença do ministro do reino Rodrigo Fonseca Magalhães e "mais de 300 pessoas", os alunos da Casa Pia executaram perfeitamente todos os exercícios mais delicados e difíceis que o mestre tinha. O salutar beneficio que os orfãos da Casa Pia obtiveram conhecia-se á primeira inspecção, no ar de saude e agilidade que apresentavam. A escola sofreu os ataques da ignorancia e muita gente a considerou escola de arlequins e fábrica de desastres, quando é certo que nenhum ali morreu...»

4.4.4. Reformas Legais do Ensino e Programas de Educação Física

Neste ponto, procedemos a uma análise do Ensino Primário, em que face aos objetivos de estudo estabelecidos é subdividida em dois pontos:

- 1) No primeiro ponto, a partir da identificação da criação do Ensino Primário procede-se a uma retrospectiva das sucessivas reformas e das consequentes reestruturações curriculares.
- 2) No segundo ponto, procede-se a uma análise da formação de professores primários, particularizando a formação em Educação Física.

Reformas do Ensino Primário e Programas Escolares

De acordo com Bárbara (1979, p. 24) e Ferreira Gomes (1982, p. 13), é a publicação da Carta de Lei de 6 de novembro de 1772¹²⁶, que, oficializando os estudos menores, atribui ao Estado a obrigação de ensinar (sobretudo as primeiras letras). Esta Carta de Lei criou e organizou a instrução primária oficial em Portugal, através da criação de todas as escolas públicas e da nomeação dos respetivos mestres. Depois de referir, na mencionada Carta de Lei:

«os funestos Estragos, com que, pelo longo período de dous seculos, se virão as Lethras arruinadas nos mesmos Reinos e Domínios, se comprehenderão as Escolas menores, em que se formão os primeiros elementos de todas as Artes e Sciências, achandose destruidas por effeitos das maquinações e dos abusos com que os temerários Mestres, que por todo aquelle dilatado período se arrojarã as sobreditas Escolas» é ordenada a realização por Corografos peritos nomeados de «Hum Plano, e Cálculo geral, e Particular de todas, e cada huma das Câmaras (dos Meus Reinos), e do número dos Habitantes dellas, que por Hum regular, e prudente arbítrio podem gozar do beneficio das Escolas Menores com os sobreditos respeitos».

Pélico Filho (1923, pp. 127-128) enuncia os pontos fundamentais, e alguns originais, que essa lei estabeleceu:

«1.º Desenvolvimento da Mesa Censória - emancipação do ensino do monopólio da Companhia de Jesus dando à instrução primária um organismo próprio;

¹²⁶ A Carta de Lei de 6 de novembro do ano de 1772 criava pela primeira vez, no mundo, a Instrução Pública.

- 2.º o concurso, seleccionando os professores (mestres régios) intelectual, moral e cientificamente;
- 3.º criação de uma escola em cada centro local;
- 4.º estabelecimento do ensino primário oficial;
- 5.º liberdade de ensino, garantindo pela concorrência o maior aperfeiçoamento da instrução;
- 6.º o subsídio literário - garantia económica e financeira da aplicação e do bom funcionamento da reforma do ensino primário, dando-lhe um rendimento próprio e determinado;
- 7.º inspecção às escolas, pelo menos três vezes por ano, feita por funcionários nomeados pela Real Mesa Censória, os quais tinham por obrigação "dar conta dos progressos ou defeitos, que observassem para ocorrer a eles com remédio pronto e eficaz";
- 8.º direcção técnica superior e lançamento das bases da inspecção directa.»

No entanto, das preocupações subjacentes a esta medida, não fazia parte qualquer matéria relacionada com a Educação Física, sinal, como afirmámos anteriormente, de uma certa estagnação no setor do ensino, após as reformas pombalinas.

Reformas e Programas de Formação de Professores do Ensino Primário

O sistema de formação inicial de Professores do Ensino Primário em Portugal tem uma antiguidade de quase duzentos anos. Os agentes de ensino para o Primário começaram por ser identificados como “mestres de ler, escrever e contar” (1815), passando sucessivamente a ser conhecidos como: “mestres de primeiras letras” (1824); “professores de instrução primaria” (1844); “professores primários” (1911), designação que perdurou até 1986, quando foi aprovada Lei de Bases do Sistema Educativo em que passou a “Professor do 1.º Ciclo do Ensino Básico”. Ao longo deste tempo, os planos correspondentes foram submetidos a múltiplas mudanças: a instituição encarregue de ministrar essa formação experimentou múltiplas modificações; modificou-se o tipo de formação ministrada, o que se repercutiu nas matérias do plano de formação e no peso relativo de cada uma delas.

Dentro da formação inicial, destaca-se, nos distintos planos, a formação em Educação Física dos futuros Professores do Ensino Primário, sempre orientada para o domínio exclusivo da disciplina e nunca complementada pela orientação didática e profissional. Mas passemos a apresentar alguns factos. Quando, na segunda metade do século XVIII, o Marquês de Pombal criou o sistema nacional de ensino público, estatal e laico, não se ocupou, nem podia ter-se ocupado, da formação pedagógica dos agentes de ensino (Ferreira Gomes, 1987, p. 7). Em 1772, ao criar o ensino primário oficial, limitou-se a determinar que a Real Mesa Censória deveria averiguar, mediante exames (que poderiam ser feitos em Lisboa, Coimbra, Porto, Évora e nas capitanias do Ultramar), as qualificações dos candidatos (Ferreira Gomes, 1987, p. 8; 1996, p. 15). Por Portaria de 10 de outubro de 1815, os Governadores do reino mandaram estabelecer uma aula de ler, escrever e contar em cada corpo de infantaria, caçadores, cavalaria e artilharia do Exército e na Guarda Real da Polícia de Lisboa. Nesse mesmo dia, foram publicadas as «Instruções para o estabelecimento e direcção das escolas de ler, escrever e contar, mandadas criar nos corpos do exército» (Ferreira Gomes, 1987: 8). Para que o ensino de ler, escrever e contar fosse «uniforme e regular», todos os indivíduos propostos para os lugares de mestre, ajudante e aspirante deveriam ser instruídos numa Escola Geral que, para esse fim, ia

ser estabelecida em Lisboa (Ferreira Gomes, 1987: 8; 1996: 16). Dependente do Ministério da Guerra, essa Escola Geral - a primeira Escola Normal instituída do nosso País... -, foi estabelecida em Belém, no Quartel da Guarda de Corpo, abrindo em 1 de março de 1816 (Ferreira Gomes, 1996, p. 16). Ainda em 1815, a 29 de outubro, foram publicadas as «instruções para os professores das escolas das primeiras letras dos corpos de linha do exército», com um conjunto de normas como: tempo de leccionação, compêndios, relações dos professores com os comandantes dos corpos, escalas de progresso dos alunos, economia da escola, prémios, castigos, etc. (Brito, 1986, p. 60).

Em 1824, pelo Decreto de 11 de setembro, D. João VI criou, em Lisboa, uma Escola Normal do método de ensino mútuo. Por dificuldades de vária ordem, a que não teria sido alheia a instabilidade política, a escola viveu "uma vida raquítica" até 1826, data em que a Infanta D. Isabel Maria, por Decreto de 27 de setembro, a fim de «animar a pratica do methodo do Ensino mutuo», procurou que os mestres de primeiras letras de Lisboa frequentassem essa Escola e se suspendesse interinamente o provimento das escolas que vagassem, a fim de virem a ser providas em mestres que as soubessem reger por esse método (Ferreira Gomes, 1987, p. 9; 1996, p. 21). A Escola ainda abriu no ano letivo de 1827-1828, mas, durante o quinquénio do Governo de D. Miguel (1828-1833), esteve encerrada (Ferreira Gomes, 1987, p. 9; 1996, p. 22).

Logo que, em 1833, os Liberais reassumem o Poder, Cândido José Xavier, antigo redator, em Paris, dos "Anais das Ciências, das Artes e das Letras" e agora Secretário de Estado dos Negócios do Reino, incumbe alguns especialistas de compor as Tábuas para o ensino da Gramática Portuguesa segundo o método do ensino mútuo. Por sua vez, a Comissão nomeada, em novembro desse ano, para elaborar um Plano Geral de Instrução Pública preconiza, no seu Relatório, datado de 1 de abril de 1834 e assinado por Almeida Garrett, a criação de Escolas Normais (Ferreira Gomes, 1987, p. 9; 1996, p. 22). Dado não existirem programas escolares para a "Educação Física" e a formação de professores estar apenas centrada na aprendizagem do ler, escrever e contar, não nos merece mais comentários.

4.5. PERÍODO DA OFICIALIZAÇÃO (de 1835 a 1904)

A designação de período da Oficialização ocorreu por ter sido neste ciclo que se deu a génese da institucionalização da Educação Física como matéria escolar. É um ciclo ainda rudimentar, mas extremamente interessante pela riqueza das ideias, que, na altura, já se defendiam. No entanto, este ciclo é um pouco conturbado e instável, daí termos afirmado que marca o momento em que Portugal acordou e arrancou (provisoriamente) à procura de uma solução para um problema social declarado.

Como veremos, a situação da Educação Física, como matéria escolar, sofrerá avanços e recuos até estabilizar, apenas a partir de 1878. Daí, a nossa afirmação do arranque provisório da solução. Mas este período acompanha o ultrapassar do século e os problemas do período anterior pareciam, finalmente, estar próximos de encontrar uma solução. Era este, pelo menos, o entender de Palermo de Faria, que escrevia, em 31 de outubro de 1895, n'«*O Tiro Civil*», as palavras que passamos a transcrever:

«... Felizmente ao terminar d'este seculo tão fecundo em acontecimentos extraordinarios, surge no horizonte uma theoria nova, um systema mais completo, mais perfeito, e tudo nos leva a crer que, o musculo e o nervo, hão de desenvolver-se methodica e paralellamente para assegurar ao homem a posse de toda a sua energia e de toda a sua vitalidade.

Ao lado das academias e das universidades que espalham a mãos largas o pão de espirito, erguem-se as sociedades de gymnastica e de esgrima, as escolas de natação e de tiro, os clubs de velocipedia, as associações de alpinistas e todas ellas, ligadas entre si, irmãs gêmeas e filhas d'uma só idéa, hão lançar no seculo que vae chegar, o alicerce firme, robusto e inabalavel da nova era, em que ao lado do desenvolvimento intellectual há de levantar-se uma geração de valorosos, uma geração de fortes.

... E quando..., a educação physica fôr ministrada nas escolas ao lado da educação moral, ..., teremos readquirido a força que o braço perdeu de há muito e dado ao espirito o vigor que começa a enfraquecer-se...

A educação physica é, pois, uma necessidade inadiavel, precisamos implantal-a e desenvolvê-la...».

4.5.1. Relações com Acontecimentos da História Portuguesa e com Tendências Internacionais de Desenvolvimento da Educação Física

Importa aqui salientar a íntima relação estabelecida entre o positivismo e o republicanismo, visto que o mesmo surgiu em Portugal «intimamente ligado ao surto organizativo do movimento republicano» (Catroga, 1977b, p. 289). Todo o discurso educativo da 1ª República está profundamente embebido nesta ideologia. O positivismo surge-nos a partir de um conceito de evolução e de uma perspetiva evolucionista, em que a crença na razão é substituída pela crença na ciência, em que o indivíduo era uma fonte de liberdade, sendo esta limitada apenas pelas exigências do viver em sociedade, e, acima de tudo, a educação era o “remédio” para todos os “males” de cariz social. Só uma educação científica tornará possível a desejada regeneração social, o que Catroga reforça ao referir que o positivismo encerra «um projecto cultural apostado em transformar ideias e comportamentos colectivos» (1977a, p. 391). Contrariando a tendência dos séculos anteriores ao nível dos caminhos a seguir pela Educação Física, que podemos afirmar era uma tendência unitária, ou seja, em que não havia

muitas questões a debater, no séc. XIX, esses caminhos abrem-se, multiplicam-se. Assim, podemos identificar três grandes correntes que percorreram o séc. XIX e demonstraram a existência, já nesse século, de diversas tendências no domínio da educação física e desportos, lideradas pelos militares, pelos médicos e pelos pedagogos que iniciam um processo, que irá ser longo, de debate dos problemas da Educação Física: na linha dos pedagogos, situa-se Thomas Arnold, na Inglaterra; na linha dos militares, situam-se Jahn e Amorós, se bem que este em França se situe entre os militares e os pedagogos, mas é inevitavelmente um militar que concretiza as suas teorias militares; finalmente, Ling é alguém profundamente ligado a questões da medicina, que se alia aos médicos e ao conhecimento médico para concretizar as suas ideias. Thomas Arnold (1795-1842) lança o «desporto pedagógico», tendo como ponto de partida o College of Rugby - Inglaterra, onde ao procurar a harmonia e o equilíbrio das forças físicas e espirituais, utilizava o desporto (o futebol, o críquete, o râguebi, o hóquei, o golfe e o remo são os meios utilizados) em regime de não diretividade, de «self-governement». Os princípios doutrinários que presidiram à orientação metodológica de *Ling* são de acordo a Crespo (1987, p. 19):

1. a justificação dos movimentos situa-se nas repercussões que eles exercem sobre o corpo humano, o que supõe um perfeito conhecimento da anatomia e da fisiologia e, também, dos efeitos de cada exercício sobre o organismo;
2. a ginástica tem por objectivo principal assegurar a conservação de uma atitude corporal favorável ao melhor funcionamento orgânico;
3. a ginástica apoia-se na anatomia e na fisiologia, progredindo em correspondência com os avanços destas ciências.

No entanto, *Ling* considerava também um conjunto de princípios essenciais para respeitar o desenvolvimento harmonioso do ser humano, através dos exercícios físicos, a saber:

1. seleção dos movimentos com escolha de alguns exercícios apropriados.
2. doseamento do movimento com apreciação da intensidade, de modo que não ultrapasse o efeito útil.
3. localização do movimento, com limitação do exercício a um grupo muscular determinado.
4. decomposição do movimento, com subdivisão dos exercícios, de harmonia com os segmentos do corpo, e respetiva execução, seguindo fases distintas.

Tendo por base estes princípios, *Ling* elaborou um método composto de distintos movimentos adaptados a toda a população e executados de acordo com três momentos principais: a atitude estática de início; o ato dinâmico de mobilização; a atitude final. Considerava os movimentos da cabeça, do tronco, dos membros superiores e inferiores, criando novas formas, principalmente os exercícios de extensão dorsal. Além disso, defendia que ao ministrarem-se os exercícios, devia respeitar-se uma progressão lenta, metódica, baseada no plano ou esquema. É de referir ainda que a ginástica de *Ling* apresentava-se em várias dimensões: pedagógica, militar, médica e estética. Caberá ao seu filho Hjalmar Ling (1820-1886), sistematizar, ordenar e completar o seu trabalho, traçar um programa e lançar as bases das lições «clássicas» da ginástica sueca. Enquanto seu pai situava o seu ensino na adolescência e juventude (idades universitária e do serviço militar), Hjalmar transfere-o para a criança e para o ensino primário. Além disso, o pai usava umas «tabelas de movimento» simples que o

filho desenvolveu e sistematizou, de forma a que cada parte do corpo da cabeça até aos pés pudesse ser exercitada numa lição. As ideias de Ling invadiram a Europa, difundidas por médicos, militares, professores, tais como os belgas Lefébure, Sluys e Kaisin; os franceses Lagrange, Démeny e Tissie; os alemães Rothstein e Richter; o sueco Georgi, etc. (Leal d'Oliveira, 1955, p. 186). Para além do *Kungliga Gymnastiska Central Institutet*, podemos identificar dois outros centros responsáveis pela divulgação das ideias de Ling, um no campo civil e o outro no campo militar. Referimo-nos, respetivamente à Universidade de Gand, Bélgica, e à *Escola Normal Militar de Ginástica* de Joinville-le-Point, França.

Retomemos então a evolução das correntes da Educação Física. Na sequência das obras de Jahn, Amorós, Thomas Arnold e Ling, surgem sistemas nacionais, a saber: o sistema alemão, o sistema francês, o sistema inglês e o sistema sueco. A partir daqui, podemos considerar que são estes quatro países que vão ditar leis no domínio da chamada Ciência da Educação Física. Dos vários autores referidos, os dois que mais perto estão de Portugal são *Amorós* e *Ling*. O primeiro porque organiza a educação física e militar no nosso País e o segundo porque a sua influência se vai estender até perto da década de sessenta do séc. XX.

O exemplo internacional manifesta-se também na criação de vários organismos. Em 1881, fundou-se em Liège - Bélgica, a Federação Europeia de Ginástica, por iniciativa de *Cupérus* e a participação de delegados holandeses, franceses e belgas. A Federação Europeia transformar-se-ia na Federação Internacional de Ginástica, inicialmente sob a presidência de *Cupérus*, ao qual se sucederam Ch. Cazalet (França), o conde A. Zamovski (Polónia) e o conde d'Aviella (Bélgica). Em 23 de Junho de 1894, um Congresso de Desportos Atlético realizados em Paris, sob o patrocínio de Charles Pierre de Fredy, Barão de Coubertin, projetou o relançamento, a curto prazo, dos Jogos Olímpicos. O Congresso fora marcado para discussão do conceito de amadorismo no desporto, mas o aristocrata e a sua equipa¹²⁷ conseguiram incluir, na ordem de trabalhos, o problema do renascimento dos Jogos. Nessa reunião, onde estiveram presentes 79 delegados de 13 países e que obteve o apoio escrito de mais 21 estados, foram tomadas medidas importantes, entre as quais sobressaem a fundação do *Comité International Olympique* (C.I.O.) e a marcação, para 1896, dos primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna. Atenas foi a cidade escolhida, por razões sentimentais, uma vez que ali perto, em Olímpia, decorriam, na Antiguidade, os Jogos originais.

A ideia de criar uma organização internacional de Educação Física surge em 1900, durante o Congresso Internacional de Educação Física, que se realizou de 30 de agosto a 6 de setembro, em Paris, organizado por *Georges Démeny* (1850-1917). Foi então criada uma Comissão Técnica Internacional Permanente de Educação Física, que, sob a presidência do Professor italiano A.

¹²⁷ *Bikelas* (grego), Conde de *Baillet-Latour* (belga), *William Sloane* (americano, professor na University of Princetown), *Herbert* (inglês, na altura secretário da London Athletic Association).

Mosso¹²⁸, tinha como objetivo o estudo da Ciência da Educação Física, orientado para a investigação científica e a formação universitária dos professores.

4.5.2. Panorama Nacional da Educação Física

Durante o espaço de tempo correspondente ao ciclo da Oficialização, podemos distinguir seis tipos de iniciativas que induziram o desenvolvimento da Educação Física:

1. a publicação de obras sobre diferentes perspetivas da temática;
2. a continuação das ações desenvolvidas na Casa Pia de Lisboa;
3. as iniciativas militares;
4. a ação do Circo Price;
5. as iniciativas particulares, a inclusão da educação física nos programas de escolas particulares e a fundação de ginásios e de clubes;
6. as ações de distintos personagens.

A primeira obra com matéria de educação física foi publicada em 1836 pelo médico Guilherme Centazzi, um emigrado político que tinha feito em Paris a sua preparação científica, intitulava-se *Considerações Gerais sobre os Exercícios Gymnasticos e as Vantagens que delles Resultão* e revelava uma influência do que se pensava nos meios científicos, afetos à Faculdade de Medicina da capital francesa, sobre o papel e o valor da ginástica e um conhecimento interessado na ação que Amorós levava a cabo no seu ginásio. A sua publicação visava fundamentar cientificamente a aplicação de ordem higiénica e corretiva do sistema de Amorós, tanto ao «ramo militar», como ao «civil».

Sensivelmente a partir da segunda metade desse século, médicos como Filipe Simões, 1872, educadores, escritores como Ramalho Ortigão, 1872-1883, 1876, 1887 e Eça de Queirós, 1888, jornalistas e políticos como Guilherme da Silva Abranches, 1866, sustentaram um movimento de opinião que favoreceu o eclodir e o desenvolvimento da educação física portuguesa¹²⁹. Em 1872, Augusto Filipe Simões apresentava-se a provas de doutoramento para professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, com uma dissertação intitulada *Erros e preconceitos da Educação Physica*. Nesta obra, apenas se refere explicitamente à ginástica no capítulo que dedica à Educação Pública, não lhe merecendo o tema mais do que 4 páginas, num total de 389. Além disso, a sua perspetiva é meramente médico-higiénica. No mesmo ano, o mesmo autor publicava o seu Manual, intitulado *Educação Física*, que teve segunda edição, muito aumentada em 1874, e terceira edição, corrigida e aumentada em 1879. No prefácio desta, faz um historial das publicações da especialidade e não existe qualquer referência à obra de Centazzi, pelo que somos levados a crer que não teria exercido influência visível nos meios científicos portugueses.

¹²⁸ Desta Comissão, em que estavam representados 16 países, faziam parte os seguintes membros: Dr. Mosso (Itália), Démeny (França), Fosseprez (Bélgica), Cabezas (Chile), Kier (Dinamarca), Chrysafis (Grécia), Torngren (Suécia), etc...

¹²⁹ Ver Anexo A.1 - I-IV, pp. 319-337.

O movimento de opinião, que tinha como preocupação regenerar fisicamente o homem e formar um cidadão equilibrado, manteve-se ativo até à viragem do século e os contributos escritos para a causa da educação física intensificaram-se. Todavia, a propaganda também se fazia em publicações periódicas: *A Gymnastica: numero programma do primeiro concurso de gymnastica promovido pelo Real Gymnasio Club Portuguez*, com colaboradores como Frederico de Avelar, Bernardino Pinheiro, Costa Alegre, Duarte Holbeche, Manuel Pereira, Guilherme de Souza; *Novidades*, com D. António José de Mello; e *O Tiro Civil* com Ardisson Ferreira. Na continuidade destas iniciativas propagandísticas da Educação Física/Ginástica, é ainda de referenciar a publicação do primeiro periódico especializado - *O Gymnasta - Orgão bi-mensal de educação physica*, que iniciou publicação em 15 de novembro de 1878, sob a direção de Paulo Lauret. No entanto, com o aproximar do final do século e início do seguinte, o movimento desportivo começa a surgir, defendendo o desporto como alternativa à ginástica e desencadeando inúmeros movimentos. Assim, começaram a surgir obras sobre desportos “tradicionais”, a Esgrima, e “emergentes”, como o Ciclismo e a Natação e publicações periódicas afetas à causa: em 1894, *O Sport*, o primeiro jornal desportivo; em 1895, o semanário *O Tiro Civil*, órgão da Associação dos Atiradores Civis Portugueses; em 1897, outro semanário desportivo intitulado *O Sport*; em 1898, a *Revista de Sport*, título que se repetiria em 1903, aparentemente sem ligação com a anterior; entretanto, em 1904, *O Tiro Civil* e a *Revista de Sport* fundiam-se para dar lugar ao *Tiro e Sport - Revista de Educação Physica e Actualidades*.

Quanto a iniciativas institucionais no período, de acordo com Centazzi (1836), foi pedido ao coronel francês Amorós para enviar alguém capaz de «formar hum Gymnasio em Lisboa», o que este fez enviando um oficial seu discípulo, Marquer. No entanto, o projeto apresentado por Marquer era de tal forma ambicioso que foi inviabilizado, pelo que o referido oficial abandonou as suas funções.

Como consequência da campanha desenvolvida nos órgãos de informação, a que fizemos referência na caracterização acima, as escolas de Ginástica da Casa Pia foram perdendo os entusiasmos das primeiras horas, daí resultando que as classes de ginástica da instituição foram perdendo todo o seu antigo esplendor, também pelo facto de a administração lhes ter passado a dedicar reduzido interesse e ainda porque muitos órfãos recolhidos eram frequentemente «oftálmicos, escrofulosos, e alguns tísicos» (Pontes, 1934, p. 17). No entanto, corria o ano de 1838 quando a Casa Pia de Lisboa toma uma iniciativa inédita ao tempo, nomeando e contratando oficialmente um professor de Ginástica - António Hermano Roeder¹³⁰ -, tendo como objetivo principal da sua atividade, a lecionação de exercícios ginásticos. Refira-se ainda que a disciplina passou a fazer parte do programa de estudos desta instituição. Entre 1856 e 1859, segundo Rocha & Sequeira (1980: 27), esteve na Casa Pia um novo mestre oriundo da escola acrobática, *Baldini*, um antigo artista do circo Price. Nova tentativa seria levada a cabo em

¹³⁰ António Hermano Roeder manteve-se neste cargo até 1855, ministrando aulas de ginástica e de esgrima.

1858, com o professor *Delaney*, de origem francesa, a qual não obteve melhores resultados (Fernandes, 1935, p. 28; Quintino da Costa, 1944, p. 8, 1955, p. 14).

Mas, a entrada de José Maria Eugénio de Almeida para a direção da Casa Pia¹³¹, na opinião de Pontes, «um homem de invulgar fôrça de vontade, criterioso, tendo idéias próprias, que fortalecera nas frequentes viagens ao estrangeiro e era indiferente às criticas de imprensa, ainda as mais contundentes», provocou alterações profundas. Assim, em 1860, com a contratação de outro francês - *Jean Roger* -, é dada maior importância e incremento à Educação Física e particularmente à Ginástica, restabelecendo-se, pelo art. 8 da Portaria n.º 30, de 20 de março desse ano, a Escola de Ginástica¹³², cuja construção e apetrechamento decorreu até 1862. Em 1864, a Ginástica passou a disciplina obrigatória com exame no final do trimestre (Pontes, 1934, p. 17; Fernandes, 1935, p. 28; Magalhães Adão, 1947, pp. 42-43; Quintino da Costa, 1944, p. 8, 1955, p. 14; Rocha & Barreto, 1987, p. 50). Segundo Rocha & Sequeira (1980, p. 34), «Pela acção de Jean Roger e dos seus discípulos, e pelo empenhamento pedagógico com que a administração escolar da Casa Pia de Lisboa a adoptou, a ginástica deixou finalmente de ser entendida como acrobacia de circo ou mero exercício de demonstração de força, para passar a ser considerada como legítimo meio de educação da juventude». O trabalho desenvolvido em matéria de Ginástica na Casa Pia, sob a gerência do provedor José Maria Eugénio de Almeida, foi de tal modo que Filipe Simões, no seu livro *Educação Physica*, apontava a Casa Pia como instituição modelo de Educação Física. Da obra de Filipe Simões, transcrevemos o seguinte passo (1879, pp. 349-351):

«Percorrei as ruas de Lisboa, attentae naquellas crianças lymphaticas, pallidas, promettendo escrofulas na flaccidez e no descorado das carnes, annunciando tuberculos pulmonares na estreiteza das espaldas e do peito. Fixae bem na memoria os characteres da degeneração da raça. Depois encaminhae-vos a Belem. Fareis apenas alguns kilometros; é quasi como se não sahisseis da cidade. Entrae na casa pia. Reparae nos trezentos rapazes que a povoam. Perguntareis a vós mesmos se estaes ao pé de Lisboa ou a centenares de leguas de distancia. Vereis crianças da mesma idade e da mesma raça, e talvez das mesmas familias das que se vos deparam nas ruas da cidade. Mas que differença! Todas fortes, com boa côr, largas das espaldas e do peito, musculosas, transluzindo-lhes no rosto a alegria e a saude. Visitae a enfermaria: achal-a-eis vazia, ou apenas com dois ou tres rapazes affectados de inflammações passageiras. Recordae-vos outra vez de Lisboa, e vêde de trezentas crianças quantas dezenas não padecerão a escrophula, o rachitismo, a phthisica e outras enfermidades incuraveis.

Se ignorardes a historia da casa pia, perguntareis por ella. Responder-vos-hão, com documentos probativos, se tanto for mister, que ha pouco mais ou menos de dez annos havia alli quasi duzentos orfãos atacados das opthalmias, e que muitos ficavam com a vista arruinada ou totalmente cegos; que, além dos opthalmicos, abundavam os escrofulosos e os phthisicos; que, finalmente, aquelles que não estacionavam pelas enfermarias, eram pela maior parte enfezados e rachiticos. Foi uma total mudança, uma transformação completa, quasi milagrosa. Quem a operou? A vontade firme de um homem, guiado pelos preceitos da sciencia, que vira practicados nos paizes mais cultos da Europa. A reforma que emprehendera era novidade em Portugal; e, como estamos por uma parte inclinados a uma demasiada indulgencia para com todos os defeitos e vicios que a lei não qualifica de crimes, e por outra parte dispostos a imitar dos costumes extrangeiros os maus ou que nos desconvêm, desprezando os bons ou que nos seriam proveitosos, não faltou gente que censurasse o reformador, até por via da imprensa.

¹³¹ José Maria Eugénio de Almeida foi nomeado provedor em 10 de Agosto de 1859, tendo exercido o cargo até 1866.

¹³² Segundo Rocha & Barreto (1987, p. 47) no art. 4 da mesma Portaria afirmava-se que «o terreno onde estão os pomares, denominados “fechado” e dos “carneiros”, será exemplo da cultura física e aplicado, exclusivamente para ginásios, jogos e exercícios dos orfãos.»

O animo de José Maria Eugénio era superior ao dos seus censores. Confiava na força da sua vontade e acreditava na sciencia. Prosseguiu. E, doze annos depois, quando uma doença mortal e inesperada prematuramente poz termo á sua laboriosa carreira, todos publicavam que na grande obra da casa pia deixara um monumento honroso á sua memoria e utilissimo á pátria. A introdução da gymnastica foi um dos meios poderosos de que o reformador se serviu para regenerar physicamente as crianças.»

Entretanto, referem Rocha & Sequeira (1980, p. 28), «como já acontecera em França e em outros países da Europa, a inovação pedagógica que constituiu a integração da ginástica no ensino começou a ser fortemente contestada por alguns espíritos menos esclarecidos, ao mesmo tempo que as sucessivas más vontades contra ela levantadas lhe impossibilitavam quaisquer possibilidades de aperfeiçoamento e progresso». Os mesmos autores (op.cit., pp. 34-37) afirmam que José António Simões Raposo¹³³ deu completa continuidade, no campo da Educação Física, à ação do seu antecessor na administração da Casa Pia «*teorizando mesmo importantes teses justificativas do seu valor pedagógico*». Em 20 de junho de 1869, Simões Raposo publicou um relatório onde sistematizava o programa de ginástica seguido na instituição, que passamos a transcrever:

«1.º O programa de ginástica divide-se, na Real Casa Pia, em duas partes: a primeira compreende os exercícios preliminares e consta de 90 exercícios graduais: a segunda parte compreende os exercícios complementares e compreende 150 exercícios graduais também.

2.º A ginástica de circo é expressamente proibida.

3.º O nosso fim é o melhoramento físico das crianças; esse consegue-se com a ginástica racional e cientificamente aplicada.»

Ainda nesse relatório, chegou inclusivamente a propôr a organização urgente de um *Tratado de ginástica apropriada à escola primária*, «a fim de dar corpo e unidade a este ensino».

Segundo Magalhães Adão (1947, pp. 43-44), é sob a direção do engenheiro Valladas, que, em 1879, se conclui um grande barracão para os exercícios de ginástica, pois, até essa data, os aparelhos permaneciam ao ar livre, o que prejudicava ou impedia o seu uso.

A tentativa de harmonizar a «linguagem ginástica» e de a «pôr ao corrente de todos os que se interessam por estas questões», preconizada por Simões Raposo só se tornaria possível em 1881, por ação do provedor Carlos Maria Eugénio de Almeida¹³⁴ que «desempenhou papel importante na regulamentação de vários aspectos ligados aos cuidados físicos a prestar aos alunos». Da obra realizada no campo da Educação Física, ressalta a publicação do *Programma da Aula de Gymnastica* (ver Anexo A.4 - I: pp. 357-364), «um valioso contributo para a caracterização do ensino da ginástica, no nosso país» (Rocha & Sequeira, 1980, pp. 37-41).

¹³³ José António Simões Raposo foi provedor da Casa Pia de Lisboa de 1866 a 1868.

¹³⁴ Carlos Maria Eugénio de Almeida foi provedor da Casa Pia de Lisboa de 1872 a 1888.

Sendo provedor o Dr. Francisco Simões Margiochi¹³⁵, era aprovado, em 26 de junho de 1895, o *Regulamento para o "Ensino da Gymnastica pura e applicada na Real Casa Pia de Lisboa"*¹³⁶, que estabelecia os exercícos a serem aplicados:

«Art. 2.º O ensino da gymnastica pura comprehende: exercícos dos membros, do tronco, da cabeça e dos sentidos, consoante os programas especiaes determinarem.

Art. 3.º O ensino da gymnastica applicada abrangerá: exercícos com instrumentos, aparelhos, marchas de velocidade e resistência, saltos, esgrima de bayoneta, de lança, de sabre, de florete e de pau, equitação, velocipedia, exercícos de remar e natação, exercícos de bombeiro com ataques simulados e salvação de pessoas, declamação, canto choral, musica instrumental, jogos recreativos de sport, tiro ao alvo, fogos de guerra, exercícos militares consoante a ordenança de infantaria adoptada no exercicio e trabalhos proprios de sapadores e maqueiros.

§ único. A extensão e intensidade d'este ensino, em cada uma das suas partes, com exclusão dos indicados na ordenança, será devidamente determinada nos programmas especiaes, que se publicarão opportunamente.»

Como se pode verificar, estamos face a uma orientação da Educação Física que visa fundamentalmente uma preparação militar.

Para Pontes (1934), Fernandes (1935), Quintino da Costa (1944, 1955) e Marques (1980) as iniciativas para a implantação da Educação Física não ficaram por aqui e pode-se referenciar que, em 1851, a Escola do Exército, para formação de oficiais, incluía nos seus programas uma aula de Sabre e, na reorganização de 1863, são introduzidos os Exercícios Ginásticos, para, cinco anos depois, segundo Barros (1958, p. 278), aparecer também no currículo da Escola Naval.

Ainda em 1863, Luiz Monteiro foi oficialmente encarregue das lições de Ginástica aos alunos do Real Colégio Militar, instituição a nível de ensino secundário, onde se ministrava uma preparação a jovens que se destinavam à carreira das armas. Em 1886, seriam publicadas as *Instruções para o serviço interno e instruções disciplinares para os alumnos, aprovadas por Portaria do Ministério da Guerra de 27 de Maio de 1886* deste Collegio. Como refere Estrela (1972, p. 7), de entre os diversos setores que utilizavam o movimento físico como um meio, é o campo militar que primeiro encontra a insuficiência da Educação Física existente ao tempo. A necessidade de reorganização do Exército e a preparação física requerida, particularmente para os oficiais, que se pretendia idêntica à de países mais evoluídos, conduziram a que a escola amorosiana passasse a ser a referência. A influência que este sistema passava a exercer em Portugal, processou-se por duas vias: diretamente, através de contatos com oficiais franceses¹³⁷; indiretamente e *a posteriori*, por inclusão, nas escolas de preparação básica, de professores portugueses com uma nítida vinculação a práticas acrobáticas, nascidas da aplicação de princípios, métodos e aparelhos amorosianos. Pelo seu enquadramento na instituição militar, lembre-se a publicação em 1886, da autoria do tenente de engenharia

¹³⁵ Francisco Simões Margiochi foi nomeado provedor em 8 de agosto de 1889, tendo exercido o cargo até 1897.

¹³⁶ *Regulamento para o "Ensino da Gymnastica pura e applicada na Real Casa Pia de Lisboa"*, citado por Rocha & Barreto (1987: 100-124).

¹³⁷ Contatos que são resultado da permanência de oficiais franceses no exército português, tanto no período das guerras entre liberais e absolutistas, como no que imediatamente se lhe segue e, que como vimos, levaram inclusive à formulação de um convite a Amorós para se deslocar a Portugal para organizar a educação física.

Augusto Ferreira do *Regulamento provisorio para a instrucção de gymnastica*, já referenciado nas obras publicadas neste período.

Em 1887, António Martins foi nomeado professor da Escola Naval. Dois anos depois, era nomeado para mestre de armas dos corpos da guarnição. Ainda em 1889, organizou os serviços de instrução de Ginástica e Esgrima na Escola Normal de Ginástica e Esgrima, segundo o modelo da Escola de Joinville-le-Point. Em 1890, segundo Rodrigues (1947), a Escola Prática de Infantaria e Cavalaria, em Mafra, foi reorganizada «com o especial objectivo do aperfeiçoamento da instrução de ginástica, esgrima e tiro, a fim de se prepararem instrutores e monitores para os corpos de infantaria» e, até à data da interrupção do seu funcionamento, em 1911, acabaram por ser os elementos aí formados que, acompanhando a importância atribuída à Educação Física nos centros civilizados, procuraram pôr-se a par dos progressos ocorridos.

Em 1896, da autoria de Miguel Henrique de Menezes Alarcão, publicava-se *Manual de Gimnastica*, o primeiro manual para o ensino desta atividade na Escola Prática de Infantaria e Cavalaria. Recorremos a Estrela (1972, pp. 8-9), para caracterizar esta obra:

«O seu autor... define a ginástica como sendo: “a ciência racional dos movimentos e o estudo das suas relações com as nossas faculdades morais. Consiste, portanto, no exercício de todos os órgãos do corpo, exercício sistemático e em harmonia com regras e princípios determinados e o equilíbrio de todas as peças do organismo. O ensino da ginástica é dividido nas três seguintes fases:

- 1.ª ginástica livre;
- 2.ª ginástica de aparelhos móveis;
- 3.ª ginástica de aparelhos fixos.”

Princípios e programa vagos, por genéricos, embora expressando um nítido desfasamento do que a “escola sueca” preconizava (o que, aliás, se confirma ao longo da obra). Ainda nos “Preliminares” da obra referida, o autor considera que o “desenvolvimento dos órgãos da respiração é um dos principais fins da ginástica, como é também condição essencial para maior facilidade na execução dos movimentos.” No entanto, a falta de fundamentação verifica-se imediatamente, quando afirma: “a amplitude e regularidade da respiração corresponde a regularidade da circulação, e consequentemente considerável disposição para todos os exercícios musculares, qualidades estas que diminuem em proporção com a fraqueza dos órgãos respiratórios.” Além das carências de fundamentação científica, verificadas a nível de terminologia, deparamos com uma bem definida perspectiva militarista, que transforma a ginástica numa mera aplicação de fins específicos: “a posição adoptada na ginástica, a posição inicial de todos os exercícios é a de sentido, do soldado sem arma.” Nos exercícios com aparelhos fixos, têm relevo as escadas, o “cavalo de pau”, as barras, “argolas”, aparelhos de tracção e o pórtico.»

De outra índole citamos o Circo Price e outras iniciativas particulares. Localizado no lado esquerdo da Calçada do Salitre, defronte do velho Teatro das Variedades, foi durante muitos anos propriedade do empresário inglês Thomas Price (Pontes, 1934, p. 36). O «velho Price, simpático empresário» é considerado por Pontes (op.cit., p. 30) «quási um benemerito do país, porque em volta da sua arena é que se preparou inconscientemente a nossa regeneração física». Com efeito, acompanhando o movimento que despontava, algumas escolas particulares procediam à inclusão da Educação Física nos respetivos programas: o Instituto Industrial e Commercial, 1862; Escola Académica, 1865; Colégio de Campolide, 1876 e o Colégio Arriaga, 1883. Mas, em 1896, os diretores de quase todos os colégios da capital e o diretor fundador da Academia d'Armas de Lisboa, face ao acumular de circunstâncias sobre a necessidade da Educação Física, tomaram a decisão de entregar um requerimento ao Ministério do Reino onde pediam que se determinasse definitivamente que o ensino da ginástica e da esgrima, fosse

incluído como obrigatório no ensino elementar e secundário (ver Anexo A.2 - II, pp. 343-344). Assistiu-se também à criação de instituições clubísticas (Gimnasio Club Português, 1875; Club Ginástico de Lisboa, 1883) e de ginásios (Instituto de Gimnalogia - Lisboa, 1880; Ginásio Lauret - Porto, 1882¹³⁸; Ginásio de Coimbra, 1884¹³⁹). Dos clubes, merece realce o Ginásio Clube Português¹⁴⁰.

Em 18 de janeiro de 1875, reuniu um grupo de entusiastas, de que fazia parte Luís Monteiro, resultando, desta sessão preparatória, a fundação do Ginásio Clube Português, cuja sede, num velho palacete na Carreirinha do Socorro, foi inaugurada três meses mais tarde em 18 de março. Luís Monteiro foi nomeado diretor e durante anos foi o único professor. Anos mais tarde, em 1881 reformaram-se os seus estatutos, mas neles transparecia a ideia dominante do clube: «... educação física pelo estudo e pratica de exercicios gymnasticos adequados ao desenvolvimento e conservação do organismo. Os associados podem também dedicar-se ao jogo das armas, aos exercicios da natação, equitação, remar e quaisquer outros de natureza e vantagens semelhantes» (Pontes, 1934, p. 6). No ano seguinte, o Rei D. Luís concedeu o título de *Real* a este clube, título que apenas viria a perder com as lutas políticas republicanas (Garcia Alvarez, 2001, p. 37). Em 1885, organizado pelo Real Ginásio Clube Português, decorreu o primeiro concurso de ginástica que se organizou em Portugal. Depois de vencidas dificuldades de toda a espécie, em 17 de maio, decorreu o concurso no Hipodromo de Belem, tendo concorrido os Bombeiros Voluntários de Lisboa, o Batalhão Municipal, o Asilo Municipal, a Real Casa Pia, a Escola Académica, o Colégio Inglês, a Escola Nacional, o Clube Ginástico de Lisboa e a Corporação Voluntária de Ambulâncias, para além do Real Ginásio Clube Português. Em 1891, Luis Furtado Coelho dirige no Real Ginásio Clube Português um curso sobre ginástica sueca. Dez anos passados, em 1901, inauguraram-se, na sede deste clube, as conferências médicas públicas sobre a vantagem da ginástica, com preleções pelos drs. Carlos Tavares, Ricardo Jorge (pai), Salazar de Sousa, Belo de Moraes e Francisco Adolfo Coelho. Coube ao dr. Ricardo Jorge iniciar este ciclo de conferências e a Adolfo Coelho proferir, em 19 de janeiro de 1902 uma preleção intitulada *Exercícios corporaes e desenvolvimento moral*¹⁴¹. No ano seguinte, Álvaro Lacerda fazia propaganda intensa da educação física «... A boa estrela favorece a sua iniciativa pois chega a Lisboa, vindo da Suecia, o medico Jorge Abranches Santos conhecedor profundo do método gymnastico de *Ling* que é introduzido no Ginásio Club por pedido do dr. Jayme Neves». Ainda nesse ano, o Ginásio Clube Português abriu uma classe de

¹³⁸ Lauret, P. (1891). *Gymnasio Lauret e Sala d'Armas*. Porto, Typ. Da Empreza Litteraria e Typographica.

¹³⁹ Oliveira, J.C. (2014). *O Gymnasio de Coimbra. Os primórdios da Educação Física e do Desporto na Cidade*. Coimbra, Edições Tenacitas.

¹⁴⁰ Garcia Alvarez (2001). *Ginásio Clube Português (1875-2000): Uma Legenda de Prestígio*. Lisboa, Ginásio Clube Português e Marques, J.A. (1980). *História do 1º Centenário do GINÁSIO CLUBE PORTUGUÊS (LISBOA) de 1875 a 1975*. Lisboa, Direcção - 1979/80 do G.C.P.

¹⁴¹ Esta conferência viria a merecer várias publicações: - n'«*O Tiro Civil*» (229) de 15 de fevereiro e (230) de 1 de março de 1902; Coelho, Francisco Adolfo (1905). *Exercícios corporaes e desenvolvimento moral. As doutrinas*. *Boletim da Direcção Geral da Instrução Publica*, ano IV, fasc. I-IV, janeiro-junho: 369-440. Lisboa; Coelho, Francisco Adolfo (1915a). *A História dos Exercícios Físicos na sua relação com o desenvolvimento moral*. In: *Arquivos da Universidade de Lisboa*, Vol. 2: 165-208. Lisboa (ver Anexo A.5 I-XI: 373-395).

ginástica educativa (de Ling) intitulada *Exposição - Estudo e Análise do Método de Ling*, que foi sustentada durante um mês (Quintino da Costa, 1944, p. 6; Barros, 1958, p. 279). Segundo Pontes (1934: 176) frequentavam as classes de «*gimnastica de Ling*», dirigidas pelo dr. Jorge Santos os seguintes propagandistas: os dirigentes - Álvaro Lacerda e Carlos Xafredo - e os professores - Luiz Monteiro, Pedro José Ferreira, António Martins, Walter Awata, João Roubaud, José Pontes e Ramos da Costa.

Nesta altura, o papel de diferentes figuras intelectuais da área foi procurar, pouco a pouco, os limites da diferenciação entre uma ideia «ginástico-educativa» e a «acrobacia». Os contributos provieram de: António José da Cunha Salgado, Augusto Filipe Simões, Jean Roger, Luiz Maria de Lima da Costa Monteiro, Paulo Alfredo Emílio Lauret, António Domingos Pinto Martins e Pedro José Ferreira. Através de Moreirinhas Pinheiro (1990, pp. 54-55) sabemos que, no ano de 1884, fazia parte do corpo docente da Escola Normal Primaria de primeira classe de Lisboa, o professor Pedro José Ferreira e que, no ano de 1898, o professor Pedro José Ferreira continuava no corpo docente da Escola Normal de Lisboa. Relativamente às ações de distintos personagens, Vianna (1887, p. 146) destaca os contributos para o ramo científico da educação física prestados por: «no campo theorico e da mais sabia philosophia, o Dr. Filipe Simões; no campo pratico e militar, o coronel Salgado; e na esphera civil, o professor de gymnastica Luiz Maria de Lima da Costa Monteiro.»

4.5.3. Situação Socioeducativa

Enquadrada por factos e acontecimentos da história portuguesa, pretende-se retratar a situação educativa a partir das alterações organizacionais do Ministério, das alterações organizacionais de serviços dependentes do Ministério diretamente relacionados com o Ensino Primário, ou com a Sanidade Escolar e Educação Física, das sucessivas reformas e das consequentes reestruturações curriculares com os respetivos programas. No início deste período, reinava em Portugal, segundo o regime constitucional, D. Maria II que governou até 1853. No entanto, durante o seu reinado, foi o país varrido por contínuas lutas fratricidas, em que se defrontavam, na arena política, cartistas, grupo da direita liberal, defensora da Carta Constitucional de 1826, e setembristas, elementos da esquerda liberal, defensora da Constituição de 1820, por esse motivo identificados como vintistas, mas posteriormente denominados setembristas.

Após a derrota dos miguelistas, tinham-se realizado eleições em 1834 que levaram à formação de uma Câmara pouco homogénea, ainda que liberal, onde aos cartistas se opunham os setembristas. Acontece que o Governo se situava mais à direita, mas não existia um entendimento com o Parlamento, o que conduziu à dissolução deste e à convocação de novas eleições em 1836. O seu resultado foi a vitória do partido do Governo, mas a oposição, cuja voz mais combativa era de deputados do Porto, não se conformou e quando, em setembro, estes chegaram a Lisboa para tomarem posse dos seus lugares foram recebidos entusiasticamente pela população e incitados a um golpe de Estado. Esta ação, que derrubou o Governo e, em sua

substituição, constituiu outro em que figuravam Manuel da Silva Passos¹⁴², Vieira de Castro e o Visconde Sá da Bandeira, ficou conhecida como «Revolução Setembrista» e fez restaurar a Constituição de 1822. Segundo Sacuntala de Miranda (1983, p. 291) o setembrismo define-se fundamentalmente por dois traços essenciais «no plano político, pela defesa da soberania popular e, no plano económico, por um esforço de industrialização do País, como via para a independência nacional». Este autor esclarece adiante (op. cit.: 292) «o problema da soberania popular prende-se com o da adesão do setembrismo ao sistema eleitoral instituído pela Constituição de 1822, uma das mais avançadas da Europa oitocentista e considerada por muitos como republicanizante, na medida em que o poder real é despido de todas as suas prerrogativas e se introduz um sufrágio quase universal, aberto a todos os cidadãos do sexo masculino maiores de 25 anos, independentemente de quaisquer restrições de carácter económico, que o liberalismo moderado impunha em relação aos votantes e aos cidadãos elegíveis para o cargo de deputado. Por outro lado, a Constituição de 1822 previa uma única Câmara de Deputados, eleita, não moderada pela existência de qualquer outra câmara de carácter hereditário ou nomeada pelo monarca. Em terceiro lugar - e esta constitui uma das facetas que distingue a Constituição de 1822 da Carta Constitucional outorgada por D. Pedro IV em 1826 - as eleições a realizar seriam directas, não se interpondo quaisquer instâncias à eleição dos deputados pelo voto popular». Para além desta, no entender do mesmo autor (op. cit.: 298) existe outra questão que mais profundamente divide cartistas e setembristas:

«porque vai tocar, durante um ano de profunda crise, nos princípios da política económica a ser seguida para a debelar e no problema da independência nacional face à Inglaterra. Trata-se da questão entre o livre cambismo e o protecçãoismo, ponto especialmente delicado porque toda a política de protecçãoismo alfandegário defendida pelo setembrismo com o intuito de fomentar a indústria nacional vinha tocar nos interesses da nação donde provinham a maior parte das importações portuguesas e para onde se dirigia o grosso da sua exportação - a Inglaterra. O cartismo, cujas ligações à política inglesa são bem conhecidas, era defensor acérrimo do livre cambismo, apresentando-se fundamentalmente como porta-voz dos interesses dos consumidores e dos exportadores».

Mas as dificuldades por que passava o País, com uma situação política de conflito permanente, foram de tal ordem que o Governo de que Passos Manuel fazia parte demitiu-se em 1837. Nesse mesmo ano, os Duques da Terceira e de Saldanha fazem um movimento (ficou conhecido pela Revolta dos Marechais) para restaurar a Carta Constitucional, mas são mal sucedidos. As Cortes, que já se encontravam reunidas quando a revolta estalou, concluem por decretar a Constituição de 1838. No final de 1839, a subida ao Poder do conde de Bonfim e as eleições de 1840, que viram a vitória deste ministério, marcam o fim do domínio setembrista. Ainda em 1839, Costa Cabral promoveu no Porto uma sublevação a favor da Carta Constitucional, que foi restaurada em 1842.

O período de domínio desta facção dos Cartistas (1842-1851) viria a corresponder a uma época de reforço do Estado, à formulação dos primeiros projetos de melhoramentos materiais

¹⁴² Como refere Rómulo de Carvalho (1986, p. 560) «Manuel da Silva Passos tinha um irmão, José da Silva Passos, também político de destaque na mesma época, e da mesma ideologia. Quando alguém se lhes referia, em separado, dizia o “Passos, Manuel”, ou o “Passos, José”, para os distinguir. Daí a conhecida designação de Passos Manuel”.

e ao exercício despótico do poder, tendo como objetivo a contenção da agitação revolucionária. Este exercício despótico materializava-se na fraude ostensiva das eleições e na repressão violenta dos opositores. Esta forma de governo pôs contra si os Setembristas e uma parte dos Cartistas, a que se uniram os Miguelistas. Esta coligação reclamou a reforma constitucional e a resistência pacífica deu lugar a uma revolta armada, em 1844, que o poder ainda conseguiu conter. Dois anos depois, em maio de 1846, nova sublevação fez cair o ministério: os Cartistas moderados regressaram ao governo e, com eles, os setembristas e a agitação. Como consequência, os partidários de Costa Cabral retomaram o poder em outubro desse ano, mas a exaltação existente precipitou nova guerra civil. Depois de novo período de agitação, Costa Cabral regressava ao poder em 1849. Em virtude de uma nova revolta, dita da Regeneração, chefiada por Saldanha, em 1851, foi demitido o governo de Costa Cabral, tendo Saldanha sido chamado pela Rainha para tomar conta do governo. No ano seguinte, foram convocadas as Cortes, que alteraram a Carta Constitucional, votando-lhe um Ato Adicional, que aboliu em Portugal a pena de morte para os crimes políticos.

Como factos marcantes ocorridos durante o reinado de D. Maria II, refira-se que desencadeou algumas reformas e melhoramentos respeitantes à Instrução, a saber: a reforma da Universidade de Coimbra; a criação das escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto, da Escola Politécnica de Lisboa, da Academia Politécnica do Porto, do Instituto Agrícola e do Conservatório de Artes Musicais em Lisboa; bem como a criação de escolas primárias e alguns liceus.

D. Pedro V tinha apenas 15 anos, quando faleceu sua mãe D. Maria II. Até 1855, data em que completou 18 anos, governou como regente seu pai, D. Fernando. Assumido o poder, D. Pedro V reinou de 1855 a 1861 e revelou-se um monarca cujas qualidades e virtudes o tornaram respeitado dos portugueses. Porém o seu reinado foi curto. D. Pedro V faleceu em novembro de 1861, com 24 anos de idade. Destaque-se a proteção que deu à Instrução, através da fundação do Curso Superior de Letras, depois Faculdade de Letras e da criação de escolas primárias, algumas das quais eram mantidas à sua custa. Não tendo deixado descendência, sucedeu-lhe seu irmão D. Luiz em um reinado mais longo que durou até a 1889 e em que se realizaram grandes melhoramentos e importantes reformas, que muito contribuíram para o progresso material do país. D. Luiz faleceu em 19 de outubro de 1889, tendo-lhe sucedido o filho, D. Carlos, que governou de 1889 a 1908 em um período muito conturbado que favoreceu o desenvolvimento do republicanismo que se havia de impor como regime dois anos após o seu assassinato e o do Príncipe Herdeiro.

Estava o governo português executando a posse efetiva da região conhecida por mapa cor-de-rosa, quando a Inglaterra protestou contra o tratado e exigiu que forças militares portuguesas se retirassem de alguns territórios em África incluídos neste mapa. Para o efeito, em 11 de janeiro de 1890, a Inglaterra envia a Portugal um ultimato, no qual reclamava para si a posse daquela região. Perante a ameaça de uma guerra, de onde podiam resultar ainda maiores violências, Portugal lavrou primeiro o seu veemente protesto e depois cedeu à imposição. O país inteiro vibrava de indignação contra a violência do ultimato. O

descontentamento era geral. Os republicanos, aproveitando a oportunidade, trataram de fazer uma grande propaganda contra o regime monárquico, a que atribuíam a causa do nosso fracasso político. Este ambiente serviu aos revolucionários para, numa tentativa de implantação da República, fazerem estalar no Porto, em 31 de janeiro de 1891, uma revolução, que foi dominada no mesmo dia. A propaganda republicana continuava a fazer-se a todo o transe. Os partidos políticos da Monarquia, em vez de se unirem, guerreavam-se. Não havia ordem nem autoridade. Os governos não tinham estabilidade e D. Carlos, atendendo a esta confusão política e social, chamou para ministro do Reino o conselheiro João Franco que, dissolvendo o Parlamento, começou a governar em ditadura.

Ministério

Durante o reinado de D. Maria II, as questões do ensino mantinham-se ligadas ao *Ministério dos Negócios do Reino*, setor da governação assoberbado pelas múltiplas atividades que lhe competiam. Por Decreto de 30 de agosto de 1852, era criado o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que, desde a sua instituição até à criação do Ministério do Fomento, após a proclamação da República, foi o responsável, exceto um curto intervalo de dois anos (1890-1892), pela criação e incremento do ensino técnico-profissional - do ensino industrial e do ensino comercial, como do agrícola e do ensino veterinário.

Foi preciso esperar mais de trinta anos para se assistir à criação de um ministério que tutelasse o setor do ensino, o Ministério dos Negócios da Instrução Pública, destinado à resolução das questões próprias do ensino. O que sucedeu em 1870, quando o artigo 1.º do Decreto de 22 de junho determinava: «**A direcção geral de instrução pública, estabelecida no ministério, constitue uma secretaria d'estado especial, com a designação de ministério dos negocios da instrução publica**». Mas as virtudes desta medida não se compadeciam com as atribuições do nóvel ministério, a saber: «hospitales, hospícios, casas de misericórdia e albergarias, asylos de mendicidade, de alienados, decrepitos e impossibilitados, casa pias, recolhimentos, expostos, asylos de infancia desvalida, irmandades e confrarias, e mais estabelecimentos analogos» (art. 2.º § único).

Na fundamentação da proposta de decreto submetida à aprovação do Rei, os ministros utilizavam o argumento da situação existente noutros países para forçar as alterações. Dessa fundamentação, extraímos o seguinte trecho:

«Senhor.- É de reconhecida necessidade dar á instrucção nacional o desenvolvimento reclamado pelo progresso e pelas instituições politicas do paiz, collocando-a no logar eminente que lhe compete, a par dos primeiros ramos da governação publica.
Dá-nos rasão a Europa, quasi unanime. A França, a Italia, a Prussia, a Austria, a Baviera, a Saxonia, a Suecia, a Dinamarca, a Turquia e a Russia, têm ministerio de instrucção publica. Se a Hespanha ainda o não possuiue, já todavia descentralisou do ministerio da governação a administração superior do ensino. Se a Belgica forma excepção ao principio, é porque o ensino n'aquelle paiz se funda na ampla liberdade; e, apesar d'isso, existem ali duas direcções de instrucção, correspondentes a um verdadeiro ministerio. Em Inglaterra, finalmente, se julgarmos pelo estado actual da opinião, pelas discussões e propostas no parlamento, a organização do novo ministerio não tardará a ser decretada; facto este tanto mais notável, quanto aquelle paiz liberrimo recua sempre diante da intervenção official nos negocios administrativos.»

Na mesma data, era aprovado o *regulamento para a secretaria d'estado dos negocios da instrucção publica*. Um interregno se registaria a breve prazo. Com a tomada de posse de novo Governo, em agosto do mesmo ano, o novo titular da pasta do Reino D. António Alves Martins, Bispo de Viseu, viria em 27 de dezembro ainda desse ano a publicar uma longa lista de decretos, emanados do Governo anterior com a indicação de que eram todos abolidos a partir dessa data. Entre estes, constava o decreto de 22 de junho de 1870, que criara o Ministério da Instrução Pública, assim abolido. De novo, em 1890, pelo Decreto de 5 de abril, era criado o ministério agora com a designação de *Ministério da Instrução Pública e Belas Artes*, cujo regulamento seria aprovado pelo Decreto de 22 de agosto do mesmo ano. Entretanto, em 1892, pelo Decreto de 3 de março, era extinto o Ministério da Instrução Publica e Belas Artes, passando os respetivos serviços para o Ministerio do Reino, constituindo uma Direção Geral.

Serviços do Ministério relacionados com a Instrução Pública e com a Sanidade Escolar

A Instrução Pública

Até à criação do Ministério da Instrução Pública, a superintendência dos negócios de instrução tinha sido tutelado por um Conselho Superior de Instrução Pública, criado por Decreto de 7 de setembro de 1835, cujas atribuições (art. 5.º) eram prestar serviços de consulta ao governo sobre todos os assuntos de criação e estabelecimento de novas escolas ou de quaisquer outros estabelecimentos de ensino público, dos novos métodos pedagógicos introduzidos, de orçamento e estatísticas gerais de educação (art. 6.º), da Inspeção Geral da Instrucção (art. 7.º). Pelo estabelecido no art. 10.º, era extinta a Junta da Directoria Geral dos Estudos. O Regimento Interno do Conselho seria aprovado pelo Decreto de 24 de outubro desse ano. Em novembro de 1836, o Secretário d'Estado dos Negócios do Reino Passos Manuel, com base nos trabalhos do vice-reitor da Universidade de Coimbra, o Doutor José Alexandre de Campos, procedia a uma reforma geral dos estudos.

O Decreto de 15 de novembro, pelo qual se reformava a Instrucção primaria, determinava, no parágrafo 5.º do art. 37.º, que a Directoria Geral dos Estudos «terá dora em diante o título e atribuições de Conselho Geral Director do Ensino Primário e Secundário», continuando a sua sede na Universidade de Coimbra, enquanto que, para as províncias insulares, no art. 34.º, essa direção dos estudos pertenceria ao Conselho Provincial de Instrução Pública. Ainda de acordo com o art. 37.º, tanto no Continente, como no Ultramar, haveria, a nível concelhio, uma Comissão Inspector da Instrução Primária, que seria uma Delegação do Conselho Geral Director do Ensino Primário e Secundário.

Pelo Decreto de 20 de setembro de 1844, era restabelecido o Conselho Superior de Instrucção Pública, cujo regulamento era aprovado pelo Decreto de 10 de novembro de 1845. De acordo com o estabelecido no seu art. 2.º, dividia-se o Conselho em: Conselho Geral e Conselho Ordinário, por sua vez subdividido em três Secções: de Instrução Primaria, de

Instrução Secundaria e de Instrução Superior. De entre as suas atribuições, estabelecidas no art. 27.º, destaque-se:

«1.º Discutir e deliberar sobre todos os meios de propagar os estudos, e promover o seu progresso e aperfeiçoamento. (...)

4.º Dar providencias efficazes, para, nas Escólas publicas e particulares, se estabelecer a uniformidade de doutrina, e methodo em todos os ramos de ensino.»

Entretanto, pela Carta de Lei de 7 de junho de 1859, o governo era autorizado a proceder à reorganização da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Para o efeito, eram criados uma Direcção Geral de Instrucção Pública (art. 2.º) e um Conselho Geral de Instrucção Pública (art. 6.º) e extinto o Conselho Superior de Instrucção Pública (art. 5.º). O Regulamento do Conselho Superior de Instrucção Pública seria aprovado pelo Decreto de 12 de agosto desse ano. Mas, por Decreto de 14 de outubro de 1868, este Conselho Geral de Instrucção Pública viria a ser extinto e, em sua substituição, era criada uma corporação designada Conferência Escolar, à qual competia emitir parecer acerca de todos os assuntos sobre que fosse mandada consultar pelo Governo, propor as reformas e providências que julgasse para bem do ensino e apresentar o relatório dos seus trabalhos (art. 3.º). Para o efeito, por Decreto de 31 de dezembro de 1868, eram os serviços do Ministério dos Negócios do Reino distribuídos por seis Repartições, uma das quais, a quinta, era a da Instrução Pública (art. 1.º), sendo extinta a Direcção Geral de Instrução Pública (art. 5.º). Passados alguns meses, por Decreto de 15 de outubro de 1869, era criada novamente a Direcção Geral da Instrucção Pública, composta de três Repartições, uma das quais era a de Instrucção primária e estatística da instrucção primária.

No final desse ano, o Ministério reconhecia a necessidade de uma corporação que auxiliasse o Governo, desígnio a que a Conferência Escolar composta «de vinte e oito membros, pela maior parte de eleição anual, e não podendo reunir-se senão numa única época, e esta a mais imprópria, por ser de férias, e mediar um mês apenas entre a sua abertura, em 1 de Setembro, e o encerramento do ano lectivo, não correspondia nem podia corresponder a esse importante fim» não dava resposta, pelo que viria a ser extinta. «A existência de uma corporação permanente» seria «uma condição essencial de vida e progresso nos domínios do ensino público» pelo que, por Decreto de 14 de dezembro de 1869, foi criada uma junta, agora com a designação de Junta Consultiva de Instrucção Pública, cujas funções eram consultivas e de inspeção (art. 4.º).

Na sequência do golpe militar de 1870, que viria a criar o Ministério dos Negócios da Instrução Pública, pelo Decreto de 22 de junho, que aprovava o respetivo *regulamento*, era estabelecido que seria composto de cinco Repartições, uma das quais era a de «Instrucção primária; creches e asylos de infância desvalida; estatística da instrucção publica».

Pela Lei de 23 de maio de 1884 era extinta a Junta Consultiva de Instrucção Pública (art. 5.º) e criado de novo um Conselho Superior de Instrucção Pública (art. 1.º), cujo regulamento seria publicado no Decreto de 17 de novembro desse ano.

Pelo Decreto de 7 de agosto de 1890, era o governo autorizado «a reunir no ministerio da instrucção publica e bellas artes todo o ensino official da instrucção primaria elementar e complementar com os estabelecimentos annexos» (art. 1.º). Em conformidade com o

estabelecido no n.º 5 do art. 1.º, era aprovada a organização do Ministério da Instrução Pública e Belas Artes, cujos serviços se distribuíam por uma Secretaria-Geral e três Direcções-Gerais, respectivamente denominadas Direcção-Geral de Instrucção Primária, Direcção-Geral de Instrucção Secundária e Superior e Direcção-Geral de Belas Artes e Ensino Industrial e Profissional. Passado pouco mais de um mês, a 10 de setembro, era aprovada a reorganização do Conselho Superior de Instrucção Pública que passava a designar-se Conselho Superior de Instrucção Pública e Belas Artes. A 3 de fevereiro de 1897, com a assinatura do ministro do Reino, *José Luciano de Castro*, eram reorganizados os serviços de instrucção primária dependentes do Ministério dos Negócios do Reino.

A 24 de dezembro de 1901, com a assinatura do ministro do Reino *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*, eram publicados dois decretos através dos quais se procedia, respectivamente, a uma «nova organização dos serviços da direcção geral de instrucção pública» (Dec. n.º 2) e à «reorganização do conselho superior de instrucção pública» (Dec. n.º 3). No decreto em que se procedia a uma «nova organização dos serviços da direcção geral de instrucção pública», estabelecia-se que os seus serviços eram distribuídos por quatro repartições, entre as quais: 1.ª Repartição - Instrucção primária, 2.ª Repartição - Instrucção primária.

A Sanidade Escolar

Os serviços de Sanidade Escolar foram criados em Portugal, de uma forma sistematizada, por dois decretos de 24 de dezembro de 1901 (Dec. n.º 2 que procede a «nova organização dos serviços da direcção geral de instrucção pública» e Dec. n.º 8 que aprovava a «reforma do ensino primário»), que instituíram junto da Direcção Geral da Instrucção Pública, a Inspeção Sanitária Escolar. No art. 5.º do decreto n.º 2, esclarece-se que as atribuições desta Inspeção estão indicadas no art. 109.º do decreto n.º 8.

No ano seguinte, ao ser publicado o regulamento do decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901, que contemplava a reforma do ensino primário (Dec. n.º 1, de 19 de setembro), o capítulo IX era dedicado ao tema «Da inspecção sanitária escolar» e estabelecia que os inspectores escolares «teem a sua sede em Lisboa, e prestam serviço em qualquer ponto do país onde lhes for determinado», enquanto os delegados e sub-delegados de saúde o prestavam «na área das suas circunscrições» (art. 369.º § único).

Se, até 1903, apenas houve dois inspectores sanitários escolares, com residência oficial em Lisboa, uma providência ministerial no decurso desse ano dotou as circunscrições escolares do Norte e do Centro do país com serviços sanitários privativos das escolas primárias de cada região, colocando mais um inspector no Porto e outro em Coimbra com funções idênticas aos de Lisboa.

4.5.4. Reformas Legais do Ensino e Programas de Educação Física

Reformas do Ensino Primário e Programas Escolares

Depois das reformas pombalinas, assiste-se a uma certa estagnação no setor do ensino, como resultado de várias circunstâncias políticas, já anteriormente referidas, entre outras: a Campanha do Rossilhão, as invasões francesas, a retirada da família real para o Brasil e a Guerra Peninsular. A primeira reforma do Ensino Primário foi assinada pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Reino, *Rodrigo da Fonseca Magalhães*, que, pelo Decreto de 7 de setembro de 1835, aprovava o «regulamento geral da instrução primaria», o qual definia que «esta instrução será administrada gratuitamente a todos os Cidadãos em Escolas publicas» (Art. 2.º)¹⁴³. Registe-se que a Educação Física estava afastada das preocupações dos legisladores. Para Pélico Filho (1923, p. 155), a reforma de Rodrigo da Fonseca Magalhães: «... ombreia com a do Marquês de Pombal a certos respeito. É um trabalho superior, a primeira grande reforma do Constitucionalismo em matéria de instrução e a mais perfeita e completa depois da de Pombal.» Segundo este autor (op.cit., p. 165), entre outros, os tópicos fundamentais desta reforma eram: «8.º Descentralização do ensino primário - combinação e harmonia dos três elementos localidade, estado e ensino livre;...11.º Inspeção; 12.º Ensino obrigatório». Apesar disso, Pélico Filho (op.cit., p. 166) considerava que «apesar da indiscutível superioridade dessa reforma, tinha algumas imperfeições, consequências do tempo e do espaço; não figuravam nesse diploma com o devido desenvolvimento a instrução do sexo feminino, a divisão dos dois graus do ensino, nem o princípio obrigatório da instrução com a sanção penal.» No entanto, Rodrigo da Fonseca apenas geriu a pasta do reino durante quatro meses, de julho a novembro, sucedendo-lhe Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque. A reforma de Rodrigo de Magalhães nunca chegou a entrar em vigor, porque foi suspensa por Mouzinho de Albuquerque pelo Decreto de 2 de dezembro de 1835, voltando-se ao estado anterior. A burguesia tinha substituído o clero e a nobreza feudal, deste modo, os interesses dos grupos dominantes, sobrepujaram-se aos ideais da revolução.

A 15 de novembro de 1836, o Secretário d'Estado dos Negócios do Reino, Passos Manuel, com base nos trabalhos do vice-reitor da Universidade de Coimbra, o Doutor José Alexandre de Campos, aprovava o plano da «Instrução primaria». A reforma de Passos Manuel, integrada num conjunto de reformas «setembristas», alterava a orientação anterior¹⁴⁴. Mais uma vez se manifestou a estreita ligação entre a política portuguesa e a espanhola, pois em agosto desse ano, ocorrera em Espanha uma revolta de sargentos que forçou à reposição da Constituição de 1812.

¹⁴³ Segundo o regulamento aprovado, a instrução primária compreendia (Art.º 1.): «Leitura; Escripura; Elementos de Gramatica Portugueza; Arithmetica; Desenho linear; Civilidade; Moral; Religião; Direito politico; Noções de Historia, e Geografia».

¹⁴⁴ O plano da «Instrução primaria» compreendia: «Artes de lêr, de escrever, e de contar; Civilidade, Moral e Doutrina Christã; Principios de Grammatica Portugueza; Breves noções de Historia, de Geografia, e da Constituição; Desenho linear; Exercícios Gymnasticos accommodados à idade».

Antonio Bernardo da Costa Cabral foi promotor de uma nova reforma geral do ensino, promulgada por decreto datado de 20 de setembro de 1844. Nesta reforma, que mantinha as linhas gerais da antecedente, foram introduzidas algumas novidades como a divisão da instrução primária em dois graus, mas foram anuladas algumas disposições como a execução de «exercícios ginásticos». Para Pélico Filho (1923, p. 182), este decreto representava o triunfo do cartismo no campo pedagógico e era «de índole reaccionária» pelas seguintes razões: «1.º aboliu os exercícios ginásticos e a educação cívica das crianças; 2.º manteve, exagerando-a, a centralização; 3.º não aperfeiçoou a organização do ensino, nem aumentou a sua dotação; 4.º não melhorou o professorado; 5.º aboliu o desenho linear no primeiro grau.» Apesar disso, o mesmo autor (op.cit., p. 182) considerava-a superior à de Passos Manuel, pelos seguintes motivos: «1.º dividiu o ensino primário em dois graus; (...) 3.º suprema direcção do ensino confiada a um Conselho Superior em Coimbra, tendo por delegado em cada distrito um Comissário de Estudos; (...) 5.º dava-se ao governo a faculdade de ir criando sucessivamente as escolas de ambos os sexos, o que favorecia a instrução do sexo feminino.»

Em 31 de dezembro de 1868, o Ministro dos Negócios do Reino, *Antonio*, Bispo de Viseu, decretava nova reforma geral do ensino. As suas disposições relativas ao ensino primário, foram consignadas no artigo 1.º e referiam-se exclusivamente a despesas. Passado pouco menos de um ano, a 2 de setembro de 1869, o Duque de Loulé decretava a suspensão da reforma anterior e o retomar das disposições das leis anteriores até nova reforma geral da instrução. Até esta altura, a aplicação prática de grande parte das medidas aprovadas, foi dificultada face aos problemas internos, à instabilidade política e às rivalidades existentes entre os próprios liberais.

A nomeação, em maio de 1870, de D. *António da Costa de Sousa de Macedo*¹⁴⁵ para Secretário de Estado dos Negócios do Reino permitiu-lhe a oportunidade de pôr em lei as ideias que vinha defendendo¹⁴⁶. Assim, como referido anteriormente, em 22 de junho, criava o Ministério da Instrução Pública e em 16 de agosto de 1870 era publicado novo plano de reforma da instrução primária. Do relatório apresentado pelos ministros e secretários d'estado das diversas repartições, transcrevemos alguns trechos:

«Podíamos e devíamos talvez completar o quadro que apresentámos das escolas primarias, dos alumnos e do pouco que despendemos a bem da educação nacional, com muitos outros pontos da questão, taes como a falta da **educação physica e do desenvolvimento gymnastico**... Investigando as causas que determinam o atrazo da nossa instrucção primaria, e attendendo só ás que nos parecem capitaes, podemos afoutamente considerar entre estas a organização centralisadora, a carencia completa de inspecção, a situação do professorado, sem habilitações, accesso, consideração nem estimulo e quasi sem remuneração, o desamparo da instrucção do sexo feminino, a falta de frequência escolar e a desorganização interna da escola, que não abrange a **educação physica**, ...»

¹⁴⁵ Segundo Rómulo de Carvalho (1986, p. 601), D. António da Costa de Sousa de Macedo, sobrinho do Duque de Saldanha, pertencia à Direcção-Geral da Instrução Pública desde 1859, data da sua fundação, sendo portanto conhecedor dos assuntos relativos ao ensino.

¹⁴⁶ D. António da Costa publicou diversos escritos sobre assuntos de ensino, de que ressaltam «Necessidade de um Ministério de Instrução Pública», publicado em 1868, e *A Instrucção Nacional*, publicado em 1870.

Como facilmente se depreende destas palavras, a educação física não existia de facto, apesar das boas intenções do legislador em 1836. O Ministro do Reino, D. *António Alves Martins*, em 27 de dezembro desse mesmo ano, por Carta de Lei, abolia o decreto de reforma da instrução primária. Passados cinco meses, o titular da pasta já era António Rodrigues Sampaio. Segundo Dias (1887, p. 27), António Rodrigues Sampaio apresentou nas Cortes, em 20 de março de 1875, um projeto de reforma da instrução primária elementar e complementar, a qual:

«dormiu o somno dos justos no seio da comissão de instrucção da Camara dos Senhores Deputados, desde a data da sua apresentação até 26 de janeiro de 1876, em que começou a ser discutido. Descançou dez meses e seis dias! Apóz grandes debates, a que não foi extranha a política, foi votado em 24 de março do mesmo anno e publicado no Diario do Governo em 28 do mesmo mez. (...) Vinte e seis mezes levou o projecto, que tão malfadado começo teve, para chegar novamente à tela da discussão; isto é, para percorrer a enormissima distancia que vae da Camara dos srs. Deputados á dos Dignos Pares. Só em 22 de abril começou a ser alli discutido, votando-se em 24 do mesmo mez, para de novo voltar à comissão d' instrucção, sendo definitivamente aprovado, com as emendas votadas, em 27 de abril de 1878.»

Após sucessivos sobressaltos governativos, em janeiro de 1878, *António Rodrigues Sampaio* fora nomeado, pela terceira vez, ministro do Reino. Durante os quatro meses em que se conservou no cargo, publicou, a 2 de maio, nova reforma do ensino. Nesta, mantinham-se os dois graus, elementar e complementar, mas procedia-se a algumas modificações: a transferência do primeiro para o segundo das seguintes disciplinas - História, Geografia, Cronologia, Agricultura, Canto Coral e Educação Política. Registe-se, de interesse para a nossa investigação, o desaparecimento da Educação Física do 1.º grau e a manutenção no 2.º grau da Ginástica.

Dois anos decorridos, sendo ministro *José Luciano de Castro*, era publicada uma Carta de Lei, com data de 11 de junho de 1880, em que eram introduzidas algumas correções à lei de 2 de maio de 1878. Estas correções não trouxeram modificações à estrutura curricular, ainda assim quisémos falar da sua existência porque estabelecia que as escolas do ensino primário passavam a estar a cargo dos respetivos municípios. Esta medida já se vinha concretizando em Lisboa, onde a Câmara, mesmo antes da sua publicação, orientava o ensino nas escolas primárias, que estavam sob a sua superintendência. Ainda neste ano, o ministro José Luciano de Castro escrevia aos governadores civis dos distritos do continente e ilhas adjacentes, com data de 6 de dezembro, chamando a atenção que:

«Devendo começar a executar-se no 1.º de julho de 1881 a lei de 2 de maio de 1878, com as modificações, alterações e acrescentamentos consignados na lei de 11 de junho de 1880, e sendo para esse fim indispensavel tomar desde já as convenientes providencias..., a fim de que, sem perda de tempo, promova, perante as juntas geraes de districto, camaras municipaes e juntas de parochia a adopção das deliberações necessarias para no indicado praso entrar em vigor o novo systema de ensino» (Carta enviada ao governador civil do districto de Aveiro).

Em três dos pontos que constituem estas Instruções para Execução das Leis da Instrução Primária são referidas as preocupações relativas às obrigações daquelas entidades para o estabelecimento das escolas. Decorrido mais um ano, foi novamente *Rodrigues Sampaio* nomeado ministro do Reino, agora pela quarta vez, mantendo-se então mais oito meses no poder. Apenas nesta altura, com data de 28 de julho de 1881, foi regulamentada a execução da sua reforma da instrução primária (carta de lei de 2 de maio de 1878), bem como da Carta de lei de 11 de junho de 1880.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

A 22 de dezembro de 1894, com a assinatura do ministro do Reino, *João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco*, é de novo reformulado o ensino primário. Subjacente a esta reformulação ainda a preocupação de reduzir despesas, para fazer face à grave crise económica que o país atravessava. O decreto era antecedido de um conjunto de considerações. A reforma de João Franco alterava a orientação anterior ao considerar o ensino primário dividido em:

- 1) elementar, por sua vez subdividido em 1.º grau, a que era acrescentada a matéria «Exercícios Gymnásticos» e o 2.º grau que contemplava a «Gymnástica»;
- 2) complementar, contemplando as matérias de «Gymnástica e Música; natação quando seja possível».

Das modificações com interesse para a nossa investigação o reaparecimento dos «Exercícios Gymnásticos» no 1.º grau e a possibilidade no 2.º grau da natação. Refira-se ainda que, tendo a reforma sido decretada em 22 de dezembro de 1894, o respetivo Regulamento apenas foi publicado em 18 de junho de 1896. Para Pélico Filho (1923, pp. 183-184), este decreto continha algumas disposições «interessantes»:

- «1.º organizava o ensino infantil;
- 2.º estabelecia o programa das escolas infantis;
- 3.º dividia o ensino em elementar e complementar;
- 4.º entregava a inspecção do ensino aos governadores civis, comissários da instrução primária, administradores dos concelhos e câmaras municipais, ficando todos subordinados, pelo que respeita a essa fiscalização, à Direcção Geral de Instrução Pública.»

Passado menos de um ano, a 18 de março de 1897, com a assinatura do ministro do Reino *José Luciano de Castro*, é publicada uma Carta de Lei e de novo reformulada a instrução primária. Segundo a nova reforma, o ensino primário continuava a ser elementar ou complementar, sendo que o elementar se mantinha dividido em dois graus. As alterações que se podem encontrar dizem unicamente respeito à designação de disciplinas do 1.º grau. Assim, a disciplina de «Doutrina christã e moral» passava a designar-se de «Doutrina christã e preceitos de moral» e a disciplina de «Desenho linear» passava a designar-se de «Elementos de desenho». O plano curricular mantinha os «Exercícios Gymnásticos», no 1.º grau, e a «Gymnastica e musica; natação quando seja possível», no 2.º grau. Apesar destes preceituados, o art. 71.º estabelecia que:

«São objecto de disposições regulamentares: a organização dos cursos; os programmas, methodos e processos de ensino; as condições da fundação das escolas e cursos; a aquisição de casas para as escolas e para a residencia dos professores, e de mobílias, utensilios e fornecimentos escolares, o processo de provimento das differentes escolas e cursos e da nomeação dos professores-ajudantes, monitores e mais pessoal auxiliar e menor; as condições de verificação para effectividade e qualidade do serviço; as regras para supprimento das interrupções de exercicio ou das irregularidades que possam influir nas promoções dos professores; as licenças; os premios e penas disciplinares relativos aos professores e mais pessoal; os subsidios a professores por serviço prestado fóra das residencias officiaes; o recenseamento, as matriculas e a frequencia escolar; os premios aos alumnos e a disciplina das escolas; os jurys, systemas e provas de exames; as condições de admissão a exame para os alumnos estranhos ás escolas officiaes; os certificados de habilitação no grau da instrucción em que não ha exames; a admissão aos cursos de habilitação para o magisterio, e os exames, pensões e premios relativos aos alumnos d'estes cursos; o processo para a adopção dos livros destinados ao ensino; as providencias necessarias para a arrecadação das receitas e a sua applicação ás despesas de instrucción primaria, e, emfim, as resoluções que forem indispensaveis durante o periodo transitorio.»

A 24 de dezembro de 1901, com a assinatura do ministro do Reino, *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*, era publicado o decreto n.º 8, através do qual se procedia à «reforma do ensino primário», cujo regulamento (Dec. n.º 4), que apenas foi publicado em 19 de setembro de 1902, extinguiu o ensino primário complementar e dividia o ensino primário em quatro classes ascendentes com a denominação de 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª, em dois graus:

- 1) O 1º grau, que se dividia pelas três primeiras classes, continha entre as matérias programadas «*Exercícios de gymnastica elemental, sem instrumentos*»;
- 2) O 2º grau, que se fazia-se na 4.ª, para além das matérias do 1º grau contemplava mais algumas.

Para Pélico Filho (1923, pp. 183-184), os pontos fundamentais deste decreto eram:

«- o país e ilhas adjacentes, para os efeitos da inspecção primária, dividido em três circunscrições escolares, a primeira com sede em Lisboa, a segunda com sede em Coimbra, a terceira com sede no Porto;
- todas as escolas compreendiam o ensino em dois graus;
- o recenseamento escolar das crianças dos seis aos doze anos;
- a matrícula sempre gratuita;
- autorização dada pelo governo às câmaras de levantar empréstimos destinados à construção de casas para escolas nas freguesias dos concelhos; (...)»

Programas de Educação Física do Ensino Primário

O plano da «Instrução primaria», de 15 de novembro de 1836, integrado num conjunto de reformas «setembristas», incluía uma novidade deveras positiva para o tema em análise: a inclusão na programação das matérias escolares de «Exercícios Gymnasticos accommodados à idade» das crianças. Devemos notar a precocidade do caso português, porquanto todas as datas de inclusão da Educação Física como matéria de ensino em diferentes países do mundo ocidental é posterior àquela data: Bélgica (1842); Alemanha (1847); Cincinnati, Estados Unidos (1860); Luxemburgo (1861); Itália (1878); Noruega (1879); França (1880); Holanda (1889); Dinamarca (1889) e Espanha (1901). Face a este dado, não podemos deixar de discordar das afirmações, nomeadamente de Vianna (1887), quando assinala o ano de 1878 como o da instituição da ginástica, e de Quintino da Costa (1944; 1945), ao apontar o ano de 1894 como o da inclusão oficial dos exercícios ginásticos, no Ensino Primário. No entanto, o programa aprovado pelo Decreto de 15 de novembro de 1836 nada adiantava sobre os conteúdos a transmitir, pelo que desconhecemos o tipo de orientação que se pretendia imprimir. Após a institucionalização da Educação Física, ocorrida em 1836, apesar das reformas entretanto ocorridas no Ensino Primário, a sua situação apenas seria alterada passados mais de quarenta anos (1878), duas fases despontando a partir desta data (ver Quadro 1, pp. 97-100):

a) A primeira foi a «fase da indefinição», pois a situação da «Gimnástica», como matéria escolar, sofreu avanços e recuos. Esta fase perduraria até a situação da matéria escolar - Gimnástica/Educação Physica - estabilizar, o que apenas aconteceu a partir de 1878. Passemos então a analisar sumariamente as reformas ocorridas até 1878, referenciando, quando necessário, as designações da matéria nas sucessivas reestruturações curriculares:

- Pela reforma de Costa Cabral, que promovera no Porto uma sublevação a favor da Carta Constitucional, em 20 de setembro de 1844, era anulada a inclusão, na programação das matérias escolares, de «Exercícios Gymnasticos accommodados à idade»;

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- As disposições relativas ao ensino primário, da reforma de 31 de dezembro de 1868, referiam-se unicamente a despesas, mas em 2 de dezembro do ano seguinte esta reforma era suspensa e retomadas as disposições das leis anteriores.

- A reforma de 16 de agosto de 1870 considerava a instrução primária dividida em dois graus, sendo que, no 1.º grau ou elementar, regressava a «Educação Physica (Gymnastica elementar combinada com exercicios vocaes; hygiene popular)» e, no 2.º ou complementar, mantinha-se a «Gymnastica e preceitos hygienicos». No entanto, de novo o programa aprovado pelo Decreto nada adiantava sobre os conteúdos a transmitir e, em 27 de dezembro desse ano, esta reforma era abolida.

- Na reforma de 2 de maio de 1878, de entre as modificações introduzidas, desaparecia a «Educação Physica» do 1.º grau e mantinha-se a «Gymnastica» no 2.º grau. Mais uma vez, o programa aprovado nada adiantava sobre os conteúdos a transmitir.

b) A segunda foi a «fase da estabilização», iniciada a partir de 1880, com a obrigatoriedade da instrução primária, incluía a Ginástica para os dois sexos. A esta fase, correspondeu uma linha de cunho militar, identificada pela inclusão de «exercicios de formatura e adaptação à escola de soldado». Em 11 de junho deste ano, eram corrigidas disposições da reforma anterior, as quais não respeitavam a modificações da estrutura curricular, mas a passagem dos encargos com as escolas do ensino primário para a alçada dos municípios. No entanto, esta medida já se vinha concretizando em Lisboa, onde a respetiva Câmara, mesmo antes da sua publicação, orientava o ensino nas escolas primárias, que estavam sob a sua superintendência.

Decorrido mais um ano, em 28 de julho de 1881 eram regulamentadas as duas reformas anteriores: a de maio de 1878 e a de junho de 1880. Passados alguns anos da publicação da Reforma de 1880, Dias (1887, p. 28) afirmava: «São decorridos desde a data em que o ensino da gymnastica foi decretado até hoje mais de seis annos e, apesar de reformas sobre reformas, o estado em que se encontra o ensino da gymnastica escolar é sempre o mesmo ou pouco mais.» Na mesma obra, publicava a memória que havia apresentado à vereação do município (ver Anexo A.2 - I, pp. 339-342) e relatava a reunião do «conselho escolar de gymnastica» da Câmara Municipal de Lisboa, realizado em 29 de dezembro de 1886, para tratar da reforma e organização daquele ensino, em que se decidiu eleger duas sub-comissões (pp. 39-40):

- uma «foi encarregada da organização do ensino militar e fazem parte d'ella os ex.^{mos} senhores: José Mello Pereira Vasconcellos, presidente; Luiz Martel, Antonio Rosa, Xavier Machado, Miranda Diniz, Rocha e Sá; Candido da Cunha Vianna, secretario e Vanez Dantas, relator»;

- a outra «foi encarregada do ensino gymnastico e ficou composta dos ex.^{mos} srs. José de Mello Pereira Vasconcellos, presidente; Vanez Dantas, Machado de Avellar, Serra e Moura; Mardel Ferreira, relator da parte evolutiva da gymnastica; Pedro José Ferreira, relator da gymnastica com aparelhos; e do auctor do presente livro, relator da gymnastica elementar sem aparelhos, para os dois sexos».

É na sequência desta decisão que Dias publicava o seu pensamento sobre a organização do ensino da ginástica, acompanhado do programa e do regulamento. Reconhecem-se as linhas de força pelas quais se orienta, ao aconselhar o sistema seguido na «escola Chaptal» (Paris), com a divisão do ensino em três anos sucessivos, «1.º anno: parte evolutiva pessoal e por

secções, e exercicios elementares. 2.º anno; gymnastica elementar e com aparelhos. 3.º anno; exercicios militares.» (Dias, 1887, p. 59), de tal modo que, «quando o alumno chega a pegar n'uma arma, já está sufficientemente desenvolvido e apto para o fazer e no caso de supportar uma marcha sem fadiga que o prejudique» (op. cit., loc.cit.). Estamos face a uma preparação militar, com algumas lufadas do sistema amorosiano.

A reforma de 22 de dezembro de 1894, que considerava a instrução primária dividida em elementar, por sua vez subdividida em 1.º e 2.º graus, contemplava respetivamente, «Exercicios Gymnasticos» e «Gymnastica», e complementar, contemplando «Gymnástica; natação». Das modificações com interesse para a nossa investigação, assinalamos o reaparecimento dos «Exercicios Gymnasticos» no 1.º grau e a possibilidade no 2.º grau da «natação». Mas esta reforma era portadora de uma modificação de vulto, a definição de um programa para a matéria de gymnástica, diferenciado para o 1º e 2º graus, estabelecendo, para o primeiro caso, «exercicios de formatura e adaptação da classe aos exercicios gymnasticos ou à escola de soldado sem arma... jogos infantis, exercicios de jardinagem e passeios» e, no segundo caso, para além da «continuação dos exercicios anteriores», as novidades «exercicios com hastes, com maças, com halteres, com barras; movimentos de natação no cavallette, jogos e excursões». Refira-se ainda que, tendo a reforma sido decretada em 22 de dezembro de 1894, o respetivo Regulamento apenas foi publicado em 18 de julho de 1896.

Finalmente, a última reforma deste período, datada de 24 de dezembro de 1901 e regulamentada em 19 de setembro de 1902, extinguiu o ensino primário complementar e considerava o ensino primário dividido em dois graus: o 1.º (1.ª a 3.ª classes) e o 2.º (4.ª classe), ambos contemplando «Exercicios de gymnastica elementar, sem instrumentos». O programa extensivo aos 4 anos de escolaridade, estabelecia sessões diárias para todas as classes (Dec. n.º 4 de 19 de setembro de 1902), com a seguinte característica:

«Art. 77.º O numero total de horas, destinadas em cada dia ao ensino das disciplinas de instrucção primaria, será de cinco, comprehendidos os intervallos de descanso; pode ser dividido em aula de manhã e aula de tarde.

§ 1.º O começo dos exercicios verificar-se-ha ás nove horas da manhã no periodo de outubro a fevereiro inclusive e ás oito e meia de março a julho.

§ 2.º Haverá sempre um intervallo entre os exercicios das classes não inferior a dez minutos; nas escolas com aula de manhã e aula de tarde o intervallo de uma á outra não será inferior a uma hora e meia.»

Apesar da reforma falar numa matéria denominada «Exercicios de gymnastica elementar, sem instrumentos», o programa aprovado por decreto de 18 de outubro de 1902 falava de «Gymnastica». Além disso, era extensivo aos 4 anos de escolaridade e estabelecia conteúdos distintos para o sexo masculino e feminino:

- O programa de «Gymnastica» para o Sexo masculino estabelecia «adaptação dos alumnos aos exercicios gymnasticos e à escola do soldado sem arma», «exercicios livres» e «saltos».

- Por sua vez, o programa de «gymnastica» do Sexo feminino estabelecia «formatura para adaptação das alumnas aos exercicios gymnasticos e os exercicios livres comprehendidos no programma do sexo masculino, com excepção dos saltos».

A semelhança com a proposta de Dias é óbvia, pelo que estamos em crer que a sua proposta terá merecido a atenção dos responsáveis políticos. O programa terminava com duas recomendações para os professores, a saber:

«Os professores devem marcar os tempos em que os exercicios teem de ser executados, e tomarão especial cuidado em não fatigar excessivamente os alumnos.»

«A gymnastica deve ser mais um recreio do que um trabalho.»

Façamos aqui um parêntesis para relatar a ação dos Municípios de Lisboa e de Coimbra. Em 1875, na sessão de 12 de julho do Município, eram consignados poderes bastantes ao vereador do pelouro da instrução - José Elias Garcia - para regular e organizar as escolas municipais. Entre as medidas tomadas por Elias Garcia avultava o esforço em favor do estabelecimento do ensino da Ginástica e da Instrução Militar nas Escolas Primárias. Anselmo de Sousa (citado por Pontes, 1934, pp. 91-92; Rocha & Barreto, 1987, pp. 129-130) escrevia, em 1896, no «Tiro Civil»:

«... Na sessão da Camara Municipal de Lisboa de 12 de Julho de 1875 foi dada auctorisação ao sr. José Elias Garcia, então vereador do pelouro da instrução, para regular e organizar as escolas municipaes, determinando-se assim o inicio d'uma grande e patriotica idéa qual foi a do estabelecimento da gymnastica e instrucção militar nas escolas primarias.»

Pontes (1934: 92) refere que no orçamento do ano economico de 1876-1877, estava consignada a verba de 1:550\$000 reis sob a seguinte denominação: «Verba para despesas com a limpeza, aquisição de material, livros, papel para os alunos, e arranjos para exercicios de gymnastica e instrucção militar.» Passaram alguns anos, até que em 1881 conseguia organizar os Batalhões Escolares, nos quais era ministrada a ginástica da época, sendo orientador o dr. Teófilo Ferreira. Segundo Adolfo Coelho (1911a, p. 14) a Administração central via com maus olhos estas inovações pedagógicas do Município, pelas seguintes razões: eram inovações, acarretavam despesas de vulto e receava um certo cheiro a republicanismo, dado que a sua introdução se deveu a um chefe republicano, José Elias Garcia, apesar do orientador, Teófilo Ferreira, ser um monárquico. Assim por decreto de 6 de maio de 1892 estabelecia-se «são dispensados os professores de gymnastica e de exercicios militares e o pessoal auxiliar (art. 24). São extinctos os batalhões escolares do municipio de Lisboa (art. 42)».

À semelhança da iniciativa levada a cabo em Lisboa, pela Câmara Municipal, com a criação dos batalhões escolares, instalação de ginásios, contratação de professores de ginástica para as escolas municipais, ainda que em moldes distintos também em Coimbra a educação física foi introduzida nas escolas primárias. Segundo Sanches de Moraes¹⁴⁷ (1906, p. III-IV), esta iniciativa teve início em 1904, pela ação do inspetor escolar da circunscrição de Coimbra, Alves dos Santos, que «conseguiu organizar o ensino da ginástica sueca nas escolas primárias da cidade», embora só o próprio possa «dizer quantas dificuldades não teve que vencer, não sendo a menor a má vontade e até a oposição formal de alguns que bem longe estão de imaginar benefícios que a educação física produz em organismos fracos e débeis, sobretudo».

Um facto digno de realce, ao longo deste tempo, é que este vaivém curricular da Educação Física, até 1894, nunca conheceu conteúdos a transmitir nem orientação a imprimir, ficando sempre apenas pela designação da matéria escolar. No entanto, face aos acontecimentos políticos que atravessam grande parte do séc. XIX, com lutas permanentes, o

¹⁴⁷ Sanches de Moraes era inspetor sanitário escolar adjunto à Inspeção Escolar de Coimbra.

predomínio militar é evidente e não podemos esquecer que *Amorós* organizou a educação física militar no nosso País.

Reformas e Programas de Formação de Professores do Ensino Primário

Em 8 de janeiro de 1835, reabre a Escola Normal de ensino mútuo (Ferreira Gomes, 1987, p. 9). Ainda nesse ano, por Decreto de 11 de agosto de 1835, Rodrigo da Fonseca Magalhães, reconhecendo ser «de absoluta necessidade prover ao estabelecimento do Systema de Instrucção Primaria em todo o Reino», ordenava a abertura de «duas Escolas Normaes Primarias, uma na Cidade de Lisboa, outra na do Porto» e determinava a realização de exames da «capacidade litteraria dos concorrentes (que aspirarem a entrar no professorado como Directores das Escolas Normaes) que deverão pelo menos saber ler, escrever, e contar, e ter algumas noções de Historia e Geographia».

Menos de um mês depois, por Decreto de 7 de setembro, o mesmo político aprovava o *Regulamento Geral da instrução primária*, onde se determinava a criação em cada capital de distrito duma Escola Normal de instrução primária para o sexo masculino e que ninguém seria admitido a concurso para professor primário sem ter praticado em alguma Escola Normal. Para Pélico Filho (1923, p. 165), os tópicos fundamentais da reforma de Rodrigo da Fonseca Magalhães eram:

- «1.º Estabelecimento e organização do Ensino Normal - duas escolas Normais para o sexo masculino, respectivamente no Porto e em Lisboa;
- 2.º Por um diploma especial que Rodrigo da Fonseca Magalhães não chegou a referendar seriam criadas Escolas Normais Femininas;
- 3.º Criação em cada distrito de uma Escola Normal;
- 4.º Os professores primários obrigados a frequentar as Escolas Normais de Lisboa e Porto, fixando-lhes o Estado a pensão mensal de 7 mil reis, além de outros pensionistas para os quais o Estado estabelecia pensão mensal de 14 mil reis;
- 5.º Condição obrigatória para promoção nas escolas primárias a frequência das Normais;
- 6.º Desenvolvimento das disciplinas por noções de direito público e ensino profissional;
- 7.º O método geralmente estabelecido pelo governo o de Lencastre, ou ensino mútuo, com os melhoramentos de que fosse susceptível;...
- 9.º Liberdade de ensino;
- 10.º Melhoria do magistério - ordenado dos professores primários em Lisboa e Porto passava de 140 mil reis a 400 mil reis em Lisboa e a 300 mil reis no Porto, nas capitais do distrito de 90 mil reis a 250 mil reis e nas outras escolas a 200 mil reis;...»

E de novo passado um mês, em 8 de outubro, eram aprovados os artigos do regulamento para serem observados na direção das «Escolas Normaes de ensino mutuo», de que merecem realce o artigo 4.º, que estabelecia «o curso da Escola Normal ... constará de quatro lições por semana; a saber: na segunda feira de manhã, na quarta feira de manhã, e de tarde, no sabbado de tarde, ás mesmas horas das lições na Escola practica». Exonerado Rodrigo da Fonseca Magalhães em 18 de novembro de 1835, os decretos que publicara ficaram sem efeito (Ferreira Gomes, 1987, p. 9).

Com o Setembrismo, os problemas da instrução voltam ao primeiro plano. Por Decreto de 15 de novembro de 1836, Manoel Passos aprova o Plano da Instrução Primária, onde se

determinava (Art. 5.º) que «nas Captaes dos Districtos Administrativos haverá uma Escola de ensino mútuo, que será também Escola normal», incluindo o Funchal, Ponta Delgada, Angra e Horta, a qual «no local aonde fôr estabelecida, substituirá pelo menos uma das antigas Escolas de ensino simultaneo». Entretanto, o Governo ia tomando medidas, quer para a reinstalação de Escolas Normais pelo método do ensino mútuo que já haviam sido criadas, como é o caso da de Lisboa¹⁴⁸, em 1838, quer para a criação de novas Escolas Normais distritais, como a de Coimbra¹⁴⁹, em 1839, a de Vila Real, a de Viseu e a de Castelo Branco ¹⁵⁰, em 1840, a de Bragança e a de Braga¹⁵¹, em 1841, a de Beja¹⁵² e a de Portalegre¹⁵³, em 1842 (Ferreira Gomes, 1996, p. 28).

A Reforma de António Bernardo da Costa Cabral, levada a cabo pelo Decreto de 20 de setembro de 1844, previa a existência de «Escolas Normaes para habilitação dos Professores de Instrução Primaria» (art. 10.º), mas entre as disciplinas não havia qualquer referência a «exercícios gymnasticos» ou «educação physica». O art.º 12.º estabelecia as condições de admissão às Escolas «será necessario ter dezoito annos completos de idade; saber lêr e escrever correntemente, e a prática das quatro especies de contas; possuir as primeiras noções de grammatica portugueza, e conhecimentos sufficientes da Religião do Estado; não padecer molestia contagiosa, ou outra que inhabilite para o magisterio; e ser reconhecidamente bem morigerado.»

Para Pélico Filho (1923, p. 182), este decreto representava o triunfo do cartismo no campo pedagógico e era «de índole reaccionária», entre outras pela seguinte razão: «4.º não melhorou o professorado...». Apesar disso, Pélico Filho (1923, p. 182) considerava-a superior à de Passos Manuel, por se terem criado as escolas normais nas capitais de Distrito e se terem dotado as de Lisboa e Porto. No Regulamento para a Escola Normal Primária do Distrito de Lisboa, de 24 de dezembro de 1845, estabelecia-se que «os estudos da Escóla Normal são distribuidos por dous cursos: 1.º Curso de habilitação para as Cadeiras do primeiro gráo. 2.º Curso de habilitação para as Cadeiras do segundo gráo». Os cursos compreendiam, além da instrução theórica (art. 6.º), uma novidade de vulto: a inclusão de «2.º Exercícios

¹⁴⁸ Por Portaria de 29 de dezembro de 1836, foi o Administrador de Lisboa inquirido sobre os edifícios públicos mais adequados para a instalação da Escola Normal e do Liceu. Em 15 de Setembro de 1838, foi ordenado que a escola Normal fosse instalada onde estivera a Relação de Lisboa, no extinto convento da Boa Hora, ao Chiado. Mas, logo em 19 de fevereiro de 1839, foi-lhe destinado um edifício no Desterro.

¹⁴⁹ Portaria de 19 de setembro de 1839, publicada em 23 de setembro.

¹⁵⁰ Portaria de 28 de maio de 1840, publicada em 7 de dezembro.

¹⁵¹ Portaria de 28 de maio de 1841, publicada em 2 de junho.

¹⁵² Por Portaria de 18 de agosto de 1841, foi participado ao Administrador de Beja que a igreja profanada de S. Sebastião havia sido requisitada para a instalação da Escola Normal de ensino mútuo. Por Portaria de 18 de outubro de 1842, foi remetida ao Governador civil daquele distrito uma coleção de Tabelas.

¹⁵³ Por Portaria de 26 de agosto de 1842, foi remetida ao Governador Civil de Portalegre uma coleção de Tabelas e dado um crédito de 250\$000 réis para os arranjos necessários no edifício onde iria ser instalada a Escola Normal de ensino mútuo e para a compra dos respectivos utensílios, devendo o Governador regular-se pelas instruções que, pela portaria de 28 de novembro de 1840, haviam sido dadas ao de Vila Real. Por Decreto de 6 de dezembro de 1843, foi posta à disposição do Ministério do Reino parte do extinto convento dos Agostinhos Descalços de Portalegre para a instalação da Escola Normal. Em 29 do mesmo mês e ano, foi ordenado ao Governador civil que tomasse posse dessa parte do edifício.

gymnasticos». Devemos notar que ao longo do século XIX foram sendo criadas Escolas Normais na Europa e nos Estados Unidos direcionadas para o ensino da Ginástica: em 1838, na Dinamarca; em 1859, na Noruega; em 1874, na Bélgica e na Itália; em 1874, na Alemanha; em 1883, em Espanha e na Polónia; em 1884, na Grã-Bretanha; e, em 1886, no Massachusetts, Estados Unidos.

Pelo Regulamento para a Escola Normal Primária do Districto de Lisboa, de 4 de dezembro de 1860, estabelecia-se que «os estudos da escola normal são distribuidos por dois cursos correspondentes aos dois graus em que se divide a instrução primaria». Os cursos compreendiam «10.^a Educação physica, preceitos hygienicos», com a mudança decorrente da alteração de designação. Segundo Moreirinhas Pinheiro (1990, p. 75) a Escola Normal Primária do Distrito de Lisboa, instalada no Palácio dos Condes de Abrantes, em Marvila, foi inaugurada pelo rei D. Luís I no dia 21 de abril de 1862, com a presença do ministro do Reino, *Anselmo José Braancamp*. Segundo a Acta N.º 2 - 3 de fevereiro de 1864¹⁵⁴, o professor de Ginástica era Delaunay, no entanto, nada se conhece sobre os conteúdos transmitidos.

Pelo Decreto de 14 de dezembro de 1869, o Secretário de Estado dos Negocios do Reino, Duque de Loulé, mandava criar cinco escolas normaes primarias, Lisboa, Porto, Coimbra, Evora e Viseu, para habilitar professores de instrução primaria estabelecendo que «são distribuidos por dois cursos, correspondentes aos dois graus em que se divide a instrução primaria» (art. 2.º), com a duração de «o curso do 1.º grau ... um anno; o curso do 2.º grau ... dois annos. O curso para o magisterio nas escolas normaes é de tres annos, e professado só nas escolas de Lisboa, Coimbra e Porto». O curso do 2.º grau compreendia «4.º Educação physica, intellectual e moral» (art. 5.º) e o artigo 7.º estabelecia que, «alem da instrucção theorica, há nas escolas normaes exercicios praticos, destinados á applicação das doutrinas ensinadas - 2.º Exercicios gymnasticos». Em 3 de agosto de 1870, era publicado o Decreto que criava «duas escolas normaes de primeira classe, uma em Lisboa, outra no Porto» para o sexo feminino.

Alguns dias depois, com a reforma da Instrucção Primaria de 16 de agosto, o governo, pela mão do Secretário de Estado dos Negocios da Instrucção Pública, D. Antonio da Costa de Sousa de Macedo, estabelecia «em Lisboa e Porto escolas normaes de 1.^a classe, para o sexo masculino», tendo como objeto de estudo a disciplina de Ginástica no 1.º e 2.º graus. O Ministro do Reino, D. *António Alves Martins*, em 27 de dezembro desse mesmo ano, abolia o decreto de 3 de agosto, que criara duas escolas normais de 1.^a classe para o sexo feminino. Um ano depois, em 30 de agosto de 1871, eram publicadas as Instruções regulamentares para os exames das concorrentes aos lugares de professoras da escola normal primaria, do sexo feminino, em que se definia que as provas orais (art. 12.º) compreendiam «VIII. Resposta a interrogações sobre a educação physica e preceitos hygienicos».

Em janeiro de 1878, *António Rodrigues Sampaio* era nomeado ministro do Reino e publicava a 2 de maio, nova reforma do ensino. Nesta, «eram creadas nas cidades de Lisboa e

¹⁵⁴ “Livro de Actas do Conselho Escolar da Escola Normal Primária (de 15 de Janeiro de 1864 a 15 de Setembro de 1965)” in: Moreirinhas Pinheiro, J.E. (1990). *Do Ensino Normal na Cidade de Lisboa (1860-1960)*. Lisboa, Porto Editora, p. 11.

Porto duas escolas normaes de primeira classe, uma para habilitação de professores, outra para habilitação de professoras, de ensino primario elementar e complementar» (art. 45.º) e ainda «nos outros districtos administrativos, afóra os de Lisboa e Porto, estabelecer-se-hão escolas normaes de segunda classe, cujo numero não será inferior a dez, para habilitação de professores e professoras de ensino elementar» (art. 47.º). Mais se definia no art. 49.º que «o governo determina em regulamentos especiaes as disciplinas que hão de constituir o ensino normal nas escolas de primeira e segunda classe, a organização e duração dos cursos, e todas as mais condições de matrícula, retribuição que poderá ser exigida, frequencia e exames.» De interesse para a nossa investigação o desaparecimento da Educação Physica do 1.º grau e a manutenção no 2.º grau da Gymnastica.

Passados mais de dois anos, sendo ministro *José Luciano de Castro*, era endereçada aos governadores civis dos distritos do continente e ilhas adjacentes, carta com data de 6 de dezembro de 1880, chamando a atenção que:

«devendo começar a executar-se no 1.º de julho de 1881 a lei de 2 de maio de 1878, com as modificações, alterações e acrescentamentos consignados na lei de 11 de junho de 1880, e sendo para esse fim indispensavel tomar desde já as convenientes providencias..., a fim de que, sem perda de tempo, promova, perante as juntas geraes de districto, camaras municipais e juntas de parochia a adopção das deliberações necessarias para no indicado praso entrar em vigor o novo systema de ensino».

No quarto ponto destas Instrucções, é referido que:

«Nas cidades de Lisboa e Porto são creadas duas escolas normaes de 1.ª classe, uma para habilitação de professores, outra para habilitação de professoras de ensino primario elementar e complementar (artigo 45.º da lei de 2 de maio de 1878). Nos outros districtos administrativos estabelecer-se-hão escolas normaes de 2.ª classe, cujo numero não será inferior a dez, para habilitação de professores e professoras de ensino elementar (artigo 47.º da mesma lei)».

No entanto, estas Instrucções acabam por restringir-se a clarificar as responsabilidades com as despesas de pessoal docente e as pensões aos alunos dessas escolas. No *Regulamento para execução das leis de 2 de maio de 1878 e 11 de junho de 1880*, publicado em 28 de julho de 1881, estabelecia-se que era objeto de ensino nas escolas normaes primarias de primeira classe (Lisboa e Porto) para o sexo masculino e feminino a disciplina de «18.º Gymnastica» (art. 127.º). O Titulo VI do *regulamento* era dedicado aos «exames de habilitação para o magisterio primario» estabelecendo:

- no Capitulo I, «Do jury dos exames», que estes seriam feitos «na séde das circumscripções escolares, e, sempre que for possivel, nas escolas normaes» (art. 255.º);

- no Capitulo II, «Das condições para a admissão aos exames» de habilitação para o magisterio primário, definia-se que os aspirantes deveriam apresentar «requerimentos instruidos com os documentos seguintes: 1.º Certidão que prove terem pelo menos dezoito annos completos de idade e que estão emancipados; 2.º Attestados de bons costumes passados pela camara municipal e administrador do concelho ou concelhos, onde houverem residido nos ultimos dois annos; 3.º Certificado do registo criminal relativo á epocha dos exames; 4.º Certidão de facultativo, pela qual mostrem que não têm defeito physico que os inhabilite de bem exercer as funcções do professorado; 5.º Documento de terem pago na recebedoria da séde da circumscripção a propina do exame, que será de 3\$000 réis para todos os candidatos. § 1.º Os aspirantes poderão juntar aos documentos exigidos nos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º d'este artigo, quaesquer outros que comprovem as suas habilitações litterarias e bem assim os serviços que tenham prestado á instrucção»;

- no Capitulo III, «Dos exames», estabelecia-se que constavam de «provas escriptas, oraes e praticas», mas apenas nas provas orais eram os aspirantes ao diploma do ensino complementar questionados «*não menos de oito, nem mais de quinze minutos*», entre outros assuntos, sobre «VIII.

Noções elementares de hygiene, gymnastica». O Regulamento era completado com os programas das disciplinas das escolas normais primárias.

No *Decreto N.º 1 da Proposta de lei da instrucção primaria*, de 22 de dezembro de 1894, estabelecia-se que «continuam funcçãoando as quatro escolas normaes existentes em Lisboa e Porto, e podem ser creadas em Coimbra mais duas, uma destinada a cada sexo, para habilitação de professores de instrucção primaria» (art. 41.º), a que se acrescentava «nas sédes dos outros districtos serão tambem estabelecidos, nas escolas complementares, cursos de habilitação para o magisterio» (art. 42.º) e «as referidas escolas serão organizadas como centraes, ... e com uma cadeira para o ensino da pedagogia». No entanto, permitia-se que a estas escolas seriam «admittidos annualmente a exame alumnos estranhos aos respectivos cursos» (art. 44.º), mas cessava a habilitação para o magistério feita perante as comissões districtaes (art. 45.º).

No *Regulamento geral do ensino primario - Parte II Ensino complementar e cursos de habilitação para o magisterio*, publicado em 18 de junho de 1896, estabelecia-se, no art. 20.º, que «a habilitação para o magisterio primario póde obter-se: 1.º Cursando as escolas normaes como alumnos pensionistas ou não pensionistas; 2.º Frequentando os cursos, a que se refere o art. 120.º d'este regulamento; 3.º Fazendo exame perante as escolas normaes ou perante as escolas a que se refere o citado artigo 120.º». No art. 120.º, estabelecia-se que «os cursos de habilitação para o magisterio primario..., são instituidos em escolas complementares districtaes para esse fim organisadas pelo governo».

O ensino nas escolas normaes primarias para o sexo masculino e feminino compreendia Gymnástica (art. 39.º), constando os seus conteúdos nos «programmas annexos». Além disso, estabelecia-se no art. 85.º que, «no fim do 2.º e 3.º annos dos cursos das escolas normaes, ha exames finaes», os quais (§ 1.º) constavam de «provas escriptas, oraes e praticas, e versam, na conformidade dos programmas, sobre todas as disciplinas e exercicios de cada curso» que «no fim das provas escriptas e antes das oraes, ..., e os alumnos e alumnas á prova de canto e gymnastica» (art. 95.º), sendo que «as provas de gymnastica, canto e labores serão apreciadas e votadas em separado e do seu resultado se fará menção no respectivo diploma» (art. 98.º § 2.º).

Nesse mesmo ano, João Franco criava três escolas de habilitação para o magistério primário: as de Vila Real e Évora (Dec. 12 mar 1896) e a de Bragança (Dec. 17 out 1896). Menos de um ano depois, a 18 de março de 1897, com a assinatura do ministro do Reino *José Luciano de Castro*, é de novo reformulada a instrucção primária e são feitas algumas referências à formação de professores. Pela nova reforma, estabelecia-se que «continuam funcçãoando as quatro escolas normaes existentes em Lisboa e Porto, e podiam ser creadas em Coimbra mais duas, uma destinada a cada sexo, para habilitação de professores de instrucção primaria» (art. 41.º), a que se acrescentava, «nas sédes dos outros districtos, as escolas complementares poderão ser organisadas como escolas especiaes de habilitação para o magisterio primario» (art. 42.º), para além de que «as referidas escolas serão organizadas como centraes, ... e com uma cadeira para o ensino de pedagogia» (art. 43.º) e «os exercicios praticos da cadeira de pedagogia serão feitos nas respectivas classes da escola» (art. 43.º § unico). No entanto,

permitia-se que a estas escolas seriam «admittidos annualmente a exame alumnos estranhos aos respectivos cursos» (art. 44.º), mas cessava a habilitação para o magistério feita perante as comissões districtaes (art. 45.º). Além disso, estabeleciam-se, no art. 17.º, as condições de habilitação para o exercicio do magisterio primario complementar «1.º Approvação em qualquer curso de instrucção superior; 2.º Approvação no curso complementar das escolas normaes; 3.º Approvação nos cursos de instrucção secundaria professados nos lyceus» e elementar «alem das habilitações mencionadas nos numeros antecedentes: 4.º Approvação nos cursos elementares das escolas normaes; 5.º Approvação nos cursos a que se refere o artigo 42.º». No fundo, ainda que alterando algumas palavras, mantinha o estabelecido no Dec. N.º 1 da Proposta de lei da instrucção primaria, de 22 de dezembro de 1894.

Ainda em 1897, seriam criadas mais seis escolas distritais de habilitação para o magistério. João Franco cria a de Braga (Dec. 21 jan 1897) e a de Viana do Castelo (Dec. 1 fev 1897). Por sua vez, José Luciano de Castro cria a de Viseu (Dec. 11 nov 1897), a de Aveiro (Dec. 2 dez 1897), a da Guarda (Dec. 2 dez 1897) e a de Castelo Branco (Dec. 3 dez 1897). No ano seguinte, em 1898, o mesmo estadista cria mais três escolas distritais de habilitação para o magistério: a de Leiria (Dec. 17 fev 1898), a de Portalegre (Dec. 10 set 1898) e a de Ponta Delgada (Dec. 1 dez 1898). Finalmente, em 1898, José Luciano de Castro cria a escola de Angra do Heroísmo (Dec. 9 fev 1899) e, em 1900, Hintze Ribeiro cria a da Horta (Dec. 19 set 1900) e a de Beja (Dec. 1 out 1900).

Na Reforma do ensino primário publicada em Decreto (n.º 8) de 24 de dezembro de 1901, estabelecia-se que o curso de habilitação para o magistério primário (escolas normaes de um e de outro sexo em Lisboa, Coimbra e Porto) compreendia o ponto «11.º Gymnastica elementar».

O Regulamento do Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901 (reforma do ensino primario), publicado no Decreto n.º 4 de 19 de setembro de 1902, estabelecia que o curso normal, professado nas escolas normaes de Lisboa, Coimbra e Porto e nas de habilitação para o magistério primário, compreendia «9.ª Gymnastica» (art. 201.º), cujos programas seriam publicados no Decreto de 4 de dezembro desse ano. Entretanto, pelo Decreto de 18 de outubro desse ano, era aprovado o horário para o ensino das disciplinas que constituíam os cursos das escolas normais e de habilitação para o magistério, que estabelecia 1 hora semanal nas três classes para a disciplina de «Gymnastica».

Programas de Educação Física na Formação de Professores do Ensino Primário

A génese da institucionalização da Educação Física como matéria escolar na formação dos professores do Ensino Primário ocorre em 1845. Relativamente à sobreposição no contexto escolar da Formação dos Professores do Ensino Primário, de novo, gostaríamos de apresentar uma pequena resenha histórica para ilustrar a configuração dos planos de estudo (ver Quadro 1, pp. 97-100).

O Regulamento para a Escola Normal Primária do Districto de Lisboa, de 24 de dezembro de 1845, alterando a orientação anterior, incluía a possibilidade de os cursos como consta no

«1.º Curso de habilitação para as Cadeiras do primeiro gráo. Curso de habilitação para as Cadeiras do segundo gráo» compreenderem «Exercícios gymnasticos» entre as matérias escolares. No entanto, o mencionado Regulamento nada adiantava sobre os conteúdos a transmitir, pelo que desconhecemos o tipo de orientação que se pretendia imprimir. Em 4 de dezembro de 1860, com a publicação do *Regulamento para a Escola Normal Primária do Districto de Lisboa*, esta disposição sofria uma mera alteração de pormenor, a da designação da disciplina que passava a ser «Educação physica, preceitos hygienicos», mantendo-se a ausência de conteúdos. Nova alteração ocorreria passados nove anos, em 14 de dezembro de 1869, com a publicação de um Decreto que criava cinco escolas normais primárias e estabelecia, apenas para o 2.º grau, «Educação physica, intellectual e moral», e ainda que, nestas escolas, para além da instrução teórica, existiriam exercícios práticos, incluindo «Exercícios gymnasticos». Apesar dos sinais de boa vontade do legislador, continuavam a desconhecer-se os conteúdos.

A publicação da reforma da Instrucção Primaria, de 16 de agosto de 1870, alterava de novo a designação da disciplina, que passava a «Gymnastica», sendo restabelecida no 1.º grau. Quanto a conteúdos, não se registavam modificações, mantinham-se ausentes. Estas disposições mantinham-se no Regulamento para execução das leis de 2 de maio de 1878 e 11 de junho de 1880, de 28 de julho de 1881, com uma novidade de vulto, era finalmente estabelecido um programa para a «Gymnastica», que apresentava a disciplina de «Gymnastica» dividida do seguinte modo, pelos três anos do curso normal e estabelecia:

- 1) Para o primeiro ano, «1.º Exercícios de formatura ...», «2.º Exercícios livres ...», «3.º Exercícios nos aparelhos ...», «4.º Exercícios de formatura ...» e «5.º Exercícios de natção»;
- 2) Para o segundo ano, «Repetição de todos os exercícios feitos no primeiro anno até haver a conveniente destreza», «Exercícios praticos dos alumnos-mestres com os alumnos da escola annexa, e ainda com os do 1.º anno do curso», «Theorias diversas sobre a gymnastica - resumo historico ácerca da sua importancia na antiguidade e entre os povos modernos», «Importancia dos exercícios gymnasticos debaixo do ponto de vista moral, pedagogico, hygienico e medico» e «Modificações que devem apresentar esses exercícios segundo o fim que se tem em vista»;
- 3) Para o terceiro ano, «Repetição e pratica dos exercícios aprendidos nos annos antecedentes».

É ainda de referir que dos programas de outras disciplinas das escolas normais primárias, constavam alguns tópicos com uma clara ligação ao tema em estudo, a saber:

- 1) Programma de pedagogia, methodologia. Legislação relativa ás escolas primarias (primeiro anno do curso normal) - «Educação physica. - Natureza e importancia d'esta educação - regras a seguir...»;
- 2) Programma de noções de hygiene (segundo anno do curso normal) - «Movimentos. - Mechanismo da contracção muscular. Phenomenos chimicos e physicos da contracção. A gymnastica hygienica e a gymnastica dos acrobatas; vantagem da primeira. Natção, equitação, esgrima, dança. Cansaço muscular. Repouso» e «Hygiene escolar. - (...) Exercícios physicos, jogos, gymnastica, passeios, excursões».

Pelo Regulamento geral do ensino primario, de 18 de junho de 1896, eram estabelecidos novos conteúdos curriculares «para os tres annos do curso normal e para o ensino complementar», a saber:

- «A) Gymnastica elemental. a) Sem instrumentos: 1.º Exercícios de formaturas e adaptação da classe aos exercícios gymnasticos ou exercícios militares; 2.º Atitudes; 3.º Movimentos simples; 4.º Movimentos compostos; 5.º Movimentos coordenados; 6.º Jogos infantis, passeios. b) Com

A Educação Física no Sistema Educativo Português

instrumentos: 1.º Com hastes; 2.º Com maçãs; 3.º Com haltères; 4.º Com barras; 5.º Movimentos de natação no cavallete. Remar, serrar e outros; 6.º Jogos e excursões elementares» e «B) Gymnastica complementar: 1.º Nas escadas de madeira (só para alumnos); 2.º Nas escadas de corda (só para homens); 3.º Nas varas e cordas (só para alumnos); 4.º Na trave (só para alumnos); 5.º No cavallo de madeira (só para alumnos); 6.º No passo de gigante (só para alumnos); 7.º Nas barras paralelas (só para alumnos); 8.º Saltos; 9.º Marcha; 10.º Natação (quando poder ter logar); 11.º Jogos e excursões complementares».

Pelo Decreto de 4 de dezembro de 1902, eram estabelecidos novos conteúdos para o ensino da «Gymnastica» nas três classes:

1) Para a classe I, «Pratica correcta da gymnastica ...normal em lições graduas: Formaturas e disposição da classe para os diferentes exercicios gymnasticos; Attitudes iniciaes e finaes em cada exercicio; Movimentos simples» e «Movimentos e exercicios methodicos (artificiaes) sem e com instrumentos: Respiratorios; Articulares; Rachidianos; Circulatorios; Abdominaes; De força; Estimulantes do systema nervoso; De agilidade, etc.»;

2) Para a classe II, «Repetição dos exercicios da classe I», «Movimentos e exercicios naturaes (progressões, saltos, dança, natação, etc.), adaptados ás crianças das escolas infantil, primária e aos alumnos da Escola Normal», «Jogos adaptados aos mesmos individuos» e «Excursões com a mesma adaptação»; e uma parte teórica - «Noções geraes de anatomia, de physiologia, de mesologia, de mecanica animal precisas a todo o professor de gymnastica para não commetter excessos», «Elementos de nosologia das doenças debilitantes e deformantes que possam interessar ao professor na aplicação do exercicio», «Noções do mecanismo do esforço; fadigas (formas e aspectos)» e «Especies de exercicios, indicações e effeitos immediatos e mediatos sobre as principaes funções e órgãos»;

3) Para a classe III, «Pratica dos exercicios das duas primeiras classes», «Terminologia gymnastica», «mecanismo e expressão das principaes attitudes, movimentos e exercicios», «Orientação das lições segundo as idades, os estados e os sexos, de modo a obter a resistencia, o endurecimento physico, o habito ao trabalho» e «Apreciação do individuo physicamente, indices de vigor».

Programas escolares versus Programas de Formação de Professores do Ensino Primário

Como já tivémos ocasião de afirmar anteriormente, ao referir-mo-nos quer aos programas escolares do Ensino Primário quer à Formação de Professores, um problema que atravessa parte deste período é a inexistência de conteúdos programáticos para ambos os casos (ver Quadro 1).

Quadro 1.- Comparação entre os Programas Escolares de Educação Física e os Programas de Formação de Professores do Primário - Educação Física no Período da Oficialização.

PERÍODO DA OFICIALIZAÇÃO				
ANO	ENSINO PRIMÁRIO		ESCOLA NORMAL PRIMARIA	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1836	Decreto de 15 de novembro	Exercicios Gymnasticos accommodados à idade (sem referência a programa e a conteúdos)		
1845			Regulamento para a Escola Normal Primária do Districto de Lisboa de 24 de dezembro	Exercicios gymnasticos (sem referência a conteúdos)

A Educação Física no Sistema Educativo Português

ANO	ENSINO PRIMÁRIO			ESCOLA NORMAL PRIMARIA	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS		NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1860				Regulamento para a Escola Normal Primária do Districto de Lisboa de 4 de dezembro	Educação physica, preceitos hygienicos (sem referência a conteúdos)
1869				Decreto de 14 de dezembro	2.º grau Educação physica (sem referência a conteúdos)
1870	Decreto de 16 de agosto	1.º Grau/Elementar Educação Physica (Gymnastica elementar combinada com exercicios vocaes; hygiene popular) (sem referência a conteúdos)	2.º Grau/Complementar Gymnastica e preceitos hygienicos	Decreto de 16 de agosto	Gymnastica (sem referência a conteúdos)
1878	Carta de lei de 2 de maio		2.º Grau/Complementar Gymnastica (sem referência a conteúdos)		
1881				Regulamento de 28 de julho	Gymnastica 1.º anno «1.º Exercicios de formatura ...», «2.º Exercicios livres ...», «3.º Exercicios nos aparelhos ...», «4.º Exercicios de formatura ...» e «5.º Exercicios de natação»; 2.º anno «Repetição de todos os exercicios feitos no primeiro anno até haver a conveniente destreza», «Exercicios praticos dos alumnos-mestres com os alumnos da escola annexa, e ainda com os do 1.º anno do curso», «Theorias diversas sobre a gymnastica - resumo historico ácerca da sua importancia na antiguidade e entre os povos modernos», «Importancia dos exercicios gymnasticos debaixo do ponto de vista moral, pedagogico, hygienico e medico» e «Modificações que devem apresentar esses exercicios segundo o fim que se tem em vista»; 3.º anno «Repetição e pratica dos exercicios aprendidos nos annos antecedentes».
1894	Decreto de 22 de dezembro	1.º Grau Elementar Exercicios Gymnasticos	2.º Grau Elementar Gymnastica	Complementar Gymnastica; natação	
(sem referência a conteúdos)					

A Educação Física no Sistema Educativo Português

ANO	ENSINO PRIMÁRIO				ESCOLA NORMAL PRIMARIA	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS			NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1896	Regulamento geral do ensino primario de 18 de junho	1.º Grau Elemental Gymnastica Exercicios de formatura e adaptação da classe aos exercicios gymnasticos ou à escola de soldado sem arma... jogos infantis, exercicios de jardinagem e passeios	2.º Grau Elemental Gymnastica - continuação dos exercicios anteriores - exercicios com hastes, com maças, com halteres, com barras; movimentos de natação no cavallete, jogos e excursões	Complementar Gymnastica; natação (sem referência a programa e a conteúdos)	Regulamento geral do ensino primario de 18 de junho	Gymnastica A) Gymnastica elemental «a) Sem instrumentos: 1.º Exercicios de formaturas e adaptação da classe aos exercicios gymnasticos ou exercicios militares; 2.º Attitudes; 3.º Movimentos simples; 4.º Movimentos compostos; 5.º Movimentos coordenados; 6.º Jogos infantis, passeios. b) Com instrumentos: 1.º Com hastes; 2.º Com maças; 3.º Com haltères; 4.º Com barras; 5.º Movimentos de natação no cavallete. Remar, serrar e outros; 6.º Jogos e excursões elementares» B) Gymnastica complementar «1.º Nas escadas de madeira (só para alumnos); 2.º Nas escadas de corda (só para homens); 3.º Nas varas e cordas (só para alumnos); 4.º Na trave (só para alumnos); 5.º No cavallo de madeira (só para alumnos); 6.º No passo de gigante (só para alumnos); 7.º Nas barras paralelas (só para alumnos); 8.º Saltos; 9.º Marcha; 10.º Natação (quando poder ter logar); 11.º Jogos e excursões complementares»
1901	Carta de lei de 24 de dezembro	1.º Grau Exercicios de gymnastica elemental, sem instrumentos	2.º Grau Exercicios de gymnastica elemental, sem instrumentos (Gymnastica) (sem referência)			
1901					Decreto de 24 de dezembro	Gymnastica elemental (sem referência a conteúdos)
1902	Decreto n.º 4 de 19 de setembro	1.º Grau Gymnastica <u>Sexo masculino</u> - adaptação dos alunos aos exercicios gymnasticos e à escola do soldado sem arma; exercicios livres; saltos <u>Sexo feminino</u> - formatura para adaptação das alumnas aos exercicios gymnasticos e aos exercicios livres compreendidos no programa do sexo masculino, com excepção dos saltos	2.º Grau Gymnastica		Decreto n.º 4 de 19 de setembro	Gymnastica (sem referência a conteúdos)

A Educação Física no Sistema Educativo Português

ANO	ENSINO PRIMÁRIO			ESCOLA NORMAL PRIMARIA	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS		NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1902				Decreto de 4 de dezembro	<p style="text-align: center;">Gymnastica</p> <p style="text-align: center;">Classe I</p> <p>«Pratica correcta da gymnastica ...normal em lições graduas: Formaturas e disposição da classe para os diferentes exercicios gymnasticos; Attitudes iniciaes e finaes em cada exercicio; Movimentos simples»</p> <p>«Movimentos e exercicios methodicos (artificiaes) sem e com instrumentos: Respiratorios; Articulares; Rachidianos; Circulatorios; Abdominaes; De força; Estimulantes do systema nervoso; De agilidade, etc.»</p> <p style="text-align: center;">Classe II</p> <p>«Repetição dos exercicios da classe I»</p> <p>«Movimentos e exercicios naturais (progressões, saltos, dança, natação, etc.), adaptados ás crianças das escolas infantil, primária e aos alumnos da Escola Normal»</p> <p>«Jogos adaptados aos mesmos individuos»</p> <p>«Excursões com a mesma adaptação»</p> <p style="text-align: center;">Parte teórica</p> <p>«Noções geraes de anatomia, de physiologia, de mesologia, de mecanica animal precisas a todo o professor de gymnastica para não commetter excessos»</p> <p>«Elementos de nosologia das doenças debilitantes e deformantes que possam interessar ao professor na aplicação do exercicio»</p> <p>«Noções do mecanismo do esforço; fadigas (formas e aspectos)»</p> <p>«Especies de exercicios, indicações e efeitos immediatos e mediatos sobre as principaes funções e órgãos»</p> <p style="text-align: center;">Classe III</p> <p>«Pratica dos exercicios das duas primeiras classes»</p> <p>«Terminologia gymnastica»</p> <p>«mecanismo e expressão das principaes attitudes, movimentos e exercicios»</p> <p>«Orientação das lições segundo as idades, os estados e os sexos, de modo a obter a resistencia, o endurecimento physico, o habito ao trabalho»</p> <p>«Apreciação do individuo physicamente, indices de vigor».</p>

Apesar do aparecimento, em 1836, pelo Decreto de 15 de novembro, da matéria “Exercicios Gymnasticos accommodados à idade”, apenas em 1845, a formação de professores, pelo Regulamento de 24 de dezembro, incluía uma disciplina denominada “Exercicios gymnasticos”. Se atendermos às denominações, em 1860 (Regulamento de 4 de dezembro), o

plano de estudos da Escola Normal Primária do Districto de Lisboa incluía a disciplina de “Educação physica, preceitos hygienicos”, mas só passados dez anos (Decreto de 16 de agosto de 1870) se estabeleciam as matérias “Educação Physica”, para o 1.º Grau ou Elementar, e “Gymnastica e preceitos hygienicos”, para o 2.º Grau ou Complementar. Mais estranho é o facto de, no mesmo Decreto, a disciplina das Escolas Normais entretanto criadas, quer para o 1.º, quer para o 2.º grau, passar a denominar-se “Gymnastica”. Uma nota para referir que, no ano anterior (Decreto de 14 de dezembro), se estabelecera apenas para o plano de formação do 2.º grau a disciplina de “Educação physica”.

Passados oito anos (1878), nova alteração com a reforma de 2 de maio: fazia desaparecer a «Educação Physica» do 1.º grau e mantinha a «Gymnastica» no 2.º grau. Três anos depois (1881), pelo regulamento de 28 de julho, era finalmente estabelecido um programa para a “Gymnastica” do Curso Normal, que se dividia pelos três anos do curso. Desconhecendo-se os conteúdos curriculares do programa de «Gymnastica» para o 2.º grau do Ensino Primário, por não existir qualquer publicação a esse respeito, somos levados a pensar que os conteúdos do Curso Normal corresponderiam ao pretendido para as Escolas Primárias, pela alteração que a seguir se apresenta.

A reforma da Instrução Primária, publicada em 22 de dezembro de 1894 (mas regulamentada apenas em 18 de julho de 1896), viria a dividi-la em elementar, por sua vez subdividida em 1.º («Exercicios Gymnasticos») e 2.º graus («Gymnastica»), e complementar («Gymnástica; natação»). Esta reestruturação era acompanhada da definição de programas diferenciados para o 1.º e 2.º graus para a matéria de gymnástica, em que se notavam semelhanças entre aquilo que anteriormente se estabelecera para o Curso Normal e o que agora se definia para estes graus de ensino. No entanto, esta mesma reforma vinha estabelecer novos conteúdos curriculares para o Curso Normal e, pela primeira vez, surgia um programa de formação de professores que preparava para um programa escolar. Ressalve-se que, apesar destas boas intenções, o programa de formação demoraria três anos a produzir resultados, isto é, a lançar no ensino professores com a formação adequada para implementar os programas escolares publicados. Deixamos a estrutura dos currículos até 1896:

Curso Normal (1881)

1) Primeiro ano - «1.º Exercicios de formatura ...», «2.º Exercicios livres ...», «3.º Exercicios nos aparelhos ...», «4.º Exercicios de formatura ...» e «5.º Exercicios de natação»;

2) Segundo ano - «Repetição de todos os exercicios feitos no primeiro anno até haver a conveniente destreza», «Exercicios praticos dos alumnos-mestres com os alumnos da escola annexa, e ainda com os do 1.º anno do curso», «Theorias diversas sobre a gymnastica - resumo historico ácerca da sua importancia na antiguidade e entre os povos modernos», «Importancia dos exercicios gymnasticos debaixo do ponto de vista moral, pedagogico, hygienico e medico» e «Modificações que devem apresentar esses exercicios segundo o fim que se tem em vista»;

3) Para o terceiro ano estabelecia - «Repetição e pratica dos exercicios aprendidos nos annos antecedentes».

Instrução Primária (1894-1896)

1) Primeiro grau «exercicios de formatura e adaptação da classe aos exercicios gymnasticos ou à escola de soldado sem arma... jogos infantis, exercicios de jardinagem e passeios»;

2) Segundo grau «continuação dos exercicios anteriores», «exercicios com hastes, com maçãs, com halteres, com barras; movimentos de natação no cavallete, jogos e excursões».

Curso Normal (1894-1896)

1) «A) Gymnastica elementar. a) Sem instrumentos: 1.º Exercícios de formaturas e adaptação da classe aos exercícios gymnasticos ou exercícios militares; 2.º Attitudes; 3.º Movimentos simples; 4.º Movimentos compostos; 5.º Movimentos coordenados; 6.º Jogos infantis, passeios. b) Com instrumentos: 1.º Com hastes; 2.º Com maças; 3.º Com haltêres; 4.º Com barras; 5.º Movimentos de natação no cavallete. Remar, serrar e outros; 6.º Jogos e excursões elementares»

2) «B) Gymnastica complementar: 1.º Nas escadas de madeira (só para alumnos); 2.º Nas escadas de corda (só para homens); 3.º Nas varas e cordas (só para alumnos); 4.º Na trave (só para alumnos); 5.º No cavallo de madeira (só para alumnos); 6.º No passo de gigante (só para alumnos); 7.º Nas barras paralelas (só para alumnos); 8.º Saltos; 9.º Marcha; 10.º Natação (quando poder ter logar); 11.º Jogos e excursões complementares».

Finalmente, a última reforma do Ensino Primário deste período, datada de 24 de dezembro de 1901 e regulamentada em 19 de setembro de 1902, extinguiu o ensino primário complementar e considerava o ensino primário dividido em dois graus: o 1.º (1.ª a 3.ª classes) e o 2.º (4.ª classe), ambos com um programa para «Exercícios de gymnastica elementar, sem instrumentos», que, além disso, estabelecia sessões diárias para todas as classes (Decreto n.º 4 de 19 de setembro de 1902). De novo, apareciam distintas denominações, pois o texto da reforma abordava a matéria denominada «Exercícios de gymnastica elementar, sem instrumentos», enquanto o programa aprovado por decreto de 18 de outubro de 1902 aludia a «Gymnastica». Além disso, estabeleciam-se conteúdos distintos para o sexo masculino e feminino. Deixamos a estrutura dos currículos até à data como anteriormente:

Instrução Primária (1901-1902)

1) «Gymnastica» para o Sexo masculino - «adaptação dos alumnos aos exercícios gymnasticos e à escola do soldado sem arma», «exercícios livres» e «saltos»;

2) «Gymnastica» para o Sexo feminino - «formatura para adaptação das alumnas aos exercícios gymnasticos e os exercícios livres compreendidos no programma do sexo masculino, com excepção dos saltos».

Curso Normal (1902)

1) Para a classe I - «Pratica correcta da gymnastica ...normal em lições graduas: Formaturas e disposição da classe para os diferentes exercícios gymnasticos; Attitudes iniciaes e finaes em cada exercício; Movimentos simples» e «Movimentos e exercícios methodicos (artificiaes) sem e com instrumentos: Respiratorios; Articulares; Rachidianos; Circulatorios; Abdominaes; De força; Estimulantes do systema nervoso; De agilidade, etc.»;

2) Para a classe II: Parte prática - «Repetição dos exercícios da classe I», «Movimentos e exercícios naturaes (progressões, saltos, dança, natação, etc.), adaptados às crianças das escolas infantil, primária e aos alumnos da Escola Normal», «Jogos adaptados aos mesmos individuos» e «Excursões com a mesma adaptação»; Parte teórica - «Noções geraes de anatomia, de physiologia, de mesologia, de mecanica animal precisas a todo o professor de gymnastica para não cometer excessos», «Elementos de nosologia das doenças debilitantes e deformantes que possam interessar ao professor na aplicação do exercício», «Noções do mecanismo do esforço; fadigas (formas e aspectos)» e «Especies de exercícios, indicações e efeitos immediatos e mediatos sobre as principaes funcções e órgãos»;

3) Para a classe III - «Pratica dos exercícios das duas primeiras classes», «Terminologia gymnastica», «mecanismo e expressão das principaes attitudes, movimentos e exercícios», «Orientação das lições segundo as idades, os estados e os sexos, de modo a obter a resistencia, o endurecimento physico, o habito ao trabalho» e «Apreciação do individuo physicamente, indices de vigor».

Pouco menos de dois meses depois, eram estabelecidos novos conteúdos para o ensino da «Gymnastica» nas três classes do Curso Normal, em que a correspondência conteudística com os programas do Ensino Primário não contemplava a distinção entre sexos, a não ser na «excepção dos saltos», as candidatas a professoras não saltavam. Além disso, o programa da

A Educação Física no Sistema Educativo Português

Escola Normal inovava, ao juntar uma formação teórica à formação tradicional meramente prática. Além disso, como transparece dos Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859) (Ferreira Gomes, 1985), apesar das melhorias detetadas anualmente, vários problemas subsistiam no ensino primário: o aumento da cobertura escolar; a falta de instalações, utensílios e compêndios escolares; as habilitações dos professores, com a melhoria das suas condições remuneratórias; os métodos de ensino. A partir de 1880, apesar da obrigatoriedade da Educação na Escola Primária, para ambos os sexos, Estrela (1972, p. 24) esclarece que a aplicação da lei «se fez de forma restrita e circunstancial, não só devido a carências de ordem humana (pessoal docente), como também por motivos de ordem material (instalações apropriadas e respectivas dotações orçamentais)». O problema das habilitações dos professores, associado ao método da ginástica amorosiana (que, embora praticada por crianças, não tinha uma finalidade escolar), estando de relações cortadas com todo o conteúdo pedagógico, pode ter sido o fator fundamental para explicar a dificuldade da implantação da Educação Física no Ensino Primário durante o período considerado.

4.6. PERÍODO DA ESTANDARDIZAÇÃO (de 1904 a 1953)

A designação de período da standardização deve-se a que este ciclo foi percorrido pela influência da Ginástica Sueca. Temporalmente, ocorre no início do século, parecendo finalmente ter-se encontrado uma solução para os problemas dos períodos anteriores. Iniciado em 1904, tem no ano seguinte a primeira referência legal explícita à Ginástica Sueca, o marco doutrinário do ciclo, cuja aceitação foi um facto até perto dos anos 60.

4.6.1. Relações com Acontecimentos da História Portuguesa e com Tendências Internacionais de Desenvolvimento da Educação Física

No princípio do séc. XX, para além de todo o movimento de natureza científica que retratámos anteriormente, destaca-se uma oposição fundamental - ginástica / desporto, utilizando uma terminologia mais corrente, embora ainda seja problemático afirmar o que é “ginástica” e o que é “desporto”, na atualidade.

Como vimos atrás, a partir das linhas propostas por Jahn, por Amorós, por Thomas Arnold e por Ling, foram-se multiplicando, por vezes de uma maneira muito anárquica, as tendências da educação física e desporto. Langlade & Langlade (1970, p. 29) são de opinião que, respondendo a um fenómeno social e a uma urgente necessidade, de forma quase simultânea, produziram-se contributos significativos, tanto nos países do centro da Europa, como na Escandinávia. Para caracterizar a situação daí decorrente, falam os autores em «iniciação quase simultânea de três grandes movimentos gímnicos», onde englobam a reação de 1890 operada em França sob a denominação de «Movimento do Oeste»; ao despertar de novas ideias e correntes na Alemanha, Áustria e Suíça, chamam «Movimento do Centro»; à eclosão gímnica proveniente da Escandinávia apelidam de «Movimento do Norte».

Dufour (1981, 1992) discrimina as tendências modernas da Educação Física na Europa com o suporte metodológico do conflito entre a natureza e a cultura. À medida que vislumbra a possibilidade de observar a Educação Física sob dois ângulos antagónicos, Dufour constata a existência de conflitos, tanto externos, como internos. No âmbito interno, Dufour apresenta os conflitos mais específicos da Educação Física, aqueles de ordem didática e metodológica. Divide a história da Educação Física em períodos, um dos quais a partir do séc. XX, em que identifica seis orientações fundamentais: a ginástica natural, de Hébert e Gaulhofer; a ginástica médica, de Bukh, Falk e Björkstén, e Lindhard e Thulin; a tendência musical, da ginástica moderna, de Bode, Medau... e a dança moderna, de Laban, Wigmann; a tendência psicomotora de Le Boulch, Cratty, Ungerer que se inicia nos anos sessenta e será tratada no próximo período; a tendência pedagógica e a tendência desportiva, também abordadas adiante.

Sánchez Bañuelos (1986, p. 13, p. 16) apresenta-nos uma reflexão sobre a evolução da ênfase e dos objetivos da Educação Física moderna, assim considerada desde o início do séc. XX até à atualidade. O autor considera que, no princípio deste período, a disciplina, a

capacidade de resposta precisa ao comando e a higiene postural são os objetivos importantes de certas tendências, como a nórdica e a centro-europeia, com o «movimento gímico sueco» e o «turnen» alemão. A moderna Educação Física foi introduzida nas escolas pela mão da ginástica. Nesta altura, a prática desportiva era algo extra-escolar. Entretanto, segundo o mesmo autor, no âmbito anglo-saxónico, de acordo com as teorias desenvolvidas por Thomas Arnold, que tinham por meta uma educação completa e equilibrada baseada no lema “mens sana in corpore sano”, os futuros *gentlemen* ingleses cultivavam o seu corpo e a sua ética no “fair play”, através do Desporto. Como resultado, o fenómeno desportivo foi ganhando destaque na sociedade e o Desporto foi-se introduzindo nas aulas de Educação Física. É ainda Sánchez Bañuelos que nos retrata o que se passava no outro lado do Atlântico, onde a otimização do rendimento físico, conseguida através de uma prática sistematizada baseada em pressupostos fisiológicos, emerge com força dentro do mundo positivista e condutista americano do princípio do século, particularmente a partir do trabalho pioneiro de Thomas Kirk Cureton.

Segundo Bracht (1989, p. 14), uma característica marcante da Educação Física foi a influência da instituição militar no seu desenvolvimento. Desta forma, os métodos inicialmente adotados foram, regra geral, os instituídos pelos militares. Contudo, a influência militar na instituição escolar não se restringiu aos métodos de inspiração militar, tendo-se alargado aos próprios instrutores ou “aplicadores” dos métodos. Digno de realce é o facto de a escola ser palco de uma ação “pedagógica” legitimada pela presunção do seu contributo para a saúde (função higiénica e formação do carácter), baseado fundamentalmente na exercitação corporal através de exercícios analíticos.

Salientamos de imediato cinco tendências mais importantes, estendendo-se ao longo do séc. XX: a primeira que via na perspectiva da ginástica que considera o género, neste caso o feminino; a segunda que é a Ginástica Escolar Austríaca ou Ginástica Natural; a terceira denominada Ginástica médica» ou Ginástica Neo-Sueca; a quarta, a Sociomotricidade; e a quinta o Movimento do Oeste. Consideramos por fim os diferentes organismos internacionais que configuram estes e outros movimentos.

4.6.1.1. A Ginástica da Mulher

A tendência que vai na perspectiva da ginástica da mulher é uma aquisição importante deste século. Enquadrada no «Movimento do Centro», de Langlade & Langlade, ou na «tendência musical» de Dufour, fundamentalmente, a partir dos dados avançados por Jacques Dalcroze, Isadora Duncan, Rudolf Bode, entre outros, esta via da ginástica feminina, que arranca da dança, é também a via da expressão corporal, estando ligada à pedagogia libertária, ao expressionismo, a uma motricidade espontânea, criativa, à dinâmica do prazer, enfim, a tudo o que estivesse relacionado com a criatividade, com a expressão individual e com a emoção. Segundo Dufour (1981, 1992), deu origem a dois movimentos distintos: a «dança moderna» de Laban e Wigmann, e outros; e a «ginástica moderna» de Bode e Medau, e outros.

Isadora Duncan (1878-1927) foi descrita por Dufresne (1945: 109)¹⁵⁵ como se segue:

«La Duncan siguió esa tendencia tan generalizada en su época, el impresionismo, que nació con la pintura y se extendió a las otras artes, repudiando la tradición, luchando contra la academia, como Isadora luchó en la danza contra lo clásico. Sólo en esta posición es posible comprender las manifestaciones contradictorias sobre su obra. Su impresionismo se encuentra entre el romanticismo del programa ideal y la expresión de sentimientos y el naturalismo basado en el amor a la naturaleza. Es sobre ese dualismo paradójico que se comprenderá su obra»¹⁵⁶.

À influência da obra de Isadora Duncan deve-se agregar, em condições similares, a do Movimento Expressionista de Munique, com as suas figuras principais: Rudolf von Laban (1878-1958) e Mary Wigmann (1888-1973).

Rudolf von Laban influenciou fortemente a «dança moderna» e a «ginástica moderna». Entre outras, as suas obras *Moving and Growing* e *Planning the Programme* são os testemunhos das suas ideias. As suas leis da harmonia no espaço, a relação tempo-peso-espaço-fluxo, a dança livre, o gráfico do movimento e o «movimento dramático» tiveram, sobretudo na Grã-Bretanha, uma influência considerável sobre a ginástica infantil. Não se duvida de quanto estes novos conceitos no campo da Dança influíram no ulterior desenvolvimento da ginástica feminina.

O suíço Émile Jacques Dalcroze (1865-1950) foi o grande impulsionador das tendências musicais-estéticas-dançadas da ginástica feminina. Criou, no seu conservatório musical em Genebra, uma nova metodologia no ensino da música, a qual, através de movimentos corporais, marchas, saltitares, deslocamentos, movimentos do corpo, que, por vezes, eram executados com a ajuda de instrumentos ligeiros, bolas coloridas, arcos, maçãs indianas, etc., desenvolvia a noção de cadência, o sentido do ritmo e da expressão dos seus alunos. O exercício era um meio de cultura musical e não de educação física, e não um fim. A educação rítmica defendida por este autor, embora de sentido métrico vincado, teve a virtude de acentuar grandemente a expressão estética do exercício físico.

Rudolf Bode (1881-1960) é considerado o criador da «ginástica moderna». Foi aluno de Dalcroze e conhecia o trabalho de Laban, tendo baseado o seu trabalho nos princípios da totalidade, da mudança rítmica, da alternância tensão-relaxamento, da economia de esforço, mas também no reencontro com o ritmo natural do movimento e na conjugação psico-fisiológica da expressão. Reage contra os movimentos construídos e o caráter anatómico e fisiológico do movimento gímico. O seu sistema, criticado por vezes por ser muito filosófico, utilizava muito o ritmo, a música e os pequenos aparelhos, como forma de libertação do corpo. A obra de Bode recebeu um valioso impulso do seu discípulo Heinrich Medau (1890-1965), que, juntamente com a finlandesa Hilma Jalkanen (1889-1964) e o estoniano Ernst Idla (1901-1980), influenciariam mais tarde, e de maneira decisiva, a ginástica feminina nórdica.

¹⁵⁵ Dufresne, J. (1945). *Los estilos en el ballet*. Buenos Aires, Editorial Anaquel, citado por Langlade & Langlade (1970: 29-30).

¹⁵⁶ «Duncan seguiu essa tendência tão generalizada na sua época, o impressionismo, que nasceu com a pintura e se estendeu às outras artes, repudiando a tradição, lutado contra a academia, como Isadora lutou na dança contra o clássico. Só nesta posição é possível de compreender as manifestações contraditórias da sua obra. O seu impressionismo encontra-se entre o romanticismo do programa ideal e a expressão de sentimentos e o naturalismo baseado no amor à natureza. É sobre esse dualismo paradoxal que se compreenderá a sua obra». Tradução livre do autor.

Heinrich Medau, seguindo os princípios de Bode, aos quais acrescentava a saúde, a atitude correta, a boa forma, a educação rítmica e estética com movimentos naturais, orgânicos, motivados para um objetivo: o Homem total. Uma das suas mais importantes contribuições foi a utilização de aparelhos portáteis, aos quais conferia o valor de agentes libertadores e geradores de «movimentos orgânicos», e que constituíam uma forma de procedimento metodológico para alcançar movimentos rítmicos, fluídos e totais. Os movimentos adotados eram executados sem instrumentos ou com bolas, arcos e maçãs conforme os seguintes princípios: (a) totalidade e naturalidade: ondulação de todo o corpo, fluxo, rítmico, ressaltos, ligeireza; (b) oscilações e torções em profusão, alternância de tensões e relaxações, «pausas dinâmicas»; (c) exercícios corretivos da atitude e da respiração. Utilizava a educação motora, orgânica e a música com muita influência do folclore e da cultura popular. A música que acompanhava os exercícios era improvisada segundo o seu caráter e tinha por finalidade fazer aumentar as oscilações rítmicas e dar maior prazer aos executantes.

Hilma Jalkanen inspirada na ginástica sueca, pois fora aluna de Björkstén, na «ginástica moderna», de Delsarte e Bode, e ainda na dança, foi a promotora no seu país de um trabalho assinalável, que baseou a ginástica feminina, ocupando-se também das crianças. No seu trabalho, encontramos uma dominante artística, mas também um interesse muito «clássico» do efeito e da intenção ou objetivo dos exercícios.

Otto Hanebuth (1911-1988) exerceu uma influência indireta através do estudo das estruturas rítmicas, mas sem pretender uma classificação de movimentos.

4.6.1.2. A Ginástica Escolar Austríaca ou Ginástica Natural

Uma outra corrente é denominada «Ginástica Escolar Austríaca» ou «Ginástica Natural», de que foram criadores Gaulhofer e Streicher. Os trabalhos destes pedagogos representaram, no entender de Langlade & Langlade (1970, p. 151), o despertar tardio das ideias de Guts Muths no mundo cultural alemão. O austríaco Karl Gaulhofer (1885-1941) defende, no seu país e mais tarde na Holanda, um método natural que visava o desenvolvimento integral do ser humano. Pretendeu lutar contra o enfraquecimento da população e opunha-se: à ginástica alemã, violenta e artificial, representativa da dominação que submeteu o seu país; à ginástica sueca, pelo seu conceito “terapêutico”; à ginástica de competição, não só pelo seu caráter exclusivamente artístico dos movimentos nos aparelhos, mas também pela interpretação “dura e rígida” que se fazia dos exercícios de mãos livres e de caminhar; todas as atividades excessivamente dirigidas e que atuavam coercivamente sobre a “sede” de movimentos “naturais” da criança; as condições anti-higiênicas em que se desenvolvia a atividade, em ginásios pouco ventilados e de iluminação deficiente (Langlade & Langlade, 1970). Juntamente com Margaret Streicher, dedica muita atenção à educação física infantil. A característica mais marcante desta corrente é o constante relacionar dos exercícios físicos, como agentes educativos, com as necessidades globais da criança. Os quatro pilares fundamentais sobre os quais se estrutura o sistema são: os exercícios de compensação, de formação, de performance, artísticos, quase sempre sob forma natural e jogada.

4.6.1.3. Ginástica Médica ou «Ginástica Neo-Sueca»

Outra corrente é denominada »Ginástica médica« (Dufour), «Ginástica Neo-Sueca» (Langlade & Langlade), também foi designada conforme os seus fins e os países onde é praticada, sob várias denominações - ginástica analítica, ginástica de formação, ginástica formativo-educativa, ginástica construída, ginástica de conservação, ginástica de postura (Ramos, 1970, p. 12). A característica fundamental desta tendência é que as contribuições das suas figuras principais partem de uma formação comum em ginástica de Ling. Pode-se pois afirmar, de acordo com Langlade & Langlade (1970, p. 162-164) que a Ginástica Neo-Sueca nasce e desenvolve-se dentro da mais pura doutrina sueca, ainda que muitas vezes as novas formas de movimentos sofram relativas influências forasteiras.

O dinamarquês Johannes Lindhard (1870-1947) representou a contribuição da medicina para a nova ginástica sueca. A sua obra conferiu um carácter científico à ginástica, a partir das suas pesquisas sobre a fisiologia da respiração e dos seus estudos sobre a circulação do sangue.

Josef Gottfrid Thulin (1875-1965) publica dois trabalhos sobre ginástica infantil, onde afirma que «les enfants sont capables de tirer parti d'engins et d'accessoires de gymnastique mis à leur libre disposition»¹⁵⁷ e «qu'il ne faut pas suggérer des formes de gymnastique construite mais faire naître le goût d'une activité constructive, particulièrement chez des enfants en âge pré-scolaire» (Paula Brito, 1983, p. 17). A sua contribuição desenvolveu-se, desde a criação de uma metodologia apropriada à educação física escolar, até ao grande impulso que deu à denominada «ginástica para todos», cujo espírito veio a nortear o posterior movimento «desporto para todos».

Elli Björkstén (1870-1947) trata o desenvolvimento da suficiência motora e da forma pela ginástica infantil, através de meios, tanto técnicos, como psíquicos, que se adaptam, de forma espontânea, à natureza da criança. Na sua obra *Kvinnogymnastik*, acentuou o valor dos movimentos livres executados «com alma» e em formas rítmicas e harmoniosas. Segundo afirmava, o plano de uma lição compreendia um conjunto de exercícios sistemáticos, que formavam um todo em vista ao desenvolvimento completo e harmonioso do ser humano, devendo cada exercício possuir uma qualidade própria que justificasse a sua utilização. Enriqueceu o programa com novos exercícios, introduzindo os exercícios sob forma jogada destinados às crianças, e criou um comando imaginativo, a fim de sugerir o conteúdo expressivo das atitudes e movimentos.

Ellin Falk (1872-1942) dedicou o seu trabalho à escola primária, fazendo «large usage des positions couchées, assises, agenouillées, des quadrupédies»¹⁵⁸, com o fim de variar e melhorar a execução correta. Enriqueceu o programa de exercícios para rapazes e raparigas, procurando de preferência movimentos naturais, descontraídos, utilitários, sob forma jogada, dedicando

¹⁵⁷ «as crianças são capazes de aproveitar equipamentos e acessórios de ginástica postos à sua disposição» e «que não devemos sugerir formas de ginástica construídas, mas fazer nascer o gosto por uma atividade construtiva, particularmente com crianças em idade pré-escolar». Tradução livre do autor.

¹⁵⁸ «amplo uso das posições de deitado, sentado, ajoelhado, quadrupedias» e «substituindo, por exemplo, o comando da ginástica por fórmulas dirigidas à imaginação dos pequenos». Tradução livre do autor.

uma atenção especial aos exercícios respiratórios abdominais, torácicos e profundos. Mas, ao lado desta dominante corretiva e higiénica, acrescentava intruções de ordem psicológica «remplaçant par exemple le commandement de gymnastique par des formules suggestives qui s'adressent à l'imagination des petits» (Paula Brito, op.cit.: loc.cit.).

O dinamarquês Niels Bukh (1880-1950) criou uma nova técnica para os exercícios segmentares destinada especialmente aos adultos vigorosos e pouco flexíveis. A sua contribuição recebeu primeiramente a designação de «Ginástica Básica» e logo a de «Ginástica Fundamental», pois a sua técnica contemplava uma segunda interpretação, a «Idraets Gymnastik» ou «Ginástica Atlética», a qual, baseando-se na «Ginástica Fundamental», tratava de exaltar ainda mais os fatores flexibilidade, força e destreza, assim como também os valores positivos do espírito. O seu sistema nasceu como uma expressão do desejo de afastar toda a sistematização escolástica e toda a tradição paralisadora na ginástica, que não deve ser atribuída a Ling, mas aos teóricos que sistematizaram o seu labor. Publicou em 1922 um manual ilustrado, *Primitiv Gymnastik*, onde afirmava que não tinha criado um novo sistema, mas um novo modo de trabalho. Na lógica da sua técnica, os movimentos eram repetidos energicamente em posições de partida bastante estáveis, até ao limite articular, em formas ativa, passiva e ativa-passiva, empregando-se também auxiliares e tendo igualmente como fim a correção de atitudes defeituosas. Seriam executados sem parar e, em certa altura da aprendizagem, a indicação de cada um deles fazia-se durante o exercício anterior, para reduzir o comando ao imprescindível e dar continuidade ao trabalho. A par destes exercícios flexibilizadores e corretivos, preconizava a execução de variados movimentos de saltitar, exercícios para a força dos braços, das pernas e do tronco, geralmente sem aparelhos, alternando os efeitos principais para as diferentes partes do corpo; seguiam-se exercícios de agilidade no tapete, e saltos. Procurava também o efeito estético através de um bom estilo de execução.

Maja Carlquist (1884-1968) tentou realizar «la gymnastique de Ling sans tension avec rythme, souplesse, relaxation»¹⁵⁹ (Paula Brito, op.cit., p. 18), ou seja, substituíu a tensão por princípios rítmicos. O desenvolvimento e o treino do sentido «fim» do movimento e a reaprendizagem pela criação de um movimento natural; a alegria, a liberdade. O seu sistema foi uma reação contra os sucessores que desvirtuaram a doutrina de Ling, pelo que reconhecia e rendia homenagem à influência que sobre ela tinham exercido as ideias e personalidade de Elin Falk, pelo que, como continuadora da sua obra, se sentiu motivada para as situações por ela denunciadas. A iniciativa, a auto-direção e a auto-atividade estavam incluídas nos seus objetivos. No plano geral, simplificava a metodologia clássica de Ling, mas a classificação e os grandes grupos de movimentos permaneciam presentes.

4.6.1.4. A Sociomotricidade

Outra corrente pretendeu relacionar o fator desportivo aos fatores psicomotores, apareceu identificada como «sociomotricidade» e particularmente com o desporto educativo,

¹⁵⁹ «a ginástica de Ling sem tensão com ritmo, souplesse, relaxação». Tradução livre do autor.

que nos anos 50 representou uma forte tendência para alterar nas escolas o programa do método sueco.

4.6.1.5. Movimento do Oeste

A corrente identificada como «Movimento do Oeste» procurou fundamentalmente superar o empirismo de Amorós e seus continuadores. Como determinantes deste movimento, surgiram as figuras de Étienne Jules Marey (1830-1904), Fernand Lagrange (1845-1909), Georges Démeny (1850-1917) e Philippe Tissié (1852-1935). Em relação a cada um deles, pode-se dizer que:

- Marey dedicou-se principalmente ao estudo do movimento, criando métodos gráficos e cronofotográficos. Defendendo um movimento rítmico, natural e arredondado, em todos os sentidos e eixos do corpo, propunha um esquema de educação física que não se afastava da ginástica sueca, mas que se lhe opunha pelo seu conteúdo, ao dar prioridade a movimentos «naturalistas» e «ritmados», atendendo à predominância analítica, geométrica, afastada das leis naturais, da alegria e do divertimento.
- Lagrange aplicou-se a estudar e divulgar o efeito fisiológico e higiênico dos exercícios. Foi autor de inúmeras obras, nas quais procurou mostrar as relações entre a atividade cárdio-pulmonar e o trabalho muscular. Merecem particular destaque os seus estudos sobre a fadiga e a «surmenage».
- Démeny continuou o caminho do seu professor, Marey, e fez uma incursão no campo prático dos exercícios gímnicos, criando a Escola Francesa. Depois de ter aprovado o método de Ling, que havia estudado em Estocolmo, encontrou-lhe defeitos, principalmente o ser demasiado estático e rígido, pelo que formou um sistema baseado no ecletismo, na economia do esforço, no movimento completo, contínuo e arredondado e na pesquisa experimental¹⁶⁰. «Procura também desenvolver a vontade pelo esforço activo e pela aprendizagem da descontinuação dos grupos musculares inúteis para o movimento considerado» (Avanzini, 1978, p. 105).
- Tissié dedicou a sua vida a defender em várias obras uma ginástica não-militar e a implantar as ideias de Ling em França. Dedicou à criança um interesse especial, em particular na sua obra *Revue des Jeux Scolaires et d'Hygiène Sociale*.

4.6.1.6. Organismos internacionais

No Congresso Internacional de Odense (Dinamarca), realizado de 7 a 10 de julho de 1911, foi criado um Instituto Internacional de Educação Física que desaparecia em 1920 e cuja missão era a seguinte:

- 1) Hacer progresar la ciencia de la educación física y sus aplicaciones prácticas centralizando los resultados de los estudios y de las experiencias realizadas en el mundo e indicando las directrices a seguir para las nuevas investigaciones.
 - 2) Hacer penetrar en el espíritu de los pueblos el principio de que la educación física debe cooperar con la educación intelectual y moral.
- Los campos de acción y los medios precisados en el artículo 3 eran:
- el hogar, la escuela, el cuartel y la asociación libre, a fin de asegurar la educación física total en ambos sexos y a cualquier edad mediante:
 - a) los movimientos disciplinados según una gimnasia basada en los principios científicos de los que el sueco Per Henrik Ling fue el principal iniciador.
 - b) los movimientos libres que abarcan los juegos, los deportes, etc...
 - c) los movimientos aplicados a la estética, a la preparación militar y a la formación profesional.
 - d) la higiene individual y colectiva con el concurso de los agentes físicos: el aire, el agua, la luz, la alimentación.
 - e) la Kinesioterapia.

¹⁶⁰ Como se pode verificar pelo título de uma das suas obras, *Les bases scientifiques de l'éducation physique*, citado por Avanzini (1978, p. 105).

- f) las investigaciones biológicas, mecánicas, pedagógicas, psicológicas y sociológicas, relacionadas con la educación física» (Seurin, 1974, pp. 8-10)¹⁶¹

O comité deste Instituto, que tinha por objetivo a difusão do método de Ling, era composto por: Professor Sellen (Suécia), presidente; Dr. Philippe Tissie (França) e Inspetor Knudsen (Dinamarca), vice-presidentes; Professor De Genst (Bélgica), secretário-geral; Dr. Meyers (Holanda), tesoureiro. Este instituto tinha como finalidades: fazer progressos da Ciência da Educação Física e suas aplicações práticas, centralizando os resultados dos estudos e das experiências realizadas no mundo e indicando todas as diretivas a seguir nas novas investigações; fazer penetrar no espírito dos povos o princípio de que a Educação Física deve cooperar com a educação intelectual e moral.

O Congresso Olímpico, reunido em julho de 1921 em Lausana (Suíça), decidiu quais as federações internacionais que seriam admitidas nos Jogos Olímpicos, entre as quais se encontravam duas federações de ginástica: a Federação Internacional de Ginástica e a Federação Internacional de Ginástica Sueca. No entanto, esta ainda estava no estado de projeto e só no ano seguinte o coronel Nerman recebeu um mandato da Federação Sueca de Ginástica para criar uma federação internacional. O secretário-geral do antigo Instituto Internacional de Educação Física, professor H. de Genst, aceitou organizar o congresso para a constituição deste agrupamento internacional.

Em 1923, durante o Congresso Internacional realizado em 11 e 12 de junho no Palácio Mundial de Bruxelas (Bélgica), em resultado das discussões, decidiu-se abandonar a ideia, demasiado restritiva, de criar uma Federação Internacional de Ginástica Sueca e, na sessão de dia 11, foi oficialmente fundada a Federação Internacional de Ginástica Educativa com a missão de:

«1.º establecer una cooperación internacional entre las Asociaciones.

2.º influir en las Autoridades Públicas, en la Universidad, en los centros docentes y en la opinión pública, mediante Congresos, Conferencias, publicaciones, etc... a fin de generalizar la reforma de la educación física de la juventud sobre unas bases científicas.

¹⁶¹ «1) Fazer progredir a ciencia da educação física e as suas aplicações práticas centralizando os resultados dos estudos e das experiências realizadas no mundo e indicando as diretrizes a seguir pelas novas investigações.

2) Fazer penetrar no espírito dos povos o princípio de que a educação física deve cooperar com a educação intelectual e moral.

Os campos de ação e os meios especificados no artigo 3 eram:

- a casa, a escola, o quartel e a associação livre, a fim de assegurar a educação física total em ambos os eixos e em qualquer idade através de:

a) os movimentos disciplinados segundo uma ginástica baseada nos princípios científicos dos quais o sueco Per Henrik Ling foi o principal iniciador.

b) os movimentos livres que incluem jogos, desportos, etc.

c) os movimentos aplicados à estética, à preparação militar e à formação profissional.

d) a higiene individual e coletiva com a ajuda dos agentes físicos: o ar, a água, a luz, a alimentação.

e) a cinesioterapia.

f) as investigações biológicas, mecânicas, pedagógicas, psicológicas e sociológicas, relacionadas com a educação física». Tradução livre do autor.

3.º contribuir al estudio y a la difusión de la gimnasia educativa, principalmente mediante la organización periódica de demostraciones y eventualmente de competiciones internacionales»¹⁶² (Seurin, 1974: 12).

O Comité Executivo desta Federação era composto por: general Lefébure (Bélgica), presidente; coronel Nerman (Suécia) e Chéron (França), vice-presidentes; Professor De Genst (Bélgica), secretário-geral; comandante Van Blijenburgh (Holanda), tesoureiro. Entretanto, em 1930, face às oposições da Federação Internacional de Ginástica no seio do C.I.O., a designação anterior mudou para Federação Internacional de Ginástica Ling (F.I.G.L.). A F.I.G.L. decidia renunciar às competições e demonstrações em colaboração com o C.I.O. e dedicar-se à sua missão educativa específica. A F.I.G.L. seria sucessivamente dirigida pelo General Lefébure (Bélgica), Ten.-Coronel E. Nerman (Suécia, 1930-1935) e Major J.G. Thulin (Suécia, 1935-1958). Em fevereiro de 1931, a Federação publica o primeiro número do seu Boletim, que se constituiu numa das primeiras revistas especializadas de Educação Física do mundo.

4.6.2. Panorama Nacional da Educação Física

Nesta altura, ultrapassada a contestação à instituição de uma Educação Física educativa, era chegado o momento de se pôr o problema dos métodos de ensino. A época de chegada a Portugal do método sueco correspondeu à época social do final da Monarquia e à implantação da República. As deportações devido à situação política e as ligações intelectuais e económicas com França, Inglaterra, Bélgica etc., fizeram-nos chegar o método por via indireta, além disso, as necessidades essencialmente militares do País deram origem a nova distorção do método que assim só parcialmente foi adotado, com afastamento das justificações filosóficas. Assim, em Portugal, entre 1900 e 1940, se a aceitação do método de Ling era a base geral, existiam diversas interpretações do mesmo, consoante se atribuía maior importância à ginástica médica, à ginástica pedagógica ou à ginástica de aplicação, o que motivou a formação de três correntes, que destacamos (Cabral, 1973a, 1973b, 1973c):

- Corrente médico-pedagógica, técnica portuguesa de ginástica. Com base na ginástica médica de Ling, alguns médicos de Lisboa, de que se salientava Luís Furtado Coelho, desenvolveram uma técnica de ginástica com a qual pretendiam revigorar a saúde dos jovens da capital. Esta corrente teve o seu período áureo entre 1932 e 1940.
- Ginástica de Formação, pedagógica. Desenvolvida a partir da ginástica pedagógica de Ling, mas com base numa interpretação belga, a influência desta corrente viria a fazer-se sentir a partir de 1920.
- Ginástica Militar, aplicação. Desenvolvida a partir da ginástica de aplicação de Ling, a sua influência tornou-se mais notória nos esforços de alguns elementos das Forças Armadas, com as inerentes repercussões nos estabelecimentos militares a partir de 1936.

¹⁶² «1.º estabelecer uma cooperação internacional entre as Associações.

2.º Influenciar as Autoridades Públicas, na Universidade, nos centros docentes e na opinião pública, através de Congressos, Conferências, publicações, etc... a fim de generalizar a reforma da educação física da juventude em bases científicas.

3.º Contribuir para o estudo e divulgação da ginástica educativa, principalmente através da organização periódica de demonstrações e eventualmente de competições internacionais». Tradução livre do autor.

A influência de cada uma destas correntes viria a fazer-se sentir em diversas situações, relacionadas de forma direta ou indireta com a formação de professores e a conceção da disciplina, como adiante teremos oportunidade de expor. Aparece aqui um problema que emergira ao longo do ciclo anterior, a formação de pessoal docente. Este vai ser um traço marcante, de distintas iniciativas, que atravessará o espaço de tempo correspondente ao ciclo da Estandardização.

Segundo Barros (1958: 279) os primeiros anos do séc. XX caracterizaram-se por dois factos, que a seu tempo foram ou serão motivo de referência, a saber:

1) Um é a introdução da ginástica educativa, segundo o sistema de Ling, feita por Jorge Santos.

2) O segundo facto é o aparecimento dos grandes clubes, a princípio, quase todos dedicados exclusivamente à prática do futebol.

No exposto, temos de novo presente a dicotomia ginástica / desporto. Mas é nosso entender que outros factos marcaram não só o dealbar mas grande parte do novo século. Durante este ciclo, podemos distinguir oito tipos de iniciativas que desenvolvemos adiante e que induziram o desenvolvimento da Educação Física:

1. a publicação de obras sobre diferentes perspetivas da temática;
2. as iniciativas oficiais - Festa Nacional da Educação Física;
3. as iniciativas de formação especializada;
4. as iniciativas militares;
5. a entrada em funcionamento e o encerramento de escolas de formação;
6. a criação de organismos de intervenção estatal, Federação Nacional da Alegria no Trabalho, Organização Nacional Mocidade Portuguesa, Mocidade Portuguesa Feminina e Obra das Mães pela Educação Nacional;
7. as iniciativas desportivas;
8. e, finalmente, as ações de distintos personagens.

4.6.2.1. Obras publicadas

Nas primeiras duas décadas do séc. XX, registam-se a publicação de obras da especialidade traduzidas do francês, por vezes adaptadas pelo tradutor, em que se incluíam obras doutrinárias da ginástica educativa de Ling. Nesta altura, destacava-se pela sua produção Luis Furtado Coelho e, pelo seu impacto nos meios da Educação Física da época, a sua obra *Gymnastica Sueca*, publicada em 1907.

A partir da segunda década, como obras de referência no campo da Educação Física, merecem realce as de: Francisco Pinto de Miranda, *Preceitos de Educação Física (Lições sobre Ginástica Sueca)*»; Weiss de Oliveira, *A Força pela Saúde - Curso Elementar de Educação Physica - Professado na Escola de Instructores Chefes da J.R. de Lisboa e repetido no C.A.D.C. em Coimbra*; Jorge Calado, *Princípios de Educação Física - Lições professadas no Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) aos estagiários do 11.º grupo (1932-1933)*; Leal d'Oliveira; *Manual de Ginástica*; e Celestino Marques Pereira, *Tratado de Educação Física. Problema Pedagógico e Histórico*.

No campo das publicações periódicas, registre-se a existência das seguintes: *Revista de Educação Física*; *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física*; e *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*.

Simultaneamente a todos estes movimentos propagandísticos da Educação Física, desde o início do séc XX, o movimento desportivo começava a surgir, defendendo-se como alternativa à ginástica e desencadeando inúmeros movimentos, dos quais se destacam o aparecimento de obras sobre desporto em geral, mas também sobre desportos “tradicionais, Equitação e Natação, ou “modernos”, Atletismo, Futebol e Remo, bem como de publicações periódicas, onde se destacaram os títulos: *Os Sports*; *A Vida Sportiva*; e o *Diário do Sport*.

4.6.2.2. Iniciativas oficiais

Festa Nacional de Educação Física

Como iniciativa oficial de propaganda da causa da Educação Física, merece realce a aprovação em 1921 do *Regulamento das Provas Escolares de Educação Física* que instituiu a *Festa Nacional de Educação Física* a realizar anualmente.

4.6.2.3. Iniciativas pela formação especializada

As iniciativas em prol de docentes de Educação Física que nos merecem destaque resultam do facto de muitos dos “professores de ginástica” existentes terem a sua reputação feita pela prática, tendo mesmo começado a surgir movimentos de denúncia dos “charlatões improvisados” que surgiam misturados. Daqui, surgiram movimentos de uma classe emergente, a dos “professores de ginástica”, que dinamizaram movimentos de defesa da necessidade de existência de um programa de formação especializada e de defesa do seu estatuto profissional. Recorrendo a campanhas nos jornais, memorandos dirigidos ao governo (1907), à fundação da Sociedade Promotora da Educação Física Nacional (1909)¹⁶³, à criação da Associação dos Professores de Educação Física (1914), à realização de (1.º e 2.º) Congressos de Educação Física (1916 e 1925), à fundação da Liga dos Professores de Educação Física (1916), à fundação da Liga de Estudo e Propaganda de Educação Física (1920)¹⁶⁴ e à Reunião dos Professores de Educação Física (I.N.E.F. - 1958), as movimentações em defesa destas causas ganhavam contorno.

Fazemos aqui uma chamada de atenção, para um acontecimento que reputamos de extrema importância no conjunto destas movimentações. De 9 a 12 de junho de 1916 realizou-se no Ginásio Club Português - Lisboa o 1º Congresso de Educação Física. O Congresso dividiu-se em 3 secções: 1.ª Secção - Educação Física e Higiene Escolar; 2.ª Secção - Educação Física post-escolar e preparação militar; 3.ª Secção - Cultura Física, sua aplicação. Esta iniciativa levou às salas do clube um núcleo importante de homens de ciência que defenderam várias e

¹⁶³ Ver Anexo A.7 - I, pp. 429-430; Anexo A.8 - I-IV, pp. 433-435.

¹⁶⁴ Ver Anexo A.7 - II, p. 431.

interessantes teses e comunicações: dr. *Alves dos Santos*, Professor da Faculdade de Letras e da Escola Normal Superior; dr. *Francisco Pinto de Miranda*, inspector de ginástica; dr. *José Pontes*, dr. *Tovar de Lemos*, sub-delegado de saúde, antigo professor do Liceu de Pedro Nunes e sócio da Academia das Ciências de Portugal; dr. *Xavier da Silva*, médico antropologista.

O Dr. *Tovar de Lemos*, na qualidade de sócio da Academia das Ciências de Portugal foi o relator da tese intitulada «*A Ginástica na Escola Primária - sua organização*» onde se pode constatar o problema da formação docente, atente-se às palavras apresentadas:

«Na escola primaria, o ensino da ginastica deve ser confiado aos professores primarios. É interessante o que tem sucedido em toda a parte com o ensino da ginastica na escola primaria. Durante muito tempo tem ficado em esboço e mercê exactamente da dificuldade que em toda a parte houve de orientar o professorado no sentido de bem desempenhar o seu papel de educador fisico,... E já porque a sua iniciação foi fraca, e as circunstancias não se conjugaram no sentido de o aperfeiçoar nestes assuntos, como regra, o professor primario sendo muito habil para o ensino das outras disciplinas, é todavia bastante desconhecedor dos principios que devem reger um bom desenvolvimento fisico, quando é certo que com o mesmo cuidado senão maior, deveria preocupar-se não só da educação intelectual mas tambem da educação fisica.»

Constatando a falta de preparação dos professores de Educação Física e como forma de colmatar o atraso na implementação das medidas legislativas, Luís Furtado Coelho decidiu organizar um curso, orientado pelo professor sueco Boo Kullberg, que apenas durou três meses¹⁶⁵.

O ano de 1936, ficaria também associado a iniciativas particulares de defesa do método oficial. Presidido e orientado por José Pontes, junto com José António Marques e Guilherme de Figueiredo, delegados do Ginásio Club Português, realizou-se o 1.º Congresso de Ginástica Educativa (Pontes, 1944).

4.6.2.4. Iniciativas militares

Relativamente às iniciativas militares desenvolvidas neste período, consideremo-las segundo o ramo das Forças Armadas a que respeitam: Armada e Exército. Nas iniciativas da Armada, podemos distinguir três momentos:

1. A publicação, em 1905, do «Manual de Ginástica», da autoria de Joaquim Costa, uma obra com influência directa dos esquemas preconizados por Ling na organização da lição de ginástica.
2. A organização, em 1916, por iniciativa do oficial da Armada José Murinello, no Campo Entrincheirado de Lisboa de cursos de Monitores para sargentos. Estes cursos viriam a dar frutos em 1918, quando o Governador do Campo propõe generalizar as práticas de Educação Física a todo o pessoal. Em resultado desta proposta, estes trabalhos serviram de inspiração à organização que viria a vigorar na Armada em 1924, quando foi criada a Comissão Técnica de Educação Física da Armada.
3. A criação em 1924 das Escolas de Educação Física da Armada, estabelecimentos que seguiam a orientação da ginástica de aplicação do método de Ling. Mas porque, quer a Comissão Técnica de Educação Física da Armada, quer as Escolas de Educação Física da Armada não chegaram a desenvolver uma actividade consentânea com as designações e atribuições que lhes foram conferidas, o Ministério da Marinha entendeu por bem extingui-las em 1938.

Nas iniciativas do Exército, podemos identificar quatro momentos distintos:

¹⁶⁵ Ver Anexo A.6 - I-XXI, 397-428; Anexo A.9 - I-XII, pp. 437-442.

1. A publicação em 1906, pelo Ministério da Guerra, do «Regulamento para a Instrução de Ginástica nos Corpos do Exército», uma obra onde já era notória a influência da doutrina de Ling.
2. A nomeação de uma comissão para estudar a introdução dos exercícios militares nas escolas de ensino geral. O resultado deste trabalho teve expressão na publicação, em 1911, do *Regulamento para a instrução militar preparatória*, para, no ano seguinte, ser publicado o regulamento das «Sociedades de instrução militar preparatória», o que levou à criação de inúmeras sociedades espalhadas pelo país. Contudo, problemas de vária ordem fizeram gorar esta iniciativa.
3. A nomeação de um oficial para apresentar medidas de generalização das práticas da Educação Física. A organização proposta mereceu a aprovação do Ministério da Guerra, o qual, em novembro de 1919, obtem autorização para lançar um plano global de Educação Física que incluía a criação de uma Escola com um Centro de Estudos técnicos e científicos anexo. A Escola de Esgrima do Exército foi criada em 1920, juntamente com o respetivo regulamento, que seria alterado no ano seguinte, para iniciar funções em janeiro de 1922.
4. A criação, em 1933, da Comissão Superior de Educação Física do Exército e, por extinção da Escola de Esgrima do Exército, da fundação da Escola de Educação Física do Exército. Após esta dupla criação, foi possível ao Exército dar uma orientação e uma unidade bem definidas ao ensino da Educação Física nas suas fileiras, as quais foram expressas nas *Directivas para a Instrução da Ginástica e dos Jogos nas Fileiras do Exército*. Este estabelecimento tinha uma organização de estudos e uma orientação doutrinária e técnica semelhante à que se verificava na Escola Superior de Educação Física da Sociedade de Geografia, ainda que os respetivos planos de matérias apresentassem algumas diferenças. Não se olvide que estamos a falar de um estabelecimento militar, pelo que a orientação da ginástica de aplicação não poderia estar arredada. Este estabelecimento funcionou até 1940.

Uma nota final, para referir que elementos nomeados pelos Ministros da Guerra e da Marinha fizeram parte da Comissão nomeada em 1915, cujos trabalhos deram origem à publicação, em 1920, do *Regulamento Oficial de Educação Física*. A vigência deste regulamento nas Forças Armadas perdurou até 1940.

4.6.2.5. Escolas de formação

A progressiva importância da Educação Física levava o governo resultante da implantação da República a criar, em 1911, duas Escolas de Educação Física, anexas às Universidades de Lisboa e Coimbra, onde se pretendia formar professores de Educação física «destinados a aplicar e ensinar os seus diversos ramos». Dado que a tentativa de criação das Escolas de Educação Physica nunca se concretizou, em 1921, o governo procurava remediar este inconveniente e era criado o Curso Normal de Educação Física. Este seria, por sua vez, integrado na Escola Normal Superior de Lisboa em 1923. Se, do seu funcionamento em 1921 e 1922, nos chegaram os registos das conferências proferidas para os estagiários do curso pelo Inspector de Ginástica, Dr. Francisco Pinto de Miranda¹⁶⁶, já a partir de 1923 apenas se sabe que a disciplina nuclear do curso Metodologia geral da educação física nunca chegou a ser ministrada.

O regime do Estado Novo viria a intervir na formação de professores, ao extinguir as Escolas Normais Superiores, criando, em sua substituição, as Secções de Ciências Pedagógicas das Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa. Esta situação, fruto da influência exercida pelos representantes da corrente médico-higiénica nas entidades superiores, representaria o

¹⁶⁶ Pinto de Miranda, F. (1926). *Preceitos de Educação Física (Lições sobre Ginástica Sueca)*. Coligidas por Carlos de Noronha e Anibal Pinheiro. Lisboa, Simões, Marques, Santos & C.^a, Ltd.^a.

expoente máximo desta corrente, expressa nas lições professadas por Jorge Calado no Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) em 1932-1933¹⁶⁷.

Face à ineficácia governativa no capítulo da formação de professores de Educação Física, mas também como reação à influência nas cúpulas oficiais da corrente médico-higiénica, um conjunto de individualidades com passado na Educação Física motivou um dos directores da altura da Sociedade de Geografia de Lisboa a propor a criação da Escola Superior de Educação Física no seio da Secção Educativa da mesma Sociedade¹⁶⁸. Agrupando interesses diversificados no campo da especialidade, médicos e técnicos, apoiado por representantes da corrente da ginástica pedagógica de Ling, este estabelecimento procurava responder à necessidade de formar professores competentes. Este projeto acabou por representar o baluarte mais avançado da Educação Física em Portugal, por três ordens de razões:

- (1) a orientação do plano de estudos, que representava um progresso considerável na altura, quer pela pedagogia utilizada, quer pelo conjunto de disciplinas teóricas, práticas e pedagógicas, que incluíam actividades desportivas, ginástica correctiva e reeducativa;
- (2) um corpo docente constituído por médicos e por técnicos da especialidade, revelador da cooperação estabelecida entre representantes destes dois grupos de interesses;
- (3) a qualidade desse mesmo corpo docente, constituída por individualidades de reconhecida competência nas matérias das disciplinas a ensinar.

Em 1940, regista-se o encerramento das escolas de formação existentes, as Secções de Ciências Pedagógicas das Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa, a Escola Superior de Educação Física (E.S.E.F.) da Secção Educativa da Sociedade de Geografia de Lisboa e a Escola de Educação Física do Exército e a criação do Instituto Nacional de Educação Física. O Instituto deu um incremento importante à expansão de duas correntes: a defendida pelos mentores da E.S.E.F. da Sociedade de Geografia, mas, principalmente, à militar, dada a crescente influência dos militares na vida nacional, cuja vantagem é redobrada pela presença maciça no corpo docente do Instituto. A criação do I.N.E.F., que funcionaria em estreita cooperação com organismos militares e com a Mocidade Portuguesa, surgia para enquadrar o sector de formação dos professores na linha do pensamento centralizador do Estado Novo. A partir desta época, emerge a formação especializada em Educação Física, até aos dias de hoje fundamentalmente preocupada com a Educação Física no ensino secundário. O curso seria alterado por Lei de 1953, mas regulamentado apenas em 1957, a ação do I.N.E.F. ultrapassando em muito os ajustamentos curriculares, para entrar na organização de diversos eventos, particularmente nos anos 60.

4.6.2.6. Organismos de intervenção estatal

A solução do problema da educação física foi adiada até 1935, mas alguns factos constituíram momentos experimentais que antecipavam a criação das instituições

¹⁶⁷ Calado, J.B. (1935b). *Princípios de Educação Física - Lições professadas no Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) aos estagiários do 11.º grupo (1932-1933)*. Lisboa, Imprensa Nacional.

¹⁶⁸ Faustino, A., Tamar, L. & Morgado, V. (2002). *A Escola Superior de Educação Física da Sociedade de Geografia de Lisboa (1930-1940)*. In: Pastor Pradillo, J.L. et al. (Eds). *La presencia del cuerpo en la escuela*, p. 213.

indispensáveis para facilitar o intervencionismo estatal e apoiar a vivência da ideologia dominante.

A partir de 1935, na linha dos princípios ideológicos perfilhados pelo Estado Novo, são lançadas pelo Governo as bases de uma reorganização da Educação Física escolar e, simultaneamente, numa tentativa de alargar o controlo estatal a todos os setores da população portuguesa, são criados variados organismos: a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (F.N.A.T.) em 1935; no ano seguinte, a Junta Nacional da Educação (J.N.E.) em 1936; a Organização Nacional Mocidade Portuguesa (O.N.M.P.), a Mocidade Portuguesa Feminina, em 1936; e a Obra das Mães pela Educação Nacional (O.M.E.N.), também em 1936.

Federação Nacional da Alegria no Trabalho

Em 1935, pelo Decreto-Lei n.º 25:495, de 13 de junho, era criada a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (F.N.A.T.), com o fim de «aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses de forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico...» (art. 2.º) e onde a ginástica, a dança, os desportos e as atividades de ar livre adquiriram papel fundamental. A sua organização e funcionamento eram regulados pelos estatutos publicados em anexo ao decreto, em cujo art. 4.º eram definidos como meios de acção da F.N.A.T.: «Em ordem a um maior desenvolvimento físico: c) Promover, estimular e organizar desafios, demonstrações atléticas e festas desportivas; d) Criar cursos de ginástica e educação física». Cinco anos mais tarde, em 28 de dezembro de 1940, era publicado o Decreto n.º 31:036 que promulgava os estatutos porque passava a reger-se a F.N.A.T.. Nestes estabeleciam-se como competências (art. 5.º):

«6.º Criar cursos de ginástica e educação física;

7.º Promover e organizar festas desportivas;

8.º Promover a criação de organismos de carácter desportivo ou recreativo e a federação dos já existentes».

Anos mais tarde, pelo Decreto-Lei n.º 37:835, de 24 de maio de 1950, eram reconhecidas as isenções constantes dos artigos 41.º e 42.º dos estatutos da F.N.A.T., aprovados pelo Decreto n.º 37:836, da mesma data. Neste, era revogado o decreto-lei n.º 25:495 e publicados os novos estatutos da Fundação.

Mocidade Portuguesa

Pelo Decreto n.º 26:611, de 19 de maio de 1936, era aprovado o regimento da Junta Nacional da Educação (J.N.E.), em execução da Lei n.º 1:941, que tinha por fim «o estudo dos problemas relativos à formação do carácter, ao ensino e à cultura do cidadão português, a par do desenvolvimento integral da sua capacidade física». A J.N.E. era constituída, entre outras, pela Secção de educação moral e física, por sua vez dividida nas seguintes sub-secções: 1.ª Educação moral e cívica; 2.ª Educação física e pré-militar. De entre as atribuições desta última (art. 16.º), realce para as seguintes: emissão de pareceres sobre os métodos da ginástica de formação; promoção da orientação e coordenação dos desportos e jogos desportivos; promoção

do desenvolvimento de todas as espécies de desporto e estimulação da criação de uma ampla rede de ginásios, piscinas naturais ou artificiais e campos de jogos em todo o País; emissão de pareceres sobre os métodos de educação física e pré-militar a adotar na organização nacional Mocidade Portuguesa.

No mesmo Decreto (art. 40.º), era instituída a organização nacional Mocidade Portuguesa «que abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar». No regulamento da organização, publicado no Decreto n.º 27:301, de 4 de dezembro, consignava-se que promoveria «a educação moral e cívica, física e pré-militar dos filiados» (art. 1.º § 1.º), que se dividiriam em quatro escalões, consoante as idades, com designações próprias: dos 7 aos 10 anos, chamar-se-iam «lusitos»; dos 10 aos 14, «infantes»; dos 14 aos 17, «vanguardistas»; dos 17 até aos 26, «cadetes». Estes últimos constituiriam a milícia da Mocidade Portuguesa (M.P.) e seriam comandados, na sua atividade pré-militar, por um oficial superior do exército ou da armada (art.º 9º). No escalão inferior, o dos lusitos, estabelecia-se a escola ou posto escolar «como centro de actividade» e regulava-se a correspondente atividade física «que consistirá essencialmente em marchas e jogos [e] será ministrada pelo professor primário ou regente do posto escolar, que terá também a seu cargo a formação nacionalista, e será auxiliado na formação moral, pelo pároco ou seu delegado» (art.º 12.º, § 2). Entretanto, em 29 de novembro de 1940, era aprovado pelo Decreto n.º 30:921 o regulamento da disciplina da M.P., que, no art. 2.º, estabelecia:

«Na M.P., castiga-se e recompensa-se com o fim de corrigir melhorar e estimular os filiados. Os castigos não são penas que deshonrem nem as recompensas consagrações que envaideçam: uns e outras constituem meros instrumentos a usar pelos dirigentes para conseguir os objectivos educativos da Organização, mormente desenvolvendo a consciência do dever e o sentimento da responsabilidade.»

Nos deveres atribuídos aos filiados na organização, realce-se o estipulado no art. 6.º «Suportar serenamente e sem rancor a vitória dos outros nos jogos e competições desportivas e nas restantes actividades da M.P.».

Na tentativa de apertar o controlo do Estado sobre «todas as organizações, associações ou instituições que tivessem por objecto a educação cívica, moral e física da juventude», era publicado, em 9 de março de 1942, o Decreto-lei n.º 31:908, que estabelecia que, «para se constituir e poder exercer actividades», estas careciam «de aprovação dos estatutos pelo comissário nacional da Organização Nacional Mocidade Portuguesa», sob cuja direção e fiscalização ficavam sujeitas no seu exercício. Em 31 de março de 1944, o Comissário Nacional da M.P., Marcelo Caetano, apresentava a «mensagem inicial» da Campanha Nacional de Educação Física, incluída no programa de revigoração da raça atribuído à M.P..

Pelo seu carácter orientador, registe-se também a publicação das seguintes obras da responsabilidade da O.N. Mocidade Portuguesa: em 1941, de Directivas para a instrução geral de infantes e vanguardistas e de Normas Regulamentares para Concursos e Campeonatos Nacionais da Mocidade Portuguesa; em 1943, de Directivas para o ensino da educação física;

em 1945, de Ciclo de estudos de educação física: promovido pela Direcção dos Serviços de Educação Física e Desportos e de Ciclo de estudos de educação física: conclusões obtidas, votos e conclusões finais: promovido pela Direcção dos Serviços de Educação Física e Desportos; em 1947, de Directivas Gerais sobre Educação Física; em 1948, de Directivas Pedagógicas e Técnicas.

Obra das Mães pela Educação Nacional

Ainda em 1936, pelo Decreto n.º 26:893, de 15 de agosto, eram aprovados os Estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (O.M.E.N.). O artigo 1.º definia a sua natureza jurídica «associação de utilidade pública, cuja personalidade jurídica se destina a estimular a acção educativa da família e a assegurar a cooperação entre esta e a escola, nos termos da Constituição» e no art. 2.º eram definidos os seus fins, de que merecem referência o «8.º Dar ao professor uma cooperação efectiva na educação moral e cívica dos alunos, no ensino do canto coral, no exercício da ginástica rítmica e nas festas escolares», o «9.º Desenvolver entre os portugueses o gosto pela cultura física, tendo em vista a saúde de cada um e o serviço da Pátria» e o «11.º De um modo geral contribuir por todas as formas para a plena realização da educação nacionalista da juventude portuguesa».

Pela sua componente ideológica, refiram-se ainda os artigos que consideravam as categorias de associadas da O.M.E.N.: podiam ser associadas efetivas «as mãis portuguesas ou de sangue português, no gozo do pátrio poder» (art. 4.º), e associadas auxiliares «as mulheres portuguesas ou de sangue português, maiores ou emancipadas, que, embora não sendo mãis, queiram colaborar na obra da educação da juventude» (art. 5.º); bem como o art. 11.º § 2.º que fazia referência às ligações com a Igreja ao estabelecer que «em cada freguesia o pároco será convidado para as reuniões ordinárias das comissões da O.M.E.N.».

Mocidade Portuguesa Feminina

O Regulamento da Mocidade Portuguesa a que aludimos refere-se exclusivamente ao sexo masculino, o feminino viria mais tarde, aproximadamente um ano depois, com a sigla M.P.F. (Mocidade Portuguesa Feminina), publicado pelo Decreto n.º 28:262, de 8 de dezembro de 1937, dia da Imaculada Conceição. O Regulamento da Mocidade Portuguesa Feminina é fundamentalmente igual ao da masculina, com particularidades derivadas da diferença dos sexos.

O Regulamento estabelecia que a M.P.F. tinha por fim «estimular nas jovens portuguesas a formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social, no amor de Deus, da Pátria e da Família» (art. 1.º), para cujo cumprimento promoveria «a educação moral e cívica, física e social das filiadas, segundo a idade e as condições do meio» (art. 1.º § único). As suas filiadas dividir-se-iam em quatro escalões, consoante as idades: dos 7 aos 10 anos, chamar-se-iam «lusitas»; dos 10 aos 14, «infantas»; dos 14 aos 17, «vanguardistas»; dos 17 até aos 26, «lusas». Na Educação Física, por

exemplo, atende-se a que (art. 4.^a) «A educação física, sempre associada à higiene, visará o fortalecimento racional, a correcção e a defesa do organismo, tanto como a disciplina da vontade, a confiança no esforço próprio, a lealdade e a alegria sã, mediante actividades rigorosamente adequadas ao sexo e à idade. § único. Serão excluídas as competições ou exhibições de índole atlética, os desportos prejudiciais à missão natural da mulher e tudo o que possa ofender a delicadeza do pudor feminino.»

Refiram-se ainda os artigos 11.^o § 2.^o, que estabelecia ser o Commissariado Nacional coadjuvado «pelas auxiliares especializadas que se tornarem indispensáveis, designadamente para os serviços de educação física (...); e 21.^o, que anunciava virem a ser criadas «escolas de graduadas e cursos de aperfeiçoamento para dirigentes e instrutoras, professoras e regentes, designadamente sobre organização da M.P.F., educação moral, economia doméstica, higiene e educação física, enfermagem, puericultura, música elementar e canto coral, formação nacionalista e serviço social».

A O.N.M.P. e a M.P.F. eram organizações para-escolares do Estado, destinadas a completar, com elasticidade administrativa e alto espírito patriótico, a educação dada nas escolas de todos os graus. Resultavam da incapacidade da escola para realizar a formação integral da juventude e da necessidade de lhe proporcionar também uma formação de natureza pré-militar. A F.N.A.T. actuava no mesmo sentido, para os organismos corporativos.

4.6.2.7. Iniciativas desportivas

Nas iniciativas ligadas ao movimento desportivo, registre-se a fundação de clubes, a princípio, quase todos dedicados exclusivamente à prática do futebol. Destes, destacamos a criação de alguns, cujo trabalho no campo gímico foi mais importante, a saber: Sporting Clube de Portugal (1906), Sport Lisboa e Benfica (1908) e Lisboa Ginásio Clube (1918). Em 1910, organizados pela Sociedade Promotora da Educação Física Nacional, que entre os seus fins incluía «promover junto dos poderes públicos a adopção de todas as medidas que possam concorrer para o progresso da educação física em Portugal, bem como a regulamentação de todas as provas desportivas», realizaram-se os 1.^o Jogos Olímpicos Nacionais, em que, segundo Pontes (1934, p. 242), «1.080 creanças dos collegios particulares e de ensino official fazem uma "parada de Gimnastica"». Nos anos seguintes, realizaram-se a 2.^a (1911) e 3.^a edições (1912) deste evento. No Relatório da Sociedade publicado em 1911¹⁶⁹, podia ler-se:

«Por estas razões, a organização dos Jogos Olímpicos Nacionais, impõe-se a todos os que se interessam pelo levantamento físico e moral do país, não podendo a Sociedade Promotora da Educação Física Nacional, destinada a estimular e a fomentar a organização da educação física entre nós, deixar de promover essa forma de propaganda e êsse meio de orientação comum dos desportos sem falsear as disposições fundamentais dos seus estatutos. A Sociedade Promotora da Educação Física Nacional, de combinação e acôrdo com as Associações, Clubs e Federações desportivas, conseguiu êste ano reunir os programas nas diversas provas, algumas já devidamente regulamentadas, para lhes poder dar a publicidade e o realce necesarios á educação do espírito publico e á devida preparação dos concorrentes. *Alguns dos concorrentes*

¹⁶⁹ Relatório da Sociedade Promotora da Educação Física Nacional (1911), citado por Pontes (1934: 244-245).

às provas dos Jogos Olímpicos Nacionais dêste ano já foram apurados em campeonatos organizados por algumas sociedades desportivas...»

A propósito de iniciativas, ainda que de teor publicitário, deve ainda assinalar-se a realização da 1.^a Exposição Triunfal do Desporto em 1934.

4.6.2.8. Personagens

Durante o período em análise, destacam-se os contributos de Luís da Costa Leal Furtado Coelho (tenente do exército e médico), João Gomes de Oliveira (licenciado do Curso Superior de Educação Física da Universidade de Gand e professor na Escola Normal Primária do Porto), Francisco Pinto de Miranda (médico, Inspector de Ginástica da Repartição de Sanidade Escolar, professor do Curso Normal de Educação Física), José Godinho Weiss de Oliveira (médico), Benjamim Jorge Calado (médico, Chefe de Serviços da Repartição de Educação Física, professor do Liceu Normal de Lisboa), António Palermo Leal d'Oliveira (capitão do Exército, formado na Escola de Esgrima do Exército e no Curso Normal de Educação Física da Universidade de Lisboa, doutorado pelo Instituto de Educação Física da Universidade de Gand e professor da E.S.E.F. da Sociedade de Geografia, da Escola de Educação Física do Exército e do I.N.E.F.), Alberto Feliciano Marques Pereira (capitão do Exército, Inspector de Ginástica da Mocidade Portuguesa e professor do I.N.E.F.) e Celestino Bernardo Feliciano Marques Pereira (capitão, gimnastikdirektor pelo Real Instituto Central de Ginástica de Estocolmo, doutorado pela Universidade Livre de Bruxelas, Director dos Serviços de Educação Física e Desportos da Mocidade Portuguesa e professor do I.N.E.F.).

Se atendermos às carreiras destes personagens, constatamos a sua qualidade de militares ou de médicos, o que parece confirmar a afirmação de Ulmann (1965), citado anteriormente (p. 15), de que a Educação Física se desenvolveu sob o impulso dos militares, sendo, em seguida, apoiada pelos higienistas e médicos, ainda que, no caso português, seguindo esta evolução até certo momento e, depois, sofrendo uma espécie de recaída, os militares voltando a ganhar preponderância. Todavia, o relevo por eles conseguido resulta também do facto de terem personificado correntes de interpretação do método sueco, que se sucederam ao longo deste período. Quanto à aceitação do método sueco, ocorreu até cerca dos anos 60 e, se atendermos às suas características estruturantes, fez com que o trabalho deste ciclo fosse metódico e bem fundamentado. O espaço de tempo até 1910 marcou a consolidação institucional da necessidade de Educação Física nas escolas públicas portuguesas, deixando mesmo de ser apanágio exclusivo das escolas primárias.

4.6.3. Situação Socioeducativa

Enquadrada por factos e acontecimentos da história portuguesa, pretende-se retratar a situação educativa a partir das alterações organizacionais do Ministério, das alterações organizacionais de serviços dependentes do Ministério directamente relacionados com a Instrução Pública, com Ensino Primário, ou com Sanidade Escolar e Educação Física, e

finalmente das sucessivas reformas e das consequentes reestruturações curriculares com os respetivos programas.

A propaganda republicana continuava a fazer-se a todo o transe. Os partidos políticos da Monarquia, em vez de se unirem, guerreavam-se. Não havia ordem nem autoridade. Os governos não tinham estabilidade. D. Carlos, que governou de 1889 a 1908, atendendo a esta confusão política e social, chamou ao poder o conselheiro João Franco que, dissolvendo o parlamento, começou a governar em ditadura. Mesmo com poderes ditatoriais o Governo não tinha possibilidades de abafar as frequentes movimentações agressivas da oposição e de acudir a todos os lugares onde os incidentes se multiplicavam. Em 28 de janeiro de 1908, uma tentativa revolucionária, sem imediatas consequências, serve de pretexto a João Franco para conseguir do rei a assinatura de um decreto que iria permitir a supressão dos discordantes, prendendo-os e deportando-os para o Ultramar. D. Carlos estava então em Vila Viçosa, onde lhe levaram o decreto, que assinou. Logo de seguida, em 1 de fevereiro, o rei regressa a Lisboa e, à chegada, é assassinado a tiro, ele e o príncipe primogénito, na carruagem em que seguiam, no Terreiro do Paço.

Em virtude deste acontecimento, subiu ao trono o infante D. Manuel, que foi aclamado em maio de 1908. Foi curto o reinado de D. Manuel II. Governou de 1908 a 1910. A Monarquia ainda se arrastaria durante mais dois anos, até à proclamação vitoriosa da República. Os partidos monárquicos continuaram a guerrear-se e, entretanto, o partido republicano ia fazendo a sua propaganda e engrossando as suas fileiras.

No dia 4 de outubro de 1910, rebentou em Lisboa uma revolução que, no dia seguinte, saía triunfante com a Proclamação da República no edifício da Câmara Municipal de Lisboa. Após a revolução de 5 de outubro foi constituído um Governo Provisório, que promoveu a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, que se reuniu pela primeira vez em 11 de junho de 1911. No dia 21 de agosto do mesmo ano foi aprovada a Constituição Política da República.

Devido a desinteligências partidárias e às constantes lutas políticas, o primeiro Presidente da República eleito, Dr. Manuel de Arriaga, a 24 de agosto de 1911, renunciou em 26 de maio de 1915 ao seu mandato, que terminava em outubro do referido ano. Para o substituir, foi nomeado provisoriamente o Dr. Teófilo Braga, que foi sucedido pelo Dr. Bernardino Machado. Como se pode verificar o país atravessava uma fase de convulsão política.

As lutas partidárias aumentavam, e com elas o descrédito do parlamentarismo. Por isso, em dezembro de 1917, houve em Lisboa uma revolução nacionalista chefiada pelo Dr. Sidónio Pais que saiu triunfante. Foi então deposto o Dr. Bernardino Machado. Sidónio Pais, precursor dos governos de força, dissolveu o Parlamento, modificou a Constituição, reatando algumas leis tradicionalistas que tinham sido abolidas, e, em maio de 1918, foi eleito diretamente pelo povo Presidente da República Portuguesa. Mas as desordens e as desavenças entre os numerosos partidos prosseguiram encarniçadamente. No meio desta agitação, Sidónio Pais foi assassinado na estação do Rossio em 14 de dezembro de 1918. Depois deste acontecimento, foi escolhido para Chefe de Estado substituto o contra-almirante Canto e Castro. Sucede-se então um período de grande agitação interna. A 19 de janeiro de 1919 estalou no Porto uma revolução que

proclamou a monarquia. Este movimento foi definitivamente sufocado em 13 de fevereiro do mesmo ano, voltando a restaurar-se a Constituição de 1911. O golpe militar de 28 de maio de 1926, que pôs termo à I República, foi inicialmente bem recebido pela população portuguesa. Com efeito, fruto de diversos fatores como a instabilidade governamental, as lutas entre os políticos militantes, as disputas parlamentares, os sobressaltos da vida quotidiana frequentemente alvoroçada com irregularidades cometidas, o País estava cansado da inquietação pública e, nas palavras, de autores como António Sérgio, desejoso de um braço forte que se impusesse e fosse respeitado, pelo que confiou no vigor e nas "boas intenções" dos revoltosos. A Revolução iniciada em Braga, sob a direção do general Gomes da Costa, em breve se tornou triunfante com a sucessiva adesão de todos os regimentos do País. Em seguida, foi constituído um governo chefiado pelo comandante Mendes Cabeçadas, que assumiu o poder com plenas atribuições executivas, mas cujo mandato foi efémero. O general Gomes da Costa, então ministro da Guerra, chefiando novo pronunciamento, depôs o comandante Cabeçadas e organizou um Governo Militar sob a sua presidência, em que tomou atribuições de Chefe de Estado. Foi este governo que deu começo à Ditadura Nacional. Em 25 de março de 1928 foi eleito Presidente da República o general António Óscar de Fragoso Carmona e a 27 de abril do mesmo ano assumia a direção da pasta das Finanças o Dr. António de Oliveira Salazar, que havia de dar forma ao regime dito do Estado Novo. Com efeito, a 5 de julho de 1932, António de Oliveira Salazar foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros. Em 19 de março de 1933 era aprovada em plebiscito nacional uma nova Constituição da República. Para em 11 de abril desse ano entrar em vigor a nova Constituição Política, com uma fachada parlamentar em duas câmaras, dominadas pela União Nacional, que veio estabelecer os fundamentos do Estado Novo sob a fórmula de República Unitária e Corporativa, tendo como base a seguinte trilogia: Deus, Pátria e Família.

Ministério

No início deste período as questões do ensino estavam na alçada da Direção Geral do Ministério do Reino. Após a instauração da República, esperava-se que as autoridades responsáveis pelo ensino iniciassem as suas movimentações legislativas pela criação do ministério responsável. Tal não aconteceu e, como se estabelecia no artigo 1.º do Decreto de 29 de março de 1911, «A direção do ensino infantil, primário e normal, enquanto se não organiza o Ministério de Instrução Pública, pertence ao Ministério do Interior». Esta situação perdurou por dois anos. Apenas em 1913 a educação ganha relevo que lhe permita autonomizar-se.

Finalmente, pela Lei n.º 12 de 7 de julho era criado o Ministério da Instrução Pública. Era a terceira vez que uma iniciativa legislativa criava um organismo responsável pelo ensino. Entretanto pelo Decreto n.º 159, de 13 de outubro desse ano, eram integrados no Ministério de Instrução Pública vários serviços e estabelecimentos de ensino, até aí na dependência dos Ministérios do Interior, da Guerra, do Fomento e das Colónias. Em 20 de janeiro de 1917 era

publicado o Decreto n.º 2:946¹⁷⁰, que aprovava o novo regulamento do Ministério da Instrução Pública. Mas em 18 de julho de 1918, com a publicação do Decreto n.º 4:675, a situação regredia e o Ministério da Instrução Pública passava a denominar-se Secretaria de Estado da Instrução Pública (Art. 1.º). Algum tempo depois, a 7 de setembro, era publicado o Decreto n.º 4:786 que regulamentava os serviços da Secretaria de Estado.

A 23 de dezembro de 1918, *José Alfredo de Magalhães*, tomava posse como Ministro da Instrução Pública. Desta vez, a quarta, a criação do Ministério era para permanecer, embora com mudanças de nome. Em 8 de fevereiro de 1929, com a publicação do Decreto n.º 16:481, eram reorganizados os serviços do Ministério da Instrução Pública. Entretanto, em 13 de maio eram nele incorporados todos os serviços do ensino técnico até então pertencentes aos Ministérios do Comércio e Comunicações e da Agricultura. Pelo que, em 15 de maio do mesmo ano, o Decreto n.º 16:836 aprovava o regulamento do Ministério da Instrução Pública.

A instauração da nova ordem constitucional, resultante da aprovação da Constituição de 1933 e da instalação do Corporativismo, provocou mudanças na estrutura organizacional. Assim sendo ministro da Instrução Pública o professor António Carneiro Pacheco, foi aprovada a Lei n.º 1:941, de 11 de abril de 1936, intitulada *Remodelação do Ministério da Instrução Pública*. Dentre as bases da organização, estabelecia-se na Base I que «O Ministério da Instrução Pública passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional», denominação que se manteve-se até abril de 1974. Na lógica do apertado controlo que se pretendia imprimir, a Base III avisava que «No funcionamento dos serviços do Ministério será observada rigorosamente a hierarquia, sob pena disciplinar para todos os inspectores.» E, para apertar o cerco, dizia a Base V que «Na selecção do professorado de qualquer grau de ensino ter-se-ão em conta (...) as exigências da sua essencial cooperação na função educativa e na formação do espírito nacional», acrescentando ainda na Base VI que «Haverá nas escolas de formação de pessoal docente e em todos os estabelecimentos de ensino, com excepção do primário, cursos obrigatórios de organização corporativa para todos os candidatos e alunos...», visto ser o Estado Novo um Estado Corporativo.

Serviços do Ministério relacionados com a Instrução Pública, com o Ensino Primário, ou com a Sanidade Escolar e Educação Física

A Instrução Pública

A 19 de agosto de 1907, procedia-se a nova «reorganização do Conselho Superior da Instrução Pública», para em 30 de setembro ser publicado o Regulamento do Conselho Superior da Instrução Pública. De novo, em 1911, por a sua organização ser «muito defeituosa, visto não permitir ao Conselho funcionar permanentemente», era publicado a 27 de abril um Decreto que extinguiu o atual Conselho Superior da Instrução Pública e substituía-o por outro

¹⁷⁰ Por ter saído com inexatidões de novo a 24 do mesmo mês.

com a organização estabelecida neste decreto. Pela Lei de 7 de julho de 1913, que criava o Ministério da Instrução Pública, estabelecia-se que o mesmo incluía o Conselho de Instrução Pública. No entanto, demorou quase dois anos a ser publicada a sua reorganização, o que sucedeu com o Decreto n.º 1:302, de 3 de fevereiro de 1915. No preâmbulo do decreto justificava-se que «a criação do Ministério de Instrução Pública pela lei de 7 de Julho de 1913 (Diário do Govêrno, n.º 156, de 7 do mesmo mês) torna indispensável a remodelação do decreto com força de lei de 27 de Abril de 1911, que organizou o Conselho de Instrução Pública». A 20 de janeiro de 1917, era publicado o Decreto n.º 2:946, que aprovava o novo regulamento do Ministério de Instrução Pública, segundo o qual o Ministério incluía o Conselho de Instrução Pública. Passaram poucos meses, e em 25 de abril, com a publicação do Decreto n.º 3:108 era reorganizado o Conselho de Instrução Pública.

Mas a publicação do Decreto n.º 4:675, de 18 de julho de 1918, que fazia regredir a situação do Ministério da Instrução Pública passando-o a Secretaria de Estado da Instrução Pública, mantinha entre os seus serviços o Conselho Superior de Instrução¹⁷¹. Situação que não se alterava com a publicação do *Regulamento da Secretaria de Estado da Instrução Pública* no Decreto n.º 4:786, de 7 de setembro desse ano.

Em 31 de outubro de 1919, era publicado no Decreto n.º 6:190 o regulamento do Conselho Superior de Instrução Pública que tinha por atribuições:

«Art. 36.º Ao Conselho Superior de Instrução Pública que, por sua iniciativa, pode propor ao Govêrno quaisquer melhoramentos ou reformas de natureza legislativa ou executiva, que julgue convenientes aos interesses do ensino, incumbe, quando o Ministro da Instrução Pública assim o entenda:

- 1.º Dar parecer sobre projectos de criação e condições de instalação de estabelecimentos públicos ou particulares de ensino;
- 2.º Interpor parecer sobre quaisquer regulamentos que se relacionem com a instrução;
- 3.º Apreciar os relatórios enviados ao Ministério pelos institutos de ensino oficial;
- 4.º Interpor parecer sobre todos os assuntos relativos á instrução, acêrca dos quais o Govêrno o consulte.»

Em 28 de julho de 1926, pelo Decreto n.º 11:981, era extinto o «atual» Conselho Superior de Instrução Pública, e criado, em sua substituição, outra organização com o mesmo título, que funcionaria nos termos deste decreto, mas que apenas veria ser reguladas as suas organização, funcionamento e atribuições pelo Decreto n.º 12:256, de 3 de setembro do mesmo ano. Em 16 de janeiro de 1929, com a publicação do Decreto n.º 16:381, era criada a Junta de Educação Nacional. Passado menos de um mês, em 8 de fevereiro, com a publicação do Decreto n.º 16:481, eram reorganizados os serviços do Ministério da Instrução Pública e a recém-criada Junta de Educação Nacional mantinha-se. Entretanto, em 24 de junho desse ano, seria publicado no Decreto n.º 17:037 o seu Regulamento, que no Art. 1.º estabelecia as atribuições, entre as quais:

¹⁷¹ De acordo com o Decreto n.º 4:675, de 18 de julho de 1918, a Secretaria de Estado da Instrução Pública era composta dos seguintes serviços (art. 4.º): 1.º Repartição do Gabinete; 2.º Conselho Superior de Instrução; 3.º Repartição Pedagógica Primária; 4.º Repartição do Pessoal Primário; 5.º Repartição de Instrução Secundária; 6.º Repartição de Instrução Universitária; 7.º Repartição de Instrução Artística; 8.º Repartição de Sanidade Escolar; 9.º Comissão de Educação Popular.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

«9.º Fundar, subsidiar e dirigir escolas de ensino pedagógico de todos os graus, exceptuando o superior;
10.º Criar outras instituições destinadas a contribuir para a melhoria progressiva da educação nacional».

De novo, em 1930, pelo Decreto 18:104, de 19 de março¹⁷², era reorganizado o Conselho Superior de Instrução Pública. No seu art. 1.º estabelecia-se que:

«Ao Conselho Superior de Instrução Pública, organizado nos termos dêste decreto, compete:
1.º Orientar, de acôrdo com o Ministro da Instrução Pública, a educação e o ensino, e definir a organização de cada um dos seus graus ou ramos, em conformidade com as condições e conveniências nacionais.
2.º Cooperar permanentemente com as estações dirigentes da educação e do ensino, velando por que aos regimes de cada um dos seus diversos órgãos seja dada execução em conformidade com os respectivos planos, de maneira a satisfazerem-se as necessidades públicas a que os referidos órgãos correspondem e a colhêr-se da sua existência o maior proveito social».

Em 1931, pelo Decreto n.º 19:552, de 1 de abril, eram remodelados os Serviços da Junta de Educação Nacional. Para em 1936, ser aprovada a Lei n.º 1:941, de 11 de abril, intitulada *Remodelação do Ministério da Instrução Pública*. Dentre as bases da remodelação, a Base II institui a Junta Nacional da Educação, organismo destinado ao «estudo de todos os problemas que interessam à formação do carácter, ao ensino e à cultura». A Junta desdobrava-se em secções, das quais a mais importante, se denominava «Educação moral e física». Sendo extintos, entre outros, o Conselho Superior de Instrução Pública e a Junta de Educação Nacional.

Ainda nesse ano, a 19 de maio, era publicado o Decreto-lei n.º 26:611, que aprovava o regimento da Junta Nacional de Educação. Para o cumprimento das suas atribuições era a Junta Nacional de Educação dividida em sete secções¹⁷³, entre outras, pela secção de educação moral e física, por sua vez dividida nas seguintes sub-secções: 1.ª Educação moral e cívica; 2.ª Educação física e pré-militar. Merecem ainda referência, pela referência ao enquadramento ideológico, os artigos:

«Art. 4.º § 1.º A 1.ª secção é dividida nas seguintes sub-secções:
1.ª Educação moral e cívica;
2.ª Educação física e pre-militar.
Art. 5.º A 1.ª secção (educação moral e física) é constituída pelo director geral da saúde escolar, seu presidente, e pelos componentes das duas sub-secções. (...)
Art. 16.º À 1.ª secção (educação moral e física) compete o estudo dos meios a empregar para a formação moral e cívica do homem português, em harmonia com o § 3.º do artigo 43.º da Constituição Política, bem como para a valorização da sua energia física, no espírito de devoção à Pátria.»

O Ensino Primário

A reorganização do Conselho Superior da Instrução Pública de 19 de agosto de 1907, e o seu Regulamento de 30 de setembro, no artigo 1.º estabelecia a Secção especial de ensino primário, entre as que o compõem, assim:

Artigo 1.º O Conselho Superior da Instrução Publica, instituído junto ao Ministerio do Reino, compõe-se das seguintes secções:
1.ª Secção permanente;

¹⁷² Por ter saído com inexatidões de novo a 26 do mesmo mês.

¹⁷³ A Junta Nacional de Educação era dividida nas seguintes secções: 1.ª Educação moral e física; 2.ª Ensino primário; 3.ª Ensino secundário; 4.ª Ensino superior; 5.ª Ensino técnico; 6.ª Belas artes; 7.ª Alta cultura.

- 2.^a Secção especial de ensino primário;
- 3.^a Secção especial de ensino secundário;
- 4.^a Secção especial de ensino superior;
- 5.^a Secção especial de bellas artes, archivos, bibliotecas e museus.»

A instauração da República em outubro de 1910 fará definir no decreto de 29 de março de 1911, a descentralização dos serviços da instrução primária. No entanto, esta apenas entrou em execução dois anos depois, por lei de 29 de junho de 1913. Porém, pela Lei de 7 de julho de 1913, que criava o Ministério da Instrução Pública, a situação era alterada ao estabelecer-se que incluía a Repartição de Instrução Primária e Normal, a Repartição de Instrução Secundária e a Repartição de Instrução Industrial e Comercial. No seu art.º 9.º, estabelecia-se que «A repartição de instrução primária e normal ficará constituída por duas secções, ocupando-se a primeira da matéria pedagógica, da legislação e dos certificados e incumbindo à segunda a parte referente ao movimento de pessoal».

Em 1915, a nova organização do Conselho de Instrução Pública, publicada no Decreto n.º 1:302, de 3 de fevereiro, considerava entre as seções em que se dividia: a seção de instrução primária e a seção de instrução secundária. Em 1917, o novo regulamento do Ministério de Instrução Pública, publicado no Decreto n.º 2:946, de 20 de janeiro, considerava entre as repartições por que passava a ser composto: a Repartição de Instrução Primária e Normal (Pedagógica), a Repartição de Instrução Primária e Normal (Pessoal). Às quais os art.ºs 6.º, 7.º e 9.º atribuíam as seguintes competências:

- «Art. 6.º Competem às R.I.P. (Repartições de Instrução Primária) os assuntos referentes a:
- 1.º Ensino infantil, primário e normal primário;
 - 2.º Escolas e demais institutos de ensino infantil, primário e normal. Administração e assistência escolar;
 - 3.º Escolas móveis e todos os cursos de qualquer natureza, destinados ao aperfeiçoamento do ensino primário;
 - 4.º Ensino de anormais;
 - 5.º Cantinas escolares;
 - 6.º Educação cívica, moral e física;
 - 7.º Tudo o mais que imediatamente se relacionar com o ensino primário e normal primário.
- Art. 7.º Competem à R.I.S. (Repartição da Instrução Secundária) os assuntos referentes aos liceus, institutos de ensino secundário e seus anexos, e bem assim todos aqueles que com o ensino secundário tem relação imediata. (...)
- Art. 9.º Competem à R.I.C. (Repartição de Instrução Industrial e Comercial) os assuntos referentes a escolas e demais Institutos de Ensino Industrial e Comercial e bem assim todos aqueles que tem relação imediata com este ensino»

Mas, os seus efeitos foram praticamente nulos e decorridos cinco anos sobre a entrada em vigor do novo sistema administrativo que tão desejado fora (1913), publicava o Governo o Decreto n.º 4:675, de 18 de julho de 1918, onde se podia ler:

«Verificando-se que a descentralização dos serviços da instrução primária (...) não tem produzido no maior número dos municípios os benefícios que deveriam resultar da autonomia administrativa desses serviços (...). Reconhecendo-se que limitado tem sido o número de Câmaras Municipais a quem os interesses do ensino e do professorado tenham merecido o justo desvelo e consideração que lhes é devido (...), determina-se que: Art.º 1.º - Os serviços de instrução primária que (...) pertenciam às Câmaras Municipais passam a ser administrados pelo Estado a partir do ano económico de 1918-1919.»

Neste decreto, que assinalava a passagem do Ministério da Instrução Pública a Secretaria de Estado da Instrução Pública, entre os serviços que a compunham constavam: a Repartição Pedagógica Primária e a Repartição do Pessoal Primário. Algum tempo depois, a 7 de setembro,

era publicado o Decreto n.º 4:786 que regulamentava os serviços da Secretaria de Estado. Do seu articulado saliência para:

«Art. 5.º Às Repartições de Instrução Primária competem os assuntos referentes:

- 1.º Ensino infantil, primário e normal primário;
- 2.º Escolas e demais institutos de ensino infantil, primário e normal. Administração e assistência escolar;
- 3.º Escolas móveis e todos os cursos de qualquer natureza, destinados ao aperfeiçoamento do ensino primário;
- 4.º Inspeções do ensino primário; (...)
- 6.º Cantinas escolares;
- 7.º Educação cívica e moral;
- 8.º Tudo o mais que imediatamente se relacionar com o ensino primário e normal primário.»

Por Portaria de 5 de abril de 1919, era nomeada uma comissão para estudar a reorganização dos serviços de instrução primária. Os trabalhos apresentados pela Comissão ao Ministro da Instrução Pública, eram publicados no Decreto n.º 5:787-A, de 10 de maio de 1919. Além do mais, ensaiava-se um novo sistema, uma solução intermédia que atribuía a gestão dos serviços do ensino primário não às Câmaras nem ao Estado mas a organismos chamados Juntas Escolares (art. 40.º), que incluíam, entre outros, representantes das Câmaras e professores primários (art. 41.º). Contando o novo sistema com a simpatia inicial dos próprios professores, acabou por não perdurar e a insatisfação instalou-se de novo, pelo que o Decreto n.º 8:140, de 12 de maio de 1922, determinava a sua dissolução.

O novo Conselho Superior de Instrução Pública, criado pelo Decreto n.º 11:981, de 28 de julho de 1926, e regulamentado pelo Decreto n.º 12:256, de 3 de setembro, estabelecia no art. 13.º de ambos que a assembleia plena organizaria em secções¹⁷⁴, entre as quais a Secção do ensino primário. Em 8 de fevereiro de 1929, com a publicação do Decreto n.º 16:481, eram reorganizados os serviços do Ministério da Instrução Pública, que seriam regulamentados pelo Decreto n.º 16:836, de 15 de maio, passando a ser composto entre outros pelos seguintes serviços (art. 1.º): a «Direcção Geral do Ensino Primário e Normal (D.G.E.P.)» e a «Inspeção Geral do Ensino Primário e Normal (I.G.E.P.)». Do seu articulado merecem ainda saliência, os seguintes artigos:

«Art. 17.º A Repartição Pedagógica do Ensino Primário e Normal tem duas secções, competindo a cada uma delas, respectivamente, os assuntos seguintes:

À 1.ª Secção: Orientação pedagógica; horários e distribuições de serviço; recenseamentos escolares; estatística; fiscalização do ensino; qualificação de serviço (recursos); ensino normal; ensino infantil; ensino especial; ensino livre; reclamações; lei n.º 1:754; construções escolares e subsídios; donativos e legados; escolas móveis: sua criação e transferência e nomeação de pessoal.

À 2.ª Secção: Expediente geral; orçamentos; criação, conversão, transferência e extinção de escolas; cursos nocturnos; exames; assistência escolar; rendas de casa e subsídios vários; pretensões e reclamações diversas.

Art. 18.º A Repartição do Pessoal Primário e Normal tem três secções, competindo a cada uma delas, respectivamente, os assuntos seguintes:

À 1.ª Secção: Expediente geral; nomeações, transferências, reintegrações, exonerações e licenças; acção disciplinar, reclamações.

¹⁷⁴ «Art. 13.º A assembleia plena (e a comissão permanente) do Conselho Superior de Instrução Pública organizarão pelo menos as seguintes secções:

- 1.ª- Secção do ensino primário;
- 2.ª- Secção do ensino secundário;
- 3.ª- Secção do ensino superior; e
- 4.ª- Secção do ensino artístico.»

À 2.^a Secção: Aposentações; diuturnidades; cadastro do pessoal; diplomas.

À 3.^a Secção: escolas normais; escolas complementares; inspectores; qualificação de serviços; vencimentos.»

A reorganização do Conselho Superior de Instrução Pública, posta em vigor com o Decreto 18:104, de 19 de março de 1930, estabelecia no art. 11.^o as secções¹⁷⁵, entre as quais: a secção do ensino primário e normal.

Passados poucos meses, a 11 de julho, o Decreto n.^o 18:593 alterava várias disposições orgânicas do Ministério da Instrução Pública. Destas, damos saliência ao artigo: 6.^o que estabelecia «A Repartição do Ensino Primário tem seis secções pelas quais serão ordenados os assuntos segundo despacho do Ministro, mediante proposta do director geral.» Poucos dias depois, a 24 de julho, o Decreto n.^o 18:664 aprova o regulamento da seção do ensino primário do Conselho Superior de Instrução Pública, o qual no seu art. 9.^o estabelecia as suas competências:

«1.^o Dar parecer acerca dos projectos de alteração às disposições legais ou regulamentares vigentes nos ensinos que lhe estão adstritos, (...);

3.^o Promover e realizar relatórios acerca das condições do funcionamento e do rendimento dos ensinos primário e do magistério primário;

11.^o Pronunciar-se acerca da equivalência ou equiparação de quaisquer habilitações, adquiridas em Portugal ou no estrangeiro, às que se adquirem nas escolas primárias ou do magistério primário da República;

14.^o Apreciar as reclamações de professores de ensino primário, respeitantes à qualificação do seu serviço, de harmonia com o disposto no decreto n.^o 18:347, de 17 de Maio de 1930;

15.^o Exercer todas as demais atribuições que a lei lhe designar.»

Invocando «um largo e circunstanciado trabalho de exame e de experiência das condições em que têm funcionado os serviços a que êle respeita, e da capacidade de rendimento dos respectivos órgãos de execução» o Ministro *Gustavo Cordeiro Ramos* publicava, a 30 de março de 1933, o Decreto n.^o 22:369, pelo qual se reorganizava os serviços de direção e administração, orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino, e inspeção e disciplinares dependentes da Direção Geral do Ensino Primário. Pelo presente decreto estabelecia-se que a esta Direção Geral competia a superintendência nos serviços do ensino primário «do continente da República e das ilhas adjacentes» (art. 1.^o), definindo-se esta competência como respeitando aos seguintes serviços (art. 1.^o § único): (a) Ensino primário (infantil, elementar e complementar); (b) Preparação profissional para o magistério primário (escolas do magistério primário, Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira); (c) proteção aos órfãos e filhos dos professores do ensino primário (Instituto do presidente Sidónio Pais, do professorado primário). Em relação aos objetivos e constituição de cada um dos organismos, referência para algumas alterações ao anteriormente estabelecido:

«Art. 120.^o (...)

12.^o Organizar planos e programas das conferências de professores;

¹⁷⁵ «Art. 11.^o As secções do Conselho Superior de Instrução Pública são as seguintes:

a) Do ensino superior;

b) Do ensino artístico;

c) Do ensino secundário;

d) Do ensino técnico;

e) Do ensino primário e normal;

f) Da educação física.»

A Educação Física no Sistema Educativo Português

13.º Propor e organizar os programas das lições e cursos especiais de aperfeiçoamento cultural e profissional; (...)

15.º Orientar as secções doutrinária e noticiosa do Boletim do Ensino Primário Oficial.

Art. 121.º Constituem a secção do ensino primário do Conselho Superior da Instrução Pública: (...)

b) O director dos serviços da Repartição de Educação Física do Ministério de Instrução Pública.»

Em 1936, foi aprovada a Lei n.º 1:941, de 11 de abril, intitulada *Remodelação do Ministério da Instrução Pública*. Dentre as bases da remodelação, a Base II institui a Junta Nacional da Educação, que se desdobrava em sete secções, das quais a segunda se denominava «Ensino primário». Ainda nesse ano, a 19 de maio, era publicado o Decreto-lei n.º 26:611, que aprovava o regimento da Junta Nacional de Educação. Do seu articulado merecem referência, os artigos:

«Art. 6.º A 2.ª secção (ensino primário) é constituída pelo director geral do ensino primário, seu presidente, e por:

1.º Um vice-presidente e quatro a seis vogais, nomeados pelo Ministro;

2.º Um representante do ensino colonial;

3.º Um representante dos pais e educadores;

4.º Um representante dos municípios;

5.º O inspector do ensino particular.

(...)

Art. 17.º À 2.ª secção (ensino primário) compete:

1.º Organizar e rever o quadro das disciplinas e os programas do ensino primário, tendo em atenção que este ensino, adequado, nos seus métodos de ternura e de intuição, à idade dos educandos, deve estimular o amor à terra, ser orientado no sentido pre-profissional e visar a economia doméstica nas escolas femininas;

2.º Emitir parecer sobre a escolha dos livros e compêndios, exceptuando o de educação moral e cívica, a adoptar oficialmente para o respectivo ensino, quanto possível prático, para o que poderá consultar por escrito individualidades competentes, mediante autorização do Ministro, para cada caso;

3.º Propor a comissão que há-de elaborar os pontos de exame para as provas escritas, os quais deverão ser organizados com equilíbrio, clareza e toda a possível simplicidade;

4.º Tomar conhecimento dos relatórios anuais dos inspectores, tanto do ensino primário oficial como do particular, bem como apreciar, os dados estatísticos relativos ao ensino primário, tendo sobretudo em vista o modo como se interpretam e executam os programas;

5.º Propor os meios mais eficientes para a extinção do analfabetismo em curto prazo, na base de que saber ler, escrever e contar é suficiente para a maior parte dos portugueses, e pelo estímulo à instituição de cantinas escolares;

6.º Estudar num sentido prático o problema do desenvolvimento do gosto pela leitura e, ouvida a 4.ª sub-secção (literatura, bibliotecas e arquivos) da 6.ª secção, promover, com a cooperação das autarquias locais, a instituição de pequenas bibliotecas populares adequadas ao meio e tendo por sede a escola;

7.º Emitir parecer acerca da classificação e da localização das escolas quando haja reclamação;

8.º Promover tudo quanto possa contribuir para a difusão do ensino primário nas suas possíveis modalidades.»

Do Plano de Educação Nacional promulgado em 27 de outubro de 1952 fazia parte o Decreto n.º 38 969, em cujo art. 131.º se procedia à organização da Direcção-Geral do Ensino Primário e das direcções dos distritos escolares, assim era criada naquela mais uma secção e acrescido o respectivo quadro do pessoal.

A Sanidade Escolar e a Educação Física

Em 29 de agosto de 1905, os serviços médico-pedagógicos foram estendidos aos liceus de Lisboa, Porto e Coimbra, tendo sido nomeados dois inspectores sanitários para os liceus de Lisboa, dois para os liceus do Porto e um para o liceu de Coimbra. De acordo com o estipulado no § 2.º do art. 4.º do decreto, competia à inspecção sanitária junto dos liceus «além das atribuições enumeradas no decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901, proceder aos exames

médicos dos alunos para o efeito da determinação dos exercícios de ginástica sueca a que cada um devia ser submetido». O ano de 1905, com a publicação deste decreto, deve considerar-se como o ponto chave da intrusão dos profissionais de Medicina na Educação Física. «A ideia da necessidade de uma colaboração intensa e permanente de professores e de médicos escolares para conseguir uma educação baseada em alicerces científicos foi, no entanto, tomando incremento e os notáveis trabalhos publicados pelo Dr. Costa Sacadura, produzindo a sugestão que o seu valor justificava», estas palavras podiam ler-se no Boletim da Inspeção Geral de Sanidade Escolar (1923).

Mas, em outubro de 1910 o Governo provisório da República decidia extinguir a Inspeção Sanitária Escolar. Medida cuja correção se anunciaria no Decreto de 11 de março do ano seguinte, ao estabelecer-se no art. 171.º que «a inspeção sanitaria será organizada pelo Governo, em diploma especial», para finalmente, em 26 de maio desse ano, pelo Decreto n.º 2 se restringir os seus serviços aos estabelecimentos de ensino secundário. Este decreto criava dois lugares de médicos para os 4 liceus de Lisboa, um para os dois liceus do Porto e um para o único liceu de Coimbra (art. 6.º), estabelecendo ainda a obrigatoriedade de um dos médicos escolares de Lisboa acumular as suas funções com as de Inspetor Geral de Sanidade Escolar (art. 4.º § unico), isto é, com as de chefe da repartição, instituída junto da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, a que foi dado o nome de Inspeção da Sanidade Escolar. Poucos meses depois, com a publicação do Decreto n.º 1, de 29 de maio, eram «suprimidos os logares de inspector e sub-inspector do ensino da gymnastica sueca» (art. 28.º).

Entretanto pela Lei de 7 de julho desse ano, que criava o Ministério da Instrução Pública, estabelecia-se no art.º 3.º que junto ao ministério «funcionará uma junta médica, à qual incumbem os serviços de higiene escolar e todos os outros serviços médicos de ordem disciplinar» para no parágrafo único se acrescentar que a «junta será formada por três médicos da inspeção sanitária escolar, presidindo o mais antigo». Mas no Decreto de 24 de outubro de 1913, que regulamentava o Ministério da Instrução Pública, ao tratar das suas Repartições nem sequer se refere à existência da Inspeção de Sanidade Escolar. No entanto, ao ser publicado o Decreto n.º 2.387, de 12 de maio de 1915, estabelecia-se no seu artigo 165.º que «a inspeção sanitária será organizada pelo Govêrno, em diploma especial». Mas, por extinção da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, da qual dependia a Inspeção da Sanidade Escolar, foi pelo Decreto n.º 2:549, de 2 de agosto de 1916, decretado que ficasse na dependência direta da Secretaria Geral do Ministério da Instrução Pública.

A 20 de janeiro de 1917, era publicado o Decreto n.º 2:946, que aprovava o novo regulamento do Ministério de Instrução Pública, segundo o qual o Ministério incluía a Inspeção de Sanidade Escolar (art. 2.º). Recorremos de novo ao Boletim da Inspeção Geral de Sanidade Escolar (1923) para relatar um facto: «Em 1918 o Dr. Costa Sacadura... foi mais uma vez nomeado para presidir a uma comissão encarregada de elaborar o projecto da sua completa remodelação». O projeto de reforma, apresentado pelo Inspetor Geral de Sanidade Escolar, Dr.

Costa Sacadura, publicado no Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública¹⁷⁶, reivindicava no número 5 a criação de «Repartição com as atribuições consentâneas ao seu fim. Nessa repartição haverá três secções: a médico-pedagógica, a de educação física e a de construções escolares», bem como «Médicos escolares em todos os estabelecimentos de ensino - eis a segunda condição de progresso» (1916a: 412), enquanto que no número 6-12 apresentava um esboço de decreto sobre a «organização dos Serviços de Sanidade Escolar». Ainda no Boletim da Inspeção Geral de Sanidade Escolar (1923) continuava o relato: «Por motivos especiaes a sua palavra não teve o condão de convencer as instancias superiores. O decreto com força de lei n.º 4:695 de 14 de julho de 1918 afastou-se profundamente do projecto elaborado...»

No Decreto n.º 4:675, de 18 de julho de 1918, que assinalava a passagem do Ministério da Instrução Pública a Secretaria de Estado da Instrução Pública, entre os serviços que a compunham constava: a Repartição de Sanidade Escolar. Pela sua importância para o tema em análise refira-se o estabelecido no art. 10.º «os chefes de repartição serão de nomeação do Govêrno, em comissão, nos termos seguintes: (...) e) O chefe da Repartição de Sanidade Escolar será escolhido de entre os médicos escolares» e no art. 13.º § único «Os dois lugares de oficiais da repartição de sanidade escolar serão desempenhados por um médico e por um architecto, respectivamente inspector de gymnástica e chefe da secção de Construções, nomeados em Comissão».

O acentuar da situação de intrusão da Medicina na Educação Física ocorre com a publicação do Decreto n.º 4:695, de 23 de julho, através do qual se remodelavam os Serviços de Sanidade Escolar. Para o efeito era criada a Repartição de Sanidade Escolar, que teria três seções, sendo a 2.º «Secção de Educação Física, com um chefe que é o médico inspector de Gymnástica». Além disso estabelecia-se no art. 6.º que «em todos os estabelecimentos de ensino do país há serviço sanitário exercido por médicos escolares», a quem competia (Art. 9.º alínea c) «orientar o ensino da educação física para o que os respectivos professores lhe devem prestar coadjuvação e as informações necessárias».

Alguns tempos depois, a 7 de setembro, era publicado o Decreto n.º 4:786 que regulamentava os serviços da Secretaria de Estado. Do seu articulado salienta-se para as competências atribuídas à Repartição de Sanidade Escolar (art. 9.º):

- «1.º Fiscalizar o ensino ministrado nas escolas oficiais e particulares sob o aspecto médico-pedagógico e higiénico propriamente dito;
- 2.º Elaborar os regulamentos dos serviços de sanidade escolar, de educação física e de construções escolares, para todos os estabelecimentos de ensino; (...)
- 4.º Informar sobre horários e programas de ensino e dar parecer, sob o ponto de vista médico, acerca dos livros, mapas e mais material de ensino adoptado ou a adoptar; (...)
- 6.º Reunir todos os elementos, informações e relatórios de todos os serviços da sua competência;
- 7.º Organizar, com esses elementos, estatísticas e estudos de hygiene antropológica e escolar;
- 8.º Promover a unificação da prática das observações médicas e antropométricas, e bem assim de educação física; (...).»

Além do exposto, estabelecia-se no art. 30.º alínea e) que «O chefe da Repartição de Sanidade Escolar será escolhido de entre os médicos escolares» e no art. 33.º § único que «Os

¹⁷⁶ Ver Anexo A.3 - I-II, pp. 345-356.

dois lugares de oficiais da Repartição de Sanidade Escolar, serão desempenhados por um médico e por um architecto, respectivamente inspector de gymnástica e chefe da Secção de Construcções, nomeados em comissão, a qual terá a duração de cinco anos e poderá ser renovada».

Estes serviços foram regulamentados pelo Decreto n.º 5:168, de 6 de janeiro de 1919, que aprovava e mandava pôr em ação o regulamento de sanidade escolar. Neste estabelecia-se: (a) no art. 1.º que os serviços de Sanidade Escolar compreendiam «tudo o que diz respeito às condições sanitárias, médico-pedagógicas e higiénicas dos alunos, dos professores, dos meios de ensino (material escolar, métodos de ensino, programas, horários, etc.) e dos edifícios escolares»; no art. 2.º que «estes serviços são exercidos nos estabelecimentos de ensino por médicos escolares». Relativamente às competências são de registar as seguintes alterações ao disposto no decreto n.º 4:695:

«1.º Fiscalizar o ensino ministrado nas escolas oficiais e particulares sob o aspecto médico-pedagógico e higiénico propriamente dito e dar parecer sobre o seu funcionamento, depois de ouvir o respectivo médico escolar»

Além do exposto, estabelecia-se no art. 10.º que «o médico escolar que nos estabelecimentos de ensino oficial é, além de executor das leis e regulamentos de sanidade escolar, o director do gabinete antropométrico, exercerá sempre a sua acção de acôrdo com os chefes destes estabelecimentos. Além das demais atribuições que lhe competem pelo presente regulamento, terá em vista as seguintes disposições: (...) § 2.º deverá visitar a miúdo as aulas, gymnásios e demais locais escolares, para se certificar das condições higiénicas do seu funcionamento, e se são cumpridos os preceitos legais». A 21 de junho de 1923 era apresentada à Câmara dos Deputados uma proposta de lei sobre a reorganização da educação nacional, que trazia consequências para a sua organização. Pela sua importância para o tema em análise refira-se o estipulado na Base 15.^a relativo à Inspeção Médico-Escolar.

«A Inspeção Médico-Escolar tem por objecto assegurar a adaptação dos locais e material escolar e dos métodos e processos de ensino a um higiénico desenvolvimento orgânico dos alunos, além da acção repressiva - curativa que lhe compete em medicina escolar (...) Na sede da Inspeção funcionará um serviço de inquérito às condições físico-psíquicas do povo português, que organizará um cadastro antropológico nacional fundamentado nas observações, medições e exames feitos pelo serviço da Inspeção Médico-Escolar. A perfeita eficiência da Inspeção Médico-Escolar depende da realização em todas as escolas, duma intensa cultura física o que implica a adopção dos princípios seguintes:

- a) Redução dos programas de ensino;
- b) Prática efectiva dos diferentes métodos e processos de educação física, fiscalização da alimentação e horários, gymnástica, jogos, passeios, excursões e trabalhos manuais;
- c) Criação de campos de jogos adequados;
- d) Proibição, no ensino primário e no curso geral secundário, de trabalhos domiciliários dos alunos;
- e) Conservação do aluno na escola, durante o dia, reservando-se a manhã para os trabalhos de carácter intelectual e a tarde para a cultura física e social».

Poucos dias passados, em 29 de junho, era aprovada em Sessão da Câmara dos Deputados uma autorização para o Governo modificar os serviços de Sanidade Escolar do Ministério da Instrução Pública «utilizando para isso os actuais professores de higiene das Escolas Normais Primárias e das Escolas Primárias Superiores». Em 8 de fevereiro de 1929, com a publicação do Decreto n.º 16:481, eram reorganizados os serviços do Ministério da Instrução Pública, que

seriam regulamentados pelo Decreto n.º 16:836, de 15 de maio, passando a ser composto entre outros pelos seguintes serviços (Art. 1.º): a Inspeção de Sanidade Escolar e Educação Física (I.S.E.). Do seu articulado, merecem ainda saliência, pela referência ao tema em análise, os seguintes artigos:

«Art. 7.º Anexa à Secretaria Geral e dela dependente funcionará a Inspeção de Sanidade Escolar e Educação Física, nos termos do respectivo regulamento. (...)

Art. 28.º O pessoal da Inspeção de Sanidade Escolar e Educação Física será o seguinte:

a) Um inspector de sanidade escolar e educação física;

b) Um sub-inspector de ginástica; (...)

Art. 33.º Os chefes de repartição e o inspector de sanidade escolar e educação física serão de nomeação do Governo, em comissão, nos termos seguintes: (...)

e) O inspector de sanidade escolar e educação física será nomeado de entre os médicos escolares, podendo também a nomeação recair num médico que se tenha especializado de maneira notável em assuntos de sanidade escolar ou de educação física».

A reorganização do Conselho Superior de Instrução Pública (Dec. 18:104, de 19 de março de 1930), entre as secções estabelecidas no art. 11.º incluía a secção de educação física.

Mas em 1931, pelo Decreto n.º 19:478, de 18 de março, eram «extintas as repartições, inspecções ou outros serviços de sanidade dependentes do Ministério da Instrução Pública, podendo ser reconstituídos, depois de devidamente remodelados». O que viria a acontecer no ano seguinte quando, pelo Decreto n.º 21:034, de 29 de março de 1932¹⁷⁷, foi criada a Direcção dos Serviços de Educação Física (Repartição de Educação Física) do Ministério da Instrução Pública. Neste, mantinha-se a situação de intrusão da Medicina na Educação Física, dado que ao diretor, cuja escolha deveria recair «em indivíduo formado em medicina por qualquer das universidades de Lisboa, Pôrto ou Coimbra e de reconhecida competência nos assuntos de educação física» (art. 4.º), competia segundo o estabelecido no art. 2.º:

«a) Fiscalizar a execução dos programas de educação física em vigor;

b) Orientar o funcionamento dos cursos de educação física nos estabelecimentos de ensino em que êle seja ministrado, por todos os meios ao seu alcance e adentro das normas constantes dos programas em vigor; (...)

d) Responder às consultas e fornecer esclarecimentos sôbre os problemas da educação física que lhe forem devidamente dirigidos;

e) Informar os directores dos estabelecimentos de ensino, por intermédio das respectivas direcções, acêrca dos horários escolares na parte que respeita às horas destinadas ao funcionamento do curso de educação física; (...)

g) Propor superiormente quaisquer modificações no ensino da educação física, bem como os regulamentos por que êle deve ser exercido nos estabelecimentos dos diversos ramos de ensino;

h) Fazer um relatório anual do estado do ensino da educação física; (...)

A 30 de março de 1933, o Decreto n.º 22:369 reorganizava os serviços de direcção e administração, orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino, e inspecção e disciplinares dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário. No artigo 127.º, relativo ao diretor dos serviços de educação física, estabelecia-se:

«Compete ao director dos serviços de educação física, como agente dos serviços de orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino primário:

1.º Tomar parte nos trabalhos da secção do ensino primário do Conselho Superior da Instrução Pública, quando sejam tratados assuntos que directa ou indirectamente respeitem à sua especialidade;

¹⁷⁷ Por ter saído com inexactidões de novo a 18 de Abril, a *Repartição de Educação Física* afinal designava-se *Direcção dos Serviços de Educação Física*.

- 2.º Visitar os estabelecimentos de ensino dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário e examinar o funcionamento dos serviços da sua especialidade;
- 3.º Presidir às conferências de professores, destinadas ao aperfeiçoamento dos serviços da sua competência.»

Entretanto, pelo Decreto-lei n.º 22:751, de 28 de junho de 1933, a Direcção dos Serviços de Educação Física foi incluída na recém criada Direcção Geral da Saúde Escolar, cujo regulamento foi publicado no Decreto n.º 23:807, de 28 de abril de 1934. Na alínea c) o artigo 2.º deste regulamento era retomada a designação de Repartição de Educação Física, para estes serviços, para no artigo 9.º serem estabelecidos os encargos deste serviço e no artigo 11.º as competências do respetivo director dos serviços:

«Art. 9.º A Repartição de Educação Física tem a seu cargo:

- a) Promover a boa execução e progresso dos serviços da educação física;
 - b) Executar o respectivo serviço de expediente;
 - c) Organizar o cadastro do pessoal da Repartição.
- (...)

Art. 11.º Compete ao director dos serviços de educação física:

- 1.º Orientar os cursos de educação física, nos estabelecimentos de ensino em que ela fôr ministrada, por todos os meios ao seu alcance e dentro das normas regulamentares;
 - 2.º Fiscalizar a execução dos respectivos programas, tanto na sua parte teórica como prática;
 - 3.º Dar todos os esclarecimentos que lhe parecerem necessários ou que lhe forem devidamente solicitados sobre o problema da educação física;
 - 4.º Pronunciar-se sobre os horários escolares na parte que interessar à mesma educação;
 - 5.º Promover o recrutamento do pessoal da Repartição de Educação Física;
 - 6.º Promover a aplicação da sanção disciplinar ou a concessão de licenças ao referido pessoal;
 - 7.º Presidir aos Exames de Estado de educação física, pessoalmente ou por delegação, sempre que o contrário não seja determinado superiormente;
 - 8.º Promover, mediante proposta dos reitores ou directores, a aquisição de material pedagógico de educação física;
 - 9.º Apresentar anualmente ao Ministro um relatório sobre o estado do ensino da educação física.
- § único. O director dos serviços de educação física despachará directamente com o Ministro da Instrução Pública, devendo de todos os assuntos ser dada comunicação ao director geral da saúde escolar.»

Em 1936, foi aprovada a Lei n.º 1:941, de 11 de abril, intitulada *Remodelação do Ministério da Instrução Pública*. Dentre as bases da remodelação, a Base II instituía a Junta Nacional da Educação, que se desdobrava em sete secções, das quais a primeira se denominava «Educação moral e física». Ainda nesse ano, a 19 de maio, era publicado o Decreto-lei n.º 26:611, que aprovava o regimento da Junta Nacional de Educação. Do seu articulado, pela referência à educação física, merecem saliência os artigos 5.º e 16.º.

Art.º 5.º A 1.ª secção (educação moral e física) é constituída pelo director geral da saúde escolar, seu presidente, e pelos componentes das duas sub-secções.

§ 1.º A 1.ª sub-secção (educação moral e cívica) é composta do modo seguinte:

- 1.º Um vice-presidente e quatro a seis vogais, nomeados pelo Ministro;
- 2.º Um representante da 15.ª secção (interesses espirituais e morais) da Câmara Corporativa;
- 3.º O director geral de assistência;
- 4.º O director dos serviços de censura do Ministério do Interior;
- 5.º Um representante do Commissariado Nacional da Mocidade Portuguesa (M.P.);
- 6.º Uma representante da comissão executiva da Obra das Mães pela Educação Nacional (O.M.E.N.);
- 7.º Um representante da Associação dos Chefes de Família (A.C.F.);
- 8.º Um representante da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (F.N.A.T.);
- 9.º Um representante dos serviços de inspecção dos espectáculos;
- 10.º O inspector do ensino particular.

§ 2.º A 2.ª sub-secção (educação física e pre-militar) é composta do modo seguinte:

- 1.º Um vice-presidente, que será o presidente da comissão superior de educação física do exército, e quatro a seis vogais, nomeados pelo Ministro;
- 2.º O director geral de saúde;
- 3.º O director geral de assistência;
- 4.º Um representante do Commissariado Nacional da Mocidade Portuguesa (M.P.);

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- 5.º Uma representante da comissão executiva da Obra das Mães pela Educação Nacional (O.M.E.N.);
- 6.º Um representante da Associação dos Chefes de Família (A.C.F.);
- 7.º Um representante da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (F.N.A.T.);
- 8.º Um representante do Comité Olímpico Português;
- 9.º Um representante das federações desportivas;
- 10.º O inspector do ensino particular.

(...)

Art. 16.º À 1.ª secção (educação moral e física) compete o estudo dos meios a empregar para a formação moral e cívica do homem português, em harmonia com o § 3.º do artigo 43.º da Constituição Política, bem como para a valorização da sua energia física, no espírito de devoção à Pátria.

(...)

§ 2.º À 2.ª sub-secção (educação física e pre-militar) compete especialmente:

- 1.º Organizar e rever o plano geral da higiene e educação corporal da mocidade portuguesa, nas suas relações com a família, a escola e a Nação, o qual começará pelo desenvolvimento da puericultura nas escolas de frequência feminina;
- 2.º Emitir parecer sobre os métodos da ginástica de formação do indivíduo, tendentes ao seu maior valor físico útil para ele e para a colectividade;
- 3.º Promover a orientação e coordenação dos desportos e dos jogos desportivos, no sentido da boa ordem anátomo-fisiológica, do espírito de fraternidade e da leal competição, bem como a cooperação das respectivas organizações na obra educativa do Estado;
- 4.º Coordenar a representação oficial portuguesa em competições desportivas e emitir parecer, em cada caso, sobre a sua oportunidade e sobre a idoneidade dos representantes, que hão-de saber e poder servir o brio da Nação, ainda quando não se classifiquem nos primeiros lugares;
- 5.º Promover o desenvolvimento de todas as espécies de desporto, particularmente o exercido ao ar livre, bem como estimular a criação de uma ampla rede de ginásios, piscinas naturais ou artificiais e campos de jogos em todo o País;
- 6.º Promover o levantamento da carta desportiva do País, com o cadastro dos núcleos regularmente constituídos, das instalações existentes e dos elementos oferecidos pela própria natureza, bem como propor as medidas adequadas à eficaz protecção destes e das espécies animais relacionadas com o desporto;
- 7.º Emitir parecer sobre os métodos de educação física e pre-militar a adoptar na organização nacional M.P., depois de ouvir o estado maior do exército na parte relativa à instrução militar propriamente dita;
- 8.º Tomar conhecimento de todos os relatórios oficiais e dados estatísticos sobre a acção da escola e das organizações educativas portuguesas no que respeita à cultura física e preparação para o dever cívico e militar;
- 9.º Organizar a fiscalização das condições da vida física do estudante tanto no que respeita à habitação como ao alimento, particularmente quando fora da família;
- 10.º Promover tudo quanto possa concorrer para aumentar o vigor da raça portuguesa.

Entretanto, em 5 de setembro de 1942, pelo Decreto-lei n.º 32:241 eram reorganizados alguns serviços do Ministério da Educação Nacional. Dentre as alterações aprovadas, saliência para a extinção da Direcção Geral da Saúde Escolar e sua substituição pela Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, à qual era atribuída uma competência «que lhe permite tomar todas as iniciativas no capítulo da educação física; conhecer, intervindo, directamente ou através de delegados seus, nas organizações desportivas, tudo o que se passa no seio destas, de modo a conduzi-las no sentido de não sacrificarem nunca o interesse geral ao que lhes parece ser o seu interesse particular; e realizar, por intermédio dos inspectores e dos médicos dos desportos, o que aquelas organizações não têm podido ou querido fazer». Para além das fixadas à anterior direcção geral eram acrescentadas à nóvel atribuições alargadas para além das escolas.

O Regulamento Geral dos serviços da Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar foi publicado no Decreto n.º 32:946, de 3 de agosto de 1943. A Direcção dispunha dos seguintes órgãos e agentes, a que competiam entre outras as seguintes atribuições: Inspetores dos desportos «inspeccionar as actividades desportivas dependentes da Direcção

Geral»; Médicos dos desportos «promover, junto dos organismos desportivos, a criação e desenvolvimento da assistência médico-desportiva, imprimindo-lhe a orientação fixada pelo Conselho da Saúde Escolar e Medicina Desportiva» e «orientar os médicos dos clubes e treinadores quanto aos métodos e às condições dos treinos»; Conselhos técnicos - Conselho Técnico da Educação Física «elaborar, de acôrdo com o Conselho Técnico dos Desportos, o plano da educação física do povo português, segundo a orientação geral aprovada pelo Ministro da Educação Nacional» e Conselho Técnico dos Desportos «elaborar, de acôrdo com o Conselho Técnico da Educação Física, o plano de desenvolvimento dos desportos no País, segundo a orientação geral aprovada pelo Ministro da Educação Nacional»; Delegados regionais ou locais «impulsionar, fiscalizar e orientar, de harmonia com as instruções da Direcção Geral, as actividades relacionadas com a educação física e desportos».

No ano seguinte, pelo Decreto n.º 33:556, de 24 de fevereiro, era dada nova redacção ao artigo 11.º e ao § 1.º do artigo do regulamento geral da Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, que no essencial alterava a constituição do Conselho técnico dos desportos.

4.6.4. Reformas Legais do Ensino e Programas de Educação Física

A instauração da República veio a ter consequências sobre o ensino em geral, que também se fizeram sentir no ensino primário. Todo o discurso educativo da 1ª República está profundamente embebido na ideologia do Positivismo, a que fizemos referência no período anterior.

Reformas do Ensino Primário e Programas Escolares

Com a assinatura do Ministro do Interior *António José de Almeida*, é publicado um decreto em 29 de março de 1911, que legisla, não apenas sobre o ensino primário, mas também sobre os ensinos infantil e normal. O decreto era antecedido de um conjunto de considerações, de que transcrevemos alguns trechos. A reforma de António José de Almeida mantém o ensino infantil facultativo e determina o ensino primário em três escalões:

- 1) O elementar, com a duração de três anos, distribuía-se por quatro grupos de intenções, das quais o quarto grupo contemplava «gymnastica, jogos educativos e especialmente os nacionaes».
- 2) O complementar, com a duração de dois anos, continuando o estudo das disciplinas da fase elementar, incluía «jogos, gymnastica, passo e atitudes militares». E ainda, se registavam «exercícios militares para o sexo masculino».
- 3) O superior, com a duração de três anos, incluía as habituais «Educação physica,..., gymnastica, jogos, natação, remagem» e ainda os «exercícios militares».

A propósito Rómulo de Carvalho (1986, p. 678) afirma que:

«a execução dos preceitos impostos neste decreto não teve as consequências positivas que os governantes desejariam que tivesse, nem sequer foi tentada em muitos dos seus pormenores. O país real não possuía as condições mínimas para suportar o arranque das providências decretadas, não só por dificuldades económicas que em tudo tinham reflexo, como também por carência de uma mentalidade disposta a aceitar mudanças de comportamento social».

Em 9 de junho de 1914, sendo ministro *José de Matos Sobral Cid*, era publicada uma Proposta de lei, aprovada na Camara dos Deputados no dia anterior, que autorizava o Governo «a reorganizar a administração do ensino primário nos termos das bases seguintes». Assim, ao longo de 31, acrescidas de mais 5 anexas, eram apresentadas as bases desta reorganização, da qual apresentamos os aspetos mais relevantes:

- Na 1.ª Base, estabelecia-se que «A administração do ensino primário, elementar e complementar, é função do município, da província escolar e do Estado:
 - a) Do município por meio das câmaras municipais;
 - b) Da província escolar mediante as juntas escolares provinciais, criadas pela presente proposta de lei;
 - c) Do Estado pelo Ministério de Instrução Pública e pela comissão permanente de instrução primária.»
- Na 2.ª Base, estabelecia-se a distinção entre o município e a província escolar, ao definir-se que: «Nos concelhos capitais de distrito, e nos restantes de 1.ª ordem, os municípios conservam a administração directa do ensino primário, sob a inspecção e fiscalização imediata do Ministério de Instrução Pública e da comissão permanente de instrução primária. Nos restantes concelhos, a administração municipal é substituída pela administração das juntas escolares provinciais e do Estado, nos termos e condições prescritas nas presentes bases.»
- Na 3.ª Base, procedia-se à divisão do território continental e insular em províncias escolares, para, na 4.ª Base, se estabelecer a composição da junta escolar provincial: «Nas sedes de cada província escolar haverá uma junta escolar provincial, composta de representantes do Govêrno, dos corpos administrativos e do professorado oficial da província.»
- Na 27.ª Base, estabelecia-se que «será criada no Ministério de Instrução Pública uma comissão permanente de instrução primária, à qual cabe a direcção pedagógica do ensino primário, a superintendência na sua administração e o julgamento dos processos disciplinares dos professores». Esta Comissão seria constituída por uma comissão permanente e pelas secções pedagógica, administrativa e disciplinar.

Em 12 de maio de 1916, sendo ministro *Joaquim Pedro Martins*, era publicado o Decreto n.º 2:387, que inseria todas as disposições vigentes sobre ensino de instrução primária face à necessidade de as reunir num só diploma. De entre as alterações, refira-se o carácter obrigatório do ensino primário elementar para todas as crianças de ambos os sexos, cuja idade estivesse compreendida entre os sete e os catorze anos (art. 39.º), a qual terminava com o exame do grau elementar ou, para os que não conseguissem fazê-lo, com o fim da idade escolar (art. 39.º § único). Essa obrigatoriedade era definida no artigo 41.º como consistindo «em apresentar as crianças á matrícula das escolas e em velar por que elas as frequêntem regularmente». Passados poucos dias, a 19 de maio, era publicada a Lei n.º 543, que estabelecia as condições para a realização de exames de instrução primária elementar e complementar. A 5 de dezembro do mesmo ano¹⁷⁸, era publicado o Decreto n.º 2:887, que inseria todas as disposições da lei em vigor sobre instrução primária e normal, face à necessidade de as reunir num só diploma. O ano de 1919 viria a ficar marcado por intensa atividade legislativa, que leva Rómulo de Carvalho (1986, p. 681) a afirmar:

«assim como o ano de 1911 foi notável na actividade legislativa da República, também o foi o ano de 1919, que muito a excedeu quantitativamente. O primeiro, por ser a arrancada do novo regime; o segundo, possivelmente por se seguir ao termo da 1.ª Grande Guerra (1914-1918). A legislação dos diversos ministérios republicanos, toda datada do mesmo dia 10 de Maio de 1919, onde se inclui a nova reforma do ensino primário, ocupa 623 páginas da Colecção da Legislação Portuguesa».

Em 2 de janeiro de 1919, sendo Ministro *Alfredo José Mendes de Magalhães*, era publicado o Decreto n.º 5:078, que aprovava o regulamento das Escolas Primárias Superiores. Neste,

¹⁷⁸ Por ter saído com inexatidões de novo a 23 do mesmo mês e ainda a 3 de janeiro de 1917.

estabelecia-se que, no 1.º Ciclo, à Educação Física se destinavam 3 horas semanais nas classes A e B; no 2.º Ciclo, à Educação Física, eram destinadas 3 horas semanais na 1.ª classe e 2 horas semanais nas 2.ª e 3.ª classes. Volvidos três meses, a 5 de abril, considerando «de urgente necessidade proceder imediatamente à reorganização dos serviços de ensino primário, à revisão dos programas e distribuição das diferentes disciplinas que constituem o curso das escolas normais primárias, instituídas pela lei n.º 233, de 7 de julho de 1914, e bem assim à remodelação dos serviços de fiscalização do ensino primário», nomeava o Ministro da Instrução Pública, *Leonardo José Coimbra*, uma comissão para o efeito, cujos trabalhos «deverão estar concluídos dentro de trinta dias úteis, a contar da data da sua instalação». Esta Comissão que funcionaria no Ministério da Instrução Pública, era composta por:

«António Maria da Silva Barreto, chefe da 2.ª Repartição da Direcção Geral de Ensino Primário, servindo de director geral; Frederico António Ferreira de Simas, professor da Escola Normal Primária de Lisboa; Abel Maria Dias da Silva, chefe da 10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública; Fernando Kemp Serrão, chefe da 1.ª Repartição da Direcção Geral do Ensino Superior; António Cândido de Almeida Leitão, director da Escola Normal Primária de Coimbra; Henrique Sant'Ana, director da Escola Normal Primária do Porto; Adolfo Godefroy de Abreu e Lima, director da Escola Normal Primária de Lisboa; Luís Maria de Passos da Silva, professor da Escola Normal Primária de Lisboa; José Nunes da Graça, professor da Escola Normal Primária de Lisboa; Moisés Higino Domingues Lajido, professor da antiga Escola Normal Primária de Lisboa; Manuel Sanches de Deus Brito Moreno, inspector do círculo escolar de Leiria; Raúl Sangreman Proença, primeiro conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa; António Augusto Tavares Ferreira, professor de ensino primário superior do Instituto do Professorado Primário; Elmino da Costa Moreira, professor das escolas primárias de Lisboa; António Augusto Ferreira de Macedo, professor do ensino livre; António Lopes Canhão, professor primário oficial do concelho de Vouzela; À qual presidirá o primeiro, servindo o último de secretário».

Passado mais um mês, pelo Decreto n.º 5:504, de 5 de maio, a comissão apresentava o seu trabalho, onde se estabelecia que, a partir de 1 de julho desse ano, as Escolas Normais de Lisboa, Porto e Coimbra e as de Habilitação ao Magistério Primário nas sedes dos restantes distritos do país eram transformadas em Escolas Primárias Superiores. No mesmo dia, era publicado o Decreto n.º 5:505 que criava Escolas Primárias Superiores em Lisboa, Porto e Santarém: nas duas primeiras localidades, por ser considerada insuficiente a existência de uma única escola e, no último caso, por Santarém, apesar de sede de distrito, não possuir qualquer Escola de Ensino Normal.

Por Portaria de 5 de abril de 1919, era nomeada uma comissão para estudar a reorganização dos serviços de instrução primária. Passado cerca de um mês, os trabalhos apresentados pela Comissão ao Ministro da Instrução Pública *Leonardo José Coimbra*, eram publicados no Decreto n.º 5:787-A, de 10 de maio. Na óptica desta reorganização, o ensino primário mantinha-se dividido em três graus, dos quais, o Geral, com a duração de cinco anos, incluía «gimnástica e jogos educativos, especializando os nacionais»; o Superior, com a duração de três anos, compreendia «Educação física». A reforma conservando grande parte do articulado anterior, veio a incluir uma novidade de vulto: a obrigatoriedade escolar, que era de três anos em 1911, passava a ser de cinco anos, dos sete aos doze, em 1919. Esta decisão resultava da junção do ensino primário elementar, que era a fase obrigatória, de três anos, com o ensino primário complementar, não obrigatório, de dois anos, num único nível, com a designação de ensino primário geral. Mantinha-se o ensino primário superior, de três anos. Além

disso, das modificações com interesse para a nossa investigação registre-se o desaparecimento dos conteúdos de carácter militar¹⁷⁹.

Ainda nesse ano, a 29 de setembro¹⁸⁰, era publicado o Decreto n.º 6:137, que regulamentava o ensino primário. Segundo o disposto neste regulamento, o Ensino Primário Geral, cujo objetivo era «fornecer à criança os instrumentos fundamentais de todo o saber e as bases duma cultura geral, preparando-a para a vida social» (art. 32.º), mantinha, no essencial, disposições estabelecidas anteriormente, como sejam: a obrigatoriedade e gratuidade para todas as crianças de um e outro sexo dos sete aos doze anos (art. 33.º), adoptando o regime coeducativo (art. 34.º) e compreendendo cinco classes ascendentes (art. 42.º). Em 7 de novembro de 1919, o Ministro *Joaquim José de Oliveira* mandava publicar o Decreto n.º 6:203, que aprovava os programas do Ensino Primário Geral, que se estendia por 5 anos, e do Ensino Primário Superior, que se estendia por 3 anos. A distribuição das matérias pelas diversas classes¹⁸¹ incluía os programas de «higiene individual, ginástica e jogos educativos, especializando os nacionais» para o Ensino Primário Geral, e o de «educação física» para o Ensino Primário Superior.

Em 15 de fevereiro de 1921, o Ministro *Augusto Pereira Nobre* mandava publicar o Decreto n.º 7:311, através do qual o Ensino Primário Geral mantinha-se com 5 anos, e do plano curricular¹⁸², que estabelecia sessões diárias, constava a matéria «educação física». Em 14 de novembro de 1921¹⁸³, o Ministro da Instrução Pública, *Francisco Alberto da Costa Cabral*, fazia publicar o Decreto n.º 7:802, através do qual se regulava o funcionamento das Escolas Primárias Superiores. Entre as razões subjacentes a esta medida, refiram-se algumas apresentadas no preâmbulo:

«Informações inexactas fornecidas ao Ministério da Instrução Pública, a falta de regulamentação da forma do provimento dos lugares de professores e uma defeituosa compreensão, por parte de muitos, do exacto destino do ensino primário superior vieram infelizmente obliterar a idea primitiva, a ponto de chegarem a transformar o seu carácter altamente patriótico e republicano, tornando-a alvo de acres censuras e acerbas críticas, quando afinal, vista a questão em conjunto, a situação precária dêste ramo de ensino é apenas a contrapartida da crise por que passa o nosso ensino primário geral. (...) Acresce que nem sempre o melhor critério presidiu à distribuição das escolas pelo País, (...). Mais grave, porém, que a má distribuição das escolas, e mais grave

¹⁷⁹ No complementar «passo e atitudes militares» e «exercícios militares para o sexo masculino» e no superior «exercícios militares».

¹⁸⁰ Por ter saído com inexatidões de novo a 11 de dezembro.

¹⁸¹ O plano curricular compreendia: (1) para as duas primeiras classes «Português; Conhecimento da terra portuguesa; Preparação da criança para a vida individual e colectiva; Cálculo, noções de geometria prática e elementar, aritmética e sistema métrico; Modelação, desenho, caligrafia, trabalhos manuais e agrícolas; Música e canto coral; **Higiene individual, ginástica e jogos educativos, especializando os nacionais**»; (2) para as classes da 3.ª à 5.ª, para além das matérias anteriores «Ciências naturais».

¹⁸² O plano curricular compreendia: (1) para todas as classes «Português; Geografia; Aritmética; Desenho; Caligrafia; Trabalhos manuais (para os dois sexos); Música; **Educação física**»; (2) para a 2.ª e 3.ª classes «Trabalhos manuais de costura»; (3) para as 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª classes «Geometria conjugada com os trabalhos manuais e desenho»; (4) para as 3.ª e 4.ª classes «Primeiras noções de ciências histórico-naturais e físico-químicas»; (5) da 3.ª à 5.ª classes «História pátria; Educação cívica; Primeiras noções de ciências histórico-naturais e físico-químicas»; (6) para as 4.ª e 5.ª classes «Trabalhos manuais para o sexo feminino»; (7) para a 5.ª classe «Aritmética e sistema métrico; Ciências histórico-naturais e físico-químicas».

¹⁸³ Por ter saído com inexatidões de novo a 19 do mesmo mês.

principalmente pelos encargos que daí resultam para a economia nacional, é a superabundância do seu pessoal. (...) escolas ha, Sr. Presidente, em que o número de professores e empregados é superior ao número de alunos.»

Com a publicação deste diploma, reestruturava-se o ciclo de educação geral, enquanto se aguardava a criação das secções técnicas. O programa da secção geral extensivo aos 3 anos de escolaridade, estabelecia a duração¹⁸⁴.

Depois de percorrida toda a atividade legislativa da I República no que respeita aos diversos tipos e graus de ensino, Rómulo de Carvalho (1986, p. 697) reconhece:

«que qualquer das modalidades consideradas foram motivo de atenção de ministros diversos que se substituíram com desabusada frequência, nem sempre com opiniões coincidentes sobre as soluções que deveriam ser adoptadas para cada caso, e que desse modo se viam impedidos de gizarem um plano geral de ensino onde tudo pudesse ficar devidamente articulado. Toda a legislação publicada foi fragmentária dificultando a visão global do sistema escolar que não chegou a ser esboçada.»

Mas, em 1923, *João José da Conceição Camoesas* é nomeado Ministro da Instrução Pública e resolve iniciar um processo que designou de Estatuto da Educação Pública, pelo qual se procurava dar uma ordem coerente e profícua à linha geral dos estudos. Como é explicado no relatório da Proposta de Lei, o processo começou por «largo inquérito no professorado», a que se seguiu a consulta de grande número de «individualidades eminentes do ambiente pedagógico nacional» e «a colaboração de homens experimentados, com um passado profissional que os eleva ao plano superior das verdadeiras autoridades». A 21 de junho, era apresentada à Câmara dos Deputados uma proposta de lei para a educação nacional, que traria consequências para a sua organização. Assim, a educação pública passava a compreender três categorias, designadas respetivamente por geral, especial e superior. Mas atentemos nalgumas das palavras presentes no relatório da Proposta de Lei:

«1) Cultura física. - Em todas as escolas portuguesas, das primárias às superiores, é a cultura física insuficientíssima. O povo estiola-se, verificando-se o aumento da morbilidade e da mortalidade. A escola, em vez de robustecê-lo, constitui-se factor importante da sua decadência orgânica. São múltiplas as causas escolares dêste definhamento, contando-se entre elas as seguintes:

a) A falta de locais escolares higiénicos, reduzindo-se a maioria das escolas a pouco mais de quatro paredes, pelo que vivem os alunos acumulados sem o ar e a luz indispensáveis ao seu desenvolvimento; (...)

c) A deficiência absoluta da inspecção médico escolar, cujos recursos em pessoal e material impossibilitam o seu papel de correcção e aperfeiçoamento físico dos alunos, de defesa e melhoria da saúde das populações escolares; (...)

e) A quasi nula importância atribuída à educação física, pouco tempo lhe reservando os horários, não dispondo as escolas de pátios e de campos de jogos para a prática regular e frequente dos exercícios físicos e sendo raríssimo o recurso às excursões e aos passeios escolares;

f) O não constituírem ainda a higiene e o asseio cuidados essenciais da escola, que não possui sequer os meios de os pôr em prática pela ausência de lavatórios e balneários; (...)

6) Escola primária. - A nossa escola primária enferma de defeitos graves:

a) Não realiza a cultura integral e harmónica, por não conceder à cultura física, manual, social e moral a importância que merecem; (...)

17. Edifícios escolares. - Os nossos edifícios escolares - desde o ensino primário até o superior - são defeituosíssimos. As nossas escolas não dispõem de edifícios próprios; a maior parte delas funcionam em casas inadequadas ou mal adaptadas, de modo que carecem das mais imprescindíveis

¹⁸⁴ O plano curricular compreendia: «Português (3h); Francês (3h); História e Geografia (2h); Ciências naturais e higiene (3h); Ciências físico-químicas (3h); Matemática (3h); Desenho e modelação (4h); Trabalhos manuais (4h); Música e canto coral (2h); **Educação física** (2h)».

Quanto à disciplina de Inglês, que ao abrigo do decreto anterior (n.º 5:078) era obrigatório em alternativa com o Francês, passaria para algumas das seções técnicas a criar «onde logicamente deve estar».

condições higiénicas e pedagógicas, com prejuízo evidente do crescimento e desenvolvimento dos alunos; (...)

e) Não dispõem de pátios, hortos e campos de jogos;(...)

Para poder apreciar-se a maneira como julgamos dever ser aplicado o princípio da execução gradual, parece-nos bem transcrever a seguinte lista de reformas que se poderão iniciar imediatamente: (...)

n) Intensificação da cultura física pela criação de campos de jogos em Lisboa, Pôrto e Coimbra».

Mais uma vez, assistimos ao nascimento de um documento histórico, cuja vida seria curta, terminando em novembro desse ano com a queda do Governo. A 6 de novembro do mesmo ano, o Ministro João Camoesas ainda fazia publicar o Decreto n.º 9:223, no qual considerava que «a experiência [tinha] demonstrado a necessidade de modificar algumas disposições do regulamento de ensino primário e normal» e que era «urgente intensificar a execução da obrigatoriedade escolar e aumentar a eficácia do trabalho docente e discente». Para os efeitos pretendidos, eram estabelecidos os tempos letivos a que as crianças seriam sujeitas, sendo «obrigadas a trinta tempos semanais de duração de trinta a quarenta e cinco minutos cada um, consoante as classes em que estiverem matriculados» (art. 15.º), correspondendo o dia escolar a seis horas, «incluindo os intervalos de disciplina para disciplina, nunca inferiores a quinze minutos, assim como as horas de recreio educativo dirigidas por um professor» (art. 16.º), considerando-se as duas horas de recreio educativo como «classes especializadas e, portanto, tempos lectivos» (Art. 18.º).

Em 7 de janeiro de 1924¹⁸⁵, o Ministro *António Sérgio de Sousa*, mandava publicar o Decreto n.º 9:354, que suprimia as Escolas Primárias Superiores, a partir de 30 de junho desse ano, porque as existentes não tinham sido organizadas como organismos da maior importância no sistema de educação pública de uma sociedade moderna e democrática, nem segundo os melhores princípios pedagógicos. Dois meses passados, em 17 de março, sendo já Ministro *Hélder Armando dos Santos Ribeiro*, eram publicadas duas Portarias:

- a primeira, considerando que, «tendo o decreto n.º 9:354 extinguido as Escolas Primárias Superiores a partir de 30 de Junho de 1924, o que não importou a supressão dêste ramo de ensino, de uma alta feição democrática, mas sim a necessidade de proceder à sua remodelação de forma a harmonizar a sua feição social e utilitária com o critério de rigorosa economia e do máximo rendimento que o Govêrno é obrigado a manter nas circunstâncias actuais do Tesouro», bem como «sendo necessário considerar os interêsses dos alunos que naquelas escolas se encontravam matriculados de harmonia com aquele mesmo critério», nomeava uma Comissão encarregada da remodelação do ensino primário superior. Os trabalhos da Comissão, que deveriam «estar concluídos até 15 de Abril», incidiriam sobre os seguintes pontos:
 - «1.º Fim e composição de uma Escola Primária Superior com os seus cursos geral e secções técnicas;
 - 2.º Quais as escolas que deverão subsistir, devidamente modificadas, e sua composição, tomando-se por base os interêsses das regiões e as condições do seu funcionamento anterior;
 - 3.º Possibilidade de criação de secções do curso geral aproveitando secções técnicas, cursos já existentes em escolas industriais, comerciais e agrícolas, de forma a criar-lhes um aumento de população escolar;
 - 4.º Selecção do actual pessoal docente, atendendo-se à situação especial dos devidamente diplomados e aos serviços prestados no exercício do magistério oficial.»

¹⁸⁵ Por ter saído com inexatidões de novo a 9 de fevereiro.

- enquanto que a segunda considerando «necessário rever e modificar o actual regulamento do ensino primário infantil e geral» nomeava outra Comissão para o efeito.

A primeira comissão assinalada era composta por:

Dr. José de Magalhães, professor da Escola de Medicina Tropical; Dr. Carlos Alberto Tôrres Garcia, Deputado da Nação; Dr. Luís Passos, director da Escola Normal Primária de Lisboa; José Urbano de Castro, director da Escola Preparatória de Rodrigues Sampaio; Augusto Sampaio, professor da Escola Industrial de Marquês de Pombal; Dr. Artur Saraiva Castilho, professor da Escola Agrícola de Queluz; Eurico Humberto Tavares Moreira, secretário do Instituto Superior de Comércio de Lisboa; Dr. Vergílio Guerra Pedrosa, director da Escola Primária Superior de Ribeiro Sanches; Amaro de Oliveira, professor da Escola Primária Superior anexa à Escola Normal Primária de Lisboa.

E à segunda pertenciam Júlio Soares Isaac, chefe, interino, da 2.^a Repartição da direcção Geral do Ensino Primário e Normal, Ricardo Rosa y Alberty, inspector escolar e Saturnino Lopes das Neves, Manuel Barroso dos Reis e Silva e Joaquim Pedro Dias, professores primários.

Os trabalhos apresentados pela Comissão encarregue de estudar a remodelação do Ensino Primário Superior foram publicados no Decreto n.º 9:763, de 4 de junho do mesmo ano¹⁸⁶, que aprovava as bases de reorganização do Ensino Primário Superior, de que deixamos algumas:

- A Base 1.^a em que se afirmava que o ensino primário superior «é o prolongamento natural e directo do ensino primário geral», tendo como fim «ministrar um complemento de educação geral, orientada, porém, de ano para ano, no sentido da profissão futura» e distribuindo-se «por uma classe comum e por cursos de dois anos», os quais compreendiam «uma parte geral comum e ensinamentos gerais para cada curso».
- A Base 3.^a definindo a existência em cada escola primária superior «além do curso de educação feminina, os que as circunstâncias e possibilidades determinem».
- A Base 6.^a estabelecia as disciplinas a professor que seriam agrupadas da seguinte forma: «(1) Parte literária - Instrução moral e cívica, Português, francês, geografia e história; (2) Matemáticas e ciências - Matemática, Escrituração doméstica, Física, Química e história natural; (3) Desenho e trabalhos femininos - Roupa branca, chapéus e flores, Lavoros, Escrituração doméstica, Economia doméstica e culinária, Trabalhos manuais e educativos, Modelação, Desenho, Caligrafia; (4) Desenho e trabalhos masculinos - Trabalhos manuais educativos e oficiais, Modelação, Desenho, Caligrafia; (5) Música - Canto coral e música, Música (solfejo), Técnica e ditado musical; (6) **Educação Física - Higiene, Educação física**». A estas o § 1.º acrescentava «línguas inglesa e italiana, puericultura, trabalhos agrícolas e tecnologias especiais».
- Na Base 11.^a estabelecia-se que estas escolas «gozarão de autonomia administrativa».

Entretanto, a 28 de fevereiro de 1925¹⁸⁷, era publicado o Decreto n.º 10:597, que mandava proceder à revisão dos programas do ensino primário geral e primário superior. Após a revolução de 1926, que deu começo à Ditadura Nacional, a primeira intervenção dos governos que se sucederam incidia no Ensino Primário Superior. Sendo Ministro *Joaquim Mendes dos Remédios*, pelo Decreto n.º 11:730, de 15 de junho, foram extintas todas estas escolas a partir de 30 de junho desse ano, porque não correspondiam ao «estabelecimento de um ensino complementar primário, de carácter popular e democrático», e também porque, «como se encontram, representam, além de um grave prejuízo para a marcha do ensino, um motivo constante de crítica, infelizmente justa, que em nada concorre para a dignificação da República».

No entanto, a primeira Reforma do Ensino Primário ocorre em 17 de maio de 1927, sendo Ministro *José Alfredo Mendes de Magalhães*. O esquema deste grau de ensino herdado da reforma de 1919 consistia em três escalões: o ensino infantil, o ensino primário geral e o ensino

¹⁸⁶ Por ter saído com inexatidões de novo a 16 do mesmo mês.

¹⁸⁷ Por ter saído com inexatidões de novo a 9 de março de 1925.

primário superior. A reforma provocou de imediato uma redução de dois anos no total da referida escolaridade. Senão veja-se:

1) O ensino primário geral, agora denominado de «elementar», obrigatório como antes funcionava em regime de separação de sexos, tendo sido reduzido de um ano, passando a ser ministrado em quatro classes sucessivas (dos sete aos onze anos) e compreendia «além da cultura física, prática de higiene e canto coral: Desenho, geometria e trabalhos manuais; Leitura, escrita, redacção, gramática; Aritmética e sistema métrico; Ciências físico-naturais; Corografia de Portugal e Colónias, história de Portugal e educação cívica». Na nova programação de estudos do ensino elementar dava-se relevo a matérias, como é o caso da última referida, que denunciavam a estratégia política, de feição nacionalista, que enforma o novo regime;

2) O superior, agora denominado de «complementar», também foi reduzido de um ano, passando a duas classes (dos onze aos treze anos)¹⁸⁸.

O programa extensivo aos 2 anos de escolaridade, estabelecia sessões diárias para todas as classes, com os seguintes horários escolares:

1) Para o ensino primário elementar:

«Art. 5.º Os tempos lectivos serão de 40 minutos, intervalados por um quarto de hora. Do terceiro para o quarto tempo o intervalo será de uma hora e um quarto.

Art. 6.º Os trabalhos escolares começarão sempre em todas as escolas dêste grau de ensino às nove horas. Haverá cinco tempos de lição em cada dia útil da semana, excepto num que será indicado pelo inspector.»

2) Para o ensino primário complementar:

«Art. 19.º Os tempos lectivos serão de quarenta e cinco minutos intervalados por um quarto de hora. Do terceiro para o quarto tempo o intervalo será de uma hora.»

Passado exatamente um mês, a 17 de junho, pelo Decreto n.º 13:791, eram promulgadas várias disposições sobre ensino primário infantil, elementar e complementar. Neste decreto que no seu artigo 37.º anulava o decreto n.º 13:619, as alterações, praticamente, limitavam-se ao seguinte:

«Art. 4.º § 1.º A cultura física, prática de higiene e canto coral serão ministrados em curtas sessões diárias.

Art. 5.º § 2.º Os tempos lectivos destinados a desenho, geometria e trabalhos manuais podem ser aumentados de quinze minutos.

Art. 6.º Os trabalhos escolares começarão nas escolas primárias a hora não anterior às oito e meia, nem posterior às nove e meia. Haverá cinco tempos de lição em cada dia útil da semana, excepto um, que será indicado pelo inspector. (...)

Art. 16.º O ensino primário complementar (...)

§ 1.º A educação física, prática de higiene e canto coral serão ministrados em curtas sessões diárias.»

No preâmbulo do decreto era explicado que «a situação do Tesouro não permite, de momento, qualquer aumento de despesa».

O primeiro programa após a revolução de 28 de maio foi ainda produto de uma Comissão criada pelo Decreto n.º 10:597, de 5 de março de 1925, cujo trabalho se expressou no Decreto n.º 14:417, de 12 de outubro de 1927, complementado alguns dias depois com as «instruções pedagógicas» publicadas na Portaria n.º 5:060, de 21 de outubro. O presente programa resultava da primeira reforma do Ensino Primário ocorrida em 17 de maio de 1927, quando a escolaridade neste grau de ensino foi reduzida de um ano. O decreto era completado com o

¹⁸⁸ O plano curricular compreendia: «Português, história, educação cívica, direito usual, usos e costumes (6h/5h); Francês (5h/4h); Matemática e noções de escrituração comercial (5h/4h); Ciências físico-químico-naturais (abrangendo higiene, agricultura e economia doméstica) (4h/5h); Desenho e trabalhos manuais comuns (6h/5h); Caligrafia e dactilografia (2h/1h); Educação especial e profissional (2h/6h); Educação física e prática de higiene; Canto coral».

Relatório da Comissão, de que salientamos o último parágrafo «Entre eles não figuram os de educação física e canto coral, ensinamentos de tam grande importância na escola primária, cuja publicação, dada a sua natureza especial, será feita depois de publicados os programas do ensino primário complementar.»

No dia seguinte, era publicado o Decreto n.º 14:463, onde se exaravam os horários das escolas primárias elementares, com as respetivas instruções¹⁸⁹. Nele, apontava-se a atenção que era dever da escola prestar às colónias portuguesas, assim como à História pátria, cujo ensino deveria ser dirigido no sentido de acordar, nas crianças, o «verdadeiro patriotismo» e estabelecia-se que os trabalhos escolares deveriam iniciar-se e encerrar-se diariamente com a saudação à bandeira nacional, mas passemos em revista algumas das instruções.

«As aulas começarão às 9 horas e terminarão às 14 e meia, no inverno, excepto nas regiões mais frias do país (Beiras, Trás-os-Montes) onde poderão começar e acabar meia hora mais tarde. No verão principiarão às 8 horas e terminarão às 13 e meia, para se aproveitar a parte do dia mais favorável aos estudos e evitar que as crianças cheguem à escola já fatigadas pelos serviços domésticos a que as obrigam ou pelos jogos a que espontaneamente se entregam.

Os professores serão pontuais na entrada para as aulas, e exigirão a mesma pontualidade aos seus alunos - a falta de pontualidade é um princípio desmoralizador e a dos alunos, pelo geral, é apenas o reflexo da dos professores. (...)

Antes de se iniciarem os trabalhos escolares em cada dia e depois de se darem por findos, os alunos saudarão a Bandeira Nacional que deverá existir em todas as escolas.

Os trabalhos escolares, tanto de manhã como de tarde, abrirão com uma sessão de canto.

A cultura física, a prática de higiene e as sessões de canto coral serão ministradas fora dos cinco tempos lectivos, podendo aproveitar-se um tempo especial depois dos restantes trabalhos escolares.»

O Decreto n.º 15:088, de 23 de fevereiro de 1928, mandava intensificar esse estudo considerando «indispensável criar no nosso povo uma opinião colonial, incutindo no espírito de todos os portugueses a noção exacta do valor do império ultramarino». Em 16 de janeiro de 1928, o Ministro *José Alfredo Mendes de Magalhães* mandava publicar o Decreto n.º 14:900, que estabelecia os programas do ensino primário complementar¹⁹⁰. Depois de um breve introito, era apresentado o Relatório da Comissão. Na mesma data, era publicada a Portaria n.º 5:155, que aprovava as instruções a observar para a execução dos programas. No entanto, apesar do estabelecido no Decreto n.º 14:417, quer no presente decreto, quer nas suas instruções, não figurava qualquer programa de «Educação Física». Em 15 de fevereiro de 1928, com a publicação do Decreto n.º 15:032 o Ministro, visando a implementação do regime da separação de sexos nas escolas do ensino elementar, estabelecia desde esse momento o referido regime nas localidades em que existisse mais de uma escola daquele grau.

A 13 de setembro de 1928, sendo titular da pasta da Instrução Pública *Duarte Pacheco*, era publicado o Decreto n.º 15:954, que considerando o recenseamento escolar a base para a

¹⁸⁹ O plano curricular do Ensino Primário Elementar, extensivo aos 4 anos de escolaridade, estabelecia sessões diárias para todas as classes, e compreendia: «Desenho, geometria e trabalhos manuais; Leitura, escrita, redacção e gramática; Aritmética e sistema métrico; Ciências físico-naturais; Corografia de Portugal e colónias, história de Portugal e educação cívica» e depois dos restantes trabalhos «Cultura física; Prática de higiene; Canto coral».

¹⁹⁰ O quadro de disciplinas do Ensino Primário Complementar compreendia: «Português; Francês; História; Geografia; Matemática e noções de escrituração comercial; Ciências físico-químico-naturais; Desenho e trabalhos manuais».

boa organização da instrução primária, sem o qual tornava-se impossível determinar com exatidão qual o número de escolas e de professores necessários para debelar o analfabetismo e imprescindível para se pôr em prática a obrigatoriedade do ensino e para a clara e completa elaboração das estatísticas, mandava proceder à organização do recenseamento geral da população infantil em idade escolar. Em 26 de outubro de 1928, o Ministro Duarte Pacheco mandava publicar o Decreto n.º 16:077, que aprovava os programas do Ensino Primário Elementar¹⁹¹, para entrarem em vigor no ano letivo de 1928-29, do qual constava a «educação física». No artigo 1.º § único do decreto, informava-se que, para completa elucidação dos programas, também se publicavam as instruções pedagógicas respetivas. Os programas eram antecidos do Relatório da comissão, que passamos a transcrever:

«A comissão organizadora dos novos programas para o ensino primário teve em vista fazer um trabalho harmónico com a situação da nossa escola primária e que oferecesse todos os elementos de praticabilidade.

Seria muito desejável que pudéssemos ampliar os conhecimentos mínimos a adquirir nas escolas primárias, mas quer-nos parecer que é um defeito lamentável, num intuito aliás nobre, querer exigir mais do que é compatível com os recursos e condições delas. Pouco e bem - é a nossa divisa. Já dizia um grande pedagogo que o objectivo do ensino primário não é adquirir todos os conhecimentos possíveis das matérias de que trata, mas aprender bem em cada uma delas o que é essencial não ignorar. (...)

O nosso alvo predilecto é contribuir, por meio de programas simplificados, para a grande tarefa da extinção do analfabetismo nacional. Cremos ser essa a aspiração de todos os professores, os colaboradores primários dessa luminosa tarefa.

Nas mãos dêles é que está o futuro da Pátria. (...)

Ao redigir as instruções anexas a comissão não pretendeu estabelecer normas inflexíveis de ensino nem fixar uma orientação dogmática: procurou definir os intuitos a que obedeceu a organização dos programas e traduzir o desejo de que a instrução primária fôsse ministrada de maneira mais lógica e prática e portanto mais eficiente. (...)

Compreende-se naturalmente que será sempre facultativo o ensino das matérias contidas nas instruções quando não sejam exigidas pelos programas.»

Neste decreto, que marca o início de uma política educativa que vai ao encontro dos princípios perfilhados pelo Estado Novo, o grau elementar do ensino primário sofre um toque de mau augúrio quando os programas são reduzidos. Poucos meses passados sobre a entrada em vigor do programa de 1928, o Ministro *Gustavo Cordeiro Ramos* mandava publicar o Decreto n.º 16:730, de 13 de abril de 1929, onde se declarava que, dos quatro anos de ensino obrigatório, só na verdade os três primeiros deveriam constituir propriamente o ensino elementar, destinando-se o 4.º ano a simples complementaridade. Do Relatório, apresentado passamos a transcrever alguns trechos:

«Com a organização destes programas não se pretendeu fazer uma reforma do ensino no sentido já gasto e desacreditado da palavra: deu-se um passo mais no caminho das simplificações, cuja necessidade todos reconheciam, tendo-se alterado também a distribuição das disciplinas pelas diversas classes do curso primário. Conservando-se o regime das quatro classes, pode dizer-se, dum modo geral, que nas três primeiras se ministra o ensino propriamente elementar - ler, escrever e contar correctamente - e na 4.ª classe um ensino complementar que forneça os conhecimentos indispensáveis a todos aqueles que não possam continuar os seus estudos.

Quási, se não modificaram as instruções pedagógicas elaboradas pela comissão organizadora dos programas decretados em Outubro de 1928, introduzindo-se-lhes apenas umas ligeiras alterações de acomodação aos novos programas.»

¹⁹¹ O plano curricular do Ensino Primário Elementar compreendia: para as 1.ª a 4.ª classes «Língua materna; Aritmética; Geometria; Desenho; Geografia; Moral e educação cívica; **Educação física**; Trabalhos manuais; Caligrafia; Canto coral» e «Trabalhos manuais para o sexo feminino», e para as 3.ª e 4.ª classes «Ciências físico-naturais, higiene e agricultura; História; Economia doméstica».

A publicação deste decreto, com o respetivo quadro de disciplinas e sua distribuição pelas diversas classes, pretendia simplificar os programas do ensino primário elementar a partir do ano letivo de 1929-1930. A «educação física» permanecia presente. No artigo 1.º § único do decreto, informava-se que, para completa elucidação dos programas, também se publicavam as instruções pedagógicas respetivas. O plano curricular do Ensino Primário Elementar compreendia: para as 1.ª a 3.ª classes «Língua materna; Aritmética; Geometria; Desenho; Moral e Educação Cívica»; Caligrafia; Trabalhos manuais; Educação física; Canto coral» e «Trabalhos manuais para o sexo feminino», e para a 3.ª classe «Geografia». O plano curricular do Ensino Primário Complementar (4.ª classe) compreendia, para além das anteriores «História; Ciências naturais». Mais estabelecia, para todas as classes, «Palestras educativas e lições de cousas sôbre física, higiene, agricultura e economia doméstica» - «O professor fará obrigatoriamente palestras e lições de cousas adequadas à idade e sexo das crianças sôbre os pontos indicados nas instruções respectivas, e com maior insistência sôbre os de higiene».

Em 28 de março de 1930, sendo ainda Ministro Gustavo Cordeiro Ramos, era publicado o Decreto n.º 18:140 que formalmente dividia o ensino primário elementar em dois graus, dos quais, o primeiro era constituído pelas três primeiras classes e o segundo pelas matérias do programa da 4.ª classe. Ao termo de cada grau, passava a corresponder um exame final: a aprovação no exame do 1.º grau seria o termo do ensino obrigatório. A execução das provas de exames e passagens de classe no Ensino Primário Elementar seria regulada pelo Decreto n.º 18:413, de 2 de junho do mesmo ano¹⁹². Entretanto, em 7 de agosto de 1931, era publicado o Decreto n.º 20:181, pelo qual, face à necessidade de se promover a melhor economia dos serviços do ensino primário elementar e «atendendo a que não está em execução em todo o País o decreto n.º 15:032, (...), que determinou a separação dos sexos», eram remodelados os serviços desse grau de ensino.

Quanto ao ensino primário complementar, que se destinava àqueles que não continuassem os estudos nos Liceus ou Escolas Técnicas, mas pretendessem ilustrar-se mais um pouco, o novo regime acabou por extingui-lo em 7 de outubro de 1932, pelo Decreto n.º 21:712. O programa de ação do ministro *António Carneiro Pacheco* ficou expresso na Lei n.º 1:941, de 11 de abril do mesmo ano, intitulada *Remodelação do Ministério da Instrução Pública*. A remodelação constava de doze bases cujos tópicos mais relevantes são:

- As Bases IX e X tratavam dos programas e livros de ensino. Na IX, dizia-se que «Serão revistos os quadros das disciplinas e respectivos programas em todos os graus do ensino» e, na X, que «Nos estabelecimentos de ensino de todo o País, com exclusão do superior, haverá um único compêndio para cada ano ou classe das disciplinas de História de Portugal, história geral e filosofia, bem como (...) de educação moral e cívica...». Deste modo, apoderava-se o Estado de uma arma fundamental para a imposição do seu ideário político, pois as disciplinas escolhidas eram exatamente aquelas que se prestavam a ser veículo dessa mesma doutrina.

- A Base XII estabelecia «Em todos os estabelecimentos de ensino, com exclusão do superior, tanto oficiais como particulares, será obrigatório o canto coral, como elemento de educação e de coesão nacional (...). Organizar-se-á uma pequena colecção de cânticos nacionais, exaltando as glórias portuguesas, a dignidade do trabalho e o amor à Pátria, os quais serão frequentemente executados

¹⁹² Por ter saído com inexatidões de novo a 9 do mês seguinte.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

e constituirão a base de um programa, sempre pronto, para as festas escolares, assim como para as grandes expressões do sentimento nacional».

- Na Base XIII, como contraponto à anterior, estabelecia-se «Em todas as escolas públicas do ensino primário infantil e elementar, existirá, por detrás e acima da cadeira do professor, um crucifixo, como símbolo da educação cristã determinada pela Constituição.»

Como a elaboração da reforma do ensino primário iria ser demorada, e como havia urgência, no critério do Ministro Carneiro Pacheco, em resolver alguns casos pontuais com ela relacionados, foi publicado o Decreto-lei n.º 27:279, com data de 24 de novembro de 1936, contendo a indicação do currículo do ensino primário obrigatório, para que entrasse imediatamente em vigor:

«O Governo prepara cuidadosamente a reforma do ensino primário, com o duplo objectivo de assegurar a todos os portugueses um grau elementar de cultura, que os torne verdadeiramente úteis para si e para a sociedade, e de se dar enérgico e eficiente combate ao analfabetismo. (...) É a razão do presente decreto-lei, assente na ideia de que o ensino primário elementar traíria a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal.»

O currículo estabelecido nesse decreto-lei, de acordo com o pensamento do Estado Novo já largamente difundido, seria reduzido ao mínimo: «Língua portuguesa (leitura, redacção e feitos pátrios); Aritmética e sistema métrico; Moral; Educação Física; Canto Coral» (art. 1.º). Além disso, estabelecia para o ensino primário elementar, tanto oficial como particular, no artigo 5.º que iria ser ministrado em regime de separação de sexo, no artigo 6.º, que:

«a Mocidade Portuguesa e a Obra das Mães pela Educação Nacional cooperarão (...), em tudo o que respeite aos fins do seu instituto, e, com tal objectivo, será feita a indispensável conjugação de actividades, obrigatória para professores e alunos» e, no § único do artigo 6.º, que «é obrigatória para os alunos (...), a inscrição nos quadros da Mocidade Portuguesa, a qual será averbada na caderneta escolar».

O mesmo currículo, de acordo com o pensamento do Estado Novo já largamente difundido, ainda que reduzido ao mínimo, mantinha a «Educação Física». Em 29 de março de 1937, com a publicação do Decreto n.º 27:603, eram aprovados os programas do ensino primário elementar. De acordo com o pensamento do Estado Novo, já largamente difundido, e na linha de simplificação e redução dos conteúdos que vinha sendo seguida, o plano curricular do ensino primário elementar aprovado seria reduzido ao mínimo, passando a compreender apenas cinco disciplinas: «Língua materna; Aritmética e sistema métrico; Trabalhos manuais e labores femininos; Educação moral; Canto coral», sendo a «Educação Física» eliminada. As bases da reforma do ensino primário foram expressas na Lei n.º 1:969, de 20 de maio de 1938. A reforma constava de dez bases, cujos tópicos mais relevantes são:

- A Base II, em que se afirmava «O ensino primário abrange dois graus de educação: elementar e complementar». Sendo o ensino elementar «uniforme para cada sexo e obrigatório para todos os portugueses, física e mentalmente sãos, entre os sete e os doze anos, e destina-se a habilitá-los a ler, escrever e contar, a compreender os factos mais simples da vida ambiente e a exercer as virtudes morais e cívicas, dentro de um vivo amor a Portugal» e o complementar «diferenciado e facultado aos que, entre os dez e os dezasseis anos, desejarem preparar-se para seguir outros estudos ou elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida familiar e à do meio económico-social a que pertencem, dentro dum consciente amor ao trabalho».

- A Base III estabelecia que o «ensino primário será ministrado, segundo programas oficialmente aprovados, em cinco classes anuais, correspondendo as 1.ª, 2.ª e 3.ª ao ensino elementar e as 4.ª

e 5.^a ao complementar. A 5.^a classe será de índole regional, utilitária e de sentido económico-social. O cumprimento da obrigação de adquirir o grau elementar será comprovado ao fim da 3.^a classe por meio de exame, constituído por provas simples e feito em regra na própria escola que o aluno frequenta ou noutra de cómodo acesso. O aproveitamento no ensino complementar será certificado pela escola, em face das provas prestadas durante a frequência, independentemente de exame, excepto quando a lei o exigir como habilitação para determinadas funções públicas».

- Na Base VIII, atribuía-se às câmaras municipais o fornecimento de instalações para as escolas e postos escolares «providas do material didáctico necessário e de uma pequena biblioteca popular adequada ao meio; as escolas complementares disporão ainda de anexos indispensáveis para o ensino prático que lhes competir segundo a sua diferenciação». Além disso, as instalações escolares, tanto quanto possível, deveriam obedecer aos seguintes princípios: «atribuição de edifícios e recreios independentes a cada sexo; proximidade de cada sala de aula em relação ao respectivo núcleo de alunos; mínimo de concentração de salas de aula, variável segundo as circunstâncias».

- Na Base X, estabelecia-se que o ensino primário era «inteiramente gratuito para os pobres; os que o não forem, pagarão uma propina ou taxa moderada, variável segundo a situação económica e os encargos de família».

Procurando dar um impulso no sentido da extinção do analfabetismo em Portugal, o Ministro *Fernando Andrade Pires de Lima* mandava publicar, em 6 de agosto de 1951, o Decreto n.º 38:369, que estabelecia o recenseamento escolar, para abranger todas as crianças de idade compreendida entre os 7 e os 11 anos completos ou a completar até 31 de dezembro. Entretanto, em 27 de outubro de 1952, seria promulgado um Plano de Educação Nacional. Este Plano dividia-se por dois decretos, o n.º 38 968, que reforçava o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar, reorganizava a assistência escolar, criava os cursos de educação de adultos e promovia uma campanha nacional contra o analfabetismo, e o n.º 38 969, que, regulando a execução do anterior, reforçava o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar. Essa obrigatoriedade que atingia, segundo a legislação em vigor, todas as crianças entre os 7 e os 11 anos, estendia-se agora por mais um ano (até à aprovação no exame de ensino elementar dos 7 aos 13 anos)¹⁹³.

Programas de Educação Física do Ensino Primário

No período anterior, assistiu-se à institucionalização e à estabilização da Educação Física. Uma vez instituída uma Educação Física educativa, surgia o problema dos métodos de ensino, uma vez que, e se o método de Ling tinha aceitação generalizada, o mesmo não sucedia com a sua interpretação, tendo, no caso do Ensino Primário, levado ao despertar de três fases distintas: a primeira fase de vertente militar, a); a segunda de que mantém esta mas acresce as achegas trazidas pelas obras de Lefébure e de Lagrange, b); e a terceira, que insere a ginástica sueca, c).

a) **A primeira fase** seguiu a vertente «militar e pedagógica da Ginástica de Ling». A esta, surge associada uma linha de cunho militar, identificada pela designação de «Exercícios militares». Após a instauração da República em 1911, era publicado um decreto em 29 de março, que reformava o ensino primário, o qual passava a ser dividido em três escalões:

¹⁹³ Decreto n.º 38 968 - III - Obrigatoriedade do ensino primário e artigo 1.º do Decreto n.º 38969.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- 1) O elemental distribuía-se por quatro grupos de intenções, o quarto grupo contemplando «gymnastica, jogos educativos e especialmente os nacionaes».
- 2) O complementar continuava o estudo dos «jogos, gymnastica, passo e atitudes militares», registando ainda, de acordo com a filosofia social que faria decretar a Instrução Militar Preparatória, numa das alíneas da programação deste ensino, «exercícios militares para o sexo masculino».
- 3) O superior, com a duração de três anos, incluía as habituais «Educação physica,..., gymnastica, jogos, natação, remagem» e, ainda, de novo e cada vez com mais fácil justificação, os «exercícios militares».

No entanto, a reforma publicada pelo Decreto de 29 de março de 1911 não chegou a conhecer qualquer definição de conteúdos para as matérias: «gymnastica, jogos educativos e especialmente os nacionaes» do ensino primário elemental; «jogos, gymnastica, passo e atitudes militares» e «exercícios militares para o sexo masculino» do ensino primário complementar; «Educação physica,..., gymnastica, jogos, natação, remagem» e «exercícios militares» do ensino primário superior.

Passados pouco mais de dois meses, a 26 de maio, o Ministério da Guerra publicava o *Regulamento para a instrucção militar preparatória*, que a considerava dividida em dois graus:

- 1.º grau, para os mancebos desde os 7 anos até aos que completavam os 17 a 1 de janeiro, cujo ensino compreendia: «educação cívica, gymnastica e canto coral»;
- 2.º grau, para os mancebos desde os 17 anos, «quando estão já physicamente aptos para os exercicios que mais se aproximam das futuras exigencias e durezas do serviço militar», até à idade do recrutamento e incorporação no exército, cujo ensino compreendia: «exercícios de tactica, tiro ao alvo, equitação, gymnastica e educação cívica e noções militares».

Estabelecia-se que os cursos duravam de outubro até ao fim de julho, em regime de separação para os mancebos que não frequentassem as escolas e para os alunos das escolas. No primeiro caso, «haverá, em regra, uma lição por semana, que se realizará ao domingo ou no dia de descanso semanal, sendo exceptuados os dias de festa nacionaes e locaes», enquanto que, no segundo, «devem comprehender, pelo menos, duas lições por semana, de gymnastica e instrucção militar». Os programas dos cursos da instrucção militar preparatoria¹⁹⁴ apresentavam:

- 1) A matéria da Gymnastica, dividida em parte prática (constituída por «formações», «passos e marchas», «movimentos do corpo», «exercicios com aparelhos e em aparelhos fixos», «saltos», «subir e trepar», «exercicios de volteio no cavallo», «natação», «jogos gymnasticos», «exercicios com um oppositor» e «exercicios de luta») e teórica («noções anátomo-fisiológicas», «noções geraes de hygiene», «effeitos do trabalho e da sua falta» e «exercicios e posições correctivas»);
- 2) A matéria de exercicios e noções militares;
- 3) A matéria exercicios especiaes.

Como resultado da realização do 1.º Congresso de Educação Física, em 1916, no Ginásio Club Português, era publicada, no ano seguinte, a obra *Educação Física: Trabalhos e relatórios do primeiro Congresso de Educação Física*, tendo o Dr. Tovar de Lemos sido relator da tese intitulada *A Ginastica na Escola Primaria - sua organização*, onde se podia ler:

«... não queremos deixar perder o ensejo de aqui registar o criterio moderno e espirito ventilado que presidiu á reforma do ensino primario de 29 de Março de 1911, mas que não está em vigor... (111)

¹⁹⁴ Ver Anexo A.4 - II, pp. 365-366.

É deveras moderno e proprio do estado de adeantamento das sciencias, esta organização que nos encanta, mas que não vemos em execução porque os orçamentos são magros, e estas cousas custam dinheiro. (112)».

Destas palavras, ressalta que a implementação das medidas legislativas aprovadas continuava a ser uma situação adiada. Mas também se pode constatar os problemas que a Educação Física sentia no quadro das matérias escolares:

«É interessante o que tem sucedido em toda a parte com o ensino da ginastica na escola primaria. Durante muito tempo tem ficado em esboço e mercê exactamente da dificuldade que em toda a parte houve de orientar o professorado no sentido de bem desempenhar o seu papel de educador fisico, em consequencia, assim entendemos, das responsabilidades que o sobrecarregam dos exames finais dos seus alunos.

O professor perante esse encargo, de que no fim do ano tem de prestar contas, cuida mais da educação intelectual, do que da fisica, e quando dizemos mais, constitue já excepção, porque em regra, da educação fisica nada cuida.

No que aqui digo, não vai o minimo desprimôr para o professorado primario.

Sou o primeiro a reconhecer que só com uma boa vontade extraordinaria e uma dedicação especial, poderá com o regimen actual da escola primaria, consagrar algum tempo á educação fisica.»

É claro, nestas palavras, o papel subalterno atribuído à Educação Física no currículo escolar, o que prolongava as dificuldades por que passava a sua completa integração no quotidiano escolar.

Na continuidade das ideias defendidas, o autor mostra-se adepto de um método de ginástica:

«... a educação fisica como base fundamental e verdadeira pedra de toque da educação geral, contribuindo poderosamente para desenvolver as qualidades fisicas, intellectuais e morais do homem. A base da educação fisica é a Ginastica educativa...(33)

... Toda esta parte que agora terminamos tende a mostrar a vantagem da educação fisica em geral, a necessidade em especial na creança, por meio da ginastica racional assente em bases scientificas, o conhecimento da sua evolução, a sua anatomia, a sua fisiologia e psicologia e qual a ação da ginastica e seu modo de actuar. (39)

... É a ginastica sueca a que se deve aplicar na Escola primaria... A ginastica sueca, um dos defeitos que se lhe aponta com mais frequencia, é a monotonia dos seus exercicios, a falta de interesse que despertam na creança. E isto é inconveniente grave, porque o ensino não deve enfadar nem o mestre, nem os alunos. É por isso que tento o caracter impulsivo da creança portuguesa, é indispensavel juntar aos exercicios educativos do metodo de Ling, os jogos, e grande é a influencia que exercem, principalmente na creança da escola primaria...(73)».

Do exposto, se pode concluir que o autor faz uma defesa clara da ginastica educativa, racional, no fundo sueca, como base da Educação Física, a que acrescenta uma justificação para a existência da matéria «Jogos educativos» no programa, com duas ressalvas, uma relativa aos desportos:

«d'uma maneira geral, á excepção da natação, todos mais os consideramos improprios para as creanças da escola primaria. Foot-ball, lucta, remo, patinagem, esgrima, box, equitação, ciclismo, lançamento de disco, saltos de vara, saltos d'obstaculos e todos mais semelhantes, são meios incompletos de desenvolvimento, desiguais nos seus efeitos, e cada um com suas caracteristicas e seus fins inadaptaveis ás creanças em pleno desenvolvimento. A natação é o único applicavel e perfeito pelo desenvolvimento igual de todos os membros, pela natureza dos movimentos que exige, que deverão ser extensos, correctos e simetricos, a cabeça em extensão e ainda pelo meio higienico em que se executa e pelo efeito do proprio banho, activando as funcções» e a outra relativa às marchas «também, são vantajosas, principalmente dando-lhes a feição de excursão, o que alia á parte fisica as vantagens da observação e correspondente aproveitamento intelectual, ao lado da distracção que representam».

A outra ressalva estendia-se à parte pedagógica:

«A distribuição do horário seria então a seguinte:

8 às 9,30 - aulas.	12 às 13 - lunch e recreio.
9,30 às 9,45 - recreio e jogos.	13 às 14,45 - aulas.
9,45 às 11,15 - aulas.	14,15 às 15 - recreio.
11,15 às 12 - ginastica.	15 às 16 - trabalhos manuais.

Isto, daria 4 horas e 45 minutos de aula por dia, e 2 horas e 45 minutos de descanso, além da meia hora para lunch. Não havendo aulas aos domingos e quintas feiras, dava 23 horas e 45 minutos de trabalho intelectual por semana, e 13 horas e 45 minutos de trabalho físico, ginastica, jogos e trabalhos manuais...

Quanto à duração das sessões de exercicios fisicos, está assente, que seja de 30 a 40 minutos para as creanças até 12 a 13 anos... Nesta nossa maneira de ver, a ginastica é ministrada diariamente e como tal vale muito mais para o fim desejado. (80-81)

A Ginastica sueca, notavel pela sua simplicidade, necessita quando muito, os espaldares, a trave, bancos e a corda inclinada.

Nas escolas onde não seja possivel obter o luxo d'uma sala de ginastica, pode o professor suprir esta falta, bem como a dos aparelhos já referidos, efectuando a ginastica na propria aula, servindo-se das proprias carteiras, bancos, cadeiras e do apoio das proprias creanças.

Escusado será encarecer as vantagens que terá a ginastica feita ao ar livre. (82)

A lição de Ginastica divide-se em duas partes, a primeira constituída pelos chamados exercicios d'ordem e a segunda pelos exercicios de ginastica... Estes dividem-se em exercicios preparatorios, fundamentais e de applicação. (84)»

As considerações sobre a parte pedagógica referem-se à distribuição do tempo na escola primaria e à ginástica (a sala de ginástica; a lição de ginástica: a)- principios geraes, b)- graduação da intensidade dos exercicios, c)- modo de executar cada exercicio, d)- a duração de cada exercicio; os jogos, e os trabalhos manuais; a higiene da ginastica; o professor; o inspetor), onde de novo é dado relevo especial à ginástica sueca.

No regulamento das Escolas Primárias Superiores, aprovado pelo Decreto n.º 5:078, de 2 de janeiro de 1919, o programa extensivo aos 5 anos de escolaridade estabelecia sessões diárias para todas as classes. Relativamente às lições de «educação física», era estabelecida a duração, que deveria ser de três horas para as classes A e B do 1.º ciclo e 1.ª do 2.º ciclo, e de duas horas para a 2.ª e 3.ª classes do 2.º ciclo. O regulamento traduzia uma alteração, mantendo a «Educação physica» fazia desaparecer a referência a «gymnastica, jogos, natação, remagem» e «exercícios militares». Além disso, não chegou a definir conteúdos para a «Educação physica».

A reorganização do ensino primário proposta pela Comissão nomeada por Portaria de 5 de abril de 1919 foi apresentada ao ministro e publicada no Decreto n.º 5:787-A, de 10 de maio de 1919. Na ótica desta reorganização, o ensino primário mantinha-se dividido em três graus, dos quais: o geral incluía «gimnástica e jogos educativos, especializando os nacionais» e o superior compreendia «Educação física».

No entanto, continuava-se a desconhecer a definição de conteúdos para as matérias: «gymnastica e jogos educativos, especializando os nacionais» do ensino primário geral; «educação física» do ensino primário superior.

Os programas do Ensino Primário Geral, aprovados pelo Decreto n.º 6:203, de 7 de novembro de 1919, estabeleciam a distribuição das matérias pelas diversas classes (5 anos), com sessões diárias para todas as classes. Além disso, incluíam o programa de «higiene individual, gimnástica e jogos educativos, especializando os nacionais», mas apenas relativamente a estas lições era estabelecida a duração, que deveria ser no máximo de vinte minutos para a 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, e de trinta minutos para a 4.ª e 5.ª classes.

O programa de «gimnástica e jogos educativos» apresentava:

- «1) Algumas considerações genéricas sobre a importância da educação física;
- 2) A matéria de gimnástica, sendo explícita a referência a gimnástica sueca, para o que eram apresentados os seus princípios, a classificação dos exercícios, os efeitos gerais da educação física, os efeitos principais e exercícios típicos, a progressão do ensino, gráficos dos esquemas primários, a terminologia gimnástica, séries de exercícios com os seus efeitos e culminava com a apresentação de lições típicas para cada classe;
- 3) Trazia ainda considerações sobre os jogos educativos, especializando os nacionais, apresentando alguns dos jogos a utilizar para cada classe (1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª);
- 4) Finalmente, referia a realização de «excursões higiénicas, que deveriam ter lugar uma vez por semana ou duas por mês».

Apesar destas disposições legais, persistiam problemas de implementação, pois, segundo Marques (1980, p. 18), por convocação da direção do Ginásio Club Português, realizou-se, em 1920, uma reunião de diretores e professores dos estabelecimentos de ensino «para se formularem bases para a prática ordenada de gimnástica e jogos desportivos entre as camadas escolares». A resposta a esta preocupação surgiria quase de imediato. Estes programas antecipavam um facto importante na organização da Educação Física em Portugal que ocorreria em 1920.

b) A segunda fase mantinha a vertente «militar e pedagógica da Ginástica de Ling», mas surgia influenciada pelas obras de Lefébure e de Lagrange. A Comissão nomeada em 1915 pelos Ministros da Instrução, da Guerra e da Marinha para «estudar e elaborar um Regulamento Geral de Educação Física, que viesse a dar unidade ao ensino da mesma», só dava por concluídos os seus trabalhos em 1920, pelo que apenas nesta altura «se tornou possível a sua publicação e adopção oficial». Segundo Cabral (1973b, p. 12; 1973c, p. 42) os trabalhos desta Comissão viram-se prejudicados quer pela instabilidade governativa então existente, que se refletia nas constantes quedas dos ministérios, quer pela nossa participação na Guerra de 1914-18. Como resultado, era publicado, pela Portaria n.º 2:180, de 26 de fevereiro, o *Regulamento Oficial de Educação Física*. Mas este regulamento, que para Figueiredo (1996: 20) se tratava «de um trabalho de equipa de especialistas na área da EF», acabou por representar uma solução de compromisso entre os três ministérios, que a nenhum satisfazia em absoluto.

«A Comissão julgando que o ponto capital a atingir era a unificação do método de acção prática, e que esta só se resolveria dum modo eficaz e rápido formulando instruções que dum modo palpável definissem o critério geral do fim que se propunha e do modo de encadear e se servir dos diversos meios nessa realização, propôs-se assegurar êsses princípios.

Todo o resto sairá logicamente destas bases seguras e bem assentes.

Quanto à questão do método a seguir no ensino dessa base fundamental de educação física, que é a gimnástica (os exercícios metodizados), foi de unânime parecer que o método sueco deveria ser adoptado e aplicado nos seus princípios e pureza.

Êste método era não só o já adoptado oficialmente, mas ainda aquele que incontestavelmente oferecia mais garantias dum método racional e fisiológico de gimnástica, quer escolar, quer militar. Quanto à questão de organização, resolveu a Comissão, para facilitar o seu trabalho e porque dificilmente se faria melhor, adoptar como base de regulamentação nacional a obra organizada por Lefebvre (*Une Méthode de Gymnastique Educative*), tanto mais que êste ilustre mestre e propagandista do método sueco amavelmente autorizou a tradução do seu trabalho e a sua utilização como melhor fôsse necessário à organização projectada.»

O documento, organizado a partir do manual do capitão belga Lefébure *Une Méthode de Gymnastique Suédoise*, traduzia uma interpretação bastante aceitável do método pedagógico de ginástica sueca, acentuava a sua adopção e aplicação, preservando os seus princípios e o rigor

da sua construção. Todavia, a Comissão responsável pela elaboração do Regulamento Oficial de Educação Física terminava com o seguinte voto:

«3.º Que se dê a mais larga extensão possível ao ensino (da educação física), começando-o devidamente na escola primária, onde a sua falta se faz actualmente sentir e onde a sua acção seria bem eficaz, pelo que incide sobre a grande massa de população.».

Apesar de tudo o que até ao momento foi apresentado como esforço legislativo, em 1920, a situação da Educação Física parecia não ter sofrido melhorias.

Na Parte III do título II - Bases de ensino - do *Regulamento Oficial de Educação Física*, é apresentado o «programa do ensino de ginástica educativa» com a indicação de que «Os programas dêste regulamento são estabelecidos em relação às diversas categorias de ensino oficial, desde a escola primária à instrução militar, tendo em conta, em cada grau de instrução, a idade normal da população que a deve frequentar» e no título III - Jogos - é referido que «Os jogos ao ar livre são os agentes complementares e indispensáveis da educação física e cooperam com a ginástica educativa para a realização dos seus múltiplos fins». Nestes dois títulos do Regulamento, eram pois estabelecidos conteúdos respeitantes à instrução primária. Para um retrato mais preciso da situação, recorremos a uma nota da autoria do chefe da Repartição de Instrução da Camara Municipal de Lisboa - sr. Ferreira Mendes -, publicada na Revista de Educação Física de novembro de 1921¹⁹⁵:

«Quando, em virtude das leis de descentralização de 2 de Maio de 1878 e 11 de junho de 1880, o ensino primario foi entregue aos Municipios, a Camara Municipal de Lisboa, devido ao elevado criterio e iniciativa do intemerato republicano José Elias Garcia e do professor e medico dr. Teofilo Ferreira, imprimiu notavel impulso à instrução popular, mantendo 55 escolas primarias, das quaes 22 centraes, uma escola infantil Froebel, uma escola primaria superior — Rodrigues Sampaio — uma escola de ensino secundario, para o sexo feminino — Escola Maria Pia (hoje Liceu Maria Pia), um Museu Pedagogico e 4 bibliotecas municipaes.

N'estas escolas, alem do ensino primario, lecionavam-se as disciplinas especiaes; de labores, caligrafia, desenho, canto coral, gymnastica e exercicios militares.

Para o ensino de gymnastica a Camara havia nomeado os srs. Pedro José Ferreira, Antonio Pinto Martins, então os professores mais cotados de gymnastica e Joaquim Severiano Machado e Avelar, que ministravam a todos os alunos das escolas municipaes o ensino da gymnastica, pelos metodos francez e alemão.

Para a instrução e exercicios militares foram nomeados os officiaes do exercito: — Luís Carlos Mardel Ferreira, José Inácio de Melo Pereira e Vasconcelos, Joaquim Emidio Xavier Machado, Antonio Angelo da Cunha Rosa, Casimiro Augusto da Cunha Viana, João Carlos de Melo Pereira e Vasconcelos, que ministravam a instrução — escola do soldado com arma e sem arma — a todos os alunos do sexo masculino das escolas municipaes, chegando a formar-se dois batalhões escolares, devidamente uniformizados e equipados, com as pequenas espingardas Lebel e respetivos sabres, adquiridos em Bruxelas. Cada batalhão possuia a respetiva charanga e terno de corneteiros.

Todos, que contam mais de trinta anos de idade, recordam-se saudosamente do vibrante entusiasmo com que a população de Lisboa acolhia, na sua passagem pelas ruas da capital, os batalhões escolares, que marchavam com o garbo e altivez de genuinos soldados.

É com os batalhões escolares que, entre nós, devêra iniciar-se a instrução militar preparatória.

Foi então, quando o ensino primario da capital atingira o seu maior desenvolvimento, a sua mais intensa expansão, não temendo as escolas centraes municipaes o confronto com as suas congeneres de Madrid, Paris e Bruxelas, que o poder central pela lei draconiana de 1892, arrancou aos Municipios uma das suas regalias mais preciosas — o ministrar o ensino primario aos filhos do povo. O governo licenciou todos os professores especiaes de caligrafia, desenho, ginastica e exercicios militares, acabando então o ensino de ginastica nas escolas primarias.

Em Agosto e Setembro de 1905 aprovei- Martins da Suecia onde fôra estudar o metodo de Ling, alguns professores primarios, dos mais novos, foram convidados pelo inspector Antonio Wadlington

¹⁹⁵ Mendes, Ferreira (1921). Mas o que tem sido a educação física nas nossas escolas primarias e normais? *Revista de Educação Física*, 2, p. 4.

a irem ao Centro Nacional de Esgrima, aprender a ginastica sueca com os professores Antonio Martins e Carlos Gonçalves.

Foram eles:— Antonio Vicente de Sousa Lopes, Joaquim José Martins, Basilio Joaquim Ribeiro Junior, Antonio dos Santos Terreiro, Julio de Castro Rodrigues e Jaime Pereira da Silva.

Estes professores começaram então a iniciar nas escolas centraes o ensino de ginastica sueca, mas sem retribuição alguma.

Pouco depois, em janeiro de 1906, o professor Sousa Lopes apresentou em publico um grupo de 80 alunos da Escola Central n.º 19, da Ajuda, adestrados em ginastica sueca, exibição a que assistiram o Director Geral de Instrução Publica, alguns Reitores dos Liceus de Lisboa e Porto, os inspectores e professores primarios, sendo o referido Sousa Lopes louvado oficialmente.

Mais tarde, numa grande festa escolar realisada no Velodromo de Palhavã, 3 classes, contendo 300 alunos, sendo 200 rapazes e 100 meninas, realizaram exercicios de ginastica sueca á voz dos professores Cesar de Melo, do Real Ginasio Club, Sousa Lopes e Basilio Ribeiro, da Escola Central n.º 19, coadjuvados por varios professores primarios. José Luís Ribeiro e Jaime Artur da Silva, da Escola n.º 1 e n.º 3, teem continuado a ensinar ginastica aos seus alunos.

Quando no Coliseu dos Recreios, se realizou uma festa a favor das vitimas dos terremotos de Messina, tambem uma classe dos alunos das escolas oficiaes, exhibiu exercicios de ginastica sueca, sob a direcção do professor Sousa Lopes.

Presentemente tal ensino é ministrado em algumas das escolas municipaes pelos professores primarios acima citados e ainda por alguns professores primarios interinos, que nos ultimos anos teem aprendido na Escola Normal a ginastica sueca com o abalisado professor Pedro José Ferreira.»

Segundo Figueiredo (1996, pp. 20-21):

«a partir daqui, inicia-se um movimento que vem substituir a tradicional preocupação anterior com a educação primária: os Liceus oferecem uma nova forma de intervenção especializada, que provavelmente acalmava um pouco a opinião pública mais influente, cujos filhos frequentariam os Liceus, fazendo frenar a defesa da implementação real da EF na escolaridade primária através da criação de instalações e da formação adequada, adiando consecutivamente o cumprimento da promessa de EF para todos os alunos das escolas primárias.»

No plano curricular dos programas do Ensino Primário Geral publicados no Decreto n.º 7:311, de 15 de fevereiro de 1921, continuava a constar a matéria «educação física». O programa de «educação física (para ambos os sexos)» estabelecia que se devia seguir o disposto no regulamento oficial de educação física na parte respeitante à instrução primária, compreendendo:

- 1) para o ensino das 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, «jogos individuais, livres e metodizados», «jogos colectivos, livres e metodizados» e «lições de gymnástica educativa»;
- 2) para o ensino da 4.ª e 5.ª classes, «jogos colectivos de corrida e habilidade» e «lições de gymnástica educativa».

O programa curricular estabelecia, relativamente à duração das lições de ginástica educativa, que deveria ser no máximo de vinte minutos para a 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, e de trinta minutos para a 4.ª e 5.ª classes. Além disso, o programa vinha completado com uma nota explicativa sobre os exercícos de força, de velocidade e de fundo, bem como sobre os elementos a considerar na sua realização. Após a revolução de 28 de maio de 1926, a primeira Reforma do Ensino Primário, de 17 de maio do ano seguinte (Decreto n.º 13:619), reduz em dois anos o total da escolaridade, mas mantinha-se o essencial na área da Educação Física: 1) O ensino primário geral, agora denominado de «elementar», contemplava «cultura física»; 2) O superior, agora denominado de «complementar», compreendia «educação física e prática de higiene». O Decreto apresentava uma novidade no art. 22.º, ao estabelecer que o «canto coral e a educação física serão dirigidos pelos professores que, para tal fim, demonstrem possuir melhores aptidões». Passado exatamente um mês, a 17 de junho, pelo Decreto n.º 13:791, eram promulgadas várias disposições sobre ensino primário infantil, elementar e complementar. O

Decreto apresentava uma novidade de vulto no art. 4.º § 2.º, ao estabelecer que os «professores que fizeram a sua preparação em cursos onde não figurava a educação física e o canto, desde que se julguem incapazes de ministrar êste ensino, deverão, a requerimento seu, ser dêle dispensados, enquanto não forem adoptadas providências para suprir tal deficiência». Esta medida mais não fazia que permitir que a educação física permanecesse arredada da formação dos alunos. Como resultado da reforma do Ensino Primário de 17 de maio de 1927, era aprovado novo programa, publicado no Decreto n.º 14:417, de 12 de outubro do mesmo ano, mas em relação à educação física aguardava-se a sua publicação «depois de publicados os programas do ensino primário complementar.» Estes seriam publicados em 16 de janeiro do ano seguinte, pelo Decreto n.º 14:900. Na mesma data, era publicada a Portaria n.º 5:155, que aprovava as instruções a observar para a execução dos programas. No entanto, apesar do estabelecido no Decreto n.º 14:417, quer no presente decreto, quer nas suas instruções, não figurava qualquer programa de «Educação Física». Ainda em 1928, o Decreto n.º 16:077, de 26 de outubro, aprovava os programas do ensino primário elementar para entrarem em vigor no ano letivo de 1928-29, de que constava a «educação física». O programa de «educação física», que consistia na ginástica educativa, em que «os exercícios respiratórios, essencialmente fisiológicos, têm uma grande importância e devem empregar-se com frequência» em lição «completa e útil, graduada, interessante, e dirigida com método e vivacidade», estabelecia ainda o seguinte plano geral de ensino da ginástica: «Posição fundamental (posição de sentido. Movimentos da cabeça e do pescoço. Movimentos dos membros superiores e inferiores. Movimentos do tronco. Equilíbrios. Saltos. Movimentos complexos (exercícios respiratórios e jogos)». No art.º 1.º § único do decreto, informava-se que, para completa elucidação dos programas, também se publicavam as instruções pedagógicas respetivas. Nestas, eram esclarecidos vários aspetos:

- 1) «A ginástica a ministrar deve ser a ginástica educativa, que, longe de ser uma ginástica de parada, é, pelo contrário, uma ginástica de aperfeiçoamento e flexibilidade, porque substitui os movimentos automáticos por exercícios racionais que têm por fim aperfeiçoar a criança sob o ponto de vista físico. Nada de ginástica acrobática, de agilidade ou destreza. São absolutamente inúteis as argolas e os trapézios, que determinam exercícios inúteis e perigosos que as famílias não vêem com bons olhos».
- 2) Mantinham-se também as orientações estabelecidas no regulamento oficial de educação física, na parte que dizia respeito à instrução primária.
- 3) Aconselhavam o professor a organizar os planos das lições de maneira a cada uma conter os movimentos necessários para: «a) Activar a circulação do sangue e a respiração», «b) Desenvolver harmónicamente o sistema muscular», «c) Corrigir as posições viciosas», «d) Dilatar a caixa torácica», «e) Corrigir os desvios da coluna vertebral» e «Desenvolver harmónicamente o sistema muscular das diferentes partes do corpo».
- 4) Terminavam aconselhando «A fim de não coarctar a expansibilidade natural da infância, após cada lição de ginástica, ou no decorrer desta, que terá a duração máxima de trinta minutos, organizar-se hão os jogos educativos sob a direcção do professor, que evitará atitudes viciosas, e, minutos antes da entrada na sala de aula, os alunos farão exercícios respiratórios».

Poucos meses passados sobre a entrada em vigor do programa de 1928, era publicado o Decreto n.º 16:730, de 13 de abril de 1929, que pretendia simplificar os programas do ensino primário elementar a partir do ano letivo de 1929-1930. O programa de «educação física» para todas as classes não sofria alterações, em relação ao estabelecido no Decreto 16:077, continuando a estabelecer um plano geral de ensino da ginástica constituído por «Posição fundamental (posição de sentido. Movimentos da cabeça e do pescoço. Movimentos dos

membros superiores e inferiores. Movimentos do tronco. Equilíbrios. Saltos. Movimentos complexos (exercícios respiratórios e jogos)», bem como todas as restantes disposições. No art.º 1.º § único do decreto, informava-se que, para completa elucidação dos programas, também se publicavam as instruções pedagógicas respetivas.

c) A terceira fase assinala a «ginástica sueca» como método oficial. Em 1936, era publicado o Decreto-Lei n.º 27:279, de 24 de novembro, que indicava o currículo do ensino primário obrigatório, para que entrasse imediatamente em vigor. Esse currículo ainda que reduzido ao mínimo mantinha a «Educação Física».

Alguns tempos antes, na Base XI da Lei (1:941) de «remodelação do Ministério da Instrução Pública», de 11 de abril de 1936, estabelecia-se que «Será dada à mocidade portuguesa uma organização nacional e pré-militar que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria e a coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa». Pela sua importância para o tema em análise, recorde-se aqui que o Decreto-lei estabelecia, no art.º 6.º, que «a Mocidade Portuguesa e a Obra das Mães pela Educação Nacional cooperarão (...), em tudo o que respeite aos fins do seu instituto, e, com tal objectivo, será feita a indispensável conjugação de actividades, obrigatória para professores e alunos» e no § único do art.º 6.º que «é obrigatória para os alunos (...), a inscrição nos quadros da Mocidade Portuguesa, a qual será averbada na caderneta escolar».

O plano curricular do Ensino Primário Elemental aprovado em 29 de março de 1937, no Decreto n.º 27:603, na linha de simplificação e redução dos conteúdos, seria reduzido ao mínimo, não fazendo qualquer referência à «Educação Física». É de crer que, no espírito do legislador, se pretendesse cometer à «Mocidade Portuguesa» esse encargo, pois, no Decreto-lei (26:611) de criação desta organização, concedeu-se-lhe «um dia útil em cada semana» para a atividade física que deveria consistir «essencialmente em marchas e jogos» como diz o seu regulamento (art. 12.º § 2.º). A partir deste momento, a ginástica sueca torna-se progressivamente o método oficial, adotado pela Mocidade Portuguesa. Na Escola Primária, praticavam-se jogos e a instrução pré-militar.

As bases da reforma do ensino primário foram expressas na Lei n.º 1:969, de 20 de maio de 1938. Na Base VIII, em que se atribuía às câmaras municipais o fornecimento de instalações para as escolas e postos escolares, afirmava-se que a «instalação compreenderá ginásio coberto, que servirá também para cantina, e terreno anexo com amplitude suficiente para recreio dos alunos e para os exercícios da Mocidade Portuguesa». Corroborando o que afirmámos anteriormente, de se pretender cometer à «Mocidade Portuguesa» a Educação Física nas Escolas Primárias, em 1943, a Mocidade Portuguesa publicava as *Directivas para o Ensino da Educação Física*¹⁹⁶, em cuja Introdução relativamente aos centros escolares primários se podia ler:

¹⁹⁶ Ver Anexo A.4 - III, pp. 367-371.

«1- A educação física a ministrar nestes Centros será principalmente constituída pelos jogos destinados aos filiados dêsse “Escalão”, escolhidos pelos Instrutores de entre os publicados no “Manual de Jogos da M.P.”.

2- Os centros que possuam Instrutor especializado em Educação Física executarão duas vezes por semana as suas sessões de ginástica, nos moldes das lições-tipo, elaboradas por esta Direcção de Serviços.»

Reformas e Programas de Formação de Professores do Ensino Primário

Em 21 de outubro de 1905, era publicada uma Portaria mandando adotar nas escolas de ensino normal primário o método de ginástica sueca. Nessa portaria, estabelecia-se que:

«Considerando que o regulamento do ensino normal manda sujeitar os alumnos mestres a exercicios gymnasticos; considerando que esta sabia disposição tem em vista o duplo fim de completar a educação physica dos alumnos e prepará-los para, por sua vez, ministrarem esta educação nas escolas primarias;

attendendo a que o decreto de 29 de agosto de 1905, introduzindo nos lyceus a educação physica, preceituou que ella fosse feita principalmente pela pratica da gymnastica sueca; convindo uniformizar o systema de educação physica em todas as nossas escolas; ordena Sua Majestade El-Rei que que o referido methodo de gymnastica seja adoptado em todas as escolas de ensino normal.»

Através da reforma publicada no Decreto de 29 de março de 1911, o Governo Provisório da República estabelecia que «as escolas normaes primarias são destinadas a formar professores primarios» (art. 106.º), que funcionariam em «três escolas ... com séde em Lisboa, Porto e Coimbra» (art. 107.º). De entre as matérias de ensino do curso geral, «commum aos dois sexos» (art. 109.º), constava «18.º Educação physica (jogos e gymnastica); generalidades de educação militar» (art. 110.º) e, entre as matérias do curso para o sexo masculino, constava «2.º Exercicios militares e de natação» (art. 112.º). Mais adiante, os art. 116.º e 117.º consideravam as matérias de ensino divididas em cinco secções, das quais, o 1.º dos três grupos em que se sub-dividia a secção de ciencias applicadas compreendia a «Educação physica - Gymnastica, jogos, exercicios militares, etc.»

Entretanto, em 3 de junho, era publicado o Decreto que, «attendendo ás conveniencias do ensino primario e á necessidade que ha de recrutar o pessoal indispensavel para o exercicio do mesmo ensino, de modo que possam ter integral cumprimento os principios estabelecidos na nova reforma», permitia a admissão à matrícula nas escolas normaes de Lisboa, Porto e Coimbra:

- «1.º Os alumnos dos lyceus que tiverem completado o 3.º anno;
- 2.º Os ex-seminaristas que tiverem o curso de preparatorios dos seminarios;
- 3.º E, como medida transitoria, os candidatos que tiverem o curso das escolas industriaes.»

Em 23 de agosto, era publicado o Decreto que aprovava o Regulamento das escolas normaes. Neste, entre as matérias de ensino do curso geral, «commum aos dois sexos», constava «Educação physica (jogos e gymnastica); generalidades sobre educação militar» (art. 5.º) e, entre as matérias do curso para o sexo masculino, constava «2.º Exercicios militares e de natação» (art. 7.º). Mais adiante, o artigo 8.º considerava as matérias de ensino divididas em cinco secções, nas quais, o 1.º dos três grupos em que se sub-dividia a secção de ciencias applicadas (art. 14.º) compreendia a «Educação physica - Gymnastica, jogos, exercicios militares, natação», estabelecendo o plano de estudos para a «Gymnastica» - 2 aulas semanais

do 1.º ao 4.º anos. No entanto, o artigo 117.º § único estabelecia que «as aulas de educação physica serão separadas para os dois sexos» e o artigo 119.º § 2.º que «as lições de gymnastica devem ser dirigidas pelo professor ou professora de educação physica, que fará a critica pedagogica da lição logo que as crianças saiam do gymnasio».

Pela Lei de 20 de dezembro de 1912 as condições para admissão às escolas normais e de habilitação ao magistério estabeleciam que:

«§ 1.º O candidato deve apresentar com o requerimento: a) Certidão de idade, pela qual prove não ter menos de quinze nem mais de vinte e cinco anos completados até 31 de dezembro próximo; b) Certidão de registo criminal; c) Diploma de aprovação no exame de 3.ª classe do curso geral dos liceus, 1.ª secção. § 2.º Os candidatos que não possuírem as habilitações mencionadas na alínea c) do parágrafo anterior deverão apresentar certificado de aprovação no exame do 2.º grau e serão submetidos a exame de admissão» (Art. 2.º).

Digno de realce, é o facto de, relativamente ao regulamento de 1881, a idade de admissão ao curso baixar para os quinze anos.

Em 1914, pela Lei n.º 233, de 7 de julho, era reorganizado o ensino normal primário e criadas «três escolas normais, respectivamente, em Lisboa, Coimbra e Pôrto, ..., em substituição das actuais escolas de ensino normal e de habilitação ao magistério primário», cuja instalação devia estar «completa até setembro de 1916» (art. 1.º), e ainda se procedia à «instalação da primeira escola normal nos Açores» (art. 1.º § 3.º). No artigo 2.º, estabelecia-se que estas escolas tinham por fim «habilitar professores de ambos os sexos para o exercício do magistério primário, e as suas disciplinas distribuem-se por três anos, compreendendo: 1.º Um curso teórico, comum aos dois sexos. 2.º Cursos práticos, alguns especiais para cada sexo». Entre as disciplinas que constituíam os cursos práticos, constava «d) Gimnástica pedagógica» (Art. 2.º - § 2.º). O artigo 5.º definia as condições exigidas aos candidatos à matrícula nas escolas normais, a saber:

«1.º Idade mínima de dezasseis anos, completos à data da matrícula, e máxima de vinte e cinco anos completados;
2.º Atestado médico de ter robustez suficiente para o exercício do magistério primário, ser vacinado, e de não sofrer de moléstia contagiosa;
3.º Diploma de aprovação no curso das escolas primárias superiores ou de aprovação no exame da 1.ª secção (3.ª classe) do curso geral dos liceus;
4.º Diploma de aprovação no exame de admissão à frequência nas escolas normais.
§ 1.º São dispensados das condições estabelecidas neste artigo os candidatos diplomados pelas actuais escolas de ensino normal e distritais, tendo menos de quarenta anos de idade.
§ 2.º O diploma de aprovação no curso geral dos liceus dispensa o exame de admissão à frequência nas escolas normais».

Nesta altura, a idade de admissão ao curso subia para os dezasseis anos e entre as matérias de que constava o exame de admissão às escolas normais (art. 6.º) não havia qualquer referência a «educação physica» ou «gimnástica pedagógica». Ainda no mesmo ano, pelo Decreto n.º 853, de 10 de setembro, que inseria várias disposições sobre o serviço de exames de admissão às escolas normais e de habilitação para o magistério primário, estabelecia-se, no ponto 1.º, que os exames de admissão realizar-se-iam «nas escolas de Braga, Vila Real, Pôrto, Viseu, Castelo Branco, Coimbra, Lisboa, Évora, Faro, Funchal, Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada» e, no ponto 3.º, que compreenderiam «as provas escritas, orais e de trabalhos que constam do regulamento e programas de 11 de agosto de 1911, que deverão ser aplicados com

todo o rigor, sem exclusão da prova de francês». Em 1915, pelo Decreto n.º 1:288, de 20 de janeiro, que regulava os exames de admissão às escolas de ensino normal e de habilitação para o magistério primário e, em particular, as disposições transitórias da Lei n.º 233, de 7 de julho, mantinham-se as disposições exaradas no Decreto n.º 853, de 10 de setembro.

O Decreto n.º 2:213, de 10 de fevereiro de 1916, que aprovava o regulamento e programas para execução da lei n.º 233 sobre o ensino normal primário, estabelecia, no artigo 1.º, que «as escolas normais primárias tem por fim habilitar professores de ambos os sexos para o exercício do magistério primário», sendo que as suas disciplinas «distribuem-se por três anos ou classes». O curso das escolas normais primárias compreendia (art. 2.º) «1.º Um curso teórico, comum aos dois sexos; 2.º Cursos práticos, alguns especiais para cada sexo», considerava entre as disciplinas dos cursos práticos a de «d) Gimnástica pedagógica» (§ 2.º). No entanto, o artigo 123.º mantinha o disposto no decreto de 23 de agosto de 1911, de que «as aulas de educação physica serão separadas para os dois sexos» e acrescentava «podendo, todavia, manter-se o regime mixto nas lições práticas explicativas e nas de regência de classes», enquanto o artigo 124.º dispunha que no regulamento interno estabelecer-se-ia «o traje com que os alunos e as alunas devem apresentar-se nos exercícios práticos de educação física» e o artigo 126.º § único que «as lições de gimnástica devem ser dirigidas pelo professor de educação física, que fará a critica pedagogica da lição logo que as crianças saiam do gymnásio». Passados três meses, em 12 de maio, «tornando-se necessário reunir num só diploma todas as disposições legais em vigor sobre a instrução primária», era publicado o Decreto n.º 2:387. Este decreto, retomando o publicado no decreto n.º 2:213, em relação às escolas normais criadas (Lisboa, Coimbra e Porto), estabelecia, no seu artigo 127.º, que o Governo mandava «proceder à sua instalação completa até setembro de 1916». Mas, nos parágrafos deste artigo, estabelecia-se a possibilidade de criação de outras escolas normais (§ 1.º), começando pela instalação da primeira escola normal nos Açores (§ 3.º), tal só podendo acontecer «depois de funcionarem com regularidade as escolas normais de Lisboa, Coimbra e Pôrto». No artigo 128.º, estabelecia-se que «tem por fim as novas escolas normais habilitar professores de ambos os sexos para o exercício do magistério primário», sendo que as suas disciplinas «distribuem-se por três anos», compreendendo «1.º Um curso teórico, comum aos dois sexos; 2.º Cursos práticos, alguns especiais para cada sexo», considerava entre as disciplinas dos cursos práticos a de «d) Gimnástica pedagógica» (§ 2.º). Mas, em 12 de junho desse ano, pela Lei n.º 588, era suspensa por um ano a execução da Lei de 7 de julho de 1914, que reorganizara o ensino normal primário (Art. 1.º). No mesmo ano, em 5 de dezembro¹⁹⁷, era publicado o Decreto n.º 2:887 que aprovava a compilação das disposições de lei em vigor sobre instrução normal. No essencial, mantinha o disposto na lei de 7 de julho de 1914, com os efeitos decorrentes da suspensão por um ano em virtude do disposto na lei de 12 de julho anterior, e entre as disciplinas que constituíam os cursos práticos constava a «Gimnástica pedagógica» [art. 168.º - § 2.º - d)].

¹⁹⁷ Nova publicação, retificada, por ter saído com inexactidões em 23 de dezembro.

Uma nota para referenciar uma promessa de 1911, aumentos de vencimentos dos professores primários, que apenas viria a ser legislada em 11 de setembro de 1915, mas só entraria em vigor quase dois anos depois, por lei de 25 de julho de 1917. Decorria a I Grande Guerra e a situação económica do professorado degradara-se com a subida do custo de vida. Ainda em 1917, pelo Decreto n.º 3:232, de 5 de julho, era regulamentado que, nas escolas de ensino normal primário onde existissem professores privativos das disciplinas de «Música» e «Gimnástica», estes deveriam fazer parte do júri de exames finais, mas limitando-se ao interrogatório das referidas disciplinas e sua respetiva classificação. Nesse ano, também, pela Lei n.º 781, de 22 de agosto, era suspensa por um ano em relação a Lisboa, e por dois anos em relação a Coimbra e Pôrto, a execução da Lei n.º 233, de 7 de julho de 1914, que reorganizara o ensino normal primário.

Em 1918, pelo Decreto n.º 4:579, de 12 de julho, determinava-se o início do funcionamento da nova Escola Normal Primária de Lisboa e estabelecia-se que, no ano letivo de 1918-1919, começaria a funcionar o primeiro ano do curso de ensino primário superior. Dos exames de admissão às novas Escolas Normais Primárias «feitos conformemente ao disposto no... decreto n.º 2:213, de 10 de Fevereiro de 1916», eram dispensados «sómente os candidatos... que possuam o curso geral dos liceus, 2.ª secção» (art. 3.º), mas, no artigo 4.º, estabelecia-se que «só poderão de futuro concorrer os diplomados pelas Escolas de Ensino Primário Superior». No entanto, dado que o funcionamento destas continuava dependente de muitas contingências, admitia-se que, «emquanto as Escolas Primárias Superiores não tiverem formado o primeiro curso de diplomados, poderão concorrer ao exame de admissão às novas Escolas Normais Primárias os indivíduos de um e outro sexo, maiores de 15 anos, que apresentem certificado de aprovação no exame de instrução primária de 2.º grau e satisfaçam às demais prescrições regulamentares» (art. 4.º § 1.º). De novo, a idade de admissão ao curso baixava para os quinze anos. Passados cerca de dois meses, era determinado pelo Decreto n.º 4:780, de 5 de setembro, «ouvidos o Conselho Escolar da Escola Normal Primária de Lisboa e a respectiva comissão instaladora», que a cadeira de «Gimnástica Pedagógica» passasse a denominar-se «Educação Física». Entretanto, pelo Decreto n.º 5:787-A, de 10 de maio de 1919, era aprovada a reorganização do ensino primário, que estabelecia compreender o curso das escolas normais primárias (Lisboa, Porto e Coimbra) «Educação física» (art. 67.º). O Decreto n.º 5:987, de 1 de agosto do mesmo ano, aprovava os programas dos exames de habilitação para o exercício do magistério primário nas escolas móveis. Do seu conteúdo, ressalta não haver qualquer referência a «educação física». Entretanto, em 29 de setembro¹⁹⁸ era publicado no Decreto n.º 6:137 o Regulamento do Ensino Primário e Normal, que estabelecia terem as Escolas Normais Primárias por finalidade «habilitar professores de um e outro sexo para o exercício do magistério primário em todos os seus graus» (Art. 218.º). O curso destas Escolas distribuía-se por três anos e, entre as disciplinas que o constituíam, compreendia «Educação física» (art. 219.º), com duas horas semanais de «50 minutos» (art. 223.º) ao longo dos três anos. No capítulo

¹⁹⁸ Nova publicação, rectificada, por ter saído com inexatidões em 11 de dezembro.

XV, relativo à prática dos alunos, o artigo 355.º § único mantinha o disposto em decretos anteriores de que «as lições de ginástica devem ser dirigidas pelo professor de educação física, que fará a critica pedagogica da lição logo que as crianças saiam do gymnásio». Para execução do estabelecido no decreto n.º 5:787-A era publicado pelo Decreto n.º 6:157, de 14 de outubro, o Regulamento dos cursos de aperfeiçoamento junto das escolas normais primárias (Lisboa, Pôrto e Coimbra - art. 1.º), para professores primários diplomados pelas antigas escolas de ensino normal. Estes seriam professados em semestres, constando entre as disciplinas da «secção geral, comum e preparatória da secção especial» a «Educação física» - 2 semestres, 2 aulas semanais no 1.º semestre; 3 aulas semanais no 2.º semestre. Finalmente, em 7 de novembro, era publicado o Decreto n.º 6:203, que aprovava os programas do ensino primário geral, do ensino primário superior, do ensino normal primário e do exame de admissão às Escolas Normais Primárias. O programa do curso normal compreendia «Educação Física».

A Comissão¹⁹⁹, composta por elementos dos Ministérios da Instrução, da Guerra e da Marinha, nomeada em 1915 para estudar e elaborar um regulamento geral de educação física que viesse uniformizar o seu ensino, dava por concluídos os seus trabalhos em 1920. Como resultado, foi publicado, pela Portaria n.º 2:180, de 26 de fevereiro, o *Regulamento Oficial de Educação Física*. Nos dois primeiros capítulos do título I - Bases de ensino - do Regulamento Oficial de Educação Física, é referida, tanto a nível militar, como civil, a existência de três categorias de docentes, a saber: professores, instrutores e monitores. Não sendo indicadas relações de hierarquia entre as duas primeiras categorias, estabelecia-se que estes escolhiam os monitores e preparavam-nos do seguinte modo: lições teóricas, lições práticas e lições de prática pedagógica. É ainda de referir que esta preparação dos monitores efetuar-se-ia nas escolas primárias, pelos professores do ensino primário.

Em 1923, sendo Ministro da Instrução Pública *João José da Conceição Camoesas*, em 21 de junho, era apresentada à Câmara dos Deputados uma proposta de lei sobre a reorganização da educação nacional, autorizando o Governo a redigir e a regulamentar o «Estatuto da Educação Pública». Neste documento, as Escolas Normais Primárias e Superiores eram fundidas em «Faculdades de Ciências de Educação integradas no organismo universitário», as quais se dividiam em várias secções, entre as quais constava a «Secção de formação de professores do ensino primário», sendo condição de matrícula a habilitação da «secção normal do curso especial dos liceus».

Já depois do 28 de maio de 1926, em governo de ditadura, em 1927, o Decreto n.º 13:792, de 17 de junho, vinha regular a forma de realização dos exames finais das escolas normais primárias. Em 1928, com a publicação do Decreto n.º 15:886, de 24 de agosto²⁰⁰, eram restabelecidas as Escolas Normais Primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada. Esta decisão

¹⁹⁹ A Comissão foi nomeada pelos Ministros da Instrução, da Guerra e da Marinha, por Portaria de 31 de maio de 1915. Era presidida pelo General *José César Ferreira Gil* e dela faziam parte como vogais representantes do Ministério da Instrução Pública, os Dr. *Sebastião Cabral da Costa Sacadura*, Dr. *Francisco Pinto de Miranda*, Dr. *Amadeu de Almeida Rocha* e professor *João Gomes de Oliveira*.

²⁰⁰ Nova publicação, por ter sido publicado com inexactidão em 7 de setembro de 1928.

era tomada tendo em consideração que «a percentagem de analfabetos maiores de sete anos é ainda no País superior a 50 por cento, o que nos coloca numa situação de inferioridade cultural manifesta relativamente à maioria dos povos do mundo civilizado», bem como «que a instrução primária elementar é devida a todos, e que, para ministrá-la à população na idade escolar respectiva, é insuficiente o número de escolas actualmente existentes, como também o de professores devidamente habilitados», e ainda que «longe de ser excessivo, o número de cinco escolas normais primárias é insuficiente para as necessidades do País». A estas considerações ainda se acrescentava «que a situação geográfica do arquipélago dos Açores e o indeclinável dever que impende para o Estado de velar pelo progresso dos seus naturais sobejamente justificam a conservação na capital nesse arquipélago de uma escola de preparação de professores de ensino popular». Em 1930, com a publicação do Decreto n.º 18:646, de 19 de julho, em substituição das escolas normais primárias eram criadas as Escolas do Magistério Primário (Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Ponta Delgada) «destinadas à preparação do professorado primário, elementar e infantil». Como condições de admissão à matrícula na 1.^a classe do curso do magistério primário elementar estabelecia-se no artigo 15.º:

«a) Ter pelo menos dezasseis anos completos; b) Ter aprovação no exame de admissão às escolas do magistério primário (de que eram dispensados os indivíduos que demonstrem possuir aprovação no exame do curso geral dos liceus, ou outra habilitação que, mediante parecer favorável da competente secção do Conselho Superior da Instrução Pública, fôr julgada conveniente - § único); c) Ter robustez suficiente para o exercício do magistério primário, ter sido vacinado e não sofrer moléstia contagiosa; d) Ter bom comportamento moral e civil; e) Apresentar certificado negativo do registo criminal» e no artigo 16.º que os candidatos seriam admitidos «se satisfizerem ao exame de sanidade e às provas de aptidão», as quais obedeceriam «a condições que serão oportunamente reguladas» (Art. 16.º § 2.º). A idade de admissão passava de novo para dezasseis anos.

O curso do magistério primário elementar passava a compreender «duas classes sucessivas e divide-se em quatro semestres lectivos» (art. 5.º), sendo curioso de assinalar a inclusão no plano de estudos das disciplinas ministradas nestas escolas (art. 8.º):

- no 2.º grupo de disciplinas da «Higiene Geral e Escolar», da «Educação Física» (com 2 aulas semanais do 1.º ao 3.º semestre) e da «Puericultura»;
- no 3.º grupo «Jogos Educativos»²⁰¹, a par com disciplinas como «Pedagogia Geral e Experimental», «Educação Moral e Cívica», «Didáctica» e «Arte de Educar».

Imbuído da doutrina vigente na época de entender a prática da educação física com intenções curativas e higiénicas, não surpreende que o decreto determinasse para essas escolas, o recrutamento dos professores do grupo de disciplinas onde se incluía a Educação Física por concurso de provas públicas entre licenciados das Faculdades de Medicina (art. 56.º). Quanto ao recrutamento dos professores do grupo de disciplinas onde se incluíam os Jogos Educativos seria por «concurso de provas públicas entre diplomados pelas Escolas Normais Superiores com Exame de Estado em qualquer grupo do magistério secundário, e que tenham freqüentado com aproveitamento as cadeiras de psicologia geral e psicologia experimental das Faculdades de Letras» (art. 57.º). No entanto, o Decreto n.º 18:863, de 17 de setembro desse ano, que regulamentava os exames de admissão às escolas do magistério primário não contemplava (art.

²⁰¹ A disciplina de «Jogos Educativos» era parte integrante do curso do magistério primário infantil e correspondia a 2 aulas semanais nos dois primeiros semestres.

8.º e 9.º) a existência de qualquer prova escrita ou prática de «Educação física». No dia seguinte, pelo Decreto n.º 18:869, estabelecia-se que para a matrícula nas escolas do magistério primário referente ao ano letivo de 1930-1931 eram dispensadas as provas de aptidão «a que se referem o artigo 16.º ... do decreto n.º 12:740, de 26 de novembro de 1926» (art. 1.º)²⁰².

Entretanto, em 1931, pelo Decreto n.º 20:254, de 25 de agosto, após um ano de funcionamento das escolas do magistério primário eram alterados artigos do decreto n.º 18:646, e de novo em 1932, pelo Decreto n.º 21:695, de 29 de setembro, era reorganizado o ensino de preparação para o magistério primário cujo curso do magistério primário elementar passava a ser constituído «por três classes, cada uma das quais corresponderá a um ano lectivo» (art. 5.º) e dentre as disciplinas ministradas nestas escolas (art. 6.º) constava a disciplina de «Educação Física», com 3 lições semanais na 1.ª e 2.ª classes. Como condições de admissão à matrícula na 1.ª classe do curso do magistério primário elementar estabelecia-se no artigo 14.º «a) Ter pelo menos dezasseis anos completos e não mais de trinta e seis; b) Ter aprovação no exame de admissão às escolas do magistério primário (de que eram dispensados os candidatos habilitados pelo menos com o curso geral dos liceus); c) Ter robustez suficiente para o exercício do magistério primário, ter sido vacinado e não sofrer moléstia contagiosa; d) Ter bom comportamento moral e civil; e) Apresentar certificado negativo do registo criminal».

Em 1934, pelo Decreto n.º 23:735, de 3 de abril, era aprovado o regulamento dos Exames de Estado para o magistério primário, elementar, infantil e especial de anormais. Do seu articulado os tópicos mais relevantes são:

1) O artigo 4.º que definia as condições exigidas aos candidatos ao Exame de Estado para o magistério primário, elementar ou infantil, a saber:

- «a) Os indivíduos que houverem obtido a classificação de, pelo menos, 10 valores em cada uma das disciplinas da 3.ª classe do respectivo curso, em escolas oficiais do magistério primário;
- b) As alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho que tiverem obtido habilitação nos cursos do magistério primário que funcionam no mesmo Instituto;
- c) Os indivíduos que houverem obtido habilitação em escolas particulares do magistério primário, devidamente habilitados perante a Inspeção Geral do Ensino Particular.»

2) Os artigos 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10.º que definiam as condições para requerer a admissão ao Exame:

«Art. 6.º A admissão a Exames de Estado é requerida ao Ministro da Instrução Pública até 25 de Setembro, devendo cada requerimento conter a indicação do nome, idade, filiação, naturalidade e residência do candidato, e da cidade em que pretende fazer exame.

Art. 7.º Os requerimentos devem dar entrada na Direcção Geral do Ensino Primário no competente prazo, instruídos com a prova das habilitações indispensáveis para a admissão, a qual é constituída:

²⁰² Por qualquer razão que não a clareza esta referência ao “artigo 16.º...do decreto n.º 12:479, de 26 de Novembro de 1926” só se pode reportar ao mesmo artigo mas do Decreto n.º18:646, de 19 de julho de 1930, que estabelece as provas de aptidão para os cursos do magistério primário. Dado que o Decreto n.º 12:740, de 26 de novembro de 1926, publicado no *Diário do Governo* n.º 267, de 29 de Novembro - determina que, enquanto não fôr eleito o Presidente da República Portuguesa, desempenhe interinamente as suas funções o Presidente do Ministério, sem pasta.

a) Em relação aos alunos que adquiriram habilitação em escolas do magistério primário ou no Instituto Feminino de Educação e Trabalho, por certidões passadas pelas respectivas secretarias;

b) Em relação aos alunos que adquiriram habilitação em escolas particulares do magistério primário, por atestados dos respectivos directores e por certidões, passadas pelas secretarias das escolas oficiais do magistério primário, comprovativas de se haverem inscrito em tempo oportuno como alunos de ensino particular em obediência às determinações do estatuto relativo a este ensino.

§ 1.º Os atestados a que se refere a alínea b) devem ser reconhecidos por notário e conter referência dos anos lectivos em que os alunos frequentaram os respectivos institutos, e ainda a declaração de que os alunos adquiriram as habilitações indispensáveis e estão aptos à prestação das provas de Exames de Estado.

§ 2.º Os alunos que houverem concluído os seus cursos no ensino particular e frequentado alguma ou algumas classes no ensino oficial comprovarão as habilitações adquiridas neste ensino por meio das respectivas certidões, que acompanharão os requerimentos.

§ 3.º Os directores de institutos de ensino particular são responsáveis, nos termos do respectivo estatuto e da lei geral, pela veracidade do conteúdo dos atestados de que forem signatários.

Art. 8.º Os candidatos que pretendam fazer exame em Ponta Delgada devem requerê-lo, nos termos do presente decreto, à Junta Geral do distrito por intermédio da respectiva inspecção escolar, competindo a esta comunicar à Direcção Geral do Ensino Primário o número total dos requerentes.

Art. 9.º Perdem o direito de admissão ao Exame de Estado os indivíduos que o não houverem feito no prazo de dois anos após a conclusão do respectivo curso.

Art. 10.º Nenhum indivíduo pode ser admitido a Exame de Estado mais de duas vezes.»

3) O artigo 11.º que definia as disposições para a constituição dos júris:

«1.º Os júris dos exames do magistério primário elementar são constituídos por um presidente e dois ou quatro vogais, devendo o presidente ser designado entre inspectores principais, de distrito ou orientadores, e os vogais entre inspectores orientadores, sub-inspectores, ou professores do quadro geral do ensino primário elementar com mais de cinco anos de serviço qualificado de suficiente, ou equivalente;

(...)

3.º (...) § 1.º A nomeação dos júris é feita pelo Ministro da Instrução Pública, mediante proposta da Direcção Geral do Ensino Primário.

§ 2.º Quando os júris de que tratam os n.ºs 1.º e 2.º houverem de examinar candidatos provenientes do ensino particular, poderão ser agregados, para efeito de apreciação das provas de educação física, modelação e desenho, música e trabalhos manuais, professores das escolas do magistério primário, dos grupos a que respeitam aquelas disciplinas.

§ 3.º O serviço de exames é obrigatório.»

4) Os artigos 12.º a 21.º, 23.º, 25.º, 26.º, 28.º e 29.º que definiam as provas constantes dos Exames de Estado e a forma como deveriam decorrer:

«Art. 12.º Os Exames de Estado para o magistério primário elementar, ou infantil, são constituídos por provas pedagógicas, as quais se dividem em:

a) Provas de cultura pedagógica;

b) Provas de capacidade pedagógica.

Art. 13.º As provas de cultura pedagógica compreendem provas escritas e práticas.

Art. 14.º As provas de cultura pedagógica dos Exames de Estado para o magistério primário elementar são as seguintes:

Escritas: psicologia, pedologia, pedagogia, didáctica, educação moral e cívica, legislação do ensino primário, higiene geral e escolar, e educação física.

Práticas: modelação e desenho, música, e trabalhos manuais educativos. (...)

Art. 16.º As provas de cultura pedagógica são prestadas simultaneamente pelos examinandos em turnos constituídos pelo número compatível com as melhores condições de execução e vigilância.

Art. 17.º As provas escritas do exame do magistério primário elementar realizam-se em cinco dias sucessivos pela seguinte ordem:

No primeiro dia, psicologia e pedologia;

No segundo dia, pedagogia;

No terceiro dia, didáctica;

No quarto dia, higiene geral e escolar, e educação física;

No quinto dia, educação moral e cívica, e legislação do ensino primário. (...)

Art. 19.º Para cada uma das provas a que se referem os artigos 16.º e 17.º é dado o período de uma hora, excepto para as de pedagogia e didáctica, a cada uma das quais são dadas duas horas.

Art. 20.º As provas práticas de cultura pedagógica realizam-se em dois dias sucessivos pela seguinte ordem:

No primeiro dia, modelação e desenho;

No segundo dia, música, e trabalhos manuais educativos.

§ único. À prova de modelação e desenho é dado o período de duas horas, e a cada uma das restantes é dada uma hora.

Art. 21.º São dispensados das provas de cultura pedagógica os candidatos que houverem comprovado a conclusão dos cursos do magistério primário em escolas oficiais do magistério primário, ou no Instituto Feminino de Educação e Trabalho. (...)

Art. 23.º As provas de capacidade pedagógica do exame do magistério primário elementar constam:

a) Da elaboração do plano, o respectivo relatório justificativo, das lições correspondentes ao serviço de um dia lectivo no ensino primário elementar;

b) Da execução de todo o serviço escolar correspondente ao mesmo dia lectivo;

c) Da discussão do plano e relatório a que se refere a alínea a), e da forma por que houver sido executado.

§ 1.º O serviço do dia lectivo a que se referem as alíneas a) e b) é relativo a um grupo constituído por quarenta alunos, que podem ser de uma, duas ou das quatro classes do ensino primário elementar.

§ 2.º O plano deve ser elaborado imediatamente após a tiragem do respectivo ponto individual, sendo dado para esse efeito um período de três horas.

§ 3.º De cada ponto deve constar a classe, ou classes, a que pertencem os alunos que constituem o grupo a que se refere o § 1.º (...)

Art. 25.º As provas de capacidade pedagógica serão prestadas por turnos de quatro candidatos no exame do magistério elementar, e de duas candidatas no exame do magistério infantil.

Art. 26.º As provas de capacidade pedagógica no exame do magistério elementar realizam-se em três dias, sendo o primeiro destinado à elaboração do plano e relatório, o segundo à execução do serviço escolar e o terceiro à discussão.

§ único. Entre a tiragem ponto e a prova de execução dos serviços escolares não podem mediar mais de vinte e quatro horas. (...)

Art. 28.º A execução das provas de capacidade pedagógica do exame do magistério elementar deverá ser ordenada de maneira que, por cada seis dias úteis, incluindo quintas-feiras, fiquem concluídos os exames de dezasseis candidatos.

Art. 29.º As provas de discussão são públicas e cada uma tem a duração de vinte minutos, a qual pode ser prolongada até ao limite de meia hora.

§ único. Competem normalmente, para a discussão, cinco minutos a cada vogal do júri.»

Em 1936, pelo Decreto-lei n.º 27:279, de 24 de novembro, era estabelecido no ponto 1.º do artigo 7.º que «não haverá este ano matrícula na 1.ª classe das escolas do magistério primário, tanto oficiais como particulares», enquanto que o ponto 4.º do mesmo artigo considerava ser motivo de preferência para a matrícula nestas escolas ser titular do «curso de educação familiar instituído pelo decreto-lei n.º 27:085, de 14 de outubro de 1936». Além disso, aos candidatos aos Exames de Estado o ponto 2.º do mesmo artigo considerava-os «desde já obrigados aos novos programas do ensino primário elementar e as provas são transferidas para julho de 1937».

Em 1938, a 20 de maio era publicada a Lei n.º 1:969 que promulgava as bases da reforma do ensino primário. A reforma constava de dez bases cujos tópicos mais relevantes são:

- A Base V definia os tipos de docentes e a respetiva formação:

«O pessoal docente das escolas complementares terá a categoria de professor, o das escolas elementares a de regente diplomado e o dos postos escoares a de regente.

A habilitação pedagógica dos professores e dos regentes diplomados visará à posse do método para a formação moral, intelectual e física correspondente ao grau de ensino, terá sentido imperial, corporativo e predominantemente rural, abrangerá a aprendizagem dum ofício e, na medida do possível, a prática da psicotécnica, de modo a facilitar a colaboração com a família na descoberta da aptidão natural dos alunos.

O número e a localização das escolas do magistério, oficiais ou particulares, serão determinados pelas necessidades do ensino e da formação pedagógica, devendo ser instituídos cursos de regentes diplomados em todas as províncias e suas mais importantes regiões, para a conveniente preparação de candidatos às escolas elementares, afeiçoados à terra e conhecedores da índole e necessidades das famílias, com as quais hão-de colaborar.

O curso do magistério elementar terá a duração de dois anos e a êle serão admitidos, mediante exame de aptidão, os indivíduos habilitados com o primeiro ciclo liceal ou equivalente. A êste curso seguir-se-á um ano de prática e exame de Estado.

O recrutamento para o magistério complementar far-se-á através de um curso de aperfeiçoamento, seguido de Exame de Estado, ao qual serão admitidos, em número limitado, os regentes diplomados que, durante cinco anos, tiverem o seu serviço qualificado de muito bom.

Os candidatos a regentes de postos escolares prestarão provas de cultura geral e de habilitação pedagógica. E os que tiverem cinco anos de serviço qualificado de muito bom poderão requerer o Exame de Estado para ingressarem na categoria de regentes diplomados.»

- A Base VIII que se referia às instalações escolares estabelecia:

«As câmaras municipais fornecerão instalações para as escolas e postos escolares, providas do material didáctico necessário e de uma pequena biblioteca popular adequada ao meio; as escolas complementares disporão ainda de anexos indispensáveis para o ensino prático que lhes competir segundo a sua diferenciação. A instalação compreenderá ginásio coberto, que servirá também para cantina, e terreno anexo com amplitude suficiente para recreio dos alunos e para os exercícios da Mocidade Portuguesa.

As instalações escolares obedecerão, tanto quanto possível, aos seguintes princípios: atribuição de edifícios e recreios independentes a cada sexo; proximidade de cada sala de aula em relação ao respectivo núcleo de alunos; mínimo de concentração de salas de aula, variável segundo as circunstâncias.»

Em 1940, pelo Decreto-lei n.º 30:951, de 10 de dezembro, eram alteradas disposições relativas à habilitação para o exercício do magistério primário oficial, cujo regulamento e programas dos exames eram aprovados pelo Decreto n.º 30:968, de 14 de dezembro. A estas provas de habilitação para o ingresso no quadro dos professores agregados provisórios podiam concorrer aqueles que comprovassem:

«a) Ter mais de dezóito e menos de vinte e oito anos de idade; b) Ter a habilitação mínima do antigo curso geral ou o actual 2.º ciclo dos liceus; c) Ter robustez suficiente para o exercício do magistério, ter sido vacinado e não sofrer de doença contagiosa; d) Possuir idoneidade moral e cívica» (Art. 5.º), e seriam submetidos a provas de cultura específica, de que não constava qualquer matéria relativa a «Educação física».

A publicação do Decreto-lei n.º 32:243, de 5 de setembro de 1942, veio regular o funcionamento das Escolas do Magistério Primário (Lisboa, Pôrto, Coimbra e Braga - se se demonstrar a sua necessidade funcionará nos Açores - art. 2.º § único). Do seu articulado ressaltam a redução da duração do curso para três semestres; e a existência de uma disciplina de «Educação física», com 2 unidades letivas semanais (de cinquenta minutos - art. 12.º § 1.º) do 1.º ao 3.º semestres. Com o Decreto n.º 32:629, de 16 de janeiro de 1943, que aprovava os programas das Escolas do Magistério Primário, estabelecia-se o programa da disciplina de «Educação física». Passados alguns dias, em 26 do mesmo mês, era publicado o Decreto-lei n.º 32:645, que determinava as condições para a nomeação de professores, entre outras, para a disciplina de «Educação física» estabelecendo que seriam aqueles que «tiverem a regência ... em liceus da sede da escola ou no Instituto Nacional de Educação Física», a que se acrescentava no § 1.º «Tomar-se-ão providências, de acôrdo com a Direcção Geral do Ensino Liceal e a de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, no sentido de a educação física ser, sempre que

possível, ministrada às alunas por professora». Entretanto, em 1 de setembro, pelo Decreto-lei n.º 33:019 eram criadas as Escolas do Magistério Primário para funcionarem no Funchal e Ponta Delgada. Nesse mesmo decreto o artigo 6.º estabelecia que «o Ministro da Educação Nacional fica autorizado a criar, por despacho, até mais cinco escolas do magistério primário no continente, se houver instalação para elas ou se as respectivas juntas provinciais lha facilitarem».

Na sequência da Campanha Nacional de Educação Física, a M.P. publicava um número especial comemorativo do seu Boletim, onde Marques Pereira (1944, pp. 226-227), sobre a situação da Educação Física no Ensino Primário afirmava:

«Estas actividades na escola primária não são ministradas por elementos docentes com habilitação (...) específica, mas pelo próprio professor primário. (...) Em Portugal, como sucede em muitos países, o professor primário não se encontra habilitado para essas funções», pelo que acrescentava «A deficiente preparação do professor primário, será eliminada para os futuros diplomados pela Escola do Magistério Primário, ou levando-os à frequência dum pequeno curso e estágio no I.N.E.F., ou preparando-os convenientemente na referida escola».

O problema da formação do pessoal docente do ensino primário mantinha alguma acuidade, mas depositavam-se esperanças nos diplomados pelas Escolas do Magistério Primário. Em 7 de dezembro de 1945, pelo Decreto-lei n.º 35:227 era criada a Escola do Magistério Primário da Horta. Em 19 de abril de 1948, pelo Decreto-lei n.º 36:839 era criada a Escola do Magistério Primário de Angra do Heroísmo.

Programas de Educação Física na Formação de Professores do Ensino Primário

Pela Portaria de 21 de outubro de 1905, atendendo ao preceituado no decreto de 29 de agosto desse ano para que «a educação physica... fosse feita... pela pratica da gymnastica sueca» e convindo uniformizar este sistema para todas as escolas, era ordenado que «o referido methodo seja adoptado em todas as escolas de ensino normal». Merece uma nota particular a publicação, em 1906, de *Gymnastica Elementar Para uso das Escolas Normaes e de Habilitação para o magistério*, da autoria de António José Alves, um manual para uso nas escolas de formação, manuscrito editado em Viana do Castelo, que, segundo as palavras do autor, visava dois fins:

«1º preencher uma lacuna, pois que nos conste, até esta parte, a 1ª classe das escolas normaes e de habilitação para o magistério ainda não está dotada de obra alguma, n'este género; 2.º procurarmos com o nosso improbo trabalho sermos útil à nossa pátria, dando vigor a seus filhos, afim de, em ocasião opportune, serem os continuadores de tantos heroes do passado que fizeram a Gloria de Portugal, hoje pobre e decadente».

Relativamente à sobreposição no contexto escolar dos Professores do Ensino Primário, gostaríamos de apresentar uma pequena resenha histórica para ilustrar a configuração dos planos de estudo (ver Quadro 2, pp. 181-191). Como afirmámos, relativamente aos programas do Ensino Primário, a institucionalização de uma Educação Física educativa levantou o problema dos métodos de ensino, particularmente das interpretações do método de Ling. Assim, à semelhança da análise anterior, também na Formação de Professores do Ensino Primário podemos referenciar as mesmas três fases de interpretação: a vertente militar e pedagógica

de Ginástica de Ling, a); a vertente «militar e pedagógica da Ginástica de Ling», influenciada pelas obras de Lefébure e de Lagrange, b); a vertente ginástica sueca, c).

a) A primeira fase seguiu a vertente «militar e pedagógica da Ginástica de Ling», associada a uma linha de cunho militar, identificada pela designação de «Exercícios militares». Após a instauração da República em 1911, era publicado um decreto em 29 de março, que reformava o ensino normal primário. De entre as matérias de ensino do curso geral, «commum aos dois sexos» (Art. 109.º), constava «18.º Educação physica (jogos e gymnastica); generalidades de educação militar» (Art. 110.º), e entre as matérias do curso para o sexo masculino constava «2.º Exercícios militares e de natação» (art. 112.º). Mais adiante os art. 116.º e 117.º consideravam as matérias de ensino divididas em cinco secções, das quais, o 1.º dos três grupos em que se sub-dividia a secção de ciências aplicadas compreendia a «Educação physica - Gymnastica, jogos, exercicios militares, etc.» Em 23 de agosto, era publicado o Decreto que aprovava o Regulamento das escolas normaes. Neste, entre as matérias de ensino do curso geral «commum aos dois sexos», constava «Educação physica (jogos e gymnastica); generalidades sobre educação militar» (art. 5.º) e, entre as matérias do curso para o sexo masculino, constava «2.º Exercícios militares e de natação» (art. 7.º). Mais adiante, o artigo 8.º considerava as matérias de ensino divididas em cinco secções, nas quais, o 1.º dos três grupos em que se sub-dividia a seção de sciencias aplicadas (art. 14.º) compreendia a «Educação physica - Gymnastica, jogos, exercicios militares, natação», estabelecendo o plano de estudos para a «Gymnastica» - 2 aulas semanais do 1.º ao 4.º ano. No entanto, o artigo 117.º § único estabelecia que «as aulas de educação physica serão separadas para os dois sexos».

Em 1914, segundo Quintino da Costa (1943, pp. 322-324) o programa da instrução a ministrar nos cursos de preparação dos professores primários, com data de 23 de janeiro, estabelecia:

«O ensino deve revestir tanto quanto possível uma feição essencialmente prática; para isso os exercícios serão explicados com um aluno à vista, indicando a parte do organismo a que especialmente dizem respeito. Sendo positivo que nas escolas de instrução primária não existem aparelhos de gymnástica pedagógica, as lições deverão versar sobre exercícios livres, obedecendo a uma progressão gradual e metódica. Atendendo à razão acima exposta, deverá insistir-se na execução de exercícios preparativos pela seguinte ordem:

- 1.ª — Exercícios lentos das pernas;
“ “ da cabeça;
“ “ dos braços;
“ “ flexão e rotação do tronco;
“ rápidos das pernas.
- 2.ª — Execução de exercícios fundamentais, os que se puderem executar sem aparelhos:
 - a) Exercícios combinados das pernas e braços;
 - b) Extensão dorsal (pode aproveitar-se para apoio um aluno, ou uma parede);
 - c) Exercícios dorsais, abdominais e laterais;
 - d) Saltos;
 - e) Respiratórios.
- 3.ª — Exercícios de locomoção — Marchas.»

Nesse mesmo ano, pela Lei n.º 233, de 7 de julho, era reorganizado o ensino normal primário e entre as disciplinas que constituíam os cursos práticos constava a «d) Gimnástica pedagógica» (Art. 2.º - § 2.º).

A Educação Física no Sistema Educativo Português

Em 1915, a Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto aprovava as bases para um curso de aperfeiçoamento de educação física para professores primários (Quintino da Costa, 1943, pp. 323-324), cujo programa incluía os seguintes pontos:

- «1 – “Importância da Educação física”;
- 2 – “Fim da ginástica pedagógica”;
- 3 – “Sistema de Ling (ginástica sueca)”;
- 4 – “Princípios em que se baseia este sistema”;
- 5 – “Exercícios ginásticos”:
 - A) Exercícios de ordem
 - B) Posições fundamentais
 - C) Famílias de exercícios:
 - a) Pernas
 - b) Braços
 - c) Cabeça
 - d) Extensão dorsal
 - e) Suspensão
 - f) Equilíbrio
 - g) Dorsais
 - h) Abdominais
 - i) Laterais
 - j) Marchas e corridas
 - l) Saltos
 - m) Exercícios respiratórios
- 6 – “Composição das lições”;
- 7 – “Disposições a tomar para o ensino. Maneira de ensinar”.»

Em 1915, em 20 de outubro, pelo Decreto n.º 1:980, mantinha-se o horário estabelecido para a «Gymnastica» - 2 aulas semanais do 1.º ao 3.º ano, mas o ponto 3.º clarificava que fosse «destinada a quinta-feira de cada semana, sem prejuízo dos programas de carácter literário ou científico, a excursões, visitas de estudo, ginástica, música, trabalhos práticos, conferências, etc.» Em 1916, segundo Quintino da Costa (1943, pp. 324-326), provavelmente inspirada no exemplo do Porto do ano anterior, a Câmara de Lisboa pretendeu levar a cabo uma realização semelhante e nomeou uma comissão que chegou às seguintes conclusões:

«É indispensável a preparação de professores primários neste ramo de ensino, não só para que este possa dar os benefícios que é justo esperar dele, mas ainda para excluir os perigos que uma prática mal orientada da ginástica pode originar. Esta preparação deve ser dada em cursos teórico-práticos, cuja duração não é fácil fixar, mas que deverá ser a suficiente para que aqueles que os frequentam, obtenham os conhecimentos gerais que constam do programa junto. Cada curso, professado por grupos de 10 professores primários, será constituído por lições teóricas e práticas destinando-se as primeiras à aquisição dos indispensáveis conhecimentos de anatomia e fisiologia humana e as outras à prática do ensino de ginástica. Para as lições práticas, organizar-se-ia um grupo de 20 a 25 alunos de escolas primárias, o qual executaria as lições sob a direcção do regente do curso, que, a todo o ensejo, ligará os dados experimentais com os conhecimentos teóricos já ministrados. Logo que fôsse possível, deveriam as lições ser organizadas pelos professores e por eles aplicadas depois de criticadas e corrigidas devidamente pelo regente do curso. Num diário individual, deveria cada professor primário, que concorresse ao curso, tomar as necessárias notas a que juntaria todas as considerações apropriadas. Esses diários, com a respectiva informação do director do curso serviriam de base de apreciação da capacidade do seu autor, como professor de ginástica. Para o exame desses diários constituir-se-ia um júri que poderia ser formado pelo Inspector Geral de sanidade escolar, um Inspector primário e um professor oficial de ginástica. Os professores que, pelo júri, fôsem reconhecidos como aptos, poderiam depois constituir centros de difusão dos conhecimentos de ginástica entre os seus colegas. Antes de iniciar as lições práticas, o regente do curso, na presença dos professores primários, procederia às mensurações antropométricas mais correntes, acompanhado-as das convenientes indicações sobre os pontos contidos na 3.ª parte do programa. Para mais proficiuidade do ensino, o regente do curso, cometeria a cada professor a observação dum aluno, a que procederia após as indicações necessárias. O programa deveria ser presente ao Inspector Geral de sanidade escolar, para sobre ele dar parecer, introduzindo-lhe as alterações que julgasse convenientes.

O Pelouro de Instrução da Câmara Municipal, feito acôrdo com a repartição competente do Ministério da Instrução Pública, deve envidar todos os esforços para que os cursos sejam regularmente freqüentados pelos professores, estabelecendo até, se tal fôr julgado conveniente, uma justificação especial para aqueles que, tendo frequentado o curso com aproveitamento, ministram o ensino de gymnástica nas escolas. As Inspeções Escolares devem ter a maior interferência no assunto, seguindo de perto êsses cursos, não só no sentido de prenderem o seu interesse a êste ramo de ensino, como no de estipularem o dos professores.»

O programa então elaborado para estes cursos compreendia três partes (Quintino da Costa, 1943, pp. 326-327):

«PARTE I

Fins da gymnástica, deduzidos de ligeiras noções de mecânica animal.

1 – Função circulatória – Aparelho circulatório – coração, artérias, veias e sistema capilar. O sangue – sua composição na circulação arterial e na venosa. Mecanismo da circulação – no coração, nas veias, artérias e capilares.

2 – Função respiratória – Aparelho respiratório – Pulmões e vias respiratórias. Respiração pulmonar e respiração nos tecidos. Mecanismo do acto respiratório – Fôrças respiratórias – inspiração e expiração. Diâmetros torácicos – Suas variações durante o acto respiratório – Músculos inspiradores. Frequência dos movimentos respiratórios. Fenômenos físico-químicos da respiração.

3 – Importância das funções respiratória e circulatória – Correlação destas funções.

4 – Condições da boa respiração.

5 – Causas prováveis da imperfeita respiração nasal – Vegetações adenoides, desvio do septo, hipertrofia dos cornetos, sua educação respiratória. Necessidades de intervenção cirúrgica nos três primeiros casos – conduta a seguir no último.

6 – Funções motoras – Ossos e sua disposição – Articulações – Mecânica dos ossos considerados como alavancas. – Papel dos músculos – Ligénia muscular. Músculos principais e sua disposição. Propriedades dos músculos; elasticidade e contrabilidade. Excitantes directos e indirectos do músculo. Influência da circulação sobre a irritabilidade do músculo. Fenômenos que acompanham a actividade muscular. Resultados da contracção muscular. Fadiga.

7 – Calor animal – termogénese e suas variações pelo trabalho.

PARTE II

1 – Exercícios de gymnástica; suas características.

2 – Atitudes; sua importância e fins a que visam.

3 – Agrupamento dos exercícios; exercícios correctivos, de ordem, preparatórios, fundamentais, derivativos, respiratórios e de aplicação.

4 – Lição de gymnástica; condições a que deve satisfazer sua constituição; esquema director. Modalidades de lição, consoante a idade do aluno. Sistema usado na escola Froebel.

5 – Descrição dos exercícios – fim a que se destinam; incorrecções mais freqüentes.

6 – Atitudes defeituosas peculiares nos escolares – escoliose e lordose. Conduta a adoptar em presença destas deformações.

7 – Jogos escolares – Papel dos jogos escolares na lição de gymnástica; vantagens do seu emprêgo; exemplo de jogos.

8 – Monitores – Sua escolha e preparação.

9 – Higiene de gymnástica.

PARTE III

Antropometria.

1 – Dados mais importantes a obter.

2 – Relação entre os diferentes elementos antropométricos.

3 – Prática das mensurações antropométricas.»

Todavia, Quintino da Costa (1943, pp. 327-328) termina as considerações respeitantes a esta iniciativa afirmando:

«Não se pode negar a boa intenção do trabalho da comissão, mas apesar disso, e a despeito de todos os esforços nunca em Lisboa se realizaram tais cursos, muito embora o Ministro da Guerra tivesse deligenciado junto do Presidente da Câmara para que tão importante serviço não fôsse protelado, pois encontrávamo-nos em plena guerra e a Instrução Militar Preparatória do 1.º grau “baseava-se na educação física constituída pela gymnástica racional e pedagógica ministrada nas escolas pelos próprios professores”, que, para tal, necessitavam ser convenientemente preparados».

Pelo Decreto n.º 2:213, de 10 de fevereiro de 1916, eram aprovados os programas do ensino normal primário, que entre as disciplinas dos cursos práticos considerava a de

«Gimnástica Pedagógica». O programa apresentava a disciplina de «Gimnástica Pedagógica» dividida pelos três anos do curso normal, assim:

1) Este iniciava-se com umas «Instruções pedagógicas. Natureza e fins», a que se seguia «Intensidade do ensino normal», onde era referenciada a forma e condução da lição, bem como as séries de exercícios que a constituem, e ainda «Prevenção higiénica», concluindo com instruções para cada classe - «Instruções pedagógicas para a 1.^a classe», «Instruções pedagógicas para a 2.^a classe» e «Instruções pedagógicas para a 3.^a classe». Assim:

«Instruções pedagógicas. Natureza e fins. — O aperfeiçoamento e a disciplina do esforço físico-psíquico pelo exercício neuro-muscular e a adaptação aos meios naturais e sociais - são fins da educação física. Desenvolver e harmonizar, pelo exercício bem indicado do aparelho neuro-muscular, todo o organismo, de modo que assegure a saúde e o bem estar; aperfeiçoar o mecanismo humano, aumentar as suas propriedades de resistência e de acção, pô-las ao serviço da vontade, e, ao mesmo tempo, disciplinar esta pela prática de exercícios sãos e viris, de modo que se afirmem em cada acto as qualidades que ornar o carácter; obter a consciência, o domínio e o comando de si próprio, em obediência à máxima corpus validum sub animo forti, - são ainda fins da educação física.

São objectos principais da educação física, a educação da vontade, da atenção, dos sentidos, da consciência dos movimentos, do esforço, do ritmo, da harmonia e sinergia na acção, da expressão, do sentimento da estética, do endurecimento físico e da fôrça moral, pela prática sentida de exercícios indicados e progressivos.

Intensidade do ensino normal. — Para que, com sciência e consciência, se possa ensinar e praticar esta disciplina - Educação Física -, são precisos estudos teóricos, práticos e pedagógicos especiais, isto é, é necessário conhecer as razões, as leis e os efeitos dos exercícios; conhecer as deficiências físicas da criança, a conveniência ou desconveniência das diferentes formas de movimentos, das diferentes intensidades dos exercícios; é necessário sabê-los praticar com correcção e expressão, é necessário saber proporcionar ou indicar os exercícios à criança, formar as lições e conduzi-las. Sem esta preparação que, em regra, só na Escola Normal poderá ter, o professor primário será um curioso, entusiasmar-se há com exercícios bonitos, espectaculosos, fará um ensino inconsciente, tomará a criança como um instrumento e não como um educando, subordinará a criança ao exercício em vez dêste áquela, e produzirá graves desequilíbrios orgânicos.

O professor deverá ser mais que um instrutor, deverá ser um educador consciencioso, deverá conhecer bem o agente modificador - os exercícios -, o seu mecanismo e os seus efeitos; deverá conhecer o paciente a modificar - a criança -, as suas deficiências e as suas necessidades motoras; deverá saber proporcionar o agente ao paciente.

A ginmástica racional só emprega exercícios de efeitos conhecidos; os efeitos obtem-se pelo exercício racionalmente indicado, e consciente e progressivamente praticado.

A lição é formada e conduzida em vista da constituição, da resistência, da idade e da disposição dos alunos e ainda modificada, se motivos de ocasião se impõem. Conhecidos os efeitos dos exercícios, formam-se as séries - ordens de intensidade dos exercícios do mesmo efeito -, conhecidas as necessidades das crianças, formam-se as secções - grupos de alunos das mesmas necessidades educativas.

Quâsi todas as crianças tem desvios de formas, aberrações nutritivas, susceptibilidades nervosas; são muito raras as que não precisam de cuidados e de exercícios especiais; há desvios que se encontram em todas as crianças da mesma classe.

Os desvios principais são: da coluna, do tórax, da cabeça, das espáduas, da bacia, das pernas, dos pés; há crianças muito débeis, muito magras, há-as muito gordas, outras há com perturbações nervosas: a todas estas o professor tem de ministrar exercícios correctivos apropriados.

A lição típica de ginmástica pedagógica primária, isto é, para alunos ginmásticamente normais, poderá ser constituída por doze séries, com as quais se procurarão produzir os efeitos mais necessários.

- I. Exercícios de ordem (disciplina, educação da atenção, disposição dos alunos para a prática da lição);
- II. Exercícios preparatórios (disposição para os exercícios fundamentais);
- III. Exercícios dos membros inferiores (descongestivos, de agilidade);
- IV. Mobilização da coluna dorsal (contra a anquilose dorsal);
- V. Mobilização torácica (contra a anquilose torácica);
- VI. Equilíbrios (sentido da gravidade);
- VII. Marchas, carreiras, etc. (educação da locomoção, efeitos gerais);
- VIII. Exercícios dos extensores vertebrais (contra as atitudes flectidas);
- IX. Exercícios dos flexores do tronco (combater os tipos de extensão);

X. Exercícios dos rotadores e dos flexores laterais do tronco (consistência das paredes abdominais);

XI. Carreiras e saltos (grande actividade geral nutritiva, etc.);

XII. Exercícios de apaziguamento (calmantes).

A I e a II séries constituem os exercícios preparatórios; a III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI constituem os exercícios fundamentais da lição e a XII os calmantes.

Em vista do exposto, tornam-se necessários, na Escola Normal Primária, os ensinamentos prático, teórico e pedagógico especiais à Educação Física, ginástica, jogos, excursões, exercícios aplicados e desportivos.

Prevenção higiénica. — As explicações demoradas não serão dadas no decurso das lições práticas. Instruções pedagógicas para a 1.^a classe. — Para que o professor primário possa indicar, conduzir e exemplificar os exercícios de Educação Física, com consciência e aproveitamento, torna-se necessário que o professor normal trate da forma, da correcção ou incorrecção dos movimentos e das atitudes; defina o objecto da Educação Física; faça notar a influência dos meios, da moleza dos costumes, dos preconceitos, do excesso de comodidades, de prazeres e de mesa; a influência dos hábitos sãos e viris, da disciplina e do endurecimento físico; mostre a necessidade da adaptação progressiva aos meios naturais e do regime como uma das condições do desenvolvimento físico.

O professor da escola normal dará indicações aos alunos-mestres sobre: esforço, vontade, atenção, ritmo, disciplina, solidariedade e harmonia funcional e orgânica, adaptação à acção, economia do esforço, harmonia e beleza das formas, consciência e expressão dos movimentos em Educação Física; aspectos de vigor, índice de saúde, de debilidade; estigmas de decadência, de impotência física e de fraqueza moral, sintomas de doença; formas normais, ossos, como alavancas, formas articulares, disposição das potências; atitudes e movimentos correctos, fisiológicos; atitudes e movimentos viciosos e deformantes; órgãos de movimento sob o aspecto da Educação Física, propriedades musculares, coordenação dos movimentos e associações musculares.

Nas lições de Pedagogia prática, relativas à Educação Física, dirá o que se entende por indicação - o exercício será indicado consoante a constituição, a idade, o temperamento, etc., do educando ou do grupo de educandos; explicará os conceitos de ginástica, exercícios infantis, jogos, recreio, excursões higiénicas, exercícios de aplicação, exercícios desportivos, etc.; mostrará as condições a que devem obedecer os locais para os diferentes exercícios, os requisitos a que devem satisfazer, o vestuário apropriado, etc.; e ensinará a terminologia ginástica, vozes de comando, etc.

Instruções pedagógicas para a 2.^a classe. — O professor, nas suas práticas, versará os seguintes pontos especiais da educação física:

a) Mecanismo dos movimentos: atitudes fisiológicas, habituais, viciosas, de equilíbrio, de repouso e de acção, de expressão, de adaptação ao trabalho; atitudes de sentido, descansar, sentado, ajoelhado, deitado, suspenso, etc.; segmentos: seus movimentos; seus desvios patológicos - cabeça, anéis pélvico e torácico, coluna, membros - movimentos: simples; compostos: marchas, carreiras, saltos, dança, natação, esgrima, equitação; etc.

b) Efeitos higiénicos, estéticos, económicos e psíquicos dos exercícios.

c) Educação do esforço; esforço, fadigas.

d) Adaptação aos meios e ao trabalho; resistência, precisão, destreza, fôrça, etc.

e) Endurecimento físico e fôrça moral.

f) Saúde.

g) Nas lições de Pedagogia prática relativas à Educação Física, chamará a atenção sobre atitude, movimento, exercício, série, lição, esquema, sistema em Educação Física; definirá Educação Física infantil e primária, etc., jogos, excursões higiénicas, exercícios de aplicação, natação, exercícios militares, de bombeiros etc.; fará a traços largos a descrição destes exercícios especiais, indicando os seus fins; tratará dos locais para os exercícios, dos utensílios, das exposições, das horas mais próprias para os exercícios físicos, das classificações, das mensurações ginásticas, modos de tomar as medidas e fins destas mensurações.

Instruções pedagógicas para a 3.^a classe. — Nas suas práticas, o professor procurará dar ao aluno-mestre os elementos indispensáveis para que ele conheça o mecanismo de cada movimento, a fórmula e os efeitos de cada exercício; para que saiba agrupar as crianças em vista das suas necessidades de exercício, para que saiba formular a lição e finalmente conduzi-la.

Assim, procurará arreigar no espírito dos seus alunos, os princípios, as bases da Educação Física: sinergia funcional e orgânica, subordinação funcional, harmonia entre o órgão e a função, coordenação e adaptação, actividade e repouso, ritmo nutritivo, ritmo óptimo, fadiga, inanição, esgotamento; ensinará a classificar as crianças segundo as suas constituições, idades, temperamentos, formação de secções; a formar os movimentos, a formular os exercícios e as lições, a obter os efeitos, a classificar o aproveitamento; procurará formar o educador consciente - e não o instrutor empírico - para que se tirem belos frutos deste delicado ensino».

2) Para o primeiro ano estabelecia - «Lições progressivas de ginástica, jogos, excursões higiénicas e exercícios de aplicação convenientemente indicados para os alunos-mestres»,

«Lições práticas de ginástica primária e de exercícios infantis», «Lições práticas explicadas pelo professor» e «Séries principais de ginástica pedagógica primária:

- I. Exercícios de ordem (educação da atenção, disciplina, etc.): formaturas simples - necessárias à prática dos exercícios de ginástica, dos jogos, dos exercícios infantis, etc.
- II. Exercícios preparatórios: disposição dos alunos para a lição; elementos dos exercícios fundamentais: exercícios correctivos das atitudes fundamentais; exercícios graduados para obter ou para assegurar as boas atitudes da cabeça, da bacia, da coluna, das espáduas, dos pés, dos braços, das pernas; exercícios de ventilação pulmonar, etc.
- III. Exercício dos membros inferiores: exercício da grande massa muscular dos membros inferiores - descongestionantes do cérebro e do pulmão; agilidade e força, etc.
- IV. Exercícios de mobilização dorsal: contra a anquilose dorsal, etc.
- V. Exercícios de mobilização e de desenvolvimento torácico: ventilação e elasticidade pulmonares, estética torácica, robustecimento do torax, das espáduas e dos braços, etc.
- VI. Exercícios de equilíbrios: educação do sentido da situação perante as leis da gravidade, coordenação, etc., equilíbrios elementares.
- VII. Educação da marcha, da carreira, da dança calisténica, dos jogos, etc.: efeitos gerais de nutrição, depuração orgânica, estética, ritmo, expressão, harmonia, etc.
- VIII. Exercícios dos extensores vertebrais: desenvolvimento harmónico destes músculos: atitude humana, fixação das espáduas, etc.
- IX. Exercícios dos flexores do tronco: situação da bacia, da coluna lombar, etc.
- X. Exercícios dos rotadores e dos flexores laterais do tronco: robustez e firmeza das paredes abdominais, fixação e funcionamento das vísceras abdominais, expiração, etc.
- XI. Marchas, carreiras, saltos: o mais extenso e o mais intenso trabalho muscular e de coordenação da lição, efeitos de nutrição, educação da resistência, da destreza, etc.
- XII. Exercícios finais: calmantes dos órgãos excitados pelos exercícios da lição».

3) Para o segundo ano estabelecia - «Lições progressivas de ginástica, jogos, excursões higiénicas e exercícios de aplicação convenientemente indicados, para os alunos-mestres», «Lições práticas de ginástica primária e de exercícios infantis:

- a) Repetição das lições da 1.^a classe com mais intensidade e precisão, incidindo mais sobre os órgãos a desenvolver; melhor correcção e ritmo, expressão mais adequada, etc.
- b) Novas atitudes e novos movimentos.
- c) Novos exercícios e novas séries», «Lições práticas de ginástica primária e de exercícios infantis explicados pelo professor. Formação de esquemas e de lições para as escolas anexas, exemplificação e discussão» e «Lições práticas explicadas pelo aluno-mestre»;

4) Para o terceiro ano estabelecia - «Lições progressivas de ginástica, jogos, excursões higiénicas e exercícios de aplicação convenientemente indicados, para os alunos-mestres», «Lições práticas de ginástica primária e de exercícios infantis explicadas e praticadas pelo aluno-mestre e argumentadas e corrigidas pelo professor» e «Lições sobre regência de classes primárias e infantis: Indicação e condução de lições primárias e, para as alunas, de exercícios infantis:

- a) classificação dos alunos das escolas anexas, formação de secções;
- b) formação de esquemas, de lições e de exercícios progressivos, primários e infantis;
- c) regência de secções e de classes».

5) Terminava com um bloco intitulado «Mensurações e observações», que estava dividido em dois tópicos, a saber: «Instruções» e «Técnica». No primeiro eram avançadas «Condições gerais», fornecendo indicações sobre as medidas e as observações a registar para verificar os efeitos dos exercícios, enquanto que no segundo eram dadas todas as indicações sobre como medir «altura», «peso», «capacidade vital», «mobilização torácica», «diâmetros xifoidianos - transversal, antero-posterior», «perímetro umbilical», «força de pressão e de tracção», «ritmo respiratório» e «ritmo cardíaco». Terminando com uma nota que afirmava: «O principal fim das mensurações e das observações em educação física é a apreciação dos efeitos dos exercícios

para a melhor orientação e seguro estímulo do educador e do educando e para a classificação do aproveitamento dêste; o fim secundário é o de oferecer, para a construção de curvas antropométricas nacionais, alguns elementos aceitáveis pela forma por que foram adquiridos.» O programa de «Gimnástica Pedagógica» merece de Baptista (2004, p. 123) o seguinte comentário:

«equacionava a metodologia da disciplina em duas etapas. Primeiro, havia da parte do professor um trabalho de exemplificação, fazendo lições práticas de ginástica primária e de exercícios infantis explicados, realização de esquemas de lições para as escolas anexas, exemplificação e discussão; depois, numa 2.ª fase, realizavam-se as lições práticas explicadas pelo aluno mestre, seguidas da regência de classes primárias», a que acrescenta adiante (op.cit.: 125) «define de modo abrangente o perfil de professor a formar, ao afirmar que o aluno mestre saído da escola normal devia possuir as qualidades de um apóstolo e as de um organizador, de um educador, de um professor, em suma de um profissional e não de um instrutor empírico.»

É ainda de referir que dos programas de outras disciplinas das escolas normais primárias, constavam alguns tópicos com uma clara ligação ao tema em estudo:

- 1) Programa de Higiene Geral, Higiene Escolar e Pedologia - «Instruções pedagógicas.— No ensino da antropometria e da higiene, deve habilitar-se o futuro professor, por exercícios práticos, ao exame físico da criança, à descrição do que observa e à apreciação da higiene habitual dos seus alunos», «Higiene escolar (2.ª classe).— (...) Educação física. — Bases fisiológicas desta educação», «Pedologia (3.ª classe).— (...) Noções elementares de antropometria escolar. — Estudo dos principais caracteres métricos. Relação entre o peso, a altura e o perímetro torácico. Coeficientes de robustez. Mensurações nos alunos segundo a “Ficha individual”».
- 2) Programa de Pedagogia Geral e História da Educação (2.ª classe) - «Educação fisiológica. - Em que consiste. O exercício combinado das funções fisiológicas. A educação dos movimentos e das atitudes sob o aspecto fisiológico. A actividade lúdica da criança. As brincadeiras», «Influência dos jogos na educação estética, intelectual e social. Jogos educativos; sensoriais, motores, afectivos, intelectuais ou psíquicos, sociais», «Classificação esquemática dos jogos», «Os jogos e a liberdade individual da criança. Os jogos e a acção criadora da criança. Os jogos e a disciplina; disciplina coercitiva e disciplina mental. Os jogos desportivos e a educação da vontade», «A ginástica; sinónimo de educação física. Educação física racional e educação fisiológica. O fim educativo da ginástica: despertar e activar as funções gerais do organismo humano; corrigir os hábitos sedentários e de imobilidade; educar os sentidos, a prontidão e energia nos movimentos, a coragem, o exercício da vontade; desenvolver as actividades de reflexão», «Divisões e subdivisões da ginástica», «Critério duma ginástica especial para cada sexo. Critério duma ginástica comum para ambos os sexos, salvo determinadas particularidades», «As excursões higiénicas como meio e complemento da educação fisiológica», «Emprêgo do método histórico; as instituições e as doutrinas. Os autores», «Critérios a que podem reduzir-se as suas doutrinas», «Classificação esquemática dos diversos critérios com as suas características fundamentais» e «Critério a adoptar e qual a espécie a aplicar na escola primária, nos seus diversos graus».
- 3) Programa de Metodologia (1.ª classe) - «Os jogos. Metodologia especial dos jogos. Séries graduadas dos jogos que desenvolvam e eduquem progressivamente os sentidos, etc.», «A ginástica. Metodologia especial na escola infantil ou jardins-escolas», «Metodologia especial em cada um dos graus da educação primária» e «Esbôço histórico do ensino da Ginástica. Seu âmbito e partes em que se divide. Importância da Ginástica e do seu ensino na escola primária. Aspecto essencial e exclusivamente prático e experimental que deve ter o seu ensino neste grau da Educação. Como se deve ensinar cada uma das suas partes ou divisões. O material».

Passados três meses, em 12 de maio, «tornando-se necessário reúnir num só diploma todas as disposições legais em vigor sobre a instrução primária», era publicado o Decreto n.º 2:387, que mantinha entre as disciplinas dos cursos práticos a de «d) Gimnástica pedagógica» (§ 2.º). Em 1918, era determinado pelo Decreto n.º 4:780, de 5 de setembro, «ouvidos o Conselho Escolar da Escola Normal Primária de Lisboa e a respectiva comissão instaladora» que a cadeira de «Gimnástica Pedagógica» passasse a denominar-se «Educação Física». Com a publicação do Decreto n.º 5:787-A, de 10 de maio, era aprovada a reorganização do ensino primário, que estabelecia compreender o curso das escolas normais primárias «Educação física»

(art. 67.º). Em 29 de setembro de 1919 era publicado, no Decreto n.º 6:137, o Regulamento do Ensino Primário e Normal, que estabelecia para o curso das Escolas Normais Primárias a sua distribuição por três anos e entre as disciplinas que o constituíam compreendia «Educação física» (art. 219.º), com duas horas semanais de «50 minutos» (art. 223.º) ao longo dos três anos. Para execução do estabelecido no decreto n.º 5:787-A, era publicado pelo Decreto n.º 6:157, de 14 de outubro, o Regulamento dos cursos de aperfeiçoamento junto das escolas normais primárias (Lisboa, Pôrto e Coimbra - Art. 1.º), para professores primários diplomados pelas antigas escolas de ensino normal. Estes seriam professados em semestres constando entre as disciplinas da «secção geral, comum e preparatória da secção especial» a «Educação física» - 2 semestres, 2 aulas semanais no 1.º semestre; 3 aulas semanais no 2.º semestre.

No Decreto n.º 6:203, de 7 de novembro de 1919, entre os programas do Ensino Normal Primário incluía-se o programa de «Educação Física», que para todas as classes não sofria alterações de fundo, pois continuava a apresentar: «Instruções pedagógicas. Natureza e fins», «Intensidade do ensino normal», «Prevenção higiénica», «Instruções pedagógicas para a 1.ª classe», «Instruções pedagógicas para a 2.ª classe» e «Instruções pedagógicas para a 3.ª classe». No entanto, o bloco final «Mensurações e observações» deixava de constar. O programa estabelecia:

1) Para o primeiro ano estabelecia - «Lições progressivas de ginástica para indivíduos de quinze a trinta anos, jogos, excursões higiénicas e exercícios de aplicação convenientemente indicados.», «Lições práticas de ginástica primária e de exercícios infantis», «Lições práticas explicadas pelo professor», «Séries principais de ginástica pedagógica primária» e «Lições práticas explicativas pelo professor. I. Exercícios de ordem (educação da atenção; disciplina, etc.): formaturas simples, necessárias à prática dos exercícios de ginástica, dos jogos, dos exercícios infantis, etc. II. Exercícios preparatórios: disposição dos alunos para a lição; elementos dos exercícios fundamentais; exercícios correctivos das atitudes fundamentais; exercícios graduados para obter ou para assegurar as boas atitudes da cabeça, da bacia, da coluna, das espáduas, dos pés, dos braços, das pernas; exercícios de ventilação pulmonar, etc. III. Exercício dos membros inferiores: trabalho da grande massa muscular dos membros inferiores, descongestionantes do cérebro e do pulmão; - agilidade e fôrça, etc. IV. Exercícios de mobilização dorsal: contra a anquilose dorsal, etc. V. Exercícios de mobilização e de desenvolvimento torácico: ventilação e elasticidade pulmonares, estética torácica, robustecimento do torax, das espáduas e dos braços, etc. VI. Exercícios de equilíbrios: educação do sentido da situação perante as leis da gravidade, coordenação, etc., equilíbrios elementares. VII. Educação da marcha, da carreira, da dança calisténica, dos jogos, etc.: efeitos gerais de nutrição, depuração orgânica, estética, ritmo, expressão, harmonia, etc. VIII. Exercícios dos extensores vertebrais: desenvolvimento harmónico destes músculos: atitude humana, fixação das espáduas, etc. IX. Exercícios dos flexores do tronco: situação da bacia, da coluna lombar, etc. X. Exercícios dos rotadores e dos flexores laterais do tronco: robustez e firmeza das paredes abdominais, fixação e funcionamento das vísceras abdominais, expiração, etc. XI. Marchas, carreiras, saltos: o mais extenso e o mais intenso trabalho muscular e de coordenação da lição, efeitos gerais de nutrição, educação da resistência, da destreza, etc. XII. Exercícios finais: calmantes dos órgãos excitados pelos exercícios da lição»;

2) Para o segundo ano estabelecia - «Lições progressivas de ginástica para indivíduos de dezasseis a trinta anos, jogos, excursões higiénicas e exercícios de aplicação convenientemente indicados», «Lições práticas de ginástica primária e de exercícios infantis. a) Repetição das lições da 1.ª classe com mais intensidade e precisão, incidindo mais sobre os órgãos a desenvolver; melhor correcção e ritmo, expressão mais adequada, etc. b) Novas atitudes e novos movimentos. c) Novos exercícios e novas séries», «Lições práticas de ginástica primária e de exercícios infantis explicados pelo professor. Formação de esquemas e de lições para as escolas anexas, exemplificação e discussão» e «Lições práticas explicadas pelo aluno-mestre»;

3) Para o terceiro ano estabelecia - «Lições progressivas de ginástica, jogos, excursões higiénicas e exercícios de aplicação convenientemente indicados, para os alunos-mestres», «Lições práticas de ginástica primária e de exercícios infantis explicados e praticados pelo aluno-mestre e argumentadas e corrigidas pelo professor» e «Lições sobre regência de classes primárias e infantis»;

Indicação e condução de lições primárias e, para as alunas, de exercícios infantis: a) classificação dos alunos das escolas anexas, formação de secções; b) formação de esquemas, de lições e de exercícios progressivos, primários e infantis; c) regência de secções e de classes».

De igual modo, mantinham-se nos programas de outras disciplinas os tópicos com uma clara ligação ao tema em estudo, a saber:

1) Programa de Noções de Higiene e Higiene Escolar - «Instruções pedagógicas.— No ensino da higiene, deve habilitar-se o futuro professor, por exercícios práticos, ao exame físico da criança, à descrição do que observa e à apreciação da higiene habitual dos seus alunos», «O professor abster-se ha de dar desenvolvimento a todas as questões cujo interesse, no estado actual da ciência é meramente especulativo», «Higiene escolar (1.ª classe).— (...) Educação física. — Bases fisiológicas desta educação. Noções elementares de antropometria escolar. — Estudo dos principais caracteres métricos. Relação entre o peso, a altura e o perímetro torácico. Coeficientes de robustês. Mensurações nos alunos segundo a “Ficha individual”».

2) Programa de Pedagogia Geral e História da Educação (2.ª classe) - «Educação fisiológica. - Em que consiste. O exercício combinado das funções fisiológicas. A educação dos movimentos e das atitudes sob o aspecto fisiológico. A actividade lúdica da criança. A brincadeira», «Influência dos jogos na educação estética, intelectual e social. Jogos educativos; sensoriais, motores, afectivos, intelectuais ou psíquicos, sociais», «Classificação esquemática dos jogos», «Os jogos e a liberdade individual da criança. Os jogos e a acção criadora da criança. Os jogos e a disciplina; disciplina coercitiva e disciplina mental. Os jogos desportivos e a educação da vontade», «A ginástica; sinónimo de educação física. Educação física racional e educação fisiológica. O fim educativo da ginástica: despertar e activar as funções gerais do organismo humano; corrigir os hábitos sedentários e de imobilidade; educar os sentidos, a prontidão e energia nos movimentos, a coragem, o exercício da vontade; desenvolver as actividades de reflexão.», «Divisões e subdivisões da ginástica», «Critério duma ginástica especial para cada sexo. Critério duma ginástica comum para ambos os sexos, salvo determinadas particularidades», «As excursões higiénicas como meio e complemento da educação fisiológica», «Emprêgo do método histórico; as instituições e as doutrinas. Os autores», «Critérios a que podem reduzir-se as suas doutrinas», «Classificação esquemática dos diversos critérios com as suas características fundamentais» e «Critério a adoptar e qual a espécie a aplicar na escola primária, nos seus diversos graus».

3) Programa de Metodologia (1.ª classe) - «Os jogos. Metodologia especial dos jogos. Séries graduadas dos jogos que desenvolvam e eduquem progressivamente os sentidos, etc.», «A educação física. Metodologia especial na escola infantil ou jardins-escolas», «Metodologia especial em cada um dos graus na escola infantil ou jardins-escolas» e «Esbôço histórico do ensino da Ginástica. Seu âmbito e partes em que se divide. Importância da Ginástica e do seu ensino na escola primária. Aspecto essencial e exclusivamente prático e experimental que deve ter o seu ensino neste grau da Educação. Como se deve ensinar cada uma das suas partes ou divisões. O material».

b) A segunda fase, mantinha a vertente «militar e pedagógica da Ginástica de Ling», mas surge influenciada pelas obras de Lefébure e de Lagrange.

A Comissão, composta por elementos dos Ministérios da Instrução, da Guerra e da Marinha, nomeada em 1915 para estudar e elaborar um regulamento geral de educação física, que viesse dar unidade ao seu ensino, dava por concluídos os seus trabalhos em 1920. Como resultado, foi publicado, pela Portaria n.º 2:180, de 26 de fevereiro, o *Regulamento Oficial de Educação Física*. O documento, organizado a partir do manual do capitão belga Lefébure «Une Méthode de Gymnastique Suédoise», traduzia uma interpretação do método pedagógico de ginástica sueca.

Em 1930, com a publicação do Decreto n.º 18:646, de 19 de julho, em substituição das escolas normais primárias eram criadas as Escolas do Magistério Primário. O curso do magistério primário elementar passava a compreender «duas classes sucessivas e divide-se em quatro semestres lectivos» (Art. 5.º), sendo curioso de assinalar a inclusão no plano de estudos das disciplinas ministradas nestas escolas (Art. 8.º):

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- no 2.º grupo de disciplinas da «Higiene Geral e Escolar», da «Educação Física» (com 2 aulas semanais do 1.º ao 3.º semestre) e da «Puericultura»;

- no 3.º grupo «Jogos Educativos»²⁰³, a par com disciplinas como «Pedagogia Geral e Experimental», «Educação Moral e Cívica», «Didáctica» e «Arte de Educar».

Entretanto, em 1932, pelo Decreto n.º 21:695, de 29 de setembro, era reorganizado o ensino de preparação para o magistério primário, cujo curso do magistério primário elementar passava a ser constituído «por três classes, cada uma das quais corresponderá a um ano lectivo» (Art. 5.º) e de entre as disciplinas ministradas nestas escolas (Art. 6.º), constava a disciplina de «Educação Física», com 3 lições semanais na 1.ª e 2.ª classes.

c) A terceira fase assinala a «ginástica sueca» como método oficial.

Quintino da Costa (1943, p. 333) ajuda-nos a fazer um retrato do que era a situação da educação física no ensino primário, que não resistimos a transcrever:

«A despeito dos esforços dispendidos há longos anos pelos poderes públicos, a educação física no ensino primário elementar não corresponde ainda de qualquer modo às necessidades de formação da pessoa. Os programas actualmente em vigor são insuficientes, inadaptados e desarmónicos, inconvenientes agravados pela falta de habilitação dos agentes de ensino, e pela dualidade de direcção.

Tal conclusão é domínio comum; o próprio Governo procura eliminar, na medida do possível, as deficiências mais graves, resolver os problemas mais instantes. Como manifestação positiva de tais propósitos, publica-se, em setembro de 1942, a reforma das Escolas do Magistério Primário, e em Janeiro de 1943, os programas das disciplinas leccionadas aos futuros professores.»

A publicação do Decreto-lei n.º 32:243, de 5 de setembro de 1942, veio regular o funcionamento das Escolas do Magistério Primário. Do seu articulado ressaltam:

- 1) A redução da duração do curso para três semestres;
- 2) A existência de uma disciplina de «Educação física», com 2 unidades letivas semanais (de cinquenta minutos - art. 12.º § 1.º) do 1.º ao 3.º semestre.

Com o Decreto n.º 32:629, de 16 de janeiro de 1943, que aprovava os programas das Escolas do Magistério Primário, estabelecia-se o programa da disciplina de «Educação física»:

«- I - Noções sumárias da teoria da educação física - II - Prática da ginástica, jogos e campismo: A) Ginástica e jogos educativos, B) Jogos desportivos, C) Campismo; Instruções [e] O ensino será dado em disposições convenientes que dizem respeito aos seguintes factores: Horário (As lições de educação física nunca serão dadas quando os alunos estão em estado de jejum ou antes que tenham passado três horas das principais refeições); Agentes físicos naturais (As lições serão dadas em sala bastante ampla, e bem iluminada e arejada, ou, quando o tempo o permitir, ao ar livre. Deverá seguir-se-lhes um banho rápido de chuveiro à temperatura de 37º a 38º, no inverno); Instalações e material didáctico (As instalações e material didáctico que servem à educação física, nas diferentes escolas do País, serão matéria de instruções a promulgar oportunamente]».

«I - Noções sumárias da teoria da educação física
Educação. Meio geral de educação. Aspectos da educação. A educação física; seus meios e fins especiais.

Agentes directores e auxiliares da educação física: o professor; o monitor; os ajudantes.

Método e processos de educação física.

Princípios gerais do método de educação física (pela ginástica e jogos).

Programa geral de exercícios de ginástica e de jogos para o ensino primário. Preparação das lições; sua progressão. Caderno de preparação das lições.

Direcção da lição: ensino e comando dos exercícios.

²⁰³ A disciplina de «Jogos Educativos» era parte integrante do curso do magistério primário infantil e correspondia a 2 aulas semanais nos dois primeiros semestres.

Faltas que podem ser cometidas pelo professor durante o ensino e comando. Faltas gerais cometidas pelos alunos; suas origens e forma de as evitar e corrigir. Precauções para evitar acidentes.

II - Prática da ginástica, jogos e campismo

A) Ginástica e jogos educativos

1. — Exercícios de “ordem”:
 - a) Formações adoptadas para execução dos exercícios sem aparelhos e com aparelhos;
 - b) Mudanças de frente;
 - c) Pequenos deslocamentos.
2. — Exercícios do pescoço:
 - a) Movimentos de torção;
 - b) Movimentos de flexão e de extensão;
 - c) Movimentos de circundução.
3. — Exercícios do tronco:
 - a) Movimentos de flexão e inclinação à frente e de extensão à retaguarda;
 - b) Movimentos de flexão e inclinação lateral;
 - c) Movimentos de torção;
 - d) Movimentos de circundução;
 - e) Movimentos de mobilização costal voluntária.
4. — Exercícios dos membros superiores:
 - a) Movimentos de rotação;
 - b) Movimentos de flexão e de extensão;
 - c) Movimentos de abdução e adução, de oscilação e de circundução;
 - d) Movimentos combinados.
5. — Exercícios dos membros inferiores:
 - a) Movimentos elementares de flexão e de extensão;
 - b) Movimentos de saltitar.
6. — Exercícios de suspensão e de apoio:
 - a) Movimentos de suspensão propriamente dita;
 - b) Movimentos de serpentina;
 - c) Movimentos de trepar;
 - d) Movimentos de subir a uma trave e de apoio sobre ela.
7. — Exercícios de equilíbrio:
 - a) Equilíbrio no solo;
 - b) Equilíbrio sobre aparelho elevado.
8. — Exercícios de marcha:

Marcha em frente, lateral e à retaguarda.
9. — Exercícios de corrida:
 - a) Sob a forma de jogos;
 - b) Corrida plana, ascendente e descendente;
 - c) Corridas especiais e danças regionais próprias para a ginástica feminina.
10. — Exercícios de saltos:
 - a) Saltos em profundidade;
 - b) Saltos em altura;
 - c) Saltos em comprimento;
 - d) Saltos com apoio das mãos;
 - e) Saltos com suspensão.
11. — Jogos educativos:
 - a) De marcha;
 - b) De corrida;
 - c) Suspensão;
 - d) Equilíbrio;
 - e) Levantar e transportar;
 - f) Lançar;
 - g) De ataque e defesa;
 - h) Jogos especiais de flexibilidade e destreza;
 - i) Saltos.

B) Jogos desportivos

Exercícios preparatórios e jogos: volley-ball e basketball; hand-ball (H).

C) Campismo

1. — Conhecimentos e técnicas necessárias à prática de campismo:
 - a) Equipamento do campista;
 - b) Preparação e realização de marchas (regras gerais). Cuidados higiénicos;
 - c) Avaliação de distâncias;
 - d) Transmissão de sinais e mensagens.
 - e) Orientação pelo sol, relógio, bússola, estrelas, lua, certas indicações da natureza.

- f) Elementos de topografia. Leitura e orientação das cartas topográficas;
 - g) Escolha do local e instalação dos acampamentos. Regime de vida. Administração. Relações com a população rural e acção educativa a exercer nela pelo campista. Regime disciplinar.
2. —Prática campista:
- a) Marchas:
Marchas por estrada, caminhos, através do campo acidentado, e arborizado, seguindo pistas, transpondo obstáculos naturais, eventualmente combinados com exercícios de orientação, exploração, reconhecimento, transmissão e, ainda, de observação das espécies animais, culturas, estrutura e acidentes de terreno, vestígios e belezas naturais do País.
Marchas de noite, só para os alunos.
Marchas sob mau tempo, só para os alunos.
 - b) Acampamento:
Instalação das tendas e da cozinha, lavatórios, urinóis e retretes. Preparação de acantonamentos.
Alimentação, lavagem dos equipamentos, dos locais e do material.
Precauções contra o mau tempo e para evitar acidentes. Construção de abrigos, cabanas; derribamento de árvores, rachamento de lenha (H).
Construção de pequenas pontes improvisadas e de jangadas flutuantes.
Prática de exercícios de ginástica, jogos, nomeadamente de jogos de orientação, e natação.
Exercícios de marcha, de transmissão, de orientação e de avaliação de distâncias.»

Recorremos novamente a Quintino da Costa (1943, pp. 339-340 e 343-344), para completar a visão da situação da educação física no ensino primário, mais precisamente sobre o programa de 1943:

«O programa é vasto, regularmente bem feito, mas, entre outras deficiências, nota-se ter sido elaborado fora das realidades.

A matéria que contém deveria ser ministrada durante três anos lectivos, a três aulas por semana, não contando os tempos destinados à prática pedagógica, o que totalizaria cêrca de trezentas aulas no curso. Na realidade, porém, ministra-se em três semestres, a duas aulas por semana, o que não ultrapassa cem aulas, ou seja um terço do número previsto. Logo, a formação dos professores não pode fazer-se como previu o autor do programa.

Mas, supondo que o regime das Escolas do Magistério Primário correspondia às exigências do programa. Teria viabilidade a aplicação nas escolas primárias dos conhecimentos que os professores haviam adquirido? Impossível responder sem o conhecimento do que se passa nessas escolas.

Começemos pelo material didáctico, que é insuficiente, antiquado, e condenado por deformante, pelo menos no que diz respeito às carteiras. (339-340)

(...)

O programa de educação física actualmente em vigor nas Escolas do Magistério Primário não corresponde às necessidades de formação do professor primário, por impossibilidade de aplicação futura dos conhecimentos adquiridos, necessariamente muito deficientes por inadaptação do programa ao regime escolar. (343-344)».

Programas escolares *versus* Programas de Formação de Professores do Ensino Primário

Comparando a sobreposição no contexto escolar dos programas de Educação Física do Ensino Primário e dos programas de formação de Professores do Ensino Primário - Educação Física, de novo, gostaríamos de apresentar uma pequena resenha histórica para ilustrar a configuração dos planos de estudo (ver Quadro 2, pp. 181-191). Como atrás constatado, este Período iniciava-se com a publicação da Portaria de 21 de outubro de 1905, que se referia à conveniência em uniformizar o sistema «da gymnastica sueca» e ordenava que «o referido methodo seja adoptado em todas as escolas de ensino normal». No entanto, o programa que estava em vigor para o Ensino Primário ainda permanecia do período anterior. Era o da Reforma de 24 de dezembro de 1901, regulamentada em 19 de setembro de 1902, o qual se referia a um programa de «Exercícios de gymnastica elementar, sem instrumentos», mas que no programa

aprovado pelo Decreto de 18 de outubro de 1902 era só de «Gymnastica». Os anos foram passando e não se conhece nenhuma iniciativa legislativa que colmatasse a situação existente.

Quadro 2.- Comparação entre os Programas Escolares de Educação Física e os Programas de Formação de Professores do Primário - Educação Física no Período da Estandarização.

PERÍODO DA ESTANDARDIZAÇÃO						
ANO	ENSINO PRIMÁRIO				ESCOLA NORMAL PRIMARIA	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS			NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1905					Portaria de 21 de outubro	<p>«Considerando que o regulamento do ensino normal manda sujeitar os alumnos mestres a exercicios gymnasticos;</p> <p>Considerando que esta sabia disposição tem em vista o duplo fim de completar a educação physica dos alumnos e prepará-los para, por sua vez, ministrarem esta educação nas escolas primarias;</p> <p>Attendendo a que o decreto de 29 de agosto de 1905, introduzindo nos lyceus a educação physica, preceituou que ella fosse feita principalmente pela pratica da gymnastica sueca;</p> <p>Convindo uniformizar o systema de educação physica em todas as nossas escolas:</p> <p>Ordena Sua Majestade El-Rei que o referido methodo de gymnastica seja adoptado em todas as escolas de ensino normal.»</p>
1.ª Fase - «militar e pedagógica da Ginástica de Ling»						
1911	Decreto de 29 de março	Elementar Gymnastica, jogos educativos e especialmente os nacionaes	Complementar Jogos, gymnastica, passo e atitudes militares	Superior Educação physica, gymnastica, jogos, natação, remagem	Decreto de 29 de março	Curso geral («commum aos dois sexos») Educação physica (jogos e gymnastica); generalidades de educação militar Curso para o sexo masculino Exercicios militares e de natação Educação physica - Gymnastica, jogos, exercicios militares, etc.
		(sem referência a conteúdos)				(sem referência a conteúdos)
1911	Regulamento para a instrucção militar preparatória de 27 de maio	1.º grau Para os mancebos desde os 7 até aos 17 anos Gymnastica A matéria da Gymnastica, dividida em: - <u>parte prática</u> (constituída por « <i>formações</i> », « <i>passos e marchas</i> », « <i>movimentos do corpo</i> », « <i>exercicios com aparelhos e em aparelhos fixos</i> », « <i>saltos</i> », « <i>subir e trepar</i> », « <i>exercicios de volteio no cavallo</i> », « <i>natação</i> », « <i>jogos gymnasticos</i> », « <i>exercicios com um oppositor</i> » e « <i>exercicios de luta</i> »)				

A Educação Física no Sistema Educativo Português

ANO	ENSINO PRIMÁRIO		ESCOLA NORMAL PRIMARIA	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1911	Regulamento para a instrução militar preparatória de 27 de maio (Cont.)	- <i>teórica</i> (« <i>noções anátomo-fisiológicas</i> », « <i>noções geraes de hygiene</i> », « <i>efeitos do trabalho e da sua falta</i> » e « <i>exercícios e posições correctivas</i> ») Duas lições por semana		
1911			Decreto de 23 de agosto Regulamento das escolas normaes	Curso geral (« <i>commum aos dois sexos</i> ») Educação physica (jogos e gymnastica); generalidades de educação militar Curso para o sexo masculino Exercícios militares e de natção Educação physica - Gymnastica, jogos, exercícios militares, etc. 2 aulas semanais do 1.º ao 4.º anos
1914			Lei n.º 233 de 7 de julho	Gimnástica pedagógica (sem referência a conteúdos)
1915			Decreto n.º 1:980 de 20 de outubro	Gymnastica 2 aulas semanais do 1.º ao 3.º anos
1916			Decreto n.º 2:213 de 10 de fevereiro	Gimnástica pedagógica 1) Para o <u>primeiro ano</u> - Lições progressivas de gymnastica, jogos, excursões higiénicas e exercícios de aplicação convenientemente indicados para os alunos-mestres. Lições práticas de gymnastica primária e de exercícios infantis; Lições práticas explicadas pelo professor. Séries principais de gymnastica pedagógica primária: <i>I. Exercícios de ordem</i> (educação da atenção, disciplina, etc.): formaturas simples - necessárias à prática dos exercícios de gymnastica, dos jogos, dos exercícios infantis, etc. <i>II. Exercícios preparatórios:</i> disposição dos alunos para a lição; elementos dos exercícios fundamentais: exercícios correctivos das atitudes fundamentais; exercícios graduados para obter ou para assegurar as boas atitudes da cabeça, da bacia, da coluna, das espáduas, dos pés, dos braços, das pernas; exercícios de ventilação pulmonar, etc. <i>III. Exercício dos membros inferiores:</i> exercício da grande massa muscular dos membros inferiores - descongestionantes do cérebro e do pulmão; agilidade e força, etc.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

ANO	ENSINO PRIMÁRIO		ESCOLA NORMAL PRIMARIA	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1916			Decreto n.º 2:213 de 10 de fevereiro (cont.)	<p>IV. Exercícios de mobilização dorsal: contra a anquilose dorsal, etc.</p> <p>V. <i>Exercícios de mobilização e de desenvolvimento torácico</i>: ventilação e elasticidade pulmonares, estética torácica, robustecimento do torax, das espáduas e dos braços, etc.</p> <p>VI. <i>Exercícios de equilíbrios</i>: educação do sentido da situação perante as leis da gravidade, coordenação, etc., equilíbrios elementares.</p> <p>VII. <i>Educação da marcha, da carreira, da dança calisténica, dos jogos, etc.</i>: efeitos gerais de nutrição, depuração orgânica, estética, ritmo, expressão, harmonia, etc.</p> <p>VIII. <i>Exercícios dos extensores vertebrais</i>: desenvolvimento harmónico destes músculos: atitude humana, fixação das espáduas, etc.</p> <p>IX. <i>Exercícios dos flexores do tronco</i>: situação da bacia, da coluna lombar, etc.</p> <p>X. <i>Exercícios dos rotadores e dos flexores laterais do tronco</i>: robustez e firmeza das paredes abdominais, fixação e funcionamento das vísceras abdominais, expiração, etc.</p> <p>XI. <i>Marchas, carreiras, saltos</i>: o mais extenso e o mais intenso trabalho muscular e de coordenação da lição, efeitos de nutrição, educação da resistência, da destreza, etc.</p> <p>XII. <i>Exercícios finais</i>: calmantes dos órgãos excitados pelos exercícios da lição.</p> <p>2) Para o <u>segundo ano</u> - Lições progressivas de ginástica, jogos, excursões higiénicas e exercícios de aplicação convenientemente indicados, para os alunos-mestres.</p> <p>Lições práticas de ginástica primária e de exercícios infantis.</p> <p>a) Repetição das lições da 1.ª classe com mais intensidade e precisão, incidindo mais sobre os órgãos a desenvolver; melhor correcção e ritmo, expressão mais adequada, etc.</p> <p>b) Novas atitudes e novos movimentos.</p> <p>c) Novos exercícios e novas séries.</p> <p>Lições práticas de ginástica primária e de exercícios infantis explicados pelo professor. Formação de esquemas e de lições para as escolas anexas, exemplificação e discussão. Lições práticas explicadas pelo aluno-mestre.</p>

ANO	ENSINO PRIMÁRIO		ESCOLA NORMAL PRIMARIA	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1916			Decreto n.º 2:213 de 10 de fevereiro (cont.)	<p>3) Para o terceiro ano - Lições progressivas de ginástica, jogos, excursões higiénicas e exercícios de aplicação convenientemente indicados, para os alunos-mestres. Lições práticas de ginástica primária e de exercícios infantis explicadas e praticadas pelo aluno-mestre e argumentadas e corrigidas pelo professor. Lições sobre regência de classes primárias e infantis: Indicação e condução de lições primárias e, para as alunas, de exercícios infantis:</p> <p>a) classificação dos alunos das escolas anexas, formação de secções;</p> <p>b) formação de esquemas, de lições e de exercícios progressivos, primários e infantis;</p> <p>c) regência de secções e de classes.</p> <p>Higiene Geral, Higiene Escolar e Pedologia</p> <p>«Instruções pedagógicas.— No ensino da antropometria e da higiene deve habilitar-se o futuro professor, por exercícios práticos, ao exame físico da criança, à descrição do que observa e à apreciação da higiene habitual dos seus alunos»</p> <p>«Higiene escolar (2.ª classe).— (...) <i>Educação física.</i> — Bases fisiológicas desta educação»</p> <p>«Pedologia (3.ª classe).— (...) <i>Noções elementares de antropometria escolar.</i> — Estudo dos principais caracteres métricos. Relação entre o peso, a altura e o perímetro torácico. Coeficientes de robustez. Mensurações nos alunos segundo a “Ficha individual”».</p> <p>Pedagogia Geral e História da Educação</p> <p>(2.ª classe) - «Educação fisiológica. - Em que consiste. O exercício combinado das funções fisiológicas. A educação dos movimentos e das atitudes sob o aspecto fisiológico. A actividade lúdica da criança. A brincadeira»</p> <p>«Influência dos jogos na educação estética, intelectual e social. Jogos educativos; sensoriais, motores, afectivos, intelectuais ou psíquicos, sociais»</p> <p>«Critério a adoptar e qual a espécie a aplicar na escola primária, nos seus diversos graus».</p>

A Educação Física no Sistema Educativo Português

ANO	ENSINO PRIMÁRIO		ESCOLA NORMAL PRIMARIA	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1916			Decreto n.º 2:213 de 10 de fevereiro (cont.)	<p>«<i>Classificação esquemática dos jogos</i>»</p> <p>«Os jogos e a liberdade individual da criança. Os jogos e a acção criadora da criança. Os jogos e a disciplina; disciplina coercitiva e disciplina mental. Os jogos desportivos e a educação da vontade»</p> <p>«A <i>gimnástica</i>; sinónimo de educação física. Educação física racional e educação fisiológica. O fim educativo da <i>gimnástica</i>: despertar e activar as funções gerais do organismo humano; corrigir os hábitos sedentários e de imobilidade; educar os sentidos, a prontidão e energia nos movimentos, a coragem, o exercício da vontade; desenvolver as actividades de reflexão»</p> <p>«Divisões e subdivisões da <i>gimnástica</i>»</p> <p>«Critério duma <i>gimnástica</i> especial para cada sexo. Critério duma <i>gimnástica</i> comum para ambos os sexos, salvo determinadas particularidades»</p> <p>«As excursões higiénicas como meio e complemento da educação fisiológica»</p> <p>«Emprêgo do método histórico; as instituições e as doutrinas. Os autores»</p> <p>«Critérios a que podem reduzir-se as suas doutrinas»</p> <p>«<i>Classificação esquemática dos diversos critérios com as suas características fundamentais</i>»</p> <p style="text-align: center;">Metodologia</p> <p>(1.^a classe) - «<i>Os jogos. Metodologia especial dos jogos. Séries graduadas dos jogos que desenvolvam e eduquem progressivamente os sentidos, etc.</i>»</p> <p>«A <i>gimnástica</i>. Metodologia especial na escola infantil ou jardins-escolas», «Metodologia especial em cada um dos graus na escola infantil ou jardins-escolas»</p> <p>«Esbôço histórico do ensino da <i>Gimnástica</i>. Seu âmbito e partes em que se divide. Importância da <i>Gimnástica</i> e do seu ensino na escola primária. Aspecto essencial e exclusivamente prático e experimental que deve ter o seu ensino neste grau da Educação.»</p>

A Educação Física no Sistema Educativo Português

ANO	ENSINO PRIMÁRIO		ESCOLA NORMAL PRIMARIA	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1916	Decreto n.º 2:387 de 12 de maio	(sem referência)		
	Decreto n.º 2:887 de 5 de dezembro	(sem referência)	Decreto n.º 2:887 de 5 de dezembro	Gimnástica pedagógica (sem referência)
1918			Decreto n.º 4:780 de 5 de setembro	Educação Física (sem referência)
1919	Decreto n.º 5:078 de 2 de janeiro	<p style="text-align: center;">Superior Educação física (sem referência a conteúdos)</p> <p>Classes A e B do 1.º Ciclo e 1.ª do 2.º Ciclo</p> <p>Três horas semanais</p>		
	Decreto n.º 5:787-A de 10 de maio	<p style="text-align: center;">Geral Gimnástica e jogos educativos, especializando os nacionais</p> <p>(sem referência a conteúdos)</p>	Decreto n.º 5:787-A de 10 de maio	Educação física (sem referência)
		<p style="text-align: center;">Superior Educação física</p> <p>(sem referência a conteúdos)</p>		
			Decreto n.º 6:137 de 29 de setembro Regulamento do Ensino Primário e Normal	<p style="text-align: center;">Educação física</p> <p>2 horas semanais de 50 minutos ao longo dos 3 anos</p>
			Decreto n.º 6:157 de 14 de outubro	<p style="text-align: center;">Educação física</p> <p>2 aulas semanais no 1.º semestre 3 aulas semanais no 2.º semestre</p>
	Decreto n.º 6:203 de 7 de novembro	<p style="text-align: center;">Geral Higiene individual, ginástica e jogos educativos, especializando os nacionais</p> <p>1) Algumas considerações genéricas sobre a importância da educação física; Geral Higiene individual, ginástica e jogos educativos, especializando os nacionais</p> <p>2) A matéria de ginástica, sendo explícita a referência a ginástica sueca, para o que eram apresentados os seus princípios, a classificação dos exercícios, os efeitos gerais da educação física, os efeitos principais e exercícios típicos, a progressão do ensino, gráficos dos esquemas primários, a terminologia ginástica, séries de exercícios com os seus efeitos e culminava com a apresentação de lições típicas para cada classe;</p> <p>3) Apresentava ainda considerações sobre os jogos educativos, especializando os nacionais apresentando alguns dos jogos a utilizar para cada classe (1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª);</p>	Decreto n.º 6:203 de 7 de novembro	<p style="text-align: center;">Educação Física</p> <p>O programa de «<i>educação física</i>» para todas as classes, com excepção da mudança de designação, continuava a apresentar: «<i>Instruções pedagógicas. Natureza e fins</i>», «<i>Intensidade do ensino normal</i>», «<i>Prevenção higiénica</i>», «<i>Instruções pedagógicas para a 1.ª classe</i>», «<i>Instruções pedagógicas para a 2.ª classe</i>» e «<i>Instruções pedagógicas para a 3.ª classe</i>».</p> <p style="text-align: center;">Noções de Higiene e Higiene Escolar</p> <p>«<i>Instruções pedagógicas.</i>— No ensino da higiene deve habilitar-se o futuro professor, por exercícios práticos, ao exame físico da criança, à descrição do que observa e à apreciação da higiene habitual dos seus alunos».</p>

A Educação Física no Sistema Educativo Português

ANO	ENSINO PRIMÁRIO		ESCOLA NORMAL PRIMARIA	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1919	Decreto n.º 6:203 de 7 de novembro (cont.)	<p>4) Finalmente, referia ainda a realização de «excursões higiénicas, que deveriam ter lugar uma vez por semana ou duas por mês».</p> <p>Duração máxima de vinte minutos para a 1.ª, 2.ª e 3.ª classes Duração máxima de trinta minutos para a 4.ª e 5.ª classes</p>	Decreto n.º 6:203 de 7 de novembro	<p>«Higiene escolar (1.ª classe).— (...) <i>Educação física</i>. — Bases fisiológicas desta educação. <i>Noções elementares de antropometria escolar</i>. — Estudo dos principais caracteres métricos. Relação entre o pêso, a altura e o perímetro torácico. Coeficientes de <u>robustês</u>. Mensurações nos alunos segundo a “Ficha individual”».</p> <p>Pedagogia Geral e História da Educação (2.ª classe) - «Educação fisiológica. - Em que consiste. O exercício combinado das funções fisiológicas. A educação dos movimentos e das atitudes sob o aspecto fisiológico. A actividade lúdica da criança. <i>A brincadeira</i>», «Influência dos jogos na educação estética, intelectual e social. Jogos educativos; sensoriais, motores, afectivos, intelectuais ou psíquicos, sociais», «<i>Classificação esquemática dos jogos</i>»,</p> <p>«Os jogos e a liberdade individual da criança. Os jogos e a acção criadora da criança. Os jogos e a disciplina; disciplina coercitiva e disciplina mental. Os jogos desportivos e a educação da vontade», «<i>A ginástica</i>; sinónimo de educação física. Educação física racional e educação fisiológica. O fim educativo da ginástica: despertar e activar as funções gerais do organismo humano; corrigir os hábitos sedentários e de imobilidade; educar os sentidos, a prontidão e energia nos movimentos, a coragem, o exercício da vontade; desenvolver as actividades de reflexão.», «Divisões e subdivisões da ginástica», «Critério duma ginástica especial para cada sexo.</p> <p>Critério duma ginástica comum para ambos os sexos, salvo determinadas particularidades»,</p> <p>«As excursões higiénicas como meio e complementada educação fisiológica», «Emprêgo do método histórico; as instituições e as doutrinas. Os autores», «Critérios a que podem reduzir-se as suas doutrinas»,</p> <p>«<i>Classificação esquemática dos diversos critérios com as suas características fundamentais</i>» e «Critério a adoptar e qual a espécie a aplicar na escola primária, nos seus diversos graus».</p>

A Educação Física no Sistema Educativo Português

ANO	ENSINO PRIMÁRIO		ESCOLA NORMAL PRIMARIA	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1919			Decreto n.º 6:203 de 7 de novembro (cont.)	<p>Metodologia (1.ª classe) - «Os jogos. Metodologia especial dos jogos. Séries graduadas dos jogos que desenvolvam e eduquem progressivamente os sentidos, etc.»</p> <p>«A educação física. Metodologia especial na escola infantil ou jardins-escolas»</p> <p>«Metodologia especial em cada um dos graus na escola infantil ou jardins-escolas»</p> <p>«Esbôço histórico do ensino da Gimnástica. Seu âmbito e partes em que se divide. Importância da Gimnástica e do seu ensino na escola primária. Aspecto essencial e exclusivamente prático e experimental que deve ter o seu ensino neste grau da Educação. Como se deve ensinar cada uma das suas partes ou divisões. O material».</p>
2.ª Fase - «militar e pedagógica da Ginástica de Ling» (influenciada por autores belgas)				
1920	Portaria n.º 2:180 de 26 de Fevereiro	<p>Regulamento Oficial de Educação Física Gimnástica educativa</p> <p>Na Parte III do título II - Bases de ensino - é apresentado o «programa do ensino de <i>gimnástica educativa</i>» com a indicação de que «Os programas dêste regulamento são estabelecidos em relação às diversas categorias de ensino oficial, desde a escola primária à instrução militar, tendo em conta, em cada grau de instrução, a idade normal da população que a deve frequentar».</p> <p>No título III - Jogos - é referido que «Os jogos ao ar livre são os agentes complementares e indispensáveis da educação física e cooperam com a <i>gimnástica educativa</i> para a realização dos seus múltiplos fins».</p> <p>Nestes dois títulos do regulamento são estabelecidos conteúdos.»</p>	Portaria n.º 2:180 de 26 de Fevereiro	Regulamento Oficial de Educação Física Gimnástica educativa
1921	Decreto n.º 7:311 de 15 de Fevereiro de 1921 (cont.)	<p style="text-align: center;">Geral</p> <p style="text-align: center;">Educação física</p> <p>O programa de «<i>educação física (para ambos os sexos)</i>» estabelecia que se devia seguir o disposto no regulamento oficial de educação física na parte respeitante à instrução primária, compreendendo:</p> <p>1) para o ensino das 1.ª, 2.ª e 3.ª classes «<i>jogos individuais, livres e metodizados</i>», «<i>jogos colectivos, livres e metodizados</i>» e «<i>lições de gimnástica educativa</i>»;</p> <p>2) para o ensino da 4.ª e 5.ª classes «<i>jogos colectivos de corrida e habilidade</i>» e «<i>lições de gimnástica educativa</i>».</p>		

ANO	ENSINO PRIMÁRIO			ESCOLA NORMAL PRIMARIA	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS		NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1921	Decreto n.º 7:311 de 15 de Fevereiro de 1921 (cont.)	1.ª, 2.ª e 3.ª classes Diário Duração máxima de 20 minutos	4.ª e 5.ª classes Diário Duração máxima de 30 minutos		
1921	Decreto n.º 7:802 de 14 de Novembro		Superior Educação física 2 horas por semana 1.ª, 2.ª e 3.ª classes 2 sessões semanais		
1923	Proposta de Lei de 21 de Junho	Primário Cultura física			
1924	Decreto n.º 9:763 de 4 de Junho	Superior Educação Física - Higiene, Educação física (sem referência a programa, a conteúdos e a horário)			
1927	Decreto n.º 13:619 de 17 de Maio	Elementar Cultura física	Complementar Educação física		
	Decreto n.º 13:791 de 17 de Junho	Elementar 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª classes Cultura física Curtas sessões diárias	Complementar 5.ª e 6.ª classes Educação física Curtas sessões diárias		
	Decreto n.º 14:417 de 17 de Maio	«Entre êles não figuram os de educação e canto coral, ensinamentos de tam grande importância na escola primária, cuja publicação, dada a sua natureza especial, será feita depois de publicados os programas do ensino primário complementar.»			
	Decreto n.º 14:463 de 22 de Outubro	Ministrada fora dos tempos letivos			
1928	Decreto n.º 14:900 e Portaria n.º 5:155 de 16 de Janeiro	(sem referência a programa)			
1928	Decreto n.º 16:077 de 26 de Outubro (cont.)	Elementar Educação Física O programa de « educação física », que consistia na ginástica educativa , em que «os <i>exercícios respiratórios, essencialmente fisiológicos, têm uma grande importância e devem empregar-se com frequência</i> » em lição « <i>completa e útil, graduada, interessante, e dirigida com método e vivacidade</i> ». Estabelecia ainda o seguinte plano geral de ensino da gimnástica « <i>Posição fundamental (posição de sentido. Movimentos da cabeça e do pescoço. Movimentos dos membros superiores e inferiores. Movimentos do tronco. Equilíbrios. Saltos. Movimentos complexos (exercícios respiratórios e jogos)</i> ».			

A Educação Física no Sistema Educativo Português

ANO	ENSINO PRIMÁRIO		ESCOLA NORMAL PRIMARIA	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1928	Decreto n.º 16:077 de 26 de Outubro (cont.)	<p>No art.º 1.º § único do decreto informava-se que para completa elucidação dos programas também se publicavam as instruções pedagógicas. Nestas eram esclarecidos vários aspectos:</p> <p>1) «A <i>gimnástica a ministrar deve ser a gimnástica educativa, que, longe de ser uma gimnástica de parada, é, pelo contrário, uma gimnástica de aperfeiçoamento e flexibilidade, porque substitui os movimentos automáticos por exercícios racionais que têm por fim aperfeiçoar a criança sob o ponto de vista físico. Nada de gimnástica acrobática, de agilidade ou destreza. São absolutamente inúteis as argolas e os trapézios, que determinam exercícios inúteis e perigosos que as famílias não vêem com bons olhos</i>».</p> <p>2) Mantinham-se também as orientações estabelecidas no regulamento oficial de educação física, na parte que dizia respeito à instrução primária.</p> <p>3) Aconselhavam o professor a organizar os planos das lições de maneira a cada uma conter os movimentos necessários para: «a) <i>Activar a circulação do sangue e a respiração</i>», «b) <i>Desenvolver harmónicamente o sistema muscular</i>», «c) <i>Corrigir as posições viciosas</i>», «d) <i>Dilatar a caixa torácica</i>», «e) <i>Corrigir os desvios da coluna vertebral</i>» e «<i>Desenvolver harmónicamente o sistema muscular das diferentes partes do corpo</i>».</p> <p>4) Terminavam aconselhando «<i>A fim de não coarctar a expansibilidade natural da infância, após cada lição de gimnástica, ou no decorrer desta, que terá a duração máxima de trinta minutos, organizar-se hão os jogos educativos sob a direcção do professor, que evitará atitudes viciosas, e, minutos antes da entrada na sala de aula, os alunos farão exercícios respiratórios</i>».</p> <p style="text-align: center;">Duração máxima de 30 minutos</p>		
1929	Decreto n.º 16:730 de 13 de Abril	<p style="text-align: center;">Elementar Educação Física</p> <p>«<i>Posição fundamental (posição de sentido. Movimentos da cabeça e do pescoço. Movimentos dos membros superiores e inferiores. Movimentos do tronco. Equilíbrios. Saltos. Movimentos complexos (exercícios respiratórios e jogos)</i>»</p> <p style="text-align: center;">Duração máxima de 30 minutos</p>		
1930			Decreto n.º 18:646 de 19 de julho	<p style="text-align: center;">Educação Física 2 aulas semanais do 1.º ao 3.º semestre</p> <p style="text-align: center;">Jogos Educativos 2 aulas semanais nos dois primeiros semestres</p>

A Educação Física no Sistema Educativo Português

ANO	ENSINO PRIMÁRIO		ESCOLA NORMAL PRIMARIA	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1931			Decreto n.º 20:254 de 25 de agosto	Alterava os artigos 9.º, 15.º e seu § único, o artigo 24.º, o corpo do artigo 44.º e os artigos 45.º, 52.º e 85.º do decreto n.º 18:646, de 19 de Julho de 1930. Educação Física 3 lições semanais nos dois primeiros semestres
1932	Decreto n.º 21:110 de 16 de Abril	Regulamento de Educação Física dos Liceus Método Oficial Português	Decreto n.º 21:110 de 16 de Abril	Regulamento de Educação Física dos Liceus Método Oficial Português
1932			Decreto n.º 21:695 de 29 de setembro	Educação Física 3 lições semanais na 1.ª e 2.ª classes
3.ª Fase - «ginástica sueca»				
1936	Decreto-lei n.º 27:279 de 24 de Novembro	Elementar Educação Física (sem referência a conteúdos e horário)		
1937	Decreto n.º 27:603 de 29 de Março	Elementar (sem referência)		
1942			Decreto-lei n.º 32:243 de 5 de Setembro	Educação física 2 unidades lectivas semanais de cinquenta minutos do 1.º ao 3.º semestres
1943	Directivas para o Ensino da Educação Física	Mocidade Portuguesa Lusitos Educação Física 1- A educação física a ministrar nestes Centros será principalmente constituída pelos jogos destinados aos filiados dêsse “Escalão”, escolhidos pelos Instrutores de entre os publicados no “Manual de Jogos da M.P.”. 2- Os centros que possuam Instrutor especializado em Educação Física executarão duas vezes por semana as suas sessões de ginástica, nos moldes das lições-tipo, elaboradas por esta Direcção de Serviços.		
1943			Decreto n.º 32:629 de 16 de Janeiro	Educação física I - Noções sumárias da teoria da educação física. II - Prática da ginástica, jogos e campismo: A) Ginástica e jogos educativos, B) Jogos desportivos, C) Campismo; Instruções; Horário; Agentes físicos naturais; Instalações e material didáctico.

Após a instauração da República, a 29 de março de 1911, era publicada uma Reforma do Ensino dirigida, tanto ao ensino normal primário, como ao ensino primário. Consideramos positiva esta decisão, pois, pela primeira vez, eram coincidentes no tempo reformas para a formação de professores e nos programas escolares. Ainda assim, levantava-se outro problema:

se os programas escolares deviam entrar em vigor no imediato, quem os iria desenvolver, pois, até esse momento, a formação docente não preparara convenientemente os professores. A estes comentários poderíamos acrescentar outros, mais concretos sobre a nossa área de interesse:

1) Para a formação de professores, entre as matérias de ensino do curso geral («commum aos dois sexos»), constava «Educação physica (jogos e gymnastica; generalidades de educação militar», que parece corresponder às necessidades dos escalões: elementar que incluía «gymnastica, jogos educativos e especialmente os nacionaes»; complementar que continuava o estudo dos «jogos, gymnastica, passo e atitudes militares»; e superior que incluía as habituais «Educação physica,..., gymnastica, jogos, natação, remagem» e ainda os «exercícios militares». Neste último caso, refira-se que na formação docente não havia qualquer referência aos conteúdos «natação, remagem» nem tampouco a «exercícios militares».

2) Para a formação de professores, entre as matérias do curso para o sexo masculino, constava «Exercicios militares e de natação», que parece corresponder à necessidade do escalão complementar que incluía «exercícios militares para o sexo masculino». Completando o comentário anterior, parece fazer mais sentido falar de formação docente para «natação» e «exercícios militares», mas a «remagem» continuava ausente.

3) A reforma publicada pelo Decreto de 29 de março de 1911 (já atrás referenciada) não chegou a conhecer qualquer definição de conteúdos para as matérias: «gymnastica, jogos educativos e especialmente os nacionaes» do ensino primário elementar; «jogos, gymnastica, passo e atitudes militares» e «exercícios militares para o sexo masculino» do ensino primário complementar; «Educação physica,..., gymnastica, jogos, natação, remagem» e «exercícios militares» do ensino primário superior.

Cinco meses depois, pelo Decreto de 23 de agosto, era aprovado o Regulamento das escolas normaes, que, relativamente às matérias, mantinha o estabelecido no decreto anterior, mas relativamente ao plano de estudos definia que a «Gymnastica» decorria em 2 aulas semanais do 1.º ao 4.º anos, bem como que «as aulas de educação physica serão separadas para os dois sexos». Paralelamente a estas iniciativas da “direcção do ensino infantil, primário e normal... do Ministério do Interior”, o Ministério da Guerra publicava, em 27 de maio, o «Regulamento para a instrucção militar preparatória», que a considerava dividida em dois graus:

1) 1.º grau, para os mancebos desde os 7 anos até aos que completavam os 17 a 1 de janeiro, cujo ensino compreendia: «educação cívica, gymnastica e canto coral»;

2) 2.º grau, para os mancebos desde os 17 anos, «quando estão já physicamente aptos para os exercicios que mais se aproximam das futuras exigencias e durezas do serviço militar», até à idade do recrutamento e incorporação no exército, cujo ensino compreendia: «exercicios de tactica, tiro ao alvo, equitação, gymnastica ... e noções militares».

Estabelecendo o regime de separação para os mancebos que não frequentassem as escolas e para os alunos das escolas. No primeiro caso, «haverá, em regra, uma lição por semana, que se realizará ao domingo ou no dia de descanso semanal, sendo exceptuados os

dias de festa nacionais e locais», enquanto que no segundo «devem compreender, pelo menos, duas lições por semana, de gymnastica e instrução militar». As circunstâncias políticas pareciam justificar a necessidade destas actividades de carácter militar, provavelmente num espírito republicano de preservação da situação governativa.

Em 1914, ano em que se cumpria o primeiro ciclo formativo, terminando o primeiro curso da reforma de 1911, pela Lei n.º 233, de 7 de julho, era reorganizado o ensino normal primário, mas a «Gimnástica pedagógica» mantinha-se entre as disciplinas do curso prático. No ano seguinte, pelo Decreto n.º 1:980, de 20 de outubro, o curso de formação de professores era reduzido para três anos e, embora se considerassem necessárias modificações «aconselhadas pela experiência, sobretudo na parte que respeita às disciplinas de ...gimnástica...», mantinha-se o horário estabelecido para a «Gymnastica» - 2 aulas semanais do 1.º ao 3.º anos. Cerca de um ano depois, em 10 de fevereiro de 1916, pelo Decreto n.º 2:213, finalmente eram aprovados os programas do ensino normal primário. Estes, para além da «Gimnástica Pedagógica», contemplavam nos programas de «Metodologia», de «Pedagogia Geral e História da Educação» e de «Higiene Geral, Higiene Escolar e Pedologia» conteúdos relacionados com a Educação Física, a saber:

- O programa de «Gimnástica Pedagógica» dividido pelos três anos do curso normal, para o primeiro ano, estabelecia - conteúdos de índole militar «1.º Exercícios de formatura ...» e «4.º Exercícios de formatura ...»; e conteúdos de índole formativa «2.º Exercícios livres ...» e «3.º Exercícios nos aparelhos ...», para além de «5.º Exercícios de natação»; para o segundo ano, estabelecia - o melhoramento do desempenho motor dos alunos pela «Repetição de todos os exercícios feitos no primeiro ano até haver a conveniente destreza», para além duma iniciação a actividades de prática pedagógica com alunos através dos «Exercícios praticos dos alumnos-mestres com os alumnos da escola annexa, e ainda com os do 1.º anno do curso», que se completavam com fundamentação teórica «Theorias diversas sobre a gymnastica - resumo historico ácerca da sua importancia na antiguidade e entre os povos modernos», «Importancia dos exercicios gymnasticos debaixo do ponto de vista moral, pedagogico, hygienico e medico» e «Modificações que devem apresentar esses exercicios segundo o fim que se tem em vista»; e para o terceiro ano estabelecia exclusivamente o melhoramento do desempenho motor «Repetição e pratica dos exercicios aprendidos nos annos antecedentes»;

- Este programa era completado por tópicos abordados nos programas das disciplinas:

- a) de Higiene Geral, Higiene Escolar e Pedologia, que definia conteúdos em três momentos distintos: num primeiro momento, são definidos, nas «Instruções pedagógicas», conteúdos relativos ao «exame físico da criança e à apreciação da higiene habitual dos seus alunos»; depois, na 2.ª classe, em Higiene escolar, são abordadas as «bases fisiológicas da Educação Física»; finalmente, na 3.ª classe, em Pedologia, «noções elementares de antropometria escolar».

- b) de Pedagogia Geral e História da Educação, que definia conteúdos para a 2.ª classe.

- c) de Metodologia, que definia conteúdos para a 1.ª classe.

Passados três meses, em 12 de maio, era publicado o Decreto n.º 2:387, que procurava reunir «todas as disposições legais em vigor sobre a instrução primária». O curso decorria em três anos, compreendendo «1.º Um curso teórico, comum aos dois sexos; 2.º Cursos práticos, alguns especiais para cada sexo», considerava entre as disciplinas dos cursos práticos a de «Gimnástica pedagógica». No mesmo ano, em 5 de dezembro, era publicado o Decreto n.º 2:887, que aprovava a compilação das disposições de lei em vigor sobre instrução primária e normal. No essencial, mantinha o disposto na Lei n.º 233, de 7 de julho de 1914, e entre as disciplinas que constituíam os cursos práticos da Escola Normal constava a «Gimnástica pedagógica».

Passados cerca de dois anos, pelo Decreto n.º 4:780, de 5 de setembro de 1918, a disciplina de «Gimnástica Pedagógica» passava a denominar-se «Educação Física». Como não se conhece mais nenhuma alteração, referimo-nos a conteúdos curriculares, nem qualquer explicação para este facto, a não ser que foram «ouvidos o Conselho Escolar da Escola Normal Primária de Lisboa e a respectiva comissão instaladora», desconhecendo-se o alcance desta medida.

No início do ano de 1919, em 2 de janeiro, era publicado o Decreto n.º 5:078, que aprovava o regulamento das Escolas Primárias Superiores com um programa extensivo aos 5 anos de escolaridade, onde se estabelecia a duração para as lições de «educação física», que deveria ser de três horas, para as classes A e B do 1.º ciclo e 1.ª do 2.º ciclo, e de duas horas, para a 2.ª e 3.ª classes do 2.º ciclo. Este regulamento traduzia uma alteração, mantendo a «Educação physica», sem, no entanto, definir os seus conteúdos, fazia desaparecer a referência a «gymnastica, jogos, natação, remagem» e «exercícios militares». Quatro meses depois, a reorganização do ensino primário e do ensino normal primário era publicada no Decreto n.º 5:787-A, de 10 de maio:

1) Mantinha a divisão em três graus, dos quais, o geral incluía «gimnástica e jogos educativos, especializando os nacionais» e o superior compreendia «Educação física». No entanto, continuava a desconhecer-se a definição de conteúdos para estas matérias.

2) Estabelecia compreender a «Educação física» no curso das escolas normais primárias.

Quatro meses mais tarde, e pelo Decreto n.º 6:137, de 29 de setembro, era publicado o Regulamento do Ensino Primário e Normal, que estabelecia a distribuição por três anos do curso das Escolas Normais Primárias e, entre as disciplinas que o constituíam, compreendia «Educação física», com duas horas semanais de «50 minutos», ao longo dos três anos. Sobre o programa, dado ser omissivo, supomos que se mantivesse em vigor o de 1916.

No mês seguinte, e cinco meses passados sobre a publicação do decreto n.º 5:787-A, para execução do que nele estava estabelecido, era publicado o Regulamento dos cursos de aperfeiçoamento junto das escolas normais primárias (Lisboa, Pôrto e Coimbra - art. 1.º), para professores primários diplomados pelas antigas escolas de ensino normal (Decreto n.º 6:157, de 14 de outubro). Estes seriam professados em semestres, constando, entre as disciplinas da «secção geral, comum e preparatória da secção especial», a «Educação física» - 2 semestres, 2 aulas semanais no 1.º semestre; 3 aulas semanais no 2.º semestre.

Sete meses passados sobre a reorganização do ensino primário, nova alteração aprovava os programas do ensino primário geral, do ensino primário superior, do ensino normal e do exame de admissão às Escolas Normais Primárias. Em 7 de novembro, eram aprovados novos programas para o Ensino Primário Geral, entre os quais se incluía o de «higiene individual, ginástica e jogos educativos, especializando os nacionais», mas apenas relativamente a estas lições era estabelecida a duração, que deveria ser no máximo de vinte minutos para a 1.^a, 2.^a e 3.^a classes, e de trinta minutos para a 4.^a e 5.^a classes.

O programa de «ginástica e jogos educativos» apresentava: (1) algumas considerações genéricas sobre a importância da educação física; (2) a matéria de ginástica, sendo explícita a referência a ginástica sueca, para o que eram apresentados os seus princípios, a classificação dos exercícios, os efeitos gerais da educação física, os efeitos principais e exercícios típicos, a progressão do ensino, gráficos dos esquemas primários, a terminologia ginástica, séries de exercícios com os seus efeitos e culminava com a apresentação de lições típicas para cada classe; (3) considerações sobre os jogos educativos, especializando os nacionais, apresentando alguns dos jogos a utilizar para cada classe (1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a); (4) referia a realização de «excursões higiénicas, que deveriam ter lugar uma vez por semana ou duas por mês».

O programa do Curso Normal compreendia o programa de «Educação Física», que não sofria alterações de fundo, sem ser o desaparecimento do bloco final de «Mensurações e observações». De igual modo, mantinham-se nos programas de outras disciplinas os tópicos com uma clara ligação ao tema em estudo:

a) de Noções de Higiene e Higiene Escolar, que, relativamente ao programa de 1916, ao perder a denominação de «Pedologia», acabava por definir conteúdos apenas em dois momentos. Num primeiro, nas «Instruções pedagógicas», são definidos conteúdos relativos ao «exame físico da criança e à apreciação da higiene habitual dos seus alunos»; depois, na 2.^a classe, em Higiene escolar, são abordadas as «bases fisiológicas da Educação Física» e «noções elementares de antropometria escolar», que, no programa anterior, constavam como pertencendo à 3.^a classe «Pedologia».

b) de Pedagogia Geral e História da Educação, que definia conteúdos para a 2.^a classe.

c) de Metodologia, que definia conteúdos para a 1.^a classe.

1920 é um ano que assinala uma mudança nas concepções de ensino. Em 26 de fevereiro, pela Portaria n.º 2:180, era publicado o *Regulamento Oficial de Educação Física*, que, como afirmámos anteriormente, traduzia uma interpretação do método pedagógico de ginástica sueca. Mas este regulamento, em dois dos seus títulos (Parte III do título II - Bases de ensino e título III - Jogos), apenas apresentava o «programa do ensino de ginástica educativa», onde eram estabelecidos conteúdos respeitantes à instrução primária, sem qualquer referência a programas de formação docente. Passado um ano, em 15 de fevereiro de 1921, pelo Decreto n.º 7:311, eram publicados novos programas do Ensino Primário Geral, que, para a matéria «educação física (para ambos os sexos)», estabelecia que se devia seguir o disposto no

regulamento oficial de educação física, na parte respeitante à instrução primária, compreendendo: (1) para o ensino da 1.^a, 2.^a e 3.^a classes «jogos individuais, livres e metodizados», «jogos colectivos, livres e metodizados» e «lições de ginástica educativa», que deveriam decorrer em lições com o máximo de vinte minutos; (2) para o ensino da 4.^a e 5.^a classes «jogos colectivos de corrida e habilidade» e «lições de ginástica educativa», que deveriam decorrer em lições com o máximo de trinta minutos.

Nesse mesmo ano, passados nove meses, era publicado o Decreto n.º 7:802, de 14 de novembro, que regulava o funcionamento das Escolas Primárias Superiores. O programa da secção geral extensivo aos 3 anos de escolaridade estabelecia 2 horas por semana para a Educação física da 1.^a à 3.^a classes.

Em 4 de junho de 1924, pelo Decreto n.º 9:763, eram aprovadas as bases de reorganização do Ensino Primário Superior, de entre as quais a 6.^a incluía «Educação física - Higiene. Educação física», nas disciplinas a professor nestas escolas, sem fazer qualquer referência a programa, a conteúdos ou horários das sessões.

A revolução política de 28 de maio de 1926, entre outras alterações também motivou uma Reforma do Ensino Primário.

Em 17 de maio de 1927, pelo Decreto n.º 13:619, o Ensino Primário foi reduzido em dois anos, no total da referida escolaridade. Apesar destas alterações: (1) o ensino primário geral, agora denominado de «elementar», contemplava «cultura física», com sessões diárias de 20 minutos de duração máxima; (2) o superior, agora denominado de «complementar», compreendia «educação física e prática de higiene», com sessões diárias de 30 minutos de duração máxima.

Passado exatamente um mês, a 17 de junho, pelo Decreto n.º 13:791, eram promulgadas várias disposições sobre ensino primário infantil, elementar e complementar. O Decreto apresentava uma novidade de vulto no art. 4.º § 2.º, ao estabelecer que os «professores que fizeram a sua preparação em cursos onde não figurava a educação física e o canto, desde que se julguem incapazes de ministrar êste ensino, deverão, a requerimento seu, ser dêle dispensados, enquanto não forem adoptadas providências para suprir tal deficiência». Esta medida mais não fazia que permitir que a educação física permanecesse arredada da formação dos alunos.

Para um retrato da situação da Educação Física naquela época recorremos a Nozes Tavares (1927: 115 e seguintes)²⁰⁴:

«O tempo que os programas lhe dão é irrisório. Acumula-se em ensino intelectual, deixando caminhar o mau desenvolvimento físico dos alunos! Dizem os programas de ensino primário que a Educação Física nas diferentes classes (5), deve ser diário e obrigatório, ... Nunca tal disposição se cumpriu, nem no ensino primário se cumprirá à risca, nunca! E porquê? Por várias razões: desconhecimento por vezes total da parte do professor primário (de então), de assuntos mesmo rudimentares, de Ginástica racional, o excesso de matéria a ensinar, que apesar de serem cinco horas diárias (!), de ensino intelectual a crianças, não chega para se introduzirem as práticas diárias e obrigatórias de ginástica sueca, a que os regulamentos se referem (!); o estacionamento intelectual, da parte do professor primário, sobre assuntos de

²⁰⁴ Nozes Tavares, L.C. (1927). *Cultura Física - Sua Evolução - o Método Sueco de Ling*. Dissertação de Exame de Estado, citado por Nozes Tavares (1957, pp. 16-17).

estudo e observação pedagógica e científica; poucos vencimentos que auferia, e o obrigam a procurar fazer da sua profissão, os proventos para o sustento próprio e dos seus, etc. etc.»

Pelas palavras deste autor, podem-se detetar-se alguns dos problemas que viriam a afetar a conveniente implantação da Educação Física no Ensino Primário. A formação docente dos professores do ensino primário não dava resposta para os desafios da docência, em particular para a leccionação da ginástica sueca.

Como resultado da reforma do Ensino Primário de 17 de maio de 1927, era aprovado novo programa, publicado no Decreto n.º 14:417, de 12 de outubro do mesmo ano, mas, em relação à educação física, aguardava-se a sua publicação «depois de publicados os programas do ensino primário complementar.» Mas, passados cinco meses, em 22 de outubro, era publicado o Decreto n.º 14:463, onde se exaravam os horários das escolas primárias elementares, com as respectivas instruções. Nele, estabelecia-se que «A cultura física, a prática de higiene e as sessões de canto coral serão ministradas fora dos cinco tempos lectivos, podendo aproveitar-se um tempo especial depois dos restantes trabalhos escolares.» Os programas do Ensino Primário Complementar seriam publicados em 16 de janeiro do ano seguinte, pelo Decreto n.º 14:900. Na mesma data, era publicada a Portaria n.º 5:155, que aprovava as instruções a observar para a execução dos programas. No entanto, apesar do estabelecido no Decreto n.º 14:417, quer no presente decreto, quer nas suas instruções, não figurava qualquer programa de «Educação Física».

Ainda em 1928, o Decreto n.º 16:077, de 26 de outubro aprovava os programas do Ensino Primário Elementar para entrarem em vigor no ano letivo de 1928-29. O programa de «educação física», que consistia na ginástica educativa, era completado com instruções pedagógicas, que, na parte que dizia respeito à instrução primária, mantinha as orientações estabelecidas no regulamento oficial de educação física (recordemos que este datava de 1920). Além disso, sem estabelecer qualquer número de sessões semanais, atribuía a «cada lição de ginástica, ..., a duração máxima de trinta minutos.»

Poucos meses passados sobre a entrada em vigor do programa de 1928, era publicado o Decreto n.º 16:730, de 13 de abril de 1929, que pretendia simplificar os programas do ensino primário elementar a partir do ano letivo seguinte. O programa de «educação física» para todas as classes não sofria alterações em relação ao decreto anterior, continuando a estabelecer um plano geral de ensino da ginástica. No decreto, informava-se ainda que, para completa elucidação dos programas, também se publicavam as instruções pedagógicas respetivas. Apenas em 1930 se regista uma alteração, no que respeita à formação de professores, pois, desde 1919, nada havia sido alterado.

Em 19 de julho, com a publicação do Decreto n.º 18:646, eram criadas as Escolas do Magistério Primário, em substituição das escolas normais primárias. O curso do magistério primário elementar, que era reduzido num ano, incluía no plano de estudos das disciplinas ministradas nestas escolas (Art. 8.º): (1) no 2.º grupo de disciplinas da «Educação Física» (com 2 aulas semanais do 1.º ao 3.º semestre); e no 3.º grupo «Jogos Educativos» (com 2 aulas semanais nos dois primeiros semestres). No entanto, após um ano de funcionamento das escolas

do magistério primário, com a publicação do Decreto n.º 20:254, de 25 de agosto, eram alterados artigos (os artigos 9.º, 15.º e seu § único, o artigo 24.º, o corpo do artigo 44.º e os artigos 45.º, 52.º e 55.º) do decreto anterior. O curso do magistério primário elementar mantinha no plano de estudos a disciplina de «Educação Física», reduzindo a sua duração (com 3 aulas semanais nos dois primeiros semestres), mas assistia ao desaparecimento da disciplina de «Jogos Educativos». Queremos referenciar a publicação dum Decreto (n.º 21:110, de 16 de abril), que, apesar de não se destinar ao Ensino Primário, dado que nele se estabeleciam as bases de uma orgânica para a Educação Física nas escolas - o *Regulamento de Educação Física dos Liceus* ou *Método Oficial Português*, marca o início de uma política educativa que vai ao encontro dos princípios perfilhados pelo regime do Estado Novo, cujas motivações subjacentes radicavam na necessidade do disciplinado enquadramento que se prometia à juventude.

Ainda neste ano, transcorrido apenas um ano sobre a alteração anterior, pelo Decreto n.º 21:695, de 29 de setembro de 1932, era novamente reorganizado o ensino de preparação para o magistério primário, cujo curso do magistério primário elementar voltava a ser de três anos e, de entre as disciplinas ministradas nestas escolas, mantinha-se a disciplina de «Educação Física», com 3 lições semanais na 1.ª e 2.ª classes. Sobre o programa a vigorar nada era referido.

Em 1936, oito anos depois da última alteração programática registada, era publicado o Decreto-Lei n.º 27:279, de 24 de novembro, que indicava o currículo do Ensino Primário obrigatório, para que entrasse imediatamente em vigor. Esse currículo, ainda que reduzido ao mínimo, mantinha a «Educação Física», mas não fazia qualquer referência a programa ou conteúdos programáticos. O plano curricular do Ensino Primário Elementar aprovado no ano seguinte, pelo Decreto n.º 27:603, de 29 de março de 1937, na linha de simplificação e redução dos conteúdos, seria reduzido ao mínimo, não fazendo qualquer referência à «Educação Física».

Doze anos após a sua criação, em 5 de setembro de 1942, a publicação do Decreto-lei n.º 32:243, veio regular o funcionamento das Escolas do Magistério Primário. Do seu articulado, ressaltam: (1) a redução da duração do curso para três semestres; (2) a existência de uma disciplina de «Educação física», com 2 unidades letivas semanais (de cinquenta minutos) do 1.º ao 3.º semestres.

Passados apenas quatro meses, em 16 de janeiro de 1943, pelo Decreto n.º 32:629, eram aprovados os programas das Escolas do Magistério Primário. Nestes, estabelecia-se o programa da disciplina de «Educação física», mantendo a linha doutrinária de Ling, expressa em «- II - Prática da ginástica, jogos e campismo: A) Ginástica e jogos educativos» com indicação de «exercícios de ordem, exercícios do pescoço, exercícios do tronco, exercícios dos membros superiores, exercícios dos membros inferiores, exercícios de suspensão e de apoio, exercícios de equilíbrio, exercícios de marcha, exercícios de corrida e exercícios de saltos» e de «Jogos educativos», ampliava os conteúdos de formação a outros domínios «- II - Prática da ginástica, jogos e campismo: B) Jogos desportivos», onde se consideravam «Exercícios preparatórios e jogos: volley-ball e basketball; hand-ball (H)» e ainda «- II - Prática da ginástica, jogos e campismo: C) Campismo».

Para esclarecer as duas derradeiras referências presentes no quadro 2, nesta altura, devemos fazer apelar à Lei n.º 1:941, de 11 de abril de 1936, que remodelava o «Ministério da Instrução Pública», onde era estabelecido que «Será dada à mocidade portuguesa uma organização nacional e pré-militar que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria e a coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa». Com efeito, pelo Decreto n.º 26:611, de 19 de maio desse mesmo ano, era instituída a organização nacional Mocidade Portuguesa, sendo-lhe concedida «um dia útil em cada semana» devendo a atividade física «ministrada pelo professor primário ou regente do posto escolar» consistir «essencialmente em marchas e jogos.»

Como confirmação do pressuposto da atribuição à «Mocidade Portuguesa» da Educação Física nas Escolas Primárias, em 1943, esta organização publicava as *Directivas para o Ensino da Educação Física*, onde eram definidos os conteúdos «a educação física a ministrar nestes Centros será principalmente constituída pelos jogos destinados aos filiados dêsse “Escalão”, escolhidos pelos Instrutores de entre os publicados no “Manual de Jogos da M.P.», bem como a responsabilidade da lecionação «Os centros que possuam Instrutor especializado em Educação Física executarão duas vezes por semana as suas sessões de ginástica, nos moldes das lições-tipo, elaboradas por esta Direcção de Serviços.»

Num retrato final dos acontecimentos ocorridos ao longo deste Período, podemos afirmar:

1) O Período iniciava-se com uma medida promissora, a publicação da Portaria de 21 de outubro de 1905, mas os anos foram passando e não se conhece nenhuma iniciativa legislativa que colmatasse a situação existente.

2) A implantação da República e as medidas legislativas reformistas publicadas traziam uma novidade considerável. Pela primeira vez, eram coincidentes no tempo reformas para a formação de professores e nos programas escolares.

3) No entanto, a partir desta altura as medidas legislativas foram-se sobrepondo sem aparente consonância, senão veja-se:

- meras alterações de circunstância na formação de professores em 1911 (Decreto de 29 de março), em 1914 (Lei n.º 233, de 7 de julho), em 1915 (Decreto n.º 1:980, de 20 de outubro), em 1916 (Decreto n.º 2:887, de 5 de dezembro), em 1918 (Decreto n.º 4:780, de 5 de setembro), em 1919 (Decreto n.º 5:787-A, de 10 de maio; Decreto n.º 6:137, de 29 de setembro; Decreto n.º 6:157, de 14 de outubro), em 1930 (Decreto n.º 18:646, de 19 de julho), em 1931 (Decreto n.º 20:254, de 25 de agosto) e em 1943 (Decreto-lei n.º 32:243, de 5 de setembro);

- alterações programáticas na formação de professores em 1916 (Decreto n.º 2:213, de 10 de fevereiro), em 1919 (Decreto n.º 6:203, de 7 de novembro) e em 1943 (Decreto n.º 32:629, de 16 de janeiro);

- meras alterações de circunstância na organização do Ensino Primário em 1911 (Decreto de 29 de março), em 1916 (Decreto n.º 2:387, de 12 de maio; Decreto n.º 2:887,

de 5 de dezembro), em 1919 (Decreto n.º 5:078, de 2 de janeiro; Decreto n.º 5:787-A, de 10 de maio), em 1937 (Decreto n.º 27:603, de 29 de março);

- alterações nos programas escolares em 1919 (Decreto n.º 6:203, de 7 de novembro), em 1920 (Portaria n.º 2:180, de 26 de fevereiro), em 1928 (Decreto n.º 16:077, de 26 de outubro), em 1929 (Decreto n.º 16:730, de 13 de abril), em 1936 (Decreto-lei n.º 27:279, de 24 de novembro), em 1943 (Directivas para o Ensino da Educação Física) e em 1948 (Directivas para o Ensino da Educação Física).

Mas clarifiquemos o que afirmámos ao falar em “falta de consonância”:

i) Se eram aprovados novos programas de formação de professores, os programas escolares mantinham-se em vigor;

ii) Se eram alterados os programas escolares, os seus reflexos na formação de professores tardavam em ser implementados.

Desta forma, é difícil entender como se podiam implementar reformas se os impactos recíprocos “formação docente - programas escolares” estavam desfasados no tempo: constata-se que as alterações nos programas de formação docente surgem sempre com atraso em relação às dos programas escolares.

4.7. PERÍODO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVA (de 1953 a 1974)

A designação deste ciclo resulta da alteração efetiva dos planos curriculares, que trouxe uma mudança significativa com a abertura a outros meios/conteúdos da Educação Física (Desporto, Dança etc). O início deste processo de abertura corresponde a um período de grande dinamismo com a afirmação do Desporto, constatável na própria criação do Fundo de Fomento do Desporto. Inicia-se com a publicação da *Lei sobre a reorganização da educação física nacional* e viria a terminar em 1974, com as consequências resultantes do golpe militar de 25 de abril. Surgido em 1945, o pós-modernismo só a partir dos anos 60 tem uma época de grandes mudanças resultantes das descobertas tecnológicas, sociais, artísticas, científicas e arquitetónicas. Caraterizado pela disseminação dos meios de comunicação e da informática, para além do universo digital e do apelo consumista, é um processo que cultiva a individualização, a libertação dos medos e preconceitos, além da liberdade de expressão, da tecnologia e da facilidade de comunicação. Podem-se ainda apontar como principais caraterísticas deste período, que ainda se vive na atualidade, com a grande troca de bens materiais - informação e serviços - além da imposição da mentalidade relativista, intimamente ligada à globalização e o consumismo, utilizando-se dos meios de comunicação e da indústria da cultura, pretendendo inserir todas as culturas num mecanismo único. O pós-modernismo é uma corrente caraterizada pelo seu questionamento crítico e frequente rejeição do racionalismo etnocêntrico (Cooper & Burrell, 2006, p. 2)²⁰⁵.

4.7.1. Relações com Acontecimentos da História Portuguesa e com Tendências Internacionais de Desenvolvimento da Educação Física

Das seis orientações fundamentais que Dufour (1981, 1992) identifica a partir do séc. XX, surgem com maior incidência neste período: a tendência psicomotora, a tendência pedagógica, a tendência desportiva e a tendência saúde integral. Estas são as tendências mais importantes. Desenvolveram-se a partir da década de sessenta e prolongaram-se para além dela, como vamos observar. De imediato, apresentamos também organismos internacionais em contexto evolutivo.

4.7.1.1. A tendência psicomotora

Trata-se de uma corrente identificada pelas designações de psicomotricidade, sociomotricidade, psicocinética, termos que têm que ver com a mesma área, mas que representam diferentes interpretações: uma mais ligada com a linha pedagógica, iniciada com Thomas Arnold e Amorós; outra mais ligada à saúde e à medicina, na sequência de Ling,

²⁰⁵ Cooper, R. & Burrell, G. (2006). Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. *Revista de Administração de Empresas*, 46 (1): 1-16.

representada por Lapièrre; outra que rompe com a linha desportiva, ao afirmar-se psicocinética (representada por Le Boulch), com grande influência em Portugal a partir dos anos 60; outra ainda que pretende relacionar o fator desportivo aos fatores psicomotores, aparece identificada como sociomotricidade e associada particularmente com o desporto educativo.

Segundo Sánchez Bañuelos (1986, p. 13), inspirado por trabalhos de neuro-fisiologia do movimento de autores do âmbito francófono, como Hécaen & Ajurriaguerra (1969)²⁰⁶, surge um movimento denominado psicomotor, de que derivaram várias «escolas» e do qual se pode considerar prototípico a psicocinética de Le Boulch (1972)²⁰⁷. Pouco antes, Picq & Vayer (1968)²⁰⁸ haviam introduzido a versão «psicopedagógica», para, pouco depois, Parlebas (1976)²⁰⁹ introduzir o conceito «sociomotricidade» e, posteriormente, autores, como Lapierre & Aucouturier (1977)²¹⁰, introduzirem o conceito de «psicomotricidade relacional». Mas, autores anglo-saxónicos que trataram este tema, como Cratty (1970)²¹¹, utilizam o termo «movement education», talvez por a extrapolações neurofisiológicas preferirem os resultados da investigação em aprendizagem e desenvolvimento motor.

Clark & Whittall (1989, p. 190), numa síntese histórica do Desenvolvimento Motor, afirmam que muitos investigadores, estimulados pelas especulações dos psicólogos de que as crianças com problemas de aprendizagem teriam atrasos no desenvolvimento perceptivo-motor, viraram a sua atenção para a investigação da validade destes pressupostos. Muitas destas investigações não conseguiram estabelecer relações entre o desenvolvimento motor e o pensamento, mas proporcionaram outra visão do Desenvolvimento Motor, realçando as interações perceptivas e cognitivas com o movimento. De entre os autores representativos desta tendência, Ruiz Perez (1987) referencia nomes, como os de Kephart (1960), Barsch (1965), Getman (1965), Cratty (1967), Le Boulch (1967), Ungerer (1967) e Frostig (1970)²¹².

Segundo Neto (1992, p. 6):

«pode assinalar-se o aparecimento no fim dos anos 70 e princípios da década de 80, de tendências internacionais particularmente em universidades dos EUA, Canadá e Países Anglo-Saxónicos, na

²⁰⁶ Hécaen, H. & Ajurriaguerra, J. (1969). *Left handedness, manual superiority and cerebral dominance*. New York, Ed. Eric Ponder, Gruene and Statton.

²⁰⁷ Le Boulch, J. (1972). *L'Éducation par le mouvement*. Paris, Éditions E.S.F.

²⁰⁸ Picq & Vayer, R. (1968). *Education Psychomotrice et Arrière-formation Mentale*. Doin.

²⁰⁹ Parlebas, P. (1976). *Activités Physiques et Éducation Motrice*. Paris, Éditions Revue d'Éducation Physique et Sport.

²¹⁰ Lapierre, A. & Aucouturier, B. (1977). *Los matices*. Barcelona, Científico-Médica.

²¹¹ Cratty, B.J. (1970). *Perceptual and motor development in infants and children*. Los Angeles, MacMillan.

²¹² Kephart, N. (1960). *The Slow Learner in the Classroom*. Ohio, Charles Merrill Books.

Barsch, R. (1965). A movigenic curriculum. *Bulletin 25*, State Department of Public Instruction. Wisconsin.

Cratty, B.J. (1967a). *Development sequences of Perceptual-motor tasks*. New York, Educational Activities.

Cratty, B. (1967b). *Movement behavior and motor learning*. Philadelphia, Lea & Febiger, 2nd ed.

Getman, G. (1965). *The visuomotor complex in the acquisition of learning skill*. In: Hellmuth, T. (comp.).

Learning Disorders. Vol. 1. Seattle.

Le Boulch, J. (1967). La Psychomotricité par la Psychocinétique. In: *Psychomotricité, Stage de Perfectionnement de Genève*. Genève, Medicine et Hygiene.

Ungerer, D. (1967). *Leistungs- und Belastungsfähigkeit im Kindes- und Jugendalter*. Schriftreihe zur Praxis der Leibeserziehung und des Sports, Band 15, Schorndorf bei Stuttgart.

Frostig, M. (1970). *Movement Education - Theory and Practice*. Chicago, Follet Educational Co.

emancipação do comportamento motor como disciplina emergente, delimitados os campos do **Desenvolvimento Motor**, Aprendizagem Motora, Controlo e performance. Esta mesma perspectiva pode ser visualizada na produção científica através de revistas e manuais da especialidade, nos currículos dos cursos pré e pós-graduados de diferentes universidades de Educação Física, e em especial, nas orientações delimitadas pela “Aliança Americana de Educação Física, Recreação e Desporto” (NASPE Motor Development Academy) quanto à importância do desenvolvimento motor».

O mesmo autor, mas noutra escrito (1985) afirmava dever entender-se por **Desenvolvimento Motor**:

«o aspecto do Comportamento Motor e do Controlo Motor que está directamente ou primariamente relacionado com o estudo das mudanças ou transformações na performance motora durante os diferentes momentos da evolução da vida do indivíduo. Sendo o desenvolvimento motor um processo, o estudo destes factores congregam habitualmente um vasto leque de variáveis que vão desde a constatação das características do crescimento físico até aos skills motores fundamentais, parâmetros da condição física, skills motores finos ou perceptivos, valores e atributos do auto-conceito (self-concept), níveis de participação social (evolução lúdica), e formas de manifestação expressiva da motricidade».

Zvi Fuchs & Zaichkowsky (1986) referem investigadores que, entretanto, se dedicaram a esta área e que ajudaram a moderar algumas afirmações em relação ao desenvolvimento perceptivo-motor, mas contribuíram principalmente no desenvolvimento de instrumentos de diagnóstico e na estruturação de bons programas clínicos. Tal é confirmado por Bracht (1989, p. 16), para quem a Psicomotricidade:

«Baseada na interdependência do desenvolvimento cognitivo e motor, critica o dualismo predominante na Educação Física, e propõe-se, a partir de jogos de movimentos e exercitações contribuir para a Educação Integral». Ao que acrescenta para caracterizar este movimento «Com a Psicomotricidade temos um deslocamento da polarização da Educação do Movimento para a Educação pelo Movimento, ficando a primeira nitidamente em segundo plano (...) A motricidade ou movimento corporal ... não é um saber a ser transmitido e sim meio, instrumento».

Clark & Whitall (op. cit., p. 192) dão ainda saliência a uma área de investigação, a da percepção, que, continuando investigações iniciadas nos anos 60, se desenvolveu nos anos 70, analisando o desenvolvimento perceptivo-motor com crianças com dificuldades de aprendizagem. Nesta década, a ênfase foi colocada nas mudanças de desenvolvimento nas capacidades sensório-perceptivas que podem acompanhar as mudanças nas habilidades motoras (Connolly & Jones, 1970; Ridenour, 1974; Williams & DeOreo, 1980)²¹³.

4.7.1.2. A tendência pedagógica

A tendência denominada «pedagógica» procurou justificar as atividades físicas pela análise do seu valor intrínseco. Segundo Dufour (1981, 1992), foi particularmente o objetivo de numerosos filósofos e pedagogos alemães, como Otto Hanebuth (1956), Hajo Bennett (1959, 1960), Ludwig Mester (1963, 1965), Ommo Gruppe (1967, 1969)²¹⁴, ou holandeses, como

²¹³ Connolly & Jones, 1970; Ridenour, 1974; Williams & DeOreo, 1980, citados por Clark & Whitall (op. cit.: 192).

Connolly, K.J. & Jones, B. (1970). A developmental study of afferent-reafferent integration. *British Journal of Psychology*, 61: 259-266.

Ridenour, M.V. (1974). Influence of object size, speed, and direction on the perception of moving objects. *Research Quarterly*, 45: 293-301.

Williams, H.D. & DeOreo, K. (1980). Perceptual-motor development: A theoretical overview. In: C.B. Corbin (Ed.). *A textbook of motor development*. Dubuque, IA; Wm. C. Brown, 2nd ed.: 136-147.

²¹⁴ Hanebuth, O. (1956). *Grundschulung zur sportlichen Leistung*. Frankfurt. 2. Aufl.

Bennett, H. (1959). *Über den elementaren Sinn der Leibesübung*. In: *Leibesübungen* 10.

Groenman, Gordijn ou Rijdsdorp, que dão sempre primazia à forma de ensinar, à motivação da criança, para deixar em segundo plano o que é realmente ensinado. Este método enquadra-se nas motivações profundas de quatro atividades humanas: a espontaneidade e o prazer do jogo; a formação voluntária de grupos, para os jogos desportivos básicos; a competição, característica do desporto; e, finalmente, a criatividade que se manifesta em diferentes formas de dança e de ginástica.

4.7.1.3. A tendência desportiva

Outra corrente muito importante está associada ao fenómeno desportivo, que foi ganhando destaque na sociedade, facilitando a introdução do Desporto nas aulas de Educação Física. Para Bracht (1989, p. 14), «Mais uma vez a Educação Física assume os códigos de uma outra instituição, e de tal forma que temos então, não o desporto da escola e sim o desporto na escola, o que indica a subordinação da Educação Física aos códigos/sentido da instituição desportiva. O desporto na escola é um braço prolongado da própria instituição desportiva».

Segundo Dufour (1981, 1992), esta tendência, em vez de se limitar a uma educação polivalente de base ou de uma «gramática do movimento», traduz-se na perspetiva de detetar o mais cedo possível os pontos fortes da criança, de a orientar para a prática de uma atividade desportiva onde possa brilhar e de, em seguida, empurrá-la para a competição. De acordo com os seus pressupostos, o ensino é codificado, quantificado e delimitado no sentido de levar o praticante a concretizar valores físicos e morais de exibições e de obtenção de recordes desportivos. Praticamente todos os países de Leste, os Estados Unidos e, em geral, todos os novos países substituíram o termo «Educação Física» pelo de «Ensino do Desporto». Mais que noutros países, a Ciência do Desporto desenvolveu-se nos de regime marxista, onde o Homem tinha o dever de concretizar o seu valor físico e moral pelas prestações e recordes.

4.7.1.4. A tendência saúde integral

Finalmente, segundo Sánchez Bañuelos (1986, p. 14), ao longo de todo este século, dentro do âmbito desportivo, surgiu um movimento sob o lema «a saúde integral por meio do exercício físico», movimento que agrupa uma série de práticas que têm vindo a ganhar força e constituem um fenómeno de enorme impacto social. Os «jogging», «aerobics», etc..., com a sequela de manifestações em torno às provas de resistência física, como, as corridas e maratonas populares, e inclusive as de ultra-resistência, como, o “triatló” e outras.

Bernett, H. (1960). *Die pädagogische Neugestaltung der bürgerlichen Leibesübungen durch die Philanthropen*. Schorndorf.

Mester, L. (1963). Aktuelle Fragen im Spannungsfeld der Didaktik. In: *Die Leibeserziehung* 12.

Mester, L. (1965). *Planvolle Leibeserziehung im Kindesalter*. Gießen. 7. Aufl.

Gruppe, O. (1967). *Leibliche Erziehung in Einer gewandelten Schule*. Ratingen.

Gruppe, O. (1969). *Grundlagen der Sportpädagogik*. München.

4.7.1.5. Organismos Internacionais

Em 1953, no Congresso Mundial realizado de 2 a 9 de agosto em Istambul (Turquia), a Federação Internacional de Ginástica Ling transformou-se na Federation Internationale d'Éducation Physique (F.I.E.P.), de que foi eleito presidente o Major J.G. Thulin (Suécia). Entretanto, na assembleia geral, realizada em 4 e 5 de julho de 1958 em Bruxelas, face ao pedido de substituição solicitado por Thulin foi eleito presidente o Ten.-Coronel Dr. António Leal de Oliveira (Portugal).

De 7 a 9 de outubro de 1968 realizou-se no México a Conferência Internacional sobre o Desporto e a Educação, organizado pelo Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (CIEPS) e pela UNESCO, onde foi aprovado o *Manifesto Mundial sobre o Desporto*.

Durante a Assembleia Geral de Estrasburgo (França), em julho de 1969, a Federação Internacional de Educação Física (F.I.E.P.), então presidida pelo Dr. Leal d'Oliveira decidiu o estudo e a publicação de um *Manifesto Mundial de Educação Física*. A partir de numerosas anotações e sugestões recebidas, uma assembleia da F.I.E.P., realizada em Lisboa em agosto de 1970 (agrupando representantes de 23 países), dedicou 3 dias à discussão do Manifesto. Uma comissão internacional de redação dispôs, em seguida, de 6 meses para elaborar o texto definitivo. O que aconteceria em 1971.

4.7.2. Panorama Nacional da Educação Física

Se a aceitação do método sueco fora um facto até aos anos 60, segundo Paula Brito (1983, p. 28), «L'influence suédoise avait été presque définitivement écartée vers la fin des années 60, mais elle n'était pas remplacée par une méthodologie cohérente, malgré l'effort de beaucoup de professionnels et d'institutions»²¹⁵. A partir deste momento, fortemente influenciadas pelas Ciências que se dedicam ao estudo do desenvolvimento psicológico da criança, despontam duas linhas concetuais, referentes a conceções educativas, tipos de fundamentação e formas de atividade: a primeira, numa fase inicial, uma conceção pedagógica baseada na «Escola Activa»²¹⁶, veio valorizar o comportamento espontâneo da criança e o significado do jogo no processo de crescimento e desenvolvimento motor. O ensino passou a basear-se em jogos educativos, das estruturas simples às mais complexas; a segunda evoluiu da anterior para a necessidade de definir um conjunto de práticas segundo referências sócio-culturais. É o momento em que ganha relevo a introdução de formas de atividade «tipo miniatura» das práticas efetuadas nos jogos dos adultos - as atividades desportivas minis²¹⁷.

²¹⁵ «A influência sueca tinha sido quase definitivamente eliminada no final da década de 60, mas não foi substituída por uma metodologia coerente, apesar dos esforços de muitos profissionais e instituições». Tradução livre do autor.

²¹⁶ Segundo Marques Pereira (1951: 723), após a guerra de 1914-18, a Áustria foi o país que mais acarinhou o movimento de renovação pedagógica da chamada *Escola Ativa* ou *Escola Nova*, sendo *Gaulhofer* e *Streicher* os elementos que melhor e com maior equilíbrio e eficiência os adotaram no âmbito da Educação Física.

²¹⁷ Foi a altura dos Mini desportos coletivos: o Miniandebol, o Minibasquete, o Minifutebol e o Minivólei.

Durante o espaço de tempo correspondente ao ciclo da Educação Física e Desportiva, podemos distinguir três tipos de iniciativas que induziram o desenvolvimento da Educação Física:

1. a publicação de obras sobre diferentes perspectivas da temática;
2. as iniciativas de escolas de formação, caso do Instituto Nacional de Educação Física;
3. as iniciativas de organismos de intervenção estatal, casos do Fundo de Fomento de Desporto, Corporação da Educação Física e Desportos e O.N. Mocidade Portuguesa.

4.7.2.1. Obras publicadas

A obra mais significativa deste período é da autoria de Celestino Marques Pereira, tendo sido publicados em 1962 quatro fascículos do *Tratado de Educação Física - Ciência da Educação Física*. Volume 2». Cabe-nos referenciar igualmente a publicação de dois periódicos:

- a Revista *Educação Física. Desportos. Saúde Escolar*, cujos serviços de redação foram instalados no I.N.E.F., e que resultou da fusão do *Boletim da Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar* com o *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física*, tendo iniciado publicação em 1964;

- o boletim *Bibliografia. Documentação. Informação*, cuja publicação se iniciou com a instalação no I.N.E.F. do Centro de Documentação e de Informação de Educação Física, do Fundo de Fomento do Desporto. Este centro foi ainda responsável pela publicação de livros consagrados a temas vários de Educação Física.

4.7.2.2. Iniciativas de escolas de formação

Relativamente às iniciativas desenvolvidas neste período pelas Escolas de Formação, consideremo-las segundo a instituição a que respeitam: I.N.E.F. e Escolas de Instrutores de Educação Física. Nas iniciativas do I.N.E.F., são de destacar dois tipos: as relativas aos ajustamentos curriculares e as relativas a organizações várias: congressos, cursos etc. No que se refere aos ajustamentos curriculares, registamos as tentativas de transformação do método oficial, prevalecente no período anterior, pela introdução nos programas das novas tendências rítmicas, desportivas e psicomotoras. Relativamente à realização de eventos, apontamos: o *I Curso Internacional de Férias* (4 a 13 de agosto de 1960), o *I Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física* (15 a 20 de agosto de 1960), a *Assembleia Geral Constitutiva da A.I.E.S.E.P.* (1 a 3 de agosto de 1962), o *II Curso Internacional de Férias* (6 a 15 de agosto de 1962), um *Colóquio sobre instalações gimnodesportivas* (1963), o *I Curso de Informação de Educação Física para professores do Ensino Primário* (ano letivo de 1963/64), o *II Curso de Actualização de Educação Física das Escolas do Magistério Primário* (16 a 18 de março de 1967), a *Semana Nacional da Educação Física* (15 a 21 de maio de 1967), o *IV Curso Internacional de Educação Física* (20 a 30 de julho de 1967), um *Seminário Internacional de Educação Física* (10 a 16 de agosto de 1970), o *1.º Encontro Nacional do Desporto para a Infância* (23 e 24 de setembro de 1972) e um *Seminário Internacional da A.I.E.S.E.P.* (18 a 22 de dezembro de 1972).

As Escolas de Instrutores de Educação Física, possibilidade estabelecida pelo decreto da criação do I.N.E.F., seria concretizada vinte anos depois. A sua institucionalização seria uma forma de resolver «necessidades de mão-de-obra barata e obtida em tempo mais curto» e, posteriormente, de acordo com a filosofia que implementava o Plano de Fomento do Desporto «acompanhava a tentativa de concretizar os planos de fomento gimnodesportivo» (Crespo, 1976, p. 32).

Aprovado o Regulamento do Curso de Instrutores de Educação Física, em 26 de novembro de 1960, seria revogado e substituído por novo, de 4 de setembro de 1964 e, novamente, em 6 de fevereiro de 1971, era revogado e aprovado novo Regulamento. Relativamente ao funcionamento das escolas, cumpre-nos informar:

1. no ano académico de 1960-61, iniciar-se-ia este curso na Escola de Educação Física de Lisboa;
2. no ano académico de 1965-66, iniciava a sua atividade a Escola de Educação Física do Porto;
3. decorridos nove anos da institucionalização dos cursos de instrutores, em 11 de setembro de 1969, eram criadas as Escolas de Instrutores de Educação Física de Lisboa e do Porto;
4. no ano académico de 1969-70, iniciava a sua atividade a Escola de Instrutores de Educação Física de Coimbra. Este curso, funcionando nas instalações da Escola do Magistério Primário da referida cidade, teria uma existência fugaz.

4.7.2.3. Iniciativas de organismos de intervenção estatal

Fundo de Fomento do Desporto

O despacho que, em 11 de novembro de 1963, o Ministro da Educação Nacional lançou sobre a proposta do I Plano de Fomento para o Desporto Universitário (1963-1967) determinou o estabelecimento de «um plano mais geral de fomento do desporto» de carácter pluri-anual, o qual deveria constituir uma primeira tentativa de aplicação programada das verbas das «Apostas Mútuas Desportivas - Totobola»²¹⁸ atribuídas ao Ministério da Educação Nacional. Também foi decidido a elaboração de um Plano de Fomento Gimnodesportivo, cobrindo o período de 1966-1970, cujos estudos preparatórios, que tiveram início ainda em 1964, foram confiados ao grupo central de planeamento, criado em 1963, na Direção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (Ministério da Educação Nacional, 1965, p. 9).

Corporação da Educação Física e Desportos

Da mesma forma, em 23 de setembro de 1966, pelo Decreto n.º 47215, era instituída a Corporação da Educação Física e Desportos, da qual faziam parte as federações nacionais, que tinham por objeto atividades gimno-desportivas (art. 3.º) e que constituía «a organização unitária das actividades gimno-desportivas de natureza privada e representa os interesses das mesmas actividades, com vista ao desenvolvimento da cultura física nacional» (art. 1.º ponto 2). No art. 4.º, eram definidas as atribuições da Corporação:

²¹⁸ Os concursos de prognósticos e apostas mútuas sobre resultados de competições desportivas foram instituídos pelo Decreto-Lei n.º 43 777, de 3 de julho de 1961.

- «a) Representar e defender, nomeadamente na Câmara Corporativa e junto do Governo e dos órgãos da Administração, os interesses comuns das respectivas actividades;
- b) Contribuir para o desenvolvimento da cultura física, estimulando o espírito desportivo, promovendo a expansão e aperfeiçoamento da ginástica e dos desportos, patrocinando a difusão de novas modalidades, favorecendo a cooperação entre os que se dedicam às actividades gimno-desportivas e colaborando com o Governo na realização dos mesmos fins;
- c) Coordenar a acção dos organismos incorporados;
- d) Propor ao Governo normas de observância geral sobre quaisquer assuntos de interesse para a Corporação;
- e) Dar parecer à Câmara Corporativa ou ao Governo sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos;
- f) Prestar colaboração aos organismos competentes na realização de festivais, congressos, colóquios ou reuniões pertinentes às actividades integradas, quando lhe for solicitado;
- g) Tentar a conciliação nas controvérsias entre os organismos incorporados, quando também lhe for solicitado;
- h) Conhecer, nos casos e termos a definir no respectivo regimento, dos recursos interpostos de decisões disciplinares dos organismos incorporados.»

Mocidade Portuguesa

Muito tempo passado sobre a criação da Mocidade Portuguesa, «decorridos, pois, mais de 30 anos sobre a sua instituição (...) tudo aconselha se proceda à sua actualização», para «a adaptar melhor às circunstâncias dos tempos presentes e lhe permitir, assim rejuvenescida, servir cada vez melhor o alto ideal da formação da juventude, à luz dos imperecíveis princípios e valores da civilização cristã, que sempre têm presidido, e continuarão a presidir, aos destinos de Portugal», o que viria a acontecer com a publicação do Decreto-Lei n.º 47 311, de 12 de novembro de 1966.

4.7.3. Situação Socioeducativa

Enquadrada por factos e acontecimentos da história portuguesa, pretende-se retratar a situação educativa a partir das alterações organizacionais de serviços dependentes do Ministério da Educação Nacional diretamente relacionados com Educação Física e finalmente das sucessivas reformas do Ensino Primário e das consequentes reestruturações curriculares com os respetivos programas, bem como das alterações na formação de Professores do Ensino Primário.

Os economistas defendiam que o país tinha de se abrir à Europa, o que veio a acontecer em 1959 com a adesão à E.F.T.A. (European Free Trade Association) (Filomena Mónica, 1996, p. 29). Para a redução do intervencionismo económico, opção ideológica do regime do Estado Novo, contribuiu decisivamente a influência das organizações económicas internacionais em que Portugal se integrou (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e GATT). Mas foi a participação na E.F.T.A., a partir de 1960, que trouxe a contribuição mais decisiva para a maior liberalização da política económica, que incidiu sobretudo na política do comércio externo (Silva Lopes, 1996, p. 12).

Pouco depois de um oficial afeto ao regime, o capitão Henrique Galvão, ter assaltado um navio de passageiros, o Santa Maria, para chamar a atenção da imprensa internacional sobre a ditadura em Portugal, em fevereiro de 1961, rebentava uma revolta em Angola. No Brasil, o general Humberto Delgado, outro oficial ligado ao regime, apoiava a convocação do Conselho de Segurança da ONU para discutir a situação em Angola, ao mesmo tempo que defendia a

autodeterminação dos povos das colónias e a integração de Goa na União Indiana. Em março, chefiada pelo ministro da Defesa, o general Júlio Botelho Moniz, tinha lugar uma tentativa de golpe de Estado visando liberalizar o regime e encarar uma solução política relativamente aos movimentos independentistas surgidos nos territórios africanos. O ministro foi imediatamente demitido pelo presidente do Conselho, bem como os oficiais que com ele tinham conspirado. Assumindo a pasta da Defesa, Salazar lançou a palavra de ordem: «Para Angola, rapidamente e em força.» Começava uma guerra que se arrastaria durante treze anos. No final do ano, perante uma imprensa totalmente disciplinada, a União Indiana ocupava, sem resistência Goa, Damão e Diu (Filomena Mónica, 1996, pp. 13-14).

Em 1962, uma onda de contestação estudantil abalou o governo. No meio da inabilidade oficial, o «Dia do Estudante» foi proibido, o que levou a uma greve geral e à demissão do reitor da Universidade de Lisboa, Marcello Caetano. A repressão policial abateu-se sobre professores e estudantes. Durante um tempo, o governo preocupou-se, mas as coisas acabaram por reentrar na ordem (Filomena Mónica, 1996, p. 30).

Em 1968 a Europa agitava-se com o maio parisiense e a “Primavera de Praga”. Ainda em 1968, os ecos do Maio parisiense chegaram a Lisboa, ao mesmo tempo que o livro vermelho de Mao e o Revolution dos Beatles (Filomena Mónica, 1996, p. 30). No entanto, nesse Verão a vida política portuguesa continuava centralizada em Salazar, que com 79 anos feitos, parecia começar a dar sinais de cansaço, lassidão e até de desinteresse. Um pequeno acidente, aparentemente sem interesse, veio contribuir para a agonia do regime, que entraria numa nova fase. Em 3 de agosto, no Forte do Estoril, Salazar caiu da cadeira de lona onde descansava, mas os efeitos imediatos do acidente pareciam não ir além de uma dor de cabeça, que não justificaria a chamada do seu médico assistente. Aparentemente recomposto, Salazar decidiu avançar com uma remodelação. Os ministros cessantes foram “despedidos” com uma simples carta. A remodelação profunda foi tornada pública a 17 de agosto com a saída de 7 dos 15 ministros²¹⁹. O novo Governo tomou posse a 19 de agosto, mas este plenário ministerial reuniu-se pela primeira e última vez em 3 de setembro. Com efeito, a 6 de setembro, Salazar entrava para o hospital da Cruz Vermelha, onde foi submetido à primeira de duas intervenções ao cérebro. Apesar de reagir bem à operação, a vida política de Salazar estava a chegar ao fim, abrindo-se a disputa pela herança do salazarismo sem o próprio. A 16 de setembro, Salazar desmaiava e caía em estado de coma profundo. Consciente da situação, o Presidente da República - Américo Thomaz - reunia-se nessa noite com dois dos ministros mais proeminentes: Motta Veiga e Gomes de Araújo. Thomaz convidou Motta Veiga para chefiar interinamente o Governo, situação que este recusou, então virou-se para Gomes de Araújo, que também declinou o convite e argumentou dever o sucessor ser um civil. Thomaz decidiu convocar, com

²¹⁹ Na Educação, Inocêncio Galvão Teles era rendido por José Hermano Saraiva. No Exército, o coronel Joaquim da Luz Cunha, que entrara em rota de colisão com o titular da Defesa, Gomes de Araújo, era substituído pelo brigadeiro Bettencourt Rodrigues. Na Marinha saía Quintanilha de Mendonça Dias e era nomeado o comodoro Pereira Crespo. No Interior saía Santos Júnior e entrava Gonçalves Rapazote. Na Saúde saía Neto de Carvalho e era nomeado Joaquim Jesus dos Santos, advogado e deputado por Angola. Nas Comunicações, Carlos Ribeiro cedia o lugar a Couto Moniz, um engenheiro do Ministério das Obras Públicas que tivera um excelente desempenho na construção da Ponte sobre o Tejo.

caráter de urgência, o Conselho de Estado, para escolher, sem comunicar a Salazar, o sucessor. No dia 17, no Palácio de Belém, reúnem os convocados e, depois de ouvidos, o Presidente da República anunciava uma série de audiências privadas e individuais com personalidades tidas como “qualificadas”. Nos quatro dias seguintes, passavam pelo Palácio de Belém as mais destacadas figuras do regime, uns chamados pelo Presidente e outros que se queriam fazer ouvir. A 24, Thomaz chamava Marcello Caetano a Belém e convidava-o para formar Governo, tendo este aceite o convite e iniciado as diligências para a sua constituição. A 26, falando em direto através da rádio e da televisão, o Presidente anunciava a exoneração de Salazar e a sua substituição pelo doutor Marcello José das Neves Alves Caetano. No dia seguinte, este foi empossado no cargo. O Governo, entretanto, constituído integrava praticamente as mesmas pessoas²²⁰. Como facto positivo, deve assinalar-se a nomeação de Veiga Simão para a pasta da Educação em 27 de setembro de 1969. Entretanto Salazar falece no ano seguinte. Marcello Caetano beneficiou durante três anos de um clima favorável, entusiasmo facilitado pelos resultados da economia que, todavia, entra em colapso em 1973 com o agravamento dos preços do petróleo. O golpe militar, ocorrido em 25 de abril de 1974, viria pôr termo ao regime ditatorial implantado em 1926.

Ministério

Iniciado este período em 1953, mantinham-se as questões do ensino ligadas ao Ministério da Educação Nacional, mas em 1971 com a publicação do Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de setembro, era promulgada a Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional, que procedia a uma reforma global das suas estruturas e serviços.

Serviços do Ministério relacionados com a Educação Nacional, com o Ensino Primário ou com a Educação Física

A Educação Nacional

Em 1971 era aprovada a Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional, promulgada no Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de setembro, que entre os órgãos de conceção, coordenação e apoio contemplava a «Junta Nacional da Educação» a que no art. 5.º se atribuía:

«A Junta Nacional da Educação é o órgão consultivo superior do Ministério, incumbindo-lhe emitir pareceres sobre os assuntos que lhe forem submetidos por lei ou por determinação do Ministro, e bem assim formular por sua iniciativa propostas ou sugestões sobre quaisquer assuntos relativos à educação nacional. A Junta será organizada por secções e subsecções, de forma a assegurar adequada representatividade na apreciação das diversas matérias sobre que tenha de se pronunciar.»

²²⁰ O Ministro de Estado-Adjunto da Presidência do Conselho, Motta Veiga, cujas relações com Marcello Caetano eram problemáticas, foi substituído por Alfredo Vaz Pinto. Na Defesa, Gomes de Araújo, dada a sua idade (a caminho dos 70 anos) mas mais por incompatibilidades com Thomaz, foi substituído por Sá Viana Rebelo, general do Exército que desempenhava o cargo de governador-geral de Angola. Nas Obras Públicas saía Machado Vaz e entrava Rui Sanches, que era subsecretário de estado do sector. Na Saúde saiu Joaquim de Jesus Santos e foi nomeado Lopo Cancela de Abreu.

O Ensino Primário

A 7 de setembro de 1956, era publicado o Decreto-Lei n.º 40 762 que reorganizava a Direcção-Geral do Ensino Primário «pela sua natural expansão e por virtude das providências promulgadas para tornar eficaz a obrigatoriedade do ensino». Deste modo, passava a compreender duas repartições: a 1.ª, destinada a assegurar o expediente dos assuntos administrativos e do pessoal, por sua vez compreendia duas secções, destinadas ao serviço administrativo e ao movimento do pessoal; a 2.ª, destinada a assegurar o expediente dos assuntos pedagógicos, da difusão do ensino e assistência escolar, por sua vez compreendia três secções, correspondendo a cada um dos serviços seguintes: difusão do ensino e estatística, orientação pedagógica e disciplinar e assistência escolar. Entretanto, a 31 de dezembro desse ano era publicado o Decreto-Lei n.º 40 964 que dava nova estrutura a alguns dos serviços da Direcção-Geral do Ensino Primário. Pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de setembro de 1971, entre os serviços executivos para o setor do ensino contemplava: a «Direcção-Geral do Ensino Básico». Do seu articulado merecem referência, os artigos:

«Art. 14.º — 1. Incumbe à Direcção-Geral do Ensino Básico:

- a) Exercer, relativamente aos estabelecimentos públicos afectos ao ensino básico, e ao respectivo pessoal docente, as funções cometidas no artigo 13.º, n.º 1, alínea a), à Direcção-Geral do Ensino Secundário;
 - b) Exercer as funções referidas na alínea anterior relativamente aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e ao respectivo pessoal docente;
 - c) Proceder à orientação pedagógica do ensino básico e da educação pré-escolar particular, em colaboração com a Inspeção-Geral do Ensino Particular.
2. Pertence também a esta Direcção-Geral promover e orientar o ensino básico da língua portuguesa no estrangeiro.»

A Educação Física

Em 22 de junho de 1953, sendo Ministro da Educação Nacional *Fernando Andrade Pires de Lima*, era publicada a Lei n.º 2064, intitulada Lei sobre a reorganização da educação física nacional. A reorganização constava de onze bases cujos tópicos mais relevantes são: a Base I em que se alterava a constituição da 2.ª subsecção da 1.ª secção da Junta Nacional da Educação²²¹ e a Base II que definia as competências da referida subsecção:

- «a) Estudar e emitir parecer sobre a actividade da educação física nacional, bem como apreciar o plano anual da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar;
- b) Pronunciar-se anualmente sobre a distribuição do fundo de expansão ginástica e desportiva, organizando os respectivos planos;
- c) Dar parecer sobre as bases em que deve assentar o ensino da educação física nas escolas oficiais e particulares, de forma a torná-lo mais eficiente e ajustado às necessidades reais, sem prejuízo de outras actividades escolares;

²²¹ A 2.ª subsecção da 1.ª secção da Junta Nacional da Educação passava a ter a seguinte constituição: «1.º O comissário nacional da Mocidade Portuguesa ou um seu delegado; 2.º A comissária nacional da Mocidade Portuguesa feminina ou uma sua delegada; 3.º O director do Instituto Nacional de Educação Física; 4.º O presidente do Comité Olímpico Português ou um seu delegado; 5.º Um representante da Comissão Superior de Educação Física do Exército, designado pelo Ministro do Exército; 6.º Um representante da Comissão Técnica de Educação Física da Armada, designado pelo Ministro da Marinha; 7.º O presidente da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho; 8.º Um inspector da saúde escolar ou um médico dos desportos; 9.º O director do Estádio Nacional; 10.º Um representante das federações desportivas; 11.º Um delegado do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, designado pelo respectivo Subsecretário.»

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- d) Fomentar a estreita colaboração entre os vários organismos nela representados, para o melhor aproveitamento das suas possibilidades;
- e) Pronunciar-se sobre os melhoramentos a realizar nas instalações destinadas à educação física, tanto oficiais como particulares;
- f) Prestar colaboração a qualquer entidade que pretenda fomentar a prática da ginástica e dos desportos ou organizar cursos de ginástica ou jogos para a população não escolar;
- g) Responder às consultas dos vários Ministérios e do Subsecretário de Estado da Aeronáutica.»

Além disso, as atribuições da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar eram redefinidas «superintender em toda a educação física ministrada em instituições de natureza civil, do Estado ou particulares, orientando, difundindo e fiscalizando a sua prática, para o que disporá dos órgãos e meios necessários à sua completa eficiência», cabendo-lhe também «velar pelo alto nível moral das organizações e competições desportivas» (Base III). Convindo introduzir algumas alterações aconselhadas pela experiência, como se afirmava no preâmbulo do Decreto n.º 46 476, de 9 de agosto de 1965, eram alterados alguns artigos do Regulamento da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. Aproximadamente dois anos após, pelo Decreto-Lei n.º 47 744, de 2 de junho, era alterado o quadro de pessoal da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar e extintos os conselhos técnicos e desportivos mencionados no § 1.º do artigo 12.º do decreto-lei n.º 32 241 e no artigo 8.º do decreto n.º 32 946. De novo, dois anos depois, pelo Decreto n.º 48887, de 1 de março era alterado um artigo (3.º) do Regulamento da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar.

«A evolução que naturalmente se processa no sector da actividade desportiva» foi a razão para a publicação do Decreto n.º 356/71, de 17 de agosto, que introduzia alterações à redação de vários artigos e revogava o artigo 36.º do Regulamento Geral da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. No entanto, pela Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional, publicada no Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de setembro, foi extinta a Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar e criada, em substituição, a Direcção-Geral de Educação Física e Desportos, «o serviço competente para superintender na Educação Física e nos Desportos, a cargo do qual ficam, também, a Educação Física e o Desporto Escolares, mas que perde as suas actuais funções no campo da Saúde Escolar. Continuam aquelas actividades a ser apoiadas financeiramente pelo Fundo de Fomento do Desporto» (Preâmbulo).

Mas a Direcção-Geral de Educação Física e Desportos foi reorganizada pelo Decreto-Lei n.º 82/73, de 3 de março. De acordo com o estabelecido no Preâmbulo «O princípio de base que orienta a presente reforma é, assim, o da concentração de todas as competências que, na matéria, andavam dispersas por vários departamentos do Ministério da Educação Nacional num único serviço, com vista a tornar possível uma intervenção racionalizada e mais eficaz no sector da educação física e desportos», pelo que esta Direcção-Geral passava a ter por atribuições:

«Art. 1.º a) Fomentar, promover e orientar as actividades gimnodesportivas no sector da educação física escolar e do desporto juvenil não federado, no sector do desporto universitário e no sector do desporto federado;

b) Superintender nas escolas de instrutores de educação física, participar na actualização permanente dos docentes e técnicos de educação física e desportos e promover a formação de monitores de desportos; (...)

d) Manter actualizada a Carta Gimnodesportiva do País, organizando para o efeito a necessária recolha de elementos estatísticos;

e) Cooperar com quaisquer entidades, nomeadamente locais, para o fomento das práticas gimnodesportivas.

Art. 2.º No âmbito da educação física escolar e do desporto escolar juvenil não universitário compete à Direcção-Geral da Educação Física e Desportos:

a) Dirigir e regulamentar as actividades gimnodesportivas escolares e juvenis não federadas;

- b) Superintender em todas as instalações gimnodesportivas dos estabelecimentos de ensino não universitário dependentes do Ministério da Educação Nacional, bem como sobre o respectivo material, em colaboração com a Direcção-Geral da Administração Escolar;
- c) Programar e orientar o ensino da educação física ministrado nos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, não universitários, assegurando a sua constante actualização, qualidade e eficiência, em colaboração com as Direcções-Gerais dos Ensinos Básico e Secundário;
- d) Orientar, inspeccionar e classificar o pessoal docente que, nos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, não universitários, ministra a disciplina de Educação Física e orienta a prática de desportos.»

A principal alteração foi o facto de a Direcção-Geral de Educação Física e Desportos passar a ter competências sobre a Educação Física e o Desporto Escolar, até então, sob a alçada da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa. Este acontecimento insere-se na linha de afirmação do Desporto, revelando uma aproximação do sistema educativo ao sistema desportivo. Mais uma vez, estamos face a alterações que se caracterizaram pela brevidade da sua aplicação, pois no ano seguinte, através do Decreto-Lei n.º 694/74, de 5 de dezembro, para além de rever o estatuto da Direcção-Geral de Educação Física e Desportos, que passou a denominar-se Direcção-Geral dos Desportos (art. 2.º), provocou, nos seus artigos 4.º e 6.º uma separação entre a Educação Física e o Desporto Escolar, sendo a primeira remetida para as direcções gerais pedagógicas: a Direcção-Geral do Ensino Básico e a Direcção-Geral do Ensino Secundário; enquanto para o segundo passou a existir uma Divisão de Desporto Escolar, em substituição da Divisão de Educação Física e Desportos (art. 6.º), que exerceria as suas competências em colaboração com os serviços de orientação pedagógica (art. 6.º ponto 3) e passava a ter como atribuições (art. 6.º ponto 2):

- «a) Superintender todo o desporto escolar, regulamentando-o e orientando-o de acordo com os princípios fundamentais a que deve obedecer esta actividade; (...)
- c) Assegurar a representação internacional do desporto escolar;
- d) Promover todos os tipos de acção tendentes a melhorar a qualidade educativa do desporto escolar, nomeadamente a organização de estágios e curso de aperfeiçoamento dos educadores que orientam a prática desportiva nos estabelecimentos de ensino.»

Na sequência desta reestruturação, o artigo 5.º extinguiu o lugar de inspetor superior de Educação Física na Direcção-Geral dos Desportos e era acrescentado um lugar de inspetor superior no quadro da Direcção-Geral do Ensino Secundário.

4.7.4. Reformas Legais do Ensino e Programas de Educação Física

Reformas do Ensino Primário e Programas Escolares

Nas determinações da reforma do Ensino Primário assinada pelo ministro Francisco de Paula Leite Pinto, em 31 de dezembro de 1956, previa-se o aumento da escolaridade obrigatória. Com efeito, pelo Decreto-Lei n.º 40 964, era ampliado e reforçado o regime da obrigatoriedade do ensino primário elementar, estendida à 4.ª classe, não para todas as crianças, mas apenas para as do sexo masculino. Por forma a garantir o cumprimento do disposto neste decreto, o governo propunha-se acordar com as empresas concessionárias dos serviços públicos de transportes coletivos o transporte gratuito ou com redução de preços aos menores em idade escolar que, «por terem residência a mais de 3 km de qualquer

estabelecimento de ensino primário oficial, por serem portadores de defeito físico ou por outra circunstância, não possam deslocar-se a pé à escola».

A 28 de maio de 1960, data que simbolicamente poderia fazer supor um reafirmar do Regime vigente e do respetivo suporte ideológico, a publicação do Decreto-Lei n.º 42 994 parece consubstanciar um momento de viragem da política educativa no sentido da modernização e da adequação às necessidades do país e às correntes pedagógicas vigentes na época. Com a publicação deste decreto, foi generalizada a obrigatoriedade escolar de quatro classes, ao ser alargada às crianças do sexo feminino. O currículo passava a compreender onze disciplinas, estanques entre si, salvo algumas referências à interligação, mais ou menos pontual, entre algumas delas. Era visível a preocupação de proporcionar às crianças uma formação integral, através da reintrodução, entre outras, da «Educação Física». O Ministro *Inocêncio Galvão Teles* projetou, em 1963, a elaboração de um Estatuto da Educação Nacional, que ambicionava abranger, em visão alargada, todo o sistema escolar português, à luz dos novos interesses pedagógicos, iniciativa que o próprio classificou de «inérita em todo o mundo, pelo menos com a amplitude e as características» que lhe atribuía. O estatuto «carta magna do ensino», publicado em 1969, já depois da exoneração de Galvão Teles do cargo, caiu no esquecimento dos seus sucessores e reduziu-se a um trabalho inútil, apesar de todas as esperanças que nele se tinham depositado.

A linha de acção preconizada por Leite Pinto ressurgiu com Galvão Teles. O período de escolaridade obrigatória, pelo Decreto-Lei n.º 45 810, de 9 de julho de 1964, seria aumentado para seis anos, estendendo-se até aos 14 anos, e para ambos os sexos. O ensino primário passava a compreender dois ciclos: um elementar, correspondente às primeiras quatro classes; um complementar, com mais duas classes. As crianças que quisessem seguir os estudos frequentariam as quatro primeiras classes e daí, após aprovação em exame, matricular-se-iam no 1.º Ciclo do Ensino Liceal ou no Ciclo Preparatório do Ensino Técnico, conforme o seu projeto de vida. Todas as crianças que não pretendessem continuar a estudar seguiriam as seis classes obrigatórias.

No intuito de completar as disposições do decreto anterior, era publicado, em 23 de setembro de 1966, o Decreto-Lei n.º 47 211, que estabelecia as disciplinas a ministrar em cada uma das classes do Ciclo Complementar do ensino primário²²², com indicação do correspondente número de horas semanais. A «Educação Física» mantinha-se, sendo-lhe atribuídas 2 horas semanais.

A publicação da Portaria n.º 22 966, de 17 de outubro de 1967, aprovava, a título experimental, os programas do Ciclo Complementar do Ensino Primário criado pelo Decreto-Lei n.º 45 810, de 9 de julho de 1964. A publicação da Portaria n.º 23:485, de 16 de julho de 1968, consagrava o Programa do Ciclo Elementar do Ensino Primário, que pouco alterava

²²² O plano compreendia: Língua Portuguesa (5h); História de Portugal (3h); Ciências Geográfico-Naturais (4h); Matemática (5h); Desenho e Trabalhos Manuais Educativos (4h); **Educação Física** (2h); Moral e Religião (2h); Educação Musical (1h). O programa extensivo aos 2 anos de escolaridade, estabelecia sessões diárias para todas as classes e destinava as tardes das quarta-feiras para atividades práticas.

relativamente à estrutura do que vigorava desde 1960. O motivo próximo da sua publicação foi a necessidade de adequação à nova realidade traduzida pela criação do Ciclo Complementar do Ensino Primário (1967), 5ª e 6ª classes, destinadas aos alunos dos meios rurais que não prosseguissem os estudos no Ciclo Preparatório. O programa de estudos contemplava a «Educação Física». A reforma do sistema educativo, publicada em 25 de julho de 1973, estabelecia as bases da reestruturação pretendida [Princípios fundamentais; Estrutura do sistema educativo (Disposições gerais; Educação pré-escolar; Educação escolar; Ensino básico; Ensino secundário; Formação profissional; Ensino superior; Educação permanente); Formação dos agentes educativos; Orientação escolar; Disposições finais]. A remodelação constava de vinte e nove bases:

- A Base I que definia como objetivo da educação nacional «a formação integral dos Portugueses, preparando-os, pela valorização das faculdades espirituais e físicas, para o cumprimento dos seus deveres morais e cívicos e a realização das finalidades da vida».
- A Base II que estabelecia como atribuições do Estado, no domínio da ação educativa: «(a) Assegurar a todos os Portugueses o direito à educação, mediante o acesso aos vários graus de ensino e aos bens da cultura, sem outra distinção que não seja a resultante da capacidade e dos méritos de cada um, (...); (b) Tornar efectiva a obrigatoriedade de uma educação básica generalizada como pressuposto indispensável da observância do princípio fundamental da igualdade de oportunidades para todos; (c) Facilitar às famílias, mediante adequadas formas de cooperação, o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos; (d) Garantir a liberdade de ensino em todas as suas modalidades; (e) Fomentar e coordenar as actividades respeitantes à educação nacional.»
- A Base III que estabelecia como finalidades essenciais do sistema educativo: «(a) Assegurar a todos os Portugueses, além do revigoração físico, o aperfeiçoamento das suas faculdades intelectuais, a formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas, orientadas pelos princípios da moral e doutrina cristãs tradicionais no País; (b) Estimular o amor da Pátria e de todos os seus valores, dentro do espírito de compreensão e respeito mútuos entre os povos e no âmbito de uma efectiva participação na vida internacional, bem como fortalecer a consciência da solidariedade entre as comunidades lusíadas dispersas pelo Mundo; (c) Preparar todos os Portugueses para participarem na vida social como cidadãos, como membros da família e de outras sociedades primárias e como agentes e beneficiários do progresso do País.»
- Na Base IV estabelecia-se que o sistema educativo abrangia três níveis, a saber:
 - 1) A educação pré-escolar que tinha por finalidade «o desenvolvimento espiritual, afectivo e físico da criança, sem a sujeitar à disciplina e deveres próprios de uma aprendizagem escolar», realizava-se mediante «actividades correspondentes aos interesses, necessidades e possibilidades da criança, particularmente jogos, exercícios de linguagem, de expressão rítmica e plástica, lógicos e pré-numéricos, observação da natureza e apreensão de princípios morais e religiosos». Assegurada por jardins-de-infância, a educação pré-escolar revestia carácter supletivo em relação à família e destinava-se a crianças dos 3 aos 6 anos.
 - 2) A educação escolar seria realizada através do sistema escolar que compreendia:
 - O Ensino Básico, que por sua vez abrangia os ensinos primário e preparatório, sendo obrigatório, tinha a duração de oito anos, igualmente distribuído pelos dois graus. Relativamente ao ensino primário pretendia contribuir «para a educação integral da criança, pelo desenvolvimento da capacidade de raciocínio, pela exercitação oral e escrita da língua portuguesa e pelo aperfeiçoamento moral e físico», pelo que compreenderia «além do exercício da língua portuguesa, escrita e oral, e da aritmética, o ensino da história e geografia pátrias, atendendo-se a aspectos de ordem local, a educação estética, a observação da natureza, a iniciação na educação física e nas actividades manuais, e ainda noções de educação cívica, moral e religiosa». Quanto ao ensino preparatório visava «ampliar a formação do aluno e, pela observação e orientação escolares, favorecer o desenvolvimento das suas aptidões e interesses e facilitar a escolha da via escolar ou profissional que melhor se coadune com as suas tendências e capacidades», para o que proporcionaria «o aprofundamento dos estudos nos domínios da língua portuguesa, escrita e oral, da geografia e história pátrias, do raciocínio matemático, a aprendizagem de uma língua estrangeira, a introdução às ciências físico-químicas e naturais, e compreenderá ainda noções sobre a vida social e a estrutura política da Nação, actividades manuais e de educação estética, bem como **educação física**, cívica, moral e religiosa».
 - o Ensino Secundário, que se compunha de dois ciclos e tinha a duração de quatro anos, constituindo os dois anos iniciais o 1.º ciclo, designado «curso geral», e os dois últimos o 2.º ciclo, designado «curso complementar». Relativamente ao curso geral compreenderia «um

núcleo de disciplinas comuns que facultem aos alunos uma formação geral unificada e algumas disciplinas de opção que favoreçam uma iniciação vocacional, com vista aos estudos subsequentes ou à inserção na vida prática, directamente ou após adequada formação profissional». Quanto ao curso complementar, sendo mais diferenciado que o curso geral, compreenderia «algumas disciplinas obrigatórias e maior número de disciplinas de opção e visará em especial a conveniente preparação para os diversos cursos superiores ou a inserção na vida prática, directamente ou após adequada formação profissional». Quer no caso do curso geral quer no do curso complementar, as disciplinas de opção abrangeriam domínios fundamentais do conhecimento e da actividade humana, podendo incidir de modo particular em domínios determinados e incluiriam, pelo menos, uma língua estrangeira e uma matéria de índole técnico-profissional.

- O Ensino Superior, que podia ser de curta ou longa duração e ainda de pós-graduação era assegurado por «Universidades, Institutos Politécnicos, Escolas Normais Superiores e outros estabelecimentos equiparados».

- A Formação Profissional, destinada aos que possuindo a habilitação do ensino básico ou do curso geral ou complementar do ensino secundário optassem por esta modalidade de ensino, visava «habilitar para o exercício de uma profissão e será acompanhada de uma educação de ordem cultural e científica que favoreça o desenvolvimento da personalidade e a adaptação às exigências sociais e profissionais».

3) A educação permanente era «um processo organizado de educação destinado a promover, de modo contínuo, a formação, a actualização e o aperfeiçoamento cultural, científico e profissional», que tinha por objetivo «garantir, de forma organizada, a possibilidade de cada indivíduo aprender ao longo da vida, tornando-o apto a acompanhar, de acordo com as suas tendências, aptidões e interesses, a evolução do saber, da cultura e das condições da vida económica, profissional e social».

Como tópicos mais relevantes assinalamos:

- Na Base IV, estabelecia-se que a educação escolar seria realizada através do sistema escolar, que compreendia o Ensino Básico, e pretendia contribuir «para a educação integral da criança, pelo desenvolvimento da capacidade de raciocínio, pela exercitação oral e escrita da língua portuguesa e pelo aperfeiçoamento moral e físico», pelo que incluiria «a iniciação na educação física». Quanto ao ensino preparatório, visava «ampliar a formação do aluno e, pela observação e orientação escolares, favorecer o desenvolvimento das suas aptidões e interesses e facilitar a escolha da via escolar ou profissional que melhor se coadunasse com as suas tendências e capacidades», para o que proporcionaria «actividades de educação física».

Entre as inovações contidas nesta reforma do sistema educativo, saliência especial para a consagração, na sua globalidade, «de forma inequívoca», do princípio da democratização do ensino, e, ainda, para as seguintes: institucionalização da educação pré-escolar e extensão da escolaridade obrigatória de seis para oito anos. O sistema educativo passava a abranger: a educação pré-escolar; a educação escolar, que compreendia o ensino básico, obrigatório, primário e preparatório, de quatro anos cada um; o ensino secundário, composto de dois ciclos de dois anos cada um: o primeiro de carácter geral ministrado em escolas polivalentes; e o segundo, complementar; o ensino superior, no qual poderiam ingressar os indivíduos maiores de vinte e cinco anos sem as qualificações académicas habituais, de curta duração, de longa duração e de pós-graduação assegurados por Universidades, Institutos Politécnicos²²³, Escolas

²²³ Segundo Rómulo de Carvalho (1986: 809) «os Institutos Politécnicos destinavam-se a ministrar cursos de ensino superior de curta duração, orientados para uma formação profissional imediata e de âmbito especificamente regional.» O Ensino Superior Politécnico viria a ser criado em 1979, com a publicação do Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro, por alteração do «ensino superior de curta duração, criado pelo Decreto-Lei n.º 427-B/77, de 14 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 61/78, de 28 de Julho». No ponto 1. do seu preâmbulo estabelecia-se que «visa, no essencial, dotar o País com os profissionais de perfil adequado de que este carece para o seu desenvolvimento» e no ponto 2. acrescentava-se que «Ao ensino superior politécnico, ao qual se pretende conferir uma dignidade idêntica

Normais Superiores e outros estabelecimentos equiparados; e a formação profissional, destinada aos que possuísem a habilitação do ensino básico ou do Curso Geral ou Complementar do ensino secundário e optassem por essa formação; a educação permanente.

Programas de Educação Física do Ensino Primário

Apesar de tudo o que, dentro dos períodos anteriormente abordados, foi apresentado como esforço legislativo, em 1956, a situação da Educação Física parecia não ter melhorado, pelo menos se atentarmos nas palavras publicadas no fascículo I-II do Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (1956):

«Bien que dès 1839 l'éducation physique soit prévue dans les programmes des écoles primaires, c'est surtout dans l'enseignement normal, secondaire, technique et de l'Assistance (aux enfants déshérités), que les exercices corporels éducatifs (sous forme de gymnastique, jeux et d'initiation sportive), sont méthodiquement pratiqués 2 à 3 fois par semaine, dans des installations appropriées»²²⁴.

Depois de anos de estabilidade em que não existiram alterações curriculares, no que aos programas do Ensino Primário diz respeito, a situação da Educação Física seria alterada em 28 de maio de 1960, simbolicamente comemorava-se o 34.º aniversário do Regime. Esta reforma comportava uma alteração de vulto, a reintrodução da Educação Física. Este período trouxe uma mudança significativa aos planos curriculares, com a abertura a outros meios/conteúdos da Educação Física (Desporto, Dança, ...). O início deste processo de abertura corresponde a um período de grande dinamismo com a afirmação do Desporto. O período que caracterizamos corresponde ao desenvolvimento de novas tendências, fortemente influenciadas pelas Ciências que se dedicam ao estudo do desenvolvimento psicológico da criança. Passemos então a analisar sumariamente as reformas e os programas das sucessivas reestruturações curriculares ocorridas até 1974:

- Numa fase inicial, uma conceção pedagógica baseada na Escola Activa veio valorizar o comportamento espontâneo da criança e o significado do jogo no processo de crescimento e desenvolvimento motor. O ensino passou a basear-se em jogos educativos, das estruturas simples às mais complexas.
- Em fase posterior, esta perspectiva evoluiu para a necessidade de definir um conjunto de práticas, segundo referências sócio-culturais. É o momento em que ganha relevo a introdução de formas de atividade «tipo miniatura» das práticas efetuadas nos jogos dos adultos - os Mini desportos coletivos: o Miniandebol, o Minibásquete, o Minifutebol e o Minivólei.

No que diz respeito ao Ensino Primário, é a publicação do Decreto-Lei n.º 42 994, de 28 de maio de 1960, que marca o início deste ciclo, no que parece consubstanciar um momento de viragem da política educativa no sentido da modernização e da adequação às necessidades do país e às correntes pedagógicas, mais de acordo com a época. No currículo aprovado, era

ao universitário, incumbe, em íntima ligação com as actividades produtivas e sociais, formar educadores de infância, professores do ensino primário e preparatório e técnicos qualificados nos domínios da tecnologia industrial, da produção agrícola, pecuária e florestal, da saúde e dos serviços, sendo essa formação conferida por escolas superiores de educação e escolas superiores técnicas, respectivamente».

²²⁴ «Embora em 1839 a educação física estivesse prevista nos programas das escolas primárias, foi principalmente no ensino normal, secundário, técnico e assistencial (para as crianças desfavorecidas), que os exercícios corporais educativos (sob a forma de ginástica, jogos e iniciação desportiva) foram metodicamente praticados 2 a 3 vezes por semana, em instalações apropriadas». Tradução livre do autor.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

visível a preocupação de proporcionar às crianças uma formação integral, através da reintrodução da «Educação Física». Que no seu programa estabelecia:

- 1) Para a 1.^a e 2.^a classes «Ginástica infantil: Actividades generalizadas; Exercício sob a forma de contos; Execução de lições de Ginástica (do Manual da Mocidade Portuguesa)», «Jogos educativos e recreativos (do Manual de Jogos da Mocidade Portuguesa)», «Marchas: Marchas pelo campo; Pequenas excursões», «Iniciação desportiva: Jogos tradicionais; Ensino de gestos-base de Atletismo, Basquetebol e Voleibol», «Natação» e «Educação rítmica: Rodas infantis tradicionais; Brinquedos cantados»;
- 2) Para a 3.^a e 4.^a classes «Ginástica educativa: Execução de esquemas (do Manual da Mocidade Portuguesa)», «Jogos educativos e recreativos (do Manual de Jogos da Mocidade Portuguesa)», «Marchas: Marchas pelo campo; Pequenas excursões», «Iniciação desportiva: Jogos tradicionais; Continuação do ensino de gestos-base de Atletismo, Basquetebol e Voleibol; Jogos simplificados de aplicação dos gestos ensinados anteriormente», «Natação» e «Educação rítmica: Rodas infantis tradicionais; Brinquedos cantados».

O programa vinha completado com instruções que indicavam a orientação pedagógica, metodológica e técnica pelo Manual de Ginástica Infantil e pelo Manual de Jogos (da Organização Nacional Mocidade Portuguesa), referindo ainda que, apesar de ser «quase impossível estabelecer distinções programáticas de acordo com a diferença de sexo, ... Há ainda um ponto do programa manifestamente mais apropriado a rapazes: os jogos tradicionais; e outro mais apropriado a raparigas: a educação rítmica.»

Este programa assinalava uma fase em que múltiplos pontos de vista eram desenvolvidos, revelando alguma dificuldade em abandonar práticas anteriores e em adotar novas: o ensino baseado no processo de imitação de animais ou situações de organização de vida quotidiana, associando a mobilidade corporal à dramatização verbal, «Ginástica infantil: Exercício sob a forma de contos» e «Educação rítmica: Rodas infantis tradicionais; Brinquedos cantados»; surgia o ensino baseado em jogos educativos, «Jogos educativos e recreativos»; aparecendo também um conjunto de práticas, relacionadas com referências sócio-culturais, que se traduziam na introdução de formas de atividade do tipo «iniciação desportiva», «Iniciação desportiva: Jogos tradicionais; Ensino de gestos-base de Atletismo, Basquetebol e Voleibol».

As disposições da reforma publicada pelo Decreto-Lei n.º 45 810, de 9 de julho de 1964, aumentavam para seis anos, com um ciclo elementar de quatro anos e um complementar de mais dois, a escolaridade obrigatória e estendia-se a ambos os sexos. O Decreto-Lei n.º 47 211, de 23 de setembro de 1966, no intuito de completar as disposições do anterior, mantinha a Educação Física entre as disciplinas a ministrar em cada uma das classes do Ciclo Complementar do ensino primário, sendo-lhe atribuídas 2 horas semanais. Os programas deste ciclo apenas seriam aprovados, a título experimental, passado um ano, pela Portaria n.º 22 966, de 17 de outubro.

O programa de Educação Física estabelecia:

- 1) Para o sexo masculino «Ginástica educativa (de harmonia com as directrizes para o ensino, publicadas pela Mocidade Portuguesa)», «Jogos educativos e recreativos (do Manual da Mocidade Portuguesa)», «Iniciação desportiva: Jogos de iniciação desportiva; Jogos tradicionais», «Voleibol, Basquetebol, Atletismo, Futebol», «Natação», «Desportos: Voleibol; Ténis de mesa; Vela» e «Campismo (regulamento e instruções publicadas pela Mocidade Portuguesa)»;
- 2) Para o sexo feminino «Ginástica educativa (do Manual da Mocidade Portuguesa Feminina)», «Danças populares regionais (Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina)», «Marchas ao campo», «Iniciação desportiva: Jogos tradicionais», «Voleibol (Manual da Mocidade Portuguesa Feminina),

Basquetebol (Manual da Mocidade Portuguesa Feminina), Atletismo», «Natação» e «Desportos: Voleibol; Ténis de mesa».

O programa incluía novas observações, em que se estabelecia ser igual para as duas classes, devendo respeitar-se na progressão a idade dos alunos. Além disso, definia orientações para o ensino da Ginástica, «orientada conforme as directivas para o ensino da Educação Física publicadas pela Mocidade Portuguesa», Iniciação desportiva, Jogos e desportos, Campismo e passeios ao campo e Danças regionais. Saliência ainda para um pormenor de carácter higienista, «deve ser obrigatório o chuveiro morno diário». A necessidade de adequação à criação do Ciclo Complementar do Ensino Primário (1967) motivou a publicação da Portaria n.º 23 485, de 16 de julho de 1968, que consagrava o Programa do Ciclo Elementar do Ensino Primário. O programa de Educação Física estabelecia:

1) Para a 1.ª e 2.ª classes, «Ginástica infantil: Actividades generalizadas; Exercício sob a forma de contos; Execução de lições de Ginástica (do Manual da Mocidade Portuguesa)», «Jogos educativos e recreativos (do Manual de Jogos da Mocidade Portuguesa)», «Marchas: Marchas pelo campo; Pequenas excursões», «Iniciação desportiva: Jogos tradicionais; Ensino de gestos-base de Atletismo, Andebol, Basquetebol e Voleibol», «Natação» e «Educação rítmica: Rodas infantis tradicionais; Brinquedos cantados»;

2) Para a 3.ª e 4.ª classes, «Ginástica educativa: Execução de esquemas (do Manual da Mocidade Portuguesa)», «Jogos educativos e recreativos (do Manual de Jogos da Mocidade Portuguesa)», «Marchas: Marchas pelo campo; Pequenas excursões», «Iniciação desportiva: Jogos tradicionais; Continuação do ensino de gestos-base de Atletismo, Andebol, Basquetebol e Voleibol; Jogos simplificados de aplicação dos gestos ensinados anteriormente», «Natação» e «Educação rítmica: Rodas infantis tradicionais; Brinquedos cantados».

Algumas observações completavam o programa. Como se pode verificar, comparando com o Decreto-Lei n.º 42 994, se são poucas as diferenças existentes no programa, registe-se a inclusão na iniciação desportiva do Andebol, relativamente às observações não se mudou absolutamente nada. Os programas resultantes da publicação da Portaria n.º 22 966 (Ciclo Complementar do Ensino Primário) e da Portaria n.º 23 485 (Ciclo Elementar do Ensino Primário) pouco alteravam relativamente à estrutura que vigorava desde 1960. Continuavam a revelar dificuldades de ajustamento a correntes internacionais. Desta forma, mantinham: o ensino baseado no processo de imitação de animais ou situações de organização de vida quotidiana, associando a mobilidade corporal à dramatização verbal, «Ginástica infantil: Exercício sob a forma de contos» e «Educação rítmica: Rodas infantis tradicionais; Brinquedos cantados»; o ensino baseado em jogos educativos, «Jogos educativos e recreativos»; aparecendo também um conjunto de práticas, relacionadas com referências sócio-culturais, que se traduzem na introdução de formas de atividade do tipo «iniciação desportiva», «Iniciação desportiva: Jogos tradicionais; Ensino de gestos-base de Atletismo, Andebol, Basquetebol, Voleibol e Andebol». A única novidade, resultante da idade dos alunos do Ciclo Complementar, é o aparecimento de desportos formais, para o sexo masculino, «Desportos: Voleibol; Ténis de mesa; Vela» e «Campismo», e para o sexo feminino, «Voleibol, Basquetebol, Atletismo», «Natação» e «Desportos: Voleibol; Ténis de mesa».

Finalmente, a reforma de 25 de julho de 1973, que constava de vinte e nove bases, estabelecia a reestruturação do sistema educativo, aumentando a extensão da escolaridade obrigatória, pois a educação escolar compreendia o ensino básico, obrigatório, primário e

preparatório, de quatro anos cada um, que incluiria, no primário, «a iniciação na educação física» e, no preparatório, proporcionaria «actividades de educação física». Não se tratava de uma reforma parcelar, mas de uma alteração profunda que consagrava o princípio da democratização do ensino, a institucionalização da educação pré-escolar e a extensão da escolaridade obrigatória de seis para oito anos.

Reformas e Programas de Formação de Professores do Ensino Primário

Passados doze anos desde a última alteração, pelo Decreto-Lei n.º 43 369, de 2 de dezembro de 1966, era alterado o plano de estudos das Escolas do Magistério Primário e inseridas outras disposições relativas ao funcionamento das referidas escolas. No seu Preâmbulo, reconhecia-se que «as escolas do magistério primário têm cumprido satisfatoriamente a sua função, porquanto os professores nelas preparados colaboram com elevada eficiência na acção educativa superiormente delineada», mas, apesar disso:

«a experiência e a necessidade de formação eficiente de professores em número bastante para ocorrer às exigências, cada vez maiores, da escola primária aconselham a introdução imediata de alguns reajustamentos, sem que se espere a oportunidade da publicação da reforma mais ampla, que há-de, naturalmente, derivar dos trabalhos em curso relativos à estrutura do ensino e alargamento da escolaridade».

Como habilitações mínimas para a frequência das escolas do magistério primário, exigia-se aos candidatos ao professorado do ensino primário «o 2.º ciclo liceal ou equivalente, ou com o curso das secções preparatórias para os institutos industriais e comerciais e para as escolas de belas-artes». Além disso, através do estipulado no artigo 15.º, poderiam «ser admitidos à frequência das escolas do magistério primário, com dispensa de exame de admissão e com isenção do pagamento de propinas, os regentes escolares com, pelo menos, 5 anos de serviço bem qualificado, idade inferior a 35 anos e que provem ter as habilitações legais exigidas aos candidatos que prestam provas de exame de admissão». Das disposições, constava, ainda, uma alteração estrutural, «Até agora o curso das escolas do magistério era constituído por três semestres lectivos e por um período de estágio», no entanto, porque não se manifestara vantajoso e afigurava-se «mais útil que a aprendizagem se revista, durante o estágio, de um carácter teórico-prático, que permita a teorização da prática e, por outro lado, possibilite a aplicação das noções teóricas», o estágio realizar-se-ia nas «escolas de aplicação anexas às do magistério primário» (art. 8.º) ou, verificada a insuficiência do número de lugares para o estágio eficaz dos alunos-mestres, em «outras escolas do ensino primário da mesma cidade», (art. 8.º § 1.º), sendo o número de tempos semanais de estágio de doze (art. 8.º § 2.º). Relativamente à Educação Física, o plano de estudos atribuía-lhe duas horas semanais, ao longo dos três primeiros semestres. No entanto, duas medidas incluídas nas disposições desde decreto permitem-nos entender a sua situação no quadro da instituição escolar primária, a saber:

- A primeira, por parecer aconselhável «intensificar o estudo da didáctica especial», estabelecia, no artigo 4.º, que «as matérias de Didáctica Especial serão ministradas por dois professores: um, para o grupo A, abrangendo a Língua Portuguesa, História e Desenho; outro professor para o grupo B, incluindo a Aritmética e Geometria, Ciências Geográfico-Naturais e Trabalhos Manuais», o que mereceu de Cabral Pinto (1976, p. 14) o comentário de que esta revisão se limitou à divisão formal da Didáctica em dois grupos, mas que evidencia a ausência da Educação

Física no quadro das preocupações incluídas nesta disciplina, que, do conjunto do plano de estudos, poderíamos considerar como uma das que proporciona uma orientação didáctica e profissional.

- A segunda decorre do artigo 20.º, que estabelece as condições de realização do Exame de Estado²²⁵ e onde, de novo, a Educação Física não está incluída nas matérias passíveis de avaliação final do professor do ensino primário.

Finalmente, em 1973, pela Lei n.º 5, de 25 de julho, o Ministro Veiga Simão estabelecia as bases da reestruturação pretendida para uma reforma do sistema educativo. Nas Bases XX e XXI, era definida a formação de agentes educativos, apontando-se:

- 1) A formação dos professores do ensino primário para escolas do magistério primário.
- 2) O curso das escolas do magistério primário, que teria a duração de três anos, incluindo o estágio, habilitava para o ensino nas escolas primárias.
- 3) Teriam acesso às escolas do magistério primário os diplomados com o curso geral do ensino secundário.
- 4) Os dois primeiros anos dos cursos das escolas do magistério primário abrangeriam disciplinas comuns ao curso complementar do ensino secundário e um núcleo de disciplinas de Ciências da Educação; o 3.º ano destinar-se-ia a proporcionar aos alunos um contato mais intenso com a realidade da sua futura vida profissional, envolvendo a realização de um estágio em escolas primárias.

Pelo Despacho de 30 de outubro de 1974, foi estabelecido novo currículo e novos programas (Cabral Pinto, 1976, p. 15). No dia imediato, a publicação do Despacho 64/74, de 31 de outubro, reconhecendo que as Escolas do Magistério Primário desempenham um papel primordial dentro de uma reforma educativa, colocava aquelas escolas sob o regime de experiências pedagógicas criado pelo Decreto-Lei n.º 47 587, de 10 de março de 1967 (Cabral Pinto, 1976: 15). Em 31 de outubro de 1974, pelo Decreto-lei n.º 570/74 eram criadas as Escolas do Magistério Primário de Chaves e do Fundão²²⁶.

Programas de Educação Física na Formação de Professores do Ensino Primário

Relativamente à sobreposição no contexto escolar dos programas de formação de professores do Ensino Primário - Educação Física, de novo, gostaríamos de apresentar uma pequena resenha histórica para ilustrar a configuração dos planos de estudo (ver Quadro 3, pp. 223-225). Este Período inicia-se em 1953, altura em que permanecia em vigor o programa aprovado no Decreto n.º 32:629, de 16 de janeiro de 1943. No período que caracterizamos, apenas se regista uma alteração na formação de Professores do Ensino Primário. Com efeito,

²²⁵ Art. 20.º O Exame de estado é realizado perante júri único, nos termos do Decreto-Lei n.º 32 243, e constará de parte escrita, prática e oral. § 1.º A parte escrita será constituída pela prestação de provas nas disciplinas de Pedagogia, Didáctica Geral e História da Educação, de Psicologia Aplicada à Educação e de Didáctica Especial, com a duração de 90 minutos para cada prova. § 2.º A parte prática, constará de uma lição a uma classe do ensino primário, devendo o candidato elaborar, com 24 horas de antecedência, o respectivo plano, para a execução do qual, será concedido o tempo de 90 minutos. § 3.º A parte oral constará, principalmente, da crítica e discussão dos exames escritos e prático, com a duração máxima de 30 minutos.

²²⁶ Em 17 de maio de 1986, com a publicação do Decreto-Lei n.º 101/86 era estabelecido «um adequado esquema programático de extinção das escolas normais de educadores de infância e das escolas do magistério primário, face à progressiva entrada em funcionamento dos centros integrados de formação de professores e de escolas superiores de educação».

pelo Decreto-Lei n.º 43 369, de 2 de dezembro de 1960 era alterado um plano de estudos das Escolas do Magistério Primário que vigorava havia doze anos. Relativamente à «Educação Física», se o plano de estudos lhe atribuía duas horas semanais ao longo dos três primeiros semestres, a sua ausência do quadro de preocupações incluídas no preâmbulo «intensificar o estudo da didáctica especial» e estabelecida no artigo 4.º «as matérias de Didáctica Especial serão ministradas por dois professores: um para o grupo A, abrangendo a Língua Portuguesa, História e Desenho; outro professor para o grupo B, incluindo a Aritmética e Geometria, Ciências Geográfico-Naturais e Trabalhos Manuais», evidencia a ausência de preocupação com esta matéria. No entanto, quando referenciámos iniciativas desenvolvidas no Instituto Nacional de Educação Física, das quais, pela sua associação com a formação de professores do Magistério Primário, gostaríamos de retomar as seguintes:

- No ano letivo de 1963/64, realizou-se o I Curso de Informação de Educação Física para professores do Ensino Primário, que visou a constituição dos primeiros núcleos de professores-piloto nas três principais cidades da Metrópole: 15 em Lisboa, 15 no Porto e 5 em Coimbra.

- De 16 a 18 de março de 1967, decorreu o II Curso de Actualização para Professoras de Educação Física das Escolas do Magistério Primário, organizado pelo I.N.E.F., com o patrocínio do Ministério da Educação Nacional. Neste curso, a que assistiram 10 professoras, foram proferidas lições de organização escolar, ginástica, iniciação desportiva, iniciação rítmica, psicologia, pedagogia, danças e jogos, que estiveram a cargo dos professores Ingrid de Figueiredo, Dr. Mário Gonçalves Viana, Teotónio Lima, Paula Brito, Nélson Mendes, Amélia Elias, Marques Dinis e Helder Matos.

Na sequência da primeira destas iniciativas, mas relacionado com alterações da formação de professores de Educação Física no Ensino Secundário, em 4 de setembro de 1964, era publicada a Portaria n.º 20 786, que aprovava novo Regulamento do Curso de Instrutores de Educação Física. Do seu articulado, o art. 4.º estabelecia as condições a satisfazer para o exame de aptidão, em que, na alínea b), se podia ler «não ter mais de 25 anos de idade, salvo quanto aos professores do ensino primário..., os quais poderão ser admitidos com idade superior à prevista na presente alínea, mediante autorização ministerial», imensos professores do Ensino Primário obtiveram esta formação complementar em Educação Física, mas poucos se dedicaram a este desiderato, pois, dada a carência de professores da disciplina de Educação Física, acabavam por concorrer a lugares provisórios dos ensinos preparatório, liceal e técnico, alcançando, com o tempo, a efetividade.

Finalmente, a reforma de 25 de julho de 1973, apontava, entre as soluções para a formação de agentes educativos, a dos professores do ensino primário para escolas do magistério primário.

Programas escolares *versus* Programas de Formação de Professores do Ensino Primário

Comparando a sobreposição no contexto escolar dos programas de Educação Física do Ensino Primário e dos programas de formação de Professores do Ensino Primário - Educação Física, de novo, gostaríamos de apresentar uma pequena resenha histórica para ilustrar a configuração dos planos de estudo (ver Quadro 3).

Quadro 3.- Comparação entre os Programas de Educação Física do Ensino Primário e os Programas de Formação de Professores do Ensino Primário - Educação Física no Período da Educação Física e Desportiva.

PERÍODO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVA				
ANO	ENSINO PRIMÁRIO		MAGISTÉRIO PRIMÁRIO	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1960	Decreto-Lei n.º 42994 de 28 de Maio	<p>Ensino primário Educação Física</p> <p>1) Para a 1.º e 2.ª classes «Ginástica infantil: Actividades generalizadas; Exercício sob a forma de contos; Execução de lições de Ginástica (do Manual da Mocidade Portuguesa)», «Jogos educativos e recreativos (do Manual de Jogos da Mocidade Portuguesa)», «Marchas: Marchas pelo campo; Pequenas excursões», «Iniciação desportiva: Jogos tradicionais; Ensino de gestos-base de Atletismo, Basquetebol e Voleibol», «Natação» e «Educação rítmica: Rodas infantis tradicionais; Brinquedos cantados»;</p> <p>2) Para a 3.ª e 4.ª classes «Ginástica educativa: Execução de esquemas (do Manual da Mocidade Portuguesa)», «Jogos educativos e recreativos (do Manual de Jogos da Mocidade Portuguesa)», «Marchas: Marchas pelo campo; Pequenas excursões», «Iniciação desportiva: Jogos tradicionais; Continuação do ensino de gestos-base de Atletismo, Basquetebol e Voleibol; Jogos simplificados de aplicação dos gestos ensinados anteriormente», «Natação» e «Educação rítmica: Rodas infantis tradicionais; Brinquedos cantados».</p>		
			Decreto-Lei n.º 43369 de 2 de Dezembro	<p>Educação física</p> <p>2 horas letivas nos três primeiros semestres</p>
1966	Decreto-Lei n.º 47211 de 23 de Setembro	<p>Ciclo Complementar</p> <p>2 sessões semanais</p>		
1967	Portaria n.º 22 966 de 17 de Outubro	<p>Ciclo Complementar</p> <p>Educação Física</p> <p>1) Para o sexo masculino «Ginástica educativa (de harmonia com as directrizes para o ensino, publicadas pela Mocidade Portuguesa)», «Jogos educativos e recreativos (do Manual da Mocidade Portuguesa)», «Iniciação desportiva: Jogos de iniciação desportiva; Jogos tradicionais», «Voleibol, Basquetebol, Atletismo, Futebol», «Natação», «Desportos: Voleibol; Ténis de mesa; Vela» e «Campismo (regulamento e instruções publicadas pela Mocidade Portuguesa)»;</p>		

A Educação Física no Sistema Educativo Português

ANO	ENSINO PRIMÁRIO		MAGISTÉRIO PRIMÁRIO	
	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS	NORMATIVO	DENOMINAÇÃO/CONTEÚDOS
1967	Portaria n.º 22 966 de 17 de Outubro (cont.)	<p>2) Para o sexo feminino «Ginástica educativa (do Manual da Mocidade Portuguesa Feminina)», «Danças populares regionais (Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina)», «Marchas ao campo», «Iniciação desportiva: Jogos tradicionais», «Voleibol (Manual da Mocidade Portuguesa Feminina), Basquetebol (Manual da Mocidade Portuguesa Feminina), Atletismo», «Natação» e «Desportos: Voleibol; Ténis de mesa».</p> <p>10-12 anos 30 a 60 minutos</p> <p>13-14 anos 40 a 75 minutos</p>		
1968	Portaria n.º 23 485 de 16 de Julho	<p>Ciclo Elementar Educação Física</p> <p>1) Para a 1.º e 2.ª classes «Ginástica infantil: Actividades generalizadas; Exercício sob a forma de contos; Execução de lições de Ginástica (do Manual da Mocidade Portuguesa)», «Jogos educativos e recreativos (do Manual de Jogos da Mocidade Portuguesa)», «Marchas: Marchas pelo campo; Pequenas excursões», «Iniciação desportiva: Jogos tradicionais; Ensino de gestos-base de Atletismo, Andebol, Basquetebol e Voleibol», «Natação» e «Educação rítmica: Rodas infantis tradicionais; Brinquedos cantados»;</p> <p>2) Para a 3.ª e 4.ª classes «Ginástica educativa: Execução de esquemas (do Manual da Mocidade Portuguesa)», «Jogos educativos e recreativos (do Manual de Jogos da Mocidade Portuguesa)», «Marchas: Marchas pelo campo; Pequenas excursões», «Iniciação desportiva: Jogos tradicionais; Continuação do ensino de gestos-base de Atletismo, Andebol, Basquetebol e Voleibol; Jogos simplificados de aplicação dos gestos ensinados anteriormente», «Natação» e «Educação rítmica: Rodas infantis tradicionais; Brinquedos cantados».</p>		
1973	Lei n.º 5 de 25 de Julho	Ensino primário Educação Física	Lei n.º 5 de 25 de Julho	Escolas do Magistério Primário

Este Período inicia-se em 1953, altura em que permaneciam em vigor, no Ensino Primário, o currículo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27:279, de 24 de novembro de 1936, confirmado no ano seguinte pelo plano curricular do Ensino Primário Elementar, aprovado pelo Decreto n.º 27:603, de 19 de março, mas talvez fosse mais correto dizer que vigorava o disposto nas «Directivas para o Ensino da Educação Física» da Mocidade Portuguesa; no Magistério Primário, continuavam em vigor os programas aprovados no Decreto n.º 32:629, de 16 de janeiro de 1943.

No que diz respeito ao Ensino Primário, é a publicação do Decreto-Lei n.º 42 994, de 28 de maio de 1960, que marca o início deste ciclo. No currículo aprovado, era visível a

preocupação de proporcionar às crianças uma formação integral, através da reintrodução da Educação Física.

Em 1964, com a Reforma de Galvão Teles (Decreto-Lei n.º 45 810, de 9 de julho), a escolaridade obrigatória aumentava para seis anos, com o ensino primário a compreender dois ciclos: um elementar, correspondente às primeiras quatro classes; e um complementar, com mais duas classes. As disposições deste decreto seriam completadas passados dois anos (Decreto-Lei n.º 47 221, de 23 de setembro de 1966), estabelecendo-se que a Educação Física se mantinha com duas horas semanais. Os programas do Ciclo Complementar que, seriam aprovados a título experimental no ano seguinte (Portaria n.º 22 966, de 17 de outubro de 1967), estabeleciam conteúdos distintos para os dois sexos e que para os jovens dos 10-12 anos as sessões teriam uma duração entre 30 a 60 minutos, enquanto para os de 13-14 anos a sua duração passava a 40 a 75 minutos. No ano seguinte ano, eram publicados os programas do Ciclo Elementar (Portaria n.º 23:485, de 16 de julho de 1968), que, como afirmámos anteriormente, pouco alteravam relativamente à estrutura dos que vigoravam desde 1960.

Em 1966, era alterado o plano de estudos das Escolas do Magistério Primário (Decreto-Lei n.º 43369, de 2 de dezembro), sendo atribuídas à Educação Física duas horas semanais, ao longo dos três primeiros semestres. Apenas perto do final deste período, com a publicação da Reforma de Veiga Simão (Lei de 25 de julho de 1973), se anunciavam medidas que poderiam vir a alterar o panorama da formação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou o processo de evolução da Educação Física no quadro da instituição escolar primária portuguesa e as tendências daí emergentes na formação do Cidadão, do Militar e do Homem. A dimensão temporal do período em análise (1772-1974) e o tipo de análise desenvolvida ofereceram-nos uma visão amplamente fértil, permitindo igualmente uma abertura de caminhos para futuras investigações, já que a base documental, cujas fontes apontam para uma grande representatividade, não a esgotam em absoluto.

Antes de entrarmos na análise realizada, queremos destacar dois aspetos que nos merecem uma reflexão paralela: alterações organizacionais de serviços ministeriais e a construção da Ciência da Educação Física. Iniciando-se a nossa análise com a instituição e oficialização do Ensino Primário (1772), tivemos oportunidade de referir que, nessa época, as questões do ensino estavam ligadas ao Ministério dos Negócios do Reino. De facto, foram precisos quase 100 anos para se assistir à criação de um ministério destinado a estas questões. Em 22 de junho de 1870, seria criado o Ministério dos Negócios da Instrução Pública, de duração efémera, pois seria abolido em 27 de dezembro desse ano. Esperaram-se mais vinte anos, até 5 de abril de 1890, para ser de novo criado um ministério destinado à resolução das questões próprias do ensino: o Ministério da Instrução Pública e Bellas Artes, também de curta duração, pois dois anos passados (1892) foi extinto, passando os seus serviços a constituir a Direcção Geral de Instrução Pública. Apesar dos prenúncios da instauração da República em 1911, ainda se aguardaram oito anos para resolver a situação. Em 7 de julho de 1913, seria criado, pela terceira vez, o Ministério da Instrução Pública, que duraria cinco anos: em 18 de julho de 1918, a situação regredia e o ministério passava a Secretaria de Estado da Instrução Pública. Contudo, não foi preciso esperar muito para alterar definitivamente a situação, pois em 23 de dezembro desse mesmo ano assistia-se, pela quarta vez, à criação do Ministério da Instrução Pública. Finalmente, em 1936, o ministério passava a denominar-se Ministério da Educação Nacional. Depois da autonomização em 1918, estava dado o passo decisivo para o reconhecimento social das problemáticas educativas.

Até à atualidade, a Educação Física e o Desporto, apesar de uma crescente importância em termos sociais, ainda não mereceram a distinção de um ministério próprio. No entanto, assinalamos a relevância atribuída ao Desporto, com a existência pontual da Secretaria de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar (1975), Secretaria de Estado da Juventude e Desportos (1977), Secretaria de Estado do Desporto (1995). Em 2000, na vigência do XIV Governo Constitucional, ganhou o estatuto de ministério, com a designação de Ministério da Juventude e do Desporto, situação que apenas perdurou dois anos, voltando em 2002 ao estatuto de Secretaria de Estado. Em 2004, durante uma semana entre novembro e dezembro, passou novamente a ministério, agora com a designação de Ministério da Juventude, Desporto e Reabilitação. Desde esse momento, a pasta tem tido o carácter de Secretaria de Estado da Juventude e Desporto.

Relativamente a alterações organizacionais de serviços dependentes do Ministério directamente relacionados com Instrução Pública, com Ensino Primário ou com Sanidade Escolar e Educação Física, introduzem-se aqui algumas referências.

Instrução Pública

Após a expulsão dos Jesuítas, é publicado, em 28 de junho de 1759, um alvará que os priva de exercerem o ensino, considerando «extintas» todas as classes e escolas que lhes haviam estado confiadas e simultaneamente ordenando «uma geral reforma» do ensino, que se limitou à criação do lugar de Director dos Estudos. Entretanto, a direcção dos estudos passa a pertencer à Real Mesa Censória, criada em 5 de abril de 1768, para a qual transitou toda a direcção dos estudos menores, após a extinção da Direcção Geral dos Estudos (alvará de 4 de junho de 1771). Por sua vez, a Real Mesa Censória foi extinta e os seus poderes transferidos para o Tribunal da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros (Carta de Lei de 21 de junho de 1787), entretanto substituído pela Junta da Direcção-Geral dos Estudos e Escolas do Reino, com sede na Universidade, por Carta Régia de 17 de dezembro de 1794. Em 1801, a Junta da Direcção-Geral dos Estudos, com sede em Coimbra, toma conta da instrução popular. Durante o governo absolutista, este papel foi atribuído ao Reformador Geral dos Estudos do Reino e seus Domínios, por Carta Régia de 2 de agosto de 1828, para em julho de 1833 ser confiada a um Comissário dos Estudos. A superintendência dos negócios de instrução passaria para o Conselho Superior de Instrução Pública, criado por Decreto de 7 de setembro de 1835, que tinha entre as suas atribuições (art. 5.º) a consulta ao governo sobre todos os assuntos de criação e estabelecimento de novas escolas ou de quaisquer outros estabelecimentos de ensino público, dos novos métodos pedagógicos introduzidos, do orçamento e estatísticas gerais de educação (art. 6.º), da Inspeção Geral da Instrução (art. 7.º).

Com o Decreto de 15 de novembro de 1836, a Directoria Geral dos Estudos passava a denominar-se Conselho Geral Director do Ensino Primário e Secundário. Mas, pela Lei de 20 de setembro de 1844, era restabelecido o Conselho Superior de Instrução Pública, cujo regulamento era aprovado pelo Decreto de 10 de novembro de 1845. Entretanto, com a reorganização da Secretaria d'Estado dos Negócios do Reino (Carta de Lei de 7 de junho de 1859), eram criados a Direcção Geral de Instrução Pública e o Conselho Geral de Instrução Pública, por extinção do conselho superior. Passados nove anos, em 14 de outubro de 1868, era criada a Junta Consultiva de Instrução Pública, por extinção do conselho geral. Decorridos 16 anos, em 23 de maio de 1884 outra alteração criava de novo o Conselho Superior de Instrução Pública, por extinção da junta consultiva, o qual seria reorganizado em 24 de dezembro de 1901.

Ao Conselho Superior de Instrução Pública (com este nome ou alterado) sucederam-se: o reorganizado Conselho Superior de Instrução Pública em 1907 (19 de agosto), sendo ainda nesse ano publicado o respetivo regulamento (30 de setembro); reorganizado de novo em 27 de abril de 1911; o Conselho de Instrução Pública, criado em 20 de janeiro de 1917 e reorganizado poucos meses depois (25 de abril); o Conselho Superior de Instrução Pública regulamentado em

31 de outubro de 1919; reorganizado de novo em 28 de julho de 1926 e em 19 de março de 1930.

Foi igualmente criada a Junta de Educação Nacional, em 16 de janeiro de 1929, que seria remodelada em 1 de abril de 1931. Em 11 de abril de 1936, foi instituída a Junta Nacional da Educação, sendo extintos o Conselho Superior de Instrução Pública e a Junta de Educação Nacional. Ainda nesse ano, em 19 de maio, era aprovado o regimento da nova Junta.

Ensino Primário

Após a efémera criação do Conselho Geral Director do Ensino Primário e Secundário (1836), a existência de um serviço ministerial especialmente vocacionado para o Ensino Primário apenas viria a acontecer em 1901, quando, pela reorganização da direcção geral de instrução pública, eram criadas as 1.^a e 2.^a Repartições - Instrução primaria. O ideário republicano traria, com efeito uma nova dinâmica às questões educativas, se bem que a descentralização dos serviços da instrução primária preconizada no Decreto de 29 de março de 1911 demorasse dois anos a ser executada (Lei de 29 de junho de 1913), sendo que seria consubstanciada somente em 20 de janeiro de 1917 (Decreto n.º 2:946), com a criação, no ministério, de duas Repartições de Instrução Primária e Normal - a pedagógica e a de pessoal.

Vejam-se agora as sucessivas reestruturações do ministério que passaram a existir: em 18 de julho de 1918 (Decreto n.º 4:675), a Repartição Pedagógica Primária e a Repartição do Pessoal Primário; em resultado dos trabalhos desenvolvidos por uma comissão nomeada para estudar a reorganização dos serviços de instrução primária, criaram-se em 10 de maio de 1919 (Decreto n.º 5:787-A), as Juntas Escolares, organismos que seriam responsáveis pela gestão dos serviços do ensino primário. Todavia o novo sistema acabou por não perdurar, sendo que em 12 de maio de 1922 (Decreto n.º 8:140) seriam dissolvidas; em 8 de fevereiro de 1929 (Decreto n.º 16:481), a Direcção Geral do Ensino Primário e Normal e a Inspeccção Geral do Ensino Primário e Normal, regulamentados ainda nesse ano em 15 de maio (Decreto n.º 16:836); em 11 de julho de 1930 (Decreto n.º 18:593) a Repartição do Ensino Primário com seis secções; em 30 de março de 1933 (Decreto n.º 22:369) passava a existir a Direcção Geral do Ensino Primário, reorganizada em 27 de outubro de 1952 (Decreto n.º 38 969), de novo em 7 de setembro de 1956 (Decreto-Lei n.º 40 762) e ainda em 31 de dezembro desse ano (Decreto-Lei n.º 40 964).

Aquando da reorganização do Conselho Superior da Instrução Pública (19 de agosto de 1907), era instituída a Secção especial de ensino primário, para, na reorganização de 28 de julho de 1926 (Decreto n.º 11:981), regulamentada em 3 de setembro (Decreto n.º 12:256), passar a existir a Secção do ensino primário. Posteriormente, na reorganização de 19 de março de 1930 (Decreto n.º 18:104), passava a existir a Secção do ensino primário e normal, regulamentada em 24 de julho (Decreto n.º 18:664). A instituição da Junta Nacional da Educação em 1936, contemplava entre as sete secções em que se desdobrava a de Ensino primário.

Sanidade Escolar e Educação Física

A Inspeção Sanitaria Escolar foi instituída por dois decretos de 24 de dezembro de 1901, Decreto que procedia a «nova organização dos serviços da direcção geral de instrucção publica» e Decreto n.º 8 que aprovava a «reforma do ensino primário», junto da Direcção Geral da Instrução Pública. Devido ao facto de só existirem dois inspetores sanitários escolares, residentes em Lisboa, uma providência ministerial dotou, passados dois anos, as circunscrições escolares do Norte (Porto) e do Centro (Coimbra) com serviços privativos das escolas primárias, colocando um inspetor em cada uma delas. Em 29 de agosto de 1905, foram tais serviços estendidos aos liceus, ao serem nomeados dois inspetores sanitários para os liceus de Lisboa, dois para os liceus do Porto e um para o liceu de Coimbra. No entanto, de entre as medidas reformistas do Governo provisório da República, ressaltava a decisão de outubro de 1910 da extinção deste posto, medida que seria corrigida, parcialmente, no ano seguinte, em 26 de maio, ao criar-se a Inspeção Geral de Sanidade Escolar, junto da Direcção Geral da Instrução Secundária, dado que restringia os seus serviços aos estabelecimentos de ensino secundário. Com a extinção desta direcção geral, em 2 de agosto de 1916 (Decreto n.º 2:549), a Inspeção de Sanidade Escolar passou para a dependência direta da Secretaria Geral do Ministério.

No ano seguinte, em 20 de janeiro, ao ser aprovado o novo regulamento do Ministério (Decreto n.º 2:946), os serviços de sanidade escolar passavam para a Inspeção de Sanidade Escolar, para em 18 de julho do ano seguinte (Decreto n.º 4:675) serem entregues à Repartição de Sanidade Escolar e, após um curto período de tempo, a 23 de julho, na remodelação dos serviços (Decreto n.º 4:695) ser criada a Secção de Educação Física. Estes serviços foram regulamentados em 6 de janeiro de 1919 (Decreto n.º 5:168), com a aprovação do Regulamento de sanidade escolar.

Em 8 de fevereiro de 1929, ao serem reorganizados os serviços do Ministério (Decreto n.º 16:481), regulamentados em 15 de maio (Decreto n.º 16:836), era criada a Inspeção de Sanidade Escolar e Educação Física. Estávamos, contudo, perante uma situação efémera, porque a Educação Física ainda não tinha ganho estatuto que merecesse tal tratamento, pelo que em 18 de março de 1931 (Decreto n.º 19:478) estes serviços eram extintos.

Finalmente, em 29 de março de 1932 (Decreto n.º 21:034), era criada a Repartição de Educação Física, designação retificada em 18 de abril para Direcção dos Serviços de Educação Física. Com esta decisão, procedia-se a uma “aparente” autonomização da Educação Física. Mediante o exposto entendemos dizer “aparente”, visto que a chefia destes serviços deveria recair em indivíduos formados em medicina.

A situação anterior seria, no entanto, reposta em 28 de junho do ano seguinte (Decreto n.º 22:751), quando a Direcção dos Serviços de Educação Física foi incluída na recém-criada Direcção Geral da Saúde Escolar. Por sua vez, a Direcção Geral da Saúde Escolar seria substituída pela Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, em 5 de setembro de 1942 (Decreto-lei n.º 32:241). Posteriormente, o regulamento geral dos serviços da direcção geral era aprovado em 3 de agosto de 1943 (Decreto n.º 32:946) e alguns dos seus artigos alterados em 17 de agosto de 1971 (Decreto n.º 356/71). Pese embora este processo,

estas alterações foram fugazes, pois em 27 de setembro a Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar era substituída pela Direcção-Geral de Educação Física e Desportos (Decreto-Lei n.º 408/71). Por fim, a crescente importância social da Educação Física e dos Desportos, justificava a criação de um serviço competente exclusivamente para a Educação Física e Desportos. A reorganização da direcção-geral de 3 de março de 1973 (Decreto-Lei n.º 82/73) atribuía-lhe competências sobre a Educação Física e o Desporto Escolar, que até então estava sob a alçada da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa. Apesar de tudo, estamos perante alterações de curta aplicação, pois a revolução militar de 1974 trouxe significativas mudanças, expressas em 5 de dezembro (Decreto-Lei n.º 694/74) na revisão do estatuto da Direcção-Geral (anteriormente denominada «de Educação Física e Desportos» e a partir desta altura «dos Desportos») e na separação entre a Educação Física e o Desporto Escolar. Devemos salientar que a primeira remetia para as direcções gerais pedagógicas - Direcção-Geral do Ensino Básico e Direcção-Geral do Ensino Secundário -, enquanto o segundo remetia para uma Divisão de Desporto Escolar, em substituição da Divisão de Educação Física e Desportos.

Das alterações estruturais ocorridas desde a criação dos serviços de sanidade escolar, ressalta que, durante muito tempo, a Educação Física não mereceu atenção especial dos responsáveis governamentais. A este facto não será alheia a intrusão de profissionais de outras áreas de conhecimento no domínio específico da Educação Física, o que vem provocar a sua subalternização. A institucionalização dos serviços de Sanidade Escolar em 1901, mas particularmente a partir de 1905, quando se estabelecia que, à Inspeção Sanitária competia examinar os alunos para determinação dos exercícios de ginástica sueca a que deviam ser submetidos, torna-se o ponto-chave da intrusão dos profissionais de Medicina na Educação Física. Esta situação acentuou-se em 1918, com a criação da Repartição de Sanidade Escolar, incluindo na sua constituição a Secção de Educação Física, chefiada pelo médico inspetor de Ginástica. Igualmente, no ano seguinte, o regulamento de sanidade escolar, cometia aos serviços de sanidade escolar exercidos pelos médicos escolares a fiscalização do ensino ministrado nas escolas. Tal situação ainda se mantinha em 1932, quando foi criada a Direcção dos Serviços de Educação Física, e no ano seguinte quando esta foi incluída na Direcção Geral da Saúde Escolar, continuando em 1942 com a sua extinção e substituição pela Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar.

5.1. A Construção da Ciência da Educação Física

Nos séculos XVII e XVIII, devido às dificuldades no âmbito das deslocações e concomitantemente à fragilidade dos debates, fruto do abandono do Latim como língua franca e da disseminação dos escritos pelas línguas nativas dos vários intervenientes, as ideias concentravam-se em áreas geográficas muito precisas. A Educação Física, embora seguida em toda a Europa, foi fundamentalmente desenvolvida, em termos filosóficos e práticos, pelo eixo Alemanha - Suécia - Grã-Bretanha - França - Espanha.

Constatámos que as origens da ginástica foram as artes acrobáticas, que tinham subjacente uma conceção de que não era uma «ciência», mas uma «arte». Com o passar do tempo, lentamente, foi-se desenhando uma ideia «ginástico-educativa» que se diferenciava da «acrobacia».

Quatro correntes percorreram o séc. XIX demonstrando a existência de tendências no domínio da educação física e desportos, lideradas por *Jahn*, *Amorós*, *Thomas Arnold* e *Ling*, demonstrando-se que foram os militares, os médicos e os pedagogos que iniciaram um moroso processo de debate no âmbito da situação da Educação Física. Em sequência, surgem alguns sistemas nacionais: o sistema alemão, o sistema francês, o sistema inglês e o sistema sueco. Posteriormente, constatamos que estes quatro países lideram no âmbito da chamada Ciência da Educação Física, sendo porém nosso entendimento não se poder considerar que ela existisse já nessa época, ao não possuir estatuto para tal. Por conseguinte, concluímos que no séc. XIX não chegou a dar-se um contributo decisivo para a Ciência da Educação Física, mas na sequência do desejo manifestado por esses sistemas nacionais de forjarem uma teoria, houve necessidade de fazerem levantamentos de todo o processo teórico e da praxis no domínio da Educação Física e Desportos, até à altura. E, de facto, esta procura à volta do conceito torna-se o primeiro passo para a edificação de qualquer ciência. Com efeito, é depois dos anos cinquenta do séc. XX, que a Educação Física e o Desporto avançam para a comparação dos diversos métodos e teorias existentes, sendo com este esforço comparativo que se pode considerar que se atingiu a segunda fase da construção de uma ciência.

Todo este trajeto, que percorremos para tentar percecionar mudanças e evoluções temporais, teve início durante a vigência da Monarquia, atravessou a 1.^a República, prolongou-se pelo Estado Novo, sendo interrompido com o golpe militar de 25 de abril de 1974, o qual pôs termo ao regime implantado em 1926. Numa aproximação à análise realizada consideramos quatro frentes diferenciadas: a evolução terminológica; a sobreposição no contexto escolar e nos planos de estudo; a relação com acontecimentos da História portuguesa; e, por último, as relações de desenvolvimento com tendências internacionais de desenvolvimento da Educação Física. Passemos então a analisar a evolução da Educação Física.

5.2. Evolução Terminológica

Assistiu-se assim a um *continuum* imbuído na própria designação. De facto, nas normativas legais, pode constatar-se um vaivém concetual, marcado pela aparição e desaparecimento constante de termos. Passamos a apresentar uma pequena resenha histórica, onde se ilustra a dualidade Educação Física/Ginástica (ver Quadro 4).

Quadro 4.- Resenha histórica da dualidade educação física/ginástica.

ANO	NORMATIVO	DESIGNAÇÃO		
1836	Decreto de 15 de novembro	Exercícios Gymnásticos accommodados à idade		
1870	Decreto de 16 de agosto	1.º Grau/Elementar Educação Physica (Gymnastica elementar combinada com exercícios vocaes; hygiene popular)	2.º Grau/Complementar Gymnastica e preceitos hygienicos	
1878	Carta de lei de 2 de maio		2.º Grau/Complementar Gymnastica	
1894	Decreto de 22 de dezembro	1.º Grau Elementar Exercícios Gymnásticos	2.º Grau Elementar Gymnastica	Complementar Gymnastica; natação
1901	Carta de lei de 24 de dezembro	1.º Grau Exercícios de gymnastica elementar, sem instrumentos (Gymnastica)	2.º Grau Exercícios de gymnastica elementar, sem instrumentos (Gymnastica)	
1911	Decreto de 29 de março	Elementar Gymnastica, jogos educativos e especialmente os nacionaes	Complementar Jogos, gymnastica, passo e atitudes militares Exercícios militares para o sexo masculino	Superior Educação physica, gymnastica, jogos, natação, remagem Exercícios militares
1919	Decreto n.º 5:787-A de 10 de maio	Geral Gimnástica e jogos educativos, especializando os nacionais		Superior Educação física
	Decreto n.º 6:203 de 7 de novembro	Geral Gimnástica e jogos educativos, especializando os nacionais		
1920	Portaria n.º 2:180 de 26 de fevereiro	Regulamento Oficial de Educação Física (Ginástica sueca)		
1921	Decreto n.º 7:311 de 15 de fevereiro	Geral Educação Física		
1928	Decreto n.º 16:077 de 26 de outubro	Elementar Educação Física		
1929	Decreto n.º 16:730 de 13 de abril	Elementar Educação Física		
1932	Decreto n.º 21:110 de 16 de abril	Regulamento de Educação Física dos Liceus Método Oficial Português		
1936	Decreto-lei n.º 27:279 de 24 de novembro	Elementar Educação Física		
1943	Directivas para o Ensino da Educação Física	Mocidade Portuguesa Lusitos Educação Física		
1948	Directivas para o Ensino da Educação Física	Mocidade Portuguesa Lusitos Educação Física		
1960	Decreto-Lei n.º 42 994 de 28 de maio	Ensino primário Educação Física		
1967	Portaria n.º 22 966 de 17 de outubro	Ciclo Complementar Educação Física		
1968	Portaria n.º 23 485 de 16 de julho	Ciclo Elementar Educação Física		

Da análise realizada, pode verificar-se que, em 1836, na reforma do Ensino Primário de Passos Manuel, referenciavam-se em Exercícios Gymnásticos accommodados á idade. No entanto, a partir de 1870, pelo Decreto de 16 de agosto, surge a Educação Physica para o 1.º grau e em Gymnastica e preceitos hygienicos para o 2.º grau. Realce-se, neste último caso, a associação com a higiene. A partir de 1878, pela Carta de lei de 2 de maio, inicia-se um período em que a matéria passa a ser identificada por Gimnástica. Este facto é constatável pela sucessiva publicação das reformas da instrução primária: Decreto 22 de dezembro de 1894; Carta de lei de 24 de dezembro de 1901; Decreto de 29 de março de 1911; Decreto n.º 5:787-A de 10 de maio de 1919; Decreto n.º 6:203 de 7 de novembro de 1919. Explicitamente, apenas a partir de 1919 (Decreto n.º 6:203), se esclarecia que o conteúdo da ginástica era «ginástica sueca».

De notar, ainda, a utilização da designação Jogos educativos e especialmente os nacionais introduzida a partir de 1911 (Decreto de 29 de março) e que perdurou até 1919 (Decreto n.º 5:787-A de 10 de maio e Decreto n.º 6:203 de 7 de novembro). É também curioso realçar que, na maioria de textos, se encontra um estrato concetual destinado a considerar a ginástica como instrumento ou recurso para a educação física. De facto, apesar de a ginástica figurar como matéria, entendia-se que se estava a desenvolver a Educação Física “por meio” da ginástica. Entretanto, a designação inicial de Educação Física (Decreto de 16 de agosto) é retomada em 1920, pela Portaria (n.º 2:180) e mantém-se sucessivamente: nas reformas do ensino primário de 1921 (Decreto n.º 7:311); de 1928 (Decreto n.º 16:077); de 1929 (Decreto n.º 16:730); pelo Regulamento de Educação Física dos Liceus de 1932 (Decreto n.º 21:110); de 1936 (Decreto-lei n.º 27:279); nas Directivas para o Ensino da Educação Física, de 1943 e 1948; de 1960 (Decreto-Lei n.º 42994); no Ciclo Complementar do Ensino Primário de 1967 (Portaria n.º 22966); e no Ciclo Elementar do Ensino Primário (Portaria n.º 23485).

Como notas particulares, as referências à natação (presentes nos Decretos de 22 de dezembro de 1901 e de 29 de março de 1911), à remagem (Decreto de 29 de março de 1911) e aos Exercícios militares (Decreto de 29 de março de 1911), devem salientar-se. Esta última, se bem que explícita no decreto referido, já constava como conteúdo na reforma do ensino primário de 22 de dezembro de 1894.

Após esta explanação, podemos afirmar que a Hipótese 1 (H1) - Existe uma evolução terminológica da designação da matéria/disciplina de Educação Física se verifica.

5.3. Sobreposição no Contexto Escolar e nos Planos de Estudo

Relativamente à sobreposição no contexto escolar, atrás referida como «imbricação» apresentamos novamente uma pequena resenha histórica para ilustrar a configuração dos planos de estudo (ver Quadro 5).

Quadro 5.- Resenha histórica da evolução do número de aulas da matéria nos planos de estudo.

ANO	NORMATIVO	CLASSE / CARGA HORÁRIA	
1836	Decreto de 15 de novembro	(sem referência)	
1870	Decreto de 16 de agosto	(sem referência)	
ANO	NORMATIVO	CLASSE / CARGA HORÁRIA	
1878	Carta de lei de 2 de maio	(sem referência)	
1894	Decreto de 22 de dezembro	(sem referência)	
1901	Carta de lei de 24 de dezembro	(sem referência)	
1911	Decreto de 29 de março	(sem referência)	
1919	Decreto n.º 5:078 de 2 de janeiro	1.ª, 2.ª e 3.ª classes Sessões diárias Duração máxima de 20 minutos	4.ª e 5.ª classes Sessões diárias Duração máxima de 30 minutos
	Decreto n.º 6:203 de 7 de novembro	1.ª, 2.ª e 3.ª classes 3 sessões semanais Duração máxima de 20 minutos	4.ª e 5.ª classes 2 sessões semanais Duração máxima de 30 minutos
1921	Decreto n.º 7:311 de 15 de fevereiro	1.ª, 2.ª e 3.ª classes Diário Duração máxima de 20 minutos	4.ª e 5.ª classes Diário Duração máxima de 30 minutos
	Decreto n.º 7:802 de 14 de novembro	1.ª, 2.ª e 3.ª classes 2 sessões semanais	
1927	Decreto n.º 13:619 de 17 de maio	1.ª, 2.ª e 3.ª classes Diário Duração máxima de 20 minutos	4.ª e 5.ª classes Diário Duração máxima de 30 minutos
	Decreto n.º 14:463 de 22 de outubro	Ministrada fora dos tempos lectivos	
1928	Decreto n.º 16:077 de 26 de outubro	Duração máxima de 30 minutos	
1929	Decreto n.º 16:730 de 13 de abril	Duração máxima de 30 minutos	
1932	Decreto n.º 21:110 de 16 de abril	(sem referência)	
1936	Decreto-lei n.º 27:279 de 24 de novembro	(sem referência)	
1943	Directivas para o Ensino da Educação Física	Centros Escolares Primários Lusitos 2- Os centros que possuam Instrutor especializado em Educação Física executarão duas vezes por semana...	
1948	Directivas para o Ensino da Educação Física	Centros Escolares Primários Lusitos duas vezes por semana	
1960	Decreto-Lei n.º 42 994 de 28 de maio	(sem referência)	
1966	Decreto-Lei n.º 47 211 de 23 de setembro	Ciclo Complementar 2 sessões semanais	

1967	Portaria n.º 22 966 de 17 de outubro	10-12 anos 30 a 60 minutos	13-14 anos 40 a 75 minutos
1968	Portaria n.º 23 485 de 16 de julho	(sem referência)	

De 1836 a 1911, os programas não fazem qualquer referência ao número de sessões semanais da matéria Educação Física/Ginástica e respetiva duração. Esta situação viria a ser alterada em 1919 (Decreto n.º 5:078), sendo estabelecidas «sessões diárias de 20 minutos para as 1.ª, 2.ª e 3.ª classes e de 30 minutos para a 4.ª e 5.ª classes», situação que seria posteriormente restabelecida em 1921, pelo Decreto n.º 7:311 e em 1927 pelo Decreto n.º 13:619. Ainda em 1919, pelo Decreto n.º 6:203, estabeleciam-se «3 sessões semanais de 20 minutos para as 1.ª, 2.ª e 3.ª classes e 2 sessões semanais de 30 minutos para a 4.ª e 5.ª classes». Mas, em 1921, pelo Decreto n.º 7:802, o número de sessões semanais viria a sofrer alterações ao passar a «2 sessões semanais para as 1.ª, 2.ª e 3.ª classes». Entretanto, em 1927, pelo Decreto n.º 14:463, estabelecia-se que as sessões de Educação Física deviam ser ministradas «fora dos tempos lectivos».

Assim, nova alteração ocorria em 1928 (Decreto n.º 16:077) e em 1929 (Decreto n.º 16:739) quando apenas se faz referência à duração «máxima de 30 minutos». De novo, de 1932 (Decreto n.º 21:110 e Decretos-Lei n.º 27:279 e n.º 42994) a 1966, bem como em 1968 (Portaria n.º 23485), as disposições legais não fazem qualquer referência ao número de sessões semanais da matéria Educação Física e respetiva duração. Entretanto, em 1943 e de novo em 1948, nas *Directivas para o ensino da educação física*, emanadas da Mocidade Portuguesa, estabelecia-se para os Centros Escolares Primários (Lusitos - 10 aos 14 anos) «duas vezes por semana». Finalmente em 1966, pelo Decreto-Lei n.º 47 211, que definia as disciplinas das várias classes do Ciclo Complementar do Ensino Primário, estabelecia «2 sessões semanais». No ano seguinte, a Portaria n.º 22 966 clarificava a sua duração, estabelecendo: para a 1.ª classe «30 a 60 minutos» e para a 2.ª classe «40 a 75 minutos». Podemos assim afirmar que a hipótese 2 (H2) - Existe uma imbricação no contexto escolar e nos planos de estudo da matéria/disciplina de Educação Física se confirma.

5.4. Relações com Acontecimentos da História Portuguesa e com Tendências Internacionais de Desenvolvimento da Educação Física

Nesta parte do estudo recorreremos a Crespo (1981, 1982) para caraterizar os primórdios da História do Corpo, explicado pela religião e pela magia, com intervenção dos deuses. Na fase seguinte, segundo o mesmo autor, coexistem intervenções sobre o corpo por parte dos deuses e por parte dos polícias. Posteriormente, essa intervenção sobre o corpo passa a ser realizada pelos médicos, a que se associam depois os professores de Educação Física. Para Crespo (1981, 1982), a história do corpo é uma história da conjuração. Assim tornava-se

necessário de esconjurar o mal. A colocação dos corpos em hospitais e em lazaretos, por exemplo, era uma forma de separação para esconder esses corpos do resto da sociedade. Numa fase seguinte, o médico começa a ter a possibilidade de substituir o polícia. Se até esta altura era o corpo total que era colocado, escondido à parte, a partir deste momento o médico consegue ir ao corpo e, de dentro dele, separar e retirar o mal, deixando o resto do corpo em liberdade. Este é o momento em que surge a Educação Física, inicialmente nas Forças Armadas, para ajudar o médico na esconjuração do mal, surgindo depois o professor de Educação Física.

Centrando-se o nosso estudo no ordenamento jurídico da Educação Física, passamos a analisar a sua evolução na relação, quer com acontecimentos da História portuguesa (alguns deles já analisados neste trabalho), quer com tendências internacionais de desenvolvimento da Educação Física. Nesta perspetiva recorreremos à combinação da periodização que estabelecemos com a sistematização histórica considerada por Estrela (1973).

1) Período Precursor - neste ciclo, foram estabelecidos os alicerces da criação do Ensino Primário e da introdução da Educação Física na instituição escolar primária portuguesa. Inicia-se com a publicação da Carta de Lei de 6 de novembro de 1772, que criou e organizou a Instrução Primária Oficial em Portugal, e decorreu até 1835. Este intervalo de tempo cobre o período da Monarquia Antigo Regime, que termina com o pronunciamento militar do Porto, de 24 de agosto de 1820, e, ainda, a primeira fase da Monarquia Liberal de base parlamentar - até 1836, que corresponde à conturbada instauração do sistema liberal e da sua luta contra o absolutismo.

Segundo Fernandes (1998, p. 25), o sistema escolar português constituiu-se no quadro do Pombalismo, com iniciativas escalonadas entre 1759 e 1772-73. Com efeito, após a expulsão de Portugal da Companhia de Jesus, o Ministro do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, através de um alvará (28 de junho de 1759), retirava ao clero um monopólio e um serviço que detinha desde a Idade Média. Para remediar a situação faz publicar a Carta de Lei de 6 de novembro de 1772, que oficializava os estudos menores, atribuindo ao Estado a obrigação de ensinar, sobretudo as primeiras letras, e os encargos daí decorrentes. Esta Carta de Lei criou e organizou a Instrução Primária Oficial através da criação de todas as escolas públicas e da nomeação dos respetivos mestres, segundo o plano que lhe apresentara a Real Mesa Censória, plano que fazia parte integrante dessa lei. Das preocupações subjacentes a esta medida, ainda não fazia parte qualquer matéria relacionada com a Educação Física.

Durante este período, emergiram contributos teóricos pontuais de vários eruditos, que identificavam o estudo da Educação Física em três fases: uma primeira, associada à Higiene, Francisco da Fonseca Henriques, 1721; Francisco de Mello Franco, 1813; Jerónimo José de Mello, 1822; uma segunda, em que os autores ainda não se haviam libertado da proeminência do corpo nobre, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, 1734; Luís António Verney, 1746; António Nunes Ribeiro Sanches, 1755; finalmente, uma terceira, em que os escritos se libertavam desta proeminência, mas procuravam responder a um problema social que se tornava manifesto, a degeneração dos povos, Manuel Joaquim Henriques de Paiva, 1787; Luiz Carlos Moniz Barreto, 1787; Francisco de Mello Franco, 1790; Francisco José de Almeida, 1791.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

A primeira fase identifica-se com um momento histórico que Crespo (1984: 761) caracteriza do seguinte modo: «Em Portugal, nos inícios do século XVIII, enquanto ainda dominava a doutrina aristotélica, principal suporte do galenismo, não existiam condições para abandonar as doutrinas humorais». Tornava-se óbvio que a mudança necessária requeria uma base científica diferente. Os contributos das duas fases seguintes permitiram que:

«na transição do século XVIII para o século XIX,... assinalava-se a presença de duas linhas de força dominantes, de importância diferente e com passado e futuro desiguais:

- por um lado, anotava-se a permanência das técnicas corporais de uma minoria de estatuto social privilegiado, para quem o corpo se formava de acordo com critérios de elegância, implicando gestos repletos de formalismos artificiais. A esgrima, a equitação e a dança destacavam-se por serem as actividades mais expressivas de uma maneira de viver distinta e “civilizada”. O recurso a meios artificiais, para facilitar a imagem procurada, era o indicador de uma visão do corpo, entendido como um objecto maleável e susceptível de modelação externa;

- em paralelo com esta ideia em desagregação, na sequência das inovações científicas e da reclamada política de saúde, abrangendo toda a população, desenvolvia-se um projecto de exercícios físicos, com fundamentos higiénicos e pedagógicos, que reclamava a intervenção do próprio corpo na sua formação e dispensava os recursos artificiais do passado.»

Depois das reformas pombalinas, assiste-se a uma certa estagnação no setor do ensino, fruto de variadas circunstâncias políticas da história portuguesa. Mas o advento do séc. XIX assiste ao aparecimento de uma nova filosofia de sociedade, uma filosofia política, mas também social - o Liberalismo -, que veio provocar rupturas em muitas dimensões sociais, abrindo caminho a um novo ciclo no ensino e na Educação Física.

2) Período da Oficialização - neste ciclo, ocorreu a génese da institucionalização da Educação Física como matéria escolar. Inicia-se com a publicação do plano da «Instrução Primária», em 15 de novembro de 1836, que assinala a inclusão dos «Exercícios Gymnásticos acomodados à idade» e decorreu até 1905. Face a um problema social que já tinha sido declarado, particularmente ao nível da bibliografia do Período Precursor - a necessidade da Educação Física -, Portugal acordou e procurou-se uma solução. Contudo, em nosso entender, este arranque foi provisório, dado que a situação da Educação Física como matéria escolar sofrerá avanços e recuos, estabilizando apenas a partir de 1878. O intervalo de tempo correspondente ao Período da Oficialização, cobre a segunda e a terceira fases da Monarquia Liberal (de base parlamentar).

A segunda fase da Monarquia Liberal (que decorre até ao golpe de estado de Saldanha, em 29 de abril de 1851) corresponde à consolidação do Liberalismo, ainda que através de várias lutas entre facções da burguesia. O triunfo dos portadores das ideias liberais iniciava a reorganização do ensino, pois os defensores desta facção assumiam a ideia de que a instrução do povo era essencial para o progresso do país. No entanto, os seus efeitos apenas se fizeram sentir durante o período seguinte. Ainda assim, segundo Fernandes (1998: 32), a Revolução Liberal trouxe uma revitalização social de fraca reprodução na Instrução Pública, pois a convicção dos fracos meios financeiros do Estado suportaria a liberdade de ensinar, criando uma rede de escolas paralelas às do ensino oficial.

O ano de 1836 constituiu um marco assinalável. Integrada num conjunto de reformas «setembristas» (esquerda liberal), a programação das matérias escolares do Ensino Primário

(plano da «Instrução primaria» de 15 de novembro) incluía a novidade «Exercícios Gymnásticos accommodados à idade». Posteriores preceitos iriam completando o processo legislativo da Educação Física no âmbito escolar primário, despontando duas fases:

a) A primeira foi a «fase da indefinição», pois a situação da «Gimnástica», como matéria escolar, revelava dificuldade em estabilizar. Com efeito, pela reforma de Costa Cabral, que promovera no Porto uma sublevação a favor da Carta Constitucional, aquela inovação era anulada em 20 de setembro de 1844. Esta reestruturação do sistema escolar assumia uma preocupação utilitarista, pois pretendia que a instrução primária não ultrapassasse um nível rudimentar. A inversão da situação educativa da Educação Física inicia-se com a reforma de 16 de agosto de 1870, quando se estabelecia «Educação Physica (Gymnastica elementar combinada com exercícios vocaes; hygiene popular)» no 1.º grau e «Gymnastica e preceitos hygienicos» no 2.º grau da instrução primária. No entanto, em 27 de dezembro desse ano esta reforma era abolida, sendo retomada passados cerca de oito anos, pela reforma de 2 de maio de 1878, com algumas correções. Desaparecia a «Educação Physica» do 1.º grau, mantendo-se a «Gymnastica» no 2.º grau.

b) A inversão assinalada vem a traduzir-se na «fase da estabilização», iniciada em 1880 com a obrigatoriedade da instrução primária (inclui a Gymnastica) para os dois sexos e à qual veio a corresponder uma linha de cunho militar, identificada pela inclusão de «exercícios de formatura e adaptação à escola de soldado».

Algumas disposições da reforma anterior seriam corrigidas em 11 de junho de 1880, as quais diziam respeito, não a modificações da estrutura curricular, mas à passagem dos encargos com as escolas do ensino primário para a alçada dos municípios. Decorrido mais um ano, em 28 de julho de 1881, eram regulamentadas as duas reformas anteriores, a de maio de 1878 e a de junho de 1880. Esta reforma de Rodrigues Sampaio/José Luciano de Castro representou, de algum modo, o regresso a tempos anteriores ao marquês de Pombal. A partir de 1880, apesar da obrigatoriedade da Educação Primária, para ambos os sexos, onde a Educação Física se incluía, as carências de recursos humanos, designadamente pessoal docente e materiais, de instalações apropriadas e respetivas dotações orçamentais, conduziram a uma aplicação da lei restrita e circunstancial.

À relativa estabilidade das décadas de 70 e 80, seguiu-se um período de acentuada perturbação de caráter político, social e económico, que degenerou em profunda crise institucional. No centro desta crise, encontra-se o Ultimato inglês de 11 de janeiro de 1890. Como resultado destas transformações, o Governo reconhecia a necessidade de remodelar a estrutura da instrução primária, que, pela reforma de 22 de dezembro de 1894, era portadora de uma modificação de vulto, expressa no regulamento geral de 18 de junho de 1896: a definição de um programa da matéria de «Gymnástica» para o 1º e para o 2º grau. Facto digno de realce é que, até 1894, este vaivém do âmbito curricular da Educação Física nunca conheceu conteúdos a transmitir nem orientação a imprimir, ficando-se apenas pela designação da matéria escolar. Tal aspeto seria alterado em 1901, pelo Decreto n.º 8, de 24 de dezembro, quando volta a legislar-se sobre a instrução primária. Esta reforma regulamentada em 19 de setembro de 1902 contemplava «Exercícios de gymnastica elementar, sem instrumentos» e o programa de «Gymnastica», aprovado em 18 de outubro de 1902, estabelecia conteúdos distintos para o sexo masculino e feminino.

Na transição do séc. XIX para o séc. XX, o corpo assumia-se como instrumento privilegiado do seu próprio aperfeiçoamento, não submetido a condicionamentos que o ultrapassavam, mas antes ficando dependente da sua própria capacidade de trabalho e de vontade do indivíduo.

Contudo, esta conceção trazia uma racionalização imposta aos exercícios, com o corpo a submeter-se progressivamente a um conjunto de normas. Associado ao predomínio militar, que atravessou grande parte do séc. XIX, fruto das lutas políticas permanentes entre partidários do absolutismo e do liberalismo, num primeiro momento, e entre facções do liberalismo depois, o predomínio militar é evidente. Se a estes factos acrescentarmos que Amorós organizou a Educação Física Militar no nosso País, não é de estranhar que fosse o seu método a prevalecer neste período (da Oficialização). Ainda que considerássemos Amorós, principalmente na França, situado entre os militares e os pedagogos, falamos inevitavelmente de um militar que concretizava as suas teorias militares.

O problema das habilitações dos professores e as dificuldades de ordem material, instalações apropriadas e respetivas dotações orçamentais, associados ao método da ginástica amorosiana, que ainda que fosse praticada também por crianças não tinha uma finalidade escolar, estando de relações cortadas com todo o conteúdo pedagógico, podem ter sido os factores fundamentais para explicar a dificuldade da implantação da Educação Física no Ensino Primário durante o período considerado. Este quadro de influências desenvolveria um complexo processo de transformação das conceções e das práticas do corpo que havia de dar origem à integração da ginástica no ensino oficial. Dos planos de estudos resultantes, passaria a constar um conjunto de exercícios analíticos, inscritos com lógica simples no desenvolvimento contínuo de um programa organizado com minúcia e suportado por instruções didáticas rigorosas. Recorremos, de novo, a Fernandes (1998, p. 45) para caraterizar a transição do final deste período para o início do seguinte:

«A desagregação da política monárquica e a sua incapacidade de assegurar o funcionamento do sistema educativo em condições ajustadas a novos níveis de exigência, conduzirá à admissão de que um novo regime político se tornava indispensável à superação da crise nacional. Essa nova forma política seria a República, um velho sonho sempre renovado à medida que a política monárquica se aprofundava nos becos sem saída dos escândalos e das crises.»

3) Período da Estandardização - este ciclo foi percorrido pela influência da Ginástica Sueca. Em Portugal, o século XX abre-se, do ponto de vista da legislação educativa, com o Decreto de 2 de setembro de 1905, que assinalava a reforma da Instrução Secundária, em que pela primeira vez se faz referência legal explícita à Ginástica Sueca, marco doutrinário deste ciclo, cuja aceitação foi um facto até aos anos 60. Este intervalo de tempo cobre: o final da terceira fase da Monarquia Liberal, que termina com a proclamação da República, a 5 de outubro de 1910; o período da República Democrática e Parlamentar, que decorre entre 1910 e o golpe militar de 28 de maio de 1926; o período da Ditadura Nacional, que decorre entre 1926 e a instituição do Estado Novo e República Corporativa desde a publicação da Constituição em 22 de fevereiro de 1933 até abril de 1974.

Uma vez instituída uma Educação Física educativa, surgia o problema dos métodos de ensino. Mas, à generalizada aceitação do método de Ling, contrapunha-se o problema da sua interpretação, o que originou a formação de três linhas concetuais que se desdobraram em quatro fases de implantação:

a) A primeira fase de implantação assumiu uma dimensão «militar e pedagógica», surgindo associada a uma linha designada de «Exercícios militares». Iniciada com a reforma do ensino primário de 1911, incluía: «gymnastica, jogos educativos e especialmente os nacionaes», no ensino elementar; «jogos, gymnastica, passo e atitudes militares» e «exercícios militares para o sexo masculino», no complementar; «educação physica, ..., gymnastica, jogos, natação, remagem» e «exercícios militares», no superior. Seria parcialmente reformulada no regulamento das Escolas Primárias Superiores de janeiro de 1919, ao manter apenas a «Educação physica»; e seria de novo reorganizada em maio seguinte ao contemplar: «gymnastica e jogos educativos, especializando os nacionaes», no ensino geral; «educação física», no superior. Nesta fase, a programação das matérias escolares mantinha a indefinição de conteúdos curriculares.

b) A segunda fase de implantação mantinha a dimensão «militar e pedagógica». Esta fase, iniciada com a publicação dos programas do Ensino Primário Geral (novembro de 1919), em que era explícita a referência à ginástica sueca, viria, a partir da ginástica pedagógica, mas com base numa interpretação militar belga, a organizar-se em torno do «Regulamento Oficial de Educação Física» (1920). Com efeito, nos programas de 1921 (Ensino Primário Geral), de 1927 (Ensino Primário) e de 1929 (Ensino Primário Elementar), as orientações eram sempre remetidas para o estabelecido no referido regulamento. Estas duas fases de implantação do método cobrem o intervalo de tempo correspondente ao período da República Democrática e Parlamentar, em que a conturbada situação política se repercutia na substituição com desabusada frequência de ministros, e mesmo de governos, os quais nem sempre coincidiam nas soluções a implementar e impediam uma articulação do plano geral de ensino.

c) A terceira fase de implantação, que cobre o período da Ditadura Nacional, acabou por ter expressão na denominada «técnica portuguesa de ginástica do método sueco». Com base na ginástica médica de Ling, alguns médicos de Lisboa, que apesar de não terem uma formação específica no campo da Educação Física, conheciam os fundamentos do pensamento de Ling e as expressões que o seu método vinha assumindo, desenvolveram uma técnica de ginástica com a qual pretendiam revigorar a saúde dos jovens da capital. Pelas características implícitas, esta corrente acabou por ganhar o apoio da Igreja, que, a partir de 1926, viria a fazer a sua defesa e propaganda através do jornal «Novidades», importante publicação da época ligada à organização «Acção Católica». Esta corrente foi utilizada como instrumento por um estrato superior da classe média (médicos) e servia os fins do setor politicamente mais ativo da Igreja. A sua orientação, apesar do carácter nacionalista, continuava a ser a de Ling, embora fosse tentada uma fusão de princípios católicos (vigentes em certos meios da Igreja da época) com o idealismo linguiano. Esta viragem na orientação da Educação Física, resultante da mudança de regime operada em 1926, foi consignada no Regulamento de Educação Física dos Liceus (1932) que teve expressão no Ensino Secundário. Compreendia programas para a «ginástica», com grande relevo prestado à ginástica respiratória, e «jogos educativos». Uma análise mais cuidada dos conteúdos programáticos permite verificar que prevalecem os exercícios nas atitudes de deitado e de sentado, e já Leal d'Oliveira (1931, p. 193) chamava a atenção para o facto de

«os exercícios últimos do método, como que o grau superior do ensino, são os seguintes: elevação dos calcanhares e meia flexão dos joelhos e a marcha decomposta (!)». Torna-se óbvio que o recurso a este método (Oficial Português) mais não fazia que proporcionar um enquadramento disciplinado à juventude, na lógica dos princípios advogados pelo regime vigente. Tais princípios defendidos pelo Movimento Militar do 28 de maio de 1926 correspondiam às expetativas críticas dos que estavam inconformados com as tentativas de democratização da vida nacional, que ressaltavam do ideário republicano, maior igualitarismo, mais solidariedade social, luta contra o obscurantismo intelectual, assunção de valores de dignidade pessoal, o qual era considerado absolutamente inadaptado aos princípios que a Ditadura Nacional considerava serem os genuínos do povo português. Na lógica dos princípios subjacentes a este movimento, a escola seria uma agência de controlo social de classe, isto é, uma instituição através da qual se transmitiam conhecimentos e técnicas, mas também onde se impunham valores e formavam atitudes e orientações, tendentes a preservar e reproduzir as relações sociais. Assim, a Ditadura Nacional e mais tarde o Estado Novo, progressivamente secundarizaram o ensino primário, enquanto o ensino liceal assumia o papel de grande escola de formação seletiva de um escol nacional, o canal privilegiado de certificação das “élites” que teriam acesso ao Poder. Nesta lógica, a Educação Física, entendida como um bem para o desenvolvimento do homem, foi integrada nos Liceus. A ocorrência deste facto antes da sua consolidação nas Escolas Primárias levou ao estado de abandono que se perpetuou.

d) A quarta fase de implantação assinala a «ginástica sueca» como método oficial. Como resultado da contestação desencadeada a partir do Exército, mas aglutinando alguns representantes da corrente médica e da ainda pouco expressiva classe de professores de Educação Física, foram desencadeadas diversas iniciativas que permitiram a reorganização dos ideais da Educação Física portuguesa. Com a imposição de um regime autoritário, mas sobretudo a partir de 1935 são lançadas as bases de uma reorganização da Educação Física escolar e, simultaneamente, numa tentativa de alargar o seu controlo a todos os setores, o Governo criou, para enquadramento dos trabalhadores, a F.N.A.T.. Desideratos que são reforçados em 1936 com a criação da J.N.E. e da O.N.M.P.. Seria no seio da Mocidade Portuguesa que a corrente militar e a corrente médico-higiénica viriam a dialogar durante dois anos. Face à constatação de que, entre os dois sistemas não existiam irredutíveis divergências de princípios, destas reuniões e da discussão aí encetada, concluiu-se pela constituição de uma comissão com ampla representação dos setores da educação física nacional, que formulou as bases para a criação do I.N.E.F.. Em 1940, a promulgação do Decreto-lei n.º 30:279, de 23 de janeiro, representou um passo importante na construção do conceito da Educação Física ao procurar normalizar e unificar as diferentes titulações profissionais, criando um único centro oficial: o I.N.E.F.. Ainda assim, a importância da criação deste organismo é diminuída porque corresponde à emergência da formação especializada em Educação Física fundamentalmente preocupada com a existência desta apenas no Ensino Secundário. Em 24 de novembro de 1936, ao ser publicado o currículo obrigatório do Ensino Primário para entrar imediatamente em vigor, a «Educação Física» manteve-se presente. Mas, no plano curricular do Primário Elementar,

aprovado em 29 de março de 1937, não se fazia qualquer referência à «Educação Física» e, sem grandes alardes, o seu encargo era cometido à Mocidade Portuguesa. Adotado por este organismo, o método da ginástica sueca tornou-se progressivamente oficial nos centros escolares primários, onde também se praticavam jogos e a instrução pré-militar. A aceitação do método sueco, atendendo às suas características estruturantes, fez com que o trabalho do Período da Estandardização fosse metuculoso e bem fundamentado. O desenrolar deste período seria acompanhado de um fenómeno de universalização das práticas, contrariando a tendência nacionalista do período anterior (da Oficialização), que viria a desencadear a realização de uma série de cursos nacionais e internacionais, de uma multiplicidade de Congressos, Simpósios e variada gama de reuniões internacionais, e culminaria na criação de organismos internacionais. Apesar da participação de representantes portugueses nesses organismos, Portugal mantinha uma conceção muito própria da Educação Física, a que o momento político que se vivia não será de todo alheio.

4) Período da Educação Física e Desportiva - neste ciclo, que cobre a fase terminal da República Corporativa e vai até ao golpe militar de 25 de abril de 1974, procedeu-se à alteração efetiva dos planos curriculares, com a abertura a outros meios/conteúdos da Educação Física (Desporto, Dança, ...), com a publicação do Decreto-Lei n.º 42 994, de 28 de maio de 1960²²⁷. A partir de 1960, emerge um novo período, com o processo de abertura ao exterior, desencadeada após a adesão de Portugal à E.F.T.A., associado ao fenómeno de universalização, iniciado no decurso do período anterior, com a criação de novos organismos internacionais, a aprovação de Manifestos, bem como com a realização de Conferências e de Congressos, o que acabou por ter efeitos positivos nas alterações registadas durante o decurso deste ciclo. Neste período algo conturbado, com uma indefinição concetual da Educação Física, fruto da crítica e repúdio pela conceção utilizada no período anterior, mas sem uma opção clara, a que acresce um grande dinamismo do Desporto, inclusive presente na criação de organismos governamentais, a Educação Física é formalmente reintroduzida no Ensino Primário, através da reforma de 28 de maio de 1960. A partir daqui, assistimos ao desenvolvimento de novas tendências, consubstanciadas em duas fases:

a) Uma fase inicial, baseada na conceção pedagógica da «Escola Activa», em que o programa da reforma (Decreto-Lei n.º 42 994, de 28 de maio de 1960) vinha completado com instruções que indicavam a orientação pedagógica, metodológica e técnica, segundo Manuais da O.N.M.P. (Organização Nacional da Mocidade Portuguesa), assinala um momento em que múltiplos pontos de vista foram desenvolvidos, revelando, no entanto, alguma dificuldade em abandonar práticas anteriores e em adotar novas.

b) Uma fase posterior, em que a perspetiva existente evoluiu para a necessidade de definir um conjunto de práticas partindo de referências sócio-culturais, expressas inicialmente na introdução de formas de atividade «tipo miniatura» das práticas efetuadas nos jogos dos adultos e, posteriormente, face à idade dos alunos do Ciclo Complementar do Ensino Primário

²²⁷ Data comemorativa do 34.º aniversário do Regime.

(Portaria n.º 22 966, de 23 de setembro de 1966), no aparecimento de desportos formais. Os programas resultantes nas reformas de 23 de setembro de 1966 (Ciclo Complementar do Ensino Primário) e de 16 de julho de 1968 (Ciclo Elementar do Ensino Primário) pouco alteravam relativamente à estrutura do que vigorava desde 1960. As únicas novidades que se registam, resultantes da idade dos alunos do Ciclo Complementar são o aparecimento de desportos formais (para o sexo masculino, «Desportos: Voleibol; Ténis de mesa; Vela» e «Campismo» e, para o sexo feminino, «Voleibol, Basquetebol, Atletismo», «Natação» e «Desportos: Voleibol; Ténis de mesa», acrescidos, no programa de 1968, da inclusão do Andebol).

Ao longo do percurso realizado nestas considerações, tornou-se evidente que influências das tendências internacionais se fizeram sentir em Portugal com algum atraso, o que poderíamos atribuir a diferentes causas: à situação periférica de Portugal na Europa, distante dos grandes centros de difusão; às contingências políticas da situação portuguesa; ao recurso a fontes indiretas para fundamentar as opções metodológicas desenvolvidas, o que acaba por atrasar a sua adequada implementação.

Depois de analisado o percurso da inserção da Educação Física, no quadro da instituição escolar primária portuguesa, podemos questionar sobre o que aconteceu de educativamente relevante nestes duzentos anos. Com efeito, relativamente à evolução da Educação Física na instituição primária em Portugal, concebe-se que os preceitos legais a potenciar, defender ou impulsionar esta matéria escolar começam a ter certa relevância a partir do segundo terço do século XIX. No entanto, se é certo que desde o início se anunciavam expectativas esperançadoras e planos de reforma escolar que nunca tiveram a oportunidade de modelar-se e sedimentar-se, a realidade é que poucas coisas mudaram. A fazer fé nas palavras de Bravo Berrocal (1995, p 101), à semelhança do acontecido em Espanha, dentro do ensino primário português, a Educação Física poderia ser denominada como a «grande ausente». A integração universitária dos estudos de Educação Física, ocorrida após a ocorrência do golpe militar de 25 de abril de 1974, constituiu um marco importante para as iniciativas renovadoras desenvolvidas a partir daí.

Mediante o exposto podemos concluir que a hipótese 3 (H3) - Existe uma relação entre os conteúdos dos programas de Educação Física e determinados acontecimentos da História de Portugal, e a Hipótese 4 (H4) - Existe uma relação entre os conteúdos dos programas de Educação Física e tendências internacionais de desenvolvimento da Educação Física, se confirmam. Em suma, podemos afirmar que o caminho da Educação Física em Portugal foi bastante complexo e retomando algumas expressões com que iniciámos o estudo, tais como os pólos antinómicos, a singularidade, a universalidade, os condicionamentos e a procura de autonomia, oferece-nos referir o seguinte.

Em Portugal, fomos pioneiros na introdução de Exercícios gímnicos acomodados à idade, numa época em que noutras latitudes estes não constituíam uma preocupação premente; a abertura às influências europeias, pese embora a conjuntura histórica, foi benéfica na constituição do que entendemos ser uma verdadeira técnica portuguesa da ginástica sueca. De facto, mesmo importando influências estrangeiras, procurámos ajustá-las à nossa realidade.

Atualmente a Educação Física em Portugal apresenta algumas particularidades, para as quais apontavam os domínios conceituais aqui abordados: indiciavam linhas de interpretação próprias que, com um salto temporal em relação ao período analisado (até 1974), vieram a ser consolidados nos atuais Programas Nacionais de Educação Física. Entendemos que é hoje indiscutível o compromisso construtivo e reconstrutivo entre o corpo são e a mente sã.

6. RECOMENDAÇÕES

Durante a elaboração deste estudo, foram vários os caminhos iniciais que constituem certamente importantes recomendações para estudos posteriores. Assim, julgamos que será interessante, em futuras pesquisas, centrarmo-nos:

- Na diversificação dos programas de Educação Física a analisar, quer em termos dos programas do Ensino Secundário, quer da formação de professores do Ensino Secundário.
- Na clarificação das metodologias subjacentes às tendências representadas nos períodos de evolução da Educação Física considerados, nos programas do Ensino Secundário.
- Na análise do contexto e evolução histórica da formação em Educação Física e sua Metodologia dos Professores do Ensino Secundário.
- Na procura da identificação entre as estratégias metodológicas desenvolvidas nos programas de formação de professores do Ensino Secundário e os conteúdos a desenvolver com os alunos das Escolas desse nível de ensino.
- Na formulação justificada de um currículo para o Ensino Primário e para o Ensino Secundário.
- Na definição de um perfil do Professor do Ensino Básico, em Educação Física, e de um perfil do Professor de Educação Física.

Uma nota final para recordarmos as palavras de Crespo (1984, p. 859) «é importante construir o futuro, porque este corpo, forjado na dinâmica que liquidou o Antigo Regime, vive no seguinte dilema: não suporta as práticas e as representações que ao longo de duzentos anos o dominaram mas, por outro lado, ainda não se vislumbra as soluções alternativas que o libertem do anacronismo».

O passado é irrevogável; não pode aperfeiçoar-se, porque já não existe. O presente é um momento fugitivo. Caminhamos sempre para o futuro; é necessário prepará-lo, se queremos melhorar de condição. Na certeza de que as conclusões definitivas sobre este campo de investigação ainda estão por encontrar, pensamos que só um conhecimento mais profundo da História do Corpo, e consequentemente da(s) problemática(s) da vida atual e das condições em que o corpo humano se movimenta, nos permitirá um melhor conhecimento e conduzirá a um processo de intervenção pedagógico mais ajustado, para o qual aqui deixamos a nossa modesta contribuição.

FONTES PRIMÁRIAS

LEGISLAÇÃO

- Carta régia de 10 de setembro de 1556 - que entregava ao Padre Diogo Mirão, provincial da companhia de Jesus, o Colégio das Artes.
- Alvará de 28 de Junho de 1759 - que priva os jesuítas da faculdade de exercerem o ensino, considerando «extintas» todas as classes e escolas que lhe haviam estado confiadas, e simultaneamente ordena «uma geral reforma» do ensino. Cria a Direcção Geral dos Estudos.
- Alvará de 5 de Abril de 1768 - cria a Real Meza Censoria.
- Alvará de 4 de Junho de 1771 - extingue a Direcção Geral dos Estudos.
- Carta de lei de 6 de Novembro de 1772 - lei, por que Vossa Magestade he servido occorrer aos funestos Estragos das Escolas Menores; fundando-as de novo; e multiplicando-as nos seus reinos, e todos seus Dominios, debaixo da Inspecção da Real Meza Censoria; na fôrma acima declarada.
- Ordem Régia de 20 de Maio de 1780 - funda a Casa Pia de Lisboa.
- Carta de Lei de 21 de Junho de 1787 - extingue a Real Mesa Censória, criando em sua substituição o Tribunal da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros.
- Carta régia de 17 de Dezembro de 1794 - extingue o Tribunal da Real Mesa da Comissão Censória Geral sobre o Exame e Censura dos Livros e transfere os seus poderes para várias entidades.
- Carta Régia de 17 de Dezembro de 1794 - cria a Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino na Universidade de Coimbra.
- Edital de 31 de Janeiro de 1800 - convocação a concurso geral para provimento das cadeiras e escolas dos estudos do Reino que se acharem vagas e de aviso a todos os professores que actualmente estiverem em exercício de quaisquer das mesmas cadeiras.
- Instrução de 1800 - sobre a forma dos exames dos mestres das primeiras letras.
- Portaria de 10 de Outubro de 1815, in: *Gazeta de Lisboa* N.º 1, 1 de Janeiro de 1817 - tendo-se estabelecido huma Escola de *Lér, Escrever, e Contar* em cada hum dos Corpos de Linha do Exercito, e no Destacamento do Corpo da Brigada Real da Marinha em *Lisboa*, na conformidade da Portaria e Instrucções a ella juntas, que abaixo se transcrevem, faz se constar ao publico para sua utilidade, que as ditas Escólas vão ser abertas pela primeira vez no mez de Janeiro de 1817, em consequencia de se terem reunido aos respectivos Corpos, os Mestres e Ajudantes das mesmas Escólas, habilitadas nos Novos Methodos ensaiados na Escola Geral de *Belém*.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Instruções de 29 de Outubro de 1815 - para os professores das escolas das primeiras letras dos corpos de linha do exército.
- Decreto de 11 de Setembro de 1824, in: *Gazeta de Lisboa* N.º 220, 17 de Setembro de 1824 - tendo creado nesta Corte e Cidade de *Lisboa* huma Escóla normal do methodo do Ensino Mutuo, a exemplo do que tem praticado os Soberanos das Nações mais cultas da *Europa*, e pelas reconhecidas vantagens que della se podem tirar em beneficio da mais facil instrucção da mocidade destes Reinos, Nomeando para a reger o Professor *João José le Cocp*: para que mais possa prosperar hum tão util Estabelecimento.
- Decreto de 27 de Setembro de 1826, in: *Gazeta de Lisboa* N.º 234, 5 de Outubro de 1826 - determina a pratica do methodo do Ensino mutuo.
- Carta régia de 2 de Agosto de 1828 - nomeia como reformador geral dos estudos do Reino e seus Domínios D. Francisco Alexandre Lobo, Bispo de Viseu.
- Decreto de Julho de 1833 - confia a direcção dos estudos a um Comissário dos Estudos.
- Decreto de 2 de novembro de 1833, in *Chrónica Constitucional de Lisboa*, n.º 87 de 4 de novembro de 1833, In: Delgado da Silva, A., volume 8, p. 181 - nomeia a comissão de elaboração de um Plano Geral de Estudos, Educação e Ensino Público.
- Decreto de 29 de março de 1834, in *Chrónica Constitucional de Lisboa*, n.º 138, In: Delgado da Silva, A., volume 8, pp. 372-377 - autoriza o estabelecimento da Sociedade da Instrucção Primária e aprova o Regulamento da mesma Associação.
- Decreto de 11 de Agosto de 1835, in: *Legislação Portuguesa 1835*, in: *Diário do Governo* N.º , de de 1835 - ordena a abertura de duas Escolas Normaes Primarias, uma na Cidade de Lisboa, outra na do Porto.
- Decreto regulamentar de 7 de Setembro de 1835, in: *Legislação Portuguesa 1835*, in: *Diário do Governo* N.º 241, 13 de Outubro de 1835 - aprova o regulamento geral da instrucção primaria.
- Decreto de 7 de Setembro de 1835, in: *Legislação Portuguesa 1835*, in: *Diário do Governo* N.º 241, 13 de Outubro de 1835 - cria o Conselho Superior de Instrucção publica.
- Decreto de 8 de Outubro de 1835, in: *Legislação Portuguesa 1835*, in: *Diário do Governo* N.º , de Outubro de 1835 - aprova os artigos do regulamento para serem observados na direcção das Escolas Normaes de ensino mutuo.
- Decreto de 24 de Outubro de 1835, in: *Diário do Governo* N.º 262, 6 de Novembro de 1835 - aprova o regimento interno do Conselho Superior de Instrucção publica.
- Decreto 2 de Dezembro de 1835 - suspende o decreto de 7 de setembro de 1835.
- Decreto de 15 de Novembro de 1836, in: *Legislação Portuguesa 1836* - aprova o Plano da Instrucção primaria.
- Portaria de 29 de Dezembro de 1836 - que criava a Escola Normal de Lisboa.
- Decreto de 4 de Janeiro de 1837 - que abolia o Real Collegio dos Nobres.
- Portaria de 19 de Setembro de 1839, publicada em 23 de Setembro - que criava a Escola Normal de Coimbra.

- Portaria de 28 de Maio de 1840 - que criava as Escolas Normais de Vila Real, de Viseu e de Castelo Branco.
- Portaria de 18 de Agosto de 1841 - que criava a Escola Normal de Beja.
- Portaria de 26 de Agosto de 1842 - que criava a Escola Normal de Portalegre.
- Decreto de 20 de Setembro de 1844, in: *Legislação Portuguesa 1844*, in: *Diário do Governo* N.º 220, 28 de Setembro de 1844 - aprova a reforma da Instrução Publica.
- Decreto de 10 de Novembro de 1845, in: *Legislação Portuguesa 1845*, in: *Diário do Governo* N.º 274, 20 de Novembro de 1845 - aprova o regulamento do conselho superior da instrução publica.
- Regulamento de 24 de Dezembro de 1845, in: *Legislação Portuguesa 1845*, in: *Diário do Governo* N.º 306, 29 de Dezembro de 1845 - aprova o regulamento para a Escola Normal Primaria do Districto de Lisboa.
- Decreto de 30 de Agosto de 1852, in: *Legislação Portuguesa 1852*, in: *Diário do Governo* N.º 206, 1 de Setembro de 1852 - cria o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.
- Carta de Lei de 7 de Junho de 1859, in: *Legislação Portuguesa 1844*, in: *Diário do Governo* N.º 155, 5 de Julho de 1859 - que auctorisa o Governo a reorganisar a Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, e estabelecer n'ella uma Direcção Geral de Instrucção Publica; a subordinar à immediata direcção do Ministerio do Reino a Escola Polytechnica; a supprimir o Conselho Superior de Instrucção Publica, substituindo-o por um Conselho Geral de Instrucção Publica em Lisboa; a crear um lugar de Ajudante do Procurador Geral da Coroa junto do mesmo Ministerio; a conceder aposentação, em certas circumstancias, aos actuaes empregados da sobredita Secretaria d'Estado e da do extincto Conselho Superior; e a fixar as habilitações para o provimento dos logares que, em virtude d'esta Lei, se houverem de crear com os vencimentos por ella estabelecidos.
- Decreto de 12 de Agosto de 1859, in: *Legislação Portuguesa 1859*, in: *Diário do Governo* N.º 195, 20 de Agosto de 1859 - aprova o regulamento do conselho superior de instrução pública.
- Decreto de 4 de Dezembro de 1860, in: *Legislação Portuguesa 1844*, in: *Diário de Lisboa* N.º 295, 26 de Dezembro de 1860 - aprovando o regulamento para a escola normal primaria do districto de Lisboa.
- Carta de lei de 11 de Setembro de 1861, in: *Legislação Portuguesa 1861*, in: *Diário de Lisboa* N.º 217, 26 de Setembro de 1861 - auctorisa a ser elevada á quantia de 6:800\$000 réis a despesa da escola normal primaria de Lisboa.
- Decreto de 14 de Outubro de 1868, in: *Legislação Portuguesa 1868*, in: *Diário de Lisboa* N.º 236, 17 de Outubro de 1868 - extingue o conselho geral de instrucção publica, creando uma conferencia escolar.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Decreto de 31 de Dezembro de 1868, in: *Legislação Portuguesa* 1868, in: *Diário do Governo* N.º 3, 5 de Janeiro de 1868 - reorganiza os serviços do ministério dos negócios do reino.
- Decreto de 31 de Dezembro de 1868, in: *Legislação Portuguesa* 1868, in: *Diário do Governo* N.º 11, 15 de Janeiro de 1868 - reforma da instrução publica, primaria, secundaria e superior.
- Carta de lei de 2 Setembro de 1869, in: *Diário do Governo* N.º 200, 4 de Setembro de 1869 - que suspende a execução do decreto de 31 de dezembro de 1868, que reformou a instrução publica.
- Decreto de 15 de Outubro de 1869, in: *Legislação Portuguesa* 1869, in: *Diário do Governo* N.º 236, 16 de Outubro de 1869 - creando a direcção geral da instrução publica.
- Decreto de 2 de Dezembro de 1869 - retomava disposições de leis anteriores.
- Decreto de 14 de Dezembro de 1869, in: *Legislação Portuguesa* 1869, in: *Diário do Governo* N.º 297, 30 de Dezembro de 1869 - creando a junta consultiva de instrução publica.
- Decreto de 22 de Junho de 1870, in: *Legislação Portuguesa* 1870, in: *Diário do Governo* N.º 139, 25 de Junho de 1870 - cria o ministerio dos negocios da instrução publica.
- Decreto de 22 de Junho de 1870, in: *Legislação Portuguesa* 1870, in: *Diário do Governo* N.º 148, 7 de Julho de 1870 - approva o regulamento para a secretaria d'estado dos negocios da instrução publica.
- Decreto de 3 de Agosto de 1870, in: *Legislação Portuguesa* 1870, in: *Diário do Governo* N.º 181, 16 de Agosto de 1870 - estabelecendo duas escolas normaes de primeira classe, uma em Lisboa, outra no Porto.
- Decreto de 16 de Agosto de 1870, in: *Legislação Portuguesa* 1870, in: *Diário do Governo* N.º 194, 31 de Agosto de 1870 - aprova o plano de reforma de instrução primaria.
- Regulamento de 16 de Agosto de 1870 - regulamento para a secretaria d'estado dos negócios da instrução publica
- Carta de lei de 27 de Dezembro de 1870, in: *Legislação Portuguesa* 1870, in: *Diário do Governo* N.º 294, 28 de Dezembro de 1870 - é relevada a responsabilidade em que incorreu o governo pelas medidas de natureza legislativa, que promulgou desde o mez de maio em diante.
- Decreto de 30 de Agosto de 1871, in: *Legislação Portuguesa* 1871, in: *Diário do Governo* N.º 195, 31 de Agosto de 1871 - approvando as instrucções regulamentares para os exames das concorrentes aos logares de professoras da escola normal primarias (sexo feminino) de Lisboa.
- Decreto de 2 de Maio de 1878, in: *Legislação Portuguesa* 1878, in: *Diário do Governo* N.º 110, 16 de Maio de 1878 - reforma e reorganisa o ensino primario.
- Carta de lei de 11 de Junho de 1880, in: *Legislação Portuguesa* 1880, in: *Diário do Governo* N.º 137, 19 de Junho de 1880 - modifica, altera e acrescenta a lei da reforma e reorganisação do ensino primario de 2 de maio de 1878.

- Decreto de 28 de Julho de 1881, in: *Legislação Portuguesa 1881*, in: *Diário do Governo* N.º 169, 1 de Agosto de 1881 - aprova o regulamento para execução das leis de 2 de maio de 1878 e 11 de junho de 1880.
- Carta de lei de 23 de Maio de 1884, in: *Legislação Portuguesa 1884*, in: *Diário do Governo* N.º 139, 23 de Junho de 1884 - cria e organisa um conselho superior de instrucção publica.
- Decreto de 17 de Novembro de 1884, in: *Legislação Portuguesa 1884*, in: *Diário do Governo* N.º 268, 24 de Novembro de 1884 - aprova o regulamento do conselho superior de instrucção publica.
- Decreto de 5 de Abril de 1890 - criando o ministerio dos negocios da instrucção publica e bellas artes.
- Carta de lei de 7 de Agosto de 1890, in: *Legislação Portuguesa 1890*, in: *Diário do Governo* N.º 184, 16 de Agosto de 1890 - concede ao governo varias auctorisações relativas á organização definitiva do ministerio dos negocios da instrucção publica e bellas artes.
- Decreto de 22 de Agosto de 1890 - regulamentando o ministerio dos negocios da instrucção publica e bellas artes.
- Decreto de 10 de Setembro de 1890, in: *Legislação Portuguesa 1890*, in: *Diário do Governo* N.º 215, 22 de Setembro de 1890 - aprovando o regulamento do conselho superior de instrucção publica e bellas artes.
- Decreto de 3 de Março de 1892, in: *Legislação Portuguesa 1892*, in: *Diário do Governo* N.º 50, 4 de Março de 1892 - extingue o ministerio dos negocios da instrucção publica e bellas artes, passando os respectivos serviços para o ministerio do reino, constituindo uma direcção geral (de instrucção publica).
- Decreto de 12 de Março de 1894, in: *Legislação Portuguesa 1894*, in: *Diário do Governo* N.º 72, 31 de Março de 1894 - criadas em Villa Real e na cidade de Evora escolas de habilitação para o magisterio primario.
- Decreto n.º 1 de 22 de Dezembro de 1894, in: *Legislação Portuguesa 1894*, in: *Diário do Governo*, N.º 292, 24 de Dezembro de 1894 - remodela os serviços da instrucção primaria.
- Decreto de 12 de Março de 1896, in: *Legislação Portuguesa 1896*, in: *Diário do Governo* N.º 69, 27 de Março de 1896 - regula os exames de instrucção primaria, que constituem habilitação para a matricula nos institutos de instrucção secundaria e especial.
- Decreto de 12 de Março de 1896, in: *Legislação Portuguesa 1896*, in: *Diário do Governo* N.º 72, 31 de Março de 1896 - mandando cessar o ensino das disciplinas da instrucção primaria complementar nas escolas constantes da relação junta, as quais ficam convertidas em escolas elementares.
- Decreto de 18 de Junho de 1896, in: *Legislação Portuguesa 1896*, in: *Diário do Governo* N.º 141, 27 de Junho de 1896 - aprova a Parte I do *Regulamento geral do ensino primario*, a qual comprehende: recenseamento escolar, organização dos cursos, exames e programmas do ensino elementar.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Decreto de 18 de Junho de 1896, in: *Legislação Portuguesa 1896*, in: *Diário do Governo* N.º 193, 29 de Agosto de 1896 - aprova a Parte II do regulamento geral do ensino primario, a qual comprehende o ensino complementar e os cursos de habilitação para o magisterio.
- Decreto de 17 de Outubro de 1896, in: *Legislação Portuguesa 1896*, in: *Diário do Governo* N.º 239, 22 de Outubro de 1896 - cria na cidade de Bragança uma escola de habilitação para o magisterio primario.
- Decreto de 21 de Janeiro de 1897, in: *Legislação Portuguesa 1897*, in: *Diário do Governo* N.º 23, 30 de Janeiro de 1897 - cria na cidade de Braga uma escola mixta de habilitação para o magisterio primario.
- Decreto de 1 de Fevereiro de 1897, in: *Legislação Portuguesa 1897*, in: *Diário do Governo* N.º 26, 4 de Fevereiro de 1897 - cria na cidade de Vianna do Castello uma escola mixta de habilitação para o magisterio primario.
- Carta de lei de 18 de Março de 1897, in: *Legislação Portuguesa 1897*, in: *Diário do Governo* N.º 70, 31 de Março de 1897 - reorganisa os serviços da instrucção primaria.
- Decreto de 11 de Novembro de 1897, in: *Legislação Portuguesa 1897*, in: *Diário do Governo* N.º 257, 13 de Novembro de 1897 - determina que na cidade de Vizeu seja organizada uma escola de habilitação para o magisterio primario.
- Decreto de 2 de Dezembro de 1897, in: *Legislação Portuguesa 1897*, in: *Diário do Governo* N.º 276, 6 de Dezembro de 1897 - determina que seja organizada na cidade de Aveiro uma escola de habilitação para o magisterio primario.
- Decreto de 3 de Dezembro de 1897, in: *Legislação Portuguesa 1897*, in: *Diário do Governo* N.º 294, 29 de Dezembro de 1897 - determina que na cidade de Castello Branco seja organizada uma escola de habilitação para o magisterio primario.
- Decreto de 17 de Fevereiro de 1898, in: *Legislação Portuguesa 1897*, in: *Diário do Governo* N.º 44, 26 de Fevereiro de 1898 - determina que na cidade de Leiria seja organizada uma escola de habilitação para o magisterio primario.
- Decreto de 10 de Setembro de 1898, in: *Legislação Portuguesa 1897*, in: *Diário do Governo* N.º 204, 14 de Setembro de 1898 - determina que na cidade de Portalegre seja organizada uma escola districtal de habilitação para o magisterio primario.
- Decreto de 1 de Dezembro de 1898, in: *Legislação Portuguesa 1898*, in: *Diário do Governo* N.º 273, 5 de Dezembro de 1898 - determina que na cidade de Ponta Delgada seja organizada uma escola districtal de habilitação para o magisterio primario.
- Decreto de 9 de Fevereiro de 1899, in: *Legislação Portuguesa 1899*, in: *Diário do Governo* N.º 44, 24 de Fevereiro de 1899 - determina que na cidade de Angra do Heroismo seja organizada uma escola districtal de habilitação para o magisterio primario.
- Decreto de 19 de Setembro de 1900, in: *Legislação Portuguesa 1900*, in: *Diário do Governo* N.º 213, 21 de Setembro de 1900 - determina que na cidade da Horta seja organizada uma escola districtal de habilitação para o magisterio primario de ambos os sexos.

- Decreto de 1 de Outubro de 1900, in: *Legislação Portuguesa 1900*, in: *Diário do Governo* N.º 223, 3 de Outubro de 1900 - determina que na cidade de Beja seja organizada uma escola districtal de habilitação para o magisterio primario de ambos os sexos.
- Decreto n.º 2 de 24 de Dezembro de 1901, in: *Legislação Portuguesa 1901*, in: *Diário do Governo*, N.º 294, 28 de Dezembro de 1901 - approva a nova organização dos serviços da direcção geral da instrucção publica.
- Decreto n.º 3 de 24 de Dezembro de 1901, in: *Legislação Portuguesa 1901*, in: *Diário do Governo*, N.º 294, 28 de Dezembro de 1901 - approva a reorganização do conselho superior de instrucção publica.
- Decreto n.º 8 de 24 de Dezembro de 1901, in: *Legislação Portuguesa 1901*, in: *Diário do Governo*, N.º 294, 28 de Dezembro de 1901 - approva a reforma do ensino primario.
- Decreto n.º 1 de 19 de Setembro de 1902, in: *Legislação Portuguesa 1902*, in: *Diário do Governo*, N.º 214, 23 de Setembro de 1902 - approva o regulamento do decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901 (reforma do ensino primario).
- Decreto de 18 de Outubro de 1902, in: *Legislação Portuguesa 1902*, in: *Diário do Governo*, N.º 237, 20 de Outubro de 1902 - approva o horario para o ensino das disciplinas que constituem os cursos das escolas normaes e de habilitação para o magisterio.
- Decreto de 18 de Outubro de 1902, in: *Legislação Portuguesa 1902*, in: *Diário do Governo*, N.º 237, 20 de Outubro de 1902 - approva os programmas das disciplinas que constituem o ensino primário em cada uma das differentes classes.
- Decreto de 4 de Dezembro de 1902, in: *Legislação Portuguesa 1902*, in: *Diário do Governo*, N.º 281, 4 de Dezembro de 1902 - approva os programmas das disciplinas que constituem o ensino das differentes classes das escolas normaes e de habilitação para o magisterio primario.
- Portaria de 17 de Junho de 1904, in: *Reformas do Ensino em Portugal 1900-1910*. Tomo I - Vol. IV 1.ª Parte - incumbindo Antonio Martins, professor de esgrima, e Joaquim José Luis Fernandes, medico, de estudar os meios de introduzir o ensino da gymnastica nos Lyceus e organizar o respectivo programma.
- Decreto de 29 de Agosto de 1905, in: *Legislação Portuguesa 1905*, in: *Diário do Governo*, N.º 194, 30 de Agosto de 1905 - reforma da instrucção secundaria.
- Portaria de 21 de Outubro de 1905, in: *Reformas do Ensino em Portugal 1900-1910*. Tomo I - Vol. IV 1.ª Parte - mandando adoptar nas escolas de ensino normal primario o methodo de gymnastica sueca.
- Decreto de 19 de Agosto de 1907, in: *Legislação Portuguesa 1907*, in: *Diário do Governo*, N.º 188, 24 de Agosto de 1907 - reorganizando os serviços superiores da instrucção pública.
- Regulamento de 30 de Setembro de 1907, in: *Legislação Portuguesa 1907*, in: *Diário do Governo*, N.º 221, 2 de Outubro de 1907 - approvando o regulamento do Conselho Superior de Instrucção Pública.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Portaria de 2 de Março de 1910, in: *Diário do Governo*, N.º 48, 3 de Março de 1910 - nomeando uma comissão para elaborar um programma de educação physica escolar.
- Consulta a que se refere a portaria supra (Portaria de 2 de Março de 1909), in: *Diário do Gôverno*, N.º 48, 3 de Março de 1910 - parecer da comissão supra a respeito de um regulamento elaborado pelos professores de gymnástica do liceu D. Manuel II, do Porto, em que se pede que seja aceito o método de Ling.
- Decreto de 29 de Março de 1911, in: *Legislação Portuguesa 1911*, in: *Diário do Governo*, N.º 73, 30 de Março de 1911 - reorganiza os serviços de instrução primaria.
- Lei de 27 de Abril de 1911, in: *Legislação Portuguesa 1911*, in: *Diário do Governo*, N.º 99, 29 de Abril de 1911 - organiza o Conselho Superior da Instrucção Pública.
- Lei de 21 de Maio de 1911, in: *Legislação Portuguesa 1911*, in: *Diário do Governo*, N.º 120, 24 de Maio de 1911 - cria nas Universidades de Coimbra e de Lisboa Escolas Normaes Superiores.
- Lei de 26 de Maio de 1911, in: *Legislação Portuguesa 1911*, in: *Diário do Governo*, N.º 123, 27 de Maio de 1911 - approva o regulamento para a instrucção militar preparatória.
- Decreto n.º 1 de 26 de Maio de 1911, in: *Legislação Portuguesa 1911*, in: *Diário do Governo*, N.º 124, 29 Maio de 1911 - cria annexas ás Universidades de Lisboa e de Coimbra duas Escolas de Educação Physica.
- Decreto de 3 de Junho de 1911, in: *Legislação Portuguesa 1911*, in: *Diário do Governo*, N.º 131, 6 de Junho de 1911 - permite que sejam admitidos à matrícula nas escolas normais de Lisboa, Pôrto e Coimbra os alunos dos liceus, seminários e escolas industriais que satisfaçam a determinados requisitos.
- Decreto de 5 de Junho de 1911, in: *Legislação Portuguesa 1911*, in: *Diário do Governo*, N.º 131, 6 de Junho de 1911 - permite o exercicio do magisterio primario livre a todos os professores que, exercendo-o á data da publicação da lei de 29 de março, como taes se inscreverem nas secretarias das respectivas circunscrições escolares até o fim de julho.
- Decreto regulamentar de 23 de Agosto de 1911, in: *Legislação Portuguesa 1911*, in: *Diário do Governo*, N.º 206, 4 de Setembro de 1911 - approva o regulamento das escolas normaes.
- Portaria de 1 de Junho de 1912, in: *Legislação Portuguesa 1912*, in: *Diário do Governo*, N.º 172, 24 de Julho de 1912 - approva e manda pôr em execução imediata o regulamento das sociedades de instrução militar preparatória.
- Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 1 de 12 de Agosto de 1912, in: *Legislação Portuguesa 1912*, in: *Diário do Governo*, N.º 220, 18 de Setembro de 1912 - approva o regulamento da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 1.
- Estatutos da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 2 de 12 de Agosto de 1912, in: *Legislação Portuguesa 1912*, in: *Diário do Governo*, N.º 220, 18 de Setembro de 1912 - approva o regulamento da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 2.

- Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 3 de 29 de Agosto de 1912, in: *Legislação Portuguesa* 1912, in: *Diário do Governo*, N.º 238, 10 de Outubro de 1912 - aprova o regulamento da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 3.
- Estatutos da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 4 de 7 de Setembro de 1912, in: *Legislação Portuguesa* 1912, in: *Diário do Governo*, N.º 248, 22 de Outubro de 1912 - aprova o regulamento da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 4.
- Estatutos para a Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 5 de 12 de Setembro de 1912, in: *Legislação Portuguesa* 1912, in: *Diário do Governo*, N.º 248, 22 de Outubro de 1912 - aprova o regulamento da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 5.
- Estatutos da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 6 de 27 de Setembro de 1912, in: *Legislação Portuguesa* 1912, in: *Diário do Governo*, N.º 283, 3 de Dezembro de 1912 - aprova o regulamento da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 6.
- Estatutos da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 7 de 27 de Setembro de 1912, in: *Legislação Portuguesa* 1912, in: *Diário do Governo*, N.º 283, 3 de Dezembro de 1912 - aprova o regulamento da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 7.
- Estatutos da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 8 de 1 de Outubro de 1912, in: *Legislação Portuguesa* 1912, in: *Diário do Governo*, N.º 283, 3 de Dezembro de 1912 - aprova o regulamento da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 8.
- Estatutos da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 9 de 9 de Outubro de 1912, in: *Legislação Portuguesa* 1912, in: *Diário do Governo*, N.º 283, 3 de Dezembro de 1912 - aprova o regulamento da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 9.
- Estatutos da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 10 de 7 de Novembro de 1912, in: *Legislação Portuguesa* 1912, in: *Diário do Governo*, N.º 303, 27 de Dezembro de 1912 - aprova o regulamento da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 10.
- Estatutos da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 11 de 14 de Dezembro de 1912, in: *Legislação Portuguesa* 1912, in: *Diário do Governo*, N.º 9, 11 de Janeiro de 1913 - aprova o regulamento da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 11.
- Estatutos da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 12 de 14 de Dezembro de 1912, in: *Legislação Portuguesa* 1912, in: *Diário do Governo*, N.º 9, 11 de Janeiro de 1913 - aprova o regulamento da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 12.
- Lei de 20 de Dezembro de 1912, in: *Legislação Portuguesa* 1912, in: *Diário do Governo*, N.º 300, 23 de Dezembro de 1912 - regula a admissão às escolas normais e de habilitação ao magistério primário e a frequência dos seus cursos no ano lectivo de 1912-1913.
- Estatutos da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 13 de 28 de Dezembro de 1912, in: *Legislação Portuguesa* 1912, in: *Diário do Governo*, N.º 35, 13 de Fevereiro de 1913 - aprova o regulamento da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 13.
- Estatutos da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 14 de 4 de Janeiro de 1913, in: *Legislação Portuguesa* 1913, in: *Diário do Governo*, N.º 35, 13 de Fevereiro de 1913 - aprova o regulamento da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 14.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Regulamento de 22 de Fevereiro de 1913, in: *Legislação Portuguesa* 1913, in: *Diário do Governo*, N.º 44, 24 de Fevereiro de 1913 - aprova o regulamento disciplinar dos funcionários civis constantes do mesmo decreto.
- Estatutos da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 17 de 15 de Março de 1913, in: *Legislação Portuguesa* 1913, in: *Diário do Governo*, N.º 90, 15 de Abril de 1913 - aprova o regulamento da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 17.
- Decreto de 7 de Junho de 1913, in: *Legislação Portuguesa* 1913, in: *Diário do Governo*, N.º 134, 11 de Junho de 1913 - determina que o ano lectivo nas escolas de instrução primaria termina em 31 de Julho, e regula o serviço de exames do 1.º e 2.º grau.
- Decreto de 27 de Junho de 1913, in: *Legislação Portuguesa* 1913, in: *Diário do Governo*, N.º 150, 30 de Junho de 1913 - determina que todos os alunos que provem ter dez anos completos de idade ou os completarem até 31 de Dezembro sejam admitidos a exame do 2.º grau, quando assim o requeiram.
- Lei n.º 12 de 7 de Julho de 1913, in: *Legislação Portuguesa* 1913, in: *Diário do Governo*, N.º 156, 7 de Julho de 1913 - criando o Ministério da Instrução Pública.
- Decreto n.º 132 de 12 de Setembro de 1913, in: *Legislação Portuguesa* 1913, in: *Diário do Governo*, N.º 214, de 13 de Outubro - que aprova o Regulamento disciplinar dos professores primários.
- Nova publicação, rectificada, do Decreto n.º 132 de 12 de Setembro de 1913, in: *Legislação Portuguesa* 1913, in: *Diário do Governo*, N.º 215, de 14 de Outubro - que aprova o Regulamento disciplinar dos professores primários.
- Decreto n.º 159 de 13 de Outubro de 1913, in: *Legislação Portuguesa* 1913, in: *Diário do Governo*, N.º 239, de 13 de Outubro - integra no Ministério da Instrução Pública serviços e estabelecimentos de ensino.
- Nova publicação, rectificada, do Decreto n.º 159 de 13 de Outubro de 1913, in: *Legislação Portuguesa* 1913, in: *Diário do Governo*, N.º 244, de 18 de Outubro de 1913 - sobre a constituição do Ministério de Instrução Pública.
- Nova publicação, rectificada, do Decreto de 13 de Outubro de 1913, in: *Legislação Portuguesa* 1913, in: *Diário do Governo*, N.º 5, de 10 de Janeiro de 1914 - da tabela de dotações orçamentais mandadas transitar de vários Ministérios para o de Instrução Pública pelo decreto n.º 159, de 13 de Outubro de 1913.
- Proposta de lei de 8 de Junho de 1914, in: *Diário do Governo*, IIª Série, N.º 133, 9 de Junho de 1914 - que autoriza o Govêrno a reorganizar a administração do ensino primário.
- Lei n.º 201, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 96, 13 de Junho de 1914 - regulando a colocação dos professores de instrução primária que, tendo sido exonerados a seu pedido, forem reintegrados no magistério oficial.
- Lei n.º 233, in *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 111, 7 de Julho de 1914 - reorganizando os serviços de ensino normal primário.

- Decreto n.º 853, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 164, 10 de Setembro de 1914 - inserindo várias disposições sobre o serviço de exames de admissão às escolas normais e de habilitação para o magistério primário.
- Decreto n.º 1:288, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 15, 20 de Janeiro de 1915 - regulando os exames de admissão às escolas de ensino normal e de habilitação para o magistério primário.
- Decreto n.º 1:302, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 22, 3 de Fevereiro de 1915 - aprovando a organização do Conselho de instrução Pública, anexa ao mesmo decreto.
- Decreto n.º 1:378, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 46, 3 de Março de 1915 - regulando a execução da lei de 3 de Junho de 1913, na parte relativa à preferência estabelecida para as professoras no provimento de segundos lugares nas escolas de ensino primário para o sexo masculino.
- Nova publicação, rectificadora, do Decreto n.º 1:792, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 154, 7 de Agosto de 1915 - do artigo 7.º do decreto, de 5 de Dezembro, regulamentando o regime de promoção dos professores primários.
- Decreto n.º 1:870, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 181, 9 de Setembro de 1915 - aprovando o programa dos exames de admissão à matrícula no curso de habilitação ao magistério primário superior.
- Lei n.º 424, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 183, 11 de Setembro de 1915 - classificando em quatro ordens as localidades em que houver escolas primárias e regulando a nomeação dos professores.
- Decreto n.º 1:979, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 213, 20 de Outubro de 1915 - mandando desdobrar em classes paralelas ou turmas as classes das escolas de ensino normal que contem mais de quarenta alunos.
- Decreto n.º 1:980, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 213, 20 de Outubro de 1915 - modificando o horário estabelecido para o ensino das disciplinas que constituem o curso transitório das escolas de ensino normal.
- Decreto n.º 2:213, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 24, 10 de Fevereiro de 1916 - aprovando o regulamento e programas para execução da lei n.º 233, sobre o ensino normal primário. Regulamento e programas a que se refere o supracitado decreto.
- Decreto n.º 2:387, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 92, 12 de Maio de 1916 - inserindo todas as disposições vigentes sobre ensino de instrução primária.
- Lei n.º 543, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 98, 19 de Maio de 1916 - permitindo, precedendo requerimento ao Ministério da Instrução Pública, exames de instrução primária elementar e complementar, num só acto, for a da época reulamentar, excepto em períodos de férias escolares, aos indivíduos do sexo feminino que tenham mais de 18 anos de idade, e aos do sexo masculino que hajam satisfeito o disposto na lei do recrutamento militar.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Lei n.º 588, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 116, 12 de Junho de 1916 - suspendendo por um ano a execução da lei de 7 de Julho de 1914, que reorganizou o ensino normal primário.
- Decreto n.º 2:549, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 153, 2 de Agosto de 1916 - determinando que a Inspeção de Sanidade Escolar passa a funcionar sob a dependência directa da Secretaria Geral do Ministério.
- Decreto n.º 2:887, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 245, 5 de Dezembro de 1916 - aprovando a compilação das disposições de lei em vigor sobre instrução primária anexa ao mesmo decreto.
- Nova publicação, rectificada, do Decreto n.º 2:887, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 255, 23 de Dezembro de 1916 - que insere todas as disposições de lei em vigor sobre instrução primária e normal.
- Nova publicação, rectificada, do Decreto n.º 2:887, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 2, 3 de Janeiro de 1917 - que insere todas as disposições da lei em vigor sobre instrução primária e normal.
- Decreto n.º 2:946, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 11, 20 de Janeiro de 1917 - aprovando o novo regulamento do Ministério de Instrução Pública, anexo ao mesmo decreto.
- Nova publicação, rectificada, do Decreto n.º 2:946, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 13, 24 de Janeiro de 1917 - regulamento do Ministério de Instrução Pública, inserto no *Diário* n.º 11.
- Decreto n.º 3:089, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 59, 16 de Abril de 1917 - aprovando o regulamento provisório do Instituto do Professorado Primário Oficial Português.
- Decreto n.º 3:108, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 65, 25 de Abril de 1917 - reorganizando o Conselho de Instrução Pública.
- Decreto n.º 3:232, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 108, 5 de Julho de 1917 - determinando que os professores de música e ginástica das escolas de ensino normal façam parte do júri de exames finais nessas escolas.
- Lei n.º 781, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 140, 22 de Agosto de 1917 - suspendendo por um ano em relação a Lisboa, e por dois anos em relação a Coimbra e Porto, a execução da lei n.º 233, de 7 de Julho de 1914, que reorganizou o ensino normal primário.
- Decreto n.º 4:579, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 155, 12 de Julho de 1918 - determinando o funcionamento da Nova Escola Normal Primária de Lisboa e inserindo várias disposições sobre o mesmo assunto.
- Decreto n.º 4:650, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 157-2º Suplemento, 14 de Julho de 1918 - reforma da instrução secundária.
- Decreto n.º 4:675, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 159, 18 de Julho de 1918 - reorganizando os serviços da Secretaria de Estado da Instrução Pública.
- Nova publicação, rectificada, do Decreto n.º 4:650, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 163, 23 de Julho de 1918 - reforma da instrução secundária.

- Decreto n.º 4:695, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 163, 23 de Julho de 1918 - remodelando os serviços de sanidade escolar.
- Decreto n.º 4:780, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 192, 5 de Setembro de 1918 - determinando que a cadeira de Ginástica Pedagógica da Escola Normal Primária de Lisboa passe a denominar-se Educação Física.
- Decreto n.º 4:786, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 194, 7 de Setembro de 1918 - aprovando o regulamento dos serviços da Secretaria de Estado da Instrução Pública.
- Decreto n.º 4:799, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 198, 12 de Setembro de 1918 - aprovando o Regulamento da instrução secundária.
- Decreto n.º 5:078, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 1, 2 de Janeiro de 1919 - aprovando o regulamento das Escolas Primárias Superiores.
- Decreto n.º 5:168, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 36, 22 de Fevereiro de 1919 - aprovando e mandando pôr em execução o regulamento de sanidade escolar.
- Portaria de 5 de Abril de 1919, in: *Diário do Governo*, IIª Série, N.º 79, 7 de Abril de 1919 - nomeando uma comissão a fim de proceder à reorganização dos serviços do ensino primário, à revisão dos programas e distribuição das diferentes disciplinas que constituem o curso das escolas normais primárias, instituídas pela lei n.º 233, de 7 de Julho de 1914, e bem assim à remodelação dos serviços de fiscalização do ensino primário.
- Decreto n.º 5:504, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 93, 5 de Maio de 1919 - transformando, a partir de 1 de Julho de 1919, em Escolas Primárias Superiores as antigas Escolas Normais de Lisboa, Pôrto e Coimbra e as de Habilitação ao Magistério do Ensino primário nas sedes dos restantes distritos do país.
- Decreto n.º 5:505, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 93, 5 de Maio de 1919 - criando três Escolas Primárias Superiores com sedes, respectivamente, em Lisboa, Pôrto e Santarém, além das Escolas Primárias Superiores resultantes da transformação determinada pelo artigo 1.º do decreto n.º 5:504, de 5 de Maio de 1919.
- Decreto n.º 5:787-A, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 98 - 18º Suplemento, 10 de Maio de 1919 - aprovando e mandando pôr em execução o regulamento das escolas primárias superiores.
- Decreto n.º 5:787-B, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 98 - 18º Suplemento, 10 de Maio de 1919 - inserindo a reorganização do ensino primário.
- Rectificações aos decretos n.ºs 5:787-B (Reorganização do Ensino Primário) e 5:787-A (Regulamento das Escolas Primárias Superiores), publicados no 18.º Suplemento ao *Diário do Govêrno* n.º 98, de 10 de Maio de 1919, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 105, 31 de Maio de 1919 - estes decretos passam, respectivamente, a ter os n.ºs 5:787-A e 5:787-B.
- Nova publicação, rectificadora, do Decreto n.º 5:787-A, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 122, 19 de Junho de 1919 - aprovando a reorganização dos serviços de instrução primária.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Decreto n.º 5:987, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 152, 1 de Agosto de 1919 - inserindo os programas dos exames de habilitação para o exercício do magistério primário nas escolas móveis.
- Portaria n.º 1:997, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 187, 16 de Setembro de 1919 - inserindo várias disposições sobre a idade para a admissão à matrícula nas escolas primárias superiores e nas escolas de ensino normal primário.
- Decreto n.º 6:137, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 198, 29 de Setembro de 1919 - aprovando o regulamento do ensino primário e normal.
- Decreto n.º 6:157, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 208, 14 de Outubro de 1919 - aprovando o regulamento dos cursos de aperfeiçoamento junto das escolas normais primárias, para professores primários diplomados pelas antigas escolas de ensino normal.
- Decreto n.º 6:190, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 222, 31 de Outubro de 1919 - aprovando o regulamento do Conselho Superior de Instrução Pública.
- Decreto n.º 6:203, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 227, 7 de Novembro de 1919 - aprovando os programas do ensino primário geral, do ensino primário superior, do ensino normal primário e do exame de admissão às Escolas Normais Primárias.
- Nova publicação, rectificada, do regulamento do ensino primário e normal, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 252, 11 de Dezembro de 1919 - por ter saído com inexactidões o regulamento do ensino primário e normal, inserto no *Diário do Governo* n.º 198, de 29 de Setembro de 1919.
- Nova publicação, rectificada, do Decreto n.º 6:023, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 254, 13 de Dezembro de 1919 - do Programa de Noções Práticas de Higiene e Puericultura do Ensino Primário Superior, inserto no *Diário do Governo* n.º 227, de 7 de Novembro de 1919.
- Portaria n.º 2:180, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 42, 26 de Fevereiro de 1920 - aprovando e pondo em execução o regulamento oficial de educação física.
- Lei n.º 971, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 102, 17 de Maio de 1920 - autorizando o Governo a remodelar, até o fim do corrente ano económico de 1919-1920, os serviços públicos dependentes de todos os Ministérios, para o efeito de reduzir os quadros de pessoal e fazer nas dotações de verbas para material as economias compatíveis com o bom funcionamento dos mesmos serviços.
- Lei n.º 1:068, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 234, 18 de Novembro de 1920 - regulando a matrícula nas escolas primárias superiores no corrente ano lectivo de 1920-1921; autorizando o Governo a estabelecer exames de admissão a todas as faculdades, cursos e estabelecimentos de ensino, e ilibando-o da responsabilidade em que incorreu por ter realizado idênticos exames no ano lectivo findo.
- Decreto n.º 7:185, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 243, 30 de Novembro de 1920 - regulamentando a lei n.º 1:068, de 18 de Novembro de 1920, na parte relativa aos exames de admissão às escolas primárias, a realizar no ano lectivo de 1920.

- Decreto n.º 7:311, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 32, 15 de Fevereiro de 1921 - aprovando os programas do ensino primário geral anexos ao mesmo decreto.
- Decreto n.º 7:525 in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 110, de 27 de Maio de 1921 - regulamentando as transferências dos professores das escolas primárias superiores.
- Decreto n.º 7:662, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 161, 9 de Agosto de 1921 - aprovando o regulamento de provas inter-escolares de educação física anexo ao mesmo decreto.
- Decreto n.º 7:802, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 228, 14 de Novembro de 1921 - regulando o funcionamento das Escolas Primárias Superiores.
- Nova publicação, rectificada, do Decreto n.º 7:802 (rectificação), in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 233, 19 de Novembro de 1921 - por ter saído com inexactidões o decreto, de 14 de Novembro de 1921, regulando o funcionamento das Escolas Primárias Superiores.
- Decreto n.º 8:140, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 92, 12 de Maio de 1922 - regula o funcionamento das Juntas Escolares.
- Decreto n.º 8:559, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 2, 3 de Janeiro de 1923 - aprova e manda pôr em execução o regulamento das provas inter-escolares de educação física, que constitui a Festa Nacional criada pelo decreto n.º 7:662.
- Proposta de lei de 21 de Junho de 1923, in: *Diário do Govêrno*, IIª Série, N.º 151, 2 de Julho de 1923 - para que seja organizada a educação nacional.
- Proposta de lei de 29 de Junho de 1923, in: *Diário do Govêrno*, IIª Série, N.º 151, 2 de Julho de 1923 - para que seja autorizado o Govêrno a modificar os serviços da sanidade escolar do Ministério de Instrução Pública.
- Decreto n.º 9:223, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 235, 6 de Novembro de 1923 - modifica algumas disposições do regulamento de ensino primário e normal, publicado no *Diário do Govêrno* n.º 198, de 29 de Setembro de 1919, e rectificado no *Diário do Govêrno* n.º 252, de 11 de Dezembro do mesmo ano.
- Decreto n.º 9:314, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 269, 18 de Dezembro de 1923 - regula a forma da distribuição dos professores das escolas primárias superiores pelos grupos estabelecidos no decreto n.º 8:932.
- Decreto n.º 9:316, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 269, 18 de Dezembro de 1923 - cria a secção masculina do Instituto do Professorado Primário Oficial.
- Decreto n.º 9:321, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 271, 20 de Dezembro de 1923 - aprova as alterações ao regulamento das provas inter-escolares de educação física que constituem a Festa Nacional criada pelo decreto n.º 7:662.
- Decreto n.º 9:354, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 4, 7 de Janeiro de 1924 - suprime, a partir de 30 de Junho de 1924, as Escolas Primárias Superiores.
- Nova publicação, rectificada, do Decreto n.º 9:354, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 30, 9 de Fevereiro de 1924 - que suprime, a partir de 30 de Junho de 1924, as Escolas Primárias Superiores.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Portaria de 17 de Março de 1924, in: *Diário do Govêrno*, IIª Série, N.º 64, 19 de Março de 1924
 - nomeia a comissão encarregada da remodelação do ensino primário superior.
- Portaria de 17 de Março de 1924, in: *Diário do Govêrno*, IIª Série, N.º 64, 19 de Março de 1924
 - nomeia uma comissão para rever e modificar o actual regulamento do ensino primário infantil e geral.
- Decreto n.º 9:519, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 62, 20 de Março de 1924 - determina que o professor de Metodologia geral de educação física seja um professor ou assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa - Autoriza os alunos que obtiveram aproveitamento no 1.º ano do curso criado pelo decreto n.º 7:246 a matricularem-se no primeiro ano do curso normal de educação física, reorganizado pelo decreto n.º 9:125.
- Portaria n.º 4:021, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 105, 13 de Maio de 1924 - insere várias disposições atinentes a intensificar a propaganda da Festa Nacional de Educação Física.
- Decreto n.º 9:763, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 124, 4 de Junho de 1924 - aprova as bases da reorganização do ensino primário superior.
- Nova publicação, rectificada, do Decreto n.º 9:763, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 133, 16 de Junho de 1924 - das bases da reorganização do ensino primário superior, aprovadas pelo decreto n.º 9:763.
- Decreto n.º 10:597, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 49, de 5 de Março de 1925 - manda proceder à revisão dos programas do ensino primário geral e primário superior, dos diplomas que regulam a distribuição dos serviços de regência nas várias escolas, e bem assim à fiscalização e estabelecimento de normas a seguir para adopção dos livros de ensino.
- Nova publicação, rectificada, do Decreto n.º 10:597, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 52, de 9 de Março de 1925 - manda proceder à revisão dos programas do ensino primário geral e primário superior, dos diplomas que regulam a distribuição dos serviços de regência nas várias escolas, e bem assim à fiscalização e estabelecimento de normas a seguir para adopção dos livros de ensino.
- Decreto n.º 10:638, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 64, 24 de Março de 1925 - cria escolas de educação física da armada.
- Decreto n.º 11:638, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 95, 4 de Maio de 1926 - regula as transferências, permutas e provimento definitivo, temporário e interino dos professores de ensino primário geral e infantil.
- Decreto n.º 11:651, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 98, 7 de Maio de 1926 - determina que nenhum aluno das escolas dependentes do Ministério da Instrução Pública possa dedicar-se a práticas desportivas de qualquer natureza sem uma autorização escrita dos chefes dos estabelecimentos em que se encontram matriculados, declarando-o apto para as realizar.

- Decreto n.º 11:730, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 126, 15 de Junho de 1926 - extingue as Escolas Primárias Superiores a partir de 30 de Junho de 1926.
- Decreto n.º 11:981, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 163, 28 de Julho de 1926 - extingue o actual Conselho Superior de Instrução Pública e cria, em sua substituição, outra organização com o mesmo título, que funcionará nos termos do presente decreto.
- Decreto n.º 12:256, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 195, 3 de Setembro de 1926 - regula a organização, funcionamento e atribuições do Conselho Superior de Instrução Pública, criado pelo decreto n.º 11:981.
- Decreto n.º 13:619, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 100, 17 de Maio de 1927 - promulga várias disposições sobre ensino primário geral.
- Decreto n.º 13:791, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 125, 17 de Junho de 1927 - promulga várias disposições sobre ensino primário infantil, elementar e complementar.
- Decreto n.º 13:792, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 125, 17 de Junho de 1927 - regula a forma de realização dos exames finais das escolas normais primárias.
- Decreto n.º 14:417, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 225, 12 de Outubro de 1927 - aprova os programas do ensino primário elementar.
- Portaria n.º 5060, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 233, 21 de Outubro de 1927 - aprova as instruções pedagógicas para a execução dos programas de ensino primário elementar postos em vigor pelo decreto n.º 14:417.
- Decreto n.º 14:463, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 234, 22 de Outubro de 1927 - aprova os horários para as escolas primárias elementares, com as respectivas instruções, elaborados pelo Conselho de Inspeção do Ensino Primário.
- Decreto n.º 14:899, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 12, 16 de Janeiro de 1928 - regula a forma como devem transitar de uma a outra classe os alunos do ensino primário elementar e estabelece as normas para a realização dos exames do mesmo ensino criados pelo artigo 8.º do decreto n.º 13:791.
- Decreto n.º 14:900, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 12, 16 de Janeiro de 1928 - aprova os programas do ensino primário complementar.
- Portaria n.º 5:155, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 12, 16 de Janeiro de 1928 - aprova as instruções a observar para a execução dos programas do ensino primário complementar.
- Decreto n.º 15:032, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 38, 15 de Fevereiro de 1928 - estabelece desde já o regime de separação de sexos nas escolas das localidades em que haja mais de uma escola de instrução primária elementar.
- Decreto n.º 15:088, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 47, 23 de Fevereiro de 1928 - determina que em todas as escolas portuguesas, qualquer que seja o Ministério ou corporação administrativa de que dependam e o ramo ou grau de ensino que nelas se ministre, se intensifique ou se inicie o estudo das colónias portuguesas, a fim de se desenvolver uma intensa propaganda do império colonial português.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Decreto n.º 15:365, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 85, 14 de Abril de 1928 - extingue igualmente o Liceu da Horta e as escolas Normais Primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada - Limita, a partir do próximo ano lectivo, a matrícula nos liceus de Lisboa, Pôrto e Coimbra - Determina que, desde o próximo ano lectivo, só seja permitido o funcionamento dos cursos liceais de letras e sciências nas classes cuja matrícula atinja, pelo menos, dez alunos.
- Decreto n.º 15:886, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 194, 24 de Agosto de 1928 - restabelece as Escolas Normais Primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada.
- Nova publicação, rectificadora, do Decreto n.º 15:886, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 206, 7 de Setembro de 1928 - que restabelece as Escolas Normais Primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada.
- Decreto n.º 15:954, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 211, 13 de Setembro de 1928 - manda proceder à organização do recenseamento geral da população infantil em idade escolar.
- Decreto n.º 16:077, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 247, 26 de Outubro de 1928 - aprova os programas para o ensino primário elementar e as instruções para execução dos referidos programas.
- Decreto n.º 16:381, de 16 de Janeiro, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 13, 16 de Janeiro de 1929 - cria no Ministério da Instrução Pública um organismo permanente, que se denominará Junta de Educação Nacional.
- Decreto n.º 16:481, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 32, 8 de Fevereiro de 1929 - reorganiza os serviços do Ministério da Instrução Pública.
- Decreto n.º 16:730, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 83, 13 de Abril de 1929 - aprova os novos programas para o ensino primário elementar.
- Decreto n.º 16:836, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 108, 15 de Maio de 1929 - aprova o regulamento do Ministério da Instrução Pública.
- Decreto n.º 17:037, 24 de junho de 1929 - regulamento da Junta Nacional de Educação.
- Decreto n.º 18:104, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 64, 19 de Março de 1930 - reorganiza o Conselho Superior de Instrução Pública.
- Decreto n.º 18:128, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 69, 25 de Março de 1930 - aprova o regulamento da secção feminina de Lisboa do Instituto do Professorado Primário Oficial Português.
- Nova publicação, rectificadora, do Decreto n.º 18:104, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 70, 26 de Março de 1930 - que reorganiza o Conselho Superior de Instrução Pública.
- Decreto n.º 18:140, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 72, 28 de Março de 1930 - estabelece dois graus no ensino primário elementar, devendo caber a cada um dêles a competente prova de exame.
- Decreto n.º 18:413, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 126, 2 de Junho de 1930 - regula a execução das provas de exames e passagens de classe no ensino primário elementar.

- Nova publicação, rectificadora, do Decreto n.º 18:413, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 157, 9 de Julho de 1930 - que regula a execução das provas de exames e passagem de classe no ensino primário elementar.
- Decreto n.º 18:593, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 159, 11 de Julho de 1930 - altera várias disposições orgânicas do Ministério da Instrução Pública.
- Decreto n.º 18:646, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 166, 19 de Julho de 1930 - institui as escolas do magistério primário destinadas à preparação do professorado primário, elementar e infantil, em substituição das escolas normais primárias, que ficam extintas.
- Decreto n.º 18:664, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 170, 24 de Julho de 1930 - aprova o regulamento da secção do ensino primário do Conselho Superior de Instrução Pública.
- Decreto n.º 18:724, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 180, 5 de Agosto de 1930 - permite o funcionamento nas escolas de ensino primário elementar e no ano lectivo de 1930-1931 de cursos nocturnos até o limite total de quinhentos.
- Nova publicação, rectificadora, do Decreto n.º 18:646, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 187, 13 de Agosto de 1930 - do artigo 45.º e §§ 1.º e 2.º do decreto n.º 18:646, que institui as escolas do magistério primário destinadas à preparação do professorado primário, elementar e infantil, em substituição das escolas normais primárias, que ficam extintas.
- Decreto n.º 18:863, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 216, 17 de Setembro de 1930 - regulamenta os exames de admissão às escolas do magistério primário.
- Decreto n.º 18:869, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 217, 18 de Setembro de 1930 - dispensa para a matrícula referente ao ano lectivo de 1930-1931 as provas de aptidão a que se referem o artigo 16.º e o § único do artigo 21.º do decreto n.º 18:646, que institui as escolas do magistério primário.
- Decreto n.º 19:478, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 64, 18 de Março de 1931 - estabelece as condições reguladoras da comparência dos funcionários e das faltas ao serviço.
- Decreto n.º 19:531, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 74, 30 de Março de 1931 - regula o provimento dos professores do ensino primário elementar.
- Decreto n.º 19:552, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 76, 1 de Abril de 1931 - remodela os serviços da Junta de Educação Nacional.
- Decreto n.º 19:932, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 143, 21 de Junho de 1931 - estabelece as provas teóricas de higiene e educação física, oftalmologia e otorinolaringologia a prestar no concurso de provas públicas para o provimento do lugar de médico efectivo dos estabelecimentos dependentes do Ministério da Instrução Pública.
- Decreto n.º 20:181, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 182, 7 de Agosto de 1931 - remodela os serviços do ensino primário elementar oficial - Considera nulos os arrendamentos de prédios que hajam sido adquiridos pelo estado para funcionamento de escolas dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Decreto n.º 20:254, in: *Diário do Governo*, Iª Série, Nº 197, 25 de Agosto de 1931 - dá nova redacção aos artigos 9.º, 15.º e seu § único, artigo 24.º, corpo do artigo 44.º e artigos 45.º, 52.º e 85.º do decreto n.º 18:646, que institue as escolas do magistério primário destinadas à preparação do professorado primário, elementar e infantil, em substituição das escolas normais primárias, que ficam extintas.
- Decreto n.º 20:741, in: *Diário do Governo*, Iª Série, Nº 8, 11 de Janeiro de 1932 - promulga o Estatuto do Ensino Secundário.
- Decreto n.º 21:034, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 74, 29 de Março de 1932 - cria no Ministério da Instrução Pública a Repartição de Educação Física e regula o seu funcionamento.
- Decreto n.º 21:110, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 90, 16 de Abril de 1932 - aprova e manda pôr em execução o regulamento de educação física dos liceus.
- Nova publicação, rectificada, do Decreto n.º 21:034, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 91, 18 de Abril de 1932 - que cria no Ministério da Instrução Pública a Repartição de Educação Física e regula o seu funcionamento.
- Decreto n.º 21:695, in: *Diário do Governo*, Iª Série, Nº 229, 29 de Setembro de 1932 - reorganiza o ensino de preparação para o magistério primário.
- Decreto n.º 21:712, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 235, 7 de Outubro de 1932 - extingue as escolas complementares do ensino primário.
- Nova publicação, rectificada, do Decreto n.º 21:712, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 237, 10 de Outubro de 1932 - que extingue as escolas complementares do ensino primário.
- Decreto n.º 22:307, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 58, 13 de Março de 1933 - cria a Escola de Educação Física do Exército e extingue a Escola de Esgrima do Exército.
- Decreto n.º 22:369, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 73, 30 de Março de 1933 - reorganiza os serviços de direcção e administração, orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino, e inspecção e disciplinares dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário.
- Decreto n.º 22:751, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 143, 28 de Junho de 1933 - cria no Ministério da Instrução Pública a Direcção Geral da Saúde Escolar, que superintenderá em tudo que respeite às condições sanitárias, médico-pedagógicas e higiénicas do pessoal discente das escolas oficiais e particulares, dos respectivos meios de ensino e edifícios.
- Decreto n.º 22:752, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 143, 28 de Junho de 1933 - abre concurso para o provimento dos lugares de médicos escolares, que se realizará no decurso do mês de Novembro próximo.
- Decreto n.º 23:735, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 77, 3 de Abril de 1934 - aprova o regulamento dos Exames de Estado para o magistério primário, elementar, infantil e especial de anormais.
- Decreto n.º 23:807, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 99, 28 de Abril de 1934 - regulamenta os serviços da Direcção-Geral da Saúde Escolar.

- Decreto-lei n.º 25:495, in: *Diário do Governo*, 1ª Série, N.º 134, 13 de Junho de 1935 - cria a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.
- Decreto-lei n.º 26:115, in: *Diário do Governo*, 1ª Série, N.º 272, 23 de Novembro de 1935 - promulga a reforma de vencimentos do funcionalismo público.
- Lei n.º 1:941, in: *Diário do Governo*, 1ª Série, N.º 84, 11 de Abril de 1936 - estabelece as bases da organização deste Ministério, que passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional.
- Decreto n.º 26:611, in: *Diário do Governo*, 1ª Série, N.º 116, 19 de Maio de 1936 - aprova o regimento da Junta de Educação Nacional.
- Decreto n.º 26:893, in: *Diário do Governo*, 1ª Série, N.º 191, 15 de Agosto de 1936 - aprova os estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (O.M.E.N.).
- Decreto-lei n.º 27:279, in: *Diário do Governo*, 1ª Série, N.º 276, 24 de Novembro de 1936 - estabelece as bases em que deve assentar o ensino primário.
- Decreto n.º 27:301, in: *Diário do Governo*, 1ª Série, N.º 284, 4 de Dezembro de 1936 - aprova o regulamento da organização nacional Mocidade Portuguesa (M.P.).
- Decreto n.º 27:603, in: *Diário do Governo*, 1ª Série, N.º 72, 29 de Março de 1937 - aprova os programas do ensino primário elementar.
- Decreto n.º 28:262, in: *Diário do Governo*, 1ª Série, N.º 285, 8 de Dezembro de 1937 - aprova o regulamento da organização nacional Mocidade Portuguesa Feminina (M.P.F.).
- Lei n.º 1:969, in: *Diário do Governo*, 1ª Série, N.º 115, 20 de Maio de 1938 - promulga as bases da reforma do ensino primário.
- Decreto n.º 28:910, in: *Diário do Governo*, 1ª Série, N.º 186, 12 de Agosto de 1938 - extingue a Escola de Educação Física da Armada e a Direcção de Educação Física da Armada.
- Decreto n.º 29:992, in: *Diário do Governo*, 1ª Série, N.º 247, 21 de Outubro de 1939 - regulamentação do Decreto n.º 26:611, de 19 de Maio de 1936, no respeitante a equivalência de habilitações.
- Decreto-lei n.º 30:279, in: *Diário do Governo*, 1ª Série, N.º 19, 23 de Janeiro de 1940 - cria em Lisboa o Instituto Nacional de Educação Física (I.N.E.F.) destinado a estimular e orientar, dentro da missão cooperadora do Estado com a família, e no plano da educação integral estabelecido pela Constituição, o revigoramento físico da população portuguesa - Permite a criação de institutos e centros formativos de agentes de ensino de educação física noutras cidades, em especial Coimbra e Pôrto, com a colaboração das autarquias locais, em tudo sujeitos à jurisdição e orientação técnica do Ministério, através do I.N.E.F.
- Proposta de Lei apresentada pelo Senhor Ministro da Educação Nacional, Professor Doutor Carneiro Pacheco, à Assembleia Nacional para a criação do Instituto Nacional de Educação Física, in: *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física*, N.º 1, Agosto de 1940: 48-80.
- Decreto n.º 30:921, in: *Diário do Governo*, 1ª Série, N.º 278, 29 de Novembro de 1940 - aprova o regulamento da disciplina da Mocidade Portuguesa (M.P.).

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Decreto-lei n.º 30:951, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 286, 10 de Dezembro de 1940 - insere várias disposições relativas à habilitação para o exercício do magistério oficial primário.
- Decreto n.º 30:968, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 290, 14 de Dezembro de 1940 - aprova o regulamento e programas dos exames de habilitação para o exercício do magistério primário oficial prescritos no decreto-lei n.º 30:951.
- Decreto n.º 31:036, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 301, 28 de Dezembro de 1940 - promulga os estatutos da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (F.N.A.T.).
- Decreto n.º 31:907, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 55, 9 de Março de 1942 - regula o provimento dos lugares de médicos escolares dos ensinos primário e técnico.
- Decreto-lei n.º 31:908, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 55, 9 de Março de 1942 - determina que todas as organizações, associações ou instituições que tenham por objecto a educação cívica, moral e física da juventude careçam, para se constituir e poder exercer actividade, de aprovação dos estatutos pelo comissário nacional da Organização Nacional Mocidade Portuguesa.
- Decreto-Lei n.º 32:241, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 208, 5 de Setembro de 1942 - reorganiza alguns serviços do Ministério.
- Decreto-lei n.º 32:243, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 208, 5 de Setembro de 1942 - regula o funcionamento das escolas do magistério primário.
- Decreto n.º 32:629, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 12, 16 de Janeiro de 1943 - aprova os programas das escolas do magistério primário.
- Decreto n.º 32 946, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 162, 3 de Agosto de 1943 - promulga o Regulamento Geral da Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar.
- Decreto-lei n.º 33:019, 1 de Setembro de 1943 - criava as Escolas do Magistério Primário para funcionarem no Funchal e Ponta Delgada,
- Decreto n.º 33:556, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 38, 24 de Fevereiro de 1944 - dá nova redacção ao artigo 11.º e ao § 1.º do artigo 35.º do decreto n.º 32:946, que promulga o regulamento geral da Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar.
- Decreto-lei n.º 35:227, de 7 de Dezembro de 1945 - criava a Escola do Magistério Primário da Horta.
- Decreto-lei n.º 36:411, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 159, 12 de Julho de 1947 - insere disposições relativas a quadros e serviços do Ministério.
- Decreto-lei n.º 36:839, de 19 de Abril de 1948 - criava a Escola do Magistério Primário de Angra do Heroísmo.
- Decreto-Lei n.º 37:835, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 96, 24 de Maio de 1950 - reconhece as isenções constantes dos artigos 41.º e 42.º dos estatutos da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, aprovados pelo Decreto n.º 37:836 - revoga o Decreto-Lei n.º 25:495.

- Decreto n.º 37:836, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 96, 24 de Maio de 1950 - promulga os estatutos da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (F.N.A.T.), criada pelo Decreto-Lei n.º 25:495 - revoga o Decreto n.º 31:036.
- Decreto n.º 38:369, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 165, 6 de Agosto de 1951 - estabelece o recenseamento escolar, que abrangerá todas as crianças de idade compreendida entre os 7 e os 11 anos completos ou a completar até 31 de Dezembro.
- Decreto-Lei n.º 38 968, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 241, 27 de Outubro de 1952 - reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar, reorganiza a assistência escolar, cria os cursos de educação de adultos e promove uma campanha nacional contra o analfabetismo.
- Decreto n.º 38 969, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 241, 27 de Outubro de 1952 - regula a execução do Decreto-Lei n.º 38 968, que reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar.
- Lei n.º 2 064, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 130, 22 de Junho de 1953 - promulga as bases da reorganização da educação física nacional.
- Lei n.º 2086, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 177, 22 de Agosto de 1956 - promulga as bases para a instituição das corporações - Revoga o Decreto-Lei n.º 29 110.
- Decreto-Lei n.º 40 762, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 191, 7 de Setembro de 1956 - reorganiza a Direcção-Geral do Ensino Primário.
- Decreto-Lei n.º 40 964, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 284, 31 de Dezembro de 1956 - amplia e reforça o regime da obrigatoriedade do ensino primário elementar - Dá nova estrutura a alguns serviços da Direcção-Geral do Ensino Primário - Altera a redacção de várias disposições dos Decretos-Leis n.º 30 951 e 38 968 e dos Decretos n.º 20 181 e 38 969 e revoga o disposto no § 11.º do n.º 12.º do artigo 3.º de Decreto n.º 19 531 e no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 30 951.
- Decreto-Lei n.º 41 447, in: *Diário do Govêrno*, Iª Série, N.º 286, 17 de Dezembro de 1957 - promulga o novo plano de estudos do Instituto Nacional de Educação Física e insere disposições atinentes ao funcionamento do mesmo estabelecimento.
- Decreto-Lei n.º 42 994, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 125, 28 de Maio de 1960 - actualiza os programas do ensino primário a adoptar a partir do próximo ano lectivo - Declara obrigatória a frequência da 4.ª classe para todos os menores com a idade escolar prevista no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 38 968.
- Portaria n.º 18 081, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 275, 26 de Novembro de 1960 - aprova o Regulamento do Curso de Instrutores de Educação Física, professado no Instituto Nacional de Educação Física.
- Decreto-Lei n.º 43 369, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 279, 2 de Dezembro de 1960 - altera o plano de estudos das escolas do magistério primário e insere outras disposições relativas ao funcionamento das referidas escolas.
- Decreto-Lei n.º 43 777, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 152, 3 de Julho de 1961 - atribui à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a organização e exploração, em regime de

exclusivo para a metrópole e para o ultramar, dos concursos de prognósticos ou apostas mútuas sobre resultados de competições desportivas.

- Portaria n.º 18 870, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 284, 9 de Dezembro de 1961 - dá nova redacção à alínea a) do artigo 3.º do Regulamento do Curso de Instrutores de Educação Física, aprovado pela Portaria n.º 18 081.
- Decreto-Lei n.º 45 810, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 160, 9 de Julho de 1964 - amplia o período de escolaridade obrigatória.
- Portaria n.º 20 786, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 208, 4 de Setembro de 1964 - aprova o Regulamento do Curso de Instrutores de Educação Física.
- Decreto-Lei n.º 46 449, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 163, 23 de Julho de 1965 - cria o Fundo de Fomento do Desporto e dá nova redacção à alínea a) do § 1.º do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 43777.
- Decreto n.º 46 476, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 177, 9 de Agosto de 1965 - introduz alterações no Decreto n.º 32 946, que promulga o Regulamento Geral da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar.
- Portaria n.º 21 770, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 1, 3 de Janeiro de 1966 - manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, observadas as alterações constantes da presente portaria, o Regulamento do Curso de Instrutores de Educação Física, aprovado pela Portaria n.º 20 786.
- Decreto-Lei n.º 47 211, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 222, 23 de Setembro de 1966 - insere disposições necessárias a completar as do Decreto-Lei n.º 45 810, que amplia o período de escolaridade obrigatória.
- Decreto n.º 47 215, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 222, 23 de Setembro de 1966 - institui a Corporação da Educação Física e Desportos.
- Decreto-Lei n.º 47 311, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 263, 12 de Novembro de 1966 - actualiza as disposições por que se rege a Organização Nacional Mocidade Portuguesa, instituída de harmonia com a Lei n.º 1941 e abreviadamente designada por Mocidade Portuguesa.
- Decreto-Lei n.º 47 587, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 59, 10 de Março de 1967 - permite ao Ministro da Educação Nacional determinar ou autorizar a realização de experiências pedagógicas em estabelecimentos de ensino público dependentes do respectivo Ministério para além dos casos e limites em que essa realização já é possível segundo a legislação vigente.
- Decreto-Lei n.º 47 744, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 129, 2 de Junho de 1967 - cria um lugar de chefe de secção e aumenta para quatro o número de lugares de terceiro-oficial no quadro do pessoal da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei N.º 36 411 - Extingue os conselhos técnicos e desportivos mencionados no 4 1.º do artigo 12.º do Decreto-Lei N.º 32 241 e no artigo 8.º do Decreto n.º 32 946.

- Portaria n.º 22 966, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 242-Suplemento, 17 de Outubro de 1967 - aprova, a título experimental, os programas do ciclo complementar do ensino primário.
- Portaria n.º 23 485, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 167, 16 de Julho de 1968 - aprova os programas do ciclo elementar do ensino primário.
- Decreto-Lei n.º 48 541, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 199, 23 de Agosto de 1968 - insere disposições relativas aos serviços dependentes da Direcção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário e introduz alterações no Decreto-Lei n.º 47 480 - Revoga o disposto na 2.ª parte do n.º 2 do artigo 25.º do referido decreto-lei.
- Decreto n.º 48 572, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 213, 9 de Setembro de 1968 - aprova o Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário.
- Portaria n.º 23 601, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 213-2º Suplemento, 9 de Setembro de 1968 - aprova os programas do ciclo preparatório do ensino secundário, instituído pelo Decreto-Lei n.º 47 480.
- Decreto n.º 48 887, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 51, 1 de Março de 1969 - altera o artigo 3.º do decreto n.º 46 476, que introduz alterações no Decreto n.º 32 946 (Regulamento Geral da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar).
- Decreto-Lei n.º 49 233, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 213, 11 de Setembro de 1969 - cria as Escolas de Instrutores de Educação Física de Lisboa e do Porto, estabelecimentos de ensino público, de grau médio, que ficam na dependência da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar.
- Decreto-Lei n.º 556/70, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 264, 13 de Novembro de 1970 - dá nova redacção ao artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 46 449, que cria o Fundo de Fomento do Desporto. - Determina que o pessoal técnico a que se refere o n.º 2 do artigo 17.º do referido diploma pode prestar serviço no regime de tempo completo ou no de tempo parcial.
- Portaria n.º 60/71, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 31, 6 de Fevereiro de 1971 - aprova o regulamento das Escolas de Instrutores de Educação Física. - Revoga a Portaria n.º 20 786.
- Declaração, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 55, 6 de Março de 1971 - de ter sido rectificad a Portaria n.º 60/71, que aprova o Regulamento das Escolas de Instrutores de Educação Física.
- Decreto n.º 356/71, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 193, 17 de Agosto de 1971 - dá nova redacção a vários artigos do Decreto n.º 32 946, que promulga o Regulamento Geral da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. - Revoga o artigo 36.º do referido diploma.
- Decreto-Lei n.º 408/71, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 228, 27 de Setembro de 1971 - promulga a Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional.
- Decreto-Lei n.º 82/73, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 53, 3 de Março de 1973 - organiza a Direcção-Geral da Educação Física e Desportos.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Decreto-Lei n.º 193/73, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 101, 30 de Abril de 1973 - define a estrutura e as atribuições do Fundo de Fomento do Desporto.
- Lei n.º 5/73, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 173, 25 de Julho de 1973 - aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo.
- Decreto-Lei n.º 694/74, in: *Diário do Governo*, Iª Série, N.º 283, 5 de Dezembro de 1974 - procede à revisão do estatuto da Direcção-Geral de Educação Física e Desportos, que passou a denominar-se Direcção-Geral dos Desportos, e à atribuição da orientação e inspecção pedagógica da disciplina da Educação Física à Direcção-Geral do Ensino Básico e à Direcção-Geral do Ensino Secundário.
- Portaria n.º 352/86, in: *Diário da República*, Iª Série, N.º 154, 8 de Julho de 1986 - que regulamenta os princípios gerais a que deve obedecer a actuação das escolas superiores de educação no respeitante à formação inicial de educadores e professores do ensino primário e professores do ensino básico.
- Lei n.º 46/86, in: *Diário da República*, Iª Série, N.º 237, 14 de Outubro de 1986 - Lei de Bases do Sistema Educativo que estabelece o quadro geral do sistema educativo.

FONTES SECUNDÁRIAS

1) Bibliografia

- ALARCÃO, D. Miguel Henrique de Menezes (1896). *Manual de Gimnastica*. Lisboa.
- ÁLVAREZ DEL PALACIO, E., RÍO MATEOS, E. & ROSA SÁNCHEZ, J.J. (1993). Perspectiva Historica de la Educación Física en los Planes de Estudio de las Escuelas de Magisterio. In: Hernández Alvarez, J.L. & López Crespo, C. *Actas del XI Congreso Nacional de Educación Física en Escuelas Universitarias de Magisterio*. Segovia, Escuela Universitaria de Magisterio Segovia - Universidad Autonoma de Madrid: 33-41.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (2010). *Publication Manual of the American Psychological Association*. Washington, American Psychological Association, 6th edition.
- ARNAUD, P. (Dir.) (1981). *Le corps en mouvement. Precurseurs et pionniers de l'éducation physique*. Toulouse, Editions Privat.
- ARNAUD, P. (1982). *Les savoirs du corps. Éducation physique et éducation intellectuelle dans de système scolaire français*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- AVANZINI, Guy (Direcção) (1978). *A pedagogia no século XX*. Tradução de António Pinto Ribeiro. Lisboa, Moraes Editores.
- BALLEXSERD, J. (1762). *Dissertation sur l'Éducation Physique des Enfants, depuis leur naissance jusqu'à l'âge de puberté*. Paris, Vallat-La- Chapelle, Librairie. Tomada de BabordNum, consulté le 13 octobre 2017, <http://www.babordnum.fr/items/show/591>.
- BAPTISTA, M.I.A. (1998). Da difusão do ensino mútuo à pedagogia científica. In: CÂNDIDA PROENÇA, M. (Coord.) *O Sistema de Ensino em Portugal (Séculos XIX - XX)*. Lisboa, Edições Colibri: 111-130.
- BAPTISTA (2004).
- BARDIN, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- BARROS, J.D. (2010). *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis, Editora Vozes, 7ª. Ed.
- BARROW, H.M. (1977). *Principles of Physical Education*. Philadelphia, Lea & Febiger, 2nd edition.
- BETANCOR LEÓN, M.A. & VILANOU TORRADO, C. (1995). *Historia de la Educación Física y el Deporte a través de los Textos*. Barcelona, Promociones y Publicaciones Universitarias, S.A.
- BORRMAN, G. (1980). *Ginástica de Aparelhos*. Lisboa, Editorial Estampa.
- BRANCO, M.L. (2007). *A Escola - Comunidade Educativa e a Formação dos Novos Cidadãos*. Lisboa, Instituto Piaget.
- BRAVO BERROCAL, R. (1995). *La Educación Física en la Legislación Española (1900-1980)*. Málaga, Editorial Librería Ágora.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- BRÁS, J. (2006). *A fabricação curricular da educação física: história de uma disciplina desde o antigo regime até à I República*. Dissertação de Doutoramento, Não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade de Lisboa.
- BRIKINA, A.T. (1969). *Gimnasia*. Zaragoza, Editorial Acribia.
- BUSQUETS DE AGUILAR, M. (1935). *O Real Colégio dos Nobres (1761-1837)*. Lisboa, Tip. da Cadeia Penitenciária de Lisboa.
- CABRAL, J.C.T. (1973a). *Elementos para a História da Educação Física em Portugal no período compreendido entre 1910 e 1940*. Dissertação Final de Curso, não publicada. Lisboa, I.N.E.F.
- CAGIGAL, J.M. (1979). *Cultura intelectual y cultura física*. Buenos Aires, Kapelusz.
- CALADO, J.B. (1935b). *Princípios de Educação Física - Lições professadas no Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) aos estagiários do 11.º grupo (1932-1933)*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- CÂNDIDA PROENÇA, M. (1998a). A República e a democratização do ensino. In: CÂNDIDA PROENÇA, M. (Coord.). *O Sistema de Ensino em Portugal (Séculos XIX - XX)*. Lisboa, Edições Colibri: 47-70.
- CÂNDIDA PROENÇA, M. (Coord.) (1988b). *O Sistema de Ensino em Portugal (Séculos XIX - XX)*. Lisboa, Edições Colibri.
- CASTANHEIRA DE OLIVEIRA, J.C. (2001). *Contributos para a caracterização da educação física no ensino primário: Estado Novo (1926-1974)*. Tese de Mestrado, Não publicada. Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física - Universidade de Coimbra.
- CASTANHEIRA DE OLIVEIRA, J.C. (2002). *A Educação Física na Escola Primária do Estado Novo*. Coimbra, Edições Tenacitas.
- CASTANHEIRA DE OLIVEIRA, J.C. (2011). *O Ensino da Educação Física em Portugal - Difusão e implementação da ginástica sueca em Portugal na primeira metade do século XX*. Tese de Doutoramento, Não publicada. Coimbra. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade de Coimbra.
- CASTANHEIRA DE OLIVEIRA, J. (2014). *O Gymnasio de Coimbra. Os Primórdios da Educação Física e do Desporto na Cidade*. Coimbra, Edições Tanecitas.
- CHAGAS, Pinheiro (1899). Capítulo LII - Jogos e divertimentos portugueses na Idade Média. In: *História de Portugal*. Vol. II. Lisboa. 3.ª ed.: 607-615.
- COMISSARIADO NACIONAL DA MOCIDADE PORTUGUESA (1947). *Directivas Gerais sobre Educação Física*. Lisboa, Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa - Direcção de Serviços de Educação Física e Desportos.
- COMISSARIADO NACIONAL DA MOCIDADE PORTUGUESA (1948). *Directivas Pedagógicas e Técnicas*. Lisboa, Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa - Direcção de Serviços de Educação Física e Desportos.

- CONTRERAS JORDÁN, O.R. (1993). Perspectivas y modelos en la formación inicial del profesorado de Educación Física en la Educación Primaria española. In: Hernández Alvarez, J.L. & López Crespo, C. *Actas del XI Congreso Nacional de Educación Física en Escuelas Universitarias de Magisterio*. Segovia, Escuela Universitaria de Magisterio Segovia - Universidad Autonoma de Madrid: 43-53.
- CONTRERAS JORDÁN, O.R. (1996). Perspectivas y modelos en la formación inicial del profesorado de educación física en la educación primaria española. In: Garcia Blanco, S. (Coord.). *III Simposium Historia de la Educación Física*, Salamanca, Universidad de Salamanca - Servicio de Educación Física y Deportes: 31-41.
- CONTRERAS JORDÁN, O.R. & SÁNCHEZ GARCIA, L.J. (1992). *Actas del VIII Congreso Nacional de Educación Física de Escuelas Universitarias del Profesorado de E.G.B..* Colección Estudios. Castilla-La Mancha, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- CORTS GINER, M.^a I. (1996). *Historia de la Educación. Cuestiones previas y perspectivas actuales*. GIPES, 3ª edición corregida y aumentada.
- COSTA, D. António da (1900). *História da Instrução Popular em Portugal*. Porto, Livraria Chardron.
- COSTA, Joaquim (1905). *Manual de Ginástica para Uso da Armada*. Lisboa, Typogr. da Cooperativa Militar.
- CRESPO, J. (1984). *A Economia do Corpo em Portugal, nos finais do Antigo Regime*. Tese de Doutoramento não publicada. I.S.E.F.-U.T.L.
- CRESPO, J. (1987). *As Actividades Corporais. Síntese Histórica*. Desporto e Sociedade - Antologia de Textos 40. Lisboa, M.E.C.-D.G.D.
- CRESPO, J. (1989). *A História do Corpo*. Lisboa, Edições DIFEL.
- CRUM, B. (1993a). A Critical Review of Competing PE Concepts. In: Mester, J. (Ed.). *2nd European Forum "Sport Sciences in Europe 1993" - Current and Future Perspectives - Conference Proceedings*. Meyer & Meyer Verlag: 516-533.
- DIAS, A. (1887). *Apointamentos para a Reforma e História da Educação Física em Portugal seguidos de um programa de gymnastica sem aparelhos, para uso das Escolas Municipais de Lisboa*. Lisboa, Tip. Lisbonense.
- DE GENST, G. (1947). *Histoire de l'Education Physique - Temps Anciens et Moyen Age*. Tomo I. Bruxelles, Maison d'Edition A. Boeck.
- DE GENST, G. (1949). *Histoire de l'Education Physique - Tome II - Temps Modernes et Grands Courants Contemporains*. Bruxelles, Maison d'Edition A. de Boeck.
- DELGADO DA SILVA, A. (1837). *Colecção da Legislação Portuguesa. Desde a Ultima Compilação das Ordenações. Legislação de agosto de 1833 a dezembro de 1834*. Lisboa, Typ. de A. S. Coelho & Companhia.
- DÍAZ, M.M. (2004). *Adaptación de los planes de estudio al processo de convergencia europea*. Oviedo, Universidad de Oviedo.
- DUARTE, A.F.N.M. (2015). *A História da Educação Física em Portugal: Da implantação da República (1910) à aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986)*. Tese de

- Doutoramento, Não publicada. Salamanca, Facultad de Educacion - Universidad de Salamanca,
- DURING, B. (1990). *Des Jeux aux Sports - Repères et Documents en Histoire des Activités Physiques*. Collection Sport + Enseignement 77. Paris, Éditions VIGOT.
 - DURING, B. (1992). *La crisis de las pedagogias corporales*. Deportes n.º 15. Traducción de Carmen García López. Málaga, UNISPORT, Junta de Andalucía.
 - ECO, U. (S.D.). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. Lisboa, Editorial Presença, 3ª Edição.
 - FAUSTINO, A., TAMAR, L. & MORGADO, V. (2002). *A Escola Superior de Educação Física da Sociedade de Geografia de Lisboa (1930-1940)*. In: Pastor Pradillo, J.L. et al. (Eds). *La presencia del cuerpo en la escuela*. 213.
 - FERNANDES, R. (1998). Génese e consolidação do sistema educativo nacional (1820-1910). In: Cândida Proença, M. (Coord.). *O Sistema de Ensino em Portugal (Séculos XIX - XX)*. Lisboa, Edições Colibri: 23-46.
 - FERNÁNDEZ NARES, S. (1993). *La Educación Física en el Sistema Educativo Español: Curriculum y Formación del Profesorado*. Granada, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada.
 - FERREIRA, Tenente de engenharia Augusto (1886). *Escola pratica de engenharia: Regulamento provisorio para a instrucção de gymnastica*. Lisboa.
 - FERREIRA, A. (1980). *Estudos de Cultura Portuguesa (Século XIX). Pedagogia e Instrução. Literatura. Política e Sociedade*. Lisboa, Moraes Editores.
 - FERREIRA GOMES, J. (1964). *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*. Coimbra, Universidade de Coimbra.
 - FERREIRA GOMES, J. (1980). *Estudos para a História da Educação no Século XIX*. Coimbra, Livraria Almedina.
 - FERREIRA GOMES, J. (1982). *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*. Coimbra, Livraria Almedina.
 - FERREIRA GOMES, J. (1984). *Estudos de História e de Pedagogia*. Coimbra, Livraria Almedina.
 - FERREIRA GOMES, J. (1985). *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*. Série "Pedagogia" 3. Coimbra, INIC.
 - FERREIRA GOMES, J. (1989). *A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra (1911-1930)*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
 - FERREIRA GOMES, J. (1996). *Escolas Normais para Habilitação de Professores Primários*. In: *Estudos para a História da Educação no Século XIX*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 2.ª ed., Capítulo 1: 11-59.
 - FIGUEIREDO, A.A.A. (1996). *A Educação Física no 1º Ciclo do Ensino Básico - Estudo das Crenças de Valorização Geral da Expressão e Educação Físico-Motora Emergente da Reforma Educativa 86-96, nos Professores do 1º Ciclo da Área Educativa de Viseu*. Tese de Mestrado em Ciências da Educação - Metodologia da Educação Física, Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.

- FILIPPE SIMÕES, Augusto (1872a). *Erros e preconceitos da Educação Physica*. Dissertação para o Acto de Conclusões Magnas da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- FILLIPE SIMÕES, A. (1879). *Educação Physica*. Lisboa, Livraria Ferreira, Terceira edição correcta e augmentada.
- FILOMENA MÓNICA, M. (1996). *Os Costumes em Portugal*. Lisboa, Público.
- FISHER, R. (1998). Physical Education in Europe: Status and Quality. In: *XVI Congreso Nacional de Educación Física. Facultades de Educación y Escuelas de Magisterio*. Badajoz, Facultad de Educación - Universidad de Extremadura: 9-16.
- FOUCAULT, Michel (1987). *Vigiar e punir*. Petrópolis, Editora Vozes. 5ª edição.
- FOUCAULT, Michel (1996). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal. 12ª edição.
- FOUCAULT, Michel (1997). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária. 5ª edição.
- FOX, D.J. (1981). *El Proceso de Investigación en Educación*. Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, S.A.
- FRAILE ARANDA, A. (1995). *El maestro de educación física y su desarrollo profesional*. Salamanca, Amarú Ediciones.
- GABRIEL, N. (1994). La Formación del Magisterio. In: Guereña, Jean-Louis, Ruiz Berrio, Julio & Tiana Ferrer, Alejandro: *Historia de la educación en la España contemporánea: Diez años de investigación*. Madrid, Centro de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia - C.I.D.E.: 215-265.
- GABRIEL, N. & VIÑAO FRAGO, A. (Eds.) (1997). *La investigación histórico-educativa - Tendencias actuales*. Barcelona, Editorial Ronsel.
- GARCIA, J.M. (1983). *História de Portugal - Uma visão global*. Lisboa, Editorial Presença. 2.ª ed.
- GARCIA ALVAREZ (2001). *Ginásio Clube Português (1875-2000): Uma Legenda de Prestígio*. Lisboa, Ginásio Clube Português.
- GERBER, E.W. (1971). *Innovators and Institutions in Physical Education*. Philadelphia, Lea & Febiger.
- GILLET, B. (1961). *História Breve do Desporto*. Lisboa, Editorial Verbo.
- GOMES FERREIRA, A. (Univ. Coimbra) & NEVES FERREIRA, V. (Univ. Porto) (1997). *La gymnastique à Porto à la fin du XIX^{ème} siècle et l'action de Paulo Lauret*. In: Kruger, A. & Teja, A. *La Comune Eredità dello Sport in Europa*. Atti del 1º Seminario Europeo di Storia dello Sport. Roma, Scuola dello Sport - CONI: 180-184.
- GOODSON, I.F. (1995). *Historia del curriculum. La construcción social de las disciplinas escolares*. Barcelona, Ediciones Pomares - Corredor.
- GOODSON, I.F. (1997). *A Construção Social do Currículo*. Lisboa, Educa.
- GOODSON, I.F. (2001). *O Currículo em Mudança: Estudos na construção social do currículo*. Porto, Porto Editora.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- GOUGEON, Y. (1994). *Professeurs d'Éducation Physique et Sportive: Les Ambiguïtés d'une Discipline Scolaire et d'un Corps Professionnel*. Thèse de doctorat. Université des Sciences et Technologies de Lille - Faculté de Sciences Economiques et Sociales - Institut de Sociologie.
- HACKENSMITH, C.W. (1966). *History of physical education*. New York, Harper & Row.
- HARDMAN, K. (1994). Physical Education within the School Curriculum: A Beautiful Dream?. In: Mester, J. (Ed.). *2nd European Forum "Sport Sciences in Europe 1993" - Current and Future Perspectives - Conference Proceedings*. Meyer & Meyer Verlag: 544-560.
- HASSE, M. (1986). *A Disciplina do Corpo - Contribuição para o Estudo da Educação Física em Portugal no Séc. XIX*. Prova de Capacidade Científica não publicada. I.S.E.F.-U.T.L.
- HASSE, M. (1993). *O Divertimento do Corpo. Corpo, Lazer e Desporto, na transição do séc. XIX para o séc. XX, em Portugal*. 2 volumes. Tese de Doutoramento, Não publicada. F.M.H.-U.T.L.
- HASSE, M. & JANUÁRIO, C. (2000). O Corpo, o Programa e o seu Regulamento (1920). In: Carreiro da Costa, F. & Neto, C. (Org.). *8.º Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa. Livro de Resumos*. 13-17 Dezembro 2002. Lisboa, F.M.H.-U.T.L.
- HERMANO SARAIVA, J. (1996). *História concisa de Portugal*. Lisboa, Publicações Europa-América, 18.ª edição.
- HERNANDEZ DIAZ, J.M. (Coord.) (1993). *La escuela primaria en Castilla y León*. Salamanca, Amarú Ediciones.
- HESS, F.A. (1959). American Objectives of Physical Education from 1900-1957 Assessed in the Light of Certain Historical Events. Unpublished doctoral dissertation. School of Education of New York University. (U.M.I. Dissertation Services).
- LACERDA, Á. (S.D.). *A Educação Física*. Lisboa, Livraria Profissional.
- LANGLADE, A. & LANGLADE, N.R. (1970). *Teoria General de la Gimnasia*. Buenos Aires, Editorial Stadium.
- LAKATOS, E.M. & MARCONI, M.A. (1991a). *Metodologia Científica*. São Paulo. Editora Atlas S.A., 2ª Edição.
- LAKATOS, E.M. & MARCONI, M.A. (1991b). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo, Editora Atlas S.A., 3ª Edição.
- LAURET, P. (1881a). *Manual Theorico-Pratico de Gymnastica para Uso dos lycéus, collegios, escolas municipaes e primarias*. Lisboa, David Corazzi Editor.
- LAURET, P. (1881b). *Estudos sobre Educação Physica*. Porto, Editor Joaquim Antunes Leitão.
- LAURET, Paulo (1883). *Guia para o ensino da gymnastica nas escolas do sexo feminino*. Porto, Livraria Portuense de Clavel & C.ª Editores.
- LAURET, A. (1887). *Cinésiologia ou Sciencia do Movimento e suas relações com a Educação, a Hygiene e a Therapeutica - Periodo desde o XVI seculo até ao presente*. Porto, Typographia da Empreza Litteraria e Typographica.

- LEAL D'OLIVEIRA, A. (S.D.). *Escola de Educação Física do Exército - Discurso pronunciado na Sessão solene da sua inauguração em 1 de Novembro de 1933*. Lisboa, Tipografia do Reformatório Central de Lisboa «Padre António de Oliveira».
- LE FLOCHMOAN, J. (S.D.). *La génesis de los deportes*. Tradução de Montserrat Planell. Barcelona, Editorial Labor.
- LEGRAND, F. & LADEGAILLERIE, J. (1970a). *L'Éducation Physique au XIX et au 20^e Siècles. I - En France. Les méthodes d'éducation physique et sportive. L'organisation de l'éducation physique et sportive. La formation des cadres*. Paris, Ed. Armand Colin.
- LEGRAND, F. & LADEGAILLERIE, J. (1970b). *L'Éducation Physique au XIX et au 20^e Siècles. II - A l'Étranger. Les méthodes d'éducation physique et sportive. L'organisation de l'éducation physique et sportive. La formation des cadres*. Paris, Ed. Armand Colin.
- LIPOVETSKY, G. (2016). *A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa, Edições 70.
- LOPES DE OLIVEIRA, Coronel João Ferreira Craveiro (S.D.). *História da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Não publicado.
- LÓPEZ SERRA, F. (1998). *Historia de la Educación Física. La Institución Libre de Enseñanza*. Madrid, Gymnos.
- LUCAS HERAS, J.M. (2000). *Historia de la Educación Física Oficial. España 1900-1936*. Alcalá de Henares, Servicio de Publicaciones Universidad de Alcalá.
- LUMPKIN, A. (1994). *Physical Education and Sport - A Contemporary Introduction*. St. Louis, Mosby-Year Book Inc., 3.^a ed.
- MADEIRA BÁRBARA, A. (1979). *Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal - da reforma pombalina à 1.^a república*. Textos de Ciências da Educação 2. Lisboa, Assírio e Alvim.
- MARINHO, I.P. (S.D.). *História Geral da Educação Física*. São Paulo, Cia. Brasil Editora.
- MARINHO DE OLIVEIRA, V. (1985). *Educação Física Humanista*. Coleção Educação Física: Série fundamentação 6. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- MARQUES, J.A. (1980). *História do 1^o Centenário do GINÁSIO CLUBE PORTUGUÊS (LISBOA) de 1875 a 1975*. Lisboa, Direcção - 1979/80 do G.C.P.
- MARQUES PEREIRA, C.F. (1951). *Tratado de Educação Física. Problema Pedagógico e Histórico*. Volume 1. Lisboa, Bertrand.
- MAUSS, M. (1974). *Sociologia e Antropologia*. S. Paulo, E.P.U..
- MCINTOSH, P.C., DIXON, J.G., MUNROW, A.D. & WILLETTTS, R.F. (1981). *Landmarks in the History of Physical Education*. London, Routledge & Kegan Paul, 3rd, revised and enlarged.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL (1965). *Plano de Fomento Gimnodesportivo para 1966-1970*. Lisboa, Edição de Educação Física. Desportos. Saúde Escolar.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA-GERAL (1987). *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações (1750 a 1762)*. Vol. IV. Lisboa, Divisão de Documentação.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA-GERAL (1987). *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações (1763 a 1774)*. Vol. V. Lisboa, Divisão de Documentação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA-GERAL (1987). *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações (1775 a 1785)*. Vol. VI. Lisboa, Divisão de Documentação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA-GERAL (1987). *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações (1786 a 1799)*. Vol. VII. Lisboa, Divisão de Documentação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA-GERAL (1988). *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações (1800 a 1807)*. Vol. VIII. Lisboa, Divisão de Documentação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA-GERAL (1988). *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações (1808 a 1820)*. Vol. IX. Lisboa, Divisão de Documentação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA-GERAL (1989). *Reformas do Ensino em Portugal (1835-1869)*. Tomo I - Vol. I. Lisboa, Divisão de Documentação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA-GERAL (1991). *Reformas do Ensino em Portugal (1870-1889)*. Tomo I - Vol. II. Lisboa, Divisão de Documentação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA-GERAL (1992). *Reformas do Ensino em Portugal (1890-1899)*. Tomo I - Vol. III. Lisboa, Divisão de Documentação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA-GERAL (1996). *Reformas do Ensino em Portugal (1900-1910)*. Tomo I - Vol. IV, 1ª Parte. Lisboa, Divisão de Documentação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA-GERAL (1996). *Reformas do Ensino em Portugal (1900-1910)*. Tomo I - Vol. IV, 2ª Parte. Lisboa, Divisão de Documentação.
- MOREIRINHAS PINHEIRO, J.E. (1976). *Notas sobre a Escola Normal Primária de Lisboa e alguns dos seus mestres*. Lisboa, Edição do Autor.
- MOREIRINHAS PINHEIRO, J.E. (1995). *Elementos para o Estudo da Escola Normal Primária de Lisboa*. Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa.
- MOREIRINHAS PINHEIRO, J.E. (1996). *Escritos vários relativos à Escola Normal Primária e à Escola do Magistério Primário de Lisboa*. Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa.
- MOREIRINHAS PINHEIRO, J.E. (1997). *Notas e Documentos para a História do Ensino Primário e Normal*. Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa.
- MOREIRINHAS PINHEIRO, J.E. (1998). *Subsídios e reflexões para a história do ensino primário e normal*. Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa.
- MOUZINHO DE ALBUQUERQUE, Luiz da Silva (1823). *Ideas sobre o estabelecimento da Instrução Publica*.

- NAUL, R. (1993). Physical Education Teacher Training - Historical Perspectives. In: Mester, J. (Ed.). *2nd European Forum "Sport Sciences in Europe 1993" - Current and Future Perspectives - Conference Proceedings*. Meyer & Meyer Verlag: 588-610.
- NEVES FERREIRA, J.V. (1999). *Olhares sobre o Corpo no séc. XVIII - Saúde, Práticas Físicas e Bem-Estar*. I-II Volume. Tese de Doutoramento, Não publicada. F.C.D.E.F.-U.P.
- NOZES TAVARES, L.C. (1957). *A Educação Física nas Escolas do Magistério e do Ensino Primário*. Braga, Edições Nozes Tavares e Filhos.
- NÓVOA, A. (1986). *Do Mestre-Escola ao Professor do Ensino Primário. Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XVI-XX)*. Cruz Quebrada, ISEF - Centro de Documentação e Informação.
- NÓVOA, A. (Dir.)(1993). *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- NÓVOA, A. (Dir.)(2003). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto, ASA Editores.
- NUNES, E.L. (1985). *Contributo para o Estudo da Evolução da Formação de Professores de Educação Física em Portugal*. Dissertação de Doutoramento, Não publicada. Universidade do Porto - Instituto Superior de Educação Física.
- OLIVEIRA MARQUES, A.H. (1977). *História de Portugal*. Lisboa, Palas Editores, 4.^a ed.
- OLIVEIRA MARQUES, A.H. (1991). *História de Portugal*. Sínteses da Cultura Portuguesa - Europália 91. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- OLIVEIRA MARQUES, A.H. (1996). *Breve História de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 2.^a ed.
- OMMO GRUPPE (1976). *Estudios sobre una Teoría Pedagógica de la Educación Física*. Madrid, INEF.
- O.N. MOCIDADE PORTUGUESA (1943). *Directivas para o Ensino da Educação Física (Anexo à O.S. n.º 9 - 1942-43 - de 1-2-1943)*. Lisboa, Mocidade Portuguesa.
- ORTIGÃO, R. (1943). *As Farpas. O País e a Sociedade Portuguesa*. Tomo IV. Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- ORTIGÃO, R. (1944). *As Farpas. O País e a Sociedade Portuguesa*. Tomo VIII. Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- ORTIGÃO, R. (1987). *Ideias dos dignos pares sobre a ginástica*. Desporto e Sociedade - Antologia de Textos 64. Lisboa, M.E.C.-D.G.D.
- PAULA BRITO, A. (1983). *Observation systematique du comportement moteur de trois groupes d'enfants de 5, 7 et 9 ans lors d'activités non dirigées: Proposition d'une methodology d'observation à la portée des éducateurs*. Tese de Doutoramento, Não publicada. Bruxelles, HILOK-VUB.
- PÉLICO Filho, Silvío (1923). *História da Instrução Popular em Portugal*. Coimbra, Lumen - Empresa Internacional Editora.
- PEREIRA, António dos Santos (2008). *Portugal Descoberto. Vol. II, Cultura Contemporânea e Pós-Moderna*. Covilhã, UBI.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- PEREIRA, A.F.M. (1946). *A lição de ginástica infantil: os factores que condicionam a sua elaboração*. S.L., O.N. Mocidade Portuguesa.
- PEREIRA, A.F.M. (1947a). *A lição de ginástica na própria aula: ginástica infantil*. S.L., s.n.
- PEREIRA, A.F.M. (1947b). *O conto-lição de ginástica infantil*. Ginástica infantil: fasc. 5, Lisboa, s.n.
- PEREIRA, A.F.M. (1948). *A lição de ginástica por meio de jogos*. Lisboa, s.n.
- PEREIRA, A.F.M. (1949). *O valor moral da educação física*. Ginástica infantil: livro 5, Lisboa, s.n.
- PEREIRA, A.F.M. (1950). *Manual de ginástica infantil: 3ª parte*. Lisboa, Mocidade Portuguesa.
- PEREIRA, A.F.M. (1951a). *Brinquedos cantados portugueses*. Ginástica infantil: fasc. 9. Músicas de Nina Marques Pereira Ayres. S.L., s.n.
- PEREIRA, A.F.M. (1951b). *Doutrina e didáctica*. Ginástica infantil, 1ª parte. Lisboa, Bertrand.
- PEREIRA, A.F.M. (1953). *Danças e jogos infantis*. Manual de Ginástica infantil, 2ª parte: fasc. 11. Músicas de Nina Marques Pereira. Lisboa, s.n.
- PEREIRA, A.F.M. (1954). *Adágios de educação física*. Manual de Ginástica infantil, 2ª parte: livro 3. Lisboa, s.n.
- PEREIRA, A.M., Varejão, A.S. & MOREIRA, J.J. (1959). *Manual de Jogos Educativos*. Lisboa, Serviço de Publicações da M.P., 2ª edição.
- PEREIRA DA SILVA, A.F. (2003). *Os Programas de Educação Física do Ensino Primário em Portugal nas décadas de 60, 70 e 80 do século XX: Contextos, Conteúdos e Modelos de Implementação*. 2 volumes. Tese de Doutoramento, Não publicada. F.M.H.-U.T.L.
- PIÉRON, M. (1984). *Pedagogie des Activités Physiques et Sportives (Méthodologie et Didactique)*. Liège, Presses Universitaires de Liège.
- PINTASSILGO, J. (1994). *A formação de cidadãos na 1.ª República Portuguesa*. Tesina, não publicada. Salamanca, Universidad de Salamanca.
- PINTASSILGO, J. (1996). *A Educação Cívica nas Escolas Primárias da 1.ª República Portuguesa (1910-1926)*. Tesis doctoral, Não publicada. Salamanca, Universidad de Salamanca.
- PINTASSILGO, J. (2007). 4. História do Currículo e das Disciplinas Escolares: Balanço da investigação portuguesa. In: Joaquim Pintassilgo, Luís Alberto Alves, Luís Grosso Correia & Margarida Louro Felgueiras (org.). *A História da Educação em Portugal. Balanço e perspectivas*. Porto, ASA Editores: 111-146.
- PINTASSILGO, J., TEIXEIRA, A., BEATO, C. & DIAS, I.C. (2010). *A História das Disciplinas Escolares de Matemática e de Ciências*. Lisboa, Escolar Editora.
- PINTO, A.C. (1990). *Metodologia da Investigação Psicológica*. Porto, Edições Jornal de Psicologia.
- PINTO DE MIRANDA, F. (1926). *Preceitos de Educação Física (Lições sobre Ginástica Sueca)*. Coligidas por Carlos de Noronha e Anibal Pinheiro. Lisboa, Simões, Marques, Santos & C.ª, Ltd.ª.
- PONTES, J. (1934). *Quási um século de desporto - Apontamentos para a história da educação física em Portugal*. Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia.

- PULIDO VALENTE, V. (1997). *A "República Velha" (1910-1917)*. Lisboa, Gradiva.
- QUINTINO DA COSTA (1944). *Educação Física*. Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- QUIVY, R. & Van CAMPENHOULDT, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Tradução de João Minhoto Marques e Maria Amália Mendes. Lisboa, Gradiva.
- RAMOS, R. (2013). *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais. 2.^a edição.
- RAUCH, A. (1983). *Le souci du corps. Histoire de l'hygiène en éducation physique*. Paris, Presses Universitaires de France.
- ROCHA, A.M. & BARRETO, F. (1987). *Subsídios para a História da Educação Física na Casa Pia de Lisboa*. Lisboa, Casa Pia de Lisboa.
- ROCHA, A.M. & SEQUEIRA, A.C. (1980). *Contribuição para a História da Educação Física na Casa Pia de Lisboa*. Lisboa.
- ROCHA, F. (1987). *Fins e Objectivos do Sistema Escolar Português. I. Período de 1820 a 1926*. Colecção Educação e Desenvolvimento Humano 1. Aveiro, Livraria Estante Editora.
- RODRÍGUEZ LÓPEZ, J. (1995). *Deporte y Ciencia: Teoría de la actividad física*. Barcelona, INDE Publicaciones.
- RODRÍGUEZ LÓPEZ, J. (2000). *Historia del deporte*. Barcelona, INDE Publicaciones.
- ROMERO GRANADOS, S. (1992). La Educación Física en los Contenidos del Plan 1971 en las Escuelas Universitarias de E.G.B.. In: *Actas del IX Congreso Nacional de Educación Física de las Escuelas Universitarias de Formación del Profesorado - Olimpismo y Deporte. Intervención pedagógica en educación física*. Tarragona, Publicacions Universitat de Barcelona: (s.n.p.).
- ROMERO GRANADOS, S. (1995). La Formación Inicial de Educación Física en las Escuelas de Magisterio y Facultades de Ciencias de la Educación. In: *Actas del II Congreso Nacional de Educación Física de Facultades de Educación y XIII de Escuelas Universitarias de Magisterio*. Zaragoza, Escuela Universitaria de Profesorado de EGB - Universidad de Zaragoza: 41-65.
- ROMERO GRANADOS, S. (1996). La Educación Física en el sistema educativo español (Período 1965-1980). In: García Blanco, S. (Coord.). *III Simposium Historia de la Educación Física*. Salamanca, Universidad de Salamanca - Servicio de Educación Física y Deportes: 57-64.
- RÓMULO DE CARVALHO (1986). *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROSA SÁNCHEZ & RÍO MATEOS (1999). *Terminología de Educación Física y su Didáctica*. León, Universidad de León Secretariado de Publicaciones.
- ROSAS, F. & BRANDÃO DE BRITO, J.M. (1996a). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I A-L. Lisboa, Círculo de Leitores.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- ROSAS, F. & BRANDÃO DE BRITO, J.M. (1996b). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume II M-Z. Lisboa, Círculo de Leitores.
- SÁ, V. (1969). *A Crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)*. Lisboa, Seara Nova.
- SACUNTALA DE MIRANDA (1983). Anotações à margem de alguns documentos referentes ao cartismo e ao setembrismo. In: *Estudos de História de Portugal. Volume II - sécs. XVI-XX. Homenagem a A.H. de Oliveira Marques*. Imprensa Universitária 24. Lisboa, Editorial Estampa: 289-301.
- SALAZAR CARREIRA, J. (1962a). *L'Éducation Physique au Portugal*. Lisboa, Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar.
- SALOMON, D.V. (1979). *Como fazer uma monografia: Elementos de Metodologia do Trabalho Científico*. Belo Horizonte, Interlivros, 6ª Edição.
- SÁNCHEZ BAÑUELOS, F. (1986). *Bases para una Didáctica de la Educación Física y el Deporte*. Madrid, Editorial Gymnos.
- SAVATER, F. (1997). *El valor de Educar*. Barcelona, Editorial Ariel, S.A.. 2ª ed.
- SÉRGIO, M. (S.D.). *Para uma Epistemologia da Motricidade Humana*. Lisboa, Compendium Vega.
- SÉRGIO, M. (1996). *Epistemologia da Motricidade Humana*. Lisboa, Edições Faculdade de Motricidade Humana Serviço de Edições.
- SEURIN, P. (1961). *L'Éducation Physique dans le monde*. Bordeaux, Éditions Bière.
- SILVA LOPES, J. (1996). *Políticas Económicas, 1960/1995*. Cadernos do Público 5. Lisboa, Jornal Público.
- SOBRAL, F. (1976). *Para uma Teoria da Educação Física*. Textos Pedagógicos 1. Lisboa, Diábril Editora.
- SOBRAL, F. (1993). *Sobre a Atitude e o Método em Ciências do Desporto*. Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana - Serviço de Edições.
- SOCIEDADE PROMOTORA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NACIONAL (S.D.). *Estatutos da Sociedade Promotora da Educação Física Nacional*. S.L., S.E.
- SWANSON, R.A. & SPEARS, B. (1995). *History of Sport and Physical Education in the United States*. Dubuque-Iowa, Wm. C. Brown Communications, Inc., 4th edition.
- TEODORO, A. (1976). *Perspectiva do ensino em Portugal*. Cadernos O Professor 2. Porto, Edições O Professor.
- THIBAUT, J. (1992). *Itinéraire d'un professeur d'éducation physique - Un demi siècle d'histoire et d'éducation physique en France*. Nice, Edition AFRAPS.
- TIANA FERRER, A. (1988). *La Investigación Histórico-Educativa Actual. Enfoques y Métodos*. Madrid, Cuadernos de la UNED.
- TOVAR DE LEMOS (1917). *Educação Física (Trabalhos e relatórios do primeiro Congresso de Educação Física)*. Lisboa, Casa Ventura Abrantes.
- TUBINO, M. (2000). *Manifesto Mundial da Educação Física - FIEP 2000*. www.foznet.com.br/emp/fiep/default-sec.htm.

- ULMANN, J. (1971). *De la Gymnastique aux Sports Modernes - Histoire des Doctrines de l'Éducation Physique*. Paris, Vrin.
- VÁZQUEZ, B. (1989). *La Educación Física en la Educación Básica*. Madrid, Gymnos.
- VEGA GIL, L. (1996). La Educación Física en la Institución Libre de Enseñanza. In: García Blanco, S. (Coord.). *III Simposium Historia de la Educación Física*. Salamanca, Universidad de Salamanca - Servicio de Educación Física y Deportes: 43-56.
- VENTURA, (2016). *A Educação Física no Ensino Primário pela voz da Imprensa durante o Estado Novo*. Tese de Mestrado, Não publicada. Faculdade de Educação Física e Desporto - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- VICENTE PEDRAZ, M. (1988). *Teoría Pedagógica de la Actividad Física - Bases Epistemológicas*. Madrid, Gymnos.
- VIGARELLO, G. (2004). *Le corps redressé. Histoire d'un pouvoir pédagogique*. Paris, Armand Colin. 2^e edition.
- VIGARELO, G. (2005). *Corregir el cuerpo. Historia de un poder pedagógico*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- VIZUETE CARRIZOSA, M. (1996). *La Educación Física y el Deporte Escolar durante el Franquismo*. Tesis Doctoral. Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia. Madrid.
- WEISS DE OLIVEIRA, H. (1933). *A superioridade da técnica portuguesa sobre a técnica sueca da ginástica de formação ou educativa*. Pôrto, Imprensa Portuguesa.
- ZAPICO GARCÍA, J. (1997). Historia de los diseños curriculares en Educación Física escolar. In: García Blanco, S. (Coord.). *IV Simposium Historia de la Educación Física*. Salamanca, Universidad de Salamanca - Servicio de Educación Física y Deportes: 117-162.
- ZIEGLER, E. (1990). *Sport and physical education: past, present, future*. Champaign, Stipes.
- ZVI FUCHS, C. & ZAICHKOWSKY, L.D. (1986). Motor Behavior Research: Current Developments. In: *The Psychology of Motor Behavior*. Ithaca, New York, Movement Publications, Inc.: 3-12.
- ... (1894). *Manual de gymnastica para uso dos Corpos do exercito*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- ... (1914). *Gimnástica Educativa - Introdução ao Regulamento (Primeira Parte)*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- ... (1920). *Regulamento Oficial de Educação Física. Gimnástica educativa - Jogos - Gimnástica aplicada*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- ... (1930-1940). *Relatórios da Sociedade de Geografia de Lisboa*.
- ... (1990). *INEF (1940-1990)*. Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.

2) Revistas Especializadas

- BARROS, J.D. (2005). O campo histórico - considerações sobre as especialidades na historiografia contemporânea. *História Unisinos*, 9 (3): 230-242.
- CABRAL, J.C.T. (1973b). Síntese da Evolução das Principais Correntes da Educação Física em Portugal, no Período Compreendido entre 1900 e 1940. *Textos I.N.E.F.* - (7) - Série

- «História da Educação Física e dos Desportos» (Separata do *Boletim I.N.E.F.*, N.º 1- 2ª Série - Vol. 2).
- CATROGA, F. (1977a). Os Inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado político-social. *Revista de História das Ideias*, 1: 287-394.
 - CRESPO, J. (1978a). Metodologia da História da Educação Física. *Síntese - Cadernos de História da Educação Física*, 1: 3-10.
 - CRESPO, J. (1978b). A Elaboração do Trabalho de Investigação. *Síntese - Cadernos de História da Educação Física*, 1: 11-15.
 - CUESTA FERNÁNDEZ, R. (1993-94). La Historia como Profesión Docente y como Disciplina Escolar en España. *Historia de la Educación - Revista interuniversitaria*, 12-13: 449-468.
 - ESTRELA, A. (1972). Elementos e Reflexões sobre a Educação Física em Portugal, no Período Compreendido entre 1834 e 1910 - Da Necessidade da Educação Física. *Textos I.N.E.F.* - (1) - Série «História da Educação Física e Desportos» (Separata do *Boletim I.N.E.F.*, N.º 1 - 2ª Série).
 - FERREIRA GOMES, J. (1985). Una perspectiva histórica del sistema educativo portugués. *Historia de la Educación - Revista interuniversitaria*, Salamanca, 4: 355-382.
 - GENOVESI, G. (1991). Problemas de Historiografía de la Educación. *Historia de la Educación - Revista interuniversitaria*, Salamanca, 10: 299-305.
 - HERNÁNDEZ DÍAZ, J.M. (1998). La Recepción de la Pedagogía Portuguesa en España (1875-1931). *Historia de la Educación - Revista interuniversitaria*, 17: 289-317.
 - KRÜGER, M. (1996). Body Culture and Nation Building: The History of Gymnastics in Germany in the Period of its Foundation as a Nation-State. *International Journal of the History of Sport*, 13 (3): 409-417.
 - MARTÍNEZ NAVARRO, A. (1983). Anotaciones a la historia de la educación física española en el siglo XIX. *Historia de la Educación - Revista Universitaria*, Salamanca, 2: 153-164.
 - PAJARÓN SOTOMAYOR, R. (1995-96). La Educación Física en la Legislación Escolar Franquista (1938-1970). *Historia de la Educación - Revista interuniversitaria*, Salamanca, 14-15: 469-480.
 - PINTASSILGO, J. (1996). A regeneração pela educação na Escola Primária da 1.ª República. *Cultura - Revista de história e teoria das ideias*, Vol. VIII (II Série): 115-133.
 - SERRADO, R. (2014). Jogo e desporto no Portugal contemporâneo (1870-1910). *Cultura Revista de História e Teoria das Ideias*, 33: 219-251.
 - VALÉRIO, N. (1983). O Produto Nacional de Portugal entre 1913 e 1947 - Uma Primeira Aproximação. *Revista de História Económica e Social*, 11: 89-102.
 - VAQUINHAS, I.M. (1992). O Conceito de “Decadência Fisiológica da Raça” e o Desenvolvimento do Desporto em Portugal (Finais do século XIX/Princípios do século XX). *Revista de História das Ideias*, 14: 365-388.

3) Revistas Não Especializadas

- A.C.²²⁸ (1887). Apontamentos para a reforma e historia da educaçãophisica em Portugal:— por Alfredo Dias (um f. de 86 pag.). *A Medicina Contemporanea*: 194.
- ADOLFO COELHO, Francisco (1905). Exercícios corporaes e desenvolvimento moral. As doutrinas. *Boletim da Direcção Geral da Instrução Publica*, ano IV, fasc. I-VI, Janeiro-Junho: 369-440. Lisboa, Imprensa Nacional.
- ADOLFO COELHO, Francisco (1915). A História dos Exercícios Físicos na sua relação com o desenvolvimento moral. In: *Arquivos da Universidade de Lisboa*, Vol. II: 165-208. Lisboa, Tipogr. A Editora.
- ADOLPHO COELHO, F. (1884a). Los Elementos Tradicionales de la Educación (Continuacion). *BILE*, 183: 282-284.
- ADOLPHO COELHO, F. (1884b). Los Elementos Tradicionales de la Educación (Conclusion). *BILE*, 187: 346-348.
- ADOLPHO COELHO (1911a). Os Exercicios Militares na Escola. *BILE*, 610: 11-15.
- ADOLPHO COELHO (1911b). Os Exercicios Militares na Escola (Conclusion). *BILE*, 611: 44-47.
- AISENSTEIN, A. (1996). La investigacion Historica en Educación Física. *Lecturas: Educación Física y Deportes. Revista digital*, 3, (www.sportquest.com/revista).
- BARROS, A.F. (1958). A Agremiação Gimno-Desportiva. Técnica da sua organização. *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, XV (III-IV): 253-320.
- BENTO, J.O. (1986a). Acerca do papel do Professor de Educação Física. *Horizonte*, III (13): 3-6.
- BENTO, J.O. (1986b). Para uma Teoria e Metodologia da Educação Física. *Horizonte*, III (16): 132-135.
- BENTO, J.O. (1992). Ideias para a Actualização do Conceito e da Prática da Educação Física e do Ensino na Escola. *Horizonte*, VIII (47): Dossier.
- BENTO, J.O. (1994). Sobre o Estado da Ciência do Desporto. *Horizonte*, XI (64): 147-150.
- BETANCOR, M.A. & VILANOU, C. (1995). Consideraciones histórico-antropológicas sobre el origen de la educación física y el deporte. *Apunts. Educación Física y Deportes*, INEF Barcelona, 40: 7-24.
- BOUCHARD C. (1974). Les sciences de l'activité physique: Un concept fondamental dans notre organisation disciplinaire et professionnelle. *Mouvement*, 9: 117-29.
- BRACHT, V. (1989). Educação Física: A Busca da Autonomia Pedagógica. *Revista da Fundação de Esporte e Turismo*, 1 (2): 12-19.
- BRACHT, Valter (1989). Esporte, Estado, sociedade. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 10(2): 69-73.
- BRÁS, J. (1994). A especialidade de Educação Física: vírus e mutações na formação. *Horizonte*, XI (61): 14-18.

²²⁸ Segundo Vilhena (1921: 193) A.C. tratar-se-ia “certamente o Prof. Alfredo da Costa”.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- BRÁS, J. (1996). Metamorfoses na formação de professores de Educação Física. *Boletim SPEF*, 14: 47-54.
- BRÁS, J.V. & GONÇALVES, M.N. (2008). A instrução militar preparatória na I República - a ginástica da educação cívica. A educação cívica da ginástica. *Cultura Escolar Migrações e Cidadania - Actas do VII Congresso LUSO-BRASILEIRO de História da Educação*. 20 - 23 Junho 2008, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade do Porto: 1-12.
- BRITO, M. (1986a). A Educação Física no Ensino Primário: algumas questões sobre o passado e o presente. *O Professor*, 83: 5-12.
- BRITO, M. (1986b). A Escola Geral de Habilitação dos Corpos do Exército (1815-1823). Um episódio na formação de professores para a educação geral em Portugal. *O Professor*, 87: 52-66.
- BURGNER, L. (1974). A História da Educação Física e a História da Educação. *Boletim da Fédération Internationale d'Éducation Physique*, 44 (2): 26-28.
- CABRAL PINTO (1976). A formação dos professores nas Escolas do Magistério. *O Professor*, 11/12: 14-15.
- CARREIRO DA COSTA, F.; JACINTO, J.; JANUÁRIO, C. & BOM, L. (1984). Contributo para a caracterização da educação física na instituição escolar - Perspectivas de desenvolvimento. *Horizonte*, I (3): 88-90.
- CARREIRO DA COSTA, F.; JANUÁRIO, C.; DINIS, A.; BOM, L.; JACINTO, J. & ONOFRE, M. (1988). Caracterização da Educação Física como projecto educativo. *Horizonte*, V (25): 13-17.
- CATROGA, F. (1977b). A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana em Portugal. *Separata de Biblos*, LIII: 285-327.
- CLARK, J.E. & WHITALL, J. (1989). What Is Motor Development? The Lessons of History. *Quest*, 41: 183-202.
- CONTRERAS JORDÁN, O. (1992). Orígenes y evolución de la formación del Profesorado en Educación Física. *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 15: 73-86.
- CONTRERAS JORDÁN, O.R. (1995). Perspectivas e Modelos na Formação Inicial de Professores de Educação Física para a Educação Primária em Espanha. *Boletim SPEF*, 12: 99-116.
- COOPER, R. & BURRELL, G. (2006). Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. *Revista de Administração de Empresas*, 46 (1): 1-16.
- COSTA FERREIRA, António Aurélio da (1920). Morphologia e Educação Physica. *Medicina Contemporânea*, Serie II - Tomo XXIII (29): 18 de Julho de 1920.
- COSTA SACADURA, Sebastião Cabral da (1906). *Educação Physica*. Lisboa, Typographia de Christovão A. Rodrigues. Publicado no *Boletim da Direcção Geral de Instrucção Publica*, Fasc. VII-XII, 1905: 323-330.
- COSTA SACADURA (1916a). Esboço de reforma dos serviços de Sanidade Escolar. *Boletim Oficial - Ministério de Instrução Pública*, I (5): 408-414.

- COSTA SACADURA (1916b). Esboço de reforma dos serviços de Sanidade Escolar (Continuação). *Boletim Oficial - Ministério de Instrução Pública*, I (6-12): 583-592.
- COSTA SACADURA (1920). O Professor de Educação Física. *Revista de Educação Física*, 1: 2.
- CRESPO, J. (1976). A Formação dos Professores de Educação Física. Alguns dados históricos. *Ludens*, ISEFL, 1 (1): 29-36.
- CRESPO, J. (1977). História da Educação Física em Portugal. Os antecedentes da criação do INEF. *Ludens*, ISEFL, 2 (1): 45-52.
- CRESPO, J. (1978). As Instituições de Educação Física e Desportos e a Ideologia em Portugal, no período de 1926 a 1942. *Ludens*, ISEFL, 2 (3): 51-54.
- CRESPO, J. (1981). Intervenção nas comemorações da formatura dos primeiros licenciados pelo ISEF. *Ludens*, ISEFL, 5 (2): VI-X.
- CRESPO, J. (1991). A Educação Física em Portugal - A Génese da Formação dos Professores. *Boletim SPEF*, 1: 11-19.
- CRESPO, J. (1992). A Educação Física - A reestruturação de uma identidade. *Horizonte*, VIII (48): 217-222.
- CRUM, B. (1993). A Crise de Identidade da Educação Física. Ensinar ou não Ser, eis a Questão. (The identity crisis of Physical Education - To teach or not to be, that is the question). *Boletim SPEF*, 7/8: 133-148.
- D'ALMEIDA, José (1907). 27. Banhos e exercicios de natação. IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (PORTO). *A Medicina Contemporânea*, Serie II - Tomo X (16): 21 de Abril de 1907: 122.
- D'ALMEIDA GARRETT, António (1907). 24. Sedentariedade na escola. IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (PORTO). *A Medicina Contemporânea*, Serie II - Tomo X (16): 21 de Abril de 1907: 121-122.
- DELGADO, P.M.L. (1996). A Instrução Pública em Portugal durante a Primeira República. *O Professor*, 48: 37-46.
- DIAS, Almeida (1907). 18. Caderneta sanitaria individual. IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (PORTO). *A Medicina Contemporânea*, Serie II - Tomo X (15): 14 de Abril de 1907: 118.
- DIAS, L.P. (2001). Dossier História da Educação (Conclusão). Escolas e Primeiras Letras. O ensino primário elementar durante a segunda metade de Oitocentos no distrito de Setúbal. *Educação Ensino*, 23: 9-19
- DUFOUR, W. (1977). O currículo dos Institutos de Educação Física - estudo comparativo de 42 países. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, 3: 52-58.
- DUFOUR, W. (1981). Conferência - Comemorações da Formatura dos Primeiros Licenciados pelo ISEF - Sessão Solene. *Ludens*, ISEFL, 5 (2): X-XVI.
- DUFOUR, W. (1992). 50 Ans d'Éducation Physique en Europe. *Boletim SPEF*, 4: 79-97.
- DURING, B. (1976). "Vers quelle éducation physique méthodique?" 1945-1965. *Annales de l'ENSEPS*, 9: 25-31.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- EDUARDO MONTEIRO, J. (1996). O Lugar da Educação Física: A situação (des)esperada. *Horizonte*, XIII (73): 3-9.
- ESCOLANO BENITO, A. (1982). Las Escuelas Normales, Siglo y Medio de Perspectiva Historica. *Revista de Educación*, Madrid, 269: 55-76.
- ESTRELA, A. (1973). Uma Perspectiva para a Compreensão da Evolução e da Difusão da Ginástica da Escola de Ling - um Exemplo: a Educação Física em Portugal nas Primeiras Décadas do Século XX. *Boletim I.N.E.F.*, II (3): 21-32.
- FAUSTINO, A. (1995). Educação Física / Ginástica: Uma associação com raízes no tempo. *Educare-Educere*, ESE Castelo Branco, 1: 57-64.
- FERNÁNDEZ NARES, S. (1991). La Didáctica de la Gimnástica en el Siglo XIX. *Bordón - revista de orientación pedagógica*, 43 (3): 349-354.
- FERREIRA, A.G. (2004). O ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado Novo. *Perspectiva*, 22 (Especial): 197-224.
- FERREIRA GOMES, J.F. (1987). As origens da formação pedagógica dos professores do ensino primário e secundário. *Educação e Tecnologia*, Guarda, 1: 7-12.
- F.I.E.P. (1971). Manifesto Mundial de Educação Física. Separata do *Bulletin FIEP*, 41 (1-2): 5-12.
- GOMES, R. (1991). Poder e Saber sobre o Corpo - A Educação Física no Estado Novo (1936-1945). *Boletim SPEF*, 2-3: 109-136.
- GOMES, R. (1992). O Ócio da Lisboa de 1900 - Tradição e mudança nas práticas e representações do ócio urbano. *Boletim SPEF*, 4: 53-78.
- GUTIERREZ SALGADO, C. (1986). Aproximacion a la Historia de la Educación Física. *Revista Española de Educación Física y Deportes*, 9/10: 50-52.
- HASSE, M. (1981). A Educação Física no Real Collegio dos Nobres de Lisboa (1761-1837). *Ludens*, 5 (4): 21-28.
- HADZELEK, K. (1977). Origens e Desenvolvimento das Instituições de Formação dos Professores de Educação Física na Europa, nos séculos XIX e XX. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física* (edição brasileira em língua portuguesa), 47 (3): 41-44.
- IGNACIO BARBERO, J. (1989). La Educación Física, materia escolar socialmente construida. *Revista Perspectivas de Educación Física y el Deporte*, INEF Castilla Y León, 2: 30-34.
- JANUÁRIO, C. (1995). Um conceito para a Educação Física. *Horizonte*, XI (66): 203-207.
- LAGARDERA OTERO, F. (1992). Sobre aquello que puede educar la Educación Física. *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 15: 55-72.
- LEAL D'OLIVEIRA, A. (1955). Outra viagem de estudo. *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, III-IV: 175-191.
- LEAL D'OLIVEIRA, A. (1957). Technique et Analyse des Exercices du Tronc. *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, III-IV: 175-191.
- LEAL D'OLIVEIRA, A. (1960). Chronique internationale. *Bulletin FIEP*, (4): 40-58.

- LEAL D'OLIVEIRA, A. (1962). Conceptions générales de l'éducation physique et du sport en Occident. *Bulletin de la F.I.E.P.*, 3-4: 76-106.
- LEAL D'OLIVEIRA, A. (1968). Concepções da Educação Física e Desporto, no Ocidente. *Educação Física. Desportos. Saúde Escolar*, 15-16: 13-21.
- LEAL D'OLIVEIRA, A. & SEURIN, P. (1960). Editorial: The "Fédération Internationale d'Éducation Physique" and the International Council of Sport and Physical Education. *Bulletin FIEP*, (4): 3-14.
- LEAL D'OLIVEIRA, A. & SEURIN, P. (1962). Editorial: UNESCO and world co-operation in physical education and sport. *Bulletin FIEP*, (3-4): 3-13.
- LOPEZ DEL CASTILLO, M.T. (1982). Planes e Programas Escolares en la Legislación Española. *Bordón - Revista de orientación pedagógica*, 242-243: 127-202.
- LOUREIRO, J.E. (1986). Para a História das Instituições de Formação de Professores em Portugal. In: *Ensino Superior e Formação de Professores. Cadernos da FENPROF 7*. Federação Nacional dos Professores: 17-38.
- MAGALHÃES ADÃO, L. (1947). A educação física na Casa Pia de Lisboa (Resumo). *Boletim I.N.E.F.*, 1-2: 39-63.
- MARQUÊS DE RIO MAIOR (1942). O Real Colégio dos Nobres. *Revista Municipal da Câmara Municipal de Lisboa*: Separata dos n.ºs 8 e 9.
- MARQUES PEREIRA, C. (1944a). *Aspectos da Educação Física e Pré-Militar na Mocidade Portuguesa*. Separata do Boletim do Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa. Lisboa, Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa.
- MARQUES PEREIRA, C. (1944b). A educação física na M.P. *Mocidade Portuguesa Boletim do Comissariado Nacional*, Número especial comemorativo da Campanha Nacional de Educação Física: 179-262.
- MARTÍNEZ ÁLVAREZ, L. (2000). A Vueltas com la Historia: Una Mirada a la Educación Física Escolar del S. XX. *Revista de Educación*, Madrid, núm. extraordinario: 83-112.
- MARTINHO, A.M. (1988). Algumas notas para a história da formação de professores em Portugal. *Educação e Tecnologia* 3: 73-82.
- MELO, V.A. (1997). Porque devemos estudar História da Educação Física e do Esporte nos Cursos de Formação. *Lecturas: Educación Física y Deportes. Revista digital*, 8, (www.sportquest.com/revista).
- MOREIRA, J.J. (1983). Notícias e Comunicações - Escola Superior de Educação Física (Da S.G.L.). *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (7-12): 255-257.
- MORENO, A. (1985). Abordagem Científica do Corpo Humano ou o Elogio do Paradoxo. *Ludens, ISEFL*, 10 (1): 3-8.
- MURINELLO, J. (1944). Contribuição para a história da educação física. *Mocidade Portuguesa Boletim do Comissariado Nacional*, Número especial comemorativo da Campanha Nacional de Educação Física: 268-272.
- NEWELL, K.M. (1990). Physical Education in Higher Education: Chaos Out of Order. *Quest*, 42: 227-242.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- NETO, C. (1985). Desenvolvimento Motor - Estudo de um Longo Processo. *Ludens*, ISEFL, 9 (2): 3.
- NETO, C. (1992). Desenvolvimento e Adaptação Motora - Projecto e Actividades de Formação e Investigação. *Ludens*, FMH, 12 (3/4): 5-16.
- NEVES FERREIRA, J.V. & BOTELHO, M.(1998). As práticas físicas, a saúde e o bem-estar dos intelectuais no séc. XVIII. Uma prospecção a partir da literatura médica. *Horizonte*, XIV (81): 33-35.
- NOGUEIRA, Braz (1920). Principios de Educação Física. *A Medicina Contemporânea*, Serie II - Tomo XXIII (20): 16 de Maio de 1920: 153-157.
- OLIVERA BETRÁN, J. & OLIVERA BETRÁN, A. (1995). La Crisis de la Modernidad y el Advenimiento de la Posmodernidad: El Deporte y las Prácticas Físicas Alternativas en el Tiempo de Ocio Activo. *Apunts: Educación Física y Deportes*, INEF Barcelona, 41: 10-29.
- OYAMA, E.R. (1995). Educação Física, Motricidade Humana e suas Dimensões Sócio-Culturais. *Revista Paulista de Educação Física*, 9 (1): 75-85.
- PAJARÓN SOTOMAYOR, R. (1989). La Educación Física en la Legislación de Primera Enseñanza Española en el Siglo XIX. *Bordón - Revista de orientación pedagógica*, 41 (2): 345-353.
- PASTOR PRADILLO, J.L. (1998). La crisis conceptual de la educación psicomotriz (I). *Élide - Revista Anaya de Didáctica de la Educación Física*, 0: 13-19.
- PASTOR PRADILLO, J.L. (1999). La crisis conceptual de la educación psicomotriz (II). *Élide - Revista Anaya de Didáctica de la Educación Física*, 1: 13-19.
- PEREIRA, A. (2011). Análisis Histórico de los Programas de Educación Física Portugueses (1948-2000). *Materiales para la Historia del Deporte*, 9: 62-71.
- PÉREZ RAMÍREZ, C. (1993). Evolución Histórica de la Educación Física. *Apunts: Educación Física y Deportes*, INEF Barcelona, 33: 24-38.
- PESTANA, A. (1915). La Enseñanza Primaria y Normal en Portugal. *BILE*, 666: 264-273.
- PESTANA, A. (1918). La Primera Enseñanza en Portugal. *BILE*, 700: 193-196.
- PIÇARRA, Ladislau (1907). 30. O ensino da hygiene na escola primaria. IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (PORTO). *A Medicina Contemporânea*, Serie II - Tomo X (16): 21 de Abril de 1907: 123.
- PINTO, C. (1976). A formação dos professores nas Escolas do Magistério. *O Professor* 11/12: 14-15.
- POVILL, A.C. (1989). La Educación Física: Ese camino tortuoso que por fin ve su final. *Apunts. Educación Física y Deportes*, INEF Barcelona, 16-17: 138-145.
- PRICE, H.D. (1948). The Establishment of Principles Which Are Essential for the Realization of the Objectives of Physical Education. *Research Quarterly*, (19): 93-102.
- QUINTINO DA COSTA (1943). Teoria geral da educação física e pré-militar - A Educação Física na Escola Primária Elementar. *Boletim I.N.E.F.*, (4): 320-245.
- RAMOS, J.J. (1970). Panorama Mundial da Educação Física e Actividades Correlativas. *Educação Física. Desportos. Saúde Escolar*, 2 (22): 12-19.

- RENSON, R. (1989). From physical education to kinanthropology: a quest for academic and professional identity. *Quest*, 41: 235-256.
- RÍO MATEOS, E. del & ROSA SÁNCHEZ, J.J. (1989). Que es Educación Física?. *Revista Perspectivas de Educación Física y el Deporte*, INEF Castilla Y León, 2: 35-37.
- RODRIGUES, D. (1944). Subsídios para a história da educação física em Portugal. *Mocidade Portuguesa Boletim do Commissariado Nacional*, Número especial comemorativo da Campanha Nacional de Educação Física: 265-267.
- ROSE, D.A. (1986). Is There a Discipline of Physical Education? *Quest*, 38 (1): 1-21.
- RUBIO, R. (1907). Una Escuela Superior de Educación Física. *BILE*, 566: 129-131.
- SALAZAR CARREIRA, J. (1947). Discurso do representante da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, Inspector dos Desportos, Dr. J. Salazar Carreira. *Boletim I.N.E.F.*, (3-4): 16-19.
- SALAZAR CARREIRA, J. (1962b). L'Éducation Physique au Portugal. *Boletim da Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, I-V: 5-20.
- SÁNCHEZ BAÑUELOS, F. (1986). Algunos conceptos básicos sobre el deporte como medio formativo en el ámbito escolar. *Revista de Educación Física* (10): 9-18.
- SANCHES DE MORAES (1907). 26. Horarios e programmas escolares. IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (PORTO). *A Medicina Contemporânea*, Serie II - Tomo X (16): 21 de Abril de 1907: 122.
- SANTOS, Reynaldo dos (1907). 13. Papel do medico escolar na sua dupla qualidade de fiscal e director da educação e da saude physica e intellectual dos alumnos. IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (PORTO). *A Medicina Contemporânea*, Serie II - Tomo X (15): 14 de Abril de 1907: 117.
- SÉRGIO, M. (1978). "Os Maías" e a Educação Física. *Ludens*, ISEFL, 3 (1): 3-13.
- SÉRGIO, M. (1979). Prolegómenos a uma Ciência do Homem. *Ludens*, ISEFL, 4 (1): 19-29.
- SÉRGIO, M. (1987). Filosofia das Actividades Corporais - A Filosofia duma Ciência. *Ludens*, ISEFL, 11 (2): 8-34.
- SERRANO, José António (1891a). Acta da sessão de 3 de Maio de 1890. Antes da Ordem da Noite. Relatorio sobre a gymnastica sem aparelhos. *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, Tomo LV: 37.
- SERRANO, José António (1891b). Acta da sessão de 5 de Julho de 1890. Ordem da Noite. Discussão do parecer sobre um programma de exercicios gymnasticos sem aparelhos, por Alfredo Dias. *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, Tomo LV: 102-104.
- SERRANO, José António (1891c). Parecer do Professor José António Serrano sobre o Programma de Gymnastica sem aparelhos. Elaborado por Alfredo Dias. Apresentado e discutido na Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa em sessão de 18 de Julho de 1890. *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, Tomo LV: 327-348.
- SEURIN, P. (1962). Estudio comparativo de la organizacion de la Educación Física y de los deportes en los Países de Occidente. *Bulletin FIEP*, (3-4): 172-185.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- SEURIN, P. (1973a). Cronica da Federação: Balanço de 1972; Novos delegados; Hermann Brandt; Congresso Mundial de Bruxelas de 1973. *Bulletin FIEP*, 43 (1): 5-12.
- SEURIN, P. (1973b). Cronica da Federação: Congresso de Bruxelas; Assembleia Geral da F.I.E.P.; Congresso de Gdansk; Actividades da F.I.E.P. no Mundo; Reuniões Internacionais em 1973. *Bulletin FIEP*, 43 (2): 5-17.
- SEURIN, P. (1973c). Cronica da Federação: Congresso Mundial de Bruxelas; Assembleia Geral da F.I.E.P.; Novos delegados da F.I.E.P.; Viagem do Presidente ao Egipto; Curso de Montecatini de 1972. *Bulletin FIEP*, 43 (3): 4-8.
- SEURIN, P. (1973d). Cronica da Federação: Notícia histórica sobre a F.I.E.P.; Participação da F.I.E.P. nas actividades da Academia Olímpica Internacional; Jornada Internacional de Goiânia; Congresso de Medicina de Buenos Aires; Criação do H.I.S.P.A.; Simpósio de Israel. *Bulletin FIEP*, 43 (4): 5-27.
- SEURIN, P. (1974). Cronica Federal La F.I.E.P. 50 Anõs al servicio de la educación física en el mundo. *Bulletin FIEP*, 44 (4): 7-79.
- SLUYS, M.A. (1906a). Historia de la Educación Física. *BILE*, 554: 129-134.
- SLUYS, M.A. (1906b). Historia de la Educación Física (Continuacion). *BILE*, 555: 161-167.
- SLUYS, M.A. (1906c). Historia de la Educación Física (Conclusion). *BILE*, 556: 193-199.
- SOBRAL, F. (1987). Motricidade Humana. Sistema das Ciências e Ciências do Desporto. *Ludens*, ISEFL, 11 (2): 7-12.
- ULMANN, J. (1992). Les Rapports Historiques de l'Éducation Physique et du Sport. *EPS*, 238: 10-16.
- VIANA, Raul G. da Silva (1923). Esboço da evolução da educação física em Portugal. In: *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, Vol. VIII: 295-337.
- VIANNA, A. (1887). La Educacion Física en Portugal. *BILE*, 247: 145-148.
- VICENTE PEDRAZ, M. (1989). Nociones de Cuerpo para la Teoria General de la Educación Física. *Revista Perspectivas de Educación Física y el Deporte*, INEF de Castilla Y León, 1: 5-9.
- VIGARELLO, G. (1972). Réflexions sur l'origine, l'unité et la place de la théorie en éducation physique. *Annales de l'ENSEPS*, 2: 4-10.
- VIGARELLO, G. (1974). D'un corps "redressé" à un corps qui "se redresse". Machines à redresser le corps au XVIIème siècle et au début du XIXème siècle. *Annales de l'ENSEPS*, 5: 9-19.
- VILHENA, H. de (1920). Uma bibliografia de trabalhos portugueses sôbre educação física. *Revista de Educação Física*, Novembro (2): 5-7.
- VILHENA, H. de (1921a). (Continuação). *Revista de Educação Física*, Maio (3): 11.
- VILHENA, H. de (1921b). Uma bibliografia de trabalhos portugueses sôbre educação física. *Revista de Educação Física*, Novembro (4): 10-11.
- VILHENA, H. de (1921c). Uma bibliografia de trabalhos portugueses sôbre a educação física. *Arquivo da Anatomia e Antropologia*, Vol. VII (2): 179-195.

- VILHENA, H. de (1921d). Ainda a propósito de uma Bibliografia de trabalhos portugueses sobre educação física. *Arquivo da Anatomia e Antropologia*, Vol. VII (3): 264-265.
- VILLADA HURTADO, P. (1992). Profesores de Educación Física en las Escuelas Universitarias del profesorado de E.G.B.: una aproximación histórica. *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 15: 109-113.
- VIZUETE CARRIZOSA, M. (1985). La Educación Física y el Deporte durante la Guerra Civil y la Postguerra (I). *Revista Española de Educación Física y Deportes*, 1: 32-35.
- VIZUETE CARRIZOSA, M. (1985). La E. Física y el Deporte durante la Guerra Civil y la Postguerra (II). *Revista Española de Educación Física y Deportes*, 2: 30-33.
- X. (1886a). Juegos Corporales. *BILE*, 216: 43-46.
- X. (1886b). Juegos Corporales (Continuacion). *BILE*, 217: 62-64.
- X. (1886c). Juegos Corporales (Continuacion). *BILE*, 220: 105-108.
- X. (1886d). Juegos Corporales (Conclusion). *BILE*, 221: 124-125.
- X. (1888a). Don Francisco Amorós, Fundador de la Gimnasia Francesa. *BILE*, 276: 196-200.
- X. (1888b). Don Francisco Amorós, Fundador de la Gimnasia Francesa (Conclusion). *BILE*, 277: 210-213.
- X. (1894a). Congresos de Educación Física. *BILE*, 409: 113-117.
- X. (1894b). Congresos de Educación Física (Conclusion). *BILE*, 410: 133-134.
- ... (1923). Serviços de Sanidade Escolar. *Boletim da Inspeção Geral de Sanidade Escolar*, I: 1-15.
- ... (1940). Proposta de Lei apresentada pelo Senhor Ministro da Educação Nacional, Professor Doutor Carneiro Pacheco, à Assembleia Nacional para a criação do Instituto Nacional de Educação Física. *Boletim I.N.E.F.* (1): 48-80.
- ... (1956). L'Éducation Physique au Portugal - Quelques renseignements fournis au 2^{ème} Congrès Latin d'Éducation Physique tenu à Madrid du 15 au 19 Juin de 1956. *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, I-II: 13-28.
- ... (1977). Leal d'Oliveira - Biografia de uma obra. *Ludens* 1 (3): 41-42.
- ... (1979). A formação dos professores do ensino primário e o futuro das EMP. *O Professor* 20: 4-6.

APÊNDICE A

Seriação cronológica da bibliografia de origem portuguesa

Idade Média

- D. João I (). *A Caça de Monteria*. Publicado por ordem da Academia Real das Ciências por Francisco Maria Esteves Pereira (Biblioteca Nacional)²²⁹.
- D. Duarte (). *Leal Conselheiro*.
- D. Duarte (). *Livro de Enseñança de Bem cavalgar toda a sella*. Paris (Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa) ²³⁰.

Do séc. XV ao XVIII

- Godinho, Luís (1599). *Arte de esgrima*.
- Fernandes Ferreira, Diogo (1616). *Arte de caça de altanaria*.
- Solis da Fonseca, Fernão (1626). *Regimento para conservar a saúde e vida. Em dous dialogos. O primeiro trata do regimento das seis cousas não naturais. O segundo, de qualidades do ar; de sitios, e mantimentos do termo da cidade de Lisboa*. Lisboa, Gerardo da Vinha.
- Gomes de Figueiredo, Diogo (1651). *Memorial da prática do montante*.
- Pereira Rego, António (1670). *Instrução da cavallaria de brida*.
- Galvão de Andrade, António (1678). *Arte de cavallaria de quinta e estardiota*.
- Thomaz, Luís (1689). *Tratado das lições de espada preta*.

Séc. XVIII

- Curvo Semmedo, João (1720). *Atalaya da vida contra as hostilidades da morte; justificada, e guarnecida com tantos defensores*.
- Fonseca Henriques, Manuel da (1721). *Anchora medicinal para conservar a vida com saude*. Lisboa, Officina Augustiniana. 1.^a ed.
- João Lopes Correa (1723). *Castello forte contra todas as infirmitades que perseguem o corpo humano e tesouro universal, aode de acharão os remedios para ellas*.
- Joseph Francisco Ferreyra de Sá (1723). *Epithome cirúrgico, medicinal, observante questionado, dividido em três livros*.

²²⁹ “Segundo H. da Gama Barros (1896). *Historia da administração publica em Portugal nos sec. XII a XV*. Tomo I, p. 426, é cópia de um outro feito em 1626 pelo bacharel Manoel Serrão da Paz, sobre um original escrito à mão, em pergaminho, que se achou na livraria do Colegio da Comp.^a de lhs de Monforte de Lemos e intitulado *Libro de Monteria composto pelo Señor rey Don Joaom de Portugal, e dos Algarbes, e Señor de Ceuta, etc.*” citado por Viana (1923: 301).

«*Livro da Montaria feito por D. João I Rei de Portugal. Conforme o Manuscrito nº 4352 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Publicado por ordem da Academia de Sciencias de Lisboa por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918*».

Da obra de D. João I existe um apógrafo na Biblioteca Nacional de Lisboa.

²³⁰ Da obra de D. Duarte há duas edições feitas sobre o manuscrito único da Biblioteca Nacional de Paris.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Pina e de Proença, Martinho de Mendonça de (1734). *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*. Lisboa, Officina de Joseph Antonio Sylva.
- Manoel da Sylva Leitaõ (1738). *Arte com vida ou vida com arte, muy curiosa, necessária, e proveitosa não só a médicos, e cirurgioens*.
- Verney, Luís António (1746). *O Verdadeiro Método de Estudar*. Vol. IV e V. (1952) Lisboa.
- Ribeiro Sanches, António Nunes (1755). *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*. Lisboa. (1756) Paris. In: *Obras* (1966). Vol. II. Coimbra: 287-290.
- Ribeiro Sanches, António Nunes (1760). *Cartas sobre a educação da mocidade*.
- Moniz Barreto, Luiz Carlos (1787). *Tratado da educação fysica e moral dos meninos de ambos os sexos*. Trad. Lisboa.
- Paiva, Manuel Joaquim Henriques de (1787). *Aviso ao Povo ou Summario dos Preceitos mais importantes, concernentes á criação das Creanças, ás diferentes Profissões e Offícios, aos Alimentos e Bebidas, ao Ar, ao Exercicio, ao Somno, aos Vestidos, á Intemperança, á Limpeza, ao Contagio, ás Paixões, ás Evacuações regulares, etc., que se devem observar para prevenir as enfermidades, conservar a saude, prolongar a vida*. Lisboa.
- Andrade, Manuel Carlos de (1790). *Luz da liberal e nobre arte da cavallaria*. Lisboa, Régia officina typographica.
- Mello Franco, Francisco (1790). *Tratado de educação fysica dos meninos, para uso da Nação Portuguesa*. Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- Almeida, Francisco José de (1791). *Tratado de educação fysica dos meninos, para uso da Nação Portuguesa*. Tradução do inglês.

Séc. XIX

- Franco, Francisco de Mello (1813). *Elementos de Hygiene, ou Dictames Theoricos, e Practicos para conservar a saude, e prolongar a vida*. Lisboa, Academia real das Sciencias. 1.^a ed.
- Mello, Jerónimo José de (1822). *Memoria philosóphica sobre a megalanthropogenesis, ou arte de aperfeiçoar a especie humana*. Coimbra.
- Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque (1823). *Ideas sobre o estabelecimento da Instrução Publica*.
- Centazi, Dr. Guilherme (1836). *Considerações Geraes sobre os Exercícios Gymnasticos e as Vantagens que delles Resultão*. Lisboa, Typographia de A.S. Coelho e C.^a. In: *Boletim INEF*, 1962, (3).
- Eugénio de Almeida, José Maria (1861). *Relatório da Administração da Real Casa Pia de Lisboa, de 20 de Outubro de 1859 a 31 de Outubro de 1860*. Lisboa.
- Eugénio de Almeida, José Maria (1862). *Portarias de Administração Da Real Casa Pia de Lisboa*. Primeira série n.º 1 a n.º 66. Lisboa.

- Fernandes Pereira, Elias (1864). *Breves considerações sobre os efeitos physiologicos do exercicio e da sua influencia em hygiene*. These inaugural apresentada à Escola Medico-Cirurgica do Porto. Porto, Typographia de Antonio José da Silva Teixeira.
- Machado, António José (1865). *Da gymnastica e suas applicações à medicina e cirurgia*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Medico-Cirurgica do Porto.
- Abranches, Guilherme da Silva (1866). *Manual da hygiene da infancia ou conselhos ás mães de família sobre o modo de criar e educar seus filhos*.
- Filippe Simões, Augusto (1872a). *Erros e preconceitos da Educação Physica*. Dissertação para o Acto de Conclusões Magnas da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Filippe Simões, Augusto (1872b). *Educação Physica*. Lisboa.
- Filippe Simões, Augusto (1874). *Educação Physica*. Lisboa, 2.^a edição aumentada.
- Costa, Justa Mathilde de Carvalho e (1876). *Novo Tratado da Educação Physica do Ente Racional*. Lisboa, Typogr. de G.M. Martins.
- Carreira, José Pires da Costa (1877). *Breves Considerações ácerca da Educação Physica e Moral das Creanças durante a primeira infancia*. Porto.
- Menezes, Antonio Gaspar de Souza Araujo (1878). *Da Gymnastica Medica como meio hygienico e therapeutico*. These inaugural apresentada á Escola Medico-Cirurgica de Lisboa.
- (1878). *O Gymnasta - Orgão bi-mensal de educação physica*
- Filippe Simões, Augusto (1879). *Educação Physica*. Lisboa, Livraria Ferreira, 3.^a edição correcta e augmentada.
- Mouzaco, José Nunes (1880). *Algumas considerações sobre Gymnastica*. Dissertação inaugural apresentada á Escola Medico-Cirurgica do Porto. Porto, Typographia de Viuva Gandra.
- Schreber, D.G.M. (1880). *Gymnastica Domestica, Medica e Hygienica ou Representação e Descrição de Movimentos Gymnasticos que não exigem aparelho algum nem auxilio extranho, e pódem ser executados em qualquer occasião e logar para uso dos dois sexos e para todas as edades. Acompanhada com applicações a diferentes affecções*. Versão portuguesa de Julio de Magalhães. Lisboa, Editor Cândido de Magalhães.
- Eugénio de Almeida, Carlos Maria (1881). *Relatório da Administração da Real Casa Pia de Lisboa, de 30 de Abril de 1881*. Lisboa.
- Lauret, Paulo (1881a). *Manual Theorico-Pratico de Gymnastica para Uso dos lyceus, collegios, escolas municipaes e primarias*. Lisboa, David Corazzi Editor, Empreza Horas Romanticas.
- Lauret, Paulo (1881b). *Estudos sobre Educação Physica*. Porto, Editor Joaquim Antunes Leitão.
- Felgueiras, Nicolau Máximo (1882). *Apontamentos sobre Educação Physica*. Dissertação inaugural apresentada á Escola Medico-Cirurgica do Porto. Porto, Typographia Occidental.
- Lauret, Paulo (1883). *Guia para o ensino da gymnastica nas escolas do sexo feminino*. Porto, Livraria Portuense de Clavel & C.^a Editores.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Rogerio, Fernando (1883). *Educação Physica da Criança desde o nascimento aos 6 annos. Livro dedicado às maes portuguezas extrahido dos trabalhos mais praticos e modernos sobre o assunto*. Lisboa.
- ... (1885). *A Gymnastica: numero-programma do primeiro concurso de gymnastica promovido pelo Real Gymnasio Club Portugues*. Lisboa.
- Real Collegio Militar (1886). *Instruções para o serviço interno e instrucções disciplinares para os alumnos, approvadas por Portaria do Ministério da Guerra de 27 de Maio de 1886*. Lisboa.
- Ferreira, Tenente de engenharia Augusto (1886). *Escola pratica de engenharia: Regulamento provisorio para a instrucção de gymnastica*. Lisboa.
- Mello, António José de (1886a). A Gymnastica entre os antigos e modernos. *Novidades*, 624, 18 de outubro.
- Mello, António José de (1886b). A Gymnastica entre os antigos e modernos. *Novidades*, 625, 20 de outubro.
- A.C. (1887). Apontamentos para a reforma e historia da educação physica em Portugal:—por Alfredo Dias (um f. de 86 pag.). *A Medicina Contemporanea*: 194.
- Dias, Alfredo (1887). *Apontamentos para a Reforma e História da Educação Física em Portugal seguidos de um programa de gymnastica sem aparelhos, para uso das Escolas Municipais de Lisboa*. Lisboa, Tip. Lisbonense.
- Lauret, Paulo (1887). *Cinésiologia ou Sciencia do Movimento e suas relações com a Educação, a Hygiene e a Therapeutica - Periodo desde o XVI seculo até ao presente*. Porto.
- Vianna, Antonio (1887). La Educacion Física en Portugal. *BILE*, 247: 145-148.
- ... (1888). *Programma de gymnastica para os alunos do primeiro anno e segundo anno da Escola Naval e bem assim o de esgrima*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Lauret, P. (1891). *Gymnasio Lauret e Sala d'Armas*. Porto, Typ. Da Empreza Litteraria e Typographica.
- Lima, Carlos Alberto de (1891). *Melhoramento da Raça pelo Exercicio Physico*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Medico-cirurgica do Porto. Porto, Typographia da Empreza Litteraria e Tpographica.
- Serrano, José António (1891a). Acta da sessão de 3 de Maio de 1890. Antes da Ordem da Noite. Relatorio sobre a gymnastica sem aparelhos. *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, Tomo LV: 37.
- Serrano, José António (1891b). Acta da sessão de 5 de Julho de 1890. Ordem da Noite. Discussão do parecer sobre um programma de exercicios gymnasticos sem aparelhos, por Alfredo Dias. *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, Tomo LV: 102-104.
- Serrano, José António (1891c). Parecer do Professor José António Serrano sobre o Programma de Gymnastica sem aparelhos. Elaborado por Alfredo Dias. Apresentado e discutido na Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa em sessão de 18 de Julho de 1890. *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, Tomo LV: 327-348.

- Martins Delgado, António (1893). *A velocipedia, higiene e terapêutica*.
- Rivotti, Lourenço (1893). *Gymnastica. Prophylatica e therapeutica*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Medico-cirurgica de Lisboa. Lisboa, Typogr. da Companhia Nacional Editora.
- Silva, A.A.P. d'Oliveira e (1894). *Gymnastica de Natação Pratica completa medica e hygienica com representação e descripção de movimentos gymnasticos, musculos que põe em jogo e suas vantagens medica e hygienica, praticavel em todo o logar e epocha como gymnastica de quarto para uso dos dois sexos e em todas as edades com applicação a diversas affecções*. Porto.
- ... (1894). *Manual de gymnastica para uso dos Corpos do exercito*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- (1894). *O Sport*.
- Martins, António Domingos Pinto (1895). *Manual de Esgrima para uso do exercito*. Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira.
- ... (1895). *Regulamento para o "Ensino da Gimnastica pura e aplicada na Real Casa Pia de Lisboa"*.
- (1895). *O Tiro Civil*.
- Alarcão, D. Miguel Henrique de Menezes (1896). *Manual de Gimnastica*. Lisboa.
- ... (1896). *Regulamento para a instrucção da gymnastica nos Corpos do exercito. Escola Pratica de Infanteria*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Silva, César da (1896). *Real Casa Pia de Lisboa. Breve Historia da sua Fundação, Grandeza e Desenvolvimento de 1780 até ao Presente*. Lisboa, Typ. Brito Nogueira.
- Viterbo, Francisco Marques de Sousa (1897). *A esgrima em Portugal. Subsídios para a sua história*.
- (1897). *O Sport*.
- Almeida Reis, Luiz Norberto de Sousa d' (1898). *A educação physica desde o nascimento até à virilidade*. These inaugural apresentada à Escola Medico-cirurgica de Lisboa. Lisboa, Ofic. Typogr. A Liberal.
- Lauret, Paulo (1898). *Gymnastica*. Lisboa, Secção editorial da Companhia Nacional Editora.
- (1898). *Revista de Sport*.
- Pinheiro Chagas (1899). Jogos e divertimentos portugueses na Idade Média. In: *História de Portugal*. Vol. II. Lisboa, 3.^a ed.
- Sousa Viterbo, Francisco Marques de (1899). *A esgrima em Portugal. Subsídios para a sua história*. Lisboa, Ed. de Manuel Gomes, Livreiro editor.
- Almeida Gonçalves, Carlos d' (18__). *Gymnastica de quarto, plastica e hygienica para homens, senhoras e creanças*. Lisboa, Centro typog. Colonial.

Séc. XX

- Cabette, Adelaide (1900). *A protecção ás mulheres grávidas, pobres como meio de promover o desenvolvimento physico de novas gerações*. These inaugural apresentada á Escola Medico-Cirurgica de Lisboa.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Costa, D. António da (1900). *História da Instrução Popular em Portugal*. Porto, Livraria Chardron.
- Ferreira, Pedro (1900). *La gymnastique médicale au College de Campolide*. Trabalho apresentado no Congresso de Higiene Escolar de Paris. Archivo de Anatomia e Anthropologia. Lisboa, Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina de Lisboa.
- Treves, Frederico (1900). *Educação Physica*. Tradução de Alberto Telles. Lisboa, Typographia de A. E. Barata,
- Chaves, Armando (1902). *Creanças. Educação physica e hygiene*. Dissertação inaugural apresentada á Escola Médico-cirurgica do Porto. Porto, Typogr. Universal.
- Figuerinhas Junior, José Simões Ferreira (1902). *A proposito da Educação Physica da Creança, dos 6 aos 12 annos*. Dissertação inaugural apresentada á Escola Medico-cirurgica do Porto. Porto, Typogr. Universal.
- Ferreira, Ardisson (1902a). Educação Physica - Efeitos do exercício: I Systema Muscular. *O Tiro Civil*, 241, 15 de agosto.
- Ferreira, Ardisson (1902b). Educação Physica - Efeitos do exercício: II Systema Respiratorio. *O Tiro Civil*, 244, 1 de outubro.
- Ferreira, Ardisson (1902c). Educação Physica - Efeitos do exercício: III Systema Circulatorio. *O Tiro Civil*, 245, 15 de outubro.
- Ferreira, Ardisson (1902d). Educação Physica - Efeitos do exercício: IV Systema Nervoso. *O Tiro Civil*, 247, 15 de novembro.
- Ferreira, Ardisson (1902e). Educação Physica - Efeitos do exercício: V Systema Osseo. *O Tiro Civil*, 248, 1 de dezembro.
- Ferreira, Ardisson (1903a). Educação Physica - Efeitos do exercício: VI Apparelho Digestivo e Nutrição. *O Tiro Civil*, 250, 1 de janeiro.
- Ferreira, Ardisson (1903b). Educação Physica - Efeitos do exercício: VII (conclusão) Calor animal. *O Tiro Civil*, 251, 15 de janeiro.
- Furtado Coelho, L. (1903). *Relatório das aulas de ginástica sueca no Centro Nacional de Esgrima - 1901 a 1903*.
- Pinto de Miranda, F. (1903). *Fins, meios e acção da educação física e sua importância em Portugal*.
- Furtado Coelho, L. (1904). *Relatório da aula de ginástica e esgrima no Club Nacional Madeirense em 1904*.
- (1904). *Tiro e Sport - Revista d Educação Physica e Actualidades*.
- Coelho, Francisco Adolfo (1905). Exercícios corporaes e desenvolvimento moral. As doutrinas. *Boletim da Direcção Geral da Instrução Publica*, ano IV, fasc. I-VI, Janeiro-Junho: 369-440. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Costa, Joaquim (1905). *Manual de Ginástica para Uso da Armada*. Lisboa, Typogr. da Cooperativa Militar.
- Costa, Salvador José da (1905). *Subsídios para a história da equitação e estudo sobre os serviços hippicos*. Lisboa.

- Fortes, Mario P. da C. (1905). *Manual de educação physica para as escolas normaes e primarias*.
- Silva, Oliveira e (1905). *Simples Gymnastica Natural imprescindivel para a mocidade dos lyceus, collegios e clubs. Inexcedivel. Salutar, hygienica, racional e benemerita para todas as pessoas*. Porto.
- Alves, António José (1906). *Gymnastica Elementar. Para uso das Escolas Normaes e de Habilitação para o magistério*. Viana do Castelo. Manuscrito.
- Costa Sacadura, Sebastião Cabral da (1906). *Educação Physica*. Lisboa, Typographia de Christovão A. Rodrigues. Publicado no *Boletim da Direcção Geral de Instrucção Publica*, Fasc. VII-XII, 1905: 323-330.
- Escola Pratica de Infantaria (1906). *Regulamento para a Instrucção da Gymnastica dos Corpos do Exercito*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Sanches de Moraes (1906). *Prefácio - Guia de Ginástica Racional e Prática*. Tradução livre do "Manuel de Gymnastique" de Soleirol de Serves. Lisboa.
- Martins, António Domingos Pinto (S.D.). *Tratado de gymnástica sueca*. Tradução do "Hand book i Gymnastik foi Arméen och Floffan" Lisboa, Livraria Libânio da Silva.
- Costa, Joaquim (1907). *Manual de gymnastica: em uso na Armada: alterações e additamentos*.
- D'Almeida, José (1907). 27. Banhos e exercicios de natação. IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (PORTO). *A Medicina Contemporânea*, Serie II - Tomo X (16): 21 de Abril de 1907: 122.
- D'Almeida Garrett, António (1907). 24. Sedentariedade na escola. IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (PORTO). *A Medicina Contemporânea*, Serie II - Tomo X (16): 21 de Abril de 1907: 121-122.
- Dias, Almeida (1907). 18. Caderneta sanitaria individual. IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (PORTO). *A Medicina Contemporânea*, Serie II - Tomo X (15): 14 de Abril de 1907: 118.
- Fortes, Mario P. da C. (1907). *Manual de educação physica para as escolas normaes e primarias*.
- Furtado Coelho, L. (1907). *A Gymnastica Sueca*. Porto, Livraria Magalhães & Moniz.
- Kumlien, L.C. (1907). *Tratado Pratico de Gymnastica Sueca*. Lisboa.
- Piçarra, Ladislau (1907a). 22. Jogos ao ar livre. IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (PORTO). *A Medicina Contemporânea*, Serie II - Tomo X (16): 21 de Abril de 1907: 121.
- Piçarra, Ladislau (1907b). 30. O ensino da hygiene na escola primaria. IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (PORTO). *A Medicina Contemporânea*, Serie II - Tomo X (16): 21 de Abril de 1907: 123.
- Sanches de Moraes (1907). 26. Horarios e programmas escolares. IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (PORTO). *A Medicina Contemporânea*, Serie II - Tomo X (16): 21 de Abril de 1907: 122.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Santos, Reynaldo dos (1907). 13. Papel do medico escolar na sua dupla qualidade de fiscal e director da educação e da saude physica e intellectual dos alumnos. IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (PORTO). *A Medicina Contemporânea*, Serie II - Tomo X (15): 14 de Abril de 1907: 117.
- Costa, Joaquim (1908). *Natação*. Lisboa, Typogr. da Livraria Ferin.
- Fortes, M.C. (1908). *A Educação Physica nos Lyceus. Carta aberta ao Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Agostinho de Campos*. Aveiro, Off. Typ. do “Campeão das Provincias”.
- Furtado Coelho, L. (1908). *O Methodo de Ling, considerado como base da Educação Physica*. Palestra realisada na Séde da Academia de Estudos Livres. Na noite de 29 de Dezembro de 1907. Lisboa, Typographia da Cooperativa Militar.
- Müller, J.P. (1908). *O Meu Sistema. Gymnastica Dinamarqueza. Um quarto de hora de exercicio por dia*. Tradução livre de Ardisson Ferreira. Lisboa, Antigas Livrarias Aillaud e Bertrand.
- Pinto de Miranda, Francisco (1908). *Justificação das conclusões apresentadas sobre o fim, meios e acção da educação physica e sua importancia em Portugal*. Apendice ao relato da ordem da noite de 25 de Abril de 1908, sessão da Liga de Educação Nacional. Lisboa, Ed. da Liga de Educação Nacional.
- Moreira Salles, José Eduardo (1909). *A Educação Fisica. Obra coordenada segundo o programma para as escolas primarias do Reino e ornada de photogravuras elucidativas*. Lisboa, Typogr. Corrêa & Rapozo.
- Pinheiro, Anibal (relator); Bettencourt Ferreira; Ferreira, Pedro José; Costa, Joaquim & Correia Dias, José (1909). Educação physica e noções de hygiene nas escolas primarias e populares. In: *1.º Congresso Pedagógico de Instrução Primaria e Popular, Abril de 1908*. Liga Nacional de Instrução. Lisboa, Imprensa Nacional: 161-171.
- Ferreira Ribeiro, Dr. Manuel (1910). *A Educação Physica em Portugal - Estudo Critico Documentado*. Lisboa, Tip. da Cooperativa Militar.
- Lima Barreto, Manuel F. de (1910). *Educação physica*. Palestra realizada na abertura das aulas de Gymnastica da Casa da Correccão de Lisboa, em 12 de Dezembro de 1909. Lisboa, Casa dos Typografos.
- Sociedade Promotora da Educação Physica Nacional (Direcção da) (1911). *Projecto de organização do ensino da educação physica*. Lisboa, Typogr. do Commercio.
- Ferreira, Pedro José (1913). *Educação física, a gymnástica e os jogos ao ar livre: quando e como devem ser ministrados*. 3.º Congresso Pedagógico, Abril de 1912, Liga Nacional de Instrução: 157-164. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Furtado Coelho, L. (1913a). *Le système suedois d'éducation physique*. Communication presentée au Congrès International de l'Education Physique (Paris, 17-20 Mars 1913). Lisboa, Cooperativa Militar.
- Furtado Coelho, L. (1913b). O ensino da ginástica na escola primária. *Educação*, n.º 12: 149-150.

- Sociedade Promotora da Educação Física Nacional (1913). *Estatutos da Sociedade Promotora da Educação Física Nacional*. S.L., S.E.
- Costa Sacadura, Sebastião Cabral da (1914). *Necessidade da cultura physica*. Conferencia feita no Lyceu de Pedro Nunes, de Lisboa, em 22 de Junho de 1913. Lisboa, Typographia de Christovão A. Rodrigues.
- Federação Portuguesa de Sports (1914). *Jogos Sportivos Nacionaes de 1914. Programa e condições de inscrição*. Lisboa, Oficina Ilustração Portuguesa.
- ... (1914). *Gimnástica Educativa - Introdução ao Regulamento (Primeira Parte)*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- ... (1914). *Estatutos e Regulamento da Associação dos Professores Portuguezes de Educação Physica (Associação de Classe)*. Lisboa, Typ. La Bécarre.
- Almeida, António Augusto de Barros & Campos Júnior, Abílio Pereira (1915). *Gimnástica sueca - Método elementar racional para uso individual e dos alunos dos dois sexos das escolas officiais e particulares*.
- Castro, A. de (1915). *Manual Prático de Gimnástica Racional pelos Métodos Educativo e Correctivo dos Inspectores das Escolas de Paris Tenente Coronel Dervé e Doutor Émilie Laurent (Em harmonia com os programas officiais e para uso das escolas primárias e secundárias)*. Lisboa, Livraria Portuguesa de João Carneiro e C.^{IA}.
- Queirós, Eusébio de (1915). *Gimnástica Sueca*. Porto, Livraria Figueirinhas.
- Coelho, Francisco Adolfo (1915). A História dos Exercícios Físicos na sua relação com o desenvolvimento moral. In: *Arquivos da Universidade de Lisboa*, Vol. II: 165-208. Lisboa, Tipogr. A Editora.
- Weiss d'Oliveira (1915). *Le Congrès National de l'Éducation Physique de Lyon*. Lisboa, Tip. Corrêa & Rapozo.
- Costa Sacadura, Sebastião Cabral da (1916). *Legislação sobre Higiene Escolar e Gimnástica*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Costa Ferreira, António Aurélio da (1917). Gimnástica, escola de moral e de civismo. *Revista de Educação Geral e Técnica*, Lisboa.
- Tovar de Lemos (1917a). *Educação Física (Trabalhos e relatórios do primeiro Congresso de Educação Física)*. Lisboa, Casa Ventura Abrantes.
- Tovar de Lemos (1917b). *A ginástica na escola Primaria - Sua organização*. Tese apresentada ao 1º Congresso nacional de educação Física, realizado em Lisboa em Junho de 1916. Lisboa, Tipografia Leiria.
- Bessa, Desidério (S.D.). *1.º Congresso de Educação Física, promovido pelo Ginásio Club Portuguez - Instrução militar preparatória*. Desenvolvimento da comunicação apresentada ao 1.º Congresso de Educação Física, promovido pelo Ginasio Club Portuguez. Lisboa, Papelaria Fernandes & C.^a.
- Brito, João de (19__a). *Exercicios Elementares de Gymnastica Sueca*. Lisboa, Typ. da Rua da Rosa.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Brito, João de (19__b). *Lição-modelo de ginástica sueca: para uso das escolas primárias: coordenada em harmonia com os programas oficiais*. Lisboa, Imp. Comercial.
- Oliveira, João Gomes de (1918). *Extrato do Relatório Geral do Curso de Educação Física. 8.ª Turma. Relatório sobre o Curso de Ginástica Prática professado na Escola Preparatória de Oficiais Médicos Militares*. Porto, Tipografia Mendonça.
- Coelho, Francisco Adolfo (1919). *Jogos e Rimas Infantis*.
- Costa Ferreira, António Aurélio da (1920). *Morphologia e Educação Physica. A Medicina Contemporânea, Serie II - Tomo XXIII (29): 18 de Julho de 1920*.
- Nogueira, Braz (1920). *Principios de Educação Física. A Medicina Contemporânea, Serie II - Tomo XXIII (20): 16 de Maio de 1920: 153-157*.
- Oliveira, J.G. (1920). *A natação e a sua prática nas escolas*. Tese apresentada ao 1.º Congresso Náutico do Porto, 2 e 4 de Abril de 1920. Porto, Livraria Moderna.
- Pereira, A.R. (1920). *Relatório acerca do 1º Congresso nacional de educação Física: dirigido a S. Exa. O Major General da Armada*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Pinheiro Nunes, Franklin (1920). *Da Educação Física. Breves notas e considerações*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Porto, Imprensa Nacional.
- ... (1920). *Regulamento Oficial de Educação Física. Ginástica educativa - Jogos - Ginástica aplicada*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Vilhena, H. de (1921a). *Uma bibliografia de trabalhos portugueses sobre a educação física. Arquivo da Anatomia e Antropologia, Vol. VII (2): 179-195*.
- Vilhena, H. de (1921b). *Ainda a propósito de uma Bibliografia de trabalhos portugueses sobre educação física. Arquivo da Anatomia e Antropologia, Vol. VII (3): 264-265*.
- Carreira, Salazar (1922). *Técnica e preparação atlética*.
- Oliveira, João Gomes de (1922). *A Educação Física na Escola Primária*. Tese aprovada por aclamação, no Congresso do Professorado Primário Português, realizado em Coimbra em Agosto d 1922. Porto, Tipografia Portucalense.
- Ayala, Fernando & Galvão, Henrique (1923). *Educação física*.
- Sabbo, Augusto (1923). *Football: técnica e didáctica do jogo*.
- Viana, Raul G. da Silva (1923). *Esboço da evolução da educação física em Portugal. Arquivo de Anatomia e Antropologia, Vol. VIII: 295-337*.
- Cahuzac, P. & Coelho, Furtado (1924). *La leçon quotidienne d'éducation physique par l'image; méthode française: cycles de 6 à 16 ans*.
- S.A. (1924a). *Congresso Nacional de Natação: teses: Sociedade de Geografia - 1º volume*. Lisboa, Tipografia da Escola Militar.
- S.A. (1924b). *Congresso Nacional de Natação: teses: Sociedade de Geografia - 2º volume*. Lisboa, Oficinas Gráficas do Instituto profissional dos Pupilos.
- Formosinho, João & Reis, Humberto (1925). *Como se nada o crawl*.
- Furtado Coelho, L. (1925a). *A técnica pedagógica do sistema sueco de educação física*.
- Furtado Coelho, L. (1925b). *Educação física. Revista Escolar, n.º 8: 331-339*.

- Furtado Coelho, L. (1926). Sistema sueco de educação física. *Revista Escolar*, n.º 3: 105-112.
- Pinto de Miranda, F. (1926). *Preceitos de Educação Física (Lições sobre Ginástica Sueca)*. Coligidas por Carlos de Noronha e Anibal Pinheiro. Lisboa, Simões, Marques, Santos & C.^a, Ltd.^a.
- Spencer, Herbert (1927). *Educação intellectual, moral e physica*. Versão do inglez por Emygdio d'Oliveira. Porto.
- Weiss d'Oliveira (1929). *A Força pela Saúde - Curso Elementar de Educação Physica - Professado na Escola de Instructores Chefes da J.R. de Lisboa e Repetido no C.A.D.C. em Coimbra*. Covilhã, Tipografia Notícias da Covilhã.
- Machado, Alberto César (1930). *A natação: natação pura, saltos, salvamentos, water-polo e suas regras*.
- Pinto de Miranda, F. (1930). *Gimnastica Sueca e a Técnica do Dr. Weiss d'Oliveira*. Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar.
- Tomé, Ernesto (1930). *O desporto do remo*.
- Furtado Coelho, L. (1931a). *Manual teorico e pratico da ginástica respiratória*. Caxias, Tipografia do Reformatório Central de Lisboa «Padre António de Oliveira».
- Furtado Coelho, L. (1931b). *Importância da reeducação respiratória na pré-aprendizagem*.
- Leal d'Oliveira, A. (1931a). *A educação física escolar e militar na Bélgica e alguns dos seus aspectos em Portugal*. Lisboa, Cooperativa Militar.
- Leal d'Oliveira, A. (1931b). *Conferência e demonstração prática sobre a lição de ginástica científica (Semana da Ginástica)*.
- Weiss de Oliveira, H. (1931). A Técnica Portuguesa de Ginástica Educativa. Separata de *A medicina Contemporânea*, N.º 16, de 19 de Abril de 1931. Lisboa, Tipografia Labor.
- Leal d'Oliveira, A. (1932). *Resumo da conferência: notas sobre uma viagem de estudo na Suécia*.
- Leal d'Oliveira, A. (1933). *Considerações sobre métodos e sistemas de ginástica*.
- Weiss de Oliveira, H. (1933). *A superioridade da técnica portuguesa sobre a técnica sueca da gymnástica de formação ou educativa*. Pôrto, Imprensa Portuguesa.
- Leal d'Oliveira, A. (1934). *I Congresso da União Nacional - Bases para a organização de educação física escolar*. Lisboa.
- Leal d'Oliveira, A. (S.D.). *Escola de Educação Física do Exército - Discurso pronunciado na Sessão solene da sua inauguração em 1 de Novembro de 1933*. Lisboa, Tipografia do Reformatório Central de Lisboa «Padre António de Oliveira».
- Furtado Coelho, Judith (1934). *Jogos educativos*.
- Furtado Coelho, L. (1934a). *Espírito e Doutrina do Sistema Sueco de Educação Física - Rudimentos Pedagógicos e Doutrinários*. Com a colaboração do Dr. Fernando dos Santos Furtado Coelho. Caxias, Tipografia do Reformatório Central de Lisboa «Padre António de Oliveira».
- Furtado Coelho, L. (1934b). *O Método do Sistema Sueco na Educação Física (Rudimentos da sua Técnica Pedagógica)*. Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Pontes, J. (1934). *Quási um século de desporto - Apontamentos para a história da educação física em Portugal*. Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia.
- Weiss de Oliveira, H. (1934). “*Mens sana in Corpore Sano*” (*Estudo crítico sobre o atletismo*). Conferência realizada em Castelo Branco no dia 22 de Abril de 1934 e Promovida pela “Juventude Escolar Católica” da mesma cidade. Lisboa, Ottosgrafica Lda.
- Calado, J.B. (1935a). *Uma Lição de Educação Física (A propósito dos erros contidos num projecto de reforma apresentado na sessão de 2 de Abril de 1935 da Assembleia Nacional)*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Calado, J.B. (1935b). *Princípios de Educação Física - Lições professadas no Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) aos estagiários do 11.º grupo (1932-1933)*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Fernandes, C. (1935). *A Gimnástica em Portugal. Actos Precursores*.
- Calado, B.J. (1936a). *Educação Física...* Separata de *A Medicina Contemporanea*, 30. Lisboa, Centro Tipografico Colonial.
- Calado, B.J. (1936b). *O que é a Educação Física*. Separata de *A Medicina Contemporanea*, 43. Lisboa, Centro Tipografico Colonial.
- Calado, B.J. (1936c). *Princípios Científicos de Educação Física. Bases. Fins. Método. Técnica*. Separata de *A Medicina Contemporanea*, 51-52. Lisboa, Centro Tipografico Colonial.
- Calado, B.J. (1936c). *Princípios Científicos de Educação Física. Bases. Fins. Método. Técnica*. Separata de *A Medicina Contemporanea*, 51-52. Lisboa, Centro Tipografico Colonial.
- Leal d'Oliveira, A. (1936). *O VII Congresso Internacional de Educação Física em Bruxelas e outra viagem de estudo à Suécia*.
- Leal d'Oliveira, A. (1937). *Fysik Fostran e Portugal*.
- Lima, Sílvia (1937). *Ensaio sobre o desporto*.
- Leal de Oliveira, António (1937-1938). *Curso de “Técnica e Análise dos exercícios Físicos” (3.ª fase deste trabalho)*. Lisboa, Escola Superior de Educação Física.
- Calado, B.J. (1938). *Pour la Vérité (Réponse à un questionnaire de Ph. Tissier, au sujet de la Technique de Formation physique portugaise)*. Separata de *A Saúde Escolar*, 21.
- Farinha dos Santos (1938). *A Gimnástica de Formação (base da educação física)*. Lisboa, Oficinas da Cadeia Penitenciária de Lisboa.
- Pereira, Celestino Marques (1938). *Alguns aspectos da ginástica científica moderna*.
- Leal d'Oliveira, A. (1939). *Ling*.
- Pereira, Celestino Marques (1939). *A educação física na Suécia e Dinamarca*.
- Serra, Eurico (1939). *Desportos, educação física e estádio*.
- Soares, Eduardo (1939). *O atletismo: a sua técnica e os seus regulamentos: um estudo sobre atletismo feminino*.
- Cordeiro, Arsénio (1940). *Critérios práticos para o doseamento do esforço em educação física*.
- Leal d'Oliveira, A. (1940). *O papel dos exercícios físicos na formação das nacionalidades e na vida do Império Português*.

- Tavares da Silva, Ribeiro dos Reis & Ricardo Ornelas (1940). *História dos desportos em Portugal: Futebol*. Vol 1.º (até 1910).
- Leal d'Oliveira, A. (1941a). A 2.ª Linguíada. Separata do *Boletim da Direcção Geral de Educação Física Desportos e Saúde Escolar*. Lisboa, Tipografia da L.C.G.G.
- Leal d'Oliveira, António (1942b). *cadeira de Ginástica, Metodologia e Didática*. Lisboa, Instituto Nacional de Educação Física.
- Nazareth, João de Paiva (1941). *O conceito actual de higiene e o professor de educação física*. Separata do *Boletim I.N.E.F.*
- O.N.M.P. (1941a). *Directivas para a instrução geral de infantes e vanguardistas*.
- O.N.M.P. (1941b). *Normas Regulamentares para Concursos e Campeonatos Nacionais da Mocidade Portuguesa*. (Anexo à O.S. N.º 3-1941-42 - de I-XI-1914). Lisboa, Direcção dos Serviços de Educação Física e Desportos.
- Pereira, A.F.M. (1941). *Uma lição de ginástica infantil destinada ao professorado primário português*. Lisboa, s.n.
- Carreira, Salazar (1942). *Atletismo - Corridas, saltos e lançamentos*.
- Nazareth, João de Paiva (1942). *A selecção profissional do Professor de Educação Física*. Separata do *Boletim I.N.E.F.*
- Pereira, A.F.M. (1942a). *Manual de Jogos da Mocidade Portuguesa*. Lisboa, s.n.
- Pereira, A.F.M. (1942b). *Ginástica radiodifundida - Seis lições proferidas do emissor regional dos Açores*. Ponta Delgada, s.n.
- Pereira, A.F.M., Varejão, A.S. & Monteiro, J. (1942). *Em prol do Trabalhador Açoreano - A Educação Física nas Classes Trabalhadoras*. Angra do Heroísmo, s.n.
- Pereira, Celestino Marques (1942). *Aspectos diferenciados da educação física*.
- O.N.M.P. (1943). *Directivas para o ensino da educação física*.
- Pereira, Celestino Marques (1944). *Aspectos de educação física e pré-militar na Mocidade Portuguesa*.
- Quintino da Costa (1944). *Educação Física*. Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Sabbo, Augusto (1945). *Estratégia e método, base do "futebol associativo científico"*.
- Direcção dos Serviços de Educação Física e Desportos (1945a). *Ciclo de estudos de educação física: promovido pela Direcção dos Serviços de Educação Física e Desportos*.
- Direcção dos Serviços de Educação Física e Desportos (1945b). *Ciclo de estudos de educação física: conclusões obtidas, votos e conclusões finais: promovido pela Direcção dos Serviços de Educação Física e Desportos*.
- Pereira, A.F.M. (1946a). *A música na ginástica infantil*. Ginástica infantil: fasc. 1, Lisboa, Oficinas Gráficas Casa Portuguesa.
- Pereira, A.F.M. (1946b). *Exercícios de equilíbrio infantis*. Ginástica infantil: fasc. 2, Lisboa, s.n.
- Pereira, A.F.M. (1946c). *Exercícios de saltos infantis*. Ginástica infantil: fasc. 4, Lisboa, s.n.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Pereira, A.F.M. (1946d). *A lição de ginástica infantil: os factores que condicionam a sua elaboração*. O.N. Mocidade Portuguesa.
- Pereira, Celestino Marques (1946). *Programas de educação Física. Para a Juventude em Idade Escolar (10 anos em diante)*. Vila Nova de Famalicão, Grandes Oficinas Gráficas “Minerva”.
- Pereira, Moniz (1946). *Lições de desportos atléticos e sua ginástica desportiva*.
- Cândido de Oliveira (1947). *Os segredos do futebol: técnica do ensino: aprendizagem e treino: táctica de jogo*.
- Ferro, António Jorge Bustorff (1947). *Remo*.
- Leal d’Oliveira, A. (1947). *Manual de Ginástica*. Lisboa, Livraria Rodrigues.
- O.N.M.P. (1947). *Directivas Gerais sobre Educação Física*.
- Pereira, A.F.M. (1947a). *A lição de ginástica na própria aula: ginástica infantil*. S.L., s.n.
- Pereira, A.F.M. (1947b). *O conto-lição de ginástica infantil*. Ginástica infantil: fasc. 5, Lisboa, s.n.
- Nozes Tavares, L.C. (1948). *A Nova Técnica da Educação Física nos Liceus*. Braga, Edição do Autor.
- O.N.M.P. (1948). *Directivas Pedagógicas e Técnicas*.
- Pereira, A.F.M. (1948). *A lição de ginástica por meio de jogos*. Lisboa, s.n.
- Bastos, João Pereira (1949). *No mundo do desporto*.
- Cândido de Oliveira (1949). *A evolução da táctica no futebol*.
- Nozes Tavares, L.C. (1949). *O I Curso de Férias do Instituto Nacional de Educação Física*. Braga, Edição do Autor.
- Pereira, A.F.M. (1949). *O valor moral da educação física*. Ginástica infantil: livro 5, Lisboa, s.n.
- Pereira, A.F.M. (1950). *Manual de ginástica infantil: 3ª parte*. Lisboa, Mocidade Portuguesa.
- Marques Pereira, C.F. (1951). *Tratado de Educação Física. Problema Pedagógico e Histórico*. Volume 1. Lisboa, Bertrand.
- Pereira, A.F.M. (1951a). *Brinquedos cantados portugueses*. Ginástica infantil: fasc. 9. Músicas de Nina Marques Pereira Ayres. S.L., s.n.
- Pereira, A.F.M. (1951b). *Doutrina e didáctica*. Ginástica infantil, 1ª parte. Lisboa, Bertrand.
- Viana, Mário Gonçalves (1952). *A natação em face da vida e da história: ensaio pedagógico*.
- Leal d’Oliveira, A. (1953). *Quelques aspects de l’apprentissage en Éducation Physique*.
- Pereira, A.F.M. (1953). *Danças e jogos infantis*. Manual de Ginástica infantil, 2ª parte: fasc. 11. Músicas de Nina Marques Pereira. Lisboa, s.n.
- Pereira, A.F.M. (1954a). *Adágios de educação física*. Manual de Ginástica infantil, 2ª parte: livro 3. Lisboa, s.n.
- Pereira, A.F.M. (1954b). *Aparelhagem: pormenores técnicos dos aparelhos mais utilizados no ensino da ginástica infantil: programa sumário de exercícios, respeitantes à utilização destes aparelhos*. Manual de Ginástica infantil, 2ª parte: livro 4. Lisboa, s.n.

- Pereira, A.F.M. (1954c). *Material de iniciação desportiva e características técnicas respeitantes á construção de ginásios, dos aparelhos mais utilizados na iniciação desportiva, de pistas, recintos e campos de jogos*. Manual de Ginástica infantil, 2ª parte: livro 5. Lisboa, edição do autor.
- Marques Pereira, C.F. (1954a). *Necessidade da Análise Pico-Fisiológica e Mecânica do Comportamento Motriz Educativo no Ser Humano*.
- Marques Pereira, C.F. (1954b). *A Preparação no Futebol*.
- Marques Pereira, C.F. (1954c). *Le Comportement Motivé et d'Adaptation de l'Entraînement Physique Militaire*.
- Botto, José de Ayala (1955). *Salazar e o desporto*.
- Leal d'Oliveira, António (1955). *Outra viagem de estudo*.
- Viana, Mário Gonçalves (1955). *Os problemas da selecção, orientação, preparação e treino do desportista, considerados à luz da pedagogia*.
- Leal d'Oliveira, António (1956). *Técnica e Análise dos Exercícios de Relação Neuro-Muscular*.
- Marques Pereira, C.F. (1956a). *L'Éducation Physique au Portugal*.
- Marques Pereira, C.F. (1956b). *Pio XII e o Desporto*.
- Pessoa, Fernando (1956). *Exordio em Prol da Filantropia & da Educação Física*. Porto, Editorial Cultura.
- Leal d'Oliveira, António (1957). *Tecniqne et Analyse des exercices du Tronc*.
- Marques Pereira, C.F. (1957). *La valorisation Technique du Sport et l'Analyse du Geste Moteur*.
- Pereira, A.M., Varejão, A.S. & Moreira, J.J. (1959). *Manual de Jogos Educativos*. Lisboa, Serviço de Publicações da M.P., 2ª edição.
- Leal d'Oliveira, António (1960a). *Chronique internationale*.
- Leal d'Oliveira, António (1960b). *Editorial: The «Fédération Internationale d'Éducation Physique» and the International Council of Sport and Physical Education*.
- Marques Pereira, C.F. (1960). *Alguns Apontamentos sobre a Educação e Educação Física nos Estados Unidos da América*.
- Leal d'Oliveira, António (1962a). *Conceptions générales de l'éducation physique et du sport en Occident*.
- Leal d'Oliveira, António (1962b). *Editorial: UNESCO and world co-operation in physical education and sport*.
- Marques Pereira, C.F. (1962a). *Tratado de Educação Física - Ciência da Educação Física*. Volume 2 fascículo 1: 1-40.
- Marques Pereira, C.F. (1962b). *Tratado de Educação Física - Ciência da Educação Física*. Volume 2 fascículo 2: 41-80.
- Marques Pereira, C.F. (1962c). *Tratado de Educação Física - Ciência da Educação Física*. Volume 2 fascículo 3: 81-120.
- Marques Pereira, C.F. (1962d). *Tratado de Educação Física - Ciência da Educação Física*. Volume 2 fascículo 4: 121-160.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- Salazar Carreira, J. (1962). *L'Éducation Physique au Portugal*. Lisboa, Direcção Geral da Educação Física, Desportos Saúde Escolar.
- Leal d'Oliveira, António (1963). *Alguns problemas de Educação Física e desporto mundiais*.
- Marques Pereira, C.F. (1964). *Problemas da Adolescência*.
- Mocidade Portuguesa (1964-1965). *Normas para a Actividade de Educação Física*.
- Marques Pereira, C.F. (1965a). *Estrutura Biopedagógica e Orientação Técnico- Didáctica da Lição de Ginástica Educativa*.
- Marques Pereira, C.F. (1965b). *Un Certain Esprit de Libre Examen*.
- Marques Pereira, C.F. (1965c). *L'activité physique dans la formation des processus symboliques supérieurs*.
- Marques Pereira, C.F. (1966). *Princípios da Lição de Ginástica*.
- Marques Pereira, C.F. (1967a). *Ensaio Crítico - Às novas concepções pedagógicas e metodologias da ginástica feminina (da "ginástica moderna")*.
- Marques Pereira, C.F. (1967b). *A F.N.A.T. e as Perspectivas Futuras da Educação Física Nacional*.
- Leal d'Oliveira, António (1968). *Concepções da Educação Física e Desporto, no Ocidente*.
- Marques Pereira, C.F. (1968). *Cem e Sem (Cem artigos, Sem resposta e Sem resultado). Para a História da Educação Física Nacional*.
- Marques Pereira, C.F. (1969a). *Presente e Futuro para a História da Educação Física nacional*.
- Marques Pereira, C.F. (1969b). *Contestação e Compreensão para a História da Educação Física Nacional*.
- Marques Pereira, C.F. (1969c). *De Meditar... Para a História da Educação Física Nacional*.
- Marques Pereira, C.F. (1970a). *La Pensée et la Contestation en Éducation Physique*.
- Marques Pereira, C.F. (1970b). *Diálogo e Contestação para a História da Educação Física Nacional*.
- Marques Pereira, C.F. (1970c). *Sur la préparation Biophysique de l'Astronaute Américain*.
- Marques Pereira, C.F. (1970d). *Reforma do Instituto Nacional de Educação Física*.
- Marques Pereira, C.F. (1972). *O Dinamismo da Mulher Contemporânea*.
- Marques Pereira, C.F. (1974a). *The Elements of Neuromotivity as factors wich can contribute to the Sport Performance*.
- Marques Pereira, C.F. (1974b). *A Ginástica em casa*.
- Marques Pereira, C.F. (1975). *Temas e Estudos*.

ANEXOS

A.1 Extractos de Obras

ANEXO A.1 - I

Luís António Verney (1872-1883). *Verdadeiro Método de Estudar*. Volume V - Estudos Canónicos Regulamentação - Sinopse. Edição organizada pelo Prof. António Salgado Júnior. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

«CARTA DÉCIMA SEXTA⁽²³¹⁾

[I - ESTUDOS ELEMENTARES.

a) *Elementos da Fé e normas de civilidade; ler, escrever e contar.*]

Meu amigo e senhor: A incumbência que V.P. me dá nesta sua carta cuida que já está desempenhada em todas as que lhe tenho escrito; pois em cada uma disse, não só como se deve estudar, mas quanto bastava para saber de que modo se deve regular o estudo na escola. Contudo isso, o favor que V.P. me faz de não querer dar passo sem a minha direcção, bem merece que eu tome algum trabalho para lhe responder; e, assim, repetirei em breve o que de passagem disse em várias cartas. E ponho de parte todos os cumprimentos que V.P. me faz, que eu recebo como provas manifestas da sua amizade e bondade, sem género algum de merecimento meu.

Direi, pois, a V.P. que os estudos, para serem regulados, devem começar desde o tempo que os meninos começam a ler e escrever. Ponho por agora de parte a instrução que lhe devem dar antes que comecem a ler. Já se sabe que lhe devem ensinar os elementos da Fé; digo, as coisas mais principais: acostumá-los a obedecer e serem corteses, etc.. E isto, mais com boa maneira, que com rigorosos castigos, o que certamente não entendem muitos Pais e Mestres. Porém, o que V.P. quer saber é a aplicação literária, da qual digo que deve começar aos sete anos. Ensinar a escrever aos rapazes antes do dito tempo é perder o seu tempo, como a experiência me tem mostrado. Na idade de sete anos é que devem ensinar-lhe a escrever, não se cansando muito em que faça bom carácter. Basta que não seja mau, e que escreva facilmente e correctamente, pois, com o tempo, se pode reformar a letra. Depois, ensinar-lhe as quatro primeiras operações de Aritmética, que são necessárias em todos os usos da vida.

[b) *O analfabetismo em Portugal; as escolas necessárias.*]

Nisto há grande descuido em Portugal, achando-se muita gente, não digo ínfima, mas que veste camisa lavada, que não saber ler, nem escrever; outros que, suposto saibam alguma coisa, não contejam, o que causa sumo prejuízo em todos os estados da vida. Privam-se estes homens do maior divertimento que pode ter um homem quando está só, que é divertir-se com o seu

⁽²³¹⁾ Sumário que a antecede nas edições primitivas: *Aponta-se o método de regular em todas as escolas, começando da Gramática, até à Teologia. Fazem-se algumas reflexões particulares sobre o modo de exercitar útilmente os rapazes na Gramática, em que se reprovam alguns estilos introduzidos em Portugal. Modo útil de exercitar os Médicos e Cirurgiões. O mesmo sobre as Leis, Cânones e Teologia; onde se aponta como se devem exercitar os Confessores, e não só nos estudos, mas na economia, com utilidade da República.*

livro. Fazem-se escravos de todos os outros, pois, para ajustar contas, conservar correspondências, dependem dos mais. Fora de Portugal, vive-se de outra sorte: são tão raros os plebeus que não saibam escrever, como aqui os que o sabem. O mochila, o carnicheiro, o sapateiro, todos se divertem com os seus livros. Esta necessidade é tão clara, que todos a experimentam; e assim não podemos assaz condenar os pais que se descuidam nesta matéria. Devia também haver em cada rua grande, ou ao menos bairro, uma escola do Público, para que todos os pobres pudessem mandar lá os seus filhos, o que se pratica em várias partes. Achei-me em Cidades, onde havia escolas de mulheres que ensinavam em casas separadas rapazes e raparigas. Outras mulheres somente ensinavam raparigas, e assistiam em casas grandes, onde recebiam algumas donzelas honradas e civis, as quais seus Pais lhe entregavam para as doutrinares em todo o género; e pagava cada uma quarenta mil réis cada ano, por casa e comedoria. Elas vinham às vezes visitar os Pais, em companhia das mestras, cada uma das quais trazia quatro ou cinco. Isto é para os Pais que não podem, por si, ensinar os filhos; porque os que podem não têm desculpa em não fazê-lo.

[II - ESTUDOS DE GRAMÁTICA, LATINIDADE E RETÓRICA.

a) Programa do Curso: - 1. Escola preparatória de Língua Portuguesa. - 2. Primeiro ano de Gramática. - 3. Segundo Ano de Gramática. - 4. Latinidade. - 5. Retórica.]

(...)

[b) Observações: - 1. Normas de ensino. - 2. Estabelecimento de Conclusões. - 3. Reprovação de representações teatrais. - 4. Concursos, orações e sessões públicas. - 5. Reprovação de castigos corporais. - 6. Recrutamento de Mestres. - 7. Cadeiras e Mestres necessários ao programa destes estudos.]

(...)

[III - ESTUDOS DE FILOSOFIA.

a) Programa do Curso: - 1. Primeira disposição de matérias. - 2. Outras disposições possíveis.]

(...)

[b) Observações: - 1. Cadeiras e Mestres necessários ao Programa destes estudos; observações especiais para as Cadeiras de Filosofia Experimental e Matemática. - 2. Reprovação das troças académicas. - 3. Disposições para Conclusões e outros actos.]

(...)

[I V- ESTUDOS DE MEDICINA.

a) Programa do Curso.]

(...)

[b) Observações: - 1. Disposições para Conclusões e outros actos. - 2. Disposições para três anos de Prática. - 3. Considerações sobre a clínica de partos. - 4. Observações sobre as Cadeiras especiais de Química e de

Botânica. - 5. Disposições para o estudo de Cirurgiões. - 6. Cadeiras e Leitores necessários ao Programa destes estudos. - 7. Nota sobre construção higiénica de Hospitais.]

(...)

[V - ESTUDOS DE DIREITO CIVIL.

a) Programa do Curso.]

(...)

[b) Observações: 1. Cadeiras e Leitores necessários ao Programa destes estudos. - 2. Disposições sobre o número de cadeiras que o estudante poderá frequentar anualmente.]

(...)

[VI - ESTUDOS DE DIREITO CANÓNICO.

a) Programa do Curso.]

(...)

[b) Observações: - 1. Disposições para Conclusões e outros actos. - 2. Cadeiras e Leitores necessários ao programa destes estudos.]

(...)

[VII - ESTUDOS DE TEOLOGIA.

a) Programa do Curso.]

(...)

[b) Observações: - 1. Reflexões sobre a necessidade dumas Instituições Teológicas; bibliografia. - 2. Disposições para Conclusões e outros actos. - 3. Considerações sobre a ignorância do Clero e a necessidade de Seminários bem orientados. - 4. Medidas especiais a tomar para melhoramento de Párocos e Confessores. - 5. Cadeiras e Leitores necessários ao programa destes estudos.]

(...)

[VIII - OBSERVAÇÕES FINAIS.

a) Sobre sessões inaugurais e outras.]

(...)

[b) Sobre Colégios para Nobres.]

Concluo, lembrando a V.P. que, em outros Reinos, têm-se fundado Seminários seculares para os Nobres, onde os rapazes aprendem, não só as Ciências, mas as partes de cavalheiros e artes liberais: dançar, tanger, cavalgar etc.. Têm horas determinadas para o estudo; nas outras, estuda cada um aquela arte liberal que quer; e com grande destreza e prudência manejam as inclinações daqueles meninos. De tarde, acabado o estudo, vão passar em ranchos de dez ou doze, com o prefeito. Muitos destes Seminários são governados por alguns Religiosos, v.g. Jesuítas, das Escolas Pias, Barnabitas etc., todos Clérigos Regulares; outros, por Sacerdotes Seculares; e os colegiais vestem de abade de curto. Esta instituição é famosa. Ali Fidalgos e

Príncipes metem os seus filhos; não têm os apertos que cá vemos em Portugal; e saem homens feitos, ou, ao menos, muito eruditos e cultos. Prouvera a Deus que cá se introduzisse este costume, para civilizar a Mocidade.

Isto é o que me parece basta dizer agora sobre a disposição dos estudos altos, não só porque V.P. compreende mui bem todas estas coisas sem que eu lhas diga, mas também porque nas cartas que tenho mandado (se é que as conserva), unindo-as a esta, achará tudo o que desejava saber nesta matéria; e, assim, não direi mais.

[IX - APÊNDICE SOBRE O ESTUDO DAS MULHERES.

a) *Introdução:* - 1. *A pretensa inferioridade intelectual da mulher.* - 2. *Sua necessidade de estudos.*]

(...)

[b) *Estudos elementares:* - 1. *Elementos da Fé; ler e escrever; catecismo histórico.* - 2. *Gramática Portuguesa e quatro operações da Aritmética.*]

(...)

[c) *Estudos complementares: Geografia e História Sagradas; História Universal, especialmente Grega e Romana; História particular de Portugal.*]

(...)

[d) *Estudos especializados de Economia Doméstica:* - 1. *Conhecimento cabal do governo da casa.* - 2. *Lavores femininos.*]

(...)

[e) *Estudos condicionados:* - 1. *Canto, música e dança: vantagens relativas e condicionamento do seu estudo.* - 2. *Língua Latina: casos em que se torna ou necessário ou vantajoso o seu conhecimento.*]

(...)

[f) *Conclusão.*]

(...)

[X - CONCLUSÃO GERAL PARA ESTA CORRESPONDÊNCIA.]

(...)

ANEXO A.1 - II

Ramalho Ortigão (1872-1883).

Ramalho Ortigão (1943). *As Farpas. O País e a Sociedade Portuguesa*. (Edição integral). Tomo IV. Lisboa, Livraria Clássica Editora.

XXVII

IDEIAS DOS DIGNOS PARES SÔBRE A GINÁSTICA

«Por ocasião de se discutir no parlamento a reforma da instrução primária o digno par Sr. Vaz Prêto Geraldês votou contra a adopção da ginástica nas escolas de raparigas, enunciando a opinião de que a ginástica tinha um carácter imoral.

S.Ex.^a parece recear que uma vez introduzida a ginástica nos costumes do sexo feminino, as senhoras portuguesas comecem a estar nos bailes com pesos suspensos da bôca e a passearem no Chiado apoiadas sôbre as mãos e de pernas para o ar. Isto efectivamente não seria bem visto. E compreendemos que S. Ex.^a sinta uma certa porção de rubor pensando que ao dirigir num salão as suas homenagens a uma dama, esta poderá vir um dia a retribuir os cumprimentos de S. Ex.^a aferrando-o pelos rins e obrigando-o a revirar duas vezes as pernas por cima da cabeça no espaço que medeia entre o tapête e o lustre.

Cremos porém que os receios do Sr. Manuel Vaz Prêto procedem mais directamente de um nobre desdém votado por S. Ex.^a a algumas habilidades da feira das Amoreiras do que pròpriamente do conhecimento cabal que S. Ex.^a tenha da coisa que fora das feiras se não chama a *sorte de fôrças* mas sim mais modestamente - a *higiene do movimento no corpo humano*.

Um ilustre médico alemão, o doutor Schreber, director do Instituto Ortopédico de Leipzig, e como tal perito no estudo das deformações do nosso esqueleto, afirma que grande parte das viciações na configuração dos ossos da bacia, viciações que inabilitam muitas mulheres de serem mães, provêm dos hábitos sedentários que as raparigas contraem na escola e que só podem ser corrigidos na infância pelos exercícios racionais da ginástica. Ora quere-nos parecer que qualquer mulher poderá chegar a ter bem conformados os ossos da bacia sem o Sr. Vaz Prêto correr um risco iminente de que essa mulher tome a bôca do estômago de S. Ex.^a para alvo das suas predilecções pelo pugilato atlético.

O mesmo doutor Schreber assevera que é indispensável introduzir o uso da ginástica nas aulas do sexo feminino se se quizer evitar que muitas mulheres padeçam um desvio patológico da coluna vertebral extremamente freqüente e resultante da posição forçada em que as raparigas se conservam durante as horas do trabalho nas escolas. Repugna-nos acreditar que o sexo feminino, que se destina a fazer a prancha em sociedade tomando para ponto de apoio o ventre do Sr. Vaz Prêto, esteja à espera de que lhe endireitem a espinha para passar imediatamente depois a operar sôbre a região abdominal de S. Ex.^a as experiências dinamométricas, cuja perspectiva lança no ânimo pudibundo do digno prócere um tão legítimo horror.

A fisiologia moderna tem mostrado que a saúde não é mais que o justo e perfeito equilíbrio das diferentes forças inerentes ao nosso organismo. A higiene tem provado com muitas observações, e fundada nas mais repetidas experiências, que o exercício regular e metódico de todos os órgãos é o único meio de manter o equilíbrio a que acima nos referimos. A sistematização desse exercício regular e metódico chama-se a ginástica.

Da saúde do corpo procede solidariamente a saúde do espírito. Sabe-se hoje que todo o acto intelectual depende de uma dada circulação do sangue através da rede dos nervos encefálicos.

Os médicos alienistas e todos os que têm estudado atentamente os fenómenos mentais atestam que a estupidez, o talento, o génio, a loucura são outros tantos resultados do modo como o sangue circula, com mais ou menos vivacidade, mais ou menos abundantemente, no cérebro. Um aparelho do doutor Mosso, intitulado o pletismógrafo, aparelho de que a psicologia experimental tem tirado as mais importantes revelações, demonstra que existem estreitas e precisas relações de causa para efeito entre as variações da circulação e os diferentes graus de actividade cerebral. A abolição da memória, a perversão das sensações, todos os casos de nevropatia cerebral são resultantes de uma falta de cadência na vibração dos centros sensitivos causada por um embaraço da circulação sangüínea no encéfalo. Na Itália estão-se curando as alienações mentais pela transfusão do sangue. O médico Pouza, do Grande Hospital, e o doutor Rodolfi, do asilo de Brescia, relatam muitos casos de cura de alienados pela transfusão hipodérmica.

Pois bem: o meio eficaz de que a higiene dispõe para activar e regularizar a circulação, de tanta importância para a actividade central, é a ginástica.

O célebre higienista Lacassagne diz: «Um exercício muscular geral, feito em boas condições, produz os efeitos de uma transfusão de sangue».

Há estados mórbidos cuja localização no organismo escapa muitas vezes à indagação e à sagacidade dos clínicos. Está-se doente sem haver aparentemente perturbação alguma nas funções fisiológicas. O sintoma, freqüentemente despercebido, desse deperecimento vital consiste na diminuição do nosso peso com relação à unidade do nosso volume. A mais segura medida de saúde é a densidade do corpo. Há algum regime próprio para tornar mais denso o corpo humano? Há. É o regime da ginástica. O doutor Burq, seguindo durante seis meses os exercícios da escola de ginástica militar da Faisanderie, em França, constatou, pelas observações feitas dia a dia sobre os alunos, que a ginástica tem por efeito aumentar o peso e diminuir o volume, isto é, acrescentar a densidade de 6 até 15% dentro dos primeiros três ou quatro meses de exercício.

Em um país onde a tísica faz tão grande número de vítimas como em Portugal, é útil acrescentar ainda que uma das propriedades da ginástica é desenvolver a caixa torácica e aumentar de $\frac{1}{6}$ pela média a capacidade pulmonar, como foi verificado no dinamómetro pelo mesmo doutor Burq.

A força muscular aumenta, como a capacidade pulmonar e como a densidade, numa proporção de 15% nos quatro primeiros meses dos exercícios ginásticos.

A higiene da musculatura é um facto de primeira importância para a saúde desde que pelas experiências de Claude Bernard sobre as propriedades dos tecidos vivos se reconheceu que a sede principal da combustão respiratória é o músculo. Os diferentes estados do músculo influem directamente na composição do sangue. O exercício é portanto um poderoso modificador do sangue e como tal actua em todas as forças do nosso organismo. Mas não há senão uma espécie de exercício com propriedades higiénicas e terapêuticas: esse exercício é a ginástica.

Pedimos ao Sr. Manuel Vaz Prêto que nos faça o obséquio de considerar que só é um agente da saúde o exercício geral, regular e metódico, que constitui a ginástica dos movimentos, chamada a ginástica alemã. O doutor Schreber demonstra que a única ocupação que sujeita quem a exerce a um exercício inteiramente harmónico, é a ocupação da jardinagem. Todo aquêlê que não fôr jardineiro tem de apelar para um método especial de movimentos artificiais que ponham no devido equilibrio as aquisições e os dispêndios de cada um dos seus órgãos.

Tais são, resumidamente expostas, algumas das razões que militam em favor da ginástica. Em contraposição a êstes argumentos não sabemos senão de um: o pejo do Sr. Vaz Prêto. Dirigimos a S. Ex.^a os nossos rogos mais fervorosos para que S. Ex.^a não core diante da ginástica, impedindo assim o país de pôr em prática o melhor meio de regenerar a sua constituição atrofiada, de endireitar a espinha, de desenvolver os ossos, de activar as faculdades intellectuais, de enriquecer o sangue, de reagir contra a hipocondria e contra a preguiça, contra a atonia dos nervos e dos músculos, contra a anemia, contra a clorose, contra a gota, contra as afecções pulmonares, contra as escrófulas, contra a obesidade e contra o idiotismo.

Muitos dignos pares, em cujo número pedimos licença para incluir o mesmo Sr. Vaz Prêto, estão contaminados por enfermidades que a ginástica previne e corrige. De modo que uma boa administração pedia que a ginástica não só fôsse decretada para as escolas mas também para as duas casas do parlamento.

Nas escolas americanas, em muitas escolas inglesas, alemãs, suecas, os exercícios intellectuais interrompem-se umas poucas de vezes por dia para darem lugar aos movimentos ginásticos executados em comum por todos os alunos. Uma recente estatística, feita na Inglaterra, prova quanto êstes exercícios são úteis não só ao desenvolvimento físico mas ao desenvolvimento intellectual, mostrando-nos que nas escolas em que se introduziu a ginástica os alunos aprendem mais e em menos tempo que naquelas em que a ginástica não existe.

Na reforma da Câmara dos dignos pares, ultimamente convertida em lei, esqueceu uma disposição - precisamente a única que teria alcance - um artigo que obrigasse SS. Ex.^{as} a

interromperem, por duas ou três vezes em cada sessão, as suas locubrações legislativas, para fazerem ginástica ao som de um órgão, como nas escolas americanas.

O mesmo senhor presidente, o nobre duque de Ávila e Bolama deveria ser obrigado, sob penas tremendas, a tomar parte nestes exercícios. Porque - digámo-lo francamente - o que é o *cachenez* do nobre duque presidente senão o mais aflitivo dos casos patológicos: o sintoma mais característico de que S. Ex.^a não tem ginástica nos músculos do pescoço e nos que revestem o seu aparelho respiratório? Em nome da felicidade do país, que tão estreitamente depende da preciosa saúde do nobre duque, S. Ex.^a deveria ser obrigado - obrigado a ferros, em nome de el-rei - a suspender em cada dia os trabalhos parlamentares, a erguer-se majestosamente da sua cadeira, a tirar a sua gravata, a desabotoar o seu colarinho e os seus suspensórios, e a proceder aos seguintes movimentos:

Voltar vigorosamente a cabeça para a direita e para a esquerda (100 vezes): fazer girar o pescoço, na sua máxima flexão, sobre o peito e sobre as espáduas (200 vezes); subir e descer enérgicamente os ombros (100 vezes); fazer o movimento de quem mede braças (100 vezes); tomar fortes e profundas aspirações de ar (25 vezes). Depois do que, S. Ex.^a reporia a sua gravata, abotoaria os seus suspensórios e recomeçaria a meditar sobre a felicidade da pátria.

No mesmo Sr. Vaz Prêto o que é verdadeiramente a revolta do seu pudor perante a adopção da ginástica nas escolas senão o indício de uma lesão mental concomitante e até certo ponto compensadora da obesidade? Pois não é sabido que jamais a excessiva nutrição deixa de ser acompanhada da excessiva pudicícia? Conviria portanto que, enquanto o senhor duque de Ávila curasse o seu *cachenez* por meio dos exercícios indicados, o Sr. Vaz Prêto medicasse o seu pejo com os exercícios seguintes:

Maçagens no abdómen (5 minutos); acocorar-se (100 vezes); dobrar o tronco rotatoriamente sobre o estômago, sobre os quadris e sobre o rim (100 vezes); levantar cada uma das pernas para diante e para trás até ao limite da sua elasticidade (100 vezes); fazer o movimento análogo ao de quem racha lenha (50 vezes); trotar no mesmo terreno (15 minutos). Depois do que, S. Ex.^a revestiria ameaçadoramente as suas calças, e continuaria a demolir com a sua habitual facúndia a política do gabinete.

Se porém a tôdas estas considerações fôr insensível o Sr. Vaz Prêto, nesse caso a ciência, continuando a afirmar a importância social da ginástica, tem de usar com o pudor de S. Ex.^a um expediente extremo: Velar-lhe a face!»

ANEXO A.1 - III

Ramalho Ortigão (1877).

Ramalho Ortigão (1944). *As Farpas. O País e a Sociedade Portuguesa*. (Edição integral). Tomo VIII. Lisboa, Livraria Clássica Editora.

XXII

O estado da educação física - Sua importância na evolução nacional.

Maio, 1877

«A narração feita pelo Capitão Cameron da sua viagem no continente africano veio levantar em Portugal, entre alguns outros incidentes, a seguinte questão:

O que devemos fazer para manter por meio de medidas civilizadoras o domínio das nossas colónias?

Para isto há uma única resposta:

Para dominar, o que se deve fazer é criar faculdades dominantes.

Quem tem força para dirigir manda; quem a não tem serve.

A escola dos grandes exploradores e dos colonizadores é a escola da força nos indivíduos. Quando Stanley deu pela primeira vez conta, em uma conferência em Londres, da viagem que fizera em procura de Livingstone, o argumento que mais convenceu o público de que o conferente não era um simples fantasista foi a expressão enérgica da sua figura agigantada, a sua saúde de Hércules, e os fortes pulsos com que na gesticulação êle parecia estar outra vez abatendo e suplantando de novo aos olhos do auditório os obstáculos com que dizia ter lutado.

Diante de um retrato do capitão Cameron sentimos a mesma impressão, que explica o sucesso de uma empresa difícil e perigosa pela decisão e pela firmeza do que a empreende. A fisionomia um pouco espessa e dura de cameron, o seu grosso pescoço, sólidamente plantado entre uns ombros atléticos, são para a consideração de todos os ingleses os mais belos atributos de raça, o mais apreciável característico de uma distinção privilegiada. Porque na educação inglesa a saúde, o vigor muscular, a força física são o objecto de um desvelado culto.

Nos colégios Éton, Rugby, Harrow, os jogos atléticos, a pela, o exercício do remo, a carreira, o *foot-ball*, o *cricket*, ocupam todos os dias algumas horas de aplicação. Duas vezes por semana, quando menos, as aulas terminam ao meio-dia para darem tempo aos exercícios físicos. As contendias entre os alunos decidem-se ao pugilato, diante de testemunhas, com padrinhos que estabelecem as condições do combate, que amparam o vencido, que lhes refrescam com água as contusões, porque êstes encontros não terminam sem um ou outro os ambos os contendores ficarem com um olho pisado, um dedo partido, ou um beijo esmurrado por um dos socos do adversário. Toda a criança que se exime a liquidar num combate leal as suas pendências de honra é desprezada pelos seus camaradas e considerada como incapaz de vir a ser jamais um verdadeiro *gentleman*.

Do colégio passam os alunos criados neste regime durante a adolescência para as universidades, onde a mocidade se desenvolve sob um regime igual: conhecem-se as célebres regatas no Tamisa entre as equipagens das duas universidades de Oxford e de Cambridge. Os estudantes ricos exercitam-se e fortificam-se ainda montando a cavalo, caçando a raposa,

governando a quatro. Para se tornarem vigorosos e destros, crianças, moços, adultos, homens de quarenta e cinquenta anos, outros muito mais velhos, como por exemplo lord Palmerston, cumprem as mais severas prescrições higiénicas, submetem-se a uma alimentação especial, abstêm-se de todo o excesso que prejudique o desenvolvimento sistemático da musculatura. Os principais divertimentos nacionais são os exercícios de agilidade e de fôrça. Há *crickters* que têm ido jogar partidas solenes de Londres à Austrália.

Em Lisboa vivem dois ingleses que vão freqüentemente a Sintra a pé, levam as suas espingardas, passam o dia a caçar nos Capuchos, e regressam à noite, sempre a pé. Tripulam uma pequena embarcação com a qual têm batido em muitas apostas todos os catraeiros do Cais do Sodré. Há poucos dias foram ao Pôrto expressamente para regatar com o clube daquela cidade. Foram vencidos pelos do Pôrto. Depois da regata havia uma partida de *cricket*. Um dos ingleses a que nos referimos sustentou-se no campo cinco horas consecutivas sem nunca sair do jôgo. Dois oficiais a bordo de um dos navios da última esquadra que esteve no Tejo partem a pé de Lisboa, pela manhã, vão a Mafra, passeiam na mata, percorrem todo o enorme edifício do convento, almoçam um bife, e voltam a pé a Lisboa, chegando a tempo de estarem em um jantar de convite, à hora fixada, lavados, perfumados, frescos, com os seus uniformes de *soirée* e uma rosa de Mafra na casa da farda.

Dêstes factos e de muitos outros equivalentes, que seria prolixo enumerar, deduz-se que o assunto de uma conferência, que não vemos por enquanto citada entre as que nos anuncia a Academia àcêrca da civilização africana, poderia intitular-se: *Da influência do «sport» no carácter dos povos exploradores*.

A Academia pode muito bem civilizar a África pelo modo mais superiormente sábio na rua do Arco, a Jesus, mas não seria talvez inteiramente ocioso o perguntar quem é que há-de ir levar aos interiores inóspitos da África as bases elementares dessa civilização. Não há dúvida que é possível, mas não é completamente inacessível a algumas objecções, a hipótese de que os negros se queiram desde já civilizar a si mesmos e venham expressamente para êsse fim à Academia, escutar. Ao passo que, por outro lado, as prelecções dos ilustres académicos não se distinguem das conferências feitas em Paris e em Londres pelos viajantes estrangeiros unicamente no facto de encararem os assuntos por um ponto de vista contrário, distinguem-se ainda pela particularidade de que os Srs. Cameron e Young fizeram as suas exposições depois de chegarem, e os senhores académicos, com excepção do Sr. José Horta, fazem as suas um pouquinho antes de partirem. Isto em nada prejudica o valor real da doutrina académica, que de modo algum menosprezamos. O que pretendemos simplesmente notificar é que talvez não seja fácil encontrar-se de pronto quem vá traduzir em bunda ao gentio de África a prosa eloqüente e vernácula dos civilizadores inamovíveis da metrópole. Não é fácil encontrar êsses homens, porque a raça dos nossos antigos expedicionários abastardou-se e extinguiu-se na moleza dissoluta dos costumes modernos.

Folheiem-se os velhos cronistas, examinem-se os retratos dos homens dos nossos descobrimentos e das nossas conquistas:

Afonso de Albuquerque, aos sessenta-e-três anos de idade, cercado dos desgostos mais profundos, arrosta durante cinco meses com os estragos devastadores da terrível desinteria asiática, porque - diz João de Barros - *como era fragueiro e pouco mimoso de sua pessoa só se lançava em cama quando mais não podia*. Albuquerque, que em saúde reunia à força física a grande força moral da alegria - *era homem de muitas graças e motes, e em algumas melancolias leves, no tempo de mandar, soltava muitas, que davam prazer a quem estava de fora*, - assim tocado de morte por uma enfermidade que não perdoa nunca, reúne conselho de capitães, nomeia o seu sucessor, põe boa ordem em todos os negócios da administração da Índia, escreve a el-rei a famosa carta, modelo de hombridade e de independência, cujo autógrafo se conserva na Torre do Tombo, despede-se do rei de Ormuz, e faz-se ao mar em um dos seus navios, onde expira, tendo fulminado a incompatibilidade das monarquias com o direito por via da conhecida frase: *mal com o rei por amor dos homens, mal com os homens por amor do rei*.

O infante D. Henrique - segundo o mesmo João de Barros - *tinha largos e fortes membros acompanhados de carne: a côr da qual era branca e corada, em que bem mostrava a boa compleição dos humores. Tinha os cabelos algum tanto alevantados, e o acatamento (por a gravidade de sua pessoa) um pouco temeroso a quem dêle não tinha o conhecimento*.

Do conde D. Duarte de Meneses, a quem D. Afonso V deu a capitania de Alcácer-Ceguer, e que foi um dos heróis de África, diz Gomes Eanes de Azurara: «Foi êste conde de baixa estatura de corpo, enformado em carnes, e de cabelos corredios, e graciosa presença, embargado na fala, e homem de grande e bom entendimento, pouco risonho nem festejador, tal que quási do berço começou de ter autoridade e representação de senhorio. Foi muito amador de verdade e de justiça, *mui temperado em comer, e beber, e dormir, e sofredor de grandes trabalhos, tanto que parecia que êle mesmo se deleitava em os haver, porque quando lhos a necessidade não apresentava êle por si mesmo os buscava*. E segundo entender dos homens nem se desenfadava tanto em outra coisa, como nos feitos da cavalaria, como aquêles que quási do berço usara o ofício das armas».

Diríamos estar vendo colorida no estilo das nossas velhas crônicas a fotografia moderna de um *sportman* da Grã-Bretanha.

Do mesmo Duarte de Meneses diz Schoeffer: «O poder que tinha sôbre si mesmo, a sua gravidade natural, que raras vezes interrompia por um sorriso, e sobretudo o seu juízo são e a sua alta inteligência, tornavam-no *próprio para o comando*».

O infante D. Pedro, o que segundo o prolóquio popular, *viajou as sete partidas do mundo*, era alto e magro; diz Schoeffer que a suavidade do seu olhar abrandava a impressão de receio produzida pela sua estatura e pelo seu rosto fortemente carregado; «irado tinha um aspecto que infundia terror».

Os corações eram de uma têmpera inquebrantável, hostil à sentimentalidade e à ternura. Em um combate no assédio de Alcácer, Martim de Távora arranca do poder dos mouros a golpes de espada o seu figadal inimigo Gonçalo Vaz Coutinho, verte para o conseguir o seu próprio sangue, arrisca iminentemente a sua vida, e quando Gonçalo Vaz lhe pergunta como viverão

daí em diante Távora responde-lhe duramente: «Como dantes». E a inimizade dos dois continuou inabalável.

...

Vasco da Gama era de um porte tão esforçado e valoroso, que El-Rei D. Manuel, hesitante na escolha do homem a quem devia entregar o comando da expedição projectada, vendo-o atravessar por acaso a sala em que ia sentar-se à mesa para jantar, determina que seja aquêlo o que vá descobrir-lhe a Índia.

O modo como o Gama esmaga a seu bordo a conspiração dos pilotos basta para provar que El-Rei D. Manuel tinha o olho perscrutante que adivinha os homens pela cara. Sacudido pela tempestade temerosa, no meio de empresa de tanto risco e de tamanha aventura, quando a guarnição desalentada e espavorida pede em todos os navios da frota que se arribem, que se regressem à pátria, o Gama prende a um por um todos os pilotos cabeças do motim, carrega-os de ferros, encarcera-os no porão, intima-os a que lhe entreguem «quantas coisas tinham da arte de navegar» sob pena de os enforcar a todos, e havendo na mão as cartas que os deviam orientar na volta, lança tudo ao mar, exclamando: «Olhai que não tendes mais mestres, nem pilotos, nem quem vos ensine o caminho de hoje em diante. A Deus vos encomendai e pedi misericórdia, e a mim de hoje avante ninguém me diga que arribem; porque de mim saibei certo que, se não achar recado do que venho buscar, não voltarei nunca mais».

Ao que a guarnição se submeteu com a docilidade de quem não tinha senão dois caminhos que escolher naquela viagem: - o da Índia ou o da morte.

O próprio Camões, o imortalizador das façanhas dessa velha raça, era êle mesmo um forte, um destemido, um lord Byron da Renascença. Os seus costumes de audaz espadachim e de famigerado tranca-ruas criaram-lhe na Índia conflitos arriscados, de cujas ameaças êle sorria dizendo: «que só era vulnerável pelas solas dos pés e que estas ninguém lhas vira nem havia de ver».

Em tôdas as altas figuras do nosso grande século se patenteia o tipo expressivamente caracterizado de uma forte raça privilegiada, hoje extinta.

A Europa saía apenas do regime feudal. Conservavam-se vivas no coração de todos os fidalgos as tradições da cavalaria. Os bêteiros de conto eram apenas uma débil tentativa do que deviam vir a ser mais tarde os nossos exércitos permanentes.

Os grandes vassallos defendiam os seus foros com lanças numerosas, e nos prazos em que não serviam o rei e a pátria batendo-se com inimigos estrangeiros, adestravam a mão em sortidas e escaramuças intestinas. Quando não combatiam monteavam.

Tinham a educação da guerra, a experiência das aventuras arrojadas e das duras privações.

Os divertimentos públicos eram ainda os jogos guerreiros: o *tavlado*, um exercício de fôrça, e as *canas*, um exercício de destreza.

A moderna educação portuguesa esterilizou a sociedade para o fim de gerar homens próprios para as lutas do trabalho nas regiões inclementes em que é preciso arrostar com a fadiga, com o sol tropical, com as febres dos rios podres.

Os cidadãos que em Portugal recebem alguma cultura de espírito sacrificam-lhe de tal modo o seu desenvolvimento físico que não só não podem levar a sua influência e a sua dominação intelectual ao interior da África, mas nem sequer a levam de Lisboa a Cascais se lhes suprimirem as facilidades do rebocador ou do carrão.

Sabemos que há excepções, mas essas constituem uma vantagem pessoal de poucos indivíduos, e não uma feição do país.

Na Inglaterra pelo contrário o *sport* está na mesma alma da nação, completa o carácter do país.

O príncipe de Gales readquiriu depois da sua última viagem a popularidade que antes dela tendia a fugir-lhe. O simples facto de ter penetrado na Índia e de ter caçado as feras a tiro com risco de vida é um dos seus mais poderosos títulos à estima pública. O *sport* é na Inglaterra uma espécie de religião. O inglês bem educado atravessa a África por fanatismo. Simplesmente para a ter atravessado, e para ter a glória incomparável de o poder referir às sociedades sábias de geografia, de zoologia, de botânica, de meteorologia, de antropologia, aos diferentes clubes dos caminheiros da Inglaterra, da França e da Suíça, deixando a enorme distância atrás de si os seus compatriotas de curto fôlego que apenas subiram ao Monte-Branco ou percorreram a pé os Pirenéus.

Ora sem êsse fanatismo e sem êsse eco enorme na opinião e na popularidade não há país que se possa medir com a empresa gigantesca de explorar e de civilizar as regiões selvagens. São insuficientes para êsse fim todos os esforços do Governo, das sociedades geográficas, das academias e de tôdas as agregações artificiais de alguns indivíduos; é preciso que o grande impulso parta do génio colectivo do povo.

O povo português não está criado para êsses movimentos enérgicos. Era uma raça audaz, entusiasta e forte. Perverteram-a com duzentos anos de uma educação dogmática e de uma disciplina fradesca.

Estamos como o filho de um homem que herda um estaleiro em que o pai fazia navios e em que êle para sustentar a fábrica tem de bradir um machado e de talhar madeira durante dez horas por dia. Ora êsse filho é um anémico, que não pode com a sua *badine*. O que há-de fazer? Restaurar a sua constituição, ou vender o machado e ir tossir para o Martinho.

(...)

Vimos já, ligeiramente esboçado, o quadro da educação inglesa. Vejamos o espectáculo correspondente em a nossa organização social.

Olhem ao domingo e à quinta-feira para um dos nossos colégios de educação em passeio na baixa. Uma fieira de pequenos macilentos e enfezados, encarreirados a dois de fundo, vestidos de prêto ou com falsos uniformes de guardas-marinhas, vigiados por dois padres. Que diferença dos colegiais ingleses, com os seus chapéus-de-palha, a blusa de flanela, o calção curto, a meia de lã, correndo livremente nos campos, com os grossos sapatos cheios de lama, em plena liberdade, entregues a si mesmos, responsáveis pelos seus actos, conscientes do seu direito e do seu dever como pequenos repúblicos! Em Portugal um cão fraldiqueiro pode andar sem perigo pelas ruas, sabe-se governar, sabe-se dirigir, sabe morder, sabe voltar para casa;

A Educação Física no Sistema Educativo Português

um jovem racional de dez ou doze anos, dos quais cinco de escola sob a pressão dos compêndios do Sr. João Félix, não aprendeu nada disso, e precisa de um padre ou de um aguadeiro que o leve pela mão para atravessar a rua!

Essa miserável criatura tem uma mãe que o não deixa saltar para que não quebre as pernas, que o não deixa trepar para que não quebre a cabeça, que o não deixa meter-se na água fria para que não se constipe.»

ANEXO A.1 - IV

Eça de Queirós (1888). *Os Maias. Episódios da Vida Romântica*. Lisboa, Edição Livros do Brasil

«Mas o Teixeira, muito grave, muito sério, desiludiu o senhor administrador. Mimos e mais mimos, dizia Sua Senhoria? Coitadinho dele, que tinha sido educado com uma vara de ferro! Se ele fosse a contar ao sr. Vilaça! Não tinha a criança cinco anos já dormia num quarto só, sem lamparina; e todas as manhãs, zás, para dentro de uma tina de água fria, às vezes a gear lá fora... E outras barbaridades. Se não se soubesse a grande paixão do avô pela criança, havia de se dizer que a queria morta. Deus lhe perdoe, ele, Teixeira, chegara a pensá-lo... Mas não, parece que era sistema inglês! Deixava-o correr, cair, trepar às árvores, molhar-se, apanhar soalheiras, como um filho de caseiro. E depois o rigor com as comidas! Só a certas horas e de certas coisas... E às vezes a criancinha, com os olhos abertos, a aguar! Muita, muita dureza.

E o Teixeira acrescentou:

- Enfim era a vontade de Deus, saiu forte. Mas que nós aprovássemos a educação que tem levado, isso nunca aprovámos, nem eu, nem a Gertrudes.

Olhou outra vez o relógio, preso por uma fita negra sobre o colete branco, deu alguns passos lentos pelo quarto: depois, tomando de sobre a cama a sobrecasaca do procurador, foi-lhe passando a escova pela gola, de leve e por amabilidade, enquanto dizia, junto ao toucador onde o Vilaça acamava as duas longas repas sobre a clava:

- Sabe Vossa senhoria, apenas veio o mestre inglês, o que lhe ensinou? A remar! A remar, sr. Vilaça, como um barqueiro! Sem contar o trapézio, e as habilidades de palhaço; eu nisso nem gosto de falar... Que eu sou o primeiro a dizê-lo: o Brown é boa pessoa, calado, asseado, excelente músico. Mas é o que eu tenho repetido à Gertrudes: pode ser muito bom para inglês, não é para ensinar um fidalgo português... Não é. Vá Vossa Senhoria falar a esse respeito com a sr.^a D. Ana Silveira...

(57-58)

- E diga-me, Carlinhos, já vai adiantado nos seus estudos?

O rapaz, sem o olhar, repoltreou-se, mergulhou as mãos pelos nós das flanelas, e respondeu com um tom superior:

- Já faço ladear a «Brígida».

Então o avô, sem se conter, largou a rir, caído para o espaldar da cadeira:

- Essa é boa! Eh! Eh! Já faz ladear a «Brígida»! E é verdade, Vilaça, já faz ladear...

Pergunte ao Brown; não é verdade, Brown! E a èguazita é uma piorrita, mas fina...

- Ó vovô - gritou Carlos já excitado - diz ao Vilaça, anda. Não é verdade que eu era capaz de governar o *dog-cart*?

Afonso reassumiu um ar severo.

- Não o nego... Talvez o governasse, se lho consentissem. Mas faça-me o favor de se não gabar das suas façanhas, porque um bom cavaleiro deve ser modesto... E sobretudo não enterrar assim as mãos pela barriga abaixo...

O bom Vilaça, no entanto, dando estalinhos aos dedos, preparava uma observação. Não se podia decerto ter melhor prenda que montar a cavalo com as regras... Mas ele queria dizer se o Carlinhos já entrava com o seu Fedro, o seu Tito Liviozinho...

- Vilaça, Vilaça - advertiu o abade, de garfo no ar e um sorriso de santa malícia - não se deve falar em latim aqui ao nosso nobre amigo... Não admite, acha que é antigo... Ele, antigo é...

- Ora sirva-se desse fricassé, ande, abade - disse Afonso - que eu sei que é o seu fraco, e deixe lá o latim...

O abade obedeceu com deleite; e escolhendo no molho rico os bons pedaços de ave, ia murmurando:

- Deve-se começar pelo latinzinho, deve-se começar por lá... É a base; é a basezinha!

- Não! latim mais tarde! - exclamou o Brown, com um gesto possante. - Prrimeiro forrça! Forrça! Músculo...

E repetiu, duas vezes, agitando os formidáveis punhos:

- Prrimeiro músculo, músculo!...

Afonso apoiava-o, gravemente. O Brown estava na verdade. O latim era um luxo de erudito... Nada mais absurdo que começar a ensinar a uma criança numa língua morta quem foi Fábio, rei dos sabinos, o caso dos Gracos, e outros negócios de uma nação extinta, deixando-o ao mesmo tempo sem saber o que é a chuva que o molha, como se faz o pão que come, e todas as outras coisas do universo em que vive...

- Mas enfim os clássicos - arriscou tímidamente o abade.

- Qual clássicos! O primeiro dever do homem é viver. E para isso é necessário ser são, e ser forte. Toda a educação sensata consiste nisto: criar a saúde, a força e os seus hábitos, desenvolver exclusivamente o animal, armá-lo de uma grande superioridade física. Tal qual como se não tivesse alma. A alma vem depois... A alma é outro luxo. É um luxo de gente grande...

O abade coçava a cabeça, com o ar arrepiado.

- A instruçãozinha é necessária - disse ele. - Você não acha, Vilaça? Que Vossa Excelência, sr. Afonso da Maia, tem visto mais mundo do que eu... Mas enfim a instruçãozinha...

- A instrução para uma criança não é recitar *Tityre, tu patulae recubans*... É saber factos, noções, coisas úteis, coisas práticas...

Mas suspendeu-se: e, com o olho brilhante, num sinal ao Vilaça, mostrou-lhe o neto que palavra inglês com o Brown. Eram decerto feitos de força, uma história de briga com rapazes que ele estava a contar, animado e jogando com os punhos. O preceptor aprovava, retorcendo os bigodes. E à mesa os senhores com os garfos suspensos, por trás os escudeiros de pé e guardanapo no braço, todos, num silêncio reverente, admiravam o menino a falar inglês.

(62-64)

Defronte do terraço, o Brown, de boné escocês posto ao lado e grande cachimbo na boca, puxava ao alto a barra do trapézio para Carlos se balouçar. Então o bom Vilaça pediu para voltar

as costas. Não gostava de ver ginásticas; bem sabia que não havia perigo; mas mesmo nos cavalinhos, as cabriolas, os arcos atordoavam-no; saía sempre com o estômago embrulhado...

- E parece-me imprudente, sobre o jantar...

- Qual! é só balouçar-se... Olhe para aquilo!

Mas Vilaça não se moveu, com a face sobre a chávena.

O abade, esse, admirava, de lábios entreabertos, e o pires cheio de café esquecido na mão.

- Olhe para aquilo, Vilaça - repetiu Afonso.- Não lhe faz mal, homem!

O bom Vilaça voltou-se, com esforço. O pequeno, muito alto no ar, com as pernas retesadas contra a barra do trapézio, as mãos às cordas, descia sobre o terraço, cavando o espaço largamente, com os cabelos ao vento; depois elevava-se, serenamente, crescendo em pleno sol; todo ele sorria; a sua blusa, os calções enfunavam-se à aragem; e via-se passar, fugir, o brilho dos seus olhos muito negros e muito abertos.

- Não está mais na minha mão, não gosto!- disse o Vilaça.- Muito imprudente!

Então Afonso bateu as palmas, o abade gritou: «Bravo, bravo.» Vilaça voltou-se para aplaudir, mas Carlos tinha já desaparecido; o trapézio parava, em oscilações lentas; e o Brown, retomando o «Times» que pusera ao lado sobre o pedestal de um busto, foi descendo para a quinta envolvido numa nuvem de fumo do cachimbo.

- Bela coisa, a ginástica!- exclamou Afonso da Maia, acendendo com satisfação outro charuto.

Vilaça já ouvira que enfraquecia muito o peito. E o abade, depois de dar um sorvo ao café, de lambeir os beiços, soltou a sua bela frase, arranjada em máxima:

- Esta educação faz atletas mas não faz cristãos. Já o tenho dito...(65-66)

- ... Cada raça possui o seu *sport* próprio, e o nosso é o toiro: o toiro com muito sol, ar de dia santo, água fresca, e foguetes... Mas sabe o sr. Salcede qual é a vantagem da tourada? É ser uma grande escola de força, de coragem e de destreza... Em Portugal não há instituição que tenha uma importância igual à tourada de curiosos. E acredite uma coisa: é que se nesta triste geração moderna ainda há em Lisboa uns rapazes com certo músculo, a espinha direita, e capazes de dar um bom soco, deve-se isso ao toiro e à tourada de curiosos...

O marquês, entusiasmado, bateu as palmas. Aquilo é que era falar! Aquilo é que era dar a filosofia do toiro! Está claro que a tourada era uma grande educação física! E havia imbecis que falavam em acabar com os toiros! Oh! estúpidos, acabais então com a coragem portuguesa!...

- Nós não temos os jogos de destreza das outras nações - exclamava ele, bracejando pela sala e esquecido dos seus males.- Não temos o *cricket*, nem o *foot-ball*, nem o *running*, como os Ingleses: não temos a ginástica como ela se faz em França; não temos o serviço militar obrigatório que é o que torna o Alemão sólido... Não temos nada capaz de dar a um rapaz um bocado de fibra. Temos só a tourada!... Tirem a tourada, e não ficam senão badamecos derreados da espinha, a melarem-se pelo Chiado! Pois você não acha, Craft?

Craft, do canto do sofá, onde Carlos se fora sentar e lhe falava baixo, respondeu, convencido:

- O quê, o toiro? Está claro! o toiro devia ser neste país como o ensino é lá fora: gratuito e obrigatório.

(308-309)

Quando Carlos e os dois amigos entraram, havia junto de um dos barrotes que especavam os degraus da tribuna, num grupo animado, com copos de champanhe na mão, o marquês, o visconde de Darque, o Taveira, um rapaz pálido de barba preta, que tinha debaixo do braço enrolada a bandeira vermelha de *starter*, e o comissário imberbe, com o chapéu branco cada vez mais atirado para a nuca, a face mais esbraseada, o colarinho já mole de suor. Era ele que oferecia o champanhe; e apenas viu entrar Clifford, rompeu para ele, de taça no ar, fez tremer as vigas, soltando o seu vozeirão:

- À saúde do amigo Clifford! O primeiro *sportman* da Península, e rapaz cá dos nossos!... Hip, hip, hurra!

Os copos ergueram-se, num clamor de hurras, onde destacou, vibrante e entusiasta, a voz do *starter*. Clifford agradecia, risonho, tirando lentamente as luvas - enquanto o marquês, puxando Carlos pelo braço para o lado, lhe apresentava rapidamente o comissário, seu primo D. Pedro Vargas.

- Qual história! Eu é que fazia furor! - exclamou o comissário.- Cá a rapaziada do *sport* deve conhecer-se toda... Porque isto cá é a confraria, e todo o resto é chinfrinada!

E imediatamente arrebatou o copo ao ar, berrou com um ímpeto que lhe trazia mais sangue:

- À saúde de Carlos da Maia, o primeiro elegante cá da pátria! a melhor mão de rédea... Hip, hip, hurra...

- Hip, hip, hip... Hurra!

E foi ainda a voz do *starter* que deu o hurra mais vibrante e mais entusiasta.

Um empregado assomou à porta do bufete, e chamou o senhor comissário. O Vargas atirou uma libra para o balcão, abalou, gritando já de fora, com o olho aceso:

- Isto vai-se animando, rapazes! Caramba! É carregar no líquido! E você, ó lá de baixo, ó patrão, sô Manuel, mande vir esse gelo... Está a gente aqui a tomar a bebida quente... despache um próprio, vá você, rebente! Irra!

No entanto, enquanto se desenvolhia o champanhe de Craft, Carlos tinha convidado Clifford a jantar nessa noite no Ramalhete. O outro aceitou, molhando os lábios no copo, achando excelente que se continuasse a tradição de jantarem juntos, sempre que se encontravam.

- Olá! o general por aqui! - exclamou Craft.

Os outros voltaram-se. Era o Sequeira, com a face como um pimentão, entalado numa sobrecasaca curta que o fazia mais atarracado, de chapéu branco sobre o olho, e grande chicote debaixo do braço.

Aceitou um copo de champanhe, e teve muito prazer em conhecer o sr. Clifford...

- E que me diz você a esta sensaboria? - exclamou ele logo, voltando-se para Carlos.

Enquanto a si estava contente, pulava... Aquela corrida insípida, sem cavalos, sem jóqueis, com meia dúzia de pessoas a bocejar em roda, dava-lhe a certeza que eram talvez as últimas, e que o Jockey Club rebentava... E ainda bem! Via-se a gente livre de um divertimento que não estava nos hábitos do país. Corridas era para se apostar. Tinha-se apostado? Não? Então histórias!... Em Inglaterra e em França, sim! Aí eram um jogo como a roleta, ou o monte... Até havia banqueiros, que eram os *bookmakers*... Então já viam!

E como o marquês, pousando o copo, e querendo calmar o general, falava do apuramento das raças, e da remonta - o outro ergueu os ombros, com indignação:

- Que me está você a cantar! Quer dizer que se apura a raça para a remonta da cavalaria?... Ora vá lá montar o exército com cavalos de corridas!... Em serviço o que se quer não é o cavalo que corra mais, é o cavalo que aguente mais... O resto é uma história... Cavalos de corridas são fenómenos! São como o boi com duas cabeças... Então histórias!... Em França até lhes dão champanhe, homem!... Então veja lá!...

E a cada frase, sacudia os ombros, furiosamente. Depois, de um trago, esvaziou o seu copo de champanhe, repetiu que tinha muito prazer em conhecer o sr. Clifford, rodou sobre os tacões, saiu, bufando, entalando mais debaixo do braço o chicote - que tremia na ponta como ávido de vergastar alguém.

Craft sorria, batia no ombro de Clifford.

- Veja você! Cá nós, velhos portugueses, não gostamos de novidades, e de *sports*... Somos pelo toiro...

(321-324)”

A.2 Documentos

ANEXO A.2 - I

Alfredo Dias (1887). *Apontamentos para a Reforma e Historia da Educação Physica em Portugal. Seguidos de um programma de gymnastica sem aparelhos para uso das escolas municipaes de Lisboa*. Lisboa, Tipographia Lisbonense.

«(Copia) - Ex.^{mo} Sr. Presidente da comissão de instrucção na Camara Municipal de Lisboa.
- Ao tomar conta do pelouro de instrucção e occupando-se de estudar o modo porque é dirigido o ensino da gymnastica nas escolas municipaes, terá V. Ex.^a occasião de observar e ver como eu a tive, quando, auctorizado pelo ex.^{mo} sr. Leça da Veiga, ex-vereador do mesmo pelouro, visitei as escolas do municipio, que o ensino n'esta parte se encontra n'um estado primitivo; não há uniformidade no methodo, nem um programma auctorizado pelo qual os professores se devam regular. Não importa porem esta minha asserção censura para ninguem, não me passa pelo espirito tal pensamento.

O meu fim é fazer ver que é urgente tratar e estudar este assumpto com o maximo cuidado, e poucas pessoas o poderão fazer com mais precisão do que V. Ex.^a, por ser um medico distinctissimo e um talento superior; permitta-me comtudo que lembre alguns pontos que me parece conveniente deverem ter-se em consideração quando se tratar definitivamente de uma reforma, caso elles não lhe tenham já occorrido.

A reforma do ensino da gymnastica é urgentissima, e está de certo no animo e esclarecida intelligencia se V. Ex.^a como o está no do ex.^{mo} sr. Dr. Theophilo Ferreira, inspector do ensino escolar, e no de todos os que se interessam pela instrucção elementar; nem podia deixar de estar, pelo estado cahotico em que se encontra esta parte do ensino nas escolas municipaes por falta de elementos necessarios.

A formação de um programma que o torne uniforme em todas as escolas, e pelo qual os professores se possam guiar, é indispensavel.

Porem, primeiro que se encete, é preciso assentar as bases em que se há de fundar, a norma a seguir e os pontos a attender.

Não se pode nem deve seguir exactamente nenhum dos programmas adoptados na Allemanha, França, Suissa, Belgica, Austria, etc., porque os nossos habitos e condições climatologicas variam muito relativamente a qualquer d'aquelles paizes; as edificações e as doenças predominantes estão no mesmo caso; pode-se porém, estudando com cuidado todos, aproveitar de um ou outro o que melhor convier e conseguir-se um trabalho mais que regular.

Em Lisboa, posso mesmo dizer em todas as nossas cidades, a maioria das casas de habitação são acanhadissimas, mal ventiladas, não satisfazem ás mais rudimentares condições hygienicas, vivem n'ellas individuos em maior numero do que deviam, accrescendo, para aggravar este mal, o vicio inveterado no nosso povo de conservar na maior parte uma luz accessa

durante a noite no quarto de dormir, viciando ainda mais o mau ar que respiram, queimando uma grande parte do pouco oxygenio que tem à sua disposição.

A alimentação da classe pobre, que é a que dá maior contingente para as escolas municipaes, é quasi sempre deficiente e fraca, não se pode exigir d'ella exercicios muito activos.

A falta de recursos do municipio, ou qualquer outra razão que desconheço e não me compete apreciar, não tem permittido a edificação de escolas nas melhores condições hygienicas e pedagogicas; muitas estão funcionando em edificios que não satisfazem completamente a todas as condições exigidas para estabelecimentos d'esta natureza; e esses pequenos seres, essas flores mimosas, que estão ainda desabrochando e desenvolvendo-se, só encontram em torno de si elementos que os prejudiquem.

Todos os inconvenientes que acabo de apontar teem por complemento, que a nossa mocidade é na maior parte anemica, escrophulosa, ou tuberculosa, como o demonstram axiomaticamente as estatisticas mortuarias.

Não sou medico, não disponho portanto dos elementos e auctoridade precisas para tratar o assumpto scientifica e desenvolvidamente; faço-o da forma por que é permittido fazel-o a qualquer professor de gymnastica, que procure profundar um pouco, por meio de um estudo aturado e minuciosos, a parte que lhe cabe na educação physica.

Deram-me coragem para falar d'este assumpto as proposições muito justas e sensatas avançadas pelo dr. Colineau, director das escolas normaes de Paris e medico muito respeitado em França: *“O medico diz elle, é o guia indicado ao professor de gymnastica na applicação da sua arte. A acção combinada dos dois é a melhor salvaguarda contra toda a exageração, quer de atrevimento quer de timidez; para os discipulos é a garantia de uma appropriação racional dos exercicios, seus graus de resistencia e necessidades especiaes das suas constituições; para a instrucção physica, no seu conjuncto, a mais perfeita segurança.”*

Os exercicios gymnasticos impõem reservas que é inconveniente ultrapassar; a sua boa direcção exclue toda a violencia. Dependem da boa direcção e applicação os seus proveitosos resultados.

Seja-me permittido lançar pois uma pedra no alicerce da futura reforma do ensino da gymnastica, e oxalá ella vá ser collocada em logar que possa servir de base, conjunctamente com outras, a um futuro programma.

Como já disse, é urgentissimo obviar e prevenir as muitas deficiencias que existem n'esta parte do ensino, a aquisição d'apparelhos indispensaveis, e preparar as cousas de modo a corrigir os abusos e os vicios inveterados no nosso modo de viver e a transformar essas creaturas anemicas e inuteis em creaturas validas e capazes de bem servir a patria e a si. O tempo dos milagres acabou, não ha já quem os faça, apesar de haver ainda quem acredite n'elles.

A boa vontade e aptidão de qualquer professor de pouco valem pela forma por que as cousas se encontram; e continuarão assim em quanto senão modificarem convenientemente.

Não condemno nem accuso ninguem das faltas e lacunas que se encontram nas nossas escolas, antes pelo contrario, louvo todos, porque o pouco que existe é devido a um esforço

quasi unanime dos vereadores que tem gerido ultimamente os negocios do municipio no pelouro de instrucção, occupando até hoje os primeiros logares os ex.^{mos} srs. Dr. Luiz Jardim, Theophilo Ferreira e Elias Garcia.

Calculo e avalio bem as difficuldades com que hão de ter luctado, os desgostos que terão tido e os dissabores por que terão passado para conseguirem o pouco que existe, porque em Portugal de tudo se faz politica, até do que devia estar acima d'ella, a instrucção, base fundamental do grande edificio social; não pensam, por que não querem, que é ella a luz do espirito, que sem educação se vive nas trevas e na ignorancia, que a gymnastica dá á mulher graça e agilidade e ao homem destreza e vigor, que a ambos dá força e prudencia.

*

* *

As pobres creancinhas, nascidas de paes infesados ou rachiticos, vivem nas mesmas condições, o seu organismo é atrophiado, não tem bons musculos, não tem uma caixa thoracica ampla e sufficientemente desenvolvida, o que não lhes permite que os seus pulmões funcționem em toda a plenitude. Se chegam á idade adulta, na maioria, para nada servem nem a si nem aos outros, vivem as mais das vezes acompanhadas das torturas d'um soffrimento constante e doloroso.

Prova este facto a necessidade d'uma reforma em condições de servir como meio prophylatico e therapeutico para combater as doenças consequentes dos meios em que foram geradas e em que vivem. Os exercicios escolhidos tem de ser apropriados a destruir esta ou aquella predisposição e a provocar uma assimilação perfeita, a qual depende em grande parte da actividade muscular, das funcções circulatorias e respiratorias e dos centros nervosos.

A deficiencia na nutricao constitue o principio fundamental das escrophulas. Activar no seu conjuncto aquellas funcções constitue para os escrophulosos a indicação fundamental para as combater.

A actividade muscular deve ser a primeira cousa a attender como meio prophylatico e therapeutico, n'este caso.

A escrophula, não se combateno, segue o seu caminho, vae-se modificando ou transformando e termina ordinariamente pela tuberculose localizada com todo o seu cortejo de horrores.

Divergem as opiniões dos medicos sobre este ponto; é bastante melindrosa portanto uma affirmativa; mas alguns factos que tenho presenciado levam-me a inclinar-me para esta opinião.

Julgo tambem indispensavel lembrar que para salvar a responsabilidade, não de um erro de qualquer professor, mas em geral da sua incompetencia em observações puramente medicas, e que não são das suas attribuições, as creanças antes do encetarem o estudo da gymnastica sejam observadas por um medico do municipio, e, quando o professor receba o alumno, venha este acompanhado de uma guia pela qual elle possa saber quaes os exercicios que deve applicar na preferencia a este ou áquelle discipulo, em conformidade com as regras estabelecidas no programma, que de futuro se adoptar, tendo em consideração a sua constituição physica e estado de forças.

Não me parece que este pensamento seja difficil de realizar, em face da nova organização municipal, pela qual a camara tem á sua disposição os delegados de saude, sendo bastante limitado o numero de freguezias que estão a cargo de cada um e menor ainda o numero de escolas.

Com a realização do meu pensamento põe-se em pratica um dos pensamentos do dr. Colineau; torna-se o medico o guia do professor de gymnastica; as creanças devem aproveitar mais; os chefes de familia terão necessariamente mais confiança nos resultados do ensino, e o professor trabalhará mais desafogadamente. Talvez assim se consiga destruir a repugnancia que ainda muitos sentem pela gymnastica.

Devido á condescendencia dos regentes das escolas para com as familias dos alumnos, á incerteza, á choradeira ou aos receios da sua maioria, que julga os professores de gymnastica os algozes e os assassinos de seus filhos, muitas creanças, especialmente do sexo feminino, são dispensadas d'aquella aula.

Para acabar de vez com estas irregularidades, parece-me conveniente lembrar que só em casos muito especiaes e imprevistos aos regentes seja permittido dispensar os alumnos d'esta classe, e apenas provisoriamente. Ao medico exclusivamente deverá pertencer o direito de dispensa prolongada ou definitiva.

Se assim não fôr, a frequencia a esta disciplina continuará a ser muito inferior á de todas as outras.

Até hoje os meios persuasivos nada tem produzido; portanto, se é preciso empregar os rigorosos, empreguem-se. Não se attenda a aleivosias, a queixas injustas ou infundadas, nem se ponha de parte a opinião dos medicos, só porque uma mãe ignorante ou menos conscienciosa se lembra de dizer que seu filho é muito doente ou muito fraco, ou mesmo levantar um testemunho contra o pobre professor, contribuindo assim com os seus infundados receios para o tornar ainda mais fraco ou para descredito dos que cumprem religiosamente o seu dever.

Desde que as familias matriculam seus filhos nas escolas municipaes, tem de se sujeitar aos seus regulamentos justos e sensatos, feitos por individuos cuja capacidade em assumptos d'esta natureza ninguem põe em duvida.

Attendidos que sejam os principaes factos que aponteí, uma reforma completa e bem baseada ha de necessariamente produzir os seus resultados.

A. Dias»

ANEXO A.2 - II

Requerimento dos directores de collegios de Lisboa e do director
fundador da Academia d'Armas de Lisboa a Sua Magestade

«SENHOR:

Aos Ministros de Vossa Magestade mereceu a instrucção publica especial disvelo.

O methodo do ensino acaba de passar por uma radical e completa remodelação de forma a produzir os mais beneficos resultados n'um futuro não distante.

Não parecerá por isso estranho que os abaixo assignados venham perante Vossa Magestade ponderar a necessidade de que uma tão fundamental reforma seja completada com a creação d'aulas de gymnastica e esgrima.

Se os principios do novo methodo de instrucção tendem a dar ao espirito nacional o desenvolvimento e robustez indispensavel, é evidente que a educação physica não contraria, antes reforça taes principios.

O mais scintillante espirito n'um corpo doentio, hade necessariamente produzir um trabalho mil vezes menos util do que produziria, se encontrasse n'um organismo saudavel e vigoroso, um forte auxiliar em todas as suas manifestações.

Alem d'isso um paiz não precisa só de homens intelligentes, precisa igualmente de cidadãos fortes que saibam resistir nos momentos criticos e que sejam o sustentaeculo e a garantia da sua independencia.

E essa saude physica é especialmente facil de consolidar no nosso ovo, apto por natureza para todos os exercicios physicos, mas que tem ao mesmo tempo a indolencia meridional para qualquer esforço.

Essa indolencia combate-se tornando-se obrigatorio o ensino da gymnastica e esgrima em todas as escolas; pois que se ao homem já feito é difficil alcançar um grande desenvolvimento de força e agilidade, essa difficuldade não existe na creança.

Em todos os paizes mais adiantados, a educação physica é alvo de especial cuidado dos poderes do Estado tanto como a educação intellectual e moral.

É pois de esperar que no nosso paiz succeda mesmo e que a educação nacional se complete tornando-se obrigatoria a gymnastica e a esgrima.

É o que os abaixo assignados vêem pedir a Vossa Magestade, conscios de que esta representação será bem acolhido por quem tanto se está empenhando pelo desenvolvimento methodico da instrucção nacional.

Lisboa 15 de Dezembro de 1896.

Alfredo Carlos Gonçalves dos Santos - Director do Collegio Nacional.

Alfredo d'Amorim Pessoa - Director do Collegio Central.

Barros Proença - Director da Escola Nacional.

Ernesto Guilherme de Carvalho - Director do Collegio Ernesto de Carvalho.

João José de Figueiredo - Director do Lyceu Polytechnico.

Antonio da Silva Pinto - Director do Instituto Nacional.

Joaquim Caetano da Cunha - Director do Collegio de Nossa Senhora do Resgate.

Thomaz França - Director do Collegio Universal.

Francisco Antonio Correia - Director do Collegio Luso Brasileiro.

Eugenio Moniz - Director do Collegio Arriaga.

Luiz Rodrigues - Director do Instituto Academico.

Francisco Adolpho Coelho - Director da Escola Technica Rodrigues Sampaio.

João Maria Baptista Ferreira - Director do Collegio de Nossa Senhora da Conceição.

Jayme Mauperrin dos Santos - Director da Escola Academica.

Fernando d'Oliveira Bello dos Anjos - Director da Escola Lisbonense.

João Wagner Russell Junior - Director da Escola Luzo Brasileira.

Francisco Vayrier - Director do Collegio Santa Isabel.

Manoel Cid - Director fundador da Academia d'armas de Lisboa.»

A.3 Organismos Estatais de Sanidade Escolar

ANEXO A.3 - I

Costa Sacadura (1916). Esbôço de reforma dos serviços de Sanidade Escolar.

Boletim Oficial Ministério de Instrução Pública, N.º 5: 408-414.

«EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO
DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

É com alvoroçado júbilo que, no cumprimento das ordens recebidas, submetemos a V. Ex.^a um esbôço de reforma dos serviços a nosso cargo.

E êsse júbilo é tanto mais bem cabido, quanto menos solicitada tem sido, para estes serviços, a atenção e desvêlo das instâncias superiores.

Costumamos a encontrar apenas eco longínquo e débil, quando repetidas vezes levantamos a voz, impetrando do Estado providências e elementos de progresso para a Sanidade Escolar, é-nos grato vêr que V. Ex.^a, Senhor Ministro, numa honrosíssima excepção se antecipa a novas instâncias nossas.

Não nos surpreende a compreensão exacta que o alto espírito de V. Ex.^a tem de necessidade de fomentar profundamente êste ramo da instrução pública.

O momento histórico actual traz uma flagrante oportunidade à resolução de V.Ex.^a:

Hoje, que, mercê da nossa situação internacional, tanto necessitamos aproveitar e exaltar as qualidades de resistência e combatividade da nossa raça: hoje, que urge levá-las por um treinamento metódico ao máximo do seu rendimento, é, na verdade, Senhor Ministro, mais do que nunca de boa e sã previdência pensar nas condições higiénicas das nossas crianças nas escolas.

Portugal precisa de cidadãos com uma educação tanto quanto possível completa.

Ora, êsses cidadãos de amanhã são as crianças de hoje e o que por elas fizermos agora a Pátria no-lo agradecerá mais tarde.

Não há bons soldados, ou, pelo menos, não há facilidade de reunir número suficiente dêles, quando forem recrutados entre homens que tiveram uma infância definhada em virtude de uma mal compreendida educação escolar.

Todas as nações aliadas fazem convergir os seus esforços para a criação, desde já, de resistências físicas e morais que nas futuras lutas da paz contrabalancem e anulem o esforço contrário. Necessário é portanto que Portugal prepare com esmerado cuidado o seu futuro, que indubitavelmente reside no das suas crianças.

Bem haja pois, pelo seu esforço, ao qual, desde já, incondicionalmente vimos juntar o nosso.

Pede-nos V. Ex.^a que nos pronunciemos:

“1.º—Sôbre as deficiências ou incongruências das leis e regulamentos em vigor;

2.º—Sôbre as omissões ou contradições das mesmas leis ou regulamentos, e resoluções que por esta Repartição lhes forem dadas;

3.º—Sôbre quais as soluções que apresentamos para melhor funcionamento e organização dos serviços a nosso cargo”.

Poderíamos responder parceladamente e pela ordem em que nos são propostos os quesitos, socorrendo-nos até da “Legislação sôbre Higiene Escolar e Gimnástica, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916”, que por honrosa incumbência dêste Ministério, compilámos recentemente, e de que deixamos aqui apenso um exemplar.

Aí poderíamos, depois duma breve análise, respigar as “deficiências ou incongruências” as “omissões ou contradições”; nos documentos arquivados na nossa Repartição encontraríamos as “resoluções” que por ela lhes foram dadas.

Mas se as contradições e incongruências existem, as deficiências e omissões superabundam, donde uma análise minuciosa iniludivelmente traria, em sùmula, que aquelas são derivadas dest’outras.

Não deve surpreender, porêem, que haja deficiências legais e regulamentares num serviço quási novo entre nós e para o qual, repetimos, não se tem olhado com o necessário carinho, nem concedido o indispensável estímulo.

Êssas deficiências, dia a dia verificadas na prática já longa dêstes serviços, por nós e pelos funcionários que por êsse País fora exercem lugares de médico escolar, teem subsistido, apesar do nosso esforço e do nosso empenho.

Impunha-se-nos, pois, apresentar a V. Ex.^a, não um estudo fragmentário da legislação de Sanidade Escolar, mas sim um projecto, embora forçosamente incompleto e quiçá menos perfeito, duma nova Lei e dum novo Regulamento.

Assim respondemos globalmente aos três quesitos propostos, respondendo directamente ao terceiro, que pela sua própria natureza abrange os outros dois.

Antes, porêem, cumpre-nos lembrar a V. Ex.^a que ainda há bem pouco tempo (Janeiro de 1916) nós sintetizámos numa exposição, porventura inexpressiva mas sincera, o mal estar e a penúria de alento moral e material em que teem decorrido estes serviços.

Nessa exposição transcrevemos por exemplo o nosso ofício de 16 de Maio de 1912, em que, estando criada esta Repartição desde 26 de Maio de 1911 (havia um ano) nós pedíamos, entre outras coisas, como um “mínimo de providência”, que nos “fôsse fornecida uma secretária”.

Mostrámos também que já em Outubro do mesmo ano pedíamos a graça (ofício de 12 de Outubro de 1912) de que “ao menos um empregado doutra Repartição, venha uma hora por dia, auxiliar-me”.

Há, na citada exposição, a propósito dêste singelo pedido uma passagem que define o *modus vivendi* da Sanidade Escolar desde a sua criação, e a conta em que teem sido tomadas as suas reclamações. Essa passagem é a seguinte:

“A poeira do silêncio cai grave e serena, desde então, sobre o nosso apêlo... Poeira de desinteresse? Silêncio de má vontade? Não sabemos. Mas, no entanto, silêncio de improgreço, acarretando-nos desânimo e amarguras”.

Nem mesmo a criação do Ministério de Instrução Pública em 7 de Julho de 1913, trouxe melhoria a esta lamentável situação como já dissemos na citada exposição.

Podemos mesmo acrescentar que então surgiu uma nova incongruência - a criação duma Junta á qual “incumbem os serviços de Higiene Escolar e todos os outros serviços médicos de ordem disciplinar” - quando no Regulamento de Sanidade Escolar de 2 de Agosto de 1911 se determina a criação de uma Junta, dependente da Inspeção Geral, com as seguintes atribuições:

“1.º— O exame médico de todo o pessoal dependente da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial para o efeito de nomeações, licenças e aposentações.

2.º— Dar parecer sobre qualquer assunto ou dúvidas que a Inspeção de Sanidade Escolar entenda dever submeter-lhe.

3.º— Quaisquer outras atribuições que lhe sejam conferidas em regulamentos especiais”.

E nós repetimos, hoje, como então: “como se poderão conciliar estas duas entidades, cujas atribuições se roçam, confundem ou contrariam? Em que condições, assim, se deverão entender e executar os serviços da Higiene Escolar?”

É necessário frisar também, que ao tratar das repartições do Ministério, o decreto de 24 de Outubro de 1913, decreto que regulamenta o Ministério de Instrução Pública, nem sequer se refere a existência da Inspeção de Sanidade Escolar:

Ainda na exposição referida nós citámos pormenorizadamente muitos incidentes, que esta falsa situação explica, talvez, mas não desculpa e em que a mais flagrante situação explica, talvez, mas não desculpa e em que a mais flagrante invasão das nossas atribuições, o mais claro e descoberto menosprêzo pelos serviços da Sanidade Escolar se patenteiam exuberante e tristemente.

Triste é, com efeito, ver o desconchavo que subsiste entre as tentativas patrióticas de puericultura, p.e. - Instrução Militar Preparatória aos *mancebos* desde os seis anos - e a (talvez propositada) ignorância dos meios e dos fins da Sanidade Escolar.

Um outro ponto, que especial interesse merece é o que diz respeito à Educação Física e para o qual já tivemos ocasião de chamar a atenção dêste Ministério solicitando providências para o facto grave de estarem sem resposta os seus Delegados junto da Comissão de Gimnástica.

Por todos estes factos, Senhor Ministro, é-nos licito folgar com a resolução tomada por V. Ex.^a, início lógico de medidas práticas que ponham cõbro aos erros apontados.

Descabidas seriam quaisquer considerações tendentes a mostrar a importância dos serviços de Sanidade Escolar.

A Pedagogia nas suas relações com a Medicina, a Higiene Escolar, a Educação Física, não são corpos de doutrina apenas especulativos, são sciências de aplicação directa e prática. Delas derivam providências de ordem social eminentemente úteis ao progresso dos indivíduos e das colectividades.

Essas providências a cargo do Estado necessitam uniformidade, critério seguro e generalidade, isto é, precisam estender-se a todos os núcleos escolares do País.

Devem também ser oportunas, moldando-se às circunstâncias ocorrentes.

Como realizar isto? Evidentemente centralizando numa Repartição do Ministério de Instrução Pública, êsses serviços.

É esta uma das medidas necessárias, diremos melhor, uma das justas aspirações da Sanidade Escolar.

Crie-se, pois, uma Repartição com as atribuições consentâneas ao seu fim. Nessa repartição haverá três secções: a médico-pedagógica, a de educação física e a de construções escolares. *Será êste o primeiro passo no caminho do progresso.*

Essa Repartição deve ter em cada estabelecimento de ensino um delegado, *o médico escolar.*

Médicos escolares em todos os estabelecimentos de ensino - eis a segunda condição de progresso.

Estas medidas impõem-se. A persistir o serviço, tal como está, com quatro médicos escolares apenas (dois em Lisboa, um em Coimbra, um no Pôrto) e mil escudos (teóricos) de gratificação para distribuir, no fim do ano lectivo, pelos médicos autorizados a exercerem essas funções em todos os outros liceus do País, é persistir num arremêdo de serviço, num simulacro de previdência, numa inconsciente cumplicidade.

Criem-se tantos médicos escolares quantas escolas secundárias e similares há no País. *Organize-se também a inspecção médica nas escolas primárias.* Dêem-se aos respectivos médicos atribuições tais, que o seu papel seja o que deve ser, e V. Ex.^a, Senhor Ministro, terá prestado à Sanidade Escolar, às crianças das nossas escolas e ao País o mais incontestável dos benefícios.

Na remodelação dêstes Serviços é ponto de capital importância, para assegurar o êxito das medidas propostas, *que o médico escolar tenha, nos respectivos estabelecimentos de ensino, completa liberdade de acção pelo que toca às medidas de ordem técnica.* Assegure-se-lhe, porém, no que diz respeito às suas relações com os funcionários dêstes estabelecimentos, especialmente com o respectivo director e professores, o indispensável entendimento, a valiosa cooperação dêstes e digamos até a sua simpatia pela acção do médico escolar.

São estas condições necessárias para que dos nossos esforços se colham resultados suficientes.

A propaganda junto das famílias e dos encarregados de educação é o complemento necessário da estreita e eficaz cooperação do corpo docente.

No projecto agora apresentado modificamos e procuramos aperfeiçoar quâsi todos os corpos de doutrina nêle contidos, visando sempre, como principal intuito, o de tornar eficaz o papel que o médico escolar desempenha na conservação e melhoria da saúde dos alunos.

Mereceu-nos especial atenção o facto que reputamos cruel de poderem perder o ano, por faltas, as crianças a quem uma doença grave retêm em casa por um lapso de tempo superior áquele com que se perde o ano.

A par disto, por motivos bem mais fúteis vemos freqüentemente faltarem à aula de gymnástica todo o ano lectivo, mercê da tolerância e das dispensas, outros alunos bem menos dignos de benevolência.

É sobretudo estranho que um aluno possa transitar ao ensino particular quando assim o entenda e vir no fim do ano prestar provas, enquanto que outro, tendo freqüentado até então com aproveitamento e assiduidade, não possa, dentro do liceu, ajudado pelos seus professores e vigiado pelo seu médico escolar, vencer as mesmas dificuldades do ano lectivo.

Seria inverter a questão, colocando o ensino particular em plataforma higiénica que não deve talvez merecer.

É para solucionar casos tais que propomos que êsses alunos possam ser admitidos quando o corpo docente entenda possível o seu aproveitamento e o médico julgue compatível com a sua resistência o esforço que ele pretende fazer.

Cuidámos igualmente, a bem da profilaxia escolar, de aperfeiçoar o processo de readmissão dos alunos, depois da doença.

Muitos mais e importantes assuntos urge regulamentar e à douda apreciação de V. Ex.^a submeteremos, oportunamente as providências que entendamos propôr.

Dêsses assuntos destacaremos desde já os seguintes:

- Factura dos horários.
- Provimento dos professores de Educação Física.
- Refeitórios.
- Balneários anexos aos gymnásios.
- Vestuário e calçado para a gymnástica.
- Inspecção do aceio das roupas dos alunos.
- Dispensas temporárias e definitivas de gymnástica.
- Serviços de médicos especialistas.
- Inquérito à alimentação e regime de estudo dos alunos em suas casas.

É necessário porêr, Senhor Ministro, não esquecer e corrigir a exiguidade de vencimentos dos funcionários a quem cabem funções tão complexas.

Os médicos escolares teem recebido pelo seu serviço quantias que oscilam entre dois escudos e sessenta e seis centavos, e treze escudos e trinta centavos, por mês!

O Inspector de Sanidade Escolar tem de vencimento treze escudos e trinta e três centavos!

Prolixos seriam os comentários.

Terminamos, Senhor Ministro, fazendo votos, como em Janeiro dêste ano, para que nos venha pelo vosso auxílio e esforço, uma era nova de mais risonhos horizontes e de melhores frutos para a Sanidade Escolar.

(Continua)

COSTA SACADURA,
Inspector Geral de Sanidade Escolar»

ANEXO A.3 - II

Costa Sacadura (1916). Esboço de reforma dos serviços de Sanidade Escolar (*Continuação*).
Boletim Oficial Ministério de Instrução Pública, N.º 6 a 12: 583-592.

«ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SANIDADE ESCOLAR

Da Sanidade Escolar

Artigo 1.º— Os serviços da Sanidade escolar compreendem nos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério de Instrução Pública tudo o que diz respeito às condições médico-pedagógicas e higiénicas dos alunos, dos professores, dos meios de ensino (material escolar, métodos de ensino, horários, etc.) e dos edifícios escolares, bem como tudo o que diz respeito à higiene do pessoal escolar não docente.

Art. 2.º— Estes serviços são exercidos nos estabelecimentos de ensino pelos médicos escolares como delegados da Repartição de Sanidade Escolar.

Art. 3.º— Os directores dos estabelecimentos de ensino, os professores e demais funcionários coadjuvarão os médicos escolares na execução e progresso dos serviços de Sanidade Escolar.

Da Repartição de Sanidade Escolar

Art. 4.º— A Repartição de Sanidade Escolar do Ministério de Instrução Pública tem a seu cargo, em todos os estabelecimentos de ensino dependentes deste Ministério, a direcção de todos os serviços de higiene escolar, a que se refere o artigo 1.º

Esta Repartição terá as seguintes secções:

1.ª Secção médico-pedagógica, dirigida pelo médico Inspector da Sanidade Escolar, que é também o chefe da Repartição de Sanidade Escolar.

2.ª Secção de Educação Física, com um chefe que é o médico Inspector de Gimnástica.

3.ª Secção de Construções Escolares, com um chefe que é um arquitecto.

A organização completa desta Repartição será definida em diploma especial.

Art. 5.º— A esta Repartição compete:

1.º— Fiscalizar o ensino ministrado nas escolas oficiais e particulares sob o ponto de vista médico-pedagógico e higiénico.

2.º— Elaborar os regulamentos dos serviços de Sanidade Escolar, de Educação Física e de Construções Escolares, em todos os estabelecimentos de ensino.

3.º— Providenciar para que todas as leis e regulamentos de Sanidade Escolar tenham plena execução.

4.º— Resolver sobre horários e informar sobre programas de ensino.

5.º— Organizar e informar os processos de nomeação de todos os funcionários dependentes desta Repartição (médicos escolares, professores de educação física e empregados da secção de construções escolares).

6.º— Reunir todos os elementos, informações e relatórios dos serviços médico-pedagógicos, antropométricos, de construções escolares e outros de sua competência.

7.º— Organizar com êsses elementos, estatísticas e estudos de higiene escolar.

8.º— Promover a unificação da prática das observações médico-pedagógicas e antropométricas, e bem assim da prática da Educação Física.

9.º— Organizar o cadastro sanitário do pessoal e dos edifícios escolares.

10.º— Tomar todas as medidas respeitantes à profilaxia das doenças contagiosas nas escolas.

11.º— Resolver sôbre arrendamentos de edifícios e construções escolares, escolha de terrenos e elaborar projectos de edifícios escolares (construções-tipos).

12.º— Promover por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento dos serviços da Sanidade Escolar.

Dos Médicos Escolares

Art. 6.º— Em todos os estabelecimentos de ensino do país, há serviço sanitário exercido por médicos escolares.

§ 1.º— Nos estabelecimentos de ensino do sexo feminino o lugar de médico escolar será exercido por diplomados do sexo feminino.

Art. 7.º— O médico escolar é, nos estabelecimentos de ensino, fiscal das leis de Sanidade Escolar e exerce nêles a sua acção, dependendo directamente da Repartição de Sanidade Escolar.

§ único.— É-lhe sempre permitido assistir aos trabalhos escolares, visitar todas as dependências do edifício especialmente as que são afectas ao ensino e tomar parte em todos os conselhos e reuniões dos professores ou alunos, para se inteirar da vida escolar e poder emitir opinião sôbre todos os assuntos que se prendam com a saúde física ou mental dos alunos e do pessoal docente ou não docente.

Art. 8.º— O director do estabelecimento dará imediata execução, sob a direcção do médico escolar, às providências higiénicas que por êste forem reclamadas, devendo, quando assim não proceda, dar pronto conhecimento à Repartição de Sanidade Escolar, dos motivos que teve para o não fazer.

Neste caso, o médico deverá igualmente participar à mesma Repartição as razões que teve para propor essas providências.

Art. 9.º— O médico escolar terá um gabinete privativo, cuja instalação será regulamentada oportunamente e do pessoal docente ou menor do estabelecimento de ensino será destacado em serviço permanente, um funcionário habilitado para servir como escriptorário do serviço sanitário, coadjuvando o médico escolar.

Art. 10.º— Aos médicos escolares cabem, no que diz respeito aos serviços dos estabelecimentos de ensino, atribuições análogas às dos delegados e sub-delegados de saúde.

§ único.— Para os efeitos dêste artigo podem os médicos escolares exigir a coadjuvação das autoridades sanitárias, civis, administrativas ou judiciais ás quais incumbem nesse caso as obrigações que lhe são impostas na legislação vigente, regulamentadora dos serviços de saúde.

Artigo 11.º— Compete mais ao médico escolar:

A Educação Física no Sistema Educativo Português

a) Dar parecer sobre os horários do respectivo estabelecimento de ensino nos termos regulamentares.

b) Proceder ao exame médico-pedagógico e dirigir o exame antropométrico dos alunos, fazendo preencher respectivamente os boletins sanitário e antropométrico.

c) Fiscalizar o ensino da Educação Física para o que os respectivos professores lhe devem prestar a coadjuvação e as informações regulamentares.

d) Organizar o cadastro sanitário dos edifícios escolares e dos funcionários docentes e não docentes.

e) Adoptar providências tendentes à mais rigorosa profilaxia das doenças contagiosas no respectivo estabelecimento de ensino.

O médico escolar poderá, quando o julgue necessário, colher amostras dos víveres fornecidos pela cantina e da água fornecida pelo estabelecimento de ensino e enviá-las com ofício à Delegação de saúde, requerendo a respectiva análise sob o ponto de vista higiénico.

f) Fiscalizar o cumprimento das disposições legais sobre vacinações e revacinações.

g) Organizar uma consulta de pedotecnia no respectivo estabelecimento de ensino, ouvindo previamente a Repartição de Sanidade Escolar.

h) Enviar à Repartição de Sanidade Escolar, devidamente preenchidos, os boletins anuais, bem como os relatórios indicados nos regulamentos.

i) Propôr à Repartição de Sanidade Escolar as modificações regulamentares que a prática lhe aconselhe, ou medidas especiais que as circunstâncias sugiram.

j) Cumprir e fazer cumprir todas as instruções emanadas da Repartição de Sanidade Escolar.

Art. 12.º— Ao médico escolar compete ainda, examinar e dar parecer no processo de reintegração na frequência, de qualquer aluno que por doença incorra em perda de ano, quando o director do estabelecimento de ensino, ouvido o Conselho Escolar, promova a sua consulta.

§ único.— O director do estabelecimento de ensino não poderá deferir o pedido de reintegração se o parecer do médico escolar fôr contrário.

Art. 13.º— Aos lugares de médicos escolares dos liceus de Lisboa, Pôrto e Coimbra são mantidos os vencimentos actuais. Nos outros estabelecimentos de ensino os vencimentos dos médicos escolares serão oportunamente determinados.

Art. 14.º— Para o provimento dos lugares de médicos escolares dos liceus, a Repartição de Sanidade Escolar abrirá concurso documental entre indivíduos da classe médica. O júri será constituído pelo Inspector da Sanidade Escolar, como presidente, e dois médicos escolares propostos pela Repartição de Sanidade Escolar.

Art. 15.º— O candidato deverá instruir o seu requerimento com os documentos regulamentares e um trabalho original sobre higiene escolar, impresso especialmente como título de candidatura.

Art. 16.º— São motivos de preferência para a nomeação:

a) Apresentação de trabalhos sobre higiene escolar.

b) Ter servido como médico escolar ou exercido as respectivas funções, em virtude de autorização legal, com boa informação da Repartição de Sanidade Escolar, devendo graduar-se, nesta alínea, em primeiro lugar, os que, em igualdade de informação, tenham exercido estas funções mais de dois anos.

c) Diploma comprovativo de haver servido como assistente na quinta classe em qualquer das Faculdades de Medicina da República.

d) Diploma do curso de Medicina Sanitária.

e) Ter servido mais de dois anos como professor provisório ou definitivo em qualquer liceu.

Art. 17.º— As nomeações são provisórias, tornando-se definitivas depois de dois anos de serviço com boa informação da Repartição de Sanidade Escolar.

Art. 18.º— Nos outros estabelecimentos de ensino a organização dos serviços de Sanidade, o provimento dos lugares de médico escolar e os respectivos regulamentos serão elaborados pela Repartição de Sanidade Escolar.

Art. 19.º— Nas Universidades, compete aos professores de Higiene das Faculdades de Medicina a organização dos serviços de Sanidade Escolar de cujo regulamento e ocorrências darão conta à Repartição de Sanidade Escolar no fim de todos os anos lectivos.

Art. 20.º— A Repartição de Sanidade Escolar realizará contratos com médicos especialistas (oftalmologistas, oto-rino-laringologistas, odontologistas, dermatologistas, psiquiatras, etc.) para a inspecção dos alunos que disso necessitem.

Da Educação Física

Art. 21.º— A disciplina de ginástica é obrigatória para os alunos dos liceus, sendo porém dispensados dessa disciplina aqueles que provem que ela lhe é prejudicial e que estão frequentando com aproveitamento qualquer curso particular de ginástica médica nos termos regulamentares.

§ 1.º— A Educação Física nos outros estabelecimentos de ensino dependentes dêste Ministério será regulamentada em diploma especial.

§ 2.º— Para que a frequência dos cursos de ginástica médica a que se refere êste artigo, possa ser tomada em consideração, é necessário que os médicos que os dirigem tenham participado a sua organização à Repartição de Sanidade Escolar no ano lectivo anterior.

§ 3.º— A Repartição de Sanidade Escolar fiscalizará a execução dos programas e funcionamento dêstes cursos.

Art. 22.º— Para os efeitos do artigo anterior deverá o aluno ou quem o represente instruir o requerimento para matrícula com os seguintes documentos:

1.º— Declaração por escrito de que o aluno não pode frequentar a ginástica liceal.

2.º— Atestado do médico assistente nos termos legais e em que se consignem as contra-indicações da ginástica liceal e a duração provável do impedimento alegado na declaração anterior. Quando o médico assistente entenda guardar sigilo sobre as causas que contraíndicam a ginástica liceal deverá comunicá-las confidencialmente ao médico escolar.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

3.º— Atestado de frequência dum curso de ginástica médica nos termos dêste regulamento.

§ único.— Êste mesmo processo será seguido quando no decorrer do ano lectivo o aluno requeira dispensa de ginástica.

Art. 23.º— O reitor enviará estes documentos ao médico escolar para dar parecer e no caso dêste ser favorável o processo sobe à Repartição de Sanidade Escolar a quem pertence julgá-lo.

§ único.— Se o parecer do médico escolar fôr contrário à dispensa, pode o aluno ou quem o represente apelar da resolução do liceu para a Repartição de Sanidade Escolar.

Art. 24.º— O médico escolar pode mandar vigiar especialmente pelos professores de ginástica os alunos que tendo requerido dispensa a não tenham obtido. Se observações posteriores mostrarem que alguns dêstes alunos devam ser dispensados da ginástica liceal o médico escolar assim o comunicará ao reitor que promoverá a dispensa nos termos regulamentares.

Art. 25.º— O médico escolar pode conceder dispensas temporárias da disciplina de ginástica aos alunos que no decorrer do ano lectivo apresentem lesões que, impedindo os exercícios físicos, não prejudiquem contudo a frequência das outras disciplinas.

§ único.— Estas dispensas não poderão exceder metade do número de faltas com que os alunos perdem o ano.

Dos professores de Educação Física

Art. 26.º— Aos professores de Educação Física nos liceus compete:

a) Ministar o ensino da Educação Física aos alunos, segundo o programa que fôr aprovado pela Repartição de Sanidade Escolar. Para êste fim os professores de Educação Física enviarão os programas dos cursos de cada ano lectivo, ao médico escolar, o qual o remeterá à Repartição de Sanidade Escolar acompanhado do seu parecer fundamentado.

b) Colher da prática do ensino no liceu indicações para a melhor e mais perfeita adaptação à criança portuguesa dos métodos, programas e material usado no respectivo ensino.

c) Proceder segundo as indicações do médico escolar ao exame antropométrico dos alunos, preenchendo os respectivos boletins que servirão de base às estatísticas regulamentares.

d) Participar por escrito ao médico escolar qualquer queixa apresentada pelos alunos acêrca de incômodo de saúde provocado ou agravado pelo exercício da ginástica ou de qualquer perturbação funcional notada durante os exercícios, juntando o seu parecer.

e) Seguir com especial atenção os alunos que o médico escolar tiver indicado como devendo ser vigiados.

f) Procurar pelos meios ao seu alcance melhorar as condições de asseio dos alunos.

g) Propôr à Repartição de Sanidade Escolar as modificações ou providências que entenderem convenientes quando tenham notado deficiências ou irregularidades no serviço a seu cargo.

h) Remeter à Repartição de Sanidade Escolar, no fim de cada ano lectivo um relatório onde indiquem as ocorrências dignas de registo e que digam respeito à gerência da respectiva disciplina.

Art. 27.º— Para as aulas de gymnastica terão os alunos vestuário e calçado especial, segundo os padrões propostos pelo reitor e aprovados pela Repartição de Sanidade Escolar.

Art. 28.º— O provimento dos lugares de professor de Educação Física será oportunamente regulamentado, estabelecendo-se desde já as seguintes condições de preferência:

1.ª— Ter servido como professor de gymnastica por mais de cinco anos consecutivos nos estabelecimentos de ensino dependentes dêste Ministério com boa informação da Repartição de Sanidade Escolar.

2.ª— A apresentação de diploma de monitor, professor ou demonstrador de gymnastica sueca num estabelecimento official de Educação Física, nacional ou estrangeiro, ou noutro qualquer de reconhecida competência.

3.ª— A apresentação de cartas de curso ou frequência de quaisquer cursos de gymnastica sueca nas condições do § anterior.

4.ª— Ter diploma do curso de medicina por qualquer das Faculdades da República.

Da Junta de Sanidade Escolar

Art. 29.º— A Junta de Sanidade Escolar será constituída pelo Inspector de Sanidade Escolar e por dois médicos escolares dos liceus de Lisboa.

§ 1.º— O Inspector de Sanidade Escolar será o presidente desta Junta.

§ 2.º— Havendo mais de dois médicos escolares em Lisboa o seu serviço, como vogais da Junta, será regulamentado pela Repartição de Sanidade Escolar.

§ 3.º— A Junta reúne ordinariamente, uma vez cada mês e extraordinariamente sempre que seja convocada pelo presidente.

§ 4.º— A cada membro da Junta é arbitrada a gratificação de cinco escudos, por cada secção.

§ 5.º— As suas atribuições serão fixadas em regulamento especial.

Disposições gerais

Art. 30.º— Os directores dos estabelecimentos de ensino dependentes dêste Ministério, poderão, em relatório devidamente fundamentado, propôr à Repartição de Sanidade Escolar providências adequadas ao afastamento de causas de perversão para os alunos, que porventura existam nas proximidades das escolas e ainda de qualquer ramo de indústria, comércio ou exploração que possa prejudicar a saúde dos alunos ou o exercício do ensino.

§ único.— A Repartição de Sanidade Escolar mandará êsses relatórios a informar ao respectivo médico escolar.

Art. 31.º— Nos estabelecimentos de ensino particular é obrigatório o serviço de Sanidade Escolar, o qual será moldado pelo que é estabelecido para os estabelecimentos de ensino official, exercido por médicos da escolha dos respectivos directores e fiscalizado pela Repartição de Sanidade Escolar.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

§ único.— Os directores dos estabelecimentos de ensino particular deverão participar, no princípio do ano lectivo, à Repartição de Sanidade Escolar quais são os médicos encarregados dêsse serviço no respectivo estabelecimento.

Lisboa, 2 de Dezembro de 1916.

(Continua)

COSTA SACADURA,
Inspector Geral de Sanidade Escolar»

A.4 Textos Relativos a Programas de Educação Física

ANEXO A.4 - I

Relatório da Administração da Real Casa Pia de Lisboa

de 30 de Abril de 1881

(Resumo do Programma da Aula de Gymnastica)

1º PARTE

Exercicios em liberdade

- «1.º Correr em frente e em volta ao desafio.
- 2.º Saltar para a frente aos pés juntos com impulso ao desafio.
- 3.º Saltar por cima da corda girante, segurando-a pelas extremidades o mesmo alumno; este exercicio póde ser feito alternadamente sobre cada pé, no mesmo terreno, a caminhar para a frente ou para a retaguarda, e saltando aos pulinhos para a frente.
- 4.º O mesmo exercicio, segurando a corda girante dois alumnos.
- 5.º Jogo do *echo* a pé firme e com corrida.
- 6.º Jogo do *echo* corrido, em linha recta ou circular.
- 7.º Jogo da *pella*.
- 8.º Jogo do *homem*.
- 9.º Jogo do *pião*.
- 10.º Jogo do *busca tres*.
- 11.º Jogo do *pastor e o lobo*.
- 12.º Jogo do *guarda o queijo*.
- 13.º Jogo do *vinagre*.
- 14.º Todos os jogos populares e peculiares de cada localidade. Dansas populares acompanhadas de canto coral, etc.
- 15.º Passeios, excursões e explorações.

Movimentos de cabeça

- 1.º Voltar a cabeça para a direita e para a esquerda.
- 2.º Inclinar a cabeça para a direita e para a esquerda.
- 3.º Curvar a cabeça para diante e para trás.
- 4.º Rotação continua da cabeça pela direita e pela esquerda.

Movimento dos membros superiores

- 1.º Passar os braços para a frente e para a retaguarda.
- 2.º Lançar os braços alternadamente para a frente.
- 3.º Quatro movimentos de extensão e flexão.
- 4.º Rotação com o braço direito para a frente e para a retaguarda.

- 5.º Rotação com o braço esquerdo para a frente e para a retaguarda.
- 6.º Rotação com ambos os braços para a frente e para a retaguarda.
- 7.º Levantar e abaixar os braços sem flexão.
- 8.º Levantar e abaixar os braços com flexão.
- 9.º Levantar e abaixar os braços lateralmente sem flexão.
- 10.º Movimento horizontal dos antebraços.
- 11.º Movimento de natação.
- 12.º Movimento simultâneo do antebraço (flexão e extensão) a dois tempos.
- 13.º Flexão e extensão dos ombros com os braços para trás.
- 14.º Extensão dos ombros com os braços horizontais em dois tempos.

Movimentos do tronco

- 1.º Dobrar o corpo para a frente e para a retaguarda.
- 2.º Dobrar o corpo lateralmente sobre a perna direita.
- 3.º Dobrar o corpo lateralmente sobre a perna esquerda.
- 4.º Baixar o corpo verticalmente sobre as pontas dos pés.
- 5.º Baixar o corpo verticalmente sobre a perna direita.
- 6.º Baixar o corpo verticalmente sobre a perna esquerda.
- 7.º Inclinar o corpo horizontalmente para a frente sobre a perna direita.
- 8.º Inclinar o corpo horizontalmente para a frente sobre a perna esquerda.
- 9.º Inclinar o corpo horizontal e lateralmente sobre a perna direita.
- 10.º Inclinar o corpo horizontal e lateralmente sobre a perna esquerda.
- 11.º Inclinar o corpo para trás sobre a perna direita.
- 12.º Inclinar o corpo para trás sobre a perna esquerda.
- 13.º Rotação contínua do corpo pela direita e pela esquerda.

Movimentos dos membros inferiores

- 1.º Flexão da perna direita.
- 2.º Flexão da perna esquerda.
- 3.º Movimento vertical da perna direita.
- 4.º Movimento vertical da perna esquerda.
- 5.º Passar a perna direita para a frente e para a retaguarda.
- 6.º Passar a perna esquerda para a frente e para a retaguarda.
- 7.º Levantar a perna direita para a frente sem flexão, batendo com a ponta do pé na palma da mão direita.
- 8.º Levantar a perna esquerda para a frente sem flexão, batendo com a ponta do pé na palma da mão esquerda.
- 9.º Estender a perna direita para trás com flexão.
- 10.º Estender a perna esquerda para trás com flexão.
- 11.º Lançar a perna direita lateralmente, estendendo o pé sem flexão.
- 12.º Lançar a perna esquerda lateralmente sem flexão estendendo o pé.

Saltos

- 1.º Saltar a pé firme para a frente em altura e comprimento.
- 2.º Saltar correndo para a frente em altura e comprimento.
- 3.º Saltar aos pulos para a frente.
- 4.º Saltar ao pé *coxinho*.

Estes exercicios devem fazer-se: 1.º, sobre o terreno; 2.º, com o auxílio do *trampolim*, ou *prancha de saltos*; 3.º, com o auxílio das varas largas; 4.º, com auxílio do *escadim* ou *tarimba*, etc.

Movimentos mixtos

- 1.º As pernas abertas, os braços levantados verticalmente, balancear o corpo para a frente e para a retaguarda.
- 2.º A perna direita para a frente, rotação continua dos braços para a frente e para a retaguarda vagarosamente.
- 3.º O mesmo exercicio com a perna esquerda para a frente.
- 4.º A mão direita no pulso esquerdo, os braços estendidos horizontalmente, rodar para a direita e para a esquerda.
- 5.º A perna direita para a frente, os punhos cerrados, lançar o peito para a frente em attitude herculea.
- 6.º O mesmo exercicio com a perna esquerda para a frente.
- 7.º Grande passo de esgrima para a direita.
- 8.º Grande passo de esgrima para a esquerda.

Uma grande parte dos exercicios apontados n'este catalogo devem repetir-se depois na 2.ª parte fazendo uso os alumnos das *maças de madeira*, dos *Alteres*, ou pequenas barras esphericas de ferro; das grandes *barras esphericas*, etc.; podendo n'alguns exercicios mixtos trabalhar os alumnos a dois e dois, a tres e tres, etc.

Todos estes exercicios têm por fim desenvolver a musculatura, dar agilidade e graça aos movimentos, accelerar a corrente do sangue, dar vida e animação ao corpo, desenvolver e augmentar a força physica, e finalmente conservar a saude, sustentando em equilibrio normal e progressivo todas as faculdades physicas, todos os órgãos e aparelhos do corpo humano.

2.ª PARTE

Parallelas baixas

- 1.º Caminhar para a frente por um movimento alternativo das mãos.
- 2.º Caminhar do mesmo modo para a retaguarda.
- 3.º Caminhar para a frente aos pulinhos, isto é, por um movimento geral das mãos.
- 4.º Caminhar para a retaguarda do mesmo modo.
- 5.º Ganhar balanço.
- 6.º Fazer equilibrio.
- 7.º Saltar para a frente com balanço.
- 8.º Saltar para a retaguarda com balanço.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

- 9.º Saltar para a direita ou para a esquerda, pela frente.
- 10.º Saltar para a direita ou para a esquerda, pela retaguarda.
- 11.º Suspensão pelas mãos e pelos pés (sereia).
- 12.º Suspensão pelas mãos elevando as pernas acima da travessa direita, e d'ali saltar por cima da esquerda, e vice-versa.
- 13.º Para a retaguarda do mesmo modo.
- 14.º Caminhar em prancha.
- 15.º Suspensão sobre o peito do pé, estando sentado na travessa oposta.
- 16.º Cambalhota.

Paralelas altas

- 1.º Subir e descer o corpo pela flexão e extensão dos braços.
- 2.º Todos os exercicios das paralelas baixas, fazendo-se o 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 7.º e 8.º de braços curvos.

Trapesio fixo

- 1.º Subir e baixar o corpo pela flexão e extensão dos braços.
- 2.º Subir para a frente.
- 3.º Suspensão sobre um braço.
- 4.º Suspensão sobre um braço e a curva da perna.
- 5.º Suspensão pelas curvas das pernas.
- 6.º Subida de rins.
- 7.º Subida de ambos os braços com o auxilio do balanço.
- 8.º Subida de ambos os braços sem auxilio do balanço.
- 9.º Subida de antebraços.
- 10.º Subida de ambos os braços ao mesmo tempo pela suspensão dos pulsos.
- 11.º Estando na parte superior saltar para a frente.
- 12.º O mesmo exercicio para a retaguarda.
- 13.º Estando na parte superior saltar pelo lado.
- 14.º Saltar pelo lado em prancha.
- 15.º Saltar de curvas.
- 16.º Saltar de curvas e ir ficar suspenso pelas mãos na barra.
- 17.º Prancha para a retaguarda.

Trapesio oscillante

- 1.º Subir para a frente.
- 2.º Subir para a frente, sentar-se no trapesio, voltar para a retaguarda, segurando as mãos aos montantes, e saltar.
- 3.º Suspensão pelos bicos dos pés.
- 4.º Trepas pelos montantes, fazer a subida para a frente, sentar-se na base, dar a cambalhota pela frente e saltar.
- 5.º Pranchas.

Trapesio volante

- 1.º Collocada a pessoa na parte superior do escadete e segura á base do trapesio, saltar para a frente.
- 2.º Ganhar balanço e vir ficar no escadete.
- 3.º Estando collocado na parte superior do escadete, collocará as mãos do seguinte modo: a direita pela parte detraz da base com a palma virada para si, a esquerda pela parte de diante com as costas voltadas para si, e, partindo, na frente collocará a mão direita a par da esquerda, de modo que fique com a frente voltada para o ponto de partida, onde deve ficar.
- 4.º Ganhando balanço fazer a subida na frente de ambos os braços.
- 5.º Subir para a frente.
- 6.º Ganhando balanço fazer a subida de ambos os braços na retaguarda.
- 7.º Estando com a frente voltada para o escadete, ganhar balanço e fazer a subida de ambos os braços, quando o trapesio esteja por cima do escadete.
- 8.º Estando com a frente voltada para o escadete, ganhar balanço e fazer a subida de ambos os braços na parte opposta ao escadete.
- 9.º Estando com o ventre na base do trapesio, saltar para a frente.
- 10.º Estando com o ventre na base do trapesio, saltar para a retaguarda.
- 11.º Prancha para a retaguarda com balanço.
- 12.º Prancha para a frente com balanço.

3.ª PARTE

Escada horisontal

- 1.º Caminhar ás braçadas sem balanço pelos degraus.
- 2.º Caminhar a escada com uma mão por cada vez e com balanço para a frente.
- 3.º Caminhar a escada com uma mão por cada vez para a retaguarda sem balanço.
- 4.º Caminhar para a frente com as mãos pelas extremidades da escada.
- 5.º Caminhar para a frente aos pulinhos pelas extremidades da escada.
- 6.º Idem para a retaguarda.
- 7.º Caminhar aos pulinhos para a frente pelos degraus.
- 8.º Idem para a retaguarda.
- 9.º Caminhar para o lado direito ou esquerdo pela extremidade da escada.
- 10.º Idem aos pulinhos.

Escada obliqua

- 1.º Subir e descer por diante.
- 2.º Subir e descer com pés e mãos a escada.
- 3.º Subir e descer com pés e mãos com as costas para a escada.
- 4.º Subir e descer a escada em força de braços pelos degraus.
- 5.º Subir e descer a escada em força de braços pelas extremidades da escada.
- 6.º Subir a escada aos pulinhos pelos degraus.
- 7.º Idem pelas extremidades da escada.
- 8.º Passar da frente da escada para a retaguarda.

9.º Vice-versa.

Escada vertical

- 1.º Subir a escada com a mão direita, pé esquerdo, etc.
- 2.º Subir a escada em força de braços, descansando por meio dos pés em cada degrau.

Corda lisa

- 1.º Subir a corda por meio dos pés e mãos.
- 2.º Subir a corda em força de braços.

Corda de nós

- 1.º Subir e descer com mãos e pés.

Corda de cavilhas

- 1.º Subir e descer com as mãos, descansando em cada cavilha com as coxas.
- 2.º Subir e descer com pés e mãos.

Escada de corda

- 1.º Subir e descer com pés e mãos.

Varas verticais

- 1.º Subir a vara com pés e mãos e descer.
- 2.º Subir a vara só com as mãos e descer.
- 3.º Subir por uma vara e descer por outra.
- 4.º Subir por duas varas e descer.
- 5.º Subir por duas varas e aos pulinhos e descer.

Argolas

- 1.º Suspensão pelos pés e pelas mãos.
- 2.º Equilíbrio.
- 3.º Suspensão por uma mão.
- 4.º Subida de um braço por cada vez.
- 5.º Subida de ambos os braços.
- 6.º Subida para a frente.

Prancha de subidas

- 1.º Subida de antebraços.
- 2.º Subir para a frente.
- 3.º Subida de ambos os braços.
- 4.º Saltar em pé para a frente.
- 5.º Saltar sentado para a frente.
- 6.º Saltar para a retaguarda.
- 7.º Prancha para a frente.
- 8.º Cambalhota para a frente.
- 9.º Cambalhota para a retaguarda.
- 10.º Prancha para a retaguarda.

Prancha de riscos

- 1.º Subir com uma mão por cada vez e descer.
- 2.º Subir com os pés e com as mãos e descer.
- 3.º Subir pulando e descer.
- 4.º Passar da frente da prancha e descer pela retaguarda.

Pau horizontal

- 1.º Passagem pelo pau horizontal.
- 2.º Passar a cavallo para diante.
- 3.º Idem para trás.
- 4.º Estando a cavallo mover-se para diante e para trás.
- 5.º Estando a cavallo passar a perna direita por cima do pau e descer.
- 6.º Saltar estando em pé no pau.
- 7.º Saltar estando sentado no pau.
- 8.º Passar a cavallo aos pulos para diante.
- 9.º Idem para trás.

Cavallo de pau

- 1.º Saltar o cavallo ao comprido, collocando as mãos no pescoço.
- 2.º Saltar o cavallo ao comprido, dando dois pulos: o primeiro nas ancas e o segundo no pescoço.
- 3.º Saltar a largura do cavallo sem o auxilio das mãos.
- 4.º Saltar a largura do cavallo com o auxilio das mãos.
- 5.º Montar a cavallo pela parte de trás.
- 6.º A cambalhota, pondo as mãos no centro do cavallo.
- 7.º Saltar de joelhos do cavallo.

Cordas de mastro

- 1.º Subir uma corda com o auxilio das mãos e dos pés e passar e descer pela outra.
- 2.º Subir a corda em força de braços.
- 3.º Subir com a perna direita e mão esquerda, e perna esquerda e mão direita, alternadamente.

Escalada simples

- 1.º Subir pela suspensão das mãos por um movimento alternado.
- 2.º Subir aos pulos por meio da suspensão das mãos.

Escalada composta ou graduada

- 1.º Subir e descer com pés e mãos o mais depressa possível.
- 2.º Subir simplesmente com o auxilio das mãos.
- 3.º Subir a escalada alternadamente: pé esquerdo, mão direita.
- 4.º Subir a escalada pela suspensão das mãos e auxilio dos pés.

Um programma desenvolvido e completo de gymnastica seria demasiadamente extenso e impraticavel n'um estabelecimento d'esta ordem, e com creanças de oito a quatorze annos.

A Educação Física no Sistema Educativo Português

O programma que deixámos esboçado satisfaz plenamente as necessidades do desenvolvimento physico das creanças, como o provam os vinte annos de experiencia.

Os resultados estão patentes, e provam mais e fallam alto do que tudo quanto aqui podessemos dizer.»

ANEXO A.4 - II

(Regulamento para a instrução militar preparatória de 26 de Maio de 1911)

Programmas dos cursos da instrução militar preparatoria

Gymnastica

«Parte pratica:

Formação da escola em linha, em uma e em duas fileiras.

Formação de costado, a dois, a quatro, em columna, por grupos ou esquadras.

Passos grave, ordinario, accelerado, gymnastico.

Marchas e evoluções nas diversas formações.

Corridas de resistencia e de velocidade.

Passeios e marchas, effectuando em cada anno alguns percursos de doze a quinze Kilometros.

Movimentos e flexões simples, da cabeça, braços, pernas, tronco.

Movimentos combinados do tronco e membros.

Exercicios com aparelhos portateis.

Exercicios em aparelhos fixos.

Saltos em altura e extensão.

Saltos de obstaculos.

Exercicios de equilibrio corporal.

Subir aos aparelhos e trepar por cordas, varas, etc.

Exercicios de volteio no cavallo.

Natação, theoria e applicação pratica.

Jogos gymnasticos ou desportivos.

Exercicios com um oppositor, systema japonês.

Exercicios elementares de luta.

Parte theorica:

Noção da nomenclatura do corpo humano.

Nervos, musculos, ossos, articulações.

Aparelhos e suas funcções: nutrição, circulação, respiração, secreção.

Noções geraes de hygiene.

Perigos do alcoolismo e outros abusos. Resfriamentos.

Asseio corporal, banhos, ar puro.

Effeitos do trabalho muscular: robustecimento, dextreza, energia.

Effeitos da falta de trabalho: torpor, enfraquecimento.

Trabalho excessivo: fadiga, suffocação, depressão physica.

Trabalho habitual moderado: treinamento, resistencia.

Exercicios e posições que deformam o corpo.

Exercícios e posições correctivas.»

Exercícios e noções militares

«Instrucção individual sem arma.

Instrucção com arma.

Instrucção da esquadra em ordem unida e dispersa.

Escola de secção e de pelotão.

Executar a limpeza e tratamento da arma e correame.

Equipar e desequipar.

Armar e desarmar a tenda-abrigo.

Noções elementares de hippologia.

Tratamento e limpeza de um solipede.

Ensino de equitação.

Instrucção a pé e a cavallo.

Escola de pelotão, a cavallo.

Sinaes convencionaes e leitura de cartas.

Avaliação de distancias.

Formas e accidentes de terreno.

Nomenclaturas: de armamento, cartucho, arreio.

Instrucção preliminar de tiro.

Noção do tiro e da trajectoria.

Execução do tiro com bala ao alvo.

Causas do desvio dos projecteis.

Preceitos e penas disciplinares.

Alistamento dos recrutas.

Periodos de serviço activo.

Convocação e mobilização das tropas.»

Exercícios especiaies

«Executar annualmente alguns percursos a pé, de quinze a vinte kilometros, em marcha regular.

Executar annualmente alguns percursos a cavallo, de trinta a quarenta kilometros, em marcha regular.

Estabelecimento de bivaques no campo, confeccionando os proprios alumnos uma refeição.

Estabelecimento de bivaques, passando a noite sob as tendas-abrigo.

Reconhecer zonas de terreno, accidentes, matas, povoações, etc.»

ANEXO A.4 - III

(Directivas para o Ensino da Educação Física)

(Anexo à O.S. n.º 9—1942-43—de 1-2-1943)

Introdução

CENTROS ESCOLARES PRIMÁRIOS

«1—A educação física a ministrar nestes Centros será principalmente constituída pelos jogos destinados aos filiados dêsse “Escalão”, escolhidos pelos Instrutores de entre os publicados no “Manual de Jogos da M.P.”.

2—Os Centros que possuam Instrutor especializado em Educação Física executarão duas vezes por semana as suas sessões de ginástica, nos moldes das lições-tipo, elaboradas por esta Direcção de Serviços.

(...)

Lusitos (dos 7 aos 10 anos)

Formatura em xadrez

Neste escalão, para a formatura em xadrez, mandam-se os filiados ocupar os lugares prèviamente marcados a giz na sala ou no terreno ou então procede-se de seguinte maneira:

Os filiados a 3 ou 1 4 de frente dão as mãos e afastam-se lateralmente até os braços ficarem estendidos à altura dos ombros. Em seguida o instrutor manda-os fazer direita ou esquerda volver por salto e darem as mãos, afastando-se por forma a ficarem com os braços estendidos de novo. êste exercício deve repetir-se algumas vezes até que o façam sem hesitação. Querendo passar de formatura em xadrez para coluna de marcha, por um ou por dois, deverá mandar-se iniciar a marcha respectivamente à primeira ou às duas primeiras colunas da esquerda, devendo as restantes seguir à retaguarda destas.

Para voltar à formatura em xadrez a coluna ou colunas da frente marcam passo e as restantes virão sucessivamente colocar-se à direita, depois do que se mandará fazer alto».

Lição-tipo n.º 1

Para ser executada nos meses de **Novembro** e **Dezembro**

«Posição Inicial

Movimento

I—Exercícios Preparatórios

- | | |
|--------------------------------|---|
| 1 | - jogo: «corrida à parede». |
| 2 st. | - form. Xad.; dr. (esq.) vol. por salto. |
| 3 sent., Prns. cruze., Ms. Js. | - rot. Cb., esq. e dr. (4 ts.). |
| 4 sent., Prns. cruze., Bs. | - osc. lat. Bs. até altura Os. (2 ts.). |
| ext. obl. inf. | |
| 5 sent., Prns. cruze., Ms. Js. | - gr. Fl. T. fr. c/ ext. sup. Bs. (1), end. lent. (2,3,4). (4 ts.). |
| 6 sent., Prns. cruze., Ms. Js. | - torç. T. c/ bat. palmas à esq. e dr. (4 ts.). |

II—Exercícios Fundamentais

- 7 - jogo: «marcha do ganso».
- 8 sent., Js. fls., Ms. Js. - gr. Fl. T. fr. (1), end. c/ ext. T. (2,3,4). (4 ts.).
- 9 de Js., sent. Cals., Ms. ap. - gr. Fl. T. fr. c/ Bs., tocando alt. c/ testa nas Ms. (2ts.+2 ts.).
- Solo
- 10 - jogo: «o gato pendurado».
- 11 st. - el. Alt. Js., seg. J. c/ as 2 Ms. cruzs. (4 ts.).
- 12 st. - marcar passo; marcha batendo palmas.
- 13 - jogo: «pega avestruz».
- 14 deit. fac., Ms. debaixo - ext. T., dando uma palmada à fr. da cara. (2 ts.).
- Qx.
- 15 deit. dors., Ms. ap. Solo - fl. Alt. Js. (4 ts.), fl. sim. (2 ts.) (6 ts.).
- 16 - salto de cambalhota.

III—Exercícios Finais

- 17 deit. dors., Js. fls., - exs. Respiratórios.
- M. dr. no peito, esq.
no ventre
- 18 st. - continência.

Lição-tipo n.º 2

Para ser executada nos meses de Janeiro e Fevereiro

«Posição Inicial

Movimento

I—Exercícios Preparatórios

- 1 - jogo: «bate e volta».
- 2 st. - form. xad.; 1 pas. fr., 1 pas. ret.
- 3 sent., Prns. cruzs., - fl. Cb. fr. e ret. (4 ts.).
- Ms. Js.
- 4 sent., Prns. cruzs., - rot. extr. Bs. (1); Ms. Os. (2). (4 ts.).
- Ms. Js.
- 5 Prns. afs., Ms. Qs. - gr. fl. T. fr. (1) end. lent. (2,3,4). (4 ts.).
- 6 sent., Prns. cruzs., - fl. lat. T. esq. e dr. (4 ts.).
- Ms. Qs.

II—Exercícios Fundamentais

- 7 - jogo: «combate de galos».
- 8 deit. fac., Ms. - «o barquinho». (4 ts.).
- debaixo Qx.
- 9 em col.: sent., Prns. - gr. fl. T. fr. (Regata). (2 ts.).
- Cruzs., Bs. el. ant.,
- Ms. ap. Os. G. da fr.
- 10 - jogo: «o pião».
- 11 st. - fl. alt. Prns. à ret., M. m. l. seg. pt. P.
- 12 st. - marcha ordinária; marcha nas pts. Ps.

- 13 - jogo: «caça ao homem».
- 14 deit. fac., Ms. - ext. T., rot. extr. Bs. (2 ts.).
debaixo Qx.
- 15 deit. dors., Ms. ap. - el. alt. Prns. (4 ts.)
solo
- 16 Bnc.; st. - salto prof. fr.

III—Exercícios Finais

- 17 deit. dors., Js. fls., - exs. respiratórios.
M. dr. no peito, M.
esq. no ventre
- 18 st. - continência.

Lição-tipo n.º 3

Para ser executada no mês de **Março**

«Posição Inicial

Movimento

I—Exercícios Preparatórios

- 1 - jogo: «ao apito pára».
- 2 st. - form. xad.; 1 pas. fr., 1 pas. ret.
- 3 sent., Prns. cruzs., - rot. C. à esq. (dr.) c/ el. B. m.l. (4 ts.).
Ms. Js.
- 4 Prns. afs., M. alt. - gr. circund. B. pendt. (Moinho).
Q.
- 5 Prns. afs. - gr. fl. T. fr., batendo c/ Ms. nos Tornzs. (2 ts.).
- 6 sent., Prns. cruzs., - torç. T. esq. (dr.) c/ el. obl. sup. B. m. l. (4 ts.+4 ts.).
Ms. Js.

II—Exercícios Fundamentais

- 7 - jogo: «os saltões».
- 8 deit. dors. - el. do peito. (2 ts.)
- 9 de Js., sent. Cals. - gr. fl. T. fr., Bs. em el. sup. (1), end. lent. (2,3,4). (4 ts.)
- 10 - jogo: «os potes».
- 11 em 2 ou 4 filrs.: - el. alt. Js. (4 ts.).
st., Bs. el. lat., Ms.
ap. mut. Os.
- 12 st. - marcha ordinária; alargar passo.
- 13 - jogo: «o homem negro».
- 14 deit. fac., Ms. - ext. T. c/ Ms. à altura dos olhos.
debaixo Qx.
- 15 deit. dors., Js. - ext. alt. Prns. (bicicleta).
fls., Ms. ap. solo
- 16 corda; st. - salto em altura.

III—Exercícios Finais

- 17 deit. dors., Js. - ex. respiratórios.
fls., M. dr. no peito,
esq. no ventre
18 st. - continência.

Lição-tipo n.º 4

Para ser executada nos meses de **Abril e Maio**

«Posição Inicial

Movimento

I—Exercícios Preparatórios

- 1 - jogo: «o jará baixinho».
2 st. - form. xad.; dr. (esq.) vol.
3 sent., Prns. cruzs., - inclu. Cb. à esq. e dr. (4 ts.).
Ms. Js.
4 sent., Prns. cruzs., - Ms. Os. (1), ext. lat. Bs. (2), el. sup. Bs. c/ bat. de palmas acima da Cb. (3).
Bs. ext. obl. inf. (4 ts.).
5 sent., Prns. cruzs., - fl. e torç. T. à esq. e dr. tocando com a face dr. (esq.) no J. esq. (dr.). (4
Ms. agr. pts. Ps. ts.).
6 Prns. afs. - fl. lat. T. (4 ts.).

II—Exercícios Fundamentais

- 7 - jogo: «as rãs».
8 em 2 filrs.: ap. - lent. ext. T. c/ el. obl. sup. Bs. (2 ts.+2 ts.).
dors. mut., sent.,
Prns. cruzs., Bs. ext.
obl. inf., Ms. dadas
9 em 2 filrs.: ap. - gr. fl. T. fr., Bs. el. Sup. (1), 1 inst. C/ afto. lat. Bs. (2). (3 ts.).
dors. mut., sent.,
Prns. cruzs., Ms. Js.
10 - jogo: «sempre em pé».
11 st. - «enfiar a agulha».
12 st. - marcha ordinária; marcha c/ bat. Ritm. Ps.
13 - jogo: «a raposa, a galinha e os pintos».
14 de Js., sent. Cals., - gr. fl. T. fr., testa sôbre os Js. (1), el. e ext. T. ret. c/ el. lat. Bs. (2). (3
Ms. Js. ts.).
15 sent., Prns. - deixar cair o T. à ret. (1), end. T. (2). (2 ts.).
cruzs., Ms. Agr. pts.
Ps.
16 corda e tapete, - salto de cambalhota.
colchão ou cabeça de
Plt.; st.

III—Exercícios Finais

17 deit. dors., Js. fls., - exs. Respiratórios.

M. dr. no peito, M.

esq. no ventre

18 st. - continência.

Descriminação dos exercícios da lição-tipo n.º 1

I—Exercícios Preparatórios

1—**Jôgo:** «corrida à parede».

2—**Formar xadrez:** como se indicou para êste escalão.

Posição: sentido (ver directivas 1941-1942).

Movimento: Os alunos voltam à esquerda ou à direita, conforme a indicação do professor, por um pequeno salto, procurando conservar os alinhamentos da formatura em xadrez.»

A.5 Notícias relativas a Conferências

ANEXO A.5 - I

(O Diário, 5 de Outubro de 1903)

(In: O Tiro Civil, 15 de Outubro de 1903 (269): 15)

Nas palavras dos editores «Este artigo,..., vem provar que na propaganda em prol da verdadeira educação physica pela qual vimos lutando ha annos, não nos encontramos positivamente isolados.

(...)

A doutrina que defende, não agrada a todos, é certo, mas satisfaz cabalmente aos que vêem na educação physica, a esperança do rejuvenescimento de uma raça depauperada, e que sem tregiversões, caminham direitos ao seu fim.»

«Gymnastica Escolar

A escola é para a creança uma fonte de beneficios: é ella que prepara o homem para as luctas da vida, é ella que dá ao espirito a perspicacia, ao coração a sensibilidade, aos membros do corpo a força e o vigor.

A gymnastica physiologia deve ter por base a conformação do corpo humano e por limite, os movimentos possiveis das asticulações; deve estar em proporção com a idade e com o sexo da creança, excluir todo o exercicio cuja utilidade não possa ser demonstrada e condemnar severamente os *tours de force*, o acrobatismo.

Para que esta gymnastica seja ao mesmo tempo escolar e educativa, deve obedecer a quatro condições, visar quatro fins differentes: 1.º o fim anatomico, physiologico e hygienico; 2.º o fim pedagogico; 3.º o fim humanitario e 4.º o fim patriotico.

Conseguir-se-ha o primeiro por meio de exercicios de gymnastica livre, depois com instrumentos moveis e aparelhos fixos, ordenados methodicamente, chegando, pelo desenvolvimento harmonico das forças musculares, a dar-se ao corpo a belleza das fórmulas, a desenvolver-se a energia e a resistencia vitales dos órgãos, a accelerar-se e a regularisar-se as suas funções, preparando emfim, por esta forma, para o futuro, gerações vigorosas, capazes de se elevar mais alto que nós no dominio do pensamento e de executar maiores trabalhos no dominio da materia.

Para atingirmos o segundo fim, ter-se-ha em vista o desenvolvimento intellectual, o espirito d'ordem e disciplina, o fortalecimento da saude, a conservação dos costumes puros e castos, a expansão do ardor juvenil, que a gymnastica anima, guia e sustem em todos os seus trabalhos. Para se conseguir este resultado é necessario que as lições de gymnastica tomem uma fórmula logica e interessante para os alumnos, que se inspirem nos principios da methodologia e que, emfim, os exercicios sejam ensinados de uma maneira intelligente, acompanhados de explicações que permittam á creança, comprehender a natureza e os effeitos dos movimentos que executam. Só assim se obterá uma obediencia voluntaria, prompta e activa, e se estimulará o gosto pelo trabalho methodico, tão importante para o bom resultado

dos estudos. Com os exercicios estheticos far-se-ha conhecer o sentimento do bello. Com os jogos e exercicios d'ordem, ensinar-se-ha a ideia da precisão e da conveniencia, as vantagens do esforço colectivo e o sentimento de camaradagem, de confiança e dedicação.

Alcançaremos o fim humanitario, ensinando: a maneira de transportar um ferido ou um doente, por meio de exercicios adequados, a natação os exercicios de equilibrio sobre uma viga, que tem applicação nos incendios, bem como o emprego de escadas, cordas, etc. A educação physica ficaria incompleta sem esta cathegoria de exercicios, que dão forças, agilidade, vigor, energia moral e a firme confiança em si proprio.

Tendo-se conseguido tornar as creanças fortes e sadias, arrostando contra as perniciosas consequencias do excesso de esforços intellectuaes; moralisadas e inspiradas nos mais nobres e generosos sentimentos, faltará simplesmente inculcar-lhes o sentimento profundo dos seus deveres civicos, a firme vontade de trabalhar para a prosperidade de sua querida patria e de a defender quando esteja em perigo. A gymnastica deve preparar a juventude para o cumprimento dos seus deveres de bom patriota, pelos exercicios de ordem tactica, pelo manejo d'arma (simulada) nas escolas primarias, e do systema adoptado no exercito nas classes superiores.

Estes exercicios conduzem os alumnos ao principio d'uma estricta disciplina, habituando-os a obedecer e a commandar, iniciam-n'os nas manobras que na sua idade constituem um divertimento, as quaes, com bastante constrangimento aprendem, quando mais tarde são chamados para se alistar nas fileiras do exercito.

É esta a verdadeira gymnastica physiologica, e bom seria que governos e povo comprehendessem as suas vantagens e o seu grande alcance.»

ANEXO A.5 - II

(In: *O Tiro Civil*, 15 de Outubro de 1903 (269): 15)

«*Conferencias sobre gymnastica*

O sr. Pedro José Ferreira, professor da cadeira de Gymnastica na Escola Normal, vae iniciar n'aquelle estabelecimento uma serie de 12 conferencias que em especial dedica aos professores primarios.

Tendem estas conferencias á demonstração da necessidade de um ensino de gymnastica uniforme, e á alta conveniencia da pratica immediata d'esta disciplina nas escolas primarias.

O sr. Pedro José Ferreira, que ha muito honra esta revista com a sua erudita collaboração, é um dos verdadeiros e mais desinteressados apóstolos da educação physica, da qual tem, como poucos em Portugal, um profundo estudo. Não é portanto necessario encarecer o valor e importancia d'estas conferencias.»

ANEXO A.5 - III

(In: *Tiro E Sport*, 29 de Fevereiro de 1904 (277): 2)

«*Pedro José Ferreira*

Este distincto professor, realisou em 25 do corrente perante uma escolhida e numerosa assistencia uma conferencia sobre gymnastica pedagogica em que provou claramente os vastos recursos que possui adquiridos no estudo e longa pratica do ensino a que ha 30 annos se entrega.

No proximo numero fallaremos mais circumstanciadamente fazendo uma succinta e extreme narração do que ouvimos a tão abalisado professor.»

ANEXO A.5 - IV

(In: *Tiro E Sport*, 15 de Março de 1904 (278): 2-4)

«*Conferencias*

Em 26 de Fevereiro, o conhecido e respeitado professor de gymnastica snr. Pedro José Ferreira, realisou na Escola Normal a sua primeira conferencia sobre gymnastica, perante uma numerosa e selecta assistencia aonde predominava o professorado primario, a quem era especialmente dedicada.

Principia o illustre conferente por agradecer a comparencia das pessoas presentes, a quem anticipadamente previne de que não é uma dissertação scientifica o objecto da sua conferencia mas sim uma exposição clara, simples e despretenciosa das suas observações, colhidas no campo da pratica dos differentes methodos que ha de gymnastica, e do que elle prefere por mais satisfazer a nossa constituição physica, condições e climatericas.

Posto isto ataca o assumpto, e voltando-se para um mappa que estava suspenso n'uma ardosia do lado esquerdo do conferente, principia por fazer uma succinta e rapida analyse do systema

Sueco

que diz ser hygienico, therapeutico e esthetico, tendo como objectivo a harmonia das funcções vitaes e o desenvolvimento harmonico do corpo humano;

Que os seus effeitos se fazem sentir mui especialmente na nutrição geral distribuindo os liquidos e as energias;

Que cada exercicio tem o seu effeito e cada licção hygienica exercita proporcionalmente os órgãos;

Que é moderadamente psycho-motora estimulando pela emoção scientifica desenvolvendo pela funcção sob o dominio da vontade. Indicando e doseando o exercicio, classifica os alumnos e os exercicios segundos os effeitos d'estes e os estados e alterações funcçionaes d'aquelles.

Em seguida o conferente divaga um pouco sobre os caracteres geraes d'este methodo, fazendo exemplos e estabelecendo parallelos, passando a analysar o

Anglo-Belga

que classifica de Excito-psycho asthenico, considerando-o como um excitante do coração e pulmões pela grande emolação nos combates collectivos, como sejam alguns jogos que praticam certos artistas e *sportsmeen's*, em que a victoria pertence sempre ao mais forte em detrimento do mais fraco;

Que é realmente um educador da vontade e favorece o rebustecimento d'aquelles para quem a natureza foi prodiga dando-lhe uma boa constituição physica;

Que acucar d'isto causa extenuamentos predispondo o organismo para as lesões cardiacas, para os esgotamentos nervosos pelas grandes e excessivas tensões a que obriga;

Que no entanto pode ser *tolerada* para organismos fortes e excepçoes constituições physicas;

Que finalmente este methodo possui uma boa somma de exercicios estimulantes com os caracteres já expostos mas que convenientemente moderados podem ser acceptaveis como o do systema belga que se compõem de marchas, saltos, excursões alpinistas, e finalmente todos os *sports* naturaes.

Logo pronuncia-se claramente contra todos os excessos atheleticos como tambem contra toda a gymnastica que obriga a grande desenvolvimento de força como são as argolas, o trapezio, etc.

E diga-se de passagem, não ha ninguem que approve taes exercicios.

Continuando o illustre conferente abroda o systema

Franco-Allemão

que classifica de acrobatico, espectacular e individual e por consequencia empirico;

Que sendo o seu objectivo attingir o maximo da difficuldade é por isso proprio para se exercer em circos e só para aquelles que querem fazer carreira como funambulos para serem apreciados pelas multidões anonymas sempre avidas de sensações novas e multiplas.

O systema francez caracteriza-se pelas argolas, pela corda volante, pelo trapezio, pelo mastro, pranchas, subidas, etc., etc.; enquanto que o allemão o faz pela barra, parallelas, etc., sendo ambos deformantes, desharmonicos e asthenicos. Isto é desproporcional entre as funções musculares e a resistencia cardio-pulmonar, provocando por isso alterações aos actos respiratorios e cardiacos, congestões, hemorragias, dilatações, asphyxia e deformações.

Que em conclusão saudosos professores, em regra, todos militares, sem illustração apropriada, o que pretendem é fazer executar exercicios espectaculosos e excentricos que enthusiasmem as galerias.

Permitta-nos o illustre conferente uma observação: — nós tambem temos aqui quem prefira tão extraordinaria gymnastica, e mais ainda quem a deffenda e se apixone por ella.

Veja o illustre conferente o que se passa no Real Gymnasio Club Portuguez, que não quer pôr de parte a gymnastica funambulesca; e para se justificar diz que o não pôde fazer porque aquelle estabelecimento é um club de recreio que principiando com a gymnastica espectacular, com ella se tem achado e achará para organizar os saraus e assim fazer face ás despesas do Club.

Isto dizia-nos ha dias um dos socios mais antigos e devotados d'aquella associação.

Mas meu amigo, diziamos nós, para que é então que reformam os seus estatutos pretendendo dar-lhe a côr de estabelecimento de educação physica?

Ora meu caro, sabe que ha umas pretensões, como são as de fazer do Club uma especie de escola que habilite professores para a especialidade da gymnastica e que os poderes d'Estado o tornem official concedendo-lhe todas as regalias inherentes a essa qualidade.

Isso seria realmente muito justo, accrescentamos nós, mas seria necessario acabar com essa gymnastica de cambalhotas e dedicar-se exclusivamente á Educação Physica. E agora tiveram occasião para o fazer mas não quizeram ou antes não poderam.. No entanto, reconhecem que a tal gymnastica de funambulo é prejudicial, e tanto assim, que trataram de lhe mudar o nome chamando-lhe gymnastica applicada. Mas gymnastica applicada é aquella que é aproveitavel e util em certos *métiers* uteis á sociedade e ao homem e não a gymnastica de vôos e saltos mortaes que só pode ser utilizada nos circos.

E assim perdeu mais uma vez o Real Gymnasio Club Portuguez a occasião que teve de se elevar até onde era do seu dever e que os elementos de que dispunha lhe permittiam.

Depois de uma serie de comparações e exemplos da gymnastica *Franco-Allemã*, termina por dizer que este methodo escolhe o exercicio para o individuo e não o individuo para o exercicio, o que evidentemente é um erro que não passa sem reparos. Depois, diz que para estes exercicios estão naturalmente indicados os individuos de baixa estatura os atarracados.

Ora este systema já tem merecido grandes modificações não só na Allemanha como em França. Tem-se procurado as modificações de harmonia com o systema sueco. Em França o general André fez adoptar no exercito a gymnastica sueca.

E agora vamos analysar o systema Psycho-dynamico, que na opinião do illustre conferente é o mais attrahente, porque alem de ter por base o methodo de Ling, essencialmente scientifico, é moderadamente emotivo pelo conjunto harmonico de todas as manifestações naturaes que entram no scenario tornando-se por isso um tanto difficil na applicação.

Que é considerado como Medico-psycho-emotivo, porque desenvolve harmonicamente os órgãos da vida vegetativa, (no que se segue o systema sueco) e os da vida de relação, isto é levanta equitativamente as funcções e as faculdades do ser humano pela vontade suggestionada pelo bom e pelo bello.

Que este systema funda-se na intima relação da ideia e do movimento, (trabalho psycho mecanico). Da intima união entre cerebro e musculo depende a vida physica intellectual e moral como diz o dr. *Tissier*;

Que différe da suecca na posologia, isto é na dosagem, pois que a série dos exercicios se acha sugeita a reacção *psycho-dynamica* do individuo que pode ser: — *Passivo*, *Affectivo* e *Affirmativo*.

Diz-se *Passivo* quando acceita a imposição suggestiva;

Affectivo quando se obedece á suggestão persuasiva e amigavel;

Affirmativo, quando se executa por méra obediencia, mas com ntima convicção de insuccesso.

Até aqui passamos em revista os diferentes methodos tirando as conclusões que o exame nos offerecia e agora vamos ouvir o illustre conferente dissertar sobre os apontamentos para um methodo portuguez. E assim ouçamol-o:

Para a composição de um methodo portuguez, tivemos que procurar nos diferentes methodos o que d'elles melhor se adaptava ao nosso meio chegando ao resultado seguinte:

A gymnastica é parte da hygiene que estuda os exercicios e a sua influencia sobre o systema animal; e divide-se em gymnastica Medica, e Profissional.

A Gymnastica Medica tem por fim desenvolver harmonicamente o individuo.

A Profissional em adestrar o individuo para o mister a que se destina; dividindo-se em *Hygienica, Therapeutica, Normal e Anormal* que ainda se subdivide em *Escolar* ou *Pedagogica*, em *Orthopedica*, e *Clinica*.

A gymnastica *Escolar* ou *Pedagogica* é a que só é applicavel aos adultos.

A *Orthopedica* é a que se applica a doenças de construcção.

A *Clinica* é a que se applica ás doenças de constituição.

A gymnastica *Normal* é a que é compativel com a harmonia funccional; a *Anormal* é exactamente o contrario da primeira, e subdividem-se em *Technica, Artistica, Acrobatica e Atheletica*. A gymnastica *Technica* é a que prepara os individuos para certos *metiêrs* como sejam a gymnastica util aos bombeiros, aos marinheiros e militares.

A gymnastica *Artistica* comprehende a mimica e arte scenica, etc.

A gymnastica *Acrobatica* é a que só prepara homens para circos (funambulos).

A gymnastica *Atheletica* é a que exige grandes esforços com pesos e altêres.

As lições de gymnastica pedagogicas podem dividir-se em *Praticas* e *Theoricas*.

As lições praticas devem comprehender as attitudes de repouso, de acção respiratoria, etc., os movimentos *simples* e *compostos*. Os movimentos *simples* são os que se seguem por agrupamentos musculares;

Os compostos, são os simultaneos ou alternados, symetricos ou asymetricos, binarios ou ternarios, etc.

Os effeitos a produzir são Articulares, Respiratorios, Circulatorios, Rachidianos, Musculares, Abdominaes, Nervinos, Psycho-Dynamicos para resultarem força, precisão, etc., etc.

Finalmente os exercicios devem ser *Passivos, Activos, Activo-passivos* e *Passivos-activos*.

Eis summariamente o que podemos colher do methodo que o illustre professor julga poder satisfazer por agora ás nossas exigencias physicas.

Depois chama o conferente a attenção dos circumstantes para um outro mappa aonde quis apresentar alguns exemplos de attitudes e posições que se devem observar, e ainda formatura de alumnos, marchas, etc., etc.

Não esquece ao illustre conferente observar que acha improprio o ensino de manobras militares e manejo de armas a creanças de tenra idade como as que frequentam a *Escola Primaria*.

Em França o Ministerio de Instrucção Publica prohibiu que até aos 17 annos de idade não seria permittido ensinar manobras militares, o que é perfeitamente logico e coherente. Porque nem o espirito militar, nem o porte marcial, nem a firmeza do soldado, nem a obediencia cega ou voluntaria se coaduna com o espirito alegre, buliçoso despreoccupado, irrequieto e indeciso das creanças.

Será realmente muito bonito vêr os alumnos d'este ou aquelle estabelecimento de ensino, fardados de arma ao hombro marchando sob a cadencia de um binario executado pela sua banda marcial ou pelo seu terno de cornetas e caixas; formarem em parada e acompanhamentos, despertando-se-lhes assim a vaidade que não podemos deixar de classificar de perniciosa e inutil alem de despendiosa e contraproducente.

A escola primaria recebe a creança do regaço materno e toma sobre si a tarefa de formar o cidadão physica, intellectual e moralmente para uma socieade civil sem designação de classe e officio. Para o fazer agil e forte emprega a gymnastica; para o illustrar, os compendios; para o moralisar o cathecismo, não podendo por consequencia ter lugar o ensino militar que é todo especial.

Comprehendemos isso no ensino medio mas reprovamol-o no ensino primario.

*

* *

A segunda conferencia realisou-se em 3 do corrente pela mesma hora e no mesmo edificio que a primeira.

A concorrencia d'esta vez era muito maior, vendo se algumas senhoras que tambem desejavam ouvir o auctorizado professor que ha tantos annos lecciona e cujo saber tanto estudo e trabalho lhe tem custado. É realmente notavel a erudição do sr. Pedro José Ferreira, se bem que a muita modestia de que se reveste o não deixe ainda brilhar em toda a plenitude.

Principia o illustre conferente a dissertar sobre attitudes e equilibrios, fazendo largas considerações sobre attitudes de repouso e acção e sobre economia organica e trabalho dos orgãos.

Este thêma está subordinado a gymnastica suecca e por ella entra na apreciação das attitudes que covem a creança, ao homem e ao adolescente.

A gymnastica que o illustre conferente pretende adoptar não é precisamente a suecca. É esta a que lhe serve de base para logo aproveitar a psycho-dynamica na parte que julga exequivel entre nós.

E assim deve ser porque a França tem reformado a sua gymnastica baseando-se no systema suecco, aproveitando d'elle o que julga de mais pratico e util, mas sem abdicar dos conselhos das suas summidades medicas como *Tissier*.

E assim no Manuel de gymnastica publicado pelo Ministerio de Instrucção Publica vemos que o seu fim é fazer cidadãos uteis, tornando-os ageis e fortes, empregando para isso uma gymnastica raccional e harmonica.

O mesmo pretende fazer o illustre professor entre nós á falta de iniciativa dos Poderes d'estado, que não tem tempo para tratar de cousas que não se relacionem com a crise politica e formidavel crise economica.

Lá fóra o assumpto merece uma attenção especial, aqui *va sans-dire*.

Terminamos por enviar ao illustre professor as nossas sinceras felicitações e os desejos de que todos se compenetrem dos verdadeiros e sãos principios que devem servir para o ensino da gymnastica, de que o conferente é um devotado propagandista e fervoroso apostolo.

Pinto da Cunha.»

ANEXO A.5 - V

(In: *O Tiro Civil*, 1 de Fevereiro de 1902 (228): 3)

«R.G.C.P.

No domingo 19 realisou-se no magnifico salão do *Real Gymnasio Club Portuguez* a annunciada conferencia do nosso amigo o sr. dr. Francisco Adolpho Coelho, que durante uma e meia hora prendeu a attenção do numeroso e escolhido auditorio.

O erudito professor do Curso Superior de Letras historiou a educação physica nos seus traços geraes desde as mais remotas eras e poz bem em evidencia, com traço firme, as vantagens que todos os povos teem d'ella obtido sempre que a teem sabido applicar com methodo e senso.

Citou os effeitos, para a civilisação antiga, dos jogos e exercicios physicos e os que derivam do afrouxamento do seu uso em todos os povos.

Disse que o aphorismo: *Mens sana en corpore sano* devia ser observado e bem cuidado por todos quantos dirigem a educação das crianças, para que ellas, nas luctas da vida, tenham tanto a saude do corpo como a do espirito para as vencerem.

Aconselhou todos a que sejam propagandistas do desenvolvimento physico das creanças, como o unico meio da nossa regeneração social. Sem audacia nada se consegue, disse o illustre conferente, e por isso, é preciso que a juventude se desenvolva physicamente afim de obter a energia e a coragem não só para as luctas da vida mas para conservar a saude que só deve ser sacrificada em beneficio do proximo.

Foi uma verdadeira lição de sciencia historica sobre educação physica, a que o illustre professor explanou perante o numeroso auditorio que com tanto interesse o escutava.

Depois seguiram-se varios numeros de gymnastica por sócios do club terminando por alguns bem executados exercicios de gymnastica pedagogica pela classe infantil habilmente dirigida pelo nosso amigo e distincto professor Walter Awata.

Os nossos parabens á illustre direcção do Real Gymnasio pelos seus patrioticos esforços e por mais esta conferencia que tão bem impressionados nos deixou.

Hoje começa a funcionar a classe exclusivamente para meninas, leccionadas pelo sr. dr. Jorge Santos pelo systema de Ling (soeca) conforme é leccionado em todas as escolas da Suecia.»

ANEXO A.5 - VI

(In: *O Tiro Civil*, 15 de Fevereiro de 1902 (229): 3-4)

«EDUCAÇÃO PHYSICA

Exercicios corporaes e desenvolvimento moral

Extracto d'uma conferencia feita no Real Gymnasio Club português (232)

É bem conhecida a divisão que se faz na educação em physica, moral e intellectual. Já no século XVIII encontramos em o nosso país como título de dois livros as palavras *Educação physica*; mas foi sobretudo a obra de Herbert Spencer, publicada em 1861, com o título de *Education: intellectual, moral and physical*, a qual teve a rara honra de tres traducções portuguesas, que vulgarizou entre nós aquella triplice divisão. Póde enunciar-se a pergunta: trata-se de tres educações diferentes ou de tres aspectos diversos d'uma só educação unitaria, ou melhor, de tres categorias de meios a empregar nessa educação? Em geral considera-se o que se chama a educação physica e em que se faz entrar, não só o que respeita aos exercicios corporaes, mas ainda todos os cuidados de hygiene individual, pelo menos da infancia, puericia e adolescencia, considera-se essa educação como tendo meramente por fim dar ao educando uma constituição saudavel e robusta, desenvolvê-lo emfim apenas pelo lado corporeo. A educação physica apresenta-se d'esse modo como um processo, por assim dizer, á parte da educação mental (intellectual e moral) e parece até chegar-se a admittir um antagonismo entre a educação physica e a intellectual.

Restringindo a investigação ao que se chama exercicios corporaes, vê-se que, desde a antiguidade, se teem expresso ideias que, com mais ou menos clareza, tendem a apresentar taes exercicios como mirando um fim mais que simplesmente physico, hygienico, segundo a concepção corrente, a um fim moral, ou concomitante, ou collocado ate no primeiro plano.

Platão (427 - 348 a. Chr.) desenvolveu a these de que em todos os exercicios gymnicos e trabalhos corporaes ter-se-ha por fim desenvolver a força moral antes que o vigor physico, não devendo imitar-se o athleta que se impõe regime e exercicios só para ter vigor physico.

Aristoteles (384 - 322 a. Chr.) combate o athletismo e a educação espartana que, sob pretexto de desenvolver a coragem, produzia ferocidade. O grande philosopho não põe tanto em relevo como Platão o effeito moral a que devem aspirar os exercicios gymnasticos.

No mundo romano não appareceu um pensador que equalasse aquelles dois vultos da Grecia, em geral e no que especialmente respeita á educação. O principal pedagogista de Roma foi Quintiliano, nascido na Hispanha e que viveu no I. seculo da era de Chr. Conhecidas as condições particualres da educação romana, não deve causar extranheza que aquelle celebre professor dêsse pouca attenção aos exercicios corporaes. Reconheceu todavia a importancia da saude para a actividade do homem em geral e em especial para os processos do trabalho mental

²³² Em 19 de janeiro de 1902.

e deu a regra de que os estudos fossem interrompidos por frequentes pausas, preenchidas por jogos.

Entre os auctores medievais que se occuparam da educação é justo citar D. Duarte, que no seu *tratado da ensinança de bem cavalgar toda sella* não esqueceu o momento moral da equitação.

A importancia dos exercicios corporaes para o desenvolvimento physico e ainda no ponto de vista moral é de novo exposta em relevo pelos escriptores pedagogos influenciados pelo movimento da renascença, a começar no italiano Vergerio, que terminuo o seu tratado *De ingenuis moribus* entre 1402 e 1404. Todos ouviram por certo falar no celebre instituto de educação fundado por Victorino de Feltre e da parte dada por este aos exercicios physicos.

São muito notaveis as observações no assumpto do hespanhol Luiz Vives (nascido em 1492), mestre de Maria Tudor, a filha de Henrique VIII de Inglaterra e da Catharina de Aragão. Vives reconheceu com clareza o que se chama a correlação do physico e do moral e enunciou o principio de que o cuidado do corpodevia subordinar-se sempre ao do espirito, recommendando todavia diversos exercicios physicos e a sua combinação com a educação moral.

Montaigne (1533 - 1592) affirma a unidade da educação quando diz: “Ce n’est pas un corpos, ce n’est pas une âme, c’est un homme que nous dressons.”

Locke (1632 - 1701), o philosopho inglez que tão grande influencia exerceu, escrevendo sobre a educação, com a sua competencia de medico e sob a influencia de Montaigne, attendeu como este, ao aspecto physico da educação e considerouos diversos meios educativos, - conhecimentos e exercicios corporaes -, como tendo por fim principal *a virtude* e *a sabedoria*.

Rousseau, inspirado por Locke, escreve no *Emilio*, publicado em 1761, que é necessario que o corpo tenha vigor para obedecer á alma; que quanto mais o corpo é fraco tanto mais lhe obedece o espirito; que todas as paixões sensuaes habitam nos corpos efeminados.

Kant (1724 - 1804), que tão profunda influencia tem exercido sobre o espirito moderno, apresenta um modo de vêr muito seu ácerca das divisões da educação. Para elle a actividade reparte-se por dois dominios: o da natureza e o da liberdade. Ao primeiro respeito a educação physica, em sentido extenso, em que comprehende não só o que se entende usualmente por essa expressão, mas ainda o que se chama educação intellectual; respeita ao dominio da liberdade, a educação pratica, ou, como usualmente se diz, moral. Mas Kant reconhece a importancia dos exercicios physicos para desenvolver qualidades moraes, como a coragem.

Pestalozzi (1746 - 1827) viu na gymnastica elementar, cuja ideia remonta até elle, um momento puramente corporal, e os momentos intellectual, esthetico, moral e ainda o profissional.

Guts Muths (1759 - 1839), organisador da gymnastica allemã, apresentou um quadro da correspondencia entre os effeitos physicos moraes e intellectuaes da gymnastica; não profundou, porém, o assumpto e attribuiu a esta sobretudo valor como preparação para as armas, o que se explica pelas condições em que no seu tempo se achava a Allemanha.

Ling (1776 - 1839), o fundador da gymnastica sueca, e outros viram que os exercicios corporaes não deviam ser considerados apenas pelo aspecto dos seus effeitos physicos, que a

gymnastica ha de ter como fim sujeitar o corpo á vontade, e sentiram aspiração por ideal superior no emprego d'aquelles exercicios, acerca do qual não conseguiram exprimir-se senão com mystica obscuridade.

Amorós, hispanhol que fundou a gymnastica francesa, foi levado á convicção de que exercicios puramente corporaes em que creanças ou adolescentes e adultos luctassem só pela força e habilidade, longe de produzir melhoria nos costumes, communicar-lhes-hiam ao contrario uma especie de rudez e de grosseria. Inspirado, talvez, pelas ideias platonicas acerca dos effeitos combinados da musica (com lettra) e gymnastica, submetteu esta ao rythmo e fazia-se acompanhar de cantos para despertar os sentimentos patrioticos, o amor do proximo, etc. Além d'isso no instituto d'Amorós desenvolviam-se diversos habitos de disciplina e boa camaradagem; não havia alli, porém, um ensino gymnastico de que se esperassem effeitos Moraes directos, mas um ensino gymnastico combinado com um ensino moral.

Em varias publicações d'estes ultimos annos soobre exercicios corporaes, falla-se, em geral de passagem, dos seus effeitos Moraes; mas no anno de 1900 o professor Konrad Koch, de Brunswick, já bem reputado por seus escriptos anteriores relativos áquelles exercicios, deu a lume um livro intitulado: *Educação para a coragem; por meio da gymnastica, jogos e esporte*. A essencia do pensamento encerra-se nas seguintes palavras:

“Em todos os exercicios do corpo, como se executam na gymnastica, jogos e esporte, deve, segundo a natureza de cada um, representar o momento espirital o papel decisivo: devem ser apropriados para fortalecer a vontade. Tanto quanto reconhecemos a coragem como a virtude cardeal da vontade e por coragem a vontade disciplinada, exprime-se na formula seguinte aquella exigencia: “Cada exercicio do corpo deve ser tambem exercicio da coragem”.

Os gregos diziam que não havia virtude sem coragem; a virtude é alcançada pelo homem na lucta contra instinctos e appetites inferiores; em toda a lucta é mister coragem para vencer, e as luctas interiores são das mais duras em que o homem tem de entrar. É preciso ter coragem para ser bom. Um philosopho, exagerando, sem duvida, chegou até a não considerar verdadeira virtude contra o prazer - não haveria virtude em praticar o bem, se isso nos fosse agradável; mas, abandonando esse ponto de vista extremo, alcançada a victoria sobre os appetites inferiores, não se negará como illegitimo o prazer superior do dever cumprido.

Teem sido postas em evidencia em diversos tratados as vantagens dos exercicios physicos, do ponto de vista corporal; reconhece-se a sua acção benefica, indispensavel, na digestão, na circulação, na respiração, na innervação, portanto em todos os apparatus destinados a essas funções. Não deve considerar-se como vulgarmente se faz, o effeito exclusivo sobre os musculos. Entre outros, Du Bois-Reymond provou a influencia dos exercicios physicos no systema nervoso e particularmente no desenvolvimento e bom funcionamento do cerebro.

Taes exercicios dão saude e força; rapidez e firmeza de movimentos; flexibilidade dos membros, agilidade e destreza. É preciso nada vêr para duvidar d'esses effeitos.

Affirma-se, porém, mais: attribue-se influencia de character moral e influencia moral profunda aos exercicios corporaes.

Pretende-se que desenvolvem a coragem, como já foi dito; que dão a capacidade da resolução prompta, da decisão firme, o espirito de iniciativa, a constancia d'animo, o dominio sobre si e, como esses exercicios se executam em grupos mais ou menos consideraveis de individuos, e são portanto collectivos, assevera-se que desenvolvem a sociabilidade, criam o habito da pontualidade; impõem a sujeição aos fins d'um todo e produzem a alegria, esse grande tonico da alma. mais apparente que todos esses effeitos é o que resulta de se escapar durante esses exercicios a muita e muita infecção do corpo e espirito.

A demonstração da these da influencia moral dos exercicios physicos deve ser procurada nas grandes experiencias da historia, no exame do mechanismo d'esses mesmos exercicios, nos dados da physio-psychologia. Deixando, por enquanto, de lado os elementos de demonstração ministrados por estes dados, e aquelle exame, veja-se o que a historia nos ensina, n'alguns dos seus mais frisantes exemplos, relativamente á alludida these.

(*Continua*)

F. Adolpho Coelho»

ANEXO A.5 - VII

(In: *O Tiro Civil*, 1 de Março de 1902 (230): 3-4)

«EDUCAÇÃO PHYSICA

Exercicios corporaes e desenvolvimento moral

(*Concluido do n.º 229*)

Ninguem ignora que no papel excepcionalmente luminoso representado pela Grecia na historia da humanidade teve parte importante a educação gymnastica. Desde a epoca mais antiga a que nos permite chegar a literatura hellenica, desde a epoca homerica, os gregos se exercitavam na carreira, no salto, no arremço do dardo e disco, na lucha, jogos que constituíram o *pentatheon*, na dança, no pugilato e outros jogos destinados a desenvolver a robustez do corpo e do espirito e que eram temperados pela educação musical (e poetica). Platão não propunha realmente uma educação toda nova, mas seguia em parte no plano pedagogico da sua republica o que fôra pratica do povo de que foi tão alto representante, pratica que preparou os heroes vencedores em Marathona Salamina e Platea, onde se salvou a cultura europea da submersão na onda invasora dos barbaros da Asia. A decadencia dos exercicios physicos, a sua degeneração na athletica profissional coincide com a de os gregos, não teve como estes um systema de educação gymnastica, dominada pela ideia esthetica e moral, que impunha ao todo da educação como fimo ser *kalos kai agatos* - bello e bom; a educação de Roma era predominantemente pratica - nos trabalhos ruraes, nos exercicios militares buscaram os velhos romanos a robustez do corpo e a energia do espirito para a lucha.

Entre os povos que Roma subjugou houve-os que lhe opposeram pertinaz resistencia. Dois seculos consumiu a dominadora para alcançar a submissão completa da Hispanha; ora uma parte, pelo menos, das gentes que a habitavam; os lusitanos, por exemplo, que Roma dobrou

com traições; exercitavam-se em variados jogos gymnasticos, hippicos, na carreira, no salto, em escaramuças e batalhas simuladas, que lhes davam destreza, agilidade, grande capacidade de resistencia physica e coragem d'animo.

Os exercicios militares que Vegeccio nos descreveu, foram decaindo entre os romanos, de modo que, como aquelle escriptor refere no tempo de Graciano, os soldados não podiam já supportar o capacete e a coiraça, que então abandonaram, de modo que os germanos facilmente derrotavam os exercitos de Roma, e esses germanos invasores e depois senhores do imperio, tinham-se fortalecido e aguerrido m exercicios corporaes analogos aos que encontramos entre os gregos e os lusitanos.

Na idade media não se perdeu a habito dos exercicios physicos, como por vezes se tem supposto, embora esse habito tivesse oscilações mais ou menos consideraveis segundo as epochas, os povos, as classes sociaes. Nesse periodo da historia achamos ainda na tradição, comquanto modificado, o *pentatheaton*, que vimos na Grecia, e outros jogos da antiguidade. No periodo da reconquista christã da nossa peninsula, das cruzadas, da cavallaria, vemo-los em vigor como preparação para as luctas contra os inimigos da fé catholica ou entre senhores, como parte integrante, indispensavel da boa educação. A energia dos homens que firmaram a independencia em Aljubarrota, conquistaram Ceuta e iniciaram os descobrimentos maritimos temperara-se nos exercicios physicos, de que os textos desse tempo nos dão noticia.

Ninguém ignora que importancia teem os exercicios corporaes na educação inglesa, em que se chega a attribuir-lhe tanta ou mais importancia que a outros meios educativos.

Como se vê, por exemplo do relatorio dum professor do grande collegio de Harroww, os jogos não são considerados alli como divertimento. São obrigatorios, pelo menos dois - o cricket no estio e o football no inverno. Não são destinados só ao desenvolvimento e reforçamento dos pulmões e dos musculos: o fim que nelles se tem em vista é o desenvolvimento da vontade, a capacidade de subordinação, de obediência para mais tarde commandar, de abnegação a favor do grupo. É impossivel negar que na formação do espirito de iniciativa, de disciplina social, de *self-government*, que caracteriza o inglês, tenha parte importante o campo dos jogos.

Para o fim da educação da vontade nem todos os exercicios corporaes servem, nem todos os modos de executar os que servem são apropriados. É mister não esquecer que se trata de desenvolver a vontade *moral* e que portanto devem ser postos fóra do plano da educação todos os exercicios

desenvolvimento meramente corporal, o excesso d'exforço, que tendam a impôr a adoração do musculo ou a alcançar lucros materiaes.

Ao fim de mais de vinte e dois seculos, carecemos de reatar o fim das ideias sobre a gymnastica (em sentido lato), iniciado por Platão e Aristoteles, e fixar bem clara e nitidamente o que queremos e devemos fazer, com os exercicios physicos.

Um instituto como o Real Gymnasio Club, destinado a esses exercicios, não pode esquecer um momento que o que se chama educação physica é apenas um meio, um dos diversos meios da educação unitaria do homem, na qual os elementos moraes são os unificantes. O nosso país precisa primeiro que tudo de regeneração moral e para obter esse fim é necessario assentar

sobre novas bases a educação privada e publica. Estudando um programma d'exercicios physicos e pondo-o em pratica de modo que contribua para essa regeneração, o Real Gymnasio Club cumprirá nobremente a missão social que se lhe impõe. A obra está começada - e continua-la.

Valere aude! ousa ter saude! diz um velho proloquio latino. E com effeito é preciso ter audacia, é preciso ter coragem para ter saude; porque é mister lutar contra mil causas de ruina physica e moral, mil infecções do corpo e do animo que nos rodeiam.

Valere aude! deve ser o grito d'incitação á mocidade, ás novas gerações, que cumpre desde cedo fortalecer para a dura lucha da vida, de modo que tenham o *corpus sanum*, de que falla o antigo gnoma, e o *mens sana*, um corpo são ao serviço duma enérgica vontade conforme conforme á lei moral; de modo que a saude da alma não lhes sossobre nas tempestades da existência e só sacrifiquem, se fôr necessario, a saude physica, a propria vida, a alguma causa grande, nobre, justa.

O que precede é apenas um rapido extracto da conferencia sobre *Exercicios corporaes e desenvolvimento moral*, a qual a seu turno era um extracto de trabalho desenvolvido sobre aquelle thema, e que será em breve publicado pelo Real Gymnasio Club. Nelle trato de varios pontos do assumpto a que nem sequer pude fazer allusão na minha conferencia.

Permitta-se-me lembrar aqui, pela intima ligação com aquelle assumpto, que já em 1882 em duas conferencias e em 1883 num livrinho publicado no Porto, com o titulo de *Os elementos tradicionaes da educação*, combati a chamada alta gymnastica, de que se tem occupado neste periodico o meu amigo Anselmo de Sousa. Nesse livrinho disse eu, entre outras cousas o seguinte:

“Foi (modernamente) a Allemanha que deu primeiro o maior desenvolvimento á educação gymnastica e a introduziu na escola primaria, como um elemento integrante da educação geral. Os outros paises teem seguido o movimento que se propagou até nós. Primeiramente alguns collegios particulares deram logar aos exercicios gymnasticos; depois a reforma da instrucção primaria de 1878-80 introduziu-os nos seus programmas e vemo-los de facto praticados nas escolas centraes, instituidas pela camara municipal de Lisboa.

Nos collegios e nessas escolas predomina a gymnastica de aparelhos. Convém em face d'este movimento perguntar: qual é delicado problema e deu-se-lhe a mais racional solução?...

“Cremos que não se estudou maduramente a questão, que houve precipitação no caminho das innovações, que se foi adoptar em geral processos gymnasticos que acham hoje valentes adversarios; que, tendo que escolher entre systemas diversos, não se preferiu o que offerece menos inconvenientes e é portanto o mais racional.

“... Os jogos tradicionaes, os exercicios inteiramente livres que as occasiões proporcionavam, foram a gymnastica (não profissional) única durante longos seculos.

Nos campos, nas praças das aldeias, nos terreiros das cidades, nos adros das igrejas, nos pateos e ainda nas casas a infancia, a adolescencia, a mocidade, achava nelles elementos sufficientes, ainda que um tanto indisciplinados, para a sua educação physica.

“A organização da escola primaria faz naturalmente pensar em introduzir no seu programma os exercicios physicos. O longo tempo que a creança é obrigada a estar immovel; a segregação da sociedade natural infantil a que a condemnaram, para lhe dar collocação numa fileira, regradada, pautada, sob o sobr’olho catoniano do professor, que sacrifica tudo á deusa Disciplina; a actividade intellectual que na escola, até na bem organizada, se exige della, suscitavam um contrapeso, uma serie de exercicios em que o corpo, tão cruelmente desprezado no resto das praxes escolares, achasse um meio de descarga nervosa e de desenvolvimento muscular.

“Como o tempo para esses exercicios era naturalmente limitado, quis-se concentra-los em doses energicas: a gymnasticados aparelhos resolvia esse problema, pelo menos aparentemente. Os jogos, os bons jogos infantis foram esquecidos, e a creança, apanhada no mecanismo moral e intellectual da escola que ameaça pulverisar-lhe toda a espontaneidade, é apanhada tambem no mecanismo physico da gymnastica de aparelhos, que não é um jogo, mas um trabalho pesado e perigoso.

“A reacção contra essa gymnastica cresce”.

Citei em seguimento, no mesmo livrinho, o relatorio sobre o ensino da gymnastica, pelos dois medicos belgas, os srs. Browsers e Doux, relatorio a que ha pouco se alludiu entre nós, e do qual extrahi os pareceres de diversas auctoridades na materia, da França, Belgica e da propria Allemanha. “A gymnastica, dizia uma dellas, o Dr. Vleminckx, não busca de modo nenhum formar corredores ou atletas, e o verdadeiro gymnasiarcha não poderia deixar de considerar as tendencias dos *Turer* allemães senão como perigosas aberrações.”

Transcrevi, ainda na mesma publicação de 1883, entre outras cousas, as palavras d’um distincto pedagogista francêz já fallecido, o sr. F. Pécaut: “Não se illudam: inscrevendo a gymnastica em os nossos programmas, não fizemos mais do que impôr ao mestre e ao discipulo *uma lição de mais*.” O sr. Pécaut advogava a rehabilitação dos jogos livres.

Não condemnei então, como não condemno hoje toda a gymnastica propriamente dicta, mas aquella que tem por fim principal “rivalisar com as companhias de acrobatas, que a gente vae vêr por dois tostões.”

Escrevi e fallei publicamente em 1882 e 1883, como em 19 de janeiro ultimo, do ponto de vista pedagogico. Mas no livrinho citado transcrevi tambem as seguintes palavras dos commissionedos Belgas:

“A gymnastica dos aparelhos é necessaria aos corpos de *bombeiros*, aos *marinheiros* e aos *militares*, chamados muitas vezes ao assalto; para esses casos especiaes, tem um valor real, indispensavel”.

Lisboa, 6 de fevereiro de 1902.

F. Adolpho Coelho»

ANEXO A.5 - VIII

(In: *O Tiro Civil*, 15 de Dezembro de 1902 (249): 5)

«R.G.C.P.

Conferencia do sr. dr. Bello de Moraes

O distincto professor da Escola medica de Lisboa, sr. dr. Bello de Moraes realizou no Real Gymnasio Club, no dia 30 de novembro, quando já o ultimo numero d'esta revista andava em distribuição, uma interessantissima conferencia sobre educação physica.

Palavra facil, linguagem ao alcance de todos e incontestavel proficiencia, o sr. dr. Bello de Moraes encantou a numerosa assembléa que o escutou, durante cerca d'uma hora, que tanto foi o tempo que durou a magistral conferencia.

O distincto professor começou por accentuar o progresso enorme, o adeantamento sempre crescente da sciencia moderna, sob todos os pontos de vista e principalmente sobre doença microbianas que teem sido atacadas com tamanho vigor, que algumas já desapareceram e outras estão reduzidas a proporções muito limitadas.

Depois o sr. dr. Bello de Moraes entrando propriamente no assumpto principal da sua conferencia e que é o que especialmente interessa a esta revista, disse que o ponto de partida para a educação physica está na hygiene prophylatica cuja importancia e cujo papel demonstrou succintamente, passando depois a estudar a formação dos musculos e dos systema muscular e a sua ligação com a pelle e os nervos. Para se avaliar como o musculo é importante para a vida e para a actividade do homem, basta saber-se que o seu peso é metade do peso do corpo. Sem força physica, o homem é um ente nulo e as sociedades não teem pujança nem acção.

Uma das caracteristicas do homem moderno é a sua ambição. A legitima aspiração que o progresso e aliberdade lhe proporcionam faz-o aspirar aos logares culminantes da sociedade. Assim o filho do lavrador que nasceu no meio dos campos que se creou forte e robusto nos trabalhos ao ar livre, mas n'um meio pequeno e modesto, nem por isso deixa d'aspirar ás posições elevadas a que o podem conduzir o estudo nas escolas e o trabalho no gabinete, e, quando consegue attingir e realizar o sonho querido, muito menos pensa dar a profissão de seus paes, a seus filhos que, educados n'um meio acanhado e defeituoso, já nem teem o organismo sadio e forte para lutar e vencer; tornam-se então necessarios os exercicios physicos nos gymnasios e nos campos, os jogos e a pratica dos *sports* como a velocipedia, o *tennis* e os velhos jogos portugueses da "uma de la mula" do peão, da barra, etc.

O illustre conferente combate, e com justa razão, a pessima organização dos programmas dos nossos lyceus que sobrecarregam a creança com trabalhos fastidiosos e por vezes inuteis que lhe absorvem e cansam o espirito, sem lhe darem tempo para cuidar do corpo, resultando d'aqui uma desharmonia, um desequilibrio perigoso entre o desenvolvimento do cerebro e o desenvolvimento do musculo; aquelle cansa-se e este atrofia-se.

No seu entender a organização que nos conviria e que convem a todos quantos desejam formar gerações sádias e fortes é a que se segue em Inglaterra, mórmente nas modernas escolas

de Reirhz. Ali arma-se a creança para a lucta pela vida; arma-se-lhe o cerebro e o corpo. Não é como nas nossas escolas d'onde os rapazes sahem cheios de theorias enfadonhas e desnecessarias, sem noções pratica, sem o convivio com a sociedade nem o conhecimento dos seus perigos. resulta d'ahi a superioridade da raça anglo-saxonica, activa, forte, emprehendedora.

Ouve por vezes fallar na necessidade do levantamento e da regeneração da nossa raça; como? se não cuidamos da educação physica. E desde que não haja confiança no musculo, não póde haver energia nem iniciativa.

Por ultimo o illustre orador aponta as condições em que devem ser praticados os exercicios physicos e que são; ar livre, distribuição regular do trabalho e da força muscular, e conclue por incitar os paes e as mães de familia que o escutam a que eduquem seus filhos no santo e salutar convivio com a natureza e com os exercicios physicos, pois que o ar livre ée o maior amigo da saude e só assim se poderá regenerar a boa raça portuguesa.

Assim terminou o sr. dr. Bello de Moraes a sua magistral conferencia que foi por vezes cortada de applausos e que ao final foi acolhida com uma prolongada salva de palmas.

Terminada a conferencia a classe de gymnastica pedagogica (sexo masculino) sob a direcção do seu professor e nosso amigo sr. Walter Awata fez numerosos e salutaes exercicios, com uma procisão e um acerto muito louvaveis, sendo professor e alumnos muito applaudidos.

Fecharam a *matinée* alguns trabalhos pelos socios do R.G.C. em torniquete, argolas, saltos, esgrima, etc.»

ANEXO A.5 - IX

(In: *Revista de Sport*, 20 de Julho de 1903 (2): 18-19)

«EDUCAÇÃO PHYSICA

São obvios os motivos que levam á comprehensão da necessidade da gymnastica. Urgente se torna a sua vulgarisação.

Para impantar definitivamente, entre nós, a educação physica, precisa-se dispender muita energia n'um trabalho custoso de propaganda. Precisa-se lançar mão de todos os meios de combate, que sejam garantia segura de exito. Precisa-se procurar exemplos salutaes, expondo-os; imprimir originalidade aos feitos sportivos e animando-os.

E n'uma revolução lenta, progressiva mas energica, trabalhar e muito até á conquista decisiva.

O triumpho reside em tres pontos capitaes: o apoio dos governantes, a proficiencia do professorado, a boa vontade e tenaz perseverança dos propangandistas.

A primeira condição - o apoio dos governantes - será o mais difficil de obter. Os complicados problemas da governação são, em geral, muito obscuros e pesados para a maioria dos nossos homens d'estado. Para os resolver levam muito tempo, tempo que lhes falta para olhar com cuidado um assumpto de capital importancia, como o da educação physica.

Além d'isso, elles não reconhecem utilidade na gymnastica, porque creando homens robustos de corpo, portanto robustos de firmeza e character, evita que de futuro sejam comparsas inconscientes das *comedias-tramoias* que preparam.

E então aquelles que estão á frente dos negocios da instrucção - louvado seja Deus - são os primeiros que precisam ser instruidos.

Assim n'este vergonhoso estado das coisas, nada se poderá conseguir do *alto*. Temos que recorrer á iniciativa popular, dando-lhe incremento, incitando-a. Temos que nos basear nos proprios recursos, sacrificar-nos pela nossa causa.

Isolados, temos que aproveitar só o que é bom, o que póde contrubuir como parcella aproveitavel para o prompto conseguimento do que desejamos.

Uma das primeiras coisas a fazer, é a escolha meticulosa do professorado.

A gymnastica, como novidade em Portugal, torna-se campo aberto para a acção interesseira dos *charlatães*.

Figurões de primeira força, alguns até sem illustração nem criterio, tomam o nome de professores, ensinam por um methodo que chamam seu, com um descaramento que só tem equal na sua ignorancia e estupidez.

Quem sabe executar um exercicio, mesmo quem o viu executar, julga-se logo apto a ganhar dinheiro pelo ensino. Procura alumnos, encontra-os bons e fortes e no fim de certo tempo apresenta-os desengonçados e muito habéis em piruetas e saltos torcidos.

Não falamos apaixonadamente, nem procuramos exaggeros: fallamos com a convicção vinda da experiencia e da analyse.

Alguns conhecemos nós, que são professores de gymnastica pelo facto de não possuir meritos para outro modo de vida. Em tempos entraram n'um gymnasio, chegaram a um apparelho e conseguiram, n'um bom aproveitamento da acção simultanea dos musculos, um *truc*, que executaram elegantemente e com correcção. Não foi preciso mais. O futuro já os não intimidava, já tinham garantidos os seus meios de subsistencia. Fizeram-se professores de gymnastica. E se hoje algume duvidar dos seus meritos, basta-lhes para os comprovar a execução do tal trabalho. É um consagrado póde ser um professor.

São estes os dois maiores contratempos da nossa campanha. Para os levar de vencida só a acção commum de todos os propangandistas.

A missão d'estes, tal como a de verdadeiros apostolos de uma religião, é grandiosa e sublime. Precisam educar sem crear desavenças; destruir vaidades, sem evitar o conjugamento de forças; castigar erros, attrahindo adeptos.

Só assim, e n'um esforço commum e unanime, se poderá conseguir que a causa da educação physica seja um triumpho definitivo.

Divulgando as suas vantagens, tornando-as conhecidas, marcando-as com um character absoluto de necessidade, a campanha ganha foros de causa de justiça e tem forçosamente de vencer.

O maior embaraço que poderá tolher a acção do propagandista será a pouca illustração da maioria do publico, mas, teimando sempre, consegue-se por ultimo que o povo se illustre e trabalhe simultaneamente para se fortalecer.

São duas grandes conquistas, que serão duas glorias.

J.P.»

ANEXO A.5 - X

(In: *Revista de Sport*, 20 de Outubro de 1903 (8): 114-115)

«EDUCAÇÃO PHYSICA

O que sobretudo caracteriza as veias dos membros inferiores é a riqueza dos apparatus valvulares. A saphena externa, só ella, possui oito a quinze valvulas. Estas veias tem as tunicas muito expessas, fazendo lembrar pelo seu aspecto as de uma artéria aberta pela incisão como se pratica nos grossos vasos arteriaes.

As veias do thorax, não me occuparei senão das parietaes, comprehendem por cada lado os dois mamarios internos que depois de reunidos n'um tronco commum, lançam-se no tronco venoso correspondente barchiscephalico. As veias intercostais são em numero de vinte e quatro doze por lado que se reúnem na veia azygos. A situação das veias intercostaes no espaço intercostal e entre os dois musculos de igual nome que se cruzam em forma de thesoura, provoca a compressão d'estas veias quando se faça um esforço violento.

As veias do rachis podem dividir-se em veias inter-rachidianas, veias dos corpos vertebraes, veias da medula e veias extra-rachidianas. Todas ellas formam a volta do rachis e da medula muitos plexus riquissimos que garantem a circulação venosa nos differentes movimentos da columna vertebral.

Toda a circulação venosa do abdomen offerece um estudo muito interessante sob o ponto de vista do esforço, mas limitaremos o nosso estudo as veias spermaticas, que nascendo e partindo do testiculo sobem ao abdomen divididas em dois grupos, convertendo-se finalmente em dois vasos que se lançam o da direita na veia cava inferior e o da esquerda na veia rénal. É principalmente sobre a veia spermatica esquerda que mais se accentuam os effeitos do esforço.

As veias épigastricas caminham no involucro do grande musculo direito e por isso é que ellas se comprimem fortemente quando este musculo se contrahe.

A contracção do diaphragma durante o esforço, o recalçamento por effeito das visceras abdominaes, contribuem para produzir o *estaze* venoso n'estes vazos.

A circulação do sangue apresenta tambem algumas particularidades nas veias do rectum que nos faz comprehender como o esforço pode favorecer e activar o desenvolvimento das hemorroïdes. As principaes veias do rectum são a hemorroïdal superior que é tributaria da veia porta que é a que distribue o sangue no figado; e a hemorroïdal inferior que se lança na veia cava inferior. Estas veias apresentam na sua origem pequenas dilatações, empolas da capacidade de um grão de milho resultando d'esta disposição que nos esforços uma grande

quantidade de sangue póde estagnar-se na parte inferior do intestino e sob a influencia de um exforço violento e repetido as dilatações tornam-se mais consideraveis convertendo-se em verdadeiras varises do rectum designadas pelo nome de hemorroides.

A circulação do sangue opéra-se por intermedio do coração, das artérias, das capillares, e das veias. Resumindo em algumas palavras, o cyclo circulatorio o seguinte: um globulo sanguinio parte do ventriculo esquerdo para se lançar n'uma arteria; passa nas capillares para recolher ao coração pela ventricula direita; d'aqui é levado pela arteria pulmonar até ao pulmão aonde subiu pela acção do oxygenio e regressa pelas veias pulmonares até á ventricula esquerda, ponto que suppomos ter sido de partida. Deixnado de lado a circulação arterial e capillar, quase são as condições physiologicas que favorecem a marcha do sangue nas veias? É o thema que em artigos subsequentes nos propomos examinar muito rapidamente, baseando-nos para este estudo nos trabalhos do professor Marey, La circulation du sang á l'etat physiologique, cap. XXVIII, § 318.

*

* *

A necessidade de sustentar a secção de educação physica obriga-nos a tratar de assumptos que estão fóra dos nossos conhecimentos e competencia; e se o fazemos mettendo foice em ceára que só aos medicos pertencia tractar, foi pela difficuldade que encontramos em obter artigos especiaes sobre a materia em questão.

Nunca imaginamos que tinhamo de compulsar compendios e tractados de anatomia e physiologia, e por isso, se uma ou outra vez os termos empregados não forem rigorosamente os consagrados pelos professores das respectivas cadeiras, seja-nos isso relavado.

O pouco e mal que por differentes vezes temos exposto em artigos doutrinarios, n'esta secção, é simplesmente o producto do nosso trabalho intellectual e forçadas despesas com os livros indispensaveis.

Julgamos indispensavel principiari a campanha a favor da educação physica por artigos doutrinarios para assim fazer comprehender a necessidade de uma gymnastica moderada, uma gymnastica hygienica, fazendo conhecer as vantagens que d'esta nos vem e os perigos e desvantagens a que nos conduz a força athletica e agilidade acrobatica.

Os nossos filhos rachiticos ou bem constituidos lucram com a gymnastica que a medicina julga propria applicar-lhes para corrigir os defeitos physicos, ou mais fortificar a sua boa constituição; mas o que não manda é que se dedique a levantar pesos brutos, o que realmente pode muito bem servir para um individuo que d'isso queira servir-se para ganhar os meios de subsistencia durante um certo tempo, não por muito, porque em regra todo o athletase aleija e inutilisa muito antes da idade madura.

Nós queremos que os nossos filhos sejam ageis de corpo e fórmis elegantes, mas não queremos que elles sejam funambulos para um bello dia nos chegarem a casa feitos n'um feixe, caso ainda fiquem com vida.

É necessario reduzir a gymnastica aos bons e indispensaveis conselhos da medicina e obrigar os professores a restringir o ensino ao que o medico, e só elle, póde julgar util e

indispensavel para a boa saude e constituição da creança ou homem que vae frequentar um gymnasio.

Queremos a esgrima como meio de desenvolvimento physico, e dos melhores, porque o melhor é o rémo e a natação, não para que nossos filhos sejam uns espadachins e possam ameaçar pelo mais futil e irrisorio pretexto o seu semelhante de o furarem com o espêto segundo umas regras mais ou menos acceitaveis e umas actas aonde tresanda muita honra de ambas as partes, mas d'onde se collige apenas muita *vanita vanitatis*.

O professor de gymnastica ao observar o discipulo, deve indicar-lhe apenas os exercicios que lhe convém para corrigir este ou aquelle defeito physico, e nunca consentir que elle principie a fazer experienciar fóra dos limites que o medico aconselhou e que o professor faz executar com methodo e ordem.

Em regra, logo que o alumnovê o seu condiscipulo fazer este ou aquelle exercicio superior ao que elle faz, o estimnlo, o amor proprio, obriga-o a fazer uma experiencia e de tentativa em tentativa ahi temos o alumno desviado do fim para que foi matricular-se n'um gymnasio. É exactamente isto que o professor deve evitar empregando a sua authoridade se tanto for neccessario.

Ao entregar-mos os filhos aos professores de gymnastica queremos que elles nos sejam restituídos, sãos e resolutos e para isso é que nós os mandamos a tal frequencia.

Queremos o uso da gymnastica como complemento de educação do homem, mas empregaremos os meios ao nosso alcance para corrigir os abusos.

Pinto da Cunha»

ANEXO A.5 - XI

(In: *Revista de Sport*, 30 de Novembro de 1903 (10): 146)

«EDUCAÇÃO PHYSICA

Interceptámos o artigo que no nosso n.º anterior principiámos sob a epigraphe - A Creança - para fazer uma considerações que se nos affiguram de capital importancia no momento actual, em que se nota uma campanha a favor da educação physica, travada por homens da sciencia, que põem o melhor do seu estudo, observação e poder em favor de tão util como santa propaganda.

O nosso collega *O Tiro Civil*, a quem agradecemos a honra da transcrição de parte do nosso artigo editorial do fasciculo n.º 8, expõe de uma maneira precisa, cathgorica e bem fundamentada na analyse, e rasão dos factos, a preferencia que se observa pela gymnastica de phantasia, muito propria para circos, mas absolutamente condemnada para o fim que desejamos obter.

O nosso collega o *Jornal da Manhã*, por sua vez, não descursa tão momentoso assumpto e em dois esplendidos artigos escudados na opinião do mais abalisado e proficiente dos nossos

professores de gymnastica, tão modesto, tão falto de reclame bombastico e por isso mesmo duplamente apreciavel a sua opinião sobre a gymnastica que nos é necessaria e que devemos desprezar pelos contraproducentes resultados e funestas consequencias.

No desempenho da nossa missão tivémos ensejo de visitar o Centro Nacional de Esgrima, exactamente á hora em que se fazia a licção de gymnastica sueca a uma classe que variava entre as edades de 8 a 30 annos!

Ficámos agradavelmente impressionados com a boa ordem e diremos mesmo disciplina que o seu professor o Sr. Furtado Coelho, faz sustentar na sua classe, na sua maior parte composta de creanças que lhe obedecem ao menor signal e o beijam com carinho e amizade ao terminar a licção; demonstrações estas que o professor retribue cheio de alegria e enthusiasmo, cheio de amor e dedicação pelos seus alumnos.

Quando chegámos e nos encostámos a uma porta para observar, estava o professor a ensinar a fórma como se deve respirar e tal era a sua paciencia e amor pelo ensino e aproveitamento dos alumnos que, chamando-os um a um, os obrigava a praticar o acto, dizendo-lhes e demonstrando-lhes as vantagens que d'isso advinham.

Depois de os mandar collocar em classe, ordenou-lhes differentes movimentos preparatórios e ra de ver como elles obedeciam e particavam com regularidade e precisão a ordem que o professor lhes transmittia. Ajuntemos á pratica a explicação dos movimentos e o fim que se pretendia, que era desenvolver este e aquelle musculo segundo o movimento que se fazia, e teremos concluido da superioridade de ensino do Sr. Furtado Coelho.

Tivémos occasião de vêr as creanças bellamente desenvolvidas, ageis, alegres, perfeitamente á vontade com o seu professor, escutando com attenção os conselhos que elle lhes dava e as explicações que fazia sobre cada um dos movimentos effectuados. E por fim, logo que terminou a licção, depois de convenientemente reparado o desalinho do vestuario, agruparem-se á volta do seu professor que deixava traduzir atravez das lentes de crystal que lhe reforçam as pupilas, a alegria, o jubilo de que se sentia possuido por ser querido e estimado dos seus discipulos.

Francamente, foi tão boa a impressão que em nós produziu o que vimos que não podemos resistir á tentação de pedir a todos aquelles que tem filhos, fracos ou robustos, que os levem a titulo de simples curiosidade a assistir a uma licção de gymnastica sueca de Furtado Coelho, no Centro Nacional d'Esgrima.

Ao confiar um filho á classe de gymnastica, do Centro Nacional d'Esgrima, nenhum pae deve ficar apprehensivo, antes satisfeito, porque antecipadamente sabe que ali não vae fazer exercicios de *pesos* e *alteres* e muito menos aprender a voar. Vae sim fortificar o corpo de uma maneira harmonica e correcta, corrigir defeitos physicos para mais tarde ser um homem forte e robusto e poder travar essa lucta medonha, e por vezes titanica, a que todos nós estamos condemnados.

E sabido que a gymnastica de phantasia, a deapparelhos, pode sim embasbacar as multidões anonymas; póde ser uma fonte de receita para o individuo que a isso se dedica; póde finalmente servir para uma gloria absolutamente ephémere, mas nunca será preferida como

modo de vida senão por aquelles que sem outro recurso para viver se vêem na extrema e dura necessidade de um suicidio entre gritos, assobios, palmas e pateadas das multidões, ávidas de sensações fortes, necessitadas de distracção para espirito cançado pelo labutar diruno, ou saturado de indifferentismo!

Depois, quantos se inutilisam em experiencias e ensaios de um ou outro exercicio com que pretendem vencer uns e outros? A lista seria longa tanto dos inutilisados com grandes pesos como dos acrobatas; e como se fosse pouco citar os profissionaes é necessario ainda nomear os amadores de um e outro genero?

Deixemos os mortos apodrecer tranquilamente e que os inutilisados, masque ainda vivem, sejam os primeiros a desviar de taes exercicios todos aquelles que o acaso ou a providencia ponha em logar em que a voz da experiencia possa ser ouvida.

E quando o acaso nos colloque em presença dos apologistas de pesos e alteres e agilidades acrobaticas, deixemos perder esses elogios no espaço.

Pinto da Cunha.»

A.6 Notícias relativas a: - Luiz Furtado Coelho e ao curso de: - Boo Kuhlberg; - José Pontes

ANEXO A.6 - I

(O Jornal da Noite, 14 de Outubro de 1904)

«Prevenções...

A gymnastica em Portugal—Uma reforma do ensino secundario—Considerações ligeiras

Tornou-se ha dias conhecido dos jornaes o projecto da reforma do ensino secundario no nosso paiz. A gymnastica hygienica n'esse projecto figura em todos os annos do curso geral dos lyceus.

Este facto, a ter realisação, representa um grande adeantamento, ganho em terra onde a evolução se faz unicamente a par da moda e do *tic* distincto e mundano e preenche uma lacuna, extretamente sensível nos programmas officiaes de ensino. Effectivamente a educação physica é dos ramos de instrucção um dos primeiros, um dos que urgia implantar pelas suas enormíssimas vantagens e consequentes proveitos futuros.

Em paizes onde um emprehendimento justo e util é um original e não uma imitação—às vezes inconsciente e estúpida, como no nosso—o exercicio physico gosa d'um logar invejavel entre os ramos obrigatorios de estudo e pratica dos alumnos dos lyceus e das universidades. Na Inglaterra, paiz excessivamente pratico e intelligente, a educação physica nas Universidades é mais cuidada e absorve mais tempo que a litteraria.

Em Portugal nada se tem feito relativo a estes assumptos. Vivemos n'uma ignorancia crassissima, n'um desalento comprovadamente criminoso, que chega ao ponto de permittir que meia duzia de ignorantões ou de enfatuados explorem esse campo, enormemente lucrativo que tornam uma novidade, como campanha de alarme, para attrahir, para chamar.

A iniciativa particular, os esforços honestos mais ou menos conscienciosos de certas aggremações, são a única garantia que tem tido a educação physica em portugal que é unicamente d'esta forma lembrada.

Os governos, esses despresaram até hoje o assumpto para elles de somenos importancia e talvez tarefa difficil de resolver quando d'um trabalho consciencioso e util. Resumiu-se tudo a nomear professores de escolas municipaes, cuja maioria não se sabe quem são mas que recebem generosamente a paga dos seus *arduos* e *constant*es afazeres.

É por este motivo que o recente annuncio dos jornaes, noticiando que o ensino gymnastico se tornava obrigatorio e ia figurar em todos os annos do curso dos lyceus, ao mesmo tempo que impressionou agradavelmente, aquelles que de ha muito veem luctando, modestamente sem officiaes recursos pela educação physica, causou um sobresalto geral, uma surpresa cuja analyse merece exame esmiuçado e rigoroso.

É o caso de perguntar se são sinceros os intuitos dos actuaes governantes e reformadores dos regulamentos da instrucção, ou se tal reforma obedece unicamente á norma geral já consagrada em paíz sem dignidade, de *anichar* inuteis e satisfazer compadres. Na primeira hypothese só merece louvores, quem tão desinteressadamente se aventurou n'uma cruzada tão difficil, mas de imperiosa necessidade. Na segunda hypothese, forme-se um nucleo de protesto, a que prestaremos o maior dos auxilios provando e documentando a incompetencia e nulidades d'aquelles que possam ser nomeados, porque salvo rarissimas excepções (umas sete ou oito) em terra portugueza gente capaz de ensinar, com fundamento theorico, consciente e com pratica adequada não existe.

O aviso ahi fica e de todas as questões esta reputamol-a a maior de que podemos tratar e assim por um dever nosso, estudal-o-hemos, debatendo-a com energia evitando-se, se fôr possivel, que uma causa justa seja prostituida pela *cunha* e pelo esforço do compadrio.» (p. 3)

ANEXO A.6 - II

(O Jornal da Manhã, Sábado 29 de Outubro de 1904)

«Esgrima

Uma ideia sympathica—Um mestre glorioso

A esta redacção chegam-nos diariamente cartas alvitando ideias, umas mais ou menos viaveis, outras que a realisar-se produziriam talvez consequencias uteis. Entre essas indicações, algumas merecem-nos uma especial atenção, estudamol-as com sympathia e com criterio, desejando prestar-lhe mesmo todos os recursos da nossa modesta cooperação, talvez a iniciativa de organização.

N'este numero collocamos nós uma ideia, exposta n'uma carta que ante-hontem recebemos e que por especial indicação do signatario não podemos publicar.

Trata-se de glorificar um mestre, que é uma gloria nacional, que foi um sportsman buliçoso e brilhante, que é ainda um dos mais poderosos elementos e dos mais fortes baluartes que sustentam o edificio grandioso, já esboçado mas não completo, da educação physica e da causa sportiva em Portugal.

É esse homem Antonio Martins. E bem justa era a homenagem que se lhe podesse prestar publicamente. Poucos como elle terão esse direito, porque o conquistou pelo merito e por um trabalho constante d'uma actividade inegalavel. Em materia de educação physica, conhecendo-lhe os segredos e as vantagens, é um cultor e um propangandista. Em *sport* é um entusiasta, um convicto, um apostolo, cuja doutrina é sã e melhorada por longa pratica e uma carreira longa de triumphos e de victorias.

O merito de Antonio Martins é em Portugal de conhecimento de todos. Em 30 annos de professorado, dia a dia vê firmados os seus vastos conhecimentos technicos e as suas invejaveis qualidades de professor na fama que alcançam os seus discipulos ; na vulgarisação dos seus

processos d'ensino pelos professores que creou; pela forma gentil, d'uma precisão religiosa, com que ainda hoje, milhares dos seus alumnos acatam os seus conselhos e as suas impecáveis observações.

Alliando a tanta auctoridade, um nome sportivo de primeira grandeza e o trato correcto d'um "gentleman", considerado por todos, bem merece Antonio Martins da consideração publica, ruidosa homenagem pelos seus meritos e pelas suas qualidades.

Quem nos escreve propondo essa homenagem, que seria lançada por meio da imprensa, acha a realisação facil, attendendo ás inumeras ajudas e valiosos reforços que de toda a parte surgiriam em abono de tão sympathica ideia.

E lembra-se de que em breve o nosso primeiro mestre d'armas completará os seus 50 annos com 30 de professorado. realmente propicia occasião se apresenta.» (p. 3)

ANEXO A.6 - III

(O Jornal da Manhã, Domingo 30 de Outubro de 1904)

«O ensino da gymnastica

Sobre este importante assumpto, tão util para o desenvolvimento de um povo, recebemos uma interessantissima carta escrita por um nosso amigo, distincto official e um dos mais notaveis professores de esgrima e gymnastica do nosso paiz, dirigida aos deputados da nação. Pelo alto valor de essa carta, honramo-nos muito publicando-a n'este lugar.

“Ill.^{mo} e ex.^{mo} sns.

Sendo v.^{as} ex.^{as}, os deputados ás côrtes, encarregueis de dar um parecer sobre a nova reforma da instrucção secundaria, na qual, parece, se vae estabelecer, como obrigatorio, nos lyceus e escolas do nosso paiz, o ensino de gymnastica, permittam-me v. ex.^{as} que lhes venha tomar um pouco do precioso tempo que consagram a esses assumptos, com esta minha mal alinhavada carta, que, á falta de outro, terá o merecimento de ser bem intencionada, pedindo desde já a v. ex.^{as} a sua energica intervenção, junto aos poderes do Estado, para que a orientação desse ensino se faça pelo processo mais moderno e mais racional, tal como é o usado hoje na Suecia e na maioria dos paizes cultos. A instrucção da gymnastica, em Portugal, além de estar muito mal orientada, é ministrada em pequenissima escala, podendo limitar-se ás escolas de Lisboa, Porto e Coimbra; sendo ainda n'estas duas ultimas cidades muito restricta.

Os mais conhecidos professores d'este ramo de ensino em Portugal, são em geral, individuos com pouca ou nenhuma instrucção scientifica, sendo a sua maioria constituida por individuos que, quando muito, teem unicamente exame de instrucção primaria.

D'ahi resultam, evidentemente, as deficiencias do seu ensino e methodo. Dos que por ahi existem, não me consta que algum tivesse sahido do paiz, a fim de ir estudar e vêr os progressos que, no estrangeiro, tem attingido esta instrucção, e raros serão aquelles que poderão comprehender a evolução por que, ha um seculo a esta parte, ella tem passado. A Suissa, paiz que marcha evidentemente na vanguarda da civilisação europeia, levou perto de 50 annos a

estudar, a aperfeiçoar e a adaptar o seu methodo de Ling. Este methodo cuja perfeição scientifica não foi attingida por nenhum outro, desenvolveu-se e completou-se sob o impulso de sabios eruditos, n'uma universidade onde o ensino pratico e a instrucção theorica esteve sempre alliado á experiencia, vindo esta confirmar sem cessar os principios, e esclarecer, pelo estudo dos resultados obtidos, os meios que tornaram este systema intensivo, completo e realmente physiologico. De então para cá todas as nações cultas teem ali ido aprender os são principios d'este methodo de ensino. A Inglaterra, o unico paiz, que desde remotas eras, vinha cultivando o desenvolvimento physico dos seus cidadãos, tinha arranjado uma gymnastica, puramente sua e original, que estava na indole e caracter do seu povo, e que, por isso, facilmente se tornou usual. Refiro-me aos diversos jogos sportivos ao ar livre, que são, incontestavelmente, a melhor das gymnasticas para um povo sadio, forte e robusto, com tendencias ethnicas para luctas, como é o povo anglo saxonio. Comtudo, apesar d'esses jogos, constituirem uma boa gymnastica, a Inglaterra tendo conhecimento das altas vantagens do systema sueco, adoptou-o nos seus collegios e escolas, tendo creado um instituto para educação de professores de ambos os sexos, d'esta gymnastica, em Dartford-Hath, condado de Kent, regido por uma professora sueca, madame Bergman Osterberg.

D'este instituto, como do Instituto Central de Stockolmo, sahem numerosas professoras que vão ensinar a gymnastica sueca, methodo de Ling, nos diversos estabelecimentos do Reino-Unido.

A Suissa tem em Genebra um instituto de gymnastica sueca, fundado pelo medico sueco dr. Ientzer, e que hoje é regido por Mademoiselle Stella Beronius e Madame Ballet.

Nos Estados-Unidos da America, em Boston, existe ha muito a *Normal School of Gymnastics*, fundada pela benemerita Mrs. Mary Hemenway. Esta senhora dotou este estabelecimento com uma avultada quantia de cujo rendimento se tiram as despesas do seu sustento. Ascende a 30 a média annual dos professores de ambos os sexos, que sahem d'este instituto devidamente diplomados.

Os Paizes Baixos teem em dez das suas principaes cidades institutos e escolas d'esta gymnastica.

Na Belgica, o capitão Lefebure, após uma viagem de instrucção a Stockolmo, publicou um curioso livro intitulado *L'éducation physique en Suède* (1903), no qual pede ao governo do seu paiz para se fundar uma escola normal de gymnastica, methodo de Ling, com fóros universitarios a fim de habilitar as escolas e o exercito belga a terem professores de gymnastica sueca.

A Allemanha tem hoje institutos e escolas d'esta gymnastica em perto de sessenta das suas principaes cidades e estações balneares.

Na Austria-Hungria uma dezena das suas cidades teem instituições identicas.

A França só as tem, por ora, em quatro cidades: Aix-les-Bains, Bordeuax, Paris e Vichy, mas em breve esse numero vae augmentar consideravelmente, se é que já não augmentou, devido á iniciativa do governo, que mandou á Suecia, durante annos consecutivos, commissões

de estudo, compostas de celebridades medicas, officiaes do exercito, distinctissimos e intelligentes, e individuos de reconhecida competencia.

Por toda a parte, na Russia, na Roumania, na Italia, na Republica Argentina, e até em Java (!!) ha institutos de gymnastica sueca.

Em Portugal não temos nenhum, nem alguém devidamente competente para os reger; mas, em compensação temos muitos *professores* d'esta gymnastica!

Em 1901, quando estabeleci as bases para a fundação do Centro Nacional de Esgrima, e fiz os artigos do contracto que consegui realisar com o governo portuguez para a cessão do salão do Real Theatro de S. Carlos, a fim de ahi ser installado o referido Centro, introduzi a obrigação do ensino normal da gymnastica sueca, methodo de Ling.

Mais tarde, consegui que a direcção do Centro escrevesse ao nosso consul em Stockolmo para contractar um medico gymnasta, afim de se estabelecerem cursos normaes regulares de gymnastica sueca, no Centro; porém como a nascente associação não pudesse com essa despesa (1:200\$000, annuaes) adiou-se para mais tarde essa resolução, esperando-se que o governo tomasse essa iniciativa, ou auxiliasse o Centro n'esse patriotico empreendimento, que se me afigura ser o mais facil, prompto e economico. Porém até hoje, e já la vão perto de quatro annos, nada se tem feito, a não ser a fundação — devida á iniciativa particular, de uma modesta sala de gymnastica sueca, no Club Naval Madeirense, que já tem dado excellentes resultados, como o demonstram opiniões insuspeitas de abalisados medicos da capital, e a construção de um gymnasio sueco, na Real Casa Pia, sob a intelligente direcção do tenente Camara Leme, e iniciativa do energico empreendedor o sr. Costa Pinto. A criação de uma escola normal de gymnastica sueca, em Portugal, impõe-se manifestamente. Basta dizer que para ministrar essa instrucção nos lyceus e escolas em que abunda o numero de discipulos, são necessarios monitores, e que estes são sempre os alumnos das escolas normaes, que assim se vão habilitando para mais tarde poderem reger os seus cursos.

O grau de cultura intellectual d'estes professores, na Suecia, é tal que muitas vezes accumulam com o de lentes de mathematicas, linguas, etc., como succede nas Universidades de Lund e Upsala. Sem monitores devidamente instruidos, não ha professor algum, por mais competente, que possa ensinar gymnastica nos nossos lyceus. Para que v. ex.^{as} façam uma pequena ideia dos conhecimentos e do estado de cultura intellectual dos diversos individuos, que se intitulam professores de gymnastica, e que, infelizmente, são considerados como—*auctoridades*—entre nós, venho frizar o facto de, por vezes, terem esses individuos vindo á imprensa da capital declarar que a gymnastica Sueca, methodo de Ling, não é applicavel a individuos da raça latina!! Ainda mais. Não só o disséram, como o repetiram em officio ao director geral da instrucção publica! Em vista d'esta pessima orientação, das luctas mesquinhas de interesse particulares, das vaidades que se vão degladiar, com principal prejuizo da causa publica, venho rogar a V. Ex.^{as} como patriotas, como chefes de familia e como deputados da nação portugueza, que tomem a peito esta causa, que póde ser a causa da regeneração do nosso povo, afim de que o governo seja bem orientado e não se deixe arrastar por conveniencias

individuaes que podem ser prejudicialissimas aos nossos filhos, em particular, e ao paiz, em geral.

Lisboa, 20-10-4

Luiz Furtado Coelho.» (p. 1)

ANEXO A.6 - IV

(Diário de Notícias, 31 de Outubro de 1904)

«A gymnastica nas escolas

(Carta aberta aos srs. deputados da nação)

Sendo v.^{as} ex.^{as}, os deputados, encarregados de darem um parecer sobre a nova reforma da instrucção secundaria, na qual, parece, se vae restabelecer, como obrigatorio, nos lyceus e escolas do nosso paiz, o ensino da gymnastica, permittam-me v.^{as} ex.^{as} que lhes venha tomar um pouco do precioso tempo que consagram a esses assumptos, com esta minha mal alinhavada carta, que á falta de outro, terá o merecimento de ser bem intencionada, pedindo desde já a v.^{as} ex.^{as} a sua energica intervenção, junto aos poderes do estado, para que a orientação desse ensino se faça pelo processo mais moderno e racional, tal como é hoje usado na Suecia e em quasi todos os paizes cultos. A instrucção da gymnastica em Portugal, alem de estar muito mal orientada é ministrada em pequenissima escala, podendo limitar-se ás escolas de Lisboa, Porto e Coimbra; sendo nestas duas ultimas cidades muito restricta. Os mais conhecidos professores deste ramo de ensino, em Portugal, são em geral individuos com pouca ou nenhuma instrucção scientifica, sendo a sua maioria constituida por individuos que, quando muito, teem unicamente exame de instrucção primaria. Dahi resultam evidentemente as deficiencias do seu ensino e methodo. Dos que ahi existem nenhum, me consta, ter sahido do paiz a fim de ir estudar e ver, os progressos que no estrangeiro tem attingido esta instrucção, e raros serão aquelles, que poderão comprehender a evolução, por que ha um seculo a esta parte, ella tem passado.

A Suecia, paiz evidentemente na vanguarda da civilisação europeia, levou perto de 50 annos, a estudar, a aperfeiçoar e a adaptar o seu methodo de Ling. Este methodo cuja perfeição scientifica não foi attingido por qualquer outro, desenvolveu-se e completou-se sob a direcção de sabios eruditos, numa universidade onde o ensino pratico e a instrucção theorica, estiveram constantemente unidos á experiencia: vindo esta confirmar os principios e esclarecer, pelo estudo dos resultados obtidos, os meios, que tornaram o methodo sueco, intensivo, completo e realmente physiologico.

De então para cá todas as nações ali tem ido aprender os sãos principios desse methodo. A Inglaterra, o unico paiz que desde remotas eras vinha cultivando o desenvolvimento physico dos seus cidadãos, tinha arranjado uma gymnastica, puramente sua e original, que estava na indole e character do seu povo e por isso facilmente se tornou usual. Refiro-me aos diversos jogos sportivos ao ar livre, que são incontestavelmente, a melhor das gymnasticas, para um povo sadio, forte e robusto, com tendencias ethnicas para luctas, como é o povo anglo-saxonio.

Comtudo, apesar desses jogos, constituírem uma boa gymnastica, a Inglaterra tendo conhecimento das altas vantagens do systema de Ling, adoptou-o nos seus collegios e escolas, tendo creado um instituto para educação de professores de ambos os sexos, desta gymnastica, em Dartford-Heat, condado de Kent, regido por uma professora sueca, madame “Bergmad-Osterberg”. Deste instituto, como do instituto central de Stockolmo, sahem numerosas professoras, que vão ensinar a gymnastica sueca, methodo de Ling, nos diversos estabelecimentos escolares do Reino Unido.

Na Dinamarca, “todas” as escolas populares, tem cursos de gymnastica sueca.

A Suecia, tem em Genebra, um instituto de gymnastica sueca, fundado pelo medico sueco dr. “Ientzer” e que hoje é regido por madame “Stella-Berinius” e madame “Ballet”.

Nos Estados-Unidos da America, em Boston, existe ha muito a—“Normal School of Gymnastics” fundada pela benemerita “Mrs. Mary Hemenway”. Esta senhora dotou este estabelecimento com uma avultada quantia de cujo rendimento se tiram as despesas do seu sustento. Ascende a 30 a média annual dos professores de ambos os sexos, que sahem deste instituto, devidamente diplomados. Os Paizes-Baixos, tem em 10 das suas principaes cidades, institutos e escolas desta gymnastica. Na Belgica, o capitão “Lefebure”, apoz uma viagem de instrucção, a Stockolmo, publicou um curioso livro, intitulado—“L’éducation physique en Suède, 1903”—no qual pede ao governo do seu paiz para se fundar uma escola normal de gymnastica-methodo de Ling—com foros universitarios, a fim de habilitar as escolas e o exercito belga, a terem professores de gymnastica.

A Allemanha, tem hoje institutos e escolas, desta gymnastica em perto de 60 das suas principaes cidades e estações balneares. Na Austria-Hungria, uma dezena das suas cidades tem instituições identicas. A França, só as tem, por ora, em 4 cidades—Aix-les-Baixas, Bordeaux, Vichy e Paris; mas este numero vae augmentar consideravelmente, se é que já não augmentou, por iniciativa do governo, que mandou a Suécia, durante annos sucessivos, commissões de estudo, compostas de celebridades medicas, officiaes do exercito, distinctissimos e inteligentes, e individuos de reconhecida competencia. Por toda a parte, na Russia, na Roumania, na Italia, na Republica Argentina, e até em Java (!!!) ha institutos de gymnastica sueca.

Em Portugal, não temos nenhum, nem pessoa alguma competente para tal ensino; mas em compensação temos—“muitos professores”, desta gymnastica! Em 1901, quando estabeleci as bases para a fundação do Centro Nacional de Esgrima, e fiz os artigos do contracto que consegui realizar com o governo portuguez para a cessão do salão do real theatro de S. Carlos, a fim de ali ser installado o referido “Centro”, introduzi a obrigação do ensino normal da gymnastica sueca, methodo de Ling. Mais tarde consegui ainda, que a direcção do “Centro”, escrevesse ao nosso consul em Stockolmo, para contractar um medico gymnasta, a fim de se estabelecer cursos normaes, regulares de gymnastica sueca, no “Centro”, por não termos entre nós, alguém que fôsse competente; porém, como a nascente associação não pudesse com essa despesa—(1:200\$000 reis annuaes)—, adiou-se para mais tarde essa resolução esperando-se que o governo tomasse essa iniciativa ou auxiliasse o “Centro” nesse patriotico empreendimento,

que se me afigura ser o mais facil, prompto e economico. Porém, até hoje, e já la vão perto de 4 annos, nada se tem feito, a não ser a fundação, devida a iniciativa particular, de uma modesta sala de gymnastica sueca, no Club Naval Madeirense, que já tem dado excellentes resultados, como o demonstram opiniões insuspeitas de abalisados medicos da capital; e a organização de um gymnasio sueco, na Real Casa Pia, sob a intelligente direcção do tenente Camara Leme e iniciativa do energico emprehendedor o sr. Costa Pinto, a criação de uma escola normal de gymnastica sueca, em Portugal, impõe-se manifestamente.

Basta dizer que para ministrar essa instrucção nos lyceus e escolas em que abunda o numero de discipulos, são necessarios monitores e que estes são sempre os alumnos das escolas normaes, que assim se vão habilitando para mais tarde poderem reger os seus cursos. O grau de cultura intellectual destes professores, na Suecia, é tal que muitas vezes accumulam estes logares, com os de lentes de mathematicas, linguas, etc., como acontece na universidades de Sund e Upsala.

Sem monitores devidamente instruidos, não ha professor algum, por mais competente, que fosse ensinar gymnastica nos nossos lyceus. Para que v. ex.^{as} façam uma pequena ideia dos conhecimentos e do estado de cultura intellectual dos diversos individuos, que se intitulam professores de gymnastica, e que—infelizmente—são considerados como “auctoridades” entre nós, venho frizar o facto de, por vezes, terem esses individuos, vindo a imprensa da capital declarar que a gymnastica Sueca, methodo de Ling, não é applicavel a individuos da raça latina!

Ainda mais. Não só o disseram na imprensa como o repetiram em officio ao sr. director geral da instrucção publica!

Em vista desta primeira orientação, das luctas mesquinhas de interesses particulares das vaidades que se vão degladiar, com principal prejuizo da causa publica, venho rogar a v. ex.^{as} como patriotas, como chefes de familia e como deputados da nação portugueza, tomem a peito esta causa, que pode ser a causa da regeneração do nosso povo, a fim de que o governo seja bem orientado e não se deixe arrastar por conveniencias individuaes, que podem ser prejudicialissimas aos nossos filhos, em particular, e ao paiz, em geral.

20-10.º-904

LUIZ FURTADO COELHO.» (p. 3)

ANEXO A.6 - V

(O Jornal da Noite, 31 de Outubro de 1904)

«Sports

A gymnastica em Portugal

Uma carta aberta—Os commentarios a essa carta

N'alguns jornaes de hontem e outros da manhã de hoje vem publicada uma carta aberta aos deputados portugueses sobre assumptos de gymnastica.

O assumpto é importante, merece estudo, embora elle deva ser conduzido com prudencia e criterio.

Apezar da necessidade das discussões proveitosas, é-nos penoso tratar com violencia do assumpto e só pela muita oportunidade damos inserção a uma carta, que nos foi enviada hoje, escripta por um rapaz modesto e intelligente, que tem estudado o assumpto com imparcialidade e sem ruido mas que foi—affirmou-nos elle—obrigado a recorrer á imprensa, para esclarecer certos pontos em parte obscuros, da referida carta aberta.

Meu amigo:

O *Jornal da Manhã*, de 30 do corrente, publica em artigo de fundo uma carta aberta aos srs. deputados da nação, assignada pelo tenente da administração militar sr. Luiz Furtado Coelho, carta que ha mais de 8 dias vinha tendo publicidade no Café Suiso, pelas continuas leituras que o auctor d'ella fazia aos amigos e conhecidos, e escripta com o intuito de demonstrar que em Portugal não ha professores habilitados a ministrar o ensino da gymnastica sueca, excepção feita a *alguem* que no Club Naval Madeirense tem dirigido uma classe com "*magnificos resultados*". Ora esse *alguem* não podia deixar de ser—como realmente é—o auctor da referida carta aberta.

O sr. Furtado Coelho, ao escrever a sua carta não foi—como diz—bem intencionado. Moveu o a isso uma questão de interesse: ouviu dizer algures que ia ser approvada uma reforma de instrucção secundaria em que seriam creados em todos os lyceus do reino logares de professores de gymnastica, e achou, no seu alto entender que a melhor maneira de obter um logar de inspector geral—pelo menos—era convencer os srs. deputados da nação portugueza (e não sei tambem se os dignissimos pares do reino) que a única sala em que a gymnastica sueca tem dado resultados e a do Club naval Madeirense onde é professor o auctor da carta. E é facil comprehender que havendo um unico professor habilitado, seja esse o escolhido para o cargo de maior responsabilidade. E é a esta conclusão que s. ex.^a quer chegar.

O sr. Furtado Coelho, como professor, está abaixo de toda a critica.

A meu ver, um professor de gymnastica deve ser um exemplo vivo das vantagens a que conduz a pratica do exercicio methodico e regular, para que os discipulos se convençam de que realmente a gymnastica teem vantagens. E não se comprehende que seja calvo o encarregado de vender um elixir para fazer crescer o cabelo!

Ora quem se dê ao trabalho de folhear um livro de gymnastica sueca, quer seja de Lefebure, de Deuriny, ou de outro qualquer auctor, e, estudar as gravuras dos typos que servem de modelo na demonstração dos differentes exercicios ha de notar que representam perfeitos exemplares de belleza masculina: peito largo e saliente, ventre recolhido com os musculos abdominaes perfeitamente desenhados, braços e pernas musculosos, a cabeça levantada, etc.

Confrontando qualquer dos modelos citados com o sr. Furtado Coelho o confronto é desolador.

O sr. Furtado Coelho—muito conhecido na baixa pelo seu aspecto e porque onde quer que esteja dá signal da sua pessoa—é um sujeito baixo de ventre extremamente saliente, peito chato. Em resumo a antithese perfeita dos citados modelos. E hão-de os seus discipulos ter vontade de se entregarem a exercicios phisicos para chegarem á quelles resultados? Certamente que não.

E isto na parte que diz respeito ao seu phisico. Enquanto aos conhecimentos technicos de que faz tão grande alarde é facil provar que os não tem, como ao depois se verá na analyse que farei dos seus relatorios de gymnastica, e alguns dos artigos que tem escripto sobre o assumpto. como os conhecimentos technicos dos professores de gymnastica estão em cheque com a carta do sr. Furtado Coelho, garanto que s. ex.^a não tem nenhuns dos requisitos necessarios a um regular monitor de gymnastica, como me é facil provar.

A carta contém algumas passagens menos verdadeiras como parece: “Dos que ahi existem, não me consta que alguém tivesse sahido do paiz, afim de ir estudar e ver os progressos que, no estrangeiro, tem attingido esta instrucção...”

Com esta carta já vae longa, promettendo voltar ao assumpto.

Teu amigo

Cesar de Mello.» (p. 3)

ANEXO A.6 - VI

(O Jornal da Noite, 2 de Novembro de 1904)

«Sports

A proposito da gymnastica

Uma carta de Furtado Coelho

O nosso redactor principal recebeu do sr. Furtado Coelho a seguinte carta em resposta a uma carta do sr. Cesar de Mello, publicada ante hontem n'esta secção.

A opinião do jornal sobre o assumpto que motivou esta carta, reservamol-a para mais tarde. Por agora limitamo-nos a publicar a carta do sr. Furtado Coelho, como publicámos a do sr. Cesar de Mello, conservando nos alheios á discussão.

Meu caro Chagas:

Venho por excepção única, pedir te um canto do teu jornal para dizer da minha razão, com respeito a uma carta assignada por Cesar de Mello, na qual se fazem umas referencias á minha pessoa, desejando, diz o auctor, tratar de assumptos de gymnastica. Se alguém de reconhecida competencia, ou que a mostre nos seus escriptos, vier á imprensa, seria e dignamente, discutir esta questão, estarei prompto a responder-lhe. De contrario declaro que não escreverei uma linha sequer, pois não lerei mais cartas destas. Diz o sr. Cesar de Mello que eu ao escrever a minha carta não fui bem intencionado por me mover a isso uma questão de interesse. É falso, Mas ainda que assim fosse, aonde estava a má intenção? É, por ventura, ser mal intencionado, procurar a justa remuneração de um longo e aturado trabalho, como o que eu venho fazendo ha já tantos annos? Mas tal não succede. Diga-me o sr. Mello, se alguma vez na sua vida, passou um anno a trabalhar, dia a dia, com afan, com amor, com enthusiasmo, sem remuneração, nem qualquer interesse a favor de uma causa altruista, tão sómente porque a julgasse boa? Nunca, não é verdade? Diga-me, conhece alguém que o tivesse feito? Tambem não, e talvez não esteja em condições de comprehender uma tal devoção.

Pois meu caro sr Mello, eu conheço “alguém” que assim procedeu. Sabe quem foi? Fui eu, que, não um anno, nem dois, mas durante tres annos, consecutivamente, dia a dia, trabalhei a favor de uma ideia altruista, que, felizmente, hoje se vae transformando em realidade. Durante o inverno de 1901, e nos annos de 1902 e 1903, eu, trez vezes na semana, na escola de esgrima do mestre Antonio Martins, e mais tarde, no Centro Nacional de Esgrima, regi uma aula de gymnastica sueca, methodo de Ling, sem mais interesse que o da propaganda em favor da ideia e d’esse esplendido methodo, que, continuo a affirmar, tão mal comprehendido tem sido. Nos outros dias da semana, para que não afrouxasse a concorrência ás sallas do Centro de Esgrima, que eu vinha de fundar com a obrigação de se organizar uma escola normal de gymnastica sueca, eu era alli encontrado de manhã, de tarde e á noite, sempre prompto para, na ausencia do mestre, dar lições de florete, de espada e de sabre, que não sendo tão completas nem tão sabiamente dirigidas como as do mestre, eram com certeza dadas com a mesma boa vontade. O *interesse* era sempre o mesmo—o da propaganda.—

N’esses tres annos, ninguem me viu n’um divertimento de dia, e á noite raras vezes fui a um theatro.

Quando Antonio Martins esteve no estrangeiro (1902), levantou-se na imprensa uma campanha de descredito ao mestre, e elle, que tinha e tem tantos amigos, estava exposto, a descoberto a todos esses ataques, sem nenhum d’elles intervir em sua defeza. Chego a Lisboa, sei da campanha, saio logo á estacada em defeza do mestre, como era do meu dever, e além do dever havia a amizade por elle e o *interesse* da propaganda. Ora tudo isto que venho aqui relatando sabe-o muito bem o auctor da carta, pois frequentava as salas da escola de esgrima e do “Centro”, aonde muitas vezes o vi assaltar.

Metta o sr. Mello a mão na consciencia e diga-me agora qual das cartas é mal intencionada: A minha ou a sua?

Diz mais este cavalheiro, de cima da sua *auctoridade*, porque o sr. Mello, se não é, deve ser *auctoridade*, que eu como professor de gymnastica estou abaixo de toda a critica. Pois elle

está tão alto!!—Só direi a este critico que em 1881, o Gymnasio Club—ainda não era Real—me concedeu a sua 1ª medalha de prata. Que em 1882, n'uma festa de caridade no Colyseu dos Recreios, Withoyne, fui eu o 1.º amator que apresentou o trabalho das 3 barras fixas e que á ultima hora, sem um unico ensaio, foi fazer o trabalho de vôos, por se terem impossibilitado de os fazer os meus consocios Antonio Martins e Henrique de Vasconcellos. O Real Gymnasio Club tornou a conceder-me outra medalha de prata.

Em 1883 tomei parte, no Porto, n'umas festas de gymnastica que se realisaram no theatro do Principe Real. O entusiasmo que produzi com o meu trabalho foi tal, que fui levado em triumpho, e veio á arena, á frente da direcção da Associação dos bombeiros voluntarios do Porto, o seu presidente, o fallecido benemerito Guilherme Gomes Fernandes, collocar-me no peito uma medalha de prata que conservo com orgulho e saudade. N'essa occasião, trabalharam commigo nas 3 barras fixas os *meus* discipulos Luiz Villar, que é hoje medico, e Jorge Waddington, que está no estrangeiro.

Em 1884 fui alvo d'uma outra manifestação de sympathia, por parte dos bombeiros voluntarios de Lisboa, presidida por Augusto ferreira, João do rego Freitas e João Gomes da Costa, a seguir a uma festa em beneficio do monte-pio de S. Carlos.

Em 1885 tomei parte no primeiro e unico concurso de gymnastica que houve em Portugal. Commandava eu o pelotão de gymnastas do Real Gymnasio Club e obtive o primeiro premio, medalha de prata, etc., etc. Poderia dizer muito mais, mas não vale a pena. Terminarei dizendo que foram meus discipulos em *alta gymnastica*, como por ahi dizem, os gymnastas Carolino Brandão e João Possollo.

O sr. Cesar de Mello, diz que eu não posso ser professor, por ser calvo, obeso e ter o peito encovado (?). Se o sr. Mello é um Apollo de belvedere, um Adonis ou um Antinus, de fórmulas correctas e curvas graciosas, que lhe preste

Vale.

Furtado Coelho.» (p. 3)

ANEXO A.6 - VII

(O Jornal da Noite, 3 de Novembro de 1904)

«Sports

A proposito da gymnastica

(Carta aberta ao sr. Furtado Coelho)

Li no *Diario de Noticias* de 31 do proximo passado a carta de v. ex.^a endereçada aos deputados da nação e de que eu já tinha anterior conhecimento.

A carta de v. ex.^a seria muito bem intencionada, como v.ex.^a pretende, e mui proficua, se v. ex.^a a tivesse expurgado da parte pessoalmente aggressiva que lhe deturpa o fim e torna, aos olhos de quem lê, o auctor e a sua obra pouco sympathicos.

Ha n'aquelle escripto de v. ex.^a respostas importantes: uma, meramente convincente, pretende adduzir os argumentos julgados precisos para obrigar a adoptar as idéas de v. ex.^a sobre gymnastica sueca, que talvez sejam justas; a outra é aquella em que v. ex.^a força a verdade e calla systematicamente todos os trabalhos feitos, sobre gymnastica sueca, por outrem que não v. ex.^a; a 3.^a parte é aquella em que v. ex.^a é mais directamente aggressivo contra os seus collegas no ensino da gymnastica, a quem alcunha por fórma insolita de ignorantões mal sabendo ler e escrever!

Não me compete a mim, nem para isso me sobejam quer tempo quer conhecimentos, refutar os argumentos que v. ex.^a expõe em prol d'uma idéa que v. ex.^a faz crer ser sua.

Simplesmente direi que a grandeza do assumpto obrigava a v. ex.^a a empregar outras razões menos superficiaes que as que v. ex. emprega e que qualquer encontra em brochuras francezas a 50 centimos.

Por isso eu deixarei em paz aquella parte da missiva de v. ex.^a para se contender com as outras—a 2.^a e a 3.^a—já para tornar publicos trabalhos de que v. ex.^a se arroga a prioridade e o unico executor, já para elucidar v. ex.^a sobre pontos em que v. ex.^a não está sufficientemente bem informado.

Em meados de 1901 chegava a Lisboa, depois de permanecer um anno na Suecia, o sr. dr. Jorge Santos, medico, recentemente formado pela escola de Paris. Este senhor havia permanecido em Stockholmo todo aquelle tempo, afim de estudar a gymnastica medica e aproveitara a occasião para seguir na mesma cidade um curso de gymnastica pedagogica.

De regresso ao reino após um anno de duro e esforçado trabalho, montado que foi o seu consultorio, dirigiu-se o sr. dr. Jorge Santos, por intermedio d'um collega e amigo o sr. dr. Jayme Neves, ao Real Gymnasio, a quem desejava communicar os seus conhecimentos sobre gymnastica educativa.

N'esse anno mesmo, a direcção d'aquelle Real Gymnasio havia resolvido estudar praticamente o methodo sueco e para isso mandara construir varios aparelhos.

Não podia ser mais opportuna a vinda d'aquelle illustre compatriota nosso. A breve trecho inaugurava-se no club, ahi pelos fins de 1901, uma classe de gymnastica, methodo sueco, dirigida pelo sr. dr. Jorge Santos, e composta na sua maioria por professores de gymnastica. Cito os nomes: Luiz Monteiro, Antonio Martins, Pedro José Ferreira, Walter Awata, João Rouband, Carlos Xafredo, Ramos da Costa, José Pontes, e porventura mais algum cujo nome não me ocorra presentemente.

Entre os raros espectadores que a classe tinha eu tive occasião de ali ver a pessoa de v. ex.^a sr Furtado Coelho, em companhia d'um ou d'outro amigo.

Quem compulsar os jornaes d'aquella epoca, aos quaes o facto não passou despercebido, verá que foi então, que pela vez primeira veio, sob ceu portuguez a luz da publicidade, o nome por mais de um titulo benemerito de Ling.

E o facto é, que attrahidos pela novidade do nome, surgiam aqui e além, ora um, ora outro individuo que se diziam professar o mesmo methodo. Entre estes, mas mais retumbantemente, appareceu v. ex.^a a dirigir a sua classe de gymnastica pelo methodo sueco, depois de certamente ter completado a sua instrucção, pelo que de visu observára n'uma ou duas horas na classe do dr. Jorge Santos, com a leitura de qualquer manual francez de gymnastica sueca.

Porque complicado phenomeno, assimilára promptamente v. ex.^a, em meia duzia de horas de estudo, todo um methodo scientifico de ensino gymnastico, que originariamente e segundo a asserção de v. ex.^a levou cincoenta annos a organisar,—é que eu ignoro e nem pretendo saber.

O que muito simplesmente eu pretendo é asseverar que foi depois de ter assistido áquellas classes que v. ex.^a se converteu á gymnastica sueca e se declarou professor da mesma.

Parece-me que não teria ficado mal a v. ex.^a a publicação assignada pelo seu proprio punho d'este facto, que na sua apparencia singelo, vae determinar a adopção da gymnastica obrigatoria _____ doce paiz das obrigações que nunca se _____ pelo methodo sueco.

_____ mais: O real Gymnasio, após curto prazo _____, instituia uma classe de gymnastica _____ meninas, debaixo da regencia muito _____ do mesmo professor. Esta classe feminina _____ inscripção de umas 60 alumnas.

_____ isto, os alumnos que se teem matriculado n'aquella classe duplicaram e triplicaram. _____ ixe exposto resulta nitidamente o se _____ de comprovar:

_____ dr. Jorge Santos, quem introduziu o _____ gymnastica entre nós.

_____ Real Gymnasio que este facto se deu. _____ todas as instituições particulares, _____ sio aquella que mais afincada perse _____ tem pugnado pela adopção d'um _____ onal de gymnastica.

_____ do a este ponto, occorre perguntar a _____ começa na sua epistola, por mais de _____ emoravel, por se declarar bem intencionado, razão porque V. Ex.^a assevera nada _____ o assumpto senão o que V. Ex.^a fez _____ Ex.^a inspirou?

_____ zão occulta V. Ex.^a tão cautelosamente _____ o dr. Jorge Santos e os trabalhos do _____ io?

_____ acia?
 _____ ora V. ex.^a os trabalhos a que o ta _____ estudioso professor da Escola de Mafra
 _____ ido para fazer evolucionar o ensino de _____ a seu cargo para um methodo mais _____
 _____ v. ex.^a a profunda reforma a que aquelle _____ eito o ensino da gymnastica,
 tanto peda_____ mo militar, na Escola de Mafra?

_____ ora certamente porque não póde ignorar _____ passados nos dominios do ensino
 gymnastico _____ tornados conhecidos pela imprensa d'es _____ ino reino quem tão
 arrogantemente pas_____ a de *ignorante à tout le monde et à son* _____

_____ ito, eu desejo entrar n'aquelle a que eu _____ capitulo aggressivo e quiçá
 insultuoso, _____ la de v. ex.^a, por ser aquelle que dire_____ commigo contende e
principalmente me _____ escrever-lhe esta verbosa carta.

_____ v. ex.^a com grandes espantos para compro_____ profunda ignorancia que reina
 por estes _____ e que alguns individuos (!?) que se di_____ ssores de gymnastica e
 auctoridades no assumpto, affirmaram por escripto e publicamente não poder ser a gymnastica
 sueca applicada a individuos da raça latina, e que não contentes ainda com esta acção a
 reeditaram e expediram sob a fórma, por demais burocratica, de officio, a direcção geral de
 instrucção publica.

Aqui ha um manifesto engano. Um? Uns poucos!

V. ex.^a na sua furia de se atirar aos seus collegas no ensino da gymnastica, alterou um
 pouco excessivamente e variamente a verdade dos factos.

A asserção não é bem aquella, mas seja ou não seja, o que importa, é divulgar aqui o
 nome do *individuo* que a preferiu.

O auctor d'aquella asserção, o signatario do incriminado officio, o reu de tão nefando
 crime é, tão sómente, este seu creado.

Eu gosto de assumir responsabilidades e custa-me muito vêr alguém que não eu soffrer
 as consequencias dos meus proprios erros. De ha muito que eu vejo assacar por varias fórmas e
 feitos aquella asserção attribuida sempre a outrem que não o seu auctor. É por isso que eu
 aproveito a occasião para declarar *urbi et orbi* que o auctor de tão arguida phrase sou eu!

Fui eu quem escreveu o officio que a direcção do Real Gymnasio expediu por essa occasião
 e o assignou em nome da mesma.

Ha ainda um pequenino engano. O officio em questão não foi dirigido ao director geral
 de instrucção publica, mas sim ao sr. Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro, presidente do conselho
 de ministros, ministro e secretario de estado dos negocios do reino, o que faz alguma
 differença.

Resta me agradecer a v. ex.^a o ter tido a pachorra de me ler, porque estou bem certo v.
 ex.^a não me negará essa honra, e depois d'isso pedir-lhe duas coisas:

1.^a que não lance no pé do olvido o pobre Real Gymnasio, a quem v. ex.^a votou ao mais
 completo ostracismo, em todos os seus escriptos, e que afinal foi o verdadeiro introductor e
 impulsor da gymnastica sueca entre nós e percursor de v. ex.^a no ensino e divulgação do mesmo
 methodo.

2.^a que sempre que v. ex.^a entenda para bem dos seus effeitos rhetoricos ir buscar ao pó dos archivos os officios que o Real Gymnasio Club Portuguez dirigiu em 1901-1902 aos poderes constituidos, v. ex.^a os leia, afim de que v. ex.^a possa marcar bem fundo o ignominioso ferrete do crime de os haver escripto e subscripto no nome modesto e humilde de quem assigna estas linhas.

Lisboa, 2 de novembro de 1904.

Alvaro Pereira de Lacerda

Ámanhã publicaremos uma carta do sr. Cesar de Mello, que a absoluta falta de espaço impediu de ser inserida hoje e que nós recebemos depois de composta a carta do sr. Alvaro de Lacerda.

Ainda a proposito da carta publicada pelo sr. F. Coelho recebemos do conhecido professor de esgrima sr. A. de Sousa Magalhães, a carta que em seguida transcrevemos:

Ill.mo e Ex.mo Sr.

Era grande fineza v. ex.^a dar publicidade a esta laconica carta em virtude d'um periodo da carta do sr. Luiz Furtado Coelho, publicada hontem no seu apreciadissimo *Jornal da Noite* n.º 459 de hontem 2 de novembro, periodo a que não posso deixar de responder, visto se me referir.

—“Diz Furtado Coelho que quando ultimamente (1902) Antonio Martins esteve no estrangeiro, levantou-se na imprensa uma campanha de descredito ao mestre, e elle, que tinha e tem tantos amigos, estava exposto, a descoberto a todos esses ataques, sem nenhum d'elles intervir em sua defeza: Chego a Lisboa, sei da campanha, saio logo á estacada em defeza do mestre, como era meu dever, e além do dever havia a amizade por elle e o *interesse* da propaganda.”

Todos que seguiram de perto a questão deveriam ter notado que Antonio Martins para se esquivar ao duello a que foi provocado escudou-se em Paris allegando ter eu sido o auctor da carta-réclamo enviada de Paris; enquanto na imprensa portugueza sahia uma carta em que allegava ser elle Martins o auctor da carta... isto é, a declaração feita na acta lavrada em Paris e a carta publicada em Lisboa em sua defeza, contradiziam-se. Eu apenas puz um confronto as duas coisas para o publico apreciar e tirar as conclusões que entendesse. tanto nada tinha que ver com o inicio da campanha que a redacção do *Diario de Illustrado*, publicou uma noticia declarando que eu era completamente estranho á carta que provocou o incidente.

Até hoje julguei que fôra Antonio Martins que tão levianamente se defendera, mas pelo periodo da carta do sr. F. Coelho, concluo que este sr. se arvorou em advogado e por tal signal que pessimamente defendeu a causa—entalou o cliente.

O sr. F. Coelho, a par de boas qualidades tem outras detestaveis, taes como, elevar os seus meritos, depreciando os restantes collegas. Attribuir a si proprio uma sabedoria que é a ultima palavra ao passo que os outros são nullidades. Nos reclamos que de antes fazia a Antonio Martins, incluia sempre a sua esposa.

Quando foi do duello Baracho Pinto dos Santos, sahiu nas *Novidades* com um artigo em ar de *interview* em que me atacou duramente. Porquê? porque o meu discipulo sahiu-se bem do duello. Até lhe chamou campeão da sala; quando agora lhe affirma que o ex.^{mo} sr. João Pinto dos Santos, é um dos mais fracos atiradores da sala d'Armas que tenho a honra de dirigir. A minha sala d'armas não tem campeão porque nunca se fez o campeonato e nunca se fará. Se o ex.^{mo} sr. dr. João Pinto dos Santos fosse regular no trabalho então seria um dos fortes atiradores da sala, mas frequentando apenas 20 dias em 360, nada é. Para o duello levou duas preparações e foi com essa preparação e os meus conselhos, que obteve tal resultado. O sr. F. Coelho que dá a entender que é um professor *nonplus ultra*, fazia grande favor de indicar qual é o seu melhor discipulo. Este pedido é pelo facto de se julgar o unico que sabe. No emtanto parece ter-se esquecido que com discipulos meus com que já jogou, não conseguiu a minima vantagem, nem tão pouco, total os mettade das vezes que foi tocado. Que me diz a isto? Poderia citar mais, mas reservo me, pois além d'esta ir longa, desejo finalizar propondo o seguinte:

—Attribuindo a que já fui criticado sem motivo e só mais tarde tive conhecimento da noticia que sahiu nas *Novidades* logo a seguir ao duello Baracho Pinto dos Santos e que me offendeu, mas como já excedera o prazo para qualquer retratação callei-me.

—Attribuindo á fôrma como pretendeu calumniar-me no incidente Martins-Labonne e não sendo agora ocasião azada para retratações por já estarem mais que expirados os prazos legais.

—“Convido o professor d'esgrima e gymnastica sr. Luiz Furtado Coelho, a procurar-me na Sala d'Armas da Liga Naval Portuguesa, todos os dias uteis das 4 ás 6 e meia horas da tarde, afim de apreciar de *visu a fôrma theorica* como exponho a *esgrima de florete*—transmittindo eu uma lição a um dos meus discipulos—*A lição pratica d'assalto ao florete*—jogando o sr. F. Coelho com um dos meus discipulos ou commigo—*A lição pratica de terreno*—jogando o sr. F. Coelho commigo—As condições são: armas=espada (épée), franceza ou italiana com lamina triangular e bem aguçada; *calçado*—de passeio; *luvas*—á vontade. No corpo apenas uma camisolla. Sem caraça ou qualquer protecção para a cabeça. *Terreno*=15 metros para recuar; terreno ganho não é cedido. *Desqualificado*—aquelle que ultrapassar o limite de terreno. *Combate*—seguido, sem repouso algum, terminando quando um dos adversarios esteja *realmente* impossibilitado de continuar. *Corpo a corpo e desarme* são permittidos.

Finalmente *demonstração pratica de sabre* (jogo de terreno). Condições identicas á da espada”

Espero que a resposta do sr. Furtado Coelho não irá além das 24 horas, se se sente com forças de levantar o desafio que tão singelamente proponho o que julgo ser o melhor argumento o fazer convencer-me que cada um deve guardar o que sabe e no caso de querer alardear a sua sciencia, não implicar com quem está socegado.

Desculpe sr. redactor do enorrisso espaço que tomo e considere-me sempre muito reconhecido.

De v. etc.

A. de Sousa Magalhães
Professor de esgrima

Sala d'Armas—Liga Naval Portuguesa, largo das Duas Igrejas—Lisboa, 3 de novembro de 1905.

N.R.—Por dever de lealdade publicamos todas as cartas que se relacionem com o assumpto, reservando-nos porém quasquer apreciações, e conservando-nos por agoira alheios á discussão.» (p. 2)

ANEXO A.6 - VIII

(Diário de Notícias, 4 de Novembro de 1904)

«Sports

A proposito da gymnastica

Carta do sr. Cesar de Mello á nossa redacção e outra de Furtado Coelho

Meu caro amigo:

Não ficou bem definido o fim da minha ultima carta, na precipitação com que foi escripta, porque l'a enviei sem a rever, o que me impediu de lhe alterar as passagens que, segundo a tua opinião, eram por demais violentas, e que o lapis azul da redacção cortou sem piedade, deixando-a incompleta.

Quando li o reclame que o tenente da administração militar sr. Furtado Coelho fez á sua pessoa junto aos srs. deputados da Nação, para demonstrar que mais ninguem é competente para ministrar em Portugal o ensino da gymnastica de Ling, ri-me da pretensão e lembrei-me de mostrar a incompetencia do citado official da administração militar. Foi n'esta ordem de ideias que te enviei a minha primeira carta. A precipitação com que foi escripta deixou-a tolhida, a censura completou o mal. Seja tudo em desconto dos meus peccados.

Antes de entrar directamente no assumpto permite-me que a opinião abalisada de um distincto professor, diga, á maneira de prologo, alguma coisa de minha justiça, explicando quaes requisitos necessarios a todos os que se dedicam a nobre missão de ensinar. Tem a palavra o sr. Luiz Filippe Leite: “Lembrou-me alguém de derivar a palavra *mestre* em latim *magister*, d'estas duas: *magis*, ter, mais tres vezes. So por si este achado salvaria os creditos das etymologias e dos etymologistas, perante este modo de ver com que na actualidade se encara tudo progressivamente. A etymologia com tal derivação, mostrou que tambem sabe olhar para traz e para deante ao mesmo tempo. *Respicit e prospicit*, como o Jano dos Pagãos.

E assim é: porquanto, mais que os outros tres vezes deve ser aquelle que se ennobrece com o titulo de mestre. As considerações todas que sobre a dignidade do magisterio se possam fazer, resumem-se n'esta trilogia de superioridade.

Mais que os outros em robustez, saude e conhecimento dos meios de conserval-o. Dá-o a temperança, dá-o contentamento, dão-n'o os bons costumes, assim como da saude nasce o contentamento que muito concorre para manter a pureza dos costumes. *Mens sana in corpore sano*.

Mais que os outros em saber. Adquire-se pelo estudo aprimorado (no mestre deve haver mesmo luxo de estudo) das materias que tivér de ensinar, e pelo conhecimento com muitas outras que teem analogia com as que professa.

Mais que os outros em moralidade. O estudo, a applicação e um regimen de todo o ponto hygienico, ajudarão a perpetuar-lhe os bons sentimentos, e desenvolver-lhe, cada vez mais, os germens moraes, que a Providencia lhe tiver a elle como a todos os homens depositado no coração.

Com a primeira superioridade sobrelevará na educação physica.

Com a segunda, na intellectual.

Com a terceira na moral.

Uma quarta superioridade tem de coroar as mais com que o mestre se destingue já. É a de ser mestre de si mesmo, quero dizer, superior, quanto humanamente possivel, ás proprias fraquezas, superior a pensamentos reprehensiveis, superior a omissões imperdoaveis.”

.....
.....

Isto disse-o um homem, por todos os motivos respeitavel, e foi com o fundamento d’esta opinião que eu disse o que era physicamente o sr. Coelho, para mostrar, por este lado a sua incompatibilidade com a profissão de professor de gymnastica.

Esta opinião não é sómente de L.F. Leite. Quem ler o magnifico trabalho do sr. W. Howard—*Physical Education in England* (talvez o sr. Furtado o não conheça, apesar da obra ser citada por vezes, por Lagrange, Tissié e outros) vê a pag. 46 o seguinte: “Assim como um professor de sciencia se deve impôr pelo seu talento, tanto na exposição das theorias que explica, como na sua demonstração, assim um professor de gymnastica deve impôr-se, principalmente, pelo seu aspecto physico, e isto sem faltar da dignidade de que se devem revestir todos os que ensinam. Na verdade, um professor que queira conservar n’uma lição collectiva a disciplina indispensavel ao bom funccionamento de uma classe, não póde ter, physicamente, qualquer defeito que o torne ridiculo aos olhos dos seus discipulos, sempre propensos a troça e ao riso.”

D’onde se vê que, como professor de gymnastica, o sr. Coelho está physicamente condemnado.

Quanto ás qualidades intellectuais, a segunda superioridade requerida por Filipe Leite a todos os que se julgam mestres, sei que o sr. Furtado Coelho tem publicado alguns artigos sobre esgrima com o pseudonimo de—*De Bergerac*, um ou dois relatorios de gymnastica como professor do Club Naval Madeirense, ultimamente deu á luz a carta aberta aos senhores deputados da nação, e que eu saiba, ainda não fez mais nada a não ser uns elogios a si proprio, como se demonstra pelo convencimento em que muita gente está, de que foi magnifico, entre outros, o assalto que fez ha annos no salão da Trindade com o conde de La Falasse; e como além d’isso se póde ver na sua ultima carta publicada no *Jornal da Noite*.

Ora, será recorrendo ao que o sr. Coelho tem _____ que hei-de mostrar o pouco ou nenhum _____ eus conhecimento technicos—na parte _____ respeito á educação physica.

Deus me _____ rer entrar nos dominios da administração _____ de não duvido que s. ex.^a seja um ornamento. Perdão! *Ornamento* talvez não seja bem o termo, porque póde haver alguém mal intencionado que por conclusões tiro que *ornamento* é uma coisa que servem para ornamentar e as coisas que servem para ornamentar, em geral são inuteis, se só servem para esse fim. Por isto talvez seja melhor substituir um *ornamento* por uma *summidade*.

A emenda ficca feita e com ella me livro das más interpretações.

Com respeito ás qualidades moraes exigidas, segundo F. Leite a qualquer mestre, passarei em claro, tanto mais que basta a falta d'um dos predicados exigidos para mostrar a incapacidade de qualquer concorrente seja em que ramo fôr do saber humano; e isto sem fallar já da quarta superioridade com que um mestre se deve distinguir: a de ser superior, *quanto humanamente possivel as proprias fraquezas, superior a pensamentos reprehensíveis, superior a missões imperdoáveis*.

E creio que o que fica dito é o necessario para mostrar a incompetencia do sr. Coelho como professor de gymnastica.

Agora vou tratar da carta do tenente da administração militar sr. Coelho publicada no *Jornal da Noite* de 2 do corrente. E sito partindo do principio de que o que s. ex.^a escreveu é uma carta.

Continua o sr. Coelho a sustentar que foi bem intencionado ao escrever a decantada carta aos Srs. Deputados da Nação, porque—diz elle—não é mal intencionado quem procura a remuneração de um trabalho. Realmente não é mal intencionado quem assim precede, mas não sei que nome se deva dar (sei, mas não dou) a quem para obter um fim não olha aos meios, como succede com o sr. Coelho, que deprecia o valor d'outros que o teem em grau muito mais elevado, para se apresentar como uma auctoridade.

Pergunta-me s. ex.^a se conheço alguém que tivesse passado “um anno trabalhando dia a dia com afan, com amor, com enthusiasmo, sem remuneração, nem qualquer interesse a favor de uma causa altruista, tão sómente porque a julgasse bôa”. Conheço, meu caro sr. mas olhe que com palavras elogiosas ás coisas boas que faço, se é que eu já fiz alguma coisa boa. espero sempre que outrem m'o diga, o que já não succede ao sr. Furtado.

Tudo isto veiu a proposito de dizer que conheço não só uma pessoa—mas muitas que teem trabalhado durante annos dia a dia sem alguma remuneração, e para não ir mais longe basta citar os directores dos nossos clubs de sport, que acceitam os cargos para que são nomeados pelas respectivas assembléas geraes, sem a idéa de qualquer remuneração, mas simplesmente com o intuito de trabalharem a favor de uma causa com que sympathisam. e que eu saiba ainda nenhum d'elles se veiu publicamente queixar de que era um martyr!

Não sei para que falla o sr. furtado em Antonio Martins. O nome d'este illustre mestre d'armas está muito acima d'estas discussões, tanto pela nobreza do seu character, como pelo elevado dos seus sentimentos. O nome de Antonio Martins não veiu nada a proposito na ultima carta do sr. Furtado, a não ser que s. ex.^a tivesse tido a intensão de dar um publico testemunha da grande amisade que, diz na tal carta, lhe dedica. Então, sim; e ficam-lhe muito bem esses

sentimentos, e faço votos para que mantenha essa opinião durante muitos annos, para compensar a epocha muito recente ainda em que dizia exactamente o contrario.

No seu entender mais ninguem conhece em Portugal a gymnastica de Ling, porque a unica gymnastica que aqui se tem cultivado é a do apparelho. E agora s. ex.^a prova que tem auctoridade para fallar sobre a gymnastica sueca porque “em 1882 no Colyseu dos Recreios, Withoyne foi o primeiro amator que apresentou o trabalho de tres barras fixas” o que, no entanto, é falso como se vê do programma—que transcrevo—da unica festa de amadores dada em Lisboa n’essa epocha, e onde o sr. Coelho nem sequer trabalhou n’uma barra fixa (torniquete).

**Programma do Sarau Inaugurativo
do**

COLYSEU DOS RECREIOS

**Offerecido a S. M. El-Rei D. Luiz
PELO**

Real V. C. P. em beneficio dos Albergues Nocturnos de Lisboa

1.ª PARTE

- 1.º—Grupos de escadas—pelos ex.^{mos} sers. João Xafredo, J. Gomes da Costa, Julio Simas, Luiz Villar, Henrique Moreira e Luiz Furtado Coelho.
- 2.º—Torniquete (Barra fixa)—pelos ex.^{mos} srs. João Bravo, Mendo Ornellas, Julio Simas, F.P. e Alberto Martins.
- 3.º—Duplo trapezio—Antonio Infante.
- 4.º—Equilíbrios no trapezio—Antonio Infante.
- 5.º—Pesos (Exercicios de força)—Duarte Holbeche.
- 6.º—Reldemonio—Cavallo em Alta Escola, amestrado e apresentado pelo ex.^{mo} sr. José Martins de Queiroz.

2.ª PARTE

- 7.º—Voos—Mendo Ornellas e João Xafredo.
- 8.º—Argolas—Frederico de Avellar, João Bravo, Julio Simas, J. Gomes da Costa e Luiz Villar.
- 9.º—Dragão—Cavallo em Alta Escola, amestrado e apresentado pelo ex.^{mo} sr. José Martins de Queiroz.
- 10.º—Parallelas aereas—Francisco Xafredo e José Lazameta.
- 11.º—Quadruplo trapezio—João Xafredo, Alberto Martins, Henrique Monteiro e L. Furtado Coelho.
- 12.º—Corda indiana—Antonio Infante e David Araujo.

Diz o sr. Coelho que eu sou ou devo ser auctoridade. Não é necessario se-lo para fazer o que estou fazendo: expurgar a classe d’alguns ignorantes muito mal intencionados. É uma questão de hygiene.

A respeito das *medalhas* concedidas ao sr. Furtado pelo Real Gymnasio Club, temos conversado. S. ex.^a sabe melhor que a minha humilde pessoa que essas medalhas eram concedidas indistinctamente a todos os amadores que trabalhavam em festas dadas ou organisadas pelo mesmo Club, como actualmente se distribuem ramos com fitas de seda bordadas ou pintadas, sem que isso represente para qualquer um titulo de gloria.

O primeiro premio ganho no unico concurso de gymnastica que houve em Portugal parece que deveria ser uma coisa que mais ninguem obteve no mesmo concurso. E o sr. Coelho sabe perfeitamente que havia muitos primeiros premios, um para cada capacidade, e tanto que, por exemplo, Miguel Carlos Alves obteve uma medalha de prata (1.º premio de capacidade) a subir uma corda em competencia com Thomé Coelho, representando o Club de S. Paulo (Club de Lisboa).

Diz o sr. Coelho na sua carta, que poderia dizer muito mais, mas não diz. Não acredito, tenha paciencia.

O sr. Coelho tambem falla nos seus discipulos Villar, Wadington, Possolo, etc.

Ora todos os que n'essa epocha frequentavam o Real Gymnasio sabem perfeitamente que os professores do Club eram Francisco Xafredo e Mendo Ornellas.

E disse

Cesar de Mello

Meus caros srs. Lacerda, Cesar e C.^a

Estimarei que ao lerem esta estejam de perfeita saude, em companhia de quem mais estimam, eu cá vou indo, graças a Deus, sem maior novidade, quem, porém, tem passado um tudo nada indisposto é o vosso primo, o Chico da Moita, que apezar das pilulas Pink do Real Gymnasio, de que o sr. Lacerda tem feito tanto réclame, está resolvido a experimentar a Salsa parilha da esgrima mulata ou a Agua Florida das forças do sr. Cesar. Mas vista a pouca efficacia da primeira diz ter um certo receio de experimentar estas ultimas drogas, porque alem de ter de gastar dinheiro, lhe vae parecendo historia isto de réclame á americana.—A proposito de réclame, lembra-me agora uma anedocta tambem passada na America. estava-se ali construindo uma importante linha ferrea, para communicação rapida das principaes cidades dos Estados Unidos com o longinquo Far-West. A construcção fazia-se simultaneamente, partindo dos pontos extremos para o centro. Ao passo que a construcção avançava iam-se construindo as “gares” e os comboyos circulavam até aos terminus da linha. Junto a uma d'estas estações terminus, que por muito tempo serviu de limite a essas viagens, começou a fundar-se uma cidade, que como todas as cidades nascentes, na America, principiou por uma só rua, muito larga e comprida, bordada de casas de madeira de ambos os lados. Deu-se o caso de n'essa rua se estabelecerem tres sapateiros. Um na embocadura da rua, logo á entrada, outro a meio, pouco mais ou menos, e outro quasi no fim.

Ora por ali transitavam diariamente os centenares de viajantes, que os comboios desejavam continuamente na gare e que a pé, a cavallo ou de carro se dirigiam á outra gare, para seguirem viagem. Notou-se logo que os dois primeiros sapateiros, faziam mais negocio,

emquanto o terceiro pouco ou nenhum conseguia fazer. Desgostou-se este, e, como bom americano, lembrou-se de fazer réclame á sua loja. Para esse fim, mandou collocar nos muros da gare, em grandes letras, o seguinte letreiro=*Ao primeiro sapateiro da America*=indicando o local do seu estabelecimento. claro está que a concorrência mudou logo, começando este a fazer muito mais negocio. O que tinha a loja no meio da rua, mandou, dias depois fixar ao lado dos réclames do seu visinho uns grandes cartazes dizendo ser elle=*o primeiro sapateiro do mundo!*

Succedeu com este, o que já succedera com o anterior. Açambarcou a concorrência quasi por inteiro.

Pois se elle era o primeiro do mundo!

O que ainda nada fizera e que fôra o primeiro a estabelecer-se n'aquella rua e que por isso tinha o melhor local, em vista da enorme freguezia arranjada pelos visinhos com réclames pomposos, mas falsos como Judas, disse de si para si. "Elle é isso, vocês fazem réclames? Pois eu tambem os vou fazer". N'uma bella manhã, depois do comboio ter despejado os seus passageiros n'aquella estação, começou a rua a animar-se com o movimento usual, e com grande espanto dos sapateiros que tinham os seus réclames na gare, nem um unico freguez lhes apparecia, ao passo que o visinho da embocadura da rua tina o estabelecimento cheio de gente. A razão era simples. Quem entrava na rua, via em grandes cartazes suspensos, que a tomavam de lado a lado, o seguinte letreiro=*Ao primeiro sapateiro d'esta rua.*

Os extremos tocam-se.

Estimarei que continuem a passar bem em companhia de quem mais estimam; eu ao fazer d'esta continuo como d'antes.—Ponto final.

Furtado Coelho.» (p. 2)

ANEXO A.6 - IX

(O Jornal da Noite, 5 de Novembro de 1904)

«Sports

A proposito da gymnastica

Uma carta do sr. Alvaro de Lacerda a Furtado Coelho

Meu caro Furtado.

Decididamente v. quis fazer um *bluff*. Sem jogo nenhum desafiou toda a gente, berrou alto e sonoro que quem quizesse discutir, o tinha ali para todos os effeitos. Afinal v. viu que os parceiros tinham melhor jogo, que a coisa não dava resultado e ... passou-se.

A partida foi bem feita. V. tem queda para fazer *cluffs*. Eu cahi, tomei-o a serio.

Paciencia. É uma lição.

A carta de v. de hontem, deixou-me um pouco atrapalhado. Eu não percebi nada.

Objectivamente ella, a sua carta, recheada de plebeismos, ouvidos ahi á esquina do Suisso, tem por missão, parece, chamar-me sapateiro.

E para isto, levou você tanto tempo! O qualificativo não me deshonra. Se v. pretende insultar (e aqui se revela ainda a influencia funesta ahi da esquina, em v. que é um homem fino) faça-o por claro. Eu, francamente, assim não percebo.

A anedocta é velha.

Se lhe botei epistola foi porque, tendo-me v. feito o favor de me ler o seu escripto, antes de elle ver a luz da publicidade, eu fiz-lhe então uns reparos, reparos que me ficava mal não repetir publicamente, tanto mais que v. os desprezou. Que eu saiba nunca defendi pessoas, tenho sempre defendido as ideias que ellas representam, portanto nunca fiz reclames.

Subjectivamente a sua carta é uma retirada desairosa. É claro que v. não podia levar consigo as armas e bagagens que não possuia.

V. veio para a arena sem nenhuma aprestos guerreiros; chegou ao campo da liça pulou para a direita, pulou para a esquerda, fez uma algazarra dos diabos, no seu louvavel costume, bateu com força na lata vasia da sua sciencia e... sumiu-se.

E eu a tomal-o a serio, homem, eu a ver-me já embrenhado n'uma discussão **scientifica** e a ter, para lhe responder, de me socorrer d'algum espirito santo de orelha ou de ler o tal Lagrange e o tal Demeny em que v. tanto fala.

E o que é facto,—agora que o negocio está terminado, deixe-me dizer-lhe aqui para nós que ninguém nos ouve,—eu estava com medo!

V. diz que sabe tanta coisa e eu sei que nada sei!

Afinal de contas era a brincar, era a fingir.

E você, Furtado, é por vezes um pouquinho incoherente.

V. disse que estaria prompto a discutir com quem tratasse o assumpto com boas formas e eu, então, bruni aquelle parco numero de adjectivos que ha annos adquiri para as occasiões solemnes e procurei ser o adversario por quem v. anciára.

Mas, perdi o meu tempo v. já não está para isso.

Francamente, ou v. anda a mangar com a tropa ou eu não o entendo.

Lá que v. não acceite o repto do Magalhães vá, aquillo doe, sem ponta aguçada, mas commigo que puz rabicho, calcei meias de seda e de *talon rouge* e punhos de renda, todo medidas, o desafiei para um combate em que só havia a derramar alguma tinta... *et pas plus...*

Não entendo e não caio n'outra.

Seu amigo e obrigado,
Alvaro Pereira de Lacerda.» (p. 2)

ANEXO A.6 - X

(O Jornal da Noite, 7 de Novembro de 1904)

«Sports

A proposito da gymnastica

Uma carta do sr. Furtado Coelho

Meu caro Lacerda

Em vista da sua—ousada—insistencia e principalmente da ideia original, que v. confessa ter tido, de se vestir de casaca, calção e meia de seda, e ter posto cabelleira de rabicho, punhos de renda e sapatos de—talons rouge!—para me escrever a primeira carta, não posso deixar de lhe responder, ainda que bem contrariado, pois não lhe queria tirar illusões, a si e... a mais alguem.

Mas. diga-me, que mania foi essa de se mascarar antes do entrudo?

.....
.....

—Diz v. na sua carta que achar-se-hia em serios embaraços se eu lhe respondesse, porque se veria embrenhado n'uma questão scientifica. Creia que não é preciso muita sciencia para lhe responder cabalmente. Ha na sua primeira carta dois pontos importantes, que são a—*lata vazia*—dos seus argumentos, e em que v. bate com bastante estrondo. O primeiro é a classe de gymnastica aos professores, regida pelo dr. J. Santos, e a que v. chama, gymnastica sueca! O segundo ponto é o da *responsabilidade*, assumida por si. Procedamos com methodo. Vamos ao primeiro. Pelos fins de setembro ou principios de outubro de 1901, comecei eu a reger,—*por amor da arte*—uma classe de gymnastica sueca, methodo de Ling, na sala d'armas de Antonio Martins; eram então meus discipulos entre outros, os srs.: Antonio e Arthur Bebiano; José e Camillo d'Azevedo Castello Branco; Arthur Campos Henriques; Trindade Coelho, etc., etc. Em dezembro d'esse anno, disse-me Antonio Martins que eu devia assistir a uma classe de gymnastica, regida por um medico portuguez que viera da Suécia, a qual tinha logar, as tardes, no salão do Real Gymnasio Club. N'uma tarde d'esse mez, pedi ao meu amigo Candido Fernandes, o obsequio de alli me acompanhar, ao que elle promptamente acedeu com a sua acostumada gentileza. Foi então, que eu tive o ensejo de assistir á tal classe, em companhia tambem do sr. Lacerda, que chegou um pouco depois de mim. Essa classe, como o meu amigo deve estar lembrado, era constituida por **um só grupo**. N'esse grupo estavam individuos cujas edades variavam entre 20 e 60 annos! O que me causou, porém, maior espanto, foi vêr todos esses, *alumnos-professores*, executarem simultaneamente, com maior ou menor correcção, os differentes exercicios que lhes eram ordenados; não parecendo haver differença entre um coração de 25 annos e um de 60! As pulsações eram identicas, as valvulas produziam o mesmo trabalho, e *insufficiencias* não existiam!!!

Diz o dr. Hjalmar Ling, que foi o continuador da obra de seu pae, Per-Herwick-Ling, o fundador do systema sueco:—“Quando o numero de individuos, a que se ministra a instrucção da gymnastica, fôr avultado, ou haja entre elles differenças sensiveis de idade, força e desenvolvimento, deve se dividil-o em pequenos grupos, *segundo essas differenças*, e cada grupo terá o seu *programma especial* de exercicios.”—Ora nem eu, nem o meu amigo, vimos— nada d’isso. O meu espanto augmentou ainda, quando a meio dos exercicios, te vejo sahir da classe e vir sentar-se junto a mim, um dos alumnos-professores, demonstrando, pela lividez das faces, e pela respiração offegante, evidentes signaes de grande fadiga; pouco tempo depois, a este, juntou-se um outro, em identicas circumstancias, declarando-me ambos, que aquelles exercicios já não eram para as suas edades. Diz ainda, o dr. Ling—“Ao terminar a lição do dia, os movimentos do coração e as respirações, devem ser fortes, profundas, mas *calmas*.”

Não faço commentarios. Deixo-os ao cuidado das pessoas illustradas e intelligentes, que por ventura lerem esta minha despretenciosa carta. O meu amigo foi testemunha presencial do que acabo de narrar, talvez porém se não recorde hoje, porque, com certeza, lhe não ligou maior importancia. Eis a razão da sua—ousada—insistencia. Parece-me, tambem, que o meu caro amigo Lacerda, deve estar convencido, que eu não aprendi grande coisa, com esta lição a que, de resto, eu não assisti por completo, porque em seguida ao facto que acima aponto, me retirei; não tendo depois, tornado a assistir a mais nenhuma. Com respeito ao segundo ponto, tenho a dizer: Quando um club ou uma sociedade dirige um officio a qualquer estação superior, é sempre o presidente d’essa aggremação que assigna esse officio, sem deixar por isso, a associação de ser responsavel, pelo seu contheúdo. Muito mais, n’este caso, em que o officio, tratava de um assumpto technico, e no R. G. Club existia um conselho technico, composto por professores, que por certo, foi ouvido antecipadamente; estando eu convencido que o meu amigo, não o desauthorisou assignando um officio que exprimisse o contrario do sentir dos membros d’esse conselho. Com isto julgo ter-lhe respondido—cabalmente.—Deixe-me dizer-lhe, não sei jogar o *bluff*.

.....
.....

Mas que diacho de ideia teve v. de se vestir de Ché ché, para escrever a tal carta? Dá-me vontade de lhe dizer: Adeus, oh! salsa.

Seu amigo, muito grato
Furtado Coelho.» (p. 2)

ANEXO A.6 - XI

(O Jornal da Noite, 8 de Novembro de 1904)

«Sports

A proposito da gymnastica

Uma carta de Alvaro de Lacerda ao “Jornal da Noite”

Sr. redactor do *Jornal da Noite*

Peço-lhe o obsequio da publicação do seguinte:

Achando-se ausente da sua patria o dr. Jorge Santos que em 1901 dirigiu no Real Gymnasio, sem interesse material de especie alguma, uma classe de gymnastica, methodo sueco, e sendo eu o presidente da direcção d’aquelle club n’essa epocha, entendo de meu dever declarar desde já o seguinte, afim de desfazer a calumnia que o auctor da carta de hontem no seu jornal faz áquelle nosso ilustre compatriota ausente, atacando-o na sua auctoridade profissional.

1.º—O dr. Jorge Santos é medico pela faculdade de medicina de Paris e permaneceu após a sua formatura um anno na Suecia, afim de nos seus melhores institutos se aperfeiçoar no estudo da gymnastica, tanto medica como pedagogica.

2.º—A 1.ª classe do dr. J. Santos no Real Gymnasio, em que tomaram parte como discipulos os nossos primeiros professores de gymnastica, foi encetada, dirigida e continuada com o unico fim de demonstrar praticamente o que era o methodo sueco, n’um numero curto de licções e não o de obrigar um certo numero de individuos a fazer gymnastica em classe com um fim hygienico.

3.º—O dr. Jorge Santos regeu a seguir (sempre obsequiosamente) durante um anno lectivo uma classe de meninas tal como o methodo de Ling o exige.

O dr. J. Santos é medico e esteve na Suecia a estudar gymnastica. Este facto só por si basta para desfazer o espirito da carta de hontem que pretende fazer passar aquelle compatriota por um intrujão ou por um imbecil.

Não posso comprehender bem a que vem este inaudito ataque ao dr. J. Santos. Talvez seja por elle estar longe, lá em Paris.

O dr. J. Santos *innumeras vezes se fartou de explicar* que o curso que estava dirigindo era uma explanação pratica do methodo sueco, de Ling, onde os exercicios, ou as differentes attitudes eram executados, pela ordem indicada, mas sem respeitar o tempo, de sorte que cada sessão se compunha d’um numero de lições, que, segundo o methodo sueco, devem levar longos mezes a executar.

Esta classe destinava-se *unicamente* a servir de estudo aos individuos que n’ella tomavam parte e que, conhecendo o methodo de Ling pela leitura de varios tratados, desejavam executar elles proprios as suas lições e assim apreciar qual a sua sequencia, divisão e efficacia.

De resto, qualquer pessoa, mesmo o cerebro menos culto, comprehende que se não póde por uma creança de 10 annos, um rapaz de 16 e um velho de 60 a correr a par, e ninguem, a não ser o citado auctor da citada carta foi ainda compllido a ler o Ling pae e o Ling filho para comprehender uma verdade que salta aos olhos de quem conheça tanta phisiologia como eu.

Se o Ling não tivesse dito mais do que aquillo que o auctor da carta lhe imputa, não tinha jus nenhum á fama universal de que gosa. E ainda bem que o Ling morreu sem esperar por defensores d'esta ordem, aliás matava-se ao ver-se tão intensamente comprehendido.

Valha-nos Deus. Sabe, sr. redactor, a este o que lhe fez mal?

Foi o exame de instrucção primaria!

Grato amigo

A. Lacerda

P.S.—Claro está que confirmo mantendo todas as minhas anteriores asserções.» (p. 2)

ANEXO A.6- XII

(O Jornal da Noite, 9 de Novembro de 1904)

«Sports

A proposito da gymnastica

Uma carta do sr. A. de Lacerda

Sr. Redactor

Relendo a minha carta de hontem publicada no seu jornal, vi que a palavra **calumnia** era descabida na minha carta dadas as intenções com que a escrevi, intenções que se limitavam a rectificar os factos deturpados na carta do sr. Furtado Coelho, deturpação de que podia resultar prejuizos para terceiros.

Julgo de meu dever fazer lealmente esta declaração e agradecendo a inserção d'estas linhas, seu

De v. etc.

A. Lacerda..» (p. 2)

ANEXO A.6 - XIII

(Diário de Notícias, Quarta-feira 18 de Fevereiro de 1914)

«Gimnastica sueca

«A expansão da gymnastica sueca entre nós tem-se afirmado pela criação de cursos por toda a parte, salas, clubs, escolas, institutos particulares, etc., e até pela vinda de um professor sueco, que há meses está em Lisboa, dirigindo classes na Escola de Educação Física. Agora, mais um facto vem dar prova de que a gymnastica sueca está ganhando dia a dia aceitação e adeptos.

O mesmo professor, que é mr. Koo Kollberg, vai abrir uma classe para senhoras, devido a solicitações especiais. São exigências do meio que o forçam a isso, não é a sua iniciativa.» (p. 2)

ANEXO A.6 - XIV

(Diário de Notícias, Sexta-feira 27 de Fevereiro de 1914)

«Gimnastica sueca

Um curso para senhoras

«Vai abrir na Escola de Educação Física um curso de gimnastica sueca para senhoras, que será dirigido pelo professor sueco Koo Kollberg. A inscrição está aberta e contém já alguns nomes.» (p. 5)

ANEXO A.6 - XV

(Diário de Notícias, Sexta-feira 6 de Março de 1914)

«Gimnastica sueca

Curso para senhoras

Estão muitas senhoras inscritas para frequentarem o curso que o professor sueco Koo Kolberg vai dirigir na Escola de Educação Física. A criação deste curso representa um largo passo na história da cultura física no nosso país, e é um facto a atestar o progresso que esse ramo de educação tem feito entre nós.» (p. 5)

ANEXO A.6 - XVI

(Diário de Notícias, Quinta-feira 16 de Abril de 1914)

«Gimnastica sueca

Koo Kohlberg, o excelente professor sueco que na Escola de Educação Física tem dirigido classes para senhoras, meninas, homens e crianças, tem-se imposto no nosso meio como uma autoridade na sua especialidade. Os resultados já obtidos, e devidamente registados, são magníficos e satisfazem plenamente os alunos. A vinda de Kohlberg para Portugal foi um belo acto da gerencia da Escola. A inscrição nas classes, que é permanente, faz-se na secretaria da Escola, rua da Escola Politecnica, 60.» (p. 2)

ANEXO A.6 - XVII

(Diário de Notícias, 21 de Janeiro de 1925)

«Desportos

Educação física

Inicia-se amanhã um curso no Gimnásio Club Português

No Gimnásio Club Português inicia-se amanhã o anunciado curso de educação física, sob a direcção do distinto médico sr. José Pontes, presidente do Comité Olímpico Português, cuja competência em assuntos de educação física está bem comprovada.

Em 1916, no período de preparação para a Grande Guerra, por ordem do ministro general sr. Norton de Matos, já o sr. dr. José Pontes, no Hospital Militar da Estrela e Instituto de Santa Isabel, dirigiu um curso para enfermeiras de fisioterapia, o qual foi muito frequentado, não só por aqueles para quem era destinado, como por inumeros médicos e professores de gymnástica.

O Gimnásio Club Português, no desejo de que o curso de educação possa ser frequentado por todos os que se interessam pelos vários problemas dessa educação, resolveu fazer livre a frequência deste curso, o que é para louvar.

O curso é dividido em três períodos, sendo o primeiro de anatomia e fisiologia dos movimentos, o qual interessa principalmente áqueles que ainda não estão iniciados no estudo da anatomia, e será dado em sete lições; o segundo e o terceiro, sobre reeducação e fisioterapia, são já os períodos de aplicação que interessam a todos os médicos e professores de gymnástica que estudam o problema da educação física, sob o ponto de vista pedagógico.

As lições, que se efectuam ás terças e quintas-feiras, ás 21 horas, serão depois reunidas num livro para se não perder uma tão útil iniciativa.» (p.)

ANEXO A.6 - XVIII

(Correio da Manhã, 22 de Janeiro de 1925)

«Gymnasio Club Portuguez

Conferencias sobre educação physica

Brevemente será iniciada no Gymnasio Club a serie de conferencias sobre educação physica, que estão despertando bastante interesse.

As conferencias serão inauguradas pelo notavel sabio e professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, dr. Henrique de Vilhena.

A esta conferencia seguir-se-hão outras por competentes pedagogos e medicos. A entrada n'estas conferencias é livre.» (p.)

ANEXO A.6 - XIX

(Comercio das Colónias, 21 de Janeiro de 1925)

«Gymnasio Club

Curso de Educação Physica

É na próxima quinta-feira, 22, que no Gymnasio Club se inicia o annunciado Curso de Educação Physica, sob a direcção do distincto medico sr. José Pontes, cuja competencia em taes assumptos está bem comprovada. Em 1916, no período de preparação para a grande guerra, por ordem do Ministro Norton de Mattos, já o dr. José Pontes, no Hospital Militar da Estrella e Instituto de Santa Isabel, dirigiu um curso para enfermeiras de physioterapia, que foi muito frequentado, não só por aquelles a quem era destinado, como por inumeros medicos e professores de gymnastica.

O Gymnasio Club no desejo de que este curso, possa ser frequentado por todos que se interessam pelos varios problemas da educação physica, resolveu fazer livre a frequencia d'este curso, o que é para louvar. O curso é dividido em 3 periodos, sendo o primeiro anatomia e physiologia dos movimentos, que interessa principalmente áquelles que ainda não estão iniciados no estudo da anatomia, e será dado em 7 lições; o segundo e terceiro periodos sobre reeducação e physioterapia, que são já os periodos de applicação, interessa a todos os medicos e professores de gymnastica, que estudam o problema da educação physica sob o ponto de vista pedagógico.

As lições serão dadas às terças e quintas-feiras, ás 21 horas, e serão depois reunidas em volume para se não perder tão útil iniciativa.» (p.)

ANEXO A.6 - XX

(Mundo, 21 de Janeiro de 1925)

«Educação Física

A abertura do novo curso

Conforme annunciámos, realizou-se ante-ontem, no Ginásio Club a abertura deste curso, sob a direcção do sr. dr. José Pontes. A primeira lição sobre fisioterapia esteve largamente concorrida não só por professores de ginastica como medicos, officiais da armada e do exercito, etc. A segunda lição é na proxima terça-feira, ás 21 horas, sendo a entrada livre a todos aqueles a quem estes assuntos interessem. Não há inscrição e a frequencia é inteiramente gratuita.» (p.)

ANEXO A.6 - XXI

(Comercio das Colónias, 24 de Janeiro de 1925)

«Curso de Educação Physica

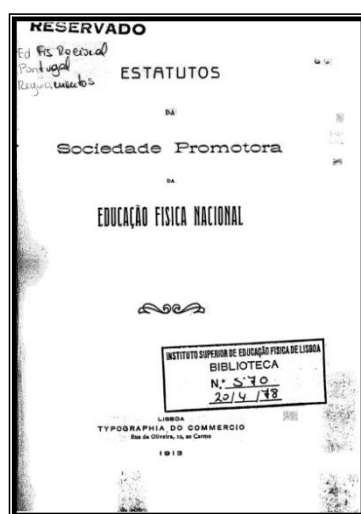
Conforme annunciamos realizou-se hontem no Gymnasio Club, a abertura d'este Curso, sob a direcção do sr. dr. José Pontes. A primeira licção sobre physioterapia esteve largamente concorrida, não só por professores de gymnastica, como medicos, officiaes da Armada e do Exercito, etc.

A segunda licção é na proxima terça-feira, 27 do corrente, ás 21 horas, sendo a entrada livre para todos aquelles a quem estes assumptos interessem. Na ha inscripção e a frequencia é inteiramente gratuita.» (p.)

A.7

- Estatutos da Sociedade Promotora da Educação Física Nacional
- Fins da Liga de Estudo e Propaganda de Educação Física

ANEXO A.7 - I
ESTATUTOS
da
SOCIEDADE PROMOTORA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NACIONAL



«CAPITULO I
Denominação, sede e fins

Art. 1.º

Sociedade Promotora da Educação Física Nacional é a denominação de uma associação de carácter civil com sede em Lisboa.

Art. 2.º

Os fins desta sociedade são os seguintes:

- 1.º - Promover a educação física por todos os meios ao seu alcance, tendo em vista a educação da vontade e a formação do carácter;
- 2.º - Tratar de colher e coordenar todos os elementos de estudo que sirvam de base às modificações a introduzir na orientação e organização da educação física nacional;
- 3.º - Promover o aperfeiçoamento e unificação do ensino em todos os ramos da educação física, lançando as bases de um instituto superior de educação física;
- 4.º - Promover e animar as iniciativas particulares dando-lhes a unidade necessária para que todas as instituições de qualquer ramo de educação física ou que com esta tenham relação, possam auxiliar ou favorecer os fins da Sociedade;

A Educação Física no Sistema Educativo Português

5.º - Promover junto dos poderes públicos a adopção de todas as medidas que possam concorrer para o progresso da educação física em Portugal, bem como a regulamentação de todas as provas desportivas;

6.º - Difundir, dentro da sua esfera de acção, por todos os meios que julgar convenientes os conhecimentos e práticas da higiene;

7.º - Procurar implantar e desenvolver desde os jardins de infância até às escolas superiores e nos centros operários a educação física em todas as suas modalidades;

8.º - Oferecer um centro de apoio moral e de solidariedade a todas as instituições e associações de educação física;

9.º - Despertar e incitar por meio de activa propaganda o interesse público pela causa da educação física nacional;

10.º - Cooperar com o Estado na solução de todos os problemas que digam respeito ao progresso da educação física nacional, quando para isso fôr solicitada;

11.º - Promover a reunião de congressos onde possam ser discutidas todas as questões que interessem á educação física;

12.º - Logo que os seus recursos lhe permitam publicar um boletim destinado a elucidar os seus associados sobre todos os trabalhos realizados;

13.º - Criar tambem, sendo possível, uma revista de educação física.»

ANEXO A.7 - II

Liga de Estudo e Propaganda de Educação Física

«Fins da Liga

Promover a educação física pelos meios ao seu alcance, tendo em vista a educação da vontade e a formação do caracter; tratar de colher e coordenar todos os elementos de estudo que sirvam de base ás modificações a introduzir na orientação e organização da educação física nacional; promover o aperfeiçoamento e unificação do mesmo em todos os ramos da educação física; promover junto dos poderes publicos a adopção de medidas que possam concorrer para o progresso da educação física em Portugal; procurar implantar e desenvolver, desde os jardins de infancia até ás escolas superiores a educação física em todas as suas modalidades; cooperar com o Estado na solução de todos os problemas que digam respeito ao progresso da educação física nacional, quando para isso fôr solicitada; velar pelo prestígio e dignidade dos professores de educação física bem como zelar e defender os seus interesses materiais.

Para conseguir estes fins a Liga dispõe dos seguintes

Meios

Sessões periodicas (com apresentação e discussão de trabalhos), conferências e congressos; observações e experiências que concorram para o aperfeiçoamento dos métodos de educação física; promover e instituir exhibções de gymnastica pedagógica e provas de educação física inter-escolares; criação de uma biblioteca para divulgação das fontes escritas de cultura pedagógica, publicação de uma revista de educação física; reclamar junto dos poderes publicos sobre assuntos que digam respeito ao aperfeiçoamento e divulgação do ensino da educação física nos estabelecimentos de ensino e aos legítimos interesses do respectivo professorado.

Podem ser:

Socios

«Os professores de educação física oficialmente diplomados, os professores de gymnastica pedagogica do Gimnasio Club Português e do Centro Nacional de Esgrima com tres anos consecutivos de serviço e respectiva boa informação idónea, (socios efectivos); medicos, professores e mais individuos que pelos seus estudos desejem colaborar nos fins da Liga (sócios extraordinarios); estudantes das escolas superiores e normais e por todos os individuos que provem desejar auxiliar a Liga com os seus meios de propaganda que possam dispor (sócios agregados) e todos os individuos, residentes fóra de Lisboa e queiram auxiliar com a sua acção nas localidades em que residam os fins da Liga (sócios correspondentes). Os professores não diplomados que queiram ser socios efectivos sujeitam-se a uma prova de competencia perante um conselho técnico.»

A.8 Notícias relativas a Sociedade Promotora da Educação Física Nacional

ANEXO A.8 - I

(O Século, 2 de Abril de 1910)

«A educação physica na escola primaria

A Sociedade Promotora de Educação Physica Nacional discute e redige as suas respostas ao inquerito parlamentar

No salão nobre do Centro Nacional de Esgrima reuniu hontem o conselho geral da Sociedade Promotora de Educação Physica Nacional, convocado expressamente para apreciar e discutir as respostas ao inquerito parlamentar sobre a educação physica nas escolas primarias. As respostas tinham sido debatidas e redigidas pelas commissões de inquérito, pedagogia, hygiene e gymnastica e discutidas em reuniões de direcção da sociedade. A discussão no conselho geral era unicamente para as sancionar. Foram approvadas depois de ligeiras alterações e devem ser elaboradas definitivamente por uma commissão de redacção e depois enviadas ao parlamento.

No trabalho da Sociedade há muito ensinamento precioso. Nas respostas está mais ou menos espelhado o estado actual do ensino da gymnastica e vae delineado o que vae ser a educação physica nas escolas primarias e normaes.

Na discussão tomaram parte activa, demonstrando vastos conhecimentos do assumpto e enorme interesse pela propaganda da educação corpórea, os srs. Conde de Penha Garcia, que dirigiu a assembléa e que soube orientar a discussão com muito critério; dr. Mauperrin Santos, Annibal Pinheiro, dr. Pinto de Miranda, António Martins, dr. Reis Santos, dr. Costa Saccadura, dr. Mascarenhas de Mello, tenente Silva Lopes, Abel Fontoura da Costa, dr. Sá e Oliveira e dr. José Pontes.» (p. 2)

ANEXO A.8 - II

(O Século, 12 de Maio de 1910)

«Educação e cultura physica

A Sociedade Promotora de Educação Physica Nacional projecta realizar grandes festivaes de propaganda sportiva

Reconhecida a importância da educação corpórea no problema de aperfeiçoamento de raças, todos os paízes cultos se interessaram pelo estudo e vulgarisação dos *sports* e pelos assumptos da cultura physica. Em Portugal e, notoriamente em Lisboa, seguiu-se uma bella orientação de trabalho, mas, infelizmente, copiando processos francezes, isto é, com todos os defeitos, porque a França aproveitou o movimento, mas dando-lhe um cunho muito seu, muito regional, para mais tarde dizer que, n'essa *renascença* educativa, ainda a nota primacial e de

máxima influencia vinha d'ella. Hoje as coisas parecem modificar-se, mercê da propaganda de meia dúzia de entusiastas e devem ser bem orientadas de futuro, porque a Sociedade Promotora de Educação Physica Nacional, anda empenhada na util cruzada. E é n'essa tarefa de propaganda e cumprindo o seu programma de salutar influencia para o paiz que a Sociedade projecta, para o mez próximo, grandes festivaes de vulgarisação dos *sports*, contando com o provável auxilio do Real Gymnasio Club, da Liga Sportiva de Trabalhos Athleticos, de todas as associações e grupos de *sport* e da imprensa.

Para resolver um assumpto de tanta importância, reúnem esta noite, ás 9 horas, alguns dos maiores influentes da Sociedade. Devem traçar o esboço do programma que a direcção discutirá na sua reunião de sabbado, ás 9 da noite e que o conselho geral deve approvar na assembléa marcada para o próximo domingo, á 1 e meia da tarde, na sede do Centro Nacional de Esgrima.» (p. 2)

ANEXO A.8 - III

(O Século, 20 de Junho de 1910)

«JOGOS OLYMPICOS

A parada escolar de gymnastica

Foi um espectáculo imponente e educativo, que agradou a milhares de pessoas

A Sociedade Promotora de Educação Physica alcançou hontem um exito grandioso com a organização da parada escolar de gymnastica, reunindo 1:180 alumnos dos collegios onde há internatos e fazendo com que elles executassem um programma de exercícios elementares, modelarmente, n'um conjunto artístico e espectacular, tal como nas grandes festas que a Suissa organisa todos os annos. Em Portugal não se fez melhor ainda e pela primeira vez se agruparam alumnos de muitos collegios, n'um numero que se impõe. Foi uma lição proveitosa, porque mostrou aos indifferentes os avanços da educação physica, e que, por seu intermédio, se tem conseguido tornar fortes as crianças, modificando-lhes o physico e robustecendo-as.

A Sociedade Promotora nem merece os elogios que lhe fazem, porque sabe cumprir o seu programma de propaganda. Soube reunir milhares de crianças, soube dar uniformidade ao programma executado e que os professores de gymnastica empenhassem a sua muita vontade e actividade para tornar a festa como ella foi, imponente e brilhante. E as escolas e collegios que mandaram hontem alumnos á parada fizeram o seu melhor reclame, porque garantiram uma bella orientação educativa. Todos os alumnos se apresentaram com garbo, com desenvoltura, com o aspecto de sãos e de energicos.

Os pequenos gymnastas vieram das classes do Real Gymnasio Club Portuguez, onde são professores os srs. César de Mello e Arthur dos Santos; do Real Collegio Militar, onde é professor o tenente sr. Tavares Portugal; da Real Casa Pia, onde é professor o tenente sr. Câmara Leme; do Collegio da Campolide, onde é professor o sr. Pedro José Ferreira; do Collegio Arriaga, onde é professor o sr. João Possolo; do Collegio Nacional, onde é professor o sr. Walter Awata; do

Collegio Francez, onde é professor o sr. João Roubaud; da Escola Nacional, onde é professor o sr. Carlos Damásio; e da Escola Académica, onde são professores os srs. Walter Awata e Dário Cannas.

Foram estes mestres, auxiliados pelos seus collegas Annibal Pinheiro e Ermelindo Santos, que hontem agruparam os alumnos, pondo-os em marcha por alturas, dirigindo os exercícos e que foram os pacientes educadores que teem disciplinado e educado os seus alumnos, tornando-os atletas sadios. Teem direito aos mais rasgados elogios.

Da Sociedade Promotora, foi incançavel o sr. dr. Mauperrin Santos, a quem a assistência, no final da festa, victoriou com enthusiasmo. A elle se deve, principalmente, o fazer-se a parada e o êxito alcançado dependeu muitíssimo do seu esforço de trabalhador, activo e intelligente.

A parada impoz-se de tal forma, que os espectadores perdoaram a espera de duas horas que levou a formatura, por causa do sol, applaudindo com animação. Os alumnos formarsam no campo de *foot-ball* e com a banda da Real Casa Pia á frente, marcharam para a *pelouse* do Velódromo, que encheram por completo.

Então, com um alumno fazendo a exemplificação dos exercícos, os estudantes executaram a *serie*, com a *cadencia* marcada a tambor e segundo as indicações do sr. tenente Câmara Leme, que foi o professor escolhido pelos seus collegas para dirigir a parada. Quando os pequenos estudantes, depois da parada, passaram formados em frente das tribunas, os espectadores saudaram-nos com muitas e vibrantes palmas.(...)» (p. 2)

ANEXO A.8 - IV

(Diário de Notícias, Sexta-feira 6 de Março de 1914)

«Gimnastica sueca

No Centro Nacional de Esgrima

Na sua última reunião, a direcção resolveu criar um prémio que será conferido ao aluno mais aplicado da sala infantil de gimnastica sueca, que, como é sabido, é dirigida pelo mestre António Martins e frequentada pelos filhos dos sócios.» (p. 5)

A.9 Notícias relativas a Associação de Professores de Educação Física (Caso Kohlberg)

ANEXO A.9 - I

(Diário de Notícias, Domingo 10 de Maio de 1914)

«Professores de gymnastica

Associação dos Professores Portugueses de Educação Física

Reuniu-se ontem à noite a comissão instaladora desta benemerita associação para dar posse aos corpos gerentes eleitos em assembleia geral de 17 de abril findo e que ficaram constituídos da seguinte forma:

Assembleia geral - Presidente, Cesar da Cunha Belem; secretarios, D. Adelaide Ferreira de Carvalho e Pedro José Ferreira.

Direcção - Efectivos, Luiz da Camara Leme, Carlos de Sousa, João Possolo, tenente Serrão Machado; suplentes, Arthur dos Santos, tenente Eduardo Salles e Barjona de Vasconcellos.

A direcção constituiu-se imediatamente, elegendo presidente o sr. Camara Leme, tesoureiro João Possolo e secretario tenente Carlos de Noronha.

Em breves dias reune-se a direcção conjuntamente a mesa da assembleia geral, para resolverem varios assuntos pendentes e convocar a assembleia geral para eleição das comissões técnica e financeira, que estão destinados trabalhos importantíssimos.

Á florescente sociedade está reservado brilhantíssimo futuro, muito havendo a esperar da sua iniciativa e da muita dedicação e acendrado zelo dos seus corpos gerentes, compostos de verdadeiros entusiastas da educação física.

A sede provisoria da nova sociedade é na rua Nova do Almada, 64, 1.º, consultorio do sr. Carlos de Sousa.» (p. 2)

ANEXO A.9 - II

(Diário de Notícias, Domingo 31 de Maio de 1914)

«Associação dos Professores de Educação Física Portugueses

Grande numero de sócios desta colectividade requereu ao sr. Presidente da assembleia geral a reunião imediata da assembleia para apreciar a attitude do professor sueco Kohlberg e do sr. Furtado Coelho, perante os professores de educação física.» (p. 4)

ANEXO A.9 - III

(O Século, 5 de Junho de 1914)

«Associação dos Professores de Educação Física Portuguesa

-Grande numero de sócios d'esta colectividade requereu do presidente da assembléa geral a immediata reunião da assembléa, para apreciarem a attitude do professor sueco Kolby e do sr. Furtado Coelho, perante os professores de educação física. (p. 6)

ANEXO A.9 - IV

(Diário de Notícias, Terça-feira 9 de Junho de 1914)

«Professores de Educação Física Portuguesa

Reune-se na proxima Sexta-feira, pelas 21 horas, na sala da Liga Naval, esta Associação, para continuar a deliberar sobre a expulsão do socio Furtado Coelho.» (p. 3)

ANEXO A.9 - V

(O Século, 9 de Junho de 1914)

«GINASTICA.-Associação dos Professores de Educação Física

-Está marcada para amanhã, sexta-feira, ás 21 horas, uma importante reunião dos professores portugueses de educação física. A reunião efetua-se na sede da Liga Naval Portuguesa. (p. 2)

ANEXO A.9 - VI

(O Século, 15 de Junho de 1914)

«Uma reunião importante de professores de ginastica

-Nas salas da Liga Naval reuniram ante-hontem os professores portugueses de educação física, em tão grande numero que representavam a quasi totalidade dos sócios da respectiva associação de classe. Presidiu o considerado professor Pedro José Ferreira e na assistencia estavam quasi todos os professores militares e civis, médicos e pedagogos. Depois d'uma discussão serena foi votada a irradiação do sr. Furtado Coelho, por unanimidade. Resolveu-se reunir novamente na proxima sexta-feira, então para apreciar o procedimento d'um mestre estrangeiro, sobre o qual pesam responsabilidades de más correspondências, sobre Portugal, para os jornaes estrangeiros. (p. 2)

ANEXO A.9 - VII

(O Século, Quinta-feira 25 de Junho de 1914)

«GINÁSTICA-Associação dos Professores Portugueses de Educação Física

-Tendo a meza da assembléa geral d'esta prestimosa associação verificado um engano na data d'um officio dirigido ao socio o sr. Luiz Furtado Coelho convidando-o a comparecer a uma reunião da mesma assembléa que se efectuou no dia 12 do corrente, para se defender das gravíssimas acusações contra o mesmo socio formuladas, deliberou o sr. presidente dar por

nulos todos os trabalhos e resoluções tomadas na reunião do dia 12, convocando uma nova reunião que se realiza amanhã, sexta-feira, 26, ás 9 ½ horas da noite, na sede da Liga Naval. N'este sentido foi dirigido um officio ao sr. Furtado Coelho facultando-lhe assim a mais lata defeza.» (p. 5)

ANEXO A.9 - VIII

(Diário de Notícias, Sexta-feira 26 de Junho de 1914)

«O caso “Furtado Coelho”

O sr. Furtado Coelho pede-nos a publicação duma notícia, ao que acedemos, apesar de, em nosso entender, não ser já dos domínios desta secção o campo em que, segundo essa notícia, a questão fica posta. É a seguinte a notícia:

“Toda a assembleia geral da Associação dos Professores de Educação Física, com o voto de alguns officiais do exército de terra e mar, excluido do seu gremio o tenente reformado sr. Furtado Coelho; este official requereu a s. ex.^a o ministro da guerra para que seja convocado o conselho superior de disciplina do exercito, a fim de nesse tribunal se poder defender, como é do seu direito, de quaisquer acusações que porventura lhe tenham sido feitas.» (p. 2)

ANEXO A.9 - IX

(O Século, 31 de Junho de 1914)

«GINASTICA-Associação dos Professores de Educação Física

Está marcada para hoje á noite, ás 21 horas, na sede da Liga Naval, uma importante reunião da Associação dos Professores de Educação Física. A convocação foi feita a todos os associados, com interesse da sua comparência, pois que se trata de assunto importante a resolver. Á reunião deve presidir o professor Cunha Belem.» (p. 6)

ANEXO A.9 - X

(Diário de Notícias, Sábado 4 de Julho de 1914)

«O caso “Furtado Coelho”

Reuniu-se ontem a assembleia da Associação dos Professores de Educação Física, para tratarem do “caso Furtado Coelho”. Como se sabe, este professor traduziu e fez publicar um artigo do sueco Kohlberg, que era desprimoroso para o professorado português. A assembleia resolveu expulsá-lo da Sociedade e fazer publicar nos jornais tradução de um outro artigo de Kohlberg, desprimoroso para com o nosso país e publicado num jornal sueco.» (p. 4)

ANEXO A.9 - XI

(O Século, Sábado 4 de Julho de 1914)

«Uma reunião importante

foi a de hontem dos professores de educação física

Nos últimos tempos tem-se debatido uma questão, que interessa a todos aqueles que se preocupam com problemas de educação física, principalmente com o ensino da ginastica em Portugal. Hontem ficou o assunto devidamente esclarecido, podendo tornar-se publico que a Associação expulsou do seu grémio o sr. Furtado Coelho, acusado de faltas graves de deslealdade para com os seus colegas, que chegou ao exagero da tradução d'um artigo d'um sueco, em que se elogiava o próprio sr. Furtado e se depreciava o trabalho de outros mestres em termos desprimorosos e infelizes. A assembléa não votou de animo leve, antes ponderou bem todos os factos que se ligam com o assunto, inclusive a d'uma lamentável troca de datas em ofícios e do acusado faltar a três convocações para desfazer ou justificar as suas faltas.

A assembléa, que votou a expulsão por unanimidade, também apreciou, n'uma analyse esmiuçada, uma correspondência do sueco sr. Boo Kullberg para um jornal de Stockholmo. Tal leitura indignou a assistência, tal era a forma por que esse estrangeiro apreciava os portuguezes e as suas condições naturaes e prodigiosas de raça. A assembléa achou indigna a existência, como mestre de ginastica em Portugal, do tal sr. Kullberg, cujo artigo, por deliberação da assembléa, vão ser publicado nos jornaes. Estranhou-se também a nossa velha costumeira de receber certos estrangeiros, beneficiando-os a ponto de prejudicar os nacionaes, para depois esses estrangeiros serem descortezos e injustos.

Á reunião de hontem presidiu o sr. Cunha Belém. A assistência era de quasi a totalidade dos professores portuguezes, facto que afirma o interesse da reunião.» (p. 5)

ANEXO A.9 - XII

(Diário de Notícias, Terça-feira 7 de Julho de 1914)

«O caso Kohlberg

A Associação dos Professores de Educação Física envia-nos para ser publicada uma copia da tradução do artigo que o professor sueco Koo Kohlberg remeteu para o "Notícias de Stockolmo" e aí veio publicado no n.º 7413 de 4 de abril deste ano.

Esse artigo veio ao conhecimento da Associação por consequência do incidente levantado com o professor Furtado Coelho por ocasião de uma crítica descortez feita ao trabalho dos professores portuguezes e cuja responsabilidade foi em grande parte attribuída a este professor.

É ainda a Furtado Coelho que a Associação atribue as qualidades de companheiro e influenciador de Kohlberg.

O artigo que nos enviam é o seguinte e saiu publicado com os títulos que também seguem.

A gymnastica sueca em Portugal

Cursos para oficiais do exercito sob a direcção sueca

Lisboa, março.— Não é facil dizer-se quanto tempo será preciso para se conseguir elucidar um português sobre a utilidade e necessidade de exercícios corporais, na forma de gymnastica e desporto.

O português tem que dar, pelo menos, sete voltas e consultar sete seus conhecidos, antes de tomar uma resolução. Ao contrario de nós os suecos, os portugueses são extraordinariamente receiosos com tudo quanto seja estrangeiro, tendo grande dificuldade de aprender, ou antes, negando-se a aprender com as outras nações. Refiro-me agora particularmente ao domínio desportivo e a exercicios físicos.

Rialmente, a gymnastica sueca encontra-se aqui ainda na sua infancia; porém, o publico, já começa a abrir os olhos para a sua grande significação.

No exercito e na armada faz-se gymnastica sueca o melhor que se pode, sem aparelhos e sem bons professores.

Tudo quanto represente uma novidade a introduzir esbarra na obstinada opposição e o número de inimigos e detractores cresce como os cogumelos. Ha dez anos que em Portugal e principalmente em Lisboa, um official do exercito, o tenente F. Coelho, tem feito uma campanha pertinaz a favor do nosso sistema. Esse homem possui uma energia incrível, sendo além disso um admirador fanático da nossa gymnastica. Constantemente eleito como representante de Portugal em congressos e conferencias de educação física e ultimamente em 1913 em Paris, tem tornado o seu nome conhecido e estimado, mesmo além das fronteiras da sua Patria. Manteve uma assidua correspondencia com o falecido professor L. R. Tornngren, director do Instituto Central de Gymnastica. Pela minha parte devo dizer que é admiravel a maneira como ele conhece o nosso sistema nas suas menores particularidades e isto apenas pelos estudos autodidaticos e a experiencia do seu trabalho. A ele se deve a gymnastica sueca ter criado profundas raízes no exercito e na armada, tendo sido tambem introduzida nos tres liceus de Lisboa, que correspondem aos nossos institutos secundarios.

Esses liceus chegaram ao ponto de possuir vastíssimos salões de gymnastica com aparelhos quase perfeitos. Mas é triste ver-se como esses salões são tratados: sujos e inauditamente cheios de pó, de sorte que se tornam nocivos nos exercicios, onde uma centena de rapazes é lançada ao pó. Sapatos de luxo para gymnastica não se usam, sendo por isso facil de compreender que tal é a gymnastica ministrada aos rapazes portugueses.

A questão mais ardente de Lisboa consiste em se conseguir um numero suficiente de bons professores. Esta questão está, no entanto, encaminhada para uma solução satisfatoria, visto que fui encarregado dum curso para 14 officiais do exercito. Alguns deles são além disso, professores de gymnastica nos referidos liceus, e assim, as coisas vão tomando pelo bom caminho. O interesse por esse curso é particularmente grande, e trabalha-se de boa mente, e tomam-se apontamentos e pergunta-se, numa palavra, coisas possiveis e impossiveis.

Ao que eles parecem ligar especial importancia é á respiração, que consideram como questão principal. Sim, é verdade que a respiração é uma questão principal, mas não como os

portugueses a encaram pois só pensam na profunda inspiração estafando os órgãos respiratórios, quando, pelo contrario, a questão principal, a expiração, os preocupa menos. Custa arrancar-lhes esse erro, mas com o tempo vai indo bem.

Quanto a material devo dizer que é bom, a quando se chegar ao ponto do ensino de gymnastica estar bem organizado, tiram-se certamente bons resultados. Relativamente á mocidade, com a qual tenho lidado, tendo verificado, na maioria dos casos, que é bem (apu)acesivel aos movimentos, e a rigidez e a falta de geito, tão espalhados entre os estrangeiros que praticam gymnastica segundo o nosso sistema, em geral não se vê e quando se encontra, não é difícil remediá-la.

A maior dificuldade para os portugueses poderem assimilar bem o nosso sistema está no facto de eles serem completamente estranhos a tudo quanto se chama disciplina, e nem querem aprender o que isto significa.

Durante muitos anos pensou-se aqui em organizar uma Escola Normal para professores de gymnastica. Um projecto minuciosamente elaborado conservou-se nas mãos do governo mais dum ano sem que nada se fizesse. Não se pode bem dizer o que o novo governo fará; porém, espera-se, pelo menos, uma boa solução, visto o actual ministro da instrução ser um homem muito habil, que muito se interessa pela educação física. A primeira dificuldade para uma boa solução do assunto, como bem se compreende, está na necessidade de dinheiro.

Naturalmente encontram-se ainda muitos que procuram combater o sistema sueco, com o pretexto de que não convém aos portugueses. Alguns franceses entram no jogo. Mas felizmente vão perdendo cada vez mais terreno.

Começou-se a compreender um pouco que os portugueses precisam da gymnastica sueca, porventura, mais do que qualquer outro povo, pois custa-me acreditar que se possa encontrar um povo mais enfranquecido e mais entorpecido. É uma nação que de dia para dia vai andando mais para traz e que talvez num futuro proximo desapareça por falta de energia e de força de vontade.

Porém, se se conseguir, como é de esperar, obter um ensino de gymnastica bem organizado no exercito, na armada e nas escolas, então não resta duvida que a mocidade poderá sucessivamente chegar ao nivel das demais nações.» (p. 4)